



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ANAIS DA V CONFERÊNCIA NACIONAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Brasília – DF**

**Dezembro de 2005**



**Presidente da República**  
Luís Inácio Lula da Silva

**Vice-Presidente da República**  
José Alencar Gomes da Silva

**Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**  
Patrus Ananias de Sousa

**Secretária Executiva**  
Márcia Helena Carvalho Lopes

**Secretária Nacional de Renda de Cidadania**  
Rosani Evangelista Cunha

**Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional**  
Onaur Ruano

**Secretário de Avaliação e Gestão da Informação**  
Rômulo Paes de Sousa

**Secretária de Articulação Institucional e Parcerias**  
Heliana Kátia Tavares Campos

**Secretário Nacional de Assistência Social**  
Oswaldo Russo de Azevedo

**Diretora do Departamento de Gestão do SUAS:** Simone Aparecida Albuquerque  
**Diretora do Departamento de Proteção Social Básica:** Aidê Cançado Almeida  
**Diretora do Departamento de Proteção Social Especial:** Rita de Cássia Marchiore  
**Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais:** Ana Lígia Gomes

**Gestão 2003-2006**



## **CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **Presidente**

Márcia Maria Biondi Pinheiro

### **I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS**

#### **Ministério da Previdência Social – MPS**

Titular: Elias Sampaio Freire

Suplente: Marcelo da Silva Freitas

#### **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**

Titular: Márcia Maria Biondi Pinheiro

Suplente: Gisele de Cássia Tavares

Titular: Osvaldo Russo de Azevedo

Suplente: Simone Aparecida Albuquerque

#### **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Ministério da Fazenda – MF**

Titular: José Adelar Cuty da Silva (MTE)

Suplente: Patrícia Abraham Cunha da Silva (MF)

#### **Ministério da Saúde – MS**

Titular: Regina Celeste Bezerra Affonso de Carvalho

Suplente: Ângela Cristina Pistelli

#### **Ministério da Educação – ME**

Titular: Ricardo Manoel dos Santos Henriques

Suplente: Natália de Souza Duarte

#### **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP**

Titular: Tânia Mara Eller da Cruz

Suplente: Luciana de Barros Jaccoud

#### **Ministério da Fazenda**

Suplente: Hébrida Verardo Fam

#### **Representação dos Estados**

Titular: Lygia Maria de Almeida Leite

Suplente: Cezar João Cim

#### **Representação dos Municípios**

Titular: Margarete Cutrim Vieira

Suplente: Marcelo Garcia



## **II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**

### **Entidades ou Organizações de Assistência Social**

- 1º Titular: Antonio Celso Pasquini – União Social Camiliana
- 1º Suplente: Misael Lima Barreto – Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social.
- 2º Titular: Pascoal Marracini – Associação Brasileira das Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer.
- 2º Suplente: Rosângela Dias Oliveira da Paz – PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
- 3º Titular: Dalila Maria Pedrini – Cáritas Brasileira
- 3º Suplente: Silvio Jung – Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura

### **Representantes de Usuários ou Organizações de Usuários**

- 1º Titular: Carlos Ajur Cardoso Costa – Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos - FEBEC
- 1º Suplente: Maria de Fátima Rodrigues Carvalho – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF.
- 2º Titular: Euclides da Silva Machado – Obra Social Santa Isabel
- 2º Suplente: Ademar de Oliveira Marques – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- 3º Titular: Vânia Lucia Ferreira Leite – Pastoral da Criança
- 3º Suplente: Marcos Antônio Gonçalves – Federação Brasileira de Inclusão Social, Reabilitação e Defesa da Cidadania – FEBIEX

### **Representantes dos Trabalhadores da Área de Assistência Social**

- 1º Titular: Carlos Rogério de C.Nunes – Central Única dos Trabalhadores - CUT
- 1º Suplente: Maria Aparecida Medrado – Associação Nacional dos Sindicatos da Social Democracia
- 2º Titular: Antônio Gilberto da Silva – Confederação Nacional de Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS
- 2º Suplente: José Manoel Pires Alves – Associação de Educação Católica do Brasil
- 3º Titular: João Paulo Ribeiro – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
- 3º Suplente: Antonio Ferreira Neves – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas – FENACON.

### **Secretária Executiva**

Cláudia Saboia

### **Coordenadora da Coordenação de Políticas de Assistência Social**

Maria Auxiliadora Pereira

### **Coordenadora da Coordenação de Financiamento e Orçamento de Assistência Social**

Maria das Mercês Avelino de Carvalho

### **Coordenadora da Coordenação de Normas de Assistência Social**

Vanessa Martins de Souza



## SUMÁRIO

---

<b>Apresentação.....</b>	<b>6</b>
<b>Lista de siglas.....</b>	<b>7</b>
<b>Programa da V Conferência Nacional de Assistência Social.....</b>	<b>9</b>
<b>Solenidade de Abertura – Pronunciamentos.....</b>	<b>13</b>
• Da Senhora Presidente do CNAS.....	13
• Do Senhor Representante da Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos	
• Da Senhora representante do Fórum Nacional de Assistência Social.....	17
• Do Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	19
• Do Senhor Presidente da República.....	22
<b>Conferência Inaugural.....</b>	<b>26</b>
<b>Painéis: – Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS</b>	
• Painel 1 - Os direitos sócio-assistenciais e o controle Social.....	33
• Painel 2 – Política de recursos humanos.....	79
• Painel 3 – O financiamento e o campo da gestão.....	110
<b>Plenária Final.....</b>	<b>163</b>
<b>Sessão de encerramento.....</b>	<b>305</b>
<b>Deliberações.....</b>	<b>309</b>
• Compromissos éticos.....	309
• Direitos sócio-assistenciais.....	313
• Controle social.....	315
• Gestão do SUAS.....	318
• Recursos Humanos.....	323
• Financiamento.....	324
• Mutirão SUAS – 10.....	326
<b>Moções aprovadas.....</b>	<b>328</b>
<b>Regimento da V Conferência Nacional de Assistência Social.....</b>	<b>331</b>
<b>Relação dos participantes por categoria.....</b>	<b>338</b>



## APRESENTAÇÃO

---

Realizou-se no período de 5 a 8 de dezembro de 2005, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília – DF, a V Conferência Nacional de Assistência Social, sob a coordenação do Conselho Nacional de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O evento contou com a participação de cerca de 2000 pessoas na condição de delegados, observadores, convidados, expositores, painelistas, debatedores, facilitadores, intérpretes de LIBRAS, equipe de relatoria, relatores de grupos e de oficinas, agentes culturais, acompanhantes e integrantes de equipe de apoio.

Os presentes Anais contêm os principais pronunciamentos, os painéis sobre gestão, recursos humanos e financiamento, as deliberações e as moções, o regimento e a relação dos participantes por categoria.

A V Conferência registra e corrobora os notáveis avanços da Assistência Social brasileira, enquanto Política de Estado, firmando um pacto em favor de um mutirão nacional para a construção do Sistema Único de Assistência Social.

Com a presente publicação, além de assegurar o cuidadoso registro do evento, o CNAS espera oferecer – em meio impresso e eletrônico – valioso subsídio para a execução das estratégias e efetivo cumprimento das metas do SUAS – Plano 10, de modo a consolidar a Política de Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, em todo o território nacional.

Conselho Nacional de Assistência Social.



## Lista de Siglas

---

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais  
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária  
ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CEDEST – Centro de Estudos das Desigualdades Sócio-territoriais da PUC-SP  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social  
CPF – Conselho, Plano e Fundo  
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social  
CIB – Comissão Intergestores Bipartite  
CIT – Comissão Intergestores Tripartite  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CND – Certidão Negativa de Débito  
CNTSS – Confederação Nacional de Trabalhadores da Seguridade Social  
CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social  
CONSAD – Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local  
CONSEAS – Conselho Estadual de Assistência Social  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DF – Distrito Federal  
DHESCA – Direitos humanos, econômicos, sociais e ambientais  
DRU – Desvinculação de Receitas da União  
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
FAS. – Fundo de Assistência Social  
FEBEC – Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos  
FEBIEX – Federação Brasileira de Inclusão Social, Reabilitação e Defesa da Cidadania  
FENACON – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas.  
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários (as) Estaduais de Assistência Social  
FUMCAS – Fundação Municipal da Criança e da Assistência Social de São Luís - MA  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica  
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INESC – Instituto de Estudos Sócio-econômicos  
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MEC – Ministério da Educação  
M.E.U – Município, Estado e União  
NEPSAS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP  
NOB – Norma Operacional Básica  
ONEDEF – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família  
PCCS – Plano de Carreira, Cargos e Salários.  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PETE – Programa Especial de Trabalho Educativo de São Luís – MA  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PPA – Plano Plurianual  
PROCON – Proteção e Defesa do Consumidor  
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RMV – Renda Mensal Vitalícia  
SIAF – Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUASWeb – Sistema de cadastro e monitoramento do Plano de Ação e do Demonstrativo Sintético de Execução Físico-financeira  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TCE – Tribunal de Contas do Estado  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TFD – Tratamento Fora do Domicílio  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNB – Universidade de Brasília  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância





## PROGRAMA DA V CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 5/12/2005 – SEGUNDA-FEIRA

12h00	<b>CREENCIAMENTO</b>
16h00	Abertura dos Trabalhos e Apresentação da Programação da V Conferência Nacional Márcia Maria Biondi Pinheiro, Presidente do CNAS Dalila Maria Pedrini, Vice-Presidente do CNAS
16h15 17h30	<b>REGIMENTO INTERNO</b> Coordenadores da Mesa: Sílvio lung – Conselheiro do CNAS Marcelo Garcia – Conselheiro do CNAS
18h00	<b>SOLENIIDADE DE ABERTURA</b> Presidência da República Presidência do Senado Federal Presidência da Câmara dos Deputados Presidência do Supremo Tribunal Federal Procuradoria Geral da República Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretário Nacional de Assistência Social Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados Fórum Nacional de Assistência Social Representante de Usuários da Política de Assistência Social



Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

20h00

## **CONFERÊNCIA DE ABERTURA**

### **SUAS: Conquista da Proteção Social no Brasil**

Patrus Ananias de Souza – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Coordenador da Mesa:

Carlos Ajur Cardoso Costa – Conselheiro do CNAS

## **6/12/2005 – TERÇA-FEIRA**

---

### **PAINEL I**

8h00

**FOTOGRAFIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NA PERSPECTIVA DO SUAS: os Direitos Socioassistenciais e o Controle Social**  
Aldaíza Sposati – PUC/SP

9h00

**Os Direitos Socioassistenciais**  
Debatedor:  
José Antonio Moroni - INESC

9h30

**O Controle Social**  
Debatedores:  
Dalila Maria Pedrini – Vice-Presidente do CNAS  
Edjael Muniz de Castro - Representante do Usuário da Política de Assistência Social

10h10

Discussão  
Coordenadoras da Mesa:  
Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS  
Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS

12h00

Almoço

14h00

Grupo de Trabalho – Painel I

17h30

Intervalo

### **PAINEL II**



- 18h00 **FOTOGRAFIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL  
NA PERSPECTIVA DO SUAS: Política de Recursos  
Humanos**  
Maria Carmelita Yasbeck – PUC/SP
- 18h30 **A Política de Recursos Humanos na Assistência Social**  
Debatedores  
Márcia Helena Carvalho Lopes – Secretária Executiva do  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Representante do Fórum Nacional de Assistência Social
- 19h30 Discussão  
Coordenadores da Mesa:  
Antonio Gilberto da Silva – Conselheiro do CNAS  
João Paulo Ribeiro - Conselheiro do CNAS
- 20h00 Jantar

## **7/12/2005 – QUARTA-FEIRA**

### **PAINEL III**

- 8h00 **FOTOGRAFIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL  
NA PERSPECTIVA DO SUAS: o Financiamento e o  
Campo da Gestão**  
Aldaíza Sposati – PUC/SP
- 9h00 **O Financiamento**  
Debatedora:  
Ivanete Boschetti – UNB/DF
- 9h30 **O Campo da Gestão**  
Debatedor:  
Oswaldo Russo – Secretario Nacional de Assistência Social
- 10h10 Discussão  
  
Coordenadores da Mesa:  
Carlos Rogério de C. Nunes - Conselheiro do CNAS  
Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS
- 12h00 Almoço
- 14h00 Grupo de Trabalho – Painel II e III



17h30	Intervalo
18h00	<b>OFICINAS</b>
20h00	Coquetel Solenidade em comemoração ao aniversário da LOAS e ao “Dia Nacional da Assistência Social”.

## **8/12/2005 – QUINTA-FEIRA**

---

8h00 **LEITURA, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DE DELIBERAÇÃO DOS PAINÉIS I e II**

### **Plenária Final**

Coordenadores da Plenária:

Ademar de Oliveira Marques - Conselheiro do CNAS

Rosângela Dias Oliveira da Paz - Conselheira do CNAS

Facilitador:

Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - MG

12h00 Almoço

14h00 **LEITURA, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DE DELIBERAÇÃO DO PAINEL III**

### **Plenária Final**

Coordenadores da Plenária:

Ademar de Oliveira Marques, Conselheiro do CNAS

Rosângela Dias Oliveira Paz – Conselheira do CNAS

Facilitador:

Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - MG

17h00 Intervalo

17h30 Retorno a Plenária de Deliberação

18h00 **SOLENIIDADE DE ENCERRAMENTO**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretário Nacional de Assistência Social

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

Conselheiros Nacionais de Assistência Social

Fórum Nacional de Assistência Social

Representante de Usuários da Política de Assistência Social



Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

19h00

Jantar

## **SOLENIDADE DE ABERTURA – PRONUNCIAMENTOS**

---

### **Da Senhora Presidente do CNAS, Márcia Biondi Pinheiro.**

Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, Senhores Representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Senhores Representantes do Ministério Público, Ministro Patrus Ananias, convidados, Delegados da V Conferência Nacional de Assistência Social, Senhoras e Senhores:

Sua Excelência, nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quero que o Senhor tenha certeza, pelas manifestações que está vendo e pela nossa história, que estamos todos, nesse Plenário, repletos de emoção. Quis o Movimento Social, ou o destino, ou a história, com certeza, que fosse eu, nesse momento, a transmitir a Vossa Excelência todo o significado que a sua presença nos traz. Quantos homens e mulheres gostariam de abraçá-lo, para dizer-lhe – e vários homens e mulheres diriam – que estiveram, com essa alegria, esse entusiasmo e essa esperança, no dia 1º de janeiro, constando daquela foto maravilhosa do 3º andar do Palácio do Planalto, onde uma multidão o saudava. Vários que estão aqui estiveram lá e eu, inclusive. Eu peço, inclusive, um minuto de atenção de vocês, licença dessa Plenária, para dizer – eu não poderia deixar de dizer isso ao Presidente Lula – já disse ali dentro, e gostaria de dizer, Presidente, que nós temos várias escolhas na vida parecidas e iguais, mas tem uma que ultrapassa a nós dois, e que é um dos orgulhos da minha vida militante. Quiseram os astros e as estrelas que nascêssemos no mesmo dia, mês e ano. Quero comunicar a vocês todos, ao Brasil, que o Presidente Lula e eu acabamos de completar 60 anos agora, dia 27.

Bem-vindos todos que estão aqui, consolidando e validando a instância máxima de deliberação de uma Política Pública, instituída pela Constituição Federal de 88, que é uma Conferência Nacional. Quero, em primeiro lugar, nos apresentar às autoridades e convidados. Somos parte de um movimento que lutou pela Assistência Social, como Política Pública inscrita na Constituição de 88, como direito de proteção social do cidadão que dela necessitar, devida pelo Estado, em todas as suas esferas. Foram difíceis, autoridades e convidados, os tempos até aqui. Mas esses homens e mulheres souberam resistir. Como Thiago de Melo nos ensinou, *faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar*. A nossa causa, o nosso amanhã, a transformação dessa sociedade, passa pela etapa de conquista da cidadania, Assistência Social como Política Pública, com controle social e financiamento. Queremos aniquilar, para sempre, a concepção do favor, da caridade, do clientelismo, de considerar o cidadão como pobre, assistido, desvalido, necessitado, menos favorecido. Queremos um cidadão portador de direitos, protagonista e *empoderado*; temos maturidade para firmar esse direito. Queremos uma Política de Estado com esse perfil.



Esses homens e mulheres aqui presentes, autoridades, Presidente Lula, 1.144 Delegados da sociedade civil e governo, paritariamente constituídos, representam os 5.562 Municípios e o Distrito Federal. Municípios de pequeno, de médio e grande porte, bem como metrópoles, população urbana e rural, realizaram Conferências Municipais em 4.682 Municípios e em todos os Estados da Federação e do DF. Esse é um dos sentidos dessa Conferência, a culminância de um processo de costura democrática que mobilizou cerca de 400.000 pessoas em todo o Brasil, uma rede costurada fio a fio, durante todo o semestre de 2005, mas que teve seus primeiros cortes e recortes ainda no primeiro semestre. Todas essas instâncias federativas discutiram, em seu âmbito, as estratégias e metas para a implementação da Política de Assistência Social no Brasil para os próximos 10 anos, ultrapassando este Governo, o próximo e parte do próximo, transformando, para sempre, a Assistência Social em Política de Estado. Esse é o SUAS Plano 10, tema desta Conferência.

Os diagnósticos municipais, estaduais e do DF, denominados de *Fotografia da Assistência Social no Brasil*, têm seis momentos: direitos socioassistenciais, controle social, recursos humanos, gestão, financiamento, que serão apresentados, debatidos e deliberados nesses quatro dias de trabalho. Será deliberado, também, um plano de lutas nacional que estamos intitulado de um *Mutirão*. As metas deliberadas serão organizadas no Primeiro Plano Nacional de Assistência Social.

Quero chamar a atenção de todos para a ousadia desse Movimento. Queremos apresentá-lo ao Congresso Nacional, para sua transformação em Lei, já que esse processo é a expressão da democracia, poucas vezes vista, ou, pela primeira vez, construída por uma política pública, nesse país. Esse Plano será a expressão coletiva de diferentes sujeitos, inseridos na multiplicidade de cenários do Brasil: conselheiros, usuários, gestores, trabalhadores do setor e pesquisadores. E é assim, nessa costura democrática, que queremos vê-lo como Lei, em 2006.

Essa gestão do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e o órgão gestor da Política de Assistência Social no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, se orgulham de não terem poupado esforços, tempo, disponibilidade para a condução desse processo. Estivemos presentes em todos os estados brasileiros, em todas as capitais e em inúmeros municípios. Aqui, eu não poderia deixar de agradecer o empenho do Ministro Patrus Ananias, Doutora Márcia Lopes, todos os Secretários do Ministério, Diretores e Coordenadores do MDS e, no CNAS, Dorinha, Mercês, Soraia, todos, significando e, na verdade, vão compreender quando eu colocar a minha homenagem e o nosso agradecimento a Cláudia Sabóia, Secretária Executiva do Conselho Nacional.

Cumprimos rigorosamente todos os compromissos assumidos na IV Conferência Nacional, conforme se verá durante esses dias aqui. Em nome dos 36 Conselheiros Nacionais, já apresentados hoje aqui, na qualidade de Presidente eleita por meus pares, não poderia deixar de dizer, com muito orgulho, que sou representante governamental no CNAS e, que neste um ano e quatro meses de gestão, o CNAS assume o seu papel político de instância deliberativa. Assumindo o seu papel, aprovou a Política Nacional de Assistência Social, aprovou a Norma Operacional Básica, debatendo-as com a sociedade. Completou o processo de democratização do seu Regimento Interno, aprovou a Proposta de Regulamentação do art.3º da LOAS, estabeleceu seu Código de Ética, e caminha para a



finalização do estoque zero de processos. Recebemos, há um ano e quatro meses atrás, 9.448 processos atrasados. Como o Milton Nascimento disse, nosso mineiro, *muito vale o já feito, mas mais vale o que virá*. Com a *Fotografia do Controle Social no SUAS Plano 10*, além do diagnóstico, já temos um plano para efetivação do controle social traçado. É preciso lembrar que saímos de um modelo que, não apenas não incentivava a participação popular, mas a subestimava.

Para terminar, gostaria de ressaltar nossos horizontes, nossos desafios políticos: a Assistência Social defendendo o protagonismo e o alcance da autonomia de todos que a ela acorrem, para o reconhecimento e o exercício de sua cidadania; a definição e a criação do campo dos direitos sociais na Assistência Social; a identidade desses direitos, no âmbito da seguridade social brasileira; a integração com as demais políticas públicas; a universalização da proteção social básica no Brasil, com a implantação de CRAS em todos os municípios brasileiros; a consolidação da proteção social especial, na perspectiva de redução dos riscos e das violações, na perspectiva da desinstitucionalização; defesa do direito à convivência familiar e comunitária, e a provisão de meios para que as famílias cumpram o seu papel de proteção social; consolidar a estruturação dos Conselhos de Assistência Social, com equipamentos, recursos humanos e materiais, garantindo seu papel constitucional; articulação dos Conselhos de Políticas Públicas com os Conselhos de Direitos, em todos os níveis; ampliar a participação, no âmbito da Política de Assistência Social, através da incorporação de outros segmentos e atores sociais; enfim, garantir a participação efetiva dos usuários na Política, contribuindo para seu *empoderamento*. Isso, companheiros, militantes da política e autoridades presentes, isso é democracia em movimento. Pela construção do SUAS, pela construção do SUAS - Plano 10, em nome dos 36 Conselheiros Nacionais, na qualidade de Presidente do CNAS, declaro aberta a V Conferência Nacional de Assistência Social!



**Do Senhor Representante da Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos, Carlos Ajur Cardoso Costa:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, companheira D. Marisa, Primeira-Dama, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mineiro como eu, Ministro Patrus Ananias, pelo qual cumprimento os demais Ministros e Secretários Nacionais, minha Presidente Márcia Pinheiro, pela qual eu cumprimento os demais membros da Mesa, meus pares, Conselheiros Nacionais de Assistência Social, pelos quais eu cumprimento as demais pessoas que compõem esse Plenário:

Uma nova Política de Assistência Social, a implementação do SUAS, uma nova Norma Operacional Básica – tudo isso construído e deliberado, buscando melhor atender o usuário da Assistência Social. E nós – aliás, eu já dizia que eu não sou mais usuário da Assistência Social, mas sou cego, sou portador de deficiência, parte de um grupo dos usuários da Assistência Social – nós, usuários da Assistência Social, queremos sair da dependência, da gestão dessa política, e sim, sermos parte, protagonistas de uma verdadeira execução de uma Política de Assistência Social. Não queremos mais ser ouvidos em Congressos, Seminários, Conferências e Eventos, simplesmente para falarmos das nossas misérias, das nossas dificuldades, comovendo platéias, fazendo pessoas chorarem, mas queremos ser ouvidos, para falarmos de propostas de políticas e de soluções para resolver os nossos problemas.

Sabemos que os programas de impacto social hoje, financiados, na sua maioria, pelo Governo Federal, são uma realidade, são um fato concreto. Mas é necessário, para que possamos tirar os usuários da Assistência dessa dependência dos programas de impacto social, agregarmos esses programas – e aí eu posso me referir ao Benefício de Prestação Continuada. Nós temos que agregar esses programas a um programa de promoção social, para que possamos, de fato, fazer a inclusão social dessas pessoas. Nós temos que garantir – e aí um recado para o Legislativo – garantir mais recursos para os programas de geração de renda, mais recursos para os programas de inclusão produtiva, porque só assim, dando oportunidade para que essas pessoas possam gerar suas próprias rendas, poderemos, na realidade, estar construindo a promoção e a inclusão social. Porque não acredito em promoção e inclusão social sem renda. Não acredito que, distribuindo cesta básica, você possa fazer a promoção social de alguém, mas dando oportunidade a essa pessoa, para que ela possa definir o seu futuro e ter o exercício da sua cidadania garantido.

Eu só posso, para encerrar, dizer uma coisa a vocês: isso que nós assistimos hoje, essa Abertura da V Conferência, com a presença do Presidente da República, eu só posso dizer o seguinte: Obrigado, companheiro Lula! E viva a V Conferência da Assistência Social!





## **Da Senhora Representante do Fórum Nacional de Assistência Social, Ana Maria Quiroga.**

Boa noite a todos. Na verdade, eu estou achando que há um complô mineiro, porque três conferencistas, três mineiros, é demais! Presidente Lula, nosso Presidente, Ministro Patrus Ananias, nosso Ministro e, através dele, todos os demais Ministros e autoridades na Mesa, meu colega de Fórum, Representante dos usuários, minha prezada Márcia Pinheiro, Presidente do CNAS – ela manda dizer que foi minha aluna – meus companheiros militantes da área da Assistência Social:

Essa V Conferência, na verdade, representa um divisor de águas entre dez anos de lutas, e até mais, mas pelo menos dez anos de Conferências, nos quais lutamos pela Constituição de uma Política Pública. E hoje, essa V Conferência se propõe a projetar, a pensar os próximos dez anos. Nesses dez anos, nós, da sociedade civil, tivemos importantes papéis: nós lutamos pela democracia e pela ampliação do espaço democrático nesse país, nós lutamos pela universalização ou pela ampliação de novos direitos, de novas dimensões de direitos, nós integramos fóruns, conselhos, redes sociais, todos espaços por onde pulsam novas formas de um fazer político. Enquanto Fórum, nesse período, apesar de todas as conjunturas e as induções para que nós, da sociedade civil, nos constituíssemos enquanto substitutos do Estado, o Fórum Nacional de Assistência – que é o que eu estou representando – nunca aceitou que as organizações da sociedade civil se colocassem como substitutas do Estado. Num país onde o nível de desigualdade e de injustiça sociais, o volume das questões postas para a sociedade era de tal monta, que era impossível, inviável, incorreto, a dispensa, a relativização ou a secundarização do Estado brasileiro.

Nesse sentido, todo o nosso percurso de luta foi no sentido de segurar o campo, porque eu acho que as entidades do campo, as entidades da sociedade civil, jogaram um importante papel nesse longo período, onde se esperou essa trajetória de convencimento da sociedade brasileira, de que ela deveria assumir, através do Estado e de suas políticas, o dever e a responsabilidade em relação aos seus setores mais fragilizados. Essa responsabilidade chegou, esse assumir da responsabilidade chegou e hoje nós estamos vivendo, efetivamente, um novo momento. Nesse novo momento, onde nós temos a política, temos uma proposta, um Sistema Único de Assistência Social se estruturando. Que papel nos cabe, a nós, da sociedade civil? Certamente não é um papel de lavar as mãos e deixar que o Estado, sozinho, assuma a imensa tarefa de responder a essa dívida social que se acumulou nesse país. Nós temos consciência da nossa responsabilidade, de fazer avançar e sermos colaboradores nessa nova proposta ou nesse novo caminhar que se inaugura, a partir de agora.

E nesse sentido, algumas tarefas nós consideramos prioritárias: primeiro, continuar lutando pelo SUAS, agora na sua dimensão de implantação e efetivação, para que ele, realmente, assuma sua condição de política de direitos e se elimine, de uma forma radical, o que a Márcia colocou, essa tradição secular nossa, de Assistência como sinônimo de



benemerência, filantropia e subalternidade. Nós lutaremos pelo Sistema Único de Assistência, para que ele não fique submerso nas antigas estruturas burocrático-legais que, no fundo, mantêm históricos privilégios. Nós nos dispomos a propor novas institucionalidades e normatizações, de tal forma que as regulamentações que, necessariamente, uma política pública tem que assumir, a política pública tem que ser regulamentada, e com um certo nível de burocratização. Mas que isso não chegue a sufocar e a enrijecer os planos e as ações concretas, de tal forma que as nossas necessidades e as nossas diferenças sociais e regionais sejam ocultadas, ou seja todas tratadas da mesma forma. Lutaremos também para que se compreenda que esse novo momento [...] colocarmos como discurso o protagonismo dos usuários, mas colocar, tomar, assumir medidas concretas que permitam essa incorporação, porque, na verdade, se nós não encontrarmos formas de acolhimento nas formas institucionalizadas, nós corremos o risco de que os nossos usuários tenham que recorrer a formas menos institucionalizadas, a formas de manifestação da insuportabilidade, revoltas, motins, que são formas dolorosas, através das quais os indivíduos mostram a sua cara, mostram a sua presença e exigem que seja escutada a sua voz. Eu acho que os nossos usuários têm movimentos, têm organizações importantíssimas e, realmente, é chegado o momento dessas organizações terem a sua voz, a sua presença e a sua participação.

Nesse sentido eu penso nesses dez anos que vêm agora. Hoje, o Estado brasileiro assumiu, institucional e politicamente, o seu dever e a sua responsabilidade de garantir uma Política Pública de Assistência Social. Nós, da sociedade civil, nos colocamos solidários e dispostos a contribuir nesse processo. Meus amigos, colaborem com esse processo porque, não tenhamos dúvida, nós seremos cobrados nos próximos dez anos. Muito obrigada.



## **Do Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.**

Boa noite. Quero saudar todas as pessoas presentes, saudar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que nos honra com a sua presença na abertura desta V Conferência, a Excelentíssima Senhora Marisa Letícia Lula da Silva, os nossos colegas Ministros Luiz Dulce, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Jacques Wagner, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Marie-Pierre Poirier, Representante do UNICEF no Brasil, quero saudar a equipe, os integrantes do nosso Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na pessoa da nossa Secretária Executiva Márcia Lopes, do nosso Secretário Executivo Adjunto também, João Domingos Fassarella, do Secretário Nacional de Assistência Social, que compõe aqui a nossa Mesa, Oswaldo Russo, saudar o Secretário de Estado de Ação Social do Distrito Federal, Gustavo Ribeiro, a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Márcia Pinheiro, a Representante do Fórum Nacional de Assistência Social, Ana Quiroga, o Secretário Deputado Armando Abílio Vieira, Representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social, Carlos Ajur, Presidente da Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos, Dalila Maria Pedrini, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Marcelo Garcia, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, saudar as autoridades municipais aqui presentes, os Secretários Estaduais, Municipais, Gestores, os Delegados, convidados, os observadores desta V Conferência, saudar os jornalistas, trabalhadores da imprensa e todas as demais pessoas presentes. E quero aqui, efetivamente, fazer um registro: além da importância deste encontro, importância política, social e histórica para o nosso país, no campo das conquistas sociais, esse Encontro me possibilitou, também, um outro encontro – o meu encontro com a minha mulher, porque ela mora em Belo Horizonte, eu moro aqui em Brasília, só nos encontramos no final de semana e, com este encontro, ela veio como Delegada, representando a Universidade Católica de Minas Gerais, onde ela é Pró-Reitora de Extensão. Então tem esse lado também, pessoal.

Bom, gente, eu não vou falar muito, porque eu fui honrado também, o nosso Governo também, mas o Governo, liderado pelo Presidente Lula, eu fui honrado com o convite para fazer a Conferência inaugural deste Encontro, desta Conferência – a palestra inaugural. Portanto, vocês vão ter que me ouvir, daqui a pouco, uns 40 minutos. Aqueles que ficarem aqui depois que o Presidente se ausentar; eu espero que se mantenham. Mas eu quero dizer aqui algumas palavras. Primeiro, eu quero, realmente, agradecer ao Presidente e à D. Marisa pela presença porque, pela agenda do Ministro, a gente sabe a agenda do Presidente, os compromissos que ele tem, as demandas, e a presença dele hoje, aqui, expressa a deferência e o compromisso com o trabalho que nós estamos fazendo para a implantação do Sistema Único de Assistência Social e para a consolidação de uma grande rede de proteção e promoção social no Brasil.



Eu quero compartilhar com as pessoas presentes, os delegados, os convidados, os observadores, os gestores estaduais e municipais, uma alegria, porque é uma conquista de todos nós, é uma conquista de cada um, na sua cidade mais distante, na sua comunidade. Eu estava, hoje à tarde, com o Presidente Lula, outros Ministros, ouvindo e vendo uma apresentação sobre esta pesquisa do PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, apresentada pelo Presidente do IPEA, Glauco Arbix, e pelo Professor Paes de Barros. E os dados mostram que nós estamos avançando de maneira histórica, no campo das conquistas sociais no Brasil. É uma conquista de todos nós, mas que mostra, também, a determinação de um Governo que tem a clara consciência que veio para promover os mais pobres, para trazer para o cenário político, econômico, social do país, aqueles que, historicamente, sempre estiveram debaixo e à margem, um Governo que tem esta consciência. E nós ficamos felizes quando a pesquisa mostrou, além de mais de três milhões de novos empregos, mostrando que estamos integrando políticas chamadas **emergenciais**, mas que são políticas públicas, normatizadas, com políticas **estruturantes**, além dos milhões, mais de três milhões de novos empregos, nós tiramos – a palavra *três* vai aparecer aqui três vezes, e para quem tem uma certa visão meio mítica da vida e mística, o número três é um número anunciador, é um número forte na tradição bíblica, por exemplo, é um número simbólico – pois bem, são três milhões, aproximadamente, de pessoas, que foram retiradas da pobreza absoluta! E três milhões que subiram da pobreza! Seis milhões de pessoas promovidas em termos de pesquisa, com dados, em 2004.

Segundo o Professor Paes de Barros, que não é uma pessoa vinculada formalmente ao Partido dos Trabalhadores, ao Governo do Presidente Lula, um pesquisador independente, às vezes crítico, segundo ele, dados absolutamente fantásticos, que honrariam qualquer país do mundo, se contabilizados pela metade. Segundo ele, se fosse a metade dos indicadores que conseguimos em 2004, em termos de combate às desigualdades sociais, isso seria um dado notável, segundo os órgãos da ONU, por exemplo. A população mais pobre do país melhorou a sua condição; os pobres subiram e os 10% mais ricos tiveram a sua renda diminuída. Esse é um dado que é importante que nós tenhamos consciência dele. Nós sabemos que a estrada é longa, os desafios são grandes, a dívida social é grande, mas é importante. E quem está vivendo o dia a dia do Ministério e do Governo do Presidente Lula tinham a mais absoluta certeza de que esses números surgiriam e vão emergir, no futuro, com muito mais força e com muito mais nitidez.

Porque vejamos: pela primeira vez, na história do Brasil, nós temos um Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com recursos orçamentários, em 2005, de dezessete bilhões de reais e uma previsão orçamentária, para 2006, superior a vinte e um bilhões de reais. Não estão incluídos, aqui, os nove bilhões do PRONAF, da agricultura familiar. Os recursos da Educação, da Saúde, são recursos destinados, exclusivamente, à promoção de pessoas, famílias e comunidades pobres, para consolidarmos, juntos, essa grande rede de proteção social no país. Fica claro que o nosso Governo está fazendo a sua parte. São recursos que mostram que a questão social, a questão dos pobres, é central, é nuclear, é prioridade no Governo do Presidente Lula.

E quero dizer também – já encerrando, senão eu não faço a minha Palestra – já terminando, eu quero dizer que nós estamos vivendo um momento muito importante, pelo trabalho de todos nós. O Ministério do Desenvolvimento Social é o ministério das ações intersetoriais,



é o ministério da Assistência Social, é o ministério da segurança alimentar, é o ministério da renda familiar básica, do Bolsa-Família, é o ministério que se integra também, cada vez mais, através dos Programas do Fome Zero, com a ação de outros Ministérios. Nós estamos consolidando, no Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, um conjunto de ações sociais que estão mudando o nosso país. Estamos integrando agora, por exemplo, o Bolsa-Família e o PETI, o Bolsa-Família e a Casa das Famílias. Estamos integrando os nossos Programas com o Programa de Geração de Trabalho e Renda, porque o Governo do Presidente Lula, além dos grandes investimentos na agricultura familiar, gerando trabalho e renda no campo, fixando as famílias na roça, preservando vínculos familiares e culturais, tem o microcrédito, tem as políticas de apoio ao cooperativismo, temos no nosso Ministério a inclusão produtiva articulando com a economia solidária, a implantação dos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento social. Então, um conjunto de políticas que atende aqui e agora – porque nós sabemos que a fome não pode esperar – que estão abrindo novos e grandes horizontes para o futuro do nosso país, no campo das conquistas sociais.

E isso não é dito, aqui, de uma forma arrogante; é com a compreensão dos desafios, mas, sobretudo, com humildade para reconhecer que esta é uma conquista de todos nós, é o trabalho de cada um que possibilita que nós estejamos, agora, abrindo novos horizontes sociais para o nosso país. Muito obrigado a todos, parabéns por esta belíssima Conferência. E vamos agora ouvir quem nós queremos ouvir, que é o Presidente Lula. Muito obrigado.



## **Do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.**

Boa noite. Eu queria pedir à Mesa escusas, porque, não sei se vocês perceberam, o Patrus ficou cansado só de ler a nominata. Ou seja, é uma quantidade extraordinária de companheiros e companheiras que já foram citados aqui, e eu gostaria de, como ninguém é candidato a vereador ou alguma coisa no ano que vem, eu não vou ler a nominata. E também eu estou com um problema, porque eu não sabia que o Patrus era o primeiro Conferencista, eu fiquei sabendo na hora em que nos encontramos, um pouco antes; e agora eu estou com um dilema, porque grande parte dos números que eu vou falar certamente estarão no discurso dele. Então eu acho que eu vou falar de vocês ao invés de falar dos números aqui, porque nós vamos nos entender melhor.

A primeira coisa é fazer é dizer para vocês da alegria que um Presidente da República pode ter, de vir à Abertura desta V Conferência em que vocês estão se propondo a dedicar os próximos dez anos da vida de vocês, quem sabe, às vezes, até levando os familiares ao empobrecimento da relação pessoal, mas vocês estão se propondo a dedicar mais uma parte da vida de vocês para criar o SUAS, ou seja, criar um Sistema Único de Assistência Social no Brasil. Vocês sabem que denunciaram aqui que eu completei 60 anos dia 27 de outubro. Foi bom, porque senão as pessoas pensam que eu já estava com 70, então foi bom. Mas uma coisa gratificante de estar aqui com vocês, é poder dizer para vocês, ou melhor, reafirmar para vocês algumas coisas que eu tenho dito ao longo da minha vida, e ao longo das nossas relações.

Quando um Presidente da República, ou um Prefeito, ou um Governador de Estado deixa de exercer o seu mandato, ao cumpri-lo, o que fica mais importante, na sua passagem pelo Governo, possivelmente não seja, apenas, a quantidade de conquistas que as pessoas tiveram – se ganhou dez ou ganhou vinte, se ajudou um milhão ou dois milhões – isso é muito importante, mas a coisa mais sagrada que pode existir no exercício de um mandato, é a gente poder avaliar se, terminando o mandato, nós criamos um outro padrão de relação com a sociedade brasileira e se o Estado e o Governo criaram as condições para que as instituições da sociedade civil se sentissem co-participantes das definições das políticas públicas colocadas em prática pelo Governo. É por isso que, no nosso Governo, eu não tenho o número agora, mas, certamente, já tivemos, desde 2003 até hoje, umas dezoito a vinte Conferências Nacionais. Já houve todas as Conferências que vocês possam imaginar; essa é a segunda de vocês, no nosso Governo – eu não estou falando desde que vocês resolveram fazer Conferência, eu estou falando no nosso Governo. Essa é a segunda de vocês, assim como já houve a segunda da Cidade, vai haver a segunda do Meio Ambiente, ou seja, todas as Conferências Nacionais e, o que é mais importante, em todas elas o Governo está presente de corpo e alma.

Gratificante, para um governante, é poder ouvir as pessoas falarem. Tem muita gente que acha que num Governo, ou, no nosso caso, a gente só gosta de ouvir elogios. Eu acho que





são poucos os políticos que desejam, apenas, ouvir elogios. É importante ouvi-los quando são verdadeiros, da mesma forma que é importante ouvir a crítica quando ela é verdadeira, e dar à crítica a mesma importância que nós damos aos elogios. Isso é fundamental para que a nossa relação seja verdadeira, porque senão, nós teremos uma relação não tão verdadeira, e vocês conhecem, historicamente, as pessoas que estão aqui na Mesa, muitas de vocês e muitos de vocês convivem, como Assistentes Sociais, comigo, desde 1979, quando eu participei do III Congresso das Assistentes Sociais desse país e, portanto, nós não temos razão para mentir uns aos outros; nós temos que ser verdadeiros com vocês naquilo que a gente pode fazer, vocês, verdadeiros conosco naquilo que vocês entendem que é correto fazer, e nós sempre haveremos de chegar a um denominador comum que possa dizer, no final: estamos avançando. Não com a pressa que nós gostaríamos, mas não com a lerdeza que avançamos esses anos todos; estamos avançando de verdade.

E eu vou citar um avanço que nós tivemos aqui. Eu penso que foram poucas as vezes que homens e mulheres, que dedicaram a sua vida para se formar, se especializar em tentar atender, de corpo e alma, os mais carentes desse país – muitas vezes os sem cidadania, muitas vezes, e na maioria das vezes, os sem emprego, os sem salário, os sem casa, os sem carro, os sem telefone, e tantos outros *sem* por aí – vocês não ouviram aqui, nesse encontro até agora, nenhuma vez, a palavra *nós estamos gastando mais ou estamos gastando menos*, porque a grande mudança, que para alguns parece pequena, mas para mim é essencial, é que, nesse Governo, política social não é gasto, é investimento. E um investimento que, certamente, trará muitos benefícios, se entendermos assim. Porque historicamente, no Brasil, *eu vou dar cinquenta bilhões não sei para quem*, é investimento, *eu vou dar quarenta bilhões não sei para quem*, é investimento, *eu vou dar não sei para quem* é investimento. Agora, quando é para dar um centavo ao pobre, é gasto. E na minha cabeça, e na minha consciência, cada real que a gente puder destinar a fazer um pouco de política assistencial e fazer um pouco de política social, na forma que for possível fazer, em função das necessidades, também dependendo da região das pessoas, nós temos que ver investimento. Porque, nesses dias eu assisti um programa de televisão – e tem muita gente no nosso meio, no nosso meio, mais à direita, mais à esquerda, mais ao centro, tem muita gente que gosta de filosofar com a miséria dos outros. E tem muita gente que diz *Não, mas essa política é assistencial, aquela outra é assistencial, isso é proselitismo*, e vai por aí afora. *Bolsa-Família, Patrus, o Bolsa-Família, Patrus, isso é pouquinho, vai dar 65 reais, 70, isso não ajuda, o que era preciso era dar um emprego!*

Esse é o nosso sonho. Agora, quando eu vi as mulheres do Rio Grande do Norte devolverem o cartão do Bolsa-Família porque elas, depois de receberem um determinado tempo, com aquele dinheirinho, conseguiram construir um meio de vida para não precisarem mais dele... E o que me marcou – se tiver gente do Rio Grande do Norte aqui, podem contar – o que me marcou foi uma mulher dizer o seguinte: *Eu recebi o primeiro Bolsa-Família, eu comprei um pouco de pintinho; recebi o segundo Bolsa-Família, comprei outro pouco de pintinho*. Ganhou o terceiro, comprou. Hoje, ela não quer o Bolsa-Família, porque os pintinhos que ela comprou já se transformaram em frangos e galinhas e ela, hoje, está criando galinha caipira, vendendo ovo na feira, não precisa mais do Bolsa-Família e devolveu o cartão para nós! Significa o quê? Significa que, para ela, não tinha proselitismo! Para ela, não tinha política assistencialista! Para ela, aqueles 65 reais que ela recebeu, talvez fossem o máximo que ela recebeu na vida dela! Porque tudo, na vida, tem que ter importância em função da nossa realidade. Quem é do Nordeste sabe quantas vezes



trabalhadores do campo passam o ano inteiro sem ver uma nota de 10 reais, uma nota de 5. Aqui, nos grandes centros, a gente nem liga, dá até de gorjeta. Mas lá, significa o almoço e a janta de uma parcela da população.

Então pensar em Assistência Social é pensar no seguinte: tem um tipo de gente que não precisa mais, eu digo que tem um tipo de gente que não precisa mais de nós, do Estado e não precisa da Assistência Social. Você pega uma categoria muito organizada, bancários, você pega os metalúrgicos; são trabalhadores com Carteira Profissional assinada, são trabalhadores com um salário razoável, se comparado à média nacional, são trabalhadores de sindicato forte, então esses não precisam das políticas sociais do Governo. Para esses, o que nós queremos é que eles tenham liberdade de conquistar o máximo possível. E aqueles que vocês tão bem conhecem, aqueles que ainda não têm emprego, aqueles que ainda não têm habitação, aqueles que não têm acesso à saúde, aqueles que não têm salário, aqueles que não têm nada, que moram por esse mundo a fora como nômades, em disputa, de uma Prefeitura ou de outra? Esses precisam do Estado brasileiro, e é para esses que o Estado tem que definir prioridades, para tirá-los da condição de pobreza absoluta e elevá-los à condição de cidadania. Essa política é uma política que só é possível de ser feita quando a gente tem cabeça, ou melhor, quando a gente tem a paciência de ouvir. Ouvir, ouvir uma vez, ouvir duas vezes, e, quem sabe, ouvir muitas vezes, para que a gente seja convencido de que estamos no caminho certo.

Esses dados que o Patrus falou aqui, além dele mostrar, eu sugeri ao Patrus que, quem sabe, se abrisse um espaço nesse Encontro, para que vocês pudessem ver. Porque a verdade é a seguinte: muitas vezes, as coisas boas que nós fazemos aparecem pouco, ou, se aparecem, aparecem um dia; agora, as coisas ruins, é como notícia, elas andam depressa, e ficam martelando, e ficam martelando, e ficam martelando. E todo o mundo aqui sabe que nesse país houve alguém que imaginava o seguinte: esse governo não vai dar certo, ele não sabe governar, não vai cuidar dos pobres, não vai fazer nada, então vai ser um fracasso. E agora, tem muita gente nervosa porque o fracasso virou sucesso. Tem muita gente irritada, tem muita gente irritada, muita gente irritada. E tem muito mais gente irritada quando a gente faz comparação. A gente pode comparar qualquer número, o número de doutores formados nesse país, o número de dinheiro investido em ciência e tecnologia, o número de dinheiro investido na agricultura familiar, o número de dinheiro investido na assistência técnica, o número de dinheiro colocado em política [...]

[...] A gente pode pegar o número que quiser e a gente pode comparar com eles, todos! É lógico que não fizemos, ainda, grande parte das coisas que nós sonhamos fazer. Não fizemos grande coisa. Agora, quando eu vi os dados do PNAD e, contra a vontade dos nossos adversários, que diziam que a política social tinha sido um fracasso, e a gente descobre que nós conseguimos, em três anos, diminuir a pobreza mais do que eles em dez ou vinte anos, é motivo de orgulho. Vocês estão lembrados, no dia da posse eu dizia: *Se, ao terminar o meu mandato, as pessoas estiverem tomando café, almoçando e jantando, já terá valido a minha passagem pelo Governo.* Hoje, eu sei que nós podemos muito mais, e cada pesquisa que for feita, cada pesquisa que for feita pelo IBGE, em 2005 vai melhorar, em 2006 vai melhorar. E porque vai melhorar? Porque nós estamos trabalhando para isso. Mas nós não conseguiríamos metade do que nós conseguimos se não fosse o trabalho de vocês e a crença de vocês, de trabalhar nas entidades, ouvirem desaforos – nem sempre é fácil trabalhar com Prefeito, nem sempre é fácil trabalhar; às vezes, penetrar na política de uma Prefeitura é muito complicado. As pessoas prefeririam que não tivesse vocês, porque,





se não tivesse vocês, poderia ser mais fácil dizer que fez, mas não fez. Eu sei como é que funciona isso.

Por isso eu quero dizer para vocês que, muito mais do que um discurso, muito mais do que qualquer coisa, o dia de hoje valeu. Não porque encontrei aqui um grupo de homens e mulheres dispostos a aplaudir o Presidente ou a vaiar o Presidente, mas porque eu encontrei aqui um grupo de homens e mulheres que estão dizendo: *Presidente Lula, independe de que Governo esteja neste país, independe de que partido governe; o que nós queremos é uma política para ajudar os pobres deste país, e não uma política para ajudar um partido ou um governo.* E aí eu fico satisfeito, porque quando vocês propõem o SUAS, vocês estão propondo uma política definitiva, vocês estão propondo uma política definitiva, para dizer, a quem quer que venha a governar este país: *Olhe, vocês são apenas governo, vocês são apenas governo. Agora, esse país tem política social, definida em Lei, aprovada no Congresso Nacional, e a gente não vai mudar.* Eu lembro quando nós aprovamos o SUS, na Constituição de 88; eu lembro os conservadores deste país, quantas críticas fizeram ao SUS. Bastava uma pessoa morrer num hospital para dizer: *É por conta do SUS.* Bastava uma criança estar doente e não ser atendida, *É por conta do SUS.* E o SUS amargou vários anos. Eu estou vendo o Nahas, ali, nosso querido médico lá de Minas Gerais, ele sabe. Ele sabe! O SUS passou a ser vítima de tudo e criticado por tudo. Hoje, as pessoas se dão conta de que o SUS ainda não é uma perfeição, mas nós nunca tivemos nada igual ao SUS para cuidar da saúde pública deste país.

Da mesma forma, podem ficar certos, mulheres e homens do meu Brasil, que vocês também vão ser criticados. Vão ser criticados, porque na hora em que a gente institucionalizar um instrumento como esse, em que as pessoas, ao invés de tratarem vocês como homens e mulheres de segunda classe, querendo se meter na política, eles vão descobrir que essa política não é do Presidente, que essa política não é do Governador, que essa política não é do Prefeito, mas que essa política é do Brasil. Muito obrigado, meus parabéns, e boa sorte!



## Conferência Inaugural

---

### **Patrus Ananias – Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Bom, gente, mais uma vez, então, boa noite, para a gente começar. Quero mais uma vez, também, saudar os meus parceiros da Mesa, o Carlos Ajur e a Vânia, quero agradecer o convite para proferir esta Palestra de Abertura da V Conferência Nacional de Assistência Social, sobre o *SUAS – Sistema Único de Assistência Social: Uma Conquista da Proteção Social no Brasil*.

Nós podemos, numa linha mais histórica, colocar o ano de 1930 como o ano marco na construção dos direitos sociais no Brasil. É claro que nós poderíamos voltar ao passado e falar da luta, da resistência dos nossos antepassados escravos, dos quilombos, da resistência indígena, das lutas sertanejas, das lutas e das redes de solidariedade que, ao longo dos séculos, foram sendo consolidadas no país, movimentos sociais. Mas, por uma questão de corte histórico, eu penso que 1930 é o início das políticas públicas sociais no nosso país, lembrando inclusive que, pouco antes da Revolução de 30, um Presidente da República teria dito – alguns historiadores discutem se disse mesmo, mas, de qualquer forma, expressa o sentimento da época – ele teria dito que a questão social era uma questão de polícia. É bem verdade que, a partir de 1930, nós tivemos um processo de leis sociais, algumas conquistas, que vieram, também, num processo contraditório, vinculado àquela concepção do corporativismo e, sobretudo, depois de 1937, com a marca, também, do autoritarismo.

Nós estamos hoje, basicamente, de acordo, que o governo Getúlio Vargas, com as suas ambigüidades e contradições, representa um marco e, também, o início de uma era de importantes conquistas, porque nós sabemos que as conquistas sociais, os direitos dos pobres, também não se constroem de uma forma linear, eles se constroem em processos, muitas vezes dialéticos, contraditórios. Nós temos que registrar que os resultados foram positivos. Pela primeira vez, na história do Brasil, uma Constituição, a Constituição de 1934, incorporou, no Plano Constitucional, direitos trabalhistas, direitos sociais relacionados com a Educação, com a Saúde, e, diríamos, as primeiras sementes dos direitos relacionados com a Assistência Social, com a implantação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, os IAPs. Depois, nos anos 40, tivemos a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, e, 1943, quando o Estado se propõe a subsidiar ações de filantropia, através de apoio a entidades da sociedade voltadas para o atendimento das necessidades básicas dos mais pobres. Surgem as primeiras Escolas de Serviço Social. Em 1938, a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao então Ministério de Educação e Saúde, procurando organizar os serviços sociais em todo o país. Em 1942 foi criada a Legião



Brasileira de Assistência, com a atribuição de organizar voluntários e assistir aos idosos, inválidos – como se dizia na época – e crianças carentes. Eram ações setoriais, que não se constituíam, ainda, como políticas públicas integradas, mas que fazem parte da nossa história, porque nós sabemos que os direitos, especialmente os direitos sociais, os direitos dos pobres, não emergem da terra, não brotam espontaneamente e nem caem do céu; são construídos nas lutas, nos movimentos sociais e, muitas vezes, não de uma forma linear, mas em forma de zig-zag, mas com resultados positivos mais à frente.

Se fizemos um corte, também em respeito às pessoas presentes, e à questão do tempo, temos o processo constituinte de 87/88, que levou à Constituição de 05 de Outubro de 1988, como um outro marco na restauração do Estado Democrático de Direito, depois do período do autoritarismo, e amplia, de forma significativa, o conjunto dos direitos civis, políticos, e acolhe, de forma inovadora, um conjunto de direitos sociais consignados num sistema de proteção social. A Constituição de 88 eleva a Assistência Social para o campo das Políticas Públicas, vinculando a Assistência Social à Saúde e à Previdência Social, na perspectiva, que estamos consolidando, da Seguridade Social, e determinando uma atenção especial para pessoas, famílias e comunidades em situação de maior vulnerabilidade: crianças, adolescentes, portadores de deficiência ou pessoas que demandam cuidados especiais, os idosos, as comunidades indígenas, os quilombolas, populações de rua e outros setores sociais mais fragilizados.

Na esteira da Constituição de 88 – e aqui é importante registrar a luta histórica de muitas pessoas e movimentos, especialmente dos Assistentes Sociais, uma luta que eu, pessoalmente, pude acompanhar, como Professor de Direito e Legislação Social na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e, também, como advogado do Sindicato dos Assistentes Sociais – essas conquistas da Constituição de 88 se desdobraram nas leis posteriores, que regulamentaram e consolidaram a Constituição, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a implantação do SUS, do Sistema Único de Saúde, em 91, a Lei Orgânica de Assistência Social, em 93, o Estatuto do Idoso, em 2003, e também, em 2003, a Lei que instituiu o maior programa de transferência de renda e de apoio às famílias pobres do Brasil, o Bolsa-Família, hoje, também, integrando o Sistema Único de Assistência Social.

Neste contexto, é importante lembrarmos, também, a instalação dos vários Conselhos da Criança e do Adolescente, ligados ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social, estruturado desde os municípios, com os Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional, a regulamentação do Fundo Nacional de Assistência Social, e a instituição dos Fundos Estaduais e Municipais. A realização das primeiras Conferências Municipais e Estaduais e da Conferência Nacional, em 1995, e o início dos Benefícios de Prestação Continuada, com base na Lei Orgânica de Assistência Social, em 1996, benefícios ampliados agora, mais recentemente, com o Estatuto do Idoso, a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, resultado, também, de uma luta histórica dos movimentos sociais e das entidades comprometidas com os direitos e a dignidade das crianças e adolescentes, a aprovação da primeira Política Nacional e da NOB – a Norma Operacional Básica, em 98, a instalação das comissões intergestoras, em 2001, e a criação dos Centros de Referência da Assistência Social, as nossas Casas das Famílias, dentro do Programa de Atenção Integral às Famílias, em 2003. E agora, em 2004, a implementação do Sistema Único de Assistência Social que



constitui, certamente, o avanço mais significativo, desde a Constituição e a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social.

O SUAS e sua Norma Operacional Básica, construídos de forma absolutamente republicana, dentro dos princípios constitucionais do pacto federativo, numa linha suprapartidária, numa ação integrada com os governos municipais, estaduais, com a sociedade e, especialmente, com os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social. O SUAS, como nós todos sabemos, representa um avanço, uma conquista histórica, porque coloca, definitivamente, as Políticas Públicas de Assistência Social no campo dos direitos, políticas de Estado, superando a fase do clientelismo, do assistencialismo do *quem indica* para um estágio superior das normas jurídicas, dos critérios, dos procedimentos, do controle social, da transparência e da prestação de contas. Um processo que se estabelece de baixo para cima, superando, no Brasil, aquele período em que as políticas sociais, muitas vezes se confundiam com políticas de filantropia, que são necessárias – é importante, a meu ver, nós estimularmos, sempre, as iniciativas das pessoas de boa vontade e da sociedade, o voluntariado, o chamado terceiro setor – longe de nós, desqualificar qualquer ação filantrópica de pessoas e entidades comprometidas, em diferentes níveis, com a promoção dos pobres, com a justiça social. Mas o que se registra é a conquista da presença do Estado, do Estado democrático de direito, do Estado que assume as Políticas de Assistência Social, como estamos assumindo hoje as Políticas de Combate à Fome, na perspectiva do direito humano à alimentação, como políticas públicas, onde a sociedade se faz presente, mas dentro de diretrizes legais e com responsabilidades claras dos diferentes entes federados, municípios, estados e governo nacional.

Eu considero que o momento importante na evolução dos direitos sociais das Políticas de Assistência e Desenvolvimento Social no Brasil foi a criação, há menos de dois anos, em janeiro do ano passado, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, porque preserva as Políticas de Assistência Social, através da Secretaria Nacional de Assistência Social, que se consolida, agora, com o SUAS, mas abre espaços e horizontes novos, novas possibilidades e paradigmas de ações intersetoriais, integrando Políticas da Assistência Social com Políticas de Transferência de Renda, com Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e dando amplitude inteiramente nova aos programas sociais. Podemos lembrar, por exemplo, que os Benefícios de Prestação Continuada têm investimentos, hoje, superiores ao Bolsa-Família, mais de oito bilhões. Estamos atendendo, cuidando, promovendo dois milhões e quinhentos mil idosos e pessoas que necessitam de cuidados especiais, pagando-lhes um salário mínimo que, no caso do Estatuto do Idoso, pode chegar a dois salários numa mesma família. O Bolsa-Família, presente em todos os municípios do país, com oito milhões e duzentas mil famílias hoje, e a meta, a ser cumprida, de oito milhões e setecentas mil famílias.

Mas, mais do que apresentar aqui números, eu quero falar das possibilidades que se abrem com a integração destas políticas. Estamos agora, com a participação dos Conselhos, da sociedade, integrando o Bolsa-Família com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, respeitando as especificidades de cada um dos Programas, o Bolsa-Família assumindo a transferência de renda, o benefício pago às famílias, sem prejuízo para as famílias. A Lei do Bolsa-Família permite situações especiais, e aqueles que recebem mais, as famílias, através do PETI, não terão prejuízo, possibilitando que todos os recursos do PETI sejam direcionados para as ações [...] ou de ampliação de jornada, e, com isso, nós



estaremos alcançando, ao final de 2006, todas as crianças até 16 anos, em situação de trabalho precoce no Brasil, hoje em torno de, aproximadamente, dois milhões e setecentas mil a três milhões de crianças e adolescentes. Se já avançamos, e ainda este ano estaremos formalizando esta integração do Bolsa-Família com o PETI, estamos evoluindo, também, na integração do Bolsa-Família, PETI e Casa das Famílias, os CRAS, que vão se consolidando, também, como uma grande rede universal, inclusive como sendo a porta de entrada do sistema, e hoje já vinculados, também, ao nosso processo de atualização dos cadastros do Bolsa-Família. A integração, também, destas políticas, do Bolsa-Família, PETI, Casa das Famílias com ações chamadas emancipatórias, estruturantes, dentro do nosso Ministério e, também, dentro do Governo e da sociedade, as parcerias que estamos fazendo com outros Ministérios, governos estaduais e municipais, empresários, sindicatos, universidades, igrejas, na perspectiva do desenvolvimento regional, das políticas de geração de trabalho e renda, de qualificação profissional, o treinamento, o apoio ao cooperativismo, a integração com os CONSADs, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, a integração dos nossos programas, a inclusão produtiva, com o apoio socioeconômico às famílias, a economia solidária, o microcrédito, possibilitando que nós estejamos, hoje, avançando de forma decidida, para implantar, em todo o país, uma grande rede de proteção e promoção social, de políticas sociais integradas, nessa perspectiva da intersetorialidade e da articulação destas ações.

Eu penso que nós temos novos desafios pela frente. O SUAS é uma construção e um patrimônio, como disse hoje aqui o Presidente Lula, de todos os atores, de todas as pessoas e, sobretudo, dos pobres do Brasil, trazendo à cena, assegurando direitos a segmentos cada vez mais ampliados. Expressa e materializa os nossos compromissos do Governo, mas também, do povo brasileiro, manifestos na Constituição, nas Leis da implementação da Política de Assistência Social para todos. E agora, este momento histórico. Uma Conferência suprapartidária realizada em todos os estados, 85% dos nossos municípios, mobilizando mais de trezentas mil pessoas, para discutir as nossas Políticas de Assistência Social para os próximos dez anos, no sentido de que se tornem Políticas Públicas de Estado, e que se afirmem como conquistas civilizatórias da sociedade brasileira, transcendendo os governos, porque somos todos transitórios, e valorizando o Estado e a sociedade, que são permanentes.

Mas se posso, depois desse breve retrospecto histórico e reconhecendo mais uma vez aqui, de público, a contribuição de tantas pessoas, tanto maiores quanto mais anônimas, discretas, no seu compromisso com os pobres, com a justiça social, com o bem comum, eu quero compartilhar, também, um sentimento, que eu penso que é o desafio que se coloca para nós nos próximos anos: além da normatização de todas as nossas Políticas de Assistência Social, integradas com as outras políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar, políticas de desenvolvimento regional, local, transferência de renda, a consolidação do Bolsa-Família, nós temos um desafio, que é a integração das nossas políticas sociais. Eu tenho dito, sempre, que nós não podemos desqualificar as grandes conquistas setoriais da Assistência Social, mas também da Educação, da Saúde. A escola pública, o direito universal à educação com qualidade, não é um dado histórico, é uma conquista do Brasil recente. Ganha força, também, a partir dos anos 30, com aquele grande movimento da escola pública de Anísio Teixeira, de Fernando de Azevedo, de Cecília Meirelles. Da mesma forma, a Saúde; há alguns anos atrás, alguns séculos, no Brasil, até recentemente, no século XX mesmo, a Saúde era no campo da filantropia! A conquista da





Saúde como direito foi uma luta, e esta luta se consolida, no momento, com a implantação do SUS. Temos também, agora, esse grande movimento, na linha do direito à alimentação, a implantação dos CONSEAs nos municípios e nos estados, as conquistas da Assistência Social.

Eu tenho dito e quero reiterar hoje, aqui, encerrando essa exposição, como uma contribuição pessoal de reflexão, de debate, que nós devemos preservar as identidades de cada uma dessas áreas e, de maneira muito especial, essa valorosa, histórica e aguerrida área da Assistência Social, mas devemos buscar espaços de integração das políticas sociais. Nós temos um objetivo comum: erradicar a pobreza, garantir a todos os compatriotas os direitos sociais básicos. O nosso objetivo comum é o primado da vida, da dignidade humana, do desenvolvimento econômico vinculado ao desenvolvimento social, às políticas que, efetivamente, priorizem e promovam as pessoas, famílias e comunidades pobres. Há uma frase que eu cito muito e que eu gosto, que diz: *É importante distinguir para unir*. Nós temos que preservar as identidades, afirmar, de forma vigorosa, as Políticas Públicas da Assistência Social, como estamos afirmando no nosso governo, com os Benefícios de Prestação Continuada, com a Casa das Famílias, o PAIF, PETI, Sentinela, Agente Jovem, inclusão produtiva, a nossa rede de atendimento, consolidando agora, com o SUAS, a interface com o Bolsa-Família e com outras políticas de promoção social. O desafio que se coloca, agora, é como integrarmos, respeitando as especificidades, respeitando as identidades, as conquistas históricas, integrarmos estas políticas sociais e inclusive, também, a Educação, a Saúde, o apoio à agricultura familiar, à reforma agrária, às políticas de desenvolvimento local e regional, integrando essas políticas em ações intersetoriais, maximizando esforços, recursos, criando sinergias, para que nós possamos alcançar o grande objetivo que nos unifica a todos, que nos traz hoje aqui para esta histórica V Conferência da Assistência Social, que é a construção de um Brasil socialmente justo, a erradicação da fome, da desnutrição, de todas as formas de exclusão e marginalização social.

O Brasil é um país que vive um enigma, um enigma que nós poderíamos colocar lembrando a mitologia grega: *Decifra-me ou te devoro*. Eu estou convencido de que nós estamos decifrando e resolvendo este enigma, mas não podemos esquecer dele, porque ele continua, ainda, nos interpelando. Nós somos um dos quatro ou cinco países mais ricos do mundo, em termos de extensão territorial, uma grande pátria continental, recursos naturais, condições climáticas favoráveis, terras produtivas, recursos minerais, recursos hídricos, as qualidades do nosso povo, as qualidades de generosidade, de criatividade, de tolerância, de compromisso, de solidariedade. Não obstante essas condições favoráveis que recebemos da natureza, da história e, na minha perspectiva, de outras dimensões maiores, de Deus, nós estamos ainda, apesar dos avanços notáveis dos últimos anos – que nós mencionamos hoje aqui, que mencionou, também, o Presidente da República – nós temos uma dívida social pesada, nós somos um país, ainda, com indicadores sociais inaceitáveis, com níveis de desigualdades que nós precisamos reverter de forma vigorosa, cada vez mais, como já estamos revertendo, para deixarmos para as gerações futuras um Brasil à altura de si mesmo, um Brasil acertado consigo mesmo, na liberdade, na democracia, no desenvolvimento econômico, mas vinculado às Políticas de Assistência Social, de distribuição de renda, de justiça e de afirmação dos valores da dignidade humana. Esta transformação social que nós estamos vivendo no Brasil, hoje, onde cada pessoa aqui presente é um ator inestimável, demanda novos horizontes e paradigmas de ações



integradas e intersetoriais. Esse, eu penso, que é um desafio que se coloca para nós. É claro que nós teremos sempre os espaços próprios de cada um, mas como construímos uma rede que vá além das Políticas da Assistência Social e que integre, na diversidade, no pluralismo, todas as políticas sociais com esse objetivo comum: emancipar o povo brasileiro, libertar o nosso povo de todas as formas de opressão, da fome, das doenças que podem ser prevenidas e vencidas, do desemprego, do subemprego, do abandono, da falta cuidados, integrar todas estas ações nesta perspectiva comum.

A questão, por exemplo, da Educação. Hoje, também, na avaliação que fazíamos da PNAD, a questão que se colocava, era a da importância fundamental da qualificação profissional, da educação integrada a programas e projetos de desenvolvimento social. Muitas pessoas, por exemplo, falam ou consideram, acreditam que a Educação seria uma solução mágica. As pesquisas mostram que não. Educação é direito, como é direito a Assistência Social. É fundamental para o desenvolvimento do país, mas, garantir títulos e diplomas se não estiverem integradas as políticas sociais, não garante acesso ao mercado de trabalho, não garante possibilidades automaticamente. Nós estamos inclusive, hoje, vendo no país pessoas tituladas e que não estão tendo acesso às possibilidades do trabalho, exatamente pela demanda dessas ações integradas. A questão, por exemplo, da territorialidade, como somarmos esforços na perspectiva do desenvolvimento regional, da potencialização das vocações, das características próprias, das diferentes micro e macro regiões do nosso país tão diferenciado, como concentrarmos nesses territórios, nesses espaços, conjuntos de ações que possam efetivamente, promover e emancipar as pessoas e construir os direitos e os deveres recíprocos da nacionalidade e da cidadania. Como integrar a Assistência Social, com A e S maiúsculos, no campo do desenvolvimento social?

E aqui por outro lado também, gente, encerrando, eu quero deixar claro: haverá sempre dois níveis para o trabalho notável dos Assistentes Sociais, da Assistência Social, das políticas públicas. E nós teremos de trabalhar sempre nesses dois níveis: um, o nível da emancipação, o nível da intersetorialidade, o nível da Assistência Social vinculada à perspectiva Constitucional da Seguridade Social, que é uma outra palavra do desenvolvimento social, essas políticas que possibilitam que as pessoas, as famílias, as comunidades, possam caminhar com as suas próprias pernas, possam se tornar sujeitos da sua história e da sua vida e possam trazer a sua contribuição ao bem comum do nosso país e do nosso povo. Mas nós temos também que nos contrapor, de forma vigorosa, a essas idéias perversas que nos trazem uma espécie de darwinismo social. Quem pode, pode, quem não pode fica para trás. Essa idéia de que os mais fracos estão condenados, ou, quando muito recebem as migalhas, e não direitos. Nós sabemos que tem pessoas fragilizadas - a condição humana é uma condição fragilizada – pessoas fragilizadas pelo tempo, pela idade, os idosos, pessoas fragilizadas na sua condição física, psíquica, emocional - aqueles que demandam cuidados especiais – pessoas fragilizadas pelos contratemplos da vida, os problemas dos vícios, das limitações, do alcoolismo, das drogas, pessoas fragilizadas porque não tiveram, no passado, direitos e oportunidades básicos. E as Políticas Públicas de Assistência Social trazem essa marca fundamental, de promover essa integração. De um lado, a inserção nas políticas estratégicas de desenvolvimento social, a Política Pública da Assistência Social articulada com as Políticas Públicas da Educação, da Saúde, do Trabalho, da Cultura.



Mas há um território, também, que é muito próprio das Políticas da Assistência Social, e esse é um território sagrado, do qual nós não podemos, também, abdicar. Aqueles que, pelas mais variadas razões, humanas, históricas, psíquicas, aqueles que foram fragilizados, que estão fragilizados, aqueles que têm mais dificuldades de enfrentar os desafios da vida, de superá-los, esses não podem ser abandonados, como se fossem seres inferiores. Garantir dignidade de cidadania para todos, e nós temos que ter isso claro. Porque as pessoas falam muito: *Tem que dar trabalho!* Temos que dar trabalho. *Tem que ter políticas de desenvolvimento!* Tem, mas nós temos que ter sempre aquele olhar: quem ficou um pouco para trás, quem anda mais devagar ou, até mesmo, não pode andar, esses não podem ser esquecidos. Uma sociedade humana, cristã, democrática, republicana, tem esse compromisso: cuidar, com um carinho especial, dos mais frágeis, e garantir a eles que esse atendimento não se dê apenas ao nível da boa vontade ou da caridade momentânea, garantir a eles, que são milhares, que são milhões – sobretudo em tempos adversos como o nosso – garantir a esses que tenham os seus direitos rigorosamente preservados e ampliados. Uma sociedade se mede, do ponto de vista ético, do ponto de vista dos valores, pela capacidade que ela tem ou não tem. E nós esperamos que o Brasil tenha, cada vez mais, a capacidade de cuidar, de acolher, de promover, de preservar aqueles mais fragilizados. Que esse Encontro e que os próximos dez anos sejam balizados por esses dois pontos: o compromisso com as grandes políticas que promovem a transformação social, a justiça social, e esse olhar carinhoso, acolhedor, para aqueles que, de uma forma ou de outra, pessoas, famílias, e, às vezes, comunidades inteiras precisam de um cuidado maior para se colocarem no processo. Essa capacidade, esse trabalho de acolher e promover os mais fracos, este é um campo por excelência, além de outros, é claro, das Políticas de Assistência Social.

E o Brasil deve a vocês, deve aos promotores dessas políticas, o fato de estarmos vivendo, hoje, esse momento novo. O Brasil olha, cada vez com mais cuidado, com mais atenção, construindo novas políticas para aqueles que mais precisam, como disse o Presidente Lula, da presença do Estado e da sociedade. Esse olhar sobre os mais fragilizados e a construção dos direitos deles é um sinal de que o neoliberalismo, o capitalismo selvagem, a competição levada às últimas conseqüências, a idéia de que o lucro e o dinheiro são os bens fundamentais da sociedade, não vão prevalecer. Vocês trazem esta marca fundamental de uma sociedade humana: sobre tudo e sobre todos, a solidariedade. E, acima do direito de propriedade, acima do lucro, respeitadas que sejam dentro de padrões éticos, está sempre a dignidade da pessoa humana e, sobretudo, a dignidade dos mais fracos. Muito obrigado, parabéns pelo trabalho que todos estão fazendo, e que os próximos dez anos passem à história como um período de grandes conquistas e mudanças do nosso país e do nosso povo!





## **PAINEL I - Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS: Os Direitos Sócio-assistenciais e o Controle Social**

---

Expositora: Aldaíza Sposati

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Bom dia. Nós queremos acolher a todos e dizer que é um prazer muito grande iniciarmos os trabalhos de hoje. Pedimos que as pessoas fiquem o mais próximo possível da Mesa. E, para iniciar os trabalhos, nós queremos, com muito prazer, chamar a Professora Aldaíza Sposati – Professora Titular da PUC/SP, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social e Coordenadora do Centro de Estudos das Desigualdades Sócio-territoriais da PUC/SP – que vai nos dar o prazer de apresentar a *Fotografia do Brasil na Área da Assistência Social* falando, especificamente, *dos Direitos Socioassistenciais e do Controle Social*. Queremos também chamar, de forma muito carinhosa, a nossa Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, a Professora Dalila Maria Pedrini, Vice-Presidente do CNAS [...] Diretor de Relações Institucionais da ABONG, foi Secretário Executivo do CNAS e do CONANDA e hoje é Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social . Seja bem vindo à nossa Mesa. José Antônio Moroni vai discutir conosco os direitos socioassistenciais. Teremos ainda a presença de um Usuário da Política de Assistência Social que é o Edjael , não sei se já se encontra, acho que ainda não chegou e no momento em que ele chegar nós o chamaremos à Mesa. O Edjael é um usuário da Política, morador de São Luís, no Estado do Maranhão, é um jovem que participa dos programas [...] desenvolvidos pela Fundação Municipal da Criança e Assistência Social de São Luís.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Bom dia a todos e a todas. Eu vou explicar um pouquinho a dinâmica que vai acontecer na Mesa. Essa primeira Mesa apresentará a *Fotografia da Assistência Social no Brasil, nos Aspectos dos Direitos Socioassistenciais e o Controle Social*. A Professora Aldaíza terá uma hora para apresentar, sendo 30 minutos para cada subtema e, logo após, os debatedores terão 30 minutos para expor suas considerações. Depois da explanação dos debatedores, nós vamos abrir para o debate. Deverão ser feitos blocos de cinco perguntas por escrito ou no microfone, conforme regimento interno. Cada delegado ou convidado poderá usar a fala por 3 minutos. Outro detalhe: cada delegado ou convidado deverá se inscrever aqui na frente entregando o crachá. A inscrição será através do crachá. Nós vamos chamando os nomes através do crachá. Obrigada.

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Bom dia a todos. Saudação por esta V Conferência, companheiros de Mesa. Quero cumprimentar o CNAS por esta V Conferência e agradecer o crédito que foi dado a nós, do NEPSAS (Núcleo de Estudos em Seguridade e Assistência



Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC). É uma equipe grande, uma parte está lá, uma parte está cá, e eu vou começar explicando um pouco do que é que nós vamos tratar.

Primeiro, não se trata propriamente de uma Conferência em que eu vá aqui apresentar, a partir das nossas reflexões e estudos, idéias. Trata-se de outra coisa. Nesta Conferência, nós vamos aqui trabalhar o que foi chamado de *Álbum de Fotografias*. Nós vamos dar início à apresentação, a vocês, da fotografia da gestão da Assistência Social no Brasil. E este material, eu peço que já inicie a projeção, foi construído por todos nós. Cada um dos municípios fez o seu *Álbum de Fotografia* – embora nem todos tenham nos enviado – e encaminharam para que nós tivéssemos esses dados. Cada um dos estados também procedeu da mesma maneira. Eu creio que todos lembram que, neste *Álbum de Fotografias*, foi solicitado um conjunto de informações sobre como estava organizada a gestão da Assistência Social e um outro documento, que foi o documento das deliberações nas conferências; nesse documento das deliberações, vocês fizeram a opção por um decálogo de direitos socioassistenciais e, além disso, vocês construíram as metas a curto, médio prazos [...] esse material todo aqui, vai ser devolvido para nossa discussão em dois momentos. Hoje, nós vamos estar discutindo, agora, a síntese do que foi apresentado por todos no que se refere aos direitos sócio-assistenciais, depois, a parte das deliberações sobre o controle social, mas, quando nós discutirmos o controle social, vamos também estar colocando um pouco da realidade dos Conselhos Municipais.

Então, nós vamos começar a virar as páginas deste *Álbum*. Podemos ir virando as páginas. O *Álbum de Fotografias* tinha, mais ou menos, essa fisionomia. O que eu queria dizer para vocês é que, infelizmente, nós não conseguimos a fotografia dos 26 estados. Quatro estados não apresentaram o seu *Álbum de Fotografias*. Isso é lamentável. O Distrito Federal encaminhou a sua proposta e, dos quase 5.600 municípios, 1.274 é que apresentaram a sua fotografia, mas nenhum município do Acre, do Amapá e de Roraima encaminhou informação. Portanto, a nossa fotografia, como vocês vêem aqui, vai juntar, somente, 100% dos municípios do Mato Grosso – e os nossos cumprimentos pelo Estado do Mato Grosso por ter realmente se deixado enxergar na sua totalidade - eu acho que este é um esforço que todos nós temos que seguir - e depois, nós vamos aqui de 5% do Piauí a 80% da Amazônia e 70% da Bahia – cumprimentos também ao Amazonas e Bahia por terem se deixado ver, mostrar o que é a realidade da Assistência Social. Então, nós não podemos dizer que estes resultados sejam, realmente, a amostragem do Brasil, mas é o grau de democracia que nós conseguimos construir nesse momento, a transparência que se conseguiu construir até esse momento.

(Fala fora do microfone)

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** O que é que vocês querem saber de São Paulo? São Paulo não está aí?

(Fala fora do microfone)

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Eu já vou contar para vocês então onde é que ficou São Paulo e Santa Catarina. Eu prometo voltar ali para a Mesa e contar para vocês o que é que aconteceu, mas São Paulo ficou por volta dos 20%. Eu mostro para vocês já, já. Eu vou mostrar para vocês.



(Fala fora do microfone)

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Tudo isso que nós estamos, na verdade, fazendo – foi dito ontem na abertura – é a construção participativa do SUAS Plano 10. Nós estamos querendo saber onde nós estamos, como é que nós estamos na gestão da Assistência Social, para a gente poder traçar as nossas metas. Isto reúne a opinião de mais de quinhentas mil pessoas, portanto, meio milhão de pessoas. Todas essas informações foram tiradas das conferências. 84% dos municípios fizeram conferências municipais, mas só quase 23% é que tiraram a fotografia da gestão e nos mandaram. Outros podem ter tirado a fotografia, mas ela não chegou ao CNAS e, portanto, para a gente poder trabalhar. O que eu gostaria, ainda, de dizer nessa introdução - acho que ontem, realmente, isso foi reafirmado e que este é o lema desta Conferência - é que o SUAS veio para ficar. Eu sei que o Marcelo Garcia falou muito em várias das conferências preparatórias que nós não podíamos tratar o SUAS como *bola da vez*, isto é, só alguma coisa para se brincar de que está acontecendo, mas que não tem continuidade. Achei extremamente importante ontem o próprio Presidente da República dizer: *Olha, o SUAS é algo que ultrapassa o Governo. Ele veio para ficar.* E é neste sentido dele vir para ficar, que nós vamos mostrar estas fotografias. Em alguns momentos, as imagens destas fotos não vão ser muito agradáveis da gente enxergar, mas, ao mesmo tempo, isto significa um desafio. É o momento que nós estamos, e temos dez anos para modificar esta situação para o rumo que, nesta Conferência, nós vamos estar definindo. Então, para ficar ele precisa ser consolidado. Com esta introdução, nós vamos passar agora para o tema dos direitos socioassistenciais.

Então, a primeira foto que nós vamos apresentar para vocês é a foto dos direitos socioassistenciais. Se nós temos, na verdade, aqui, um direito que veio para ficar, aliás, um sistema, um SUAS que veio para ficar, para ficar ele precisa ser um direito, porque é a condição de ser um direito que lhe dá esta condição de permanência. E certamente, para todos nós, quando nós vamos discutir Assistência Social como direito e direito de cidadania, se nós fizermos a segunda pergunta: *direito a quê?* isso começa a dar uma turbulência. Este é o primeiro exercício que nós vamos aqui estar fazendo. Foram apresentadas, em todas as conferências estaduais, cerca de trezentas e trinta e uma proposições de direitos socioassistenciais. Ora, nós estamos nos propondo a um decálogo, a ter nas mãos os dez principais direitos socioassistenciais. Então, a primeira idéia que nós temos que ter clara, é que a Assistência Social como política pública é direito à proteção social não contributiva. Essa é a primeira característica de um direito na Assistência Social. Não é porque é direito do pobre ou é direito disto ou daquilo, mas é direito como política pública que tem que construir respostas, oferecer uma proteção social face à vulnerabilidade e risco, de modo não contributivo. Não precisa pagar antes, como a Previdência Social.

Uma outra matriz para nós pensarmos os direitos sócio-assistenciais, é que a proteção, eu dizia social, não contributiva, risco e vulnerabilidade, já está posta na Política Nacional de Assistência Social que foi aprovada. Agora, uma coisa é ela estar assim compreendida, assim conceituada; a outra coisa é: nós, de verdade, consolidarmos essa política nessa perspectiva. Indo adiante, nem todo mundo entende a Assistência Social desta forma. Alguns acham que, na verdade, a Assistência Social é secundária ao trabalho, isto é, se



todos trabalhassem, tivessem salário, não precisaria ter a Assistência Social. Esse silêncio mostra que isso dá para pensar. Inclusive, dentro desta perspectiva, o primeiro direito seria o trabalho, e o segundo direito seria relativo às demais políticas sociais. Nós percebemos que ao formular direitos sócio-assistenciais, alguns entendem que a Assistência Social seria uma política de terceira categoria. Ela só existiria no caso de alguns não terem trabalho, só existiria se as outras políticas sociais não funcionassem, isto é, ela é um *remendão*. Sob o conceito de *remendão* ela não precisa e nem pode ter direitos sociais, e esta é uma das grandes questões que nós vamos ter que resolver nesta Conferência, isto é, não significa, absolutamente, ser contra, é evidente - aqui todos têm um trabalho digno e salário digno - mas que os conflitos familiares, os conflitos de convívio, os conflitos relacionais, não se dão somente por decorrência da situação emprego e trabalho. Então, o modelo pelo qual a Assistência Social é vista como ajuda aos pobres e não, na verdade, política de proteção e não proteção como tutela, mas proteção social como direito, portanto, com autonomia, essa é a grande questão que nós vamos ter que tornar clara aqui nos direitos sócio-assistenciais. Então, nessa compreensão decorrente disso, a Assistência Social só atenderia situações especiais muito focalizadas, situações muito graves e crônicas de pessoas que não podem trabalhar e, só isto, seria campo da Assistência Social.

Nesses conceitos se rejeita a Assistência Social, por entender que ela não é política, mas uma ação de tutela ou favor. Entende-se que, na verdade, a presença da Assistência Social seria a negação da autonomia do cidadão, e ainda, que ela só deveria ser uma ação pública, auxiliar do trabalho, através dos projetos de inclusão produtiva. Se ela fizesse inclusão produtiva ela não precisava fazer mais nada, porque isto, nesta concepção, é que seria a função da Assistência Social. Arrumar geração de renda para quem não tem renda. Volto a insistir. Essa é uma maneira de ver a Assistência Social e é uma maneira de ver que, na verdade, não se entende ainda Assistência Social como um conjunto de serviços continuados e que, portanto, ela não precisa ser pensada como uma política de direitos, porque o direito não é dela, o direito é do trabalho. Então, a pergunta é: Será que ela, como política pública, tem direitos enquanto Política de Assistência Social, ou os direitos são os direitos do trabalho e ela é só uma derivação? Nós temos uma precedência ainda, no país, da ordem econômica sobre a ordem social, embora saibamos que é através da ordem social que a dignidade humana é respeitada. Vamos adiante para poder entender em que matriz se assentam os direitos específicos e se os tem da Assistência Social. A Assistência Social é, na verdade, um conjunto de ações – outra forma de entender – compensatórias, que dão acesso a recursos financeiros, através de benefícios ou transferência de renda fora da relação salarial ou do seguro previdenciário. Para alguns, a Assistência Social é tudo aquilo que é transferência de dinheiro fora de uma relação de trabalho ou da relação previdenciária. No caso, ela é uma ação compensatória. A sua prática se limita ao acesso a recursos financeiros para a reprodução social fora da lucratividade capitalista. Esta é uma das formas de entender. Portanto, ela não teria que ter serviços, bastaria ela ser transferência de renda. A força de trabalho da Assistência Social, nessa compreensão, consistiria em ter um conjunto de técnicos com capacidade, com *expertise* para medir a pobreza, isto é, fazer teste de meios – quanto o senhor ganha; quanto a sua família ganha; quanto, na verdade aí vai dar de ajuda para o senhor por mês. Há até uma verificação se não existe aqui uma fraude, a chamada *fraudofobia*. Como política compensatória ela também é política de anti-direitos. Ela não tem direitos porque ela compensa o outro. Em si, ela não tem direito a nada.



Dentro disso também, se todas as políticas setoriais funcionassem, não precisaria ter Assistência Social. Ou ainda, ela só poderia existir se fosse integrada a outra política social. Não quer dizer que ela não deva se integrar, mas quer dizer que, para ter direitos sócio-assistenciais, ela tem que ter alguma faixa de vida própria, ainda que esta vida ela também possa desenvolver de forma integrada, mas, para ter direitos sócio-assistenciais, ela tem que ter algo que é específico dela. Isso tudo são formas de entender. Certamente, muitos de nós já se identificaram.

As dúvidas: Será que a Assistência Social é uma política igual às outras? Será que ela deve garantir direito mesmo? Será que ela constrói direitos? Será que ela é política de direitos? Na verdade, atribuir à Assistência Social essa condição de ser uma política de direitos, não pode ser algo adjetivo, tem que ser substantivo, tem que mudá-la por dentro. A forma como que ela vem sendo abordada tem que ganhar um outro perfil para de fato ela ser política de direitos. Não basta dizer: dever de estado e direito de cidadania, e continuar numa lógica de tutela, de favor. Há uma mudança. Eu costumo dizer que ela precisa ser constitucionalizada, repassada pela condição constitucional de ser um direito e nós vamos ver se, nos nossos modos de gestão da Assistência Social no Brasil, nós já estamos passando ou não por essa constitucionalização. Nós estamos mudando, substantivamente, ao entender como política de direitos. O desafio é enfrentar, na verdade, a multiplicidade das manifestações da questão social, com seus fatores causais e em suas conseqüências, na verdade, isso exige que a Assistência Social se organize de forma articulada nos três níveis de governo. Indo adiante.

Qual é, na verdade, esse caráter substantivo da Assistência Social? De modo a responder essa pergunta, daí depende a construção dos direitos, isto é, se nós não tivermos a caracterização da Assistência Social como política pública que deve responder por um conjunto de necessidades e possibilidades de proteção social não contributiva na direção da autonomia e do protagonismo, nós, na verdade, não conseguimos divisar o que é uma política de direitos. Nós vamos agora dizer que o usuário da Assistência Social é um sujeito de direitos. Esse é o primeiro pilar como cidadão – e eu não vou usar o termo cidadão brasileiro porque a Assistência Social, inclusive, em muitas conferências, lembrou isso. Aqueles que demandam a acolhida nas áreas de fronteira, nós não podemos dizer: você é brasileiro ou não? A Assistência Social não pode pedir: primeiro mostra teu documento para depois eu dizer se você tem ou não necessidade. Antes de tudo, ele é um cidadão. E é esta consideração maior, como sujeito de direitos, que está aqui colocada. Ele tem o direito a ter direitos e os seus direitos não nascem de um lugar, mas eles nascem do respeito à dignidade humana. Essa é a base fundamental, constitucional[...]

[...] os direitos socioassistenciais. São parte da legislação protetora do ser humano, derivam, na verdade, dos direitos sociais conforme estão colocados na Constituição, derivam das demandas advindas das lutas e das condições dos trabalhadores, são direitos de segunda geração, não são pautados na propriedade, mas são, na verdade, direitos que advêm destas relações, das lutas sociais que foram construídas na direção da equidade, na igualdade face à diferença, e são parte da legislação que diz respeito, na verdade, a todas as condições do ser humano, referem-se aos direitos que tratam da desigualdade dos desiguais, através das suas necessidades e possibilidades.





As bases na Constituição são: o princípio da dignidade humana (Artigo 1º, Inciso 03); dentro dos objetivos da República, o objetivo de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (Artigo 3º, Inciso 03); a prevalência dos direitos humanos, onde tem também, nos princípios da República (Artigo 4º, Inciso 03) a assistência ao desamparado, expressa na forma de direitos sociais (Art 6º). Essa expressão *assistência ao desamparado* é realmente uma expressão que, para nós traduz uma visão conservadora, e, por isso, entendo que nós temos que ressignificar essa noção do desamparo, muito mais como o conceito de isolamento, de ausência de acolhida; então, a assistência ao desamparado significando o direito à proteção social não contributiva, o não isolamento, o não abandono e, portanto, o direito à vida em comum, à vida familiar e à vida em sociedade; a organização social, a possibilidade de estar presente, a possibilidade de participar. Então, uma proposta que a gente faz é que o entendimento a isto que está posto em termos do desamparo seja ressignificado exatamente pela sua tradução de não abandono e o direito à vida em comum, vida em família, convivência familiar e convivência social. Então, os direitos sócio-assistenciais incluem benefícios, serviços, são sempre derivados da Constituição Federal e daquilo que está disposto na LOAS, reafirmado na PNAS, na NOB e eles terminam, na verdade, sendo relativos às iniciativas estatais de proteção social, vigilância social e defesa dos direitos, sempre como fundamento da dignidade da pessoa humana.

Vamos passar para os direitos porque nosso tempo já está estourando. Eu vou deixar os princípios da LOAS, que nós já conhecemos, e lá eles são claros. Eu já vou passar para o decálogo, as 331 proposições. Primeiros nós recolhemos. Nós separamos essas proposições pela titularidade dos direitos. Então nós vimos que alguns propunham direitos gerais de cidadania, outros, direitos dos usuários dos serviços, e outros, direitos da política pública. Vocês têm no caderno de estudos todas essas tabelas. O que é que nós vimos? Que o primeiro direito, o mais incidente, dizia respeito à cidadania e ao controle social; depois, acesso à rede sócio-assistencial (segmentos, usuários, convivência familiar, políticas intersetoriais, direito ao trabalho, direito a proteção especial, direito à gestão da política). Esta foi a incidência no conjunto das proposições das conferências. Nós ainda analisamos nesse conjunto o que é que aparecia mais, em primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, até à décima posição. Isso tudo nos deu a possibilidade de fazer aqui uma preponderância de quais os direitos, relativos a que, deveriam vir em primeiro lugar. Indo adiante.

Depois de todo este estudo de incidência, o que vem antes, o que vem depois, nós pudemos, então, oferecer a vocês uma síntese do decálogo dos direitos socioassistenciais.

- Primeiro, todos os direitos de proteção social, de Assistência Social, consagrados em lei, portanto, na Constituição, para todos. A perspectiva é a da universalidade. Este é o primeiro entendimento fundante de um decálogo dos direitos sócio-assistenciais como um cidadão, estando ele já com uma vulnerabilidade ou risco – não é isto que está em questão - mas o cidadão já tem, de saída, todos os direitos que estão na lei da proteção social não contributiva.
- Segundo, o direito de equidade, e isto é outro ponto forte entre todos nós. O direito da equidade rural e urbana na proteção social não contributiva. Foi muito forte, na manifestação de todos, a informação de que nós temos tratado com mais preponderância a área urbana do que a área rural. Universalizar significa dar o trato equitativo da população rural e a população urbana. Então, este é um novo desafio: O que é a política de Assistência Social no meio rural?



- Terceiro, direito à equidade do ponto de vista também da manifestação pública.
- Quarto – eu vou ler rápido porque nós temos depois a explicação – direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso a oportunidades na rede sócio-assistencial, direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade, direito a ter garantida a convivência familiar e social, direito à intersectorialidade das políticas públicas, direito à renda digna, direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva, direito ao controle social e à defesa dos direitos sócio-assistenciais.

E aí, nós vamos agora ter cada um destes direitos. Todos os direitos de proteção social, de Assistência Social consagrados em lei para todos, significa direito de todos e todas a:

1. Usufruir dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de Assistência Social, efetivada com dignidade e respeito;
2. Direito do cidadão e da cidadã de todas as cidades brasileiras, que vivem no meio rural ou urbano, a ter acesso às proteções básicas e, em especial, da política de Assistência Social, operadas de modo articulado, para garantir completude de atenção;
3. Direito do cidadão e cidadã em manifestar-se, exercer protagonismo e controle social da política de Assistência Social sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias, derivadas do nível pessoal de instrução formal (etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais);
4. Direito à igualdade, completude de acesso nas atenções da rede sócio-assistencial, direta ou conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal, dentro das possibilidades e limites de cada um;
5. Direito a usufruir, o usuário e a usuária, da rede sócio-assistencial, a ser ouvido e ter o usufruto de respostas dignas, claras, elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura e adequados, inclusive, para os usuários com deficiência;
6. Direito do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida, a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família genética ou construída, e a precedência do convívio social e comunitário a soluções institucionalizadas;
7. Direito do cidadão e cidadã à melhor qualidade de vida garantida pela articulação intersectorial da Política de Assistência Social com outras políticas públicas, para que alcance moradia digna, cuidados de saúde, acesso à educação, ao lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infra-estrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável;
8. Direito do cidadão e cidadã à renda digna individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersectoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, quer vivam no meio urbano ou rural;



9. Direito do usuário e usuária da rede sócio-assistencial a ter garantido o co-financiamento estatal (federal, estadual, municipal) para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede sócio-assistencial no meio urbano e rural;

10. Direito do cidadão e cidadã a ser informado, de forma pública individual e coletiva, sobre as ofertas da rede sócio-assistencial, seu modo de gestão e financiamento, e sobre os direitos sócio-assistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

Estes foram, de todo o material que chegou e de todo o elenco, o que nós pudemos agregar como os dez principais direitos que depois vocês vão poder discutir, à tarde, nos grupos. Foram apresentados os locais a reclamar os direitos – que também vocês vão poder discutir nos grupos e reafirmar – mas, como o material era muito, nós entendemos que seria importante reunir o conjunto das contribuições naquilo que nós chamamos dos compromissos éticos com os direitos sócio-assistenciais. Então, todas as idéias que surgiram em relação a cada um destes direitos foram juntadas nestes compromissos éticos, para que esta Conferência possa, também, deliberar sobre este conjunto de compromissos éticos no sentido, realmente, de sairmos daqui não só com um decálogo de palavras no papel, mas um conjunto de compromissos éticos, para que estas palavras se tornem realidade. Nós vamos estar passando isso aqui rapidamente - vocês têm isso tudo anotado - porque nós dividimos o tempo em 30 minutos para apresentação dos direitos – eu levei um pouco mais porque eu precisei contar para vocês como é que se chegou a esta conclusão - e eu vou passar, em seguida, às informações sobre o controle social.

(Fala fora do microfone)

**Aldaíza Sposati:** Como vocês quiserem. Eu acho bom. Eu agradeço.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Professora, muito obrigada. E agora nós passaremos para o debatedor José Antônio Moroni, do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, que tem trinta minutos para tecer comentários e aprofundar a discussão.

**José Antônio Moroni - INESC:** Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome do INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos) que é uma ONG que tem 27 anos e tem como missão institucional o fortalecimento dos processos democráticos, portanto, a questão da participação, do controle social sobre o orçamento público como missão, o convite que foi feito para ser debatedor na V Conferência Nacional de Assistência Social. Não resta dúvida, como a Aldaíza colocou muito bem, que há um deslocamento da Assistência Social. Se a gente for ver o próprio processo de criação, de elaboração da Lei Orgânica de Assistência Social, depois das conferências - eu me lembro que a Primeira Conferência Nacional de Assistência Social tinha como tema: *Assistência Social: dever do estado, direito do cidadão* – quando havia necessidade de afirmar a todo o momento, não que isso ainda não seja necessário, a assistência como uma política pública, portanto, dever do estado, direito do cidadão, assistência enquanto uma política que integra um conceito maior, o conceito de seguridade social que foi uma conquista colocada na Constituição Federal de 88 e, para a discussão que nós estamos tendo hoje, na questão dos direitos, é um avanço bastante significativo. É um deslocamento da Assistência Social que





só foi possível de ser feito pela participação e pelo viés, também, dos movimentos, dos diferentes movimentos que sempre trouxeram essa questão dos direitos como o central de uma agenda política. Eu acho que é importantíssimo a gente perceber este deslocamento da Assistência Social. Como todo deslocamento que se faz, sempre ele tem algumas questões que tem que ter bastante cuidado, senão a gente não consegue chegar onde nós estamos querendo chegar.

Eu falo isso porque eu acho que uma das grandes questões que se coloca para a Assistência Social, enquanto movimento político, enquanto movimento social e movimento político, é de como ela dialoga com as outras políticas públicas. Eu acho que nós temos ainda um problema – eu falo nosso porque eu me considero militante na área da Assistência Social – nós ainda pensamos assistência quase que, unicamente, de forma isolada, e isso aparece até na questão da própria construção dos direitos, que foi apresentada, o quanto a gente não pensa a assistência indo além da questão da intersetorialidade porque a questão, para mim, da intersetorialidade, não é propriamente um direito, é um meio de você ter acesso a determinado direito. Isso mostra um pouco também a dificuldade que nós temos de pensar a assistência, realmente, como um direito, e que este deslocamento que o próprio Sistema Único de Assistência Social propõe é importantíssimo.

Mas isso vai levar um bom tempo para conseguir ser implementado porque a gente está, na verdade, mexendo com a cultura política, e com uma cultura que foi construída ao longo do tempo e que tem os seus mecanismos de reprodução. Então, esta é uma questão conflitiva, quer dizer, tem um conflito aí e que aparece, inclusive, na própria formulação dos direitos, no próprio compromisso ético. De certa forma, aparece essa questão desse conflito entre um modelo velho, que ainda não conseguiu, completamente, ser enterrado, e um modelo novo que ainda não conseguiu, completamente, ser implementado. Então, a gente está nessa fase ainda da assistência e eu acho que é uma fase extremamente rica, porque nos possibilita pensar em coisas diferentes. Fazendo esse registro inicial da importância entre fazer este deslocamento da Assistência Social, entender a assistência no campo dos direitos, a gente tem alguns desafios. E estes desafios ultrapassam a questão, ou o tema, ou a área da Assistência Social. São desafios e, ao mesmo tempo, contradições, que eu gostaria de estar pontuando até para, depois, contribuir um pouco para o debate à tarde.

Nós sabemos que, não só no Brasil, mas no mundo de modo geral, com algumas exceções, tem um processo que começou há bastante tempo, não é recente, que é de desconstrução dos direitos sociais ou até desconstrução do conceito de direito, e isso se manifesta, de certa forma, na supremacia do econômico em relação às outras políticas e aqui, também, na despolitização do econômico. Parece que a economia não está subordinada à política, não está subordinada a mais nada. Ela tem um ente que ninguém conhece, ninguém nunca viu, que não tem endereço, não tem telefone, nem e-mail, que é o chamado *mercado*, que comanda a economia, inclusive, comanda de forma desvinculada dos próprios processos políticos. O que coloca, em certo sentido, em risco, o próprio processo democrático. E hoje, em várias pesquisas que se apresentam, houve muita pergunta - *Votar para quê?* - se o nosso voto, processo que a democracia representativa criou como auge, que é o processo eleitoral, não significa mais que tenha força suficiente para mudanças. Nós vivemos muito isso no Brasil. Então vem a pergunta: *Votar para quê se o nosso voto não tem a capacidade de mudanças estruturais? É só votar para mudar o grupo que está no comando, o grupo que está no poder? É isso que é o processo eleitoral?* Então, nós temos que lidar com esse desafio maior, na questão que a gente chama da despolitização da



economia, e a economia passa a ser uma questão técnica, portanto, de números, e não uma questão política, de decisão do conjunto da sociedade. Neste sentido, que é um desafio e ao mesmo tempo uma contradição, ao mesmo tempo em que você tem um governo que propõe e que tem todo um esforço na questão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) de você construir e entender a Assistência como o campo dos direitos, você tem no próprio governo uma política econômica que desmonta esse conceito. Então, tem uma contradição que nós precisamos trabalhar, nós precisamos ter clareza disso. Eu me lembro que na outra conferência eu estava na Mesa de abertura e na fala, quem estava representando o Presidente Lula era o Ministro Palocci, este dizia que não poderia mais a política econômica destruir o que nós, que atuamos na área social, como nós nos identificamos, tentamos construir. Então, o debate sobre a economia e o significado do desenvolvimento é importante para nós, e deve nos forçar a sair do nosso próprio gueto, em que a gente se colocou, de pensar a assistência de forma quase que isolada das demais políticas e também da política econômica ou do debate político. Isso é uma primeira questão que eu gostaria de colocar, que a gente precisa ter muita preocupação em olhar muito atento a isso, que é uma contradição colocada.

Uma outra, nesse desenho que a Professora Aldaíza colocou na parte introdutória, e que está aqui no caderno que a gente recebeu, reflete um pouco o atual desenho das políticas. Quando a Professora Aldaíza pontua aquela questão da concepção de assistência, que é uma concepção muito presente ainda, da assistência ser algo compensatório, é meio que dizer o seguinte: já que você, enquanto indivíduo, não teve capacidade de resolver as suas questões de sobrevivência - e joga para o indivíduo e não faz a leitura da estrutura social, econômica, política e cultural - já que você não teve essa capacidade, o Estado entra com alguma política compensatória, que nos últimos anos se traduziu muito em diferentes tipos de bolsas. Essa concepção se manifesta muito também no desenho, tanto na concessão do Benefício de Prestação Continuada, quando tem aquela série de exigências a serem cumpridas, como na própria Bolsa-Família. Então, tem um desenho das políticas em que a gente precisa entrar, e o desenho que eu falo é na concepção das políticas, que a gente precisa ter uma compreensão melhor porque, se você não mudar essa concepção, esse desenho das diversas políticas - eu peguei dois exemplos somente - nós não conseguiremos construir assistência como uma política de direitos, nós vamos continuar tendo afirmação ou gesto, vamos dizer assim, a intenção da assistência ser essa política de direito, mas no gesto, quer dizer, na concretude, vai continuar a assistência sendo vista como uma política compensatória, e não uma política de direito. Isso se manifesta, por exemplo, na própria legislação. A concepção que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem da assistência, é uma política compensatória. Está escrito lá. Ela é uma política de terceira categoria e que está como política compensatória.

Eu acompanhei a construção das duas legislações, tanto do Estatuto da Criança e do Adolescente como da LOAS e, na época que a gente construiu o Estatuto, realmente era essa a concepção que a gente tinha. Colocar a assistência como uma política compensatória, reconhecer a assistência como uma política no movimento dos direitos da criança e do adolescente que elaborou o Estatuto desde o processo de 85, que é um processo anterior à Constituição, era um avanço reconhecer uma assistência como uma política. Eu pego este exemplo para mostrar o quanto a gente não consegue dialogar com os diferentes movimentos que atuam por garantia e defesa de direitos. A gente não consegue



dialogar e não consegue, também, sair das nossas agendas pontuais ou chamadas específicas.

Aí, eu entro em um outro debate que é um pouco da concepção de direitos, que está muito presente neste trabalho que foi apresentado pela Aldaíza e que, na verdade, é uma sistematização do debate, todo feito nas conferências municipais e estaduais. A gente trabalha muito com a concepção de direito dos DHESCA, que são os Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Este conjunto de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais tem dois princípios. Um é o princípio da integralidade, quer dizer, integral, e outro da indivisibilidade, quer dizer, eu não posso dividir direitos, eu não posso olhar só os direitos sociais, dentro dos direitos sociais olhar um aspecto dele, e esquecer o conjunto desses outros direitos, que passa pelos direitos econômicos, direitos sociais, culturais e ambientais. E aí, nessas quatro categorias de direitos, tem toda a questão dos direitos políticos. Mas eu não posso dividir os direitos. Isto é uma questão da concepção do que é que seriam, hoje, os direitos. Então, a gente trabalha muito o conceito dos DHESCA (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Se a gente tem uma idéia, uma concepção de divisão, de não olhar os direitos de forma integral, e acaba dividindo, nós vamos acabar tendo um conflito – vamos dizer assim – um conflito de interesses dos diferentes movimentos. Por exemplo, quando a gente pega os direitos ambientais, sócio-ambientais e não cruza isso com os direitos econômicos ou vice-versa, quem pensa a economia pode estar até achando que está pensando numa perspectiva de construção de direitos, mas pode estar implementando um modelo de desenvolvimento que destrói os direitos sócio-ambientais. Mesmo na área social pode acontecer isso. Então, a gente não pode pensar os direitos de forma estanque e isolada; isso reflete, também, nos direitos sócio-assistenciais. Quando se coloca a questão do direito a segmentos, que eu acho importante a gente [...]

[...] como está colocado, como aparece para mim que é este direito fundamental da questão da autonomia, da participação, do controle social, quer dizer, de você ser um sujeito político, dá uma sensação que a participação, o controle social, é como algo instrumental, instrumental no sentido de que ele serve para garantir alguma coisa que já está pré-dada. Nesse sentido, a participação fica como uma coisa pró-forma. Tira-se o elemento político da participação e ela passa a ser algo pró-forma. Aquela sensação que nós temos, em vários momentos, de ter participado e a nossa participação – não é nem ter sido respeitada - não ter sido capaz de interferir nas decisões políticas. Então, ela passa a ser um instrumento de validação do que já está decidido, e não como instrumento ou como partilha do poder. Como aparece aqui a dimensão da participação, ela apresenta um conflito entre esses dois campos que eu estou colocando e que eu acho extremamente complicado, porque senão a gente não está trabalhando na perspectiva da construção, realmente, não só da assistência, mas como elemento do campo dos direitos.

Eu só teria mais um ponto. Está sendo discutido o tema *Deliberação do Encontro e da Conferência Nacional dos Direitos Humanos*. E assim como tem, para qualquer grande projeto, para os Projetos T, o relatório de impacto ambiental, para que qualquer obra seja implementada, tem toda uma luta, principalmente para as organizações que atuam na área dos DHESCA, de também ser obrigatório o relatório de impacto de direitos humanos, quer dizer, como o impacto do modelo de desenvolvimento se repercute na vida da [...] e que isso seja não só levado em conta, mas que seja um instrumento importantíssimo na tomada



de decisão do que é que vai ser feito em termos de infra-estrutura e obras; o impacto na vida das pessoas que, na verdade, é essa proposta de relatório de impacto na área de direitos humanos. Eu acho que é uma coisa importante da gente discutir, para a gente parar de ser *retroativo*, quer dizer, a gente fica reagindo a alguma coisa que alguém decide e faz. A gente nunca consegue ser pró-ativos, quer dizer, conseguir discutir as coisas de maneira mais integral. Obrigado.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Obrigada Moroni. Nós devolvemos, então, a palavra à Professora Aldaíza, que vai, agora, nos apresentar a *Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS*, focando o Controle Social.

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Eu vou dar início ao *Controle Social*, só que está existindo uma grande dúvida da Delegação de São Paulo. Eles queriam até interromper a fala do Moroni para fazer uma reclamação. Primeiro, eu não entendo que uma exposição tão brilhante do Moroni deveria ser interrompida para um esclarecimento, e então, eu quero tornar público. Realmente, naquela planilha, não estava São Paulo e Santa Catarina, onde houve uma ausência de 75 a 79 % das respostas dos municípios. Se vocês abrirem o caderno na Tabela 03 (*relação entre a realização das conferências municipais e o envio do álbum de fotografia*) em São Paulo, 645 municípios fizeram as conferências, só que 141 enviaram o *álbum* ao CNAS. Nós recebemos os dados de 141. Ontem, inclusive, eu até falei com a Secretária Estadual Maria Helena, me surpreendi com a pouca representação. Hoje pela manhã ainda fui procurada por uma Conselheira do CEAS São Paulo, que me informou que tem vários álbuns parados no CEAS, sem saber para quem enviar. Eu quero aqui tornar público que nós, a equipe de pesquisa, ainda estamos abertos a receber. Não existe nenhum truncamento de informação. Até à data, o que foi recebido foi computado. De Santa Catarina, foram recebidos 63 *álbuns* dos 293 municípios que realizaram conferência. Portanto, o CNAS, tenho certeza, está aberto a receber informação, e nós também abertos para poder computar. Os resultados aqui são os que nós recebemos até à data da tabulação, o que não quer dizer eliminação de ninguém; pelo contrário, esse interesse é muito interessante, pena que ele só chegue agora, e nós estamos prontos a receber e dar completude ao estudo, como nós falamos ontem com a Secretária de Estado. A Secretária de Estado está avisada disso. Isso partiu da minha pessoa a ela, antes mesmo de vocês reclamarem que não estava.

(Fala fora do microfone)

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Senhora, nós vamos tocar em controle social depois nós tocamos o caso. Nós estamos com a representação de todos.

(Fala fora do microfone)

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Pessoal, tem que aguardar o debate porque senão vai atrapalhar a fala dela. Ela tem que expor agora.

(Fala fora do microfone)

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Senhora, eu posso dizer o seguinte: nós estamos apresentando aqui os dados recebidos. Posteriormente, ao encerrar aqui o debate, nós podemos conversar



e - volto a dizer – nós, CEDEST, e aqui entendo, o CNAS também, está pronto a receber todas as informações. Nós ficamos desesperadamente aguardando as informações de estados e municípios. Nós, mesmo depois, recebemos, computamos e devolvemos. Não há problema nenhum. Vamos seguir adiante com o controle social. Depois nós debatemos, está bem? Muito obrigada. Obrigada.

**Controle Social:** na verdade, eu posso tentar dizer que nas informações que chegaram e o próprio instrumental, ele indagava muito se aquilo que está posto na LOAS, que é o começo de construção de espaços de controle social, e não no sentido, como lembrou muito bem Moroni, instrumental, de adesão àquilo que já está posto, mas no sentido de construção coletiva. Isto está no artigo 204 da Constituição e isto também está consagrado na LOAS, através da constituição paritária dos Conselhos de gestão. Essa foi a grande mudança. Então, a grande questão que os *álbuns* vão mostrar é se, de fato, os Conselhos são paritários, se de fato existe essa presença, se existem os Fundos e mais: o outro instrumento que a LOAS colocou foi a existência das conferências, como é que isto está colocado no país e, digamos assim, o próprio poder de decisão ou não dos Conselhos em relação aos Fundos, em relação às decisões do plano municipal. Alguns trouxeram outras contribuições, mas, muitos dos dados que nós vamos trazer, estão informando mais se o que está definido na LOAS quanto ao controle social está sendo aplicado ou não.

Quanto à **gestão paritária dos Fundos**: realmente, são duas conquistas da LOAS, mas, quero dizer, não estão efetivadas a pleno, isto é, embora nós já estejamos a doze anos da Lei Orgânica da Assistência Social, embora só 501 municípios não tenham ainda o CPF, o **Conselho, Plano e Fundo**, de fato, os Conselhos existentes, os Fundos existentes, não atuam ainda com a transparência, com a paridade, para a gente poder dizer que nós já conquistamos, realmente, uma aplicação nesta totalidade da compreensão do que é o controle social. Vamos ver por quê. Temos, realmente, que nos cumprimentar. Em 2003, 71% dos municípios estavam habilitados. Em 2005, 91% dos municípios estão habilitados. Eu acho que isso, realmente, significa um avanço. Pode ser lento, mas é um avanço do ponto de vista quantitativo. Nem todos os municípios brasileiros – agora o lamento - têm Conselho, Plano e Fundo, após doze anos. 501 municípios, 9% do todo, ou quase 292 dos municípios da região sudeste, Minas e São Paulo, não tem ainda CPF. Isto foi um surpresa. O maior número de **municípios não habilitados** não está no Norte ou Nordeste, mas está no Sudeste e está em São Paulo, está em Minas. Eu acho que isto é significativo para nós, realmente, repensarmos a gestão da Assistência Social. Sem dúvida alguma – eu sempre tenho que ver os dois lados aqui da história – Minas é o Estado que tem o maior volume de municípios no Brasil, portanto, também temos essa realidade, e os estados do Norte têm bem menos municípios, mas de qualquer forma, dos 501 municípios brasileiros não habilitados, 292 estão em São Paulo e Minas. No nível de habilitação, tem aqui quantos estão em gestão plena e em gestão básica por região do país. Então, nós temos 258 municípios brasileiros em gestão plena, isso significa 4,6%, 2280 municípios em gestão básica, isso significa 41%, 2724 municípios em gestão inicial, isso significa 45% e os 501 que significa 9%. E aqui está a distribuição, na verdade, que a gente tem dos municípios por tipo de gestão e por região do país. Como foi dito, essa é a primeira conferência em que, também, nós estamos nos enxergando por diversidades regionais. Isso é interessante para a gente poder compreender melhor quais são as nossas diferenças, avanços, características.





Os espaços de **controle social**, estabelecidos pela LOAS, ainda não foram ocupados. Isso eu acho que é uma outra marca que nós temos que, aqui, refletir bastante. A LOAS cria espaços de controle social, e os processos de gestão, a nossa mobilização, ainda não ocupam esses espaços. Vamos ver, então, o que acontece. Os planos foram principalmente criados já desde 95. Os municípios começaram a construir os planos antes dos estados, mas hoje, 100% dos estados têm planos, e isso não é a realidade, ainda, de todos os municípios. A publicação da Resolução do Conselho aprovando o Plano varia conforme as regiões do Brasil. Ela é mais presente em algumas regiões do que outras. Os que responderam no Norte – mas faltaram estados a responder – disseram, os quatro, 100%; no Sudeste, 62%; no Centro-oeste, 75%; no Sudeste, 75%; no Sul, 100%. Então, nós vamos ver que aqui existem, ainda, alguns buracos no sentido de publicar a Resolução da Aprovação do Conselho. Nós não estamos nem medindo qual foi o grau de discussão do Conselho, mas quanto à publicação, que já é um modo de nós falarmos, realmente, que houve uma discussão democrática.

Os Conselhos ainda não são paritários. A **paridade** é 50% de governo, 50% da sociedade. Na região Centro-oeste, 54,5% dos membros do Conselho são do governo, portanto, a rigor, nós já temos um estouro, aqui, de 4.5%, considerada a paridade como um todo. Quando nós vamos enxergar a paridade, no caso, entre os membros da sociedade civil, entre entidades, usuários, trabalhadores, nós vamos verificar que existe uma reduzida presença de usuários. Isto é, dentro dos próprios 50% da sociedade civil, nós ainda temos muita ausência da presença dos usuários na composição. Há uma grande dificuldade em se ter, na verdade, a presença de usuários. 100% dos Conselhos Estaduais de Assistência Social têm secretária executiva, mas só 51% dos Conselhos Municipais têm secretária executiva, isto é, o órgão gestor disponibiliza funcionário para ser funcionário do Conselho. 19% dos Conselhos Municipais são geridos pela Primeira-Dama; ela não é só a gestora do órgão, ela é a gestora do Conselho também. Acho que aqui nós temos uma agressão bastante séria ao controle social.

**Quanto aos Fundos:** 78% dos Conselhos Estaduais acompanham o Fundo. Sul e Sudeste acompanham em 100% e os outros acompanham em 25%. Isso quer dizer que 22% dos Conselhos Estaduais não acompanham os Fundos Estaduais de Assistência Social. Nós nem estamos discutindo a qualidade de acompanhamento, nós estamos dizendo se há acompanhamento; e 22% dizem que não há. Isso é um outro espaço vago de controle social. Só 13% dos Conselhos Municipais, no todo do Brasil, dizem acompanhar os Fundos. Quer dizer que se, nos Conselhos Estaduais, 78% acompanham o Fundo, só 13% dos Conselhos Municipais acompanham. E nós vimos que 91% dos municípios têm Fundo. Isso pode dizer que o Fundo não é ativo, que o Fundo não tem significado, ou que, realmente, os Conselhos são proibidos, ou que as informações não chegam. Isto é bastante sério. E vão ter, na verdade, algumas variações: no Norte não acompanham 48%, no Nordeste 57%, no Sul 67%, no Centro-Oeste 69%, no Sudeste 75%.

**Conferências municipais:** nós vimos que, dos 5.563 municípios, 84% informam que já fizeram conferências municipais. Isso significa que nós temos municípios, ainda, que só se reuniram em conferências regionais, nunca tiveram conferências municipais, apesar de 12 anos da LOAS ou, então, já foram direto para a conferência estadual. Mas chama a atenção esse trabalho que tem que ser feito ainda, de conseguir que todos os municípios brasileiros possam vir a ter, nesses próximos 10 anos ou não sei em quanto tempo - esta Conferência



deve deliberar – a condição de fazer as suas conferências municipais. É claro que, dizer que 84% já têm conferência, é extremamente significativo. E quando, por exemplo, foi assinalado que 91% dos municípios tiveram conferências preparatórias a esta, é possível que uma parte tenham sido regionais. É possível, porque os números aqui terminam não sendo plenamente coincidentes. 40% dos estados já fizeram seis conferências. A proposta da LOAS, de que as conferências sejam bienais, foi interrompida. De 95 para cá, se obedecida a LOAS, esta deveria ser a VI Conferência, mas ela é a V, porque, na verdade, nós sabemos que foi o movimento social que fez toda a proposta e a exigência, face à determinação presidencial, de que não tivesse mais a Conferência a cada dois anos e, sim, quatro anos. No caso, os estados não interromperam isto, uma parte dos estados – 40% - continuaram a manter as suas conferências a cada dois anos, tanto que tem estados que estão chamando esta Conferência de *V Conferência B* e a anterior de *V Conferência A*, em vez de chamar *VI Conferência*. Mas 22% dos estados fizeram cinco conferências e 26%, quatro.

Na **relação inter-conselhos** o órgão gestor mantém relação com o Conselho Municipal e o Estadual. 50% dessas relações, de acordo com o que é dito, são para garantir a infraestrutura; 15% para aprovação de planos e programas; e 12% por meio de representação do órgão gestor no Conselho. O que dá para a gente perceber é que o modo de dizer desta relação ainda é um modo, digamos, restrito, e 1/3 das manifestações do Conselho Estadual diz que gostaria de trabalhar com outros Conselhos Estaduais, crescendo no conceito de regiões nesta organização paritária, face à Assistência Social. Em relação ao CNAS, os Conselhos Estaduais dizem que se relacionam com o CNAS, mais na busca de orientações e de diretrizes políticas, em participação e reunião ampliada, em participação e capacitação. 45% dos Conselhos Municipais dizem que têm alguma relação, sem esclarecer muito, mas, em geral, é a presença nas reuniões ampliadas. Então, o recado que muitos dos Conselhos dão – é um recado, e a gente trouxe dessa forma – é que é preciso construir uma ajuda comum entre os Conselhos, que será decisiva para a efetivação do SUAS no Brasil. Esse é um recado que aparece muito nos *Álbuns*: que é preciso mais unidade entre os Conselhos para haver o fortalecimento do SUAS.

**Onde mais atuam os Conselhos?** Consideram que é nas conferências, em capacitações, e 5% assinalam que é na execução orçamentária. Mas a gente vê que é, ainda, uma presença menor, embora já exista, evidentemente. Como é democratizado o debate? 78% diz que é em eventos ampliados e 74% em atividades rotineiras do Conselho. Isso mostra uma dinâmica interessante que os Conselhos já estariam conseguindo. Foram apresentadas várias metas em relação aos Conselhos, a médio e longo prazo. Depois eu vou destacar essas metas. Aqui nós estamos tendo uma visão do controle social somente dentro de uma parte daquilo que está colocado na LOAS. Não há Conselhos em 100%, ainda, dos municípios, não há, ainda, a paridade entre governo e sociedade e, dentro da sociedade, não está clara, ainda, a participação do usuários. Há uma **baixa presença dos usuários** nas conferências – nós não conseguimos saber se, na evolução das conferências, desde a primeira até esta, quer nos estados quer aqui, a nossa nacional, se cresceu, se mantém o número de usuários presentes na conferência.

50% dos Conselhos Municipais dizem não ter apoio do órgão gestor; não há publicação das decisões do Conselho; há demanda de política de informação – os Conselhos solicitam muito isso, a exigência de uma agilidade do ponto de vista da informação; há muita





demanda de capacitação. Quer dizer, é um processo contínuo, realmente, de informação e de capacitação para o exercício da representação no Conselho e, portanto, uma demanda de uma política de comunicação e informação, de capacitação. A existência regular de fóruns territorializados – realmente, esta decisão do CNAS das reuniões ampliadas regionais é muito bem aceita – e há uma demanda de fóruns territorializados contínuos, há uma demanda por maior protagonismo dos usuários, pela criação de espaços de defesa de direitos, isto é, a idéia de que **defensorias** e **ouvidorias**, também têm que ser entendidas como espaços de controle social, no sentido de que são espaços de manifestação dos usuários. Este lado, digamos, da nossa prática, ainda é apresentado mais como desejo do que como ocorrência, de fato, dos espaços, dos lugares para as pessoas se manifestarem, nos serviços ou fora deles, quanto às suas necessidades e o modo como são, ou não, atendidas.

### Quais são as metas do controle social?

- Primeira: fortalecer a atuação dos Conselhos de Assistência Social.
- Segunda: adotar ações que tornem de domínio público a Política de Assistência Social para possibilitar o controle social e a avaliação das ações.
- Terceira: criar mecanismos de informação, integração e articulação.
- Quarta meta: criar ou reestruturar o Conselho Municipal de Assistência Social.
- Quinta: fortalecer a organização de Fóruns de Assistência Social, para mobilizar a sociedade civil.
- Sexta: implementar a política de formação continuada dos conselheiros de Assistência Social.
- Sétima: implantar e ampliar espaços de defesa social, ouvidorias de Assistência Social, nos municípios, estados e União, defensorias públicas, delegacias especializadas, inclusive na zona rural.
- Oitava: efetivar o funcionamento dos Fundos de Assistência Social.
- Nona: criar e estimular outras formas de participação da sociedade civil.
- Décima: democratizar o processo de discussão das emendas parlamentares.

Este foi o material que trouxeram todos os *Álbuns de Fotografias* examinados, e as decisões, as metas e os desafios para o controle social. Este é o material que depois, à tarde, vocês vão poder discutir nos grupos, e manifestar a concordância ou discordância com esta síntese de metas, de acordo com o Regimento da Conferência que foi apresentado. O controle social nos mostra que nós ainda temos terreno para construir dentro da LOAS, e terreno para alcançar fora dela, como por exemplo, as defensorias, as ouvidorias, que nem constavam, ainda, claramente da LOAS. Muito obrigada, e agora a gente passa para o debate.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Obrigada, Professora. Agora nós passamos para o Edjael Muniz de Castro, que representa aqui o Usuário da Política de Assistência Social. O Edjael foi um dos principais articuladores da criação de um Colegiado da Juventude, que é composto por jovens inseridos nos programas e projetos desenvolvidos pela Fundação da Criança e Assistência Social, em São Luís, Maranhão. E ele representa esse Colegiado no Comitê Jovem da Aliança Empresarial para o Nordeste e



no Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão. É um prazer muito grande contar com você nessa Mesa, Edjael. Você tem vinte minutos.

**Edjael Muniz de Castro – Representante dos Usuários da Política de Assistência Social:** Bom dia a todos. Como já fui apresentado, eu sou Edjael. Sou um jovem atendido pela Fundação Municipal da Criança e Assistência Social, em São Luís do Maranhão. Eu vim contar um pouco da minha história, da minha trajetória dentro da Política de Assistência Social, dentro dos Programas da Fundação Municipal da Criança e Assistência Social, a FUMCAS, em São Luís do Maranhão. A Fundação Municipal da Criança e Assistência Social é presidida pela Sra. Margarete Cutrim Vieira. Nossa Presidente, que está compondo essa Mesa, sempre nos apóia em todas as nossas iniciativas, dentro dos projetos. Dentro da Fundação, a gente tem uma Gerência de Programas e Projetos para a Juventude, que trabalha, realmente, com a juventude, desenvolvendo projetos, e tem como Coordenadora a Sra. Maria Carla Cavalcanti. Eu estou inserido dentro do Programa Especial de Trabalho Educativo, o PETE. Dentro do PETE são desenvolvidos vários projetos. Nós temos o *Informantes Jovens*, que trabalha na área de turismo, dando informações turísticas nos principais pontos turísticos da nossa cidade. Temos o *Juventude Cidadã*, que é uma das minhas paixões, foi um dos projetos de que eu participei e que pode mexer muito na minha vida, pode transformar bastante a minha vida. A gente trabalha a questão da cidadania e o trânsito, tentando humanizar o trânsito da nossa cidade. Tem uma *Oficina-escola de marcenaria*, onde os jovens recebem uma capacitação na área de marcenaria, para fabricarem brinquedos pedagógicos e móveis em miniaturas para doações, etc. E tem o *PETE Instituição*, que é o projeto em que eu estou inserido agora.

O PETI tem como objetivo proporcionar, ao adolescente, atividades laborais e de formação complementar, assegurando-lhe condições de desenvolvimento de habilidades, através de aproximação sistemática com a dinâmica do mundo do trabalho. Hoje, dentro do Programa Especial Educativo, nós recebemos uma capacitação complementar, que são oficinas pedagógicas desenvolvidas durante todo o tempo que nós passamos dentro do Programa, são oficinas sobre mercado de trabalho, assunto sobre drogas, violência, etc.

O *Juventude Cidadã* é a minha paixão. Eu participei da primeira turma do projeto *Juventude Cidadã*. Eu admiro muito esse projeto porque, através dele, eu pude construir muita coisa e aprender muito. A gente atua no trânsito e cidadania, com ações direcionadas para a humanização do trânsito, com orientação a pedestres, e divulgação de campanhas educativas. E também temos uma capacitação específica e formação complementar. A nossa capacitação específica é mais baseada na área de trânsito e cidadania, para que a gente possa estar desenvolvendo o papel de agentes de cidadania no trânsito e multiplicadores nas escolas municipais da nossa cidade. E a formação complementar é a questão do mercado de trabalho, das oficinas pedagógicas sobre violência, DSTs, etc. Aqui, podem ver algumas fotos da gente atuando no nosso dia a dia.

Aí é o Primeiro Congresso Regional de Juventude e Trabalho, onde eu estive com uma caravana da Fundação, de onde foram 17 pessoas. Daqui do Maranhão foram 43 pessoas. Lá foram discutidas questões sobre juventude e trabalho e de lá saiu uma Carta também, uma *Carta do Nordeste*, com proposições à juventude, com proposições para políticas públicas para a juventude.

O Colegiado da Juventude eu costumo considerar, hoje, a minha casa, uma das minhas casas, porque lá a gente pode aprender muito. Esse era um sonho da atual juventude, de ter



uma aproximação maior da Direção da Fundação, de estar sendo mais ouvido ainda. E hoje, o objetivo do Colegiado da Juventude, é promover um espaço de discussão, formação e interação dos adolescentes e jovens, como uma ouvidoria jovem, realmente, dentro da Fundação, dentro da Coordenação da Juventude, da FUMCAS, no sentido de minimizar os problemas, que são colocados pelos mesmos, a respeito dos grupos de que fazem parte, e garantir representação em outros espaços de participação, na promoção e ampliação das políticas públicas, sociais e de juventude. Dentro do Colegiado, hoje, a gente tem 23 jovens, que são representantes de todos os programas e projetos desenvolvidos pela Coordenação. A gente já participou de vários eventos e tem um espaço de representação dentro de outros eventos, a gente esteve na Conferência Municipal de Assistência, estivemos na Estadual, fomos ao Congresso Regional de Juventude e Trabalho, entre outros eventos de que a gente participa. Sem falar que a gente discute muito sobre políticas públicas, sobre os projetos.

Eu estou dentro da Fundação desde 96. Foi o ano em que meu irmão me levava para as oficinas de *karatê*. Ele participava, já há um certo tempo, das oficinas de *karatê*, que é *Recriando o Lúdico*, é um espaço, é um Programa da Fundação onde são desenvolvidas oficinas de *karatê*, futebol, dança, teatro, coral e artes. E lá meu irmão fazia *karatê* e me levava junto. Eu não gostava, achava chato. E ele me levava, eu fui gostando, o Professor também me incentivando – *Não, vamos fazer!* – e eu acabei entrando na oficina. No começo, como eu disse, não gostava, mas, com o tempo eu fui gostando e hoje eu não consigo mais parar de treinar. *Karatê* também virou uma das minhas paixões. E lá foi um espaço onde eu pude aprender muito, dentro do *Recriando*, porque a gente não treinava só *karatê*, a gente tinha lições de cidadania, nós tínhamos várias oficinas e é um espaço muito interessante dentro da Fundação, *Recriando o Lúdico*, que contribuiu para a minha formação, contribuiu muito na minha vida e, se hoje eu estou aqui, eu devo muito ao *Recriando* também, por ter me proporcionado tudo isso. Eu queria aqui também homenagear uma pessoa que foi muito importante nesse processo, para mim, que infelizmente não está mais entre nós, ele teve que ir mais cedo, que é o Professor Augusto César Maciel. Foi um grande incentivador meu, dentro da Fundação, e, se eu consegui muitos títulos, dentro do *karatê*, foi graças a ele. Quando muitos não acreditavam em mim, ele foi lá: *Edjael, vai, tu pode, tu consegue!* Ele sempre acreditou em mim, foi uma pessoa que, realmente, conseguiu marcar. Eu considero ele um herói, pois ele morreu para salvar a vida do filho e, para mim, ele foi um grande herói e foi um homem muito importante na minha construção.

Após sair do *Recriando*, eu fui encaminhado para a Coordenação da Juventude, onde fui inserido num Programa Especial de Trabalho Educativo, no *Projeto Juventude Cidadã*. Dentro do Juventude eu pude me destacar participando de alguns eventos e fui chamado para o Colegiado. Nesse tempo o Colegiado estava meio que parado já, porque foram só cogitações, os jovens não levaram muito à frente, e a gente chegou e conseguiu reanimar isso, conseguiu incentivar e realmente formar um Colegiado forte, formar uma ouvidoria dentro da Fundação, com a juventude, em que a gente pudesse realmente ser ouvido, pudesse realmente ser representado em vários espaços. Hoje em dia é muito importante essa questão da luta da juventude, porque a gente pode ver que, hoje, a juventude é 50% dos desempregados do país, e quando se fala em mundo, são 200 milhões de miseráveis no mundo inteiro, segundo dados da ONU. É muito importante que a juventude esteja unida, lutando pelos seus direitos, esteja unida, realmente, a favor da juventude. Que pena que



muitos usam o nome da juventude de forma indecente, usam o nome da juventude de forma errada, usam o nome da juventude para se promover.

O que eu poderia dizer da Fundação, hoje, é que, da Política de Assistência Social, a Fundação é gestora da Assistência Social dentro do nosso Município, ela é o órgão, na Prefeitura de São Luís, que gesta a política em si. E o que eu poderia dizer é que **a Assistência Social mudou totalmente a minha vida, a Assistência Social conseguiu, realmente, mexer com a minha vida totalmente.** Porque antes de começar a participar dos programas e dos projetos da Fundação da Assistência Social, eu era uma pessoa completamente diferente, jamais estaria aqui, falando na frente dessa multidão de pessoas, sem problema algum. Antes de participar dos programas e projetos eu tinha o meu mundinho próprio, vivia ali no meu mundinho, no meu cantinho – *Ah, ninguém me vê, ninguém liga pra mim, eu vou viver aqui* – aí eu ia para a escola e acabou, só isso. **Hoje não, eu me vejo como um cidadão que pode estar mudando a realidade, eu me vejo como um cidadão que pode estar contribuindo para mudar a minha realidade.** Tanto que, lá em São Luís, eu moro em um bairro considerado um dos mais perigosos, é o Bairro da Liberdade e, antigamente, antes de começar a participar dos programas, eu achava – *Ah, essa questão da violência não tem nada a ver comigo, é eles pra lá e eu aqui.* **Hoje eu posso ver que eu posso mudar isso, hoje eu posso ver que eu posso ser um cidadão que pode estar modificando essa história.** Já comecei a fazer isso e hoje nós trabalhamos com jovens, dentro da comunidade, com um grupo realizando várias atividades entre a comunidade. A gente é Coordenador do Ministério Jovem de Ação Social da Igreja Batista do bairro e assim a gente tenta fazer alguma coisa para tentar mudar essa história. E eu acho que é isso e, para finalizar, queria deixar essa frase, que eu achei bem interessante: *Nem sempre podemos construir um futuro para a nossa juventude, mas podemos construir nossa juventude para o futuro.* **E foi isso que a Assistência Social fez na minha vida: me construiu para o futuro.** Consegui construir um jovem para o futuro que pensa que tem uma visão de mundo bem ampliada, e que sabe que pode fazer alguma coisa para estar mudando essa realidade. E para finalizar, realmente, eu queria dizer que a Assistência Social mudou totalmente a minha vida, que os programas da Assistência conseguiram mudar realmente a minha vida e vocês, que são Assistentes Sociais, que trabalham na Política de Assistência Social, são uns heróis, porque, com o mínimo recurso que vocês conseguem, o mínimo recurso que vocês têm, vocês conseguem transformar a vida de muitas pessoas, vocês conseguem fazer com que uma pessoa que não tinha perspectiva nenhuma de vida, possa ter uma visão de mundo e possa se ver enquanto cidadão que possa transformar a sociedade. Vocês realmente são super-heróis. Obrigado.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Obrigada, Edjael. E agora nós chamamos a Professora Dra. Dalila Pedrini, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e Assessora da Cáritas brasileira, para, também, debater o tema *Controle Social*.

**Dalila Maria Pedrini – Vice-Presidente do CNAS:** Bom dia a todos e a todas. Este tema é de fundamental importância, pois sabemos claramente, todos nós, e está tão escrito, de forma explícita, na Política da Assistência, que só poderemos concretizar o SUAS com um controle social efetivo, vigoroso. A *Fotografia* que a Professora Aldaíza acabou de nos apresentar é instigante, nos provoca, porque mostra, claramente, os muitos limites do



controle social que ainda estão presentes na nossa política. Por isso eu vou trabalhar um pouco, nestes que sempre são poucos minutos para um tema tão grande, a questão da superação dos limites, apresentados na *Fotografia*, a questão do fortalecimento e da ampliação da política. Sigo a *Fotografia*, mas também, à medida da minha fala, eu vou apontando para as metas, já que esta Conferência está aqui para nós fazermos o planejamento, fazermos o nosso plano de dez anos. Portanto, eu vou falando os limites, apontando para as metas, no sentido de, pedagogicamente, indicar algumas sugestões, ou então levantar elementos para a reflexão da tarde. Eu também, para poder fazer esta reflexão, fiz uma comparação em todos os pontos, que eu não vou poder trazer aqui por problema de tempo; depois, se alguém quiser, pode me perguntar no debate. As mesmas questões eu fundamentei, na minha reflexão, na pesquisa *LOAS Mais Dez*, que foi feita em 2003 e apresentada na última Conferência, bem como uma outra pesquisa, da qual eu também fiz parte, que foi a respeito do controle social, feita pela Universidade Católica de Pelotas e a Cáritas brasileira, nos anos de 2003 e 2004.

O controle social, então – eu inicio com a afirmação da *Fotografia* - ainda não se efetivou e, portanto, nós temos tido, na *Fotografia*, muitas constâncias ou permanências. O termo *permanência* é muito forte; eu vou para *constância*, para não ficar muito pesado, mas há uma permanência dos limites do controle social em todas as pesquisas que a gente tem visto. Iniciamos falando, então, da questão dos Conselhos, em três aspectos que eu levanto. Não há dúvida de que os Conselhos e as conferências são uma conquista significativa para nós, a partir da Constituição, tanto no exercício da cidadania como na questão do controle social.

Eu vou levantar **três pontos** que não foram consolidados nos Conselhos. A **questão da paridade**, tanto governo e sociedade civil quanto na questão dos segmentos: os segmentos, em todas as pesquisas, dizem que os usuários são os que menos estão presentes, tanto nas conferências como nos Conselhos. Embora, na *Fotografia* de 2006 apareça um dado bastante forte, que vocês poderão ver depois na p. 44, onde diz que, no ano de 2005, os trabalhadores estavam presentes nos Conselhos Estaduais em apenas 6.9%. E isso chama a atenção sobremaneira, porque esse é um dado novo, que não estava nas pesquisas e nos estudos anteriores. Portanto, ele merece algumas considerações, depois, nos grupos. À tarde, nós teremos a Mesa de RH, que já está na programação e, certamente, esse tema voltará, porque é um dado que nos chama a atenção pela sua diferença. Portanto, nós temos agora, também, o segmento dos trabalhadores, que exige uma atenção especial. Em relação aos aspectos que dificultam a paridade dos segmentos, nós temos várias questões, que, pela exigüidade de tempo, eu vou deixar; depois, se interessar a vocês, podemos usar no debate. Então, as três transparências da pesquisa *LOAS Mais Dez* e também a outra pesquisa que eu citei, nós vamos deixar para depois.

A **segunda questão** é a **relação Conselhos-Fundos**. E aqui, é bastante grave, pelo seguinte: é uma atribuição dos Conselhos a questão orçamentária, a proposição, a aprovação e o controle dos recursos. A *Fotografia*, portanto, diz que há uma relação muito frágil entre Conselhos e Fundos, especialmente nos municipais, onde apenas 13% acompanham a execução dos Fundos. E há, também, assentos regionais, nessa questão; portanto, esse é um ponto que merece atenção especial quando formos trabalhar, depois, o planejamento, à tarde. Este dado do não acompanhamento dos Fundos é recorrente nas outras pesquisas também e este é um ponto crucial. Nós deveremos nos perguntar: quais as causas de que os Conselhos têm dificuldade ou resistência, ou será que há pressão, por parte dos órgãos gestores, no sentido de não acompanhar os Fundos, quais são as causas? É





importante nós nos perguntarmos para pensar estratégias alternativas de superação desse limite.

Eu acho que nós temos aqui, ainda, alguns aspectos a serem considerados. É óbvio que esse assunto vai voltar na Mesa do financiamento, mas não tem como não dizer, em função da relação controle-financiamento, que esta é uma questão séria, em função da relação da política social com a política econômica. Nós temos uma política econômica no país, conforme já falou o Moroni, que nos preocupa, no sentido de que a política econômica, historicamente no Brasil, ela se torna no topo da pirâmide. Isto quer dizer que ela é inacessível ao nosso controle. Nós não temos muito, no Brasil, como dizer se concordamos ou não concordamos com essa política econômica. Nós não podemos dizer se concordamos com esse percentual de *superávit* primário. Então, ele é um dado inacessível. E, ao mesmo tempo, esta relação frágil entre o controle e o Fundo mostra, também, que nós reproduzimos, a nosso nível, a fragmentação da política econômica e social que está a nível macro. Então, nós reproduzimos, mesmo que por várias causas, esta questão, e é um ponto fundamental a ser pensado, do domínio que nós, que trabalhamos na esfera do controle social da gestão, do domínio que nós precisamos ter da compreensão e do domínio a respeito da política econômica do país. Ao mesmo tempo, este é um compromisso ético nosso, o cuidado com o recurso público. Tudo que é público é nosso, é de todos, e não pensar que o público é de ninguém. E a questão da relação entre capacitações dos Conselhos e a questão orçamentária? Nos cursos, na formação para os conselheiros, o ciclo orçamentário, o estudo orçamentário tem entrado? É uma pergunta importante. Em relação a esse aspecto nós temos a meta 06, que eu creio que pode ser complementada; a meta 08, como sugestão, necessita ser melhorada; e ainda tem a meta 10, que fala de financiamento, que eu creio que pode ser pensada nesse conjunto.

O **terceiro item** da relação Conselhos-Controlé é a **questão dos planos de assistência**. Na verdade, aqui estão os dados que eu também não vou poder explorar, por causa do tempo, mas continua este limite recorrente, em todas as pesquisas, no sentido de que não há uma efetivação do nosso poder deliberativo. Nós temos poder que não utilizamos no Conselho. Isto quer dizer que nós temos, em Lei, ganhos que nós não concretizamos na prática, o poder do Conselho de elaborar e de controlar.

O próximo ponto que eu vou levantar, passando desses três, é a **questão da informação como estratégia de controle**. Aparece muito pouco, na *Fotografia*, este ponto, e ele afeta conselhos, gestores, e Estado. A informação é um direito da sociedade, é um direito nosso, é um indicador de transparência do Estado, portanto é dever do Estado nos passar as informações e é, também, um mecanismo de controle. Aqui é uma via de duas mãos. Por que? Olha só, o que é que a *Fotografia* mostra: nós, ao mesmo tempo, demandamos informações, nós reivindicamos que o Estado nos passe informações – no caso o Estado para a sociedade – para que possamos fazer o controle, nós não temos efetivado no Brasil, ainda, o direito às informações sobre controle público, porque a legislação que está na Constituição Federal não foi regulamentada ainda. Nós não temos acesso às senhas do SIAF, do SIGPLAN, portanto este direito não está garantido para nós. Por outro lado, a *Fotografia* mostra que nós também não passamos, nos Conselhos, as informações para que a sociedade possa controlar o Estado. Então, há aqui uma contradição em relação às informações: nós não temos e não repassamos. O órgão gestor deve nos oferecer, mas também não nos repassa. Esse é um ponto importante, para o qual eu gostaria de chamar a atenção. Porque nós não temos uma publicização suficiente e ao mesmo tempo temos uma





demanda de informação? Meta 02, companheiros e companheiras, esta meta precisa ser pensada com muita seriedade, porque aqui está um dos eixos para o nosso controle.

O próximo ponto são os **fóruns**. Com relação aos fóruns, na verdade a *Fotografia* mostrou uns dados que parecem até mais positivos do que nós constatamos na realidade, de que há fóruns em 23 – e na hora de localizar para o convite para esta Conferência foi difícil, portanto, o dado da *Fotografia* não é o dado que nós encontramos para o convite, tivemos dificuldade de localizar os fóruns para virem. Por outro lado, nós sabemos da sua importância para a consolidação da política, historicamente, para o controle, para o controle inclusive dos próprios conselheiros. A *Fotografia* mostra que temos mais fóruns temáticos do que territorializados, um ponto importante, em função de que poderemos ter uma proliferação de fóruns e pode haver uma segmentação, fragmentação ou mesmo enfraquecimento dos fóruns, o que a *Fotografia* já mostra. Acho que a meta 05 é um ponto importante, é um elemento para ser pensado aqui: o fortalecimento dos fóruns e a busca de saída para a fragmentação face aos fóruns temáticos.

O próximo ponto que eu levanto em relação à *Fotografia*, que praticamente não existe, é um ponto importante – inclusive nós temos visto, no Conselho Nacional - a importância da **união dos Conselhos**, da integração intersetorial das ações dos Conselhos. Moroni fazia um apelo muito importante para isso. Ele nos *agulhou*, em função, às vezes, das dificuldades das relações entre o Conselho da Assistência e os outros Conselhos, ou, então, os vários Conselhos. A política fala claramente que não há como superar a exclusão social, cujos dados ela apresenta [...]

[...] do controle da gestão, Conselhos, Fundos e todos os elementos que já falamos e levanta um aspecto que é crucial, no nosso entendimento, para o avanço da assistência e para o avanço da democracia no país. Falar de mobilizações nos poucos minutos que eu ainda tenho fica sacrificado, em função da importância do papel das mobilizações na história do Brasil. Nós sabemos, nas últimas décadas, a contribuição que a organização da sociedade e os processos mobilizatórios permanentes fizeram para a conquista de direitos e para o ganho de políticas públicas. Entretanto, a *Fotografia* tem mostrado que isso aparece de uma forma muito tênue, nas propostas. Nós temos, na Constituição, muitos outros mecanismos de controle que, se articulados ao Conselho, poderiam fortalecer nossas ações de Conselhos e de mobilizações. Como relacionar o controle social com as mobilizações, com os movimentos que o Brasil já tem? Então aqui, por exemplo, podemos falar dos plebiscitos; nós ainda não podemos convocá-los, mas nós já o fazemos de forma cidadã, como foi feito para manifestar a opinião da sociedade em relação à ALCA, em relação à dívida externa. A questão da auditoria-cidadã: as auditorias são um mecanismo que está disponível para a nossa atuação. Quando não conseguimos fazer, poderemos fazer de forma cidadã, também. Lei de iniciativa popular – aliás isso aparece como uma sugestão, na meta 09. Nós temos duas no Brasil, apenas. No caderno de textos, eu trabalho isso de forma muito resumida mas depois, quem quiser, tenho informações a respeito de cada um desses mecanismos, num artigo escrito pela Márcia Pinheiro, a Presidente e eu. Mas a Lei de iniciativa popular é uma forma muito interessante. Hoje, estamos pensando de como poderíamos fazer o quarto item que aí está, a **Lei de Responsabilidade Social**, que é uma lei de fundamental importância na conquista dos direitos, na superação do limite que a Lei de Responsabilidade Fiscal colocou, no sentido de que, com a desculpa da Lei de Responsabilidade Fiscal, muitas vezes os direitos sociais ficam limitados. Portanto, a Lei de Responsabilidade Social, que é uma proposta do Fórum Brasil de Orçamento – inclusive hoje o Ministro Patrus Ananias está numa Mesa, num Seminário, que discute, em Brasília,



a Lei de Responsabilidade Social. Já está sendo discutida há, no mínimo, três anos. A importância de pensarmos nessa lei, no sentido de garantir que as metas que nós colocamos nas Conferências sejam concretizadas, no sentido de garantir que aquilo que nós, dos Conselhos, queremos concretizar, possa ser garantido pelos órgãos gestores e pelo Estado. Portanto, a Lei de Responsabilidade Social também poderá vir por meio de lei de iniciativa popular, que exige que, no Brasil, tenhamos um milhão de assinaturas. Essa é uma forma que poderíamos pensar, talvez, na Assistência. Temos, ainda, outros mecanismos. Por exemplo, a possibilidade de audiência pública. Esse é muito mais utilizado, é bem utilizado hoje no Brasil. Sabemos que os municípios e os estados fazem, mas é um mecanismo interessante de utilização. O Tribunal Popular, bem como a ação civil pública, que podem ser demandados por todos nós; as organizações, os grupos coletivos podem fazer Tribunais Populares, no sentido de haver julgamento, por não haver concretização dos direitos da população. O controle do orçamento público é uma experiência que está sendo realizada em inúmeros municípios brasileiros. Nós conhecemos, no mínimo, dez estados em que há ONGs, inclusive a do Moroni, que aqui está, que fazem acompanhamento dos orçamentos municipais, grupos de cidadãos que estudam, que acessam e que controlam o orçamento municipal de determinadas políticas e também do federal, como acontece em muitos lugares. É um aspecto importante.

E, por último, eu queria dizer do **Relatório dos Direitos Humanos**. O Moroni já falou um pouco. Nós temos hoje, no Brasil, três tipos de Relatórios. Esses Relatórios têm exercido controle social sobre direitos e são um aspecto muito importante no qual nós, da Assistência, poderíamos ter uma ação interligada, articulada com esses grupos de direitos, que fazem, às vezes, relatórios específicos no direito, por exemplo, a questão da igualdade racial ou outros, como a questão dos direitos como um todo. Por que nós não poderíamos pensar num relatório específico ligado aos direitos da Assistência, no sentido de que haja mais visibilidade destas questões? Para encerrar mesmo, esse ponto todo que eu falei é na meta 09. Um grande incentivo, a que, de tarde, possamos fazer um trabalho muito bom nessas metas, no sentido de, efetivamente, pensarmos um plano para 10 anos onde o controle social possa ser concretizado e possa expandir a sua ação. Muito obrigada.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Obrigada, Dalila. Eu penso que essa Mesa trouxe elementos fundamentais para os trabalhos de grupo, mas, sobretudo, para o aprimoramento da Política Nacional de Assistência Social, a partir das experiências, dos estudos, das pesquisas, da dedicação de todas essas pessoas que têm, realmente, um compromisso muito grande com essa construção. Nós agora vamos passar para o debate com a Plenária. Mas antes, vou passar para a Conselheira Vânia, que vai nos orientar como nos comportarmos durante essa discussão. Nós temos alguns esclarecimentos a fazer e algumas orientações. Os esclarecimentos serão feitos pela Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Dra. Márcia Pinheiro e, posteriormente, daremos orientações sobre os trabalhos da tarde e da noite.

**Márcia Maria Biondi Pinheiro – Presidente do CNAS:** Na verdade, a gente queria assegurar a todos os municípios que fizeram seu *Álbum de Fotografias* e todos os estados que trabalharam em seu *Álbum de Fotografias*, que esse material será incorporado numa nova versão da pesquisa. Quero assegurar a todos que esse processo foi um processo legítimo, importante, fotografamos a gestão, fotografamos os Conselhos, e conseguimos



nos aproximar da realidade. E 22% enquanto amostra, é cientificamente correto. Mas nós não queremos amostra, a gente quer os 100%, quanto mais material. Agora, havia um dia que a gente tinha que parar com todo esse processo para, inclusive, chegar a fotografar. Então eu quero tranquilizar a todos os municípios brasileiros que fizeram a sua *Fotografia*, que eles serão incorporados, a todos os estados brasileiros que fizeram a sua *Fotografia*, que eles serão incorporados, e todas as críticas e sugestões que aparecerem no trabalho, também serão refletidas, como é costume do CNAS, do CEDEST, da PUC/SP, de todo esse grupo. É o debate democrático com críticas, sugestões e avanços. Isso só faz avançar o movimento, isso só faz avançar a Assistência Social, como política pública. Então, todos os estados serão incorporados. Muito obrigada.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Obrigada, Presidente. Vamos, agora, tentar dar algumas orientações sobre o restante do trabalho de hoje e depois passaremos para a Conselheira Vânia, para dar alguns avisos e conduzir a Plenária ao debate. A princípio, quero informar que, no corredor central, nós temos a última ilha de computadores, que é dos sistemas e aplicativos da rede SUAS, sistema de informação do SUAS, onde qualquer um de nós pode acessar as informações de hoje, bastante atualizadas, como é que está a situação de cada município, que recurso recebeu, enfim, está disponível para todos nós. Queria solicitar que vocês pegassem o manual de participante para a gente visualizar melhor a programação de hoje. Se fizermos uma análise dos trabalhos de agora da manhã, nós podemos considerar que a Mesa cumpriu aquilo que estava estabelecido, embora tivéssemos iniciado um pouco atrasados, em função da chuva e da chegada das pessoas aqui. O que estava previsto de apresentação e de discussão, por parte dos debatedores, era em torno de duas horas. Isso está cumprido e agora, então, nós passaremos para o debate. À tarde, às 14 horas, está previsto iniciarmos o trabalho de grupo, e aí temos algumas orientações rápidas para fazer. A metodologia utilizada vai ser a seguinte: para os direitos sócio-assistenciais nós teremos os grupos de nº 01 a nº 11, com esta responsabilidade de discutir e aprovar os direitos sócio-assistenciais, fazendo uma construção, umas adequações, o que for necessário. E o controle social será discutido pelos grupos de nº 12 a nº 23. Estes grupos estão distribuídos da seguinte forma: do nº 01 ao nº 06, aqui mesmo, no térreo; do nº 07 ao nº 23, no primeiro andar. Vamos passar agora, então, para a Professora Vânia, para explicar para a gente como é que nós vamos realizar o debate.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Vou passar a orientação em relação a como vai ser a explanação dos debatedores. A gente vai abrir para debate e vão ser feitos cinco blocos com perguntas por escrito ou através do microfone, conforme o Regimento Interno. Já temos alguns inscritos e o nosso Conselheiro Ademar vai estar recebendo as inscrições, que serão feitas através dos crachás, e cada debatedor vai ter, no máximo, três minutos para expor as suas perguntas. Por favor, não excedam, porque são muitas perguntas e a gente está querendo fazer em três blocos. Já tem duas pessoas inscritas aqui, então nós já vamos começar o debate.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Nós vamos, então, chamar os dois. O primeiro é o Marcos Antonio Carneiro, do Rio de Janeiro e o segundo é Alderir Penha, de São Paulo.



**Marcos Antonio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Bom dia a todos e todas. Antes da pergunta, gostaria de reforçar, na fala da companheira Márcia, Presidente do CNAS, que parece ser a primeira deliberação dessa Conferência que o material aqui apresentado seja reeditado e encaminhado aos Conselhos Estaduais e aos municípios. É importante que a gente reforce e tenha a garantia dessa republicação. Eu gostaria, primeiro, Professora Aldaíza, de parabenizá-la pela exposição, aliás toda a Mesa, uma escolha excelente pelo CNAS. Diante de toda a fala da Senhora, na reflexão da questão da garantia de direitos, os direitos sócio-assistenciais, durante a sua exposição me ocorreu uma questão, que eu achei importante estar trazendo e encaminhar para a Senhora. Se a política que ora a gente constrói, dentro dessa perspectiva de uma universalidade equânime, partindo inclusive daquilo que a Senhora está chamando de *pautado na igualdade de direitos*, se a nossa política não estaria se encaminhando para uma universalização geral desses direitos sócio-assistenciais, em detrimento do que preconiza a LOAS, que é a política de assistência para quem dela necessitar. Então não sei se eu fui claro na pergunta, mas é isso: se nós não estaríamos caminhando para uma concepção de um Direito Sócio-assistencial constituído de forma geral. Eu também, para o Moroni, achei interessante quando ele falava da questão da política compensatória que hoje a gente desenvolve, praticamente, em todo o Brasil. E aí se a gente fosse falar aqui, a gente teria inúmeros exemplos de políticas compensatórias. E, no seu desenrolar, você também falava de alguns caminhos para que nós saíssemos dessas políticas compensatórias. Então eu perguntaria para você se você tem alguns exemplos concretos aqui para nós. Obrigada.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** o Gilberto Aragão, de Pernambuco vá se deslocando aqui para frente, Assis da Silva, da Paraíba, Solange Bergamin, do Rio de Janeiro.

**Alderir Gualberto Penha – Inspeção Salesiana/SP:** Bom dia. Alderir, de São Paulo. Eu acho que essa tradução do que foi apresentado hoje de manhã, por esse diagnóstico que a Aldaíza nos colocou, me trouxe duas questões, uma para a Aldaíza e outra para a Dalila. Só a título de informação, talvez todos os estados não saibam, São Paulo foi a última capital a ter a gestão do Fundo junto com o Conselho. Então, nós tivemos um atraso histórico em relação às outras cidades e, principalmente, às capitais. Mesmo assim, a sociedade civil, junto com o PAT, os parlamentares e vereadores, conseguiu, na cidade, fazer a Primeira Conferência, independente da gestão pública. Tanto que nós realizamos a VI Conferência Municipal, mas temos um atraso histórico em termos da discussão, em termos de gestão. Então, nesse sentido, eu gostaria de fazer essa pergunta para a Aldaíza. Não vou entrar na questão nem dos recursos humanos nem da parte financeira, que a gente vai discutir à tarde e amanhã. Mas, no que se refere aos Conselhos, nós temos uma dificuldade operativa em termos dos Conselhos oferecerem as condições objetivas de participação, principalmente, do usuário no sistema, como também de uma discussão nos períodos em que as Conferências não ocorrem. Queria ver como é que ela vê isso, já que ela fez essa apresentação como um todo no Brasil, e eu acho que pode nos elucidar. E para a Dalila, eu gostaria de fazer uma pergunta que é, justamente, uma questão de pactuação, que eu acho que ela colocou, e eu achei muito importante, no que se refere aos gestores, tanto da questão estadual e municipal, como essa interface com os Conselhos, essa fragilidade que a



gente tem ainda, na construção da política, que são aprovadas no Conselho e o acompanhamento disso junto com os gestores, seja a nível municipal ou estadual. Então, eu gostaria até de fazer uma sugestão, se for possível, que até ao final da Conferência se pensasse numa pactuação, a partir de janeiro do ano que vem, nesse período transitório, entre os gestores, principalmente estaduais e municipais, até uma definição mais clara das competências e de todos os procedimentos necessários à implantação da política. Obrigado.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Gilberto Aragão, de Pernambuco.

**Gilberto Luiz Rodrigues de Aragão – Associação Beneficente Evangélica de Itaquitanga/PE:** Gilberto Aragão, de Pernambuco. A pergunta talvez, não seja diretamente uma pergunta. Mas, analisando a fala dos três, quando a Presidente fala do poder do voto, da mudança, será que fazemos verdadeira mudança com esse voto? E, na fala do controle social, do Moroni, quando ele falava que a primazia nas discussões da política, em todos os níveis, o companheiro que me antecedeu já coloca isto, que esse primazia não se efetiva nos municípios, onde nós temos os gestores com a mesma política que domina tudo, controla tudo. Nós já estamos na V Conferência Nacional, discutimos, debatemos, e parece que a coisa não anda, ou seja, deveria haver uma punição mais direta para os gestores públicos, diante deste espaço que eles não dão para o controle social, e que haja uma verdadeira efetivação da política social. A gente observa, também, que, quando ele fala na defensoria – isso está na meta 10, o espaço de defensoria que foi apresentado pelos municípios e pelos estados – o que nós observamos é que há uma morosidade, ou uma omissão da defensoria, daqueles que fazem o ato de justiça. Nós lamentamos que não esteja aqui, hoje, alguém que pudesse representar o Poder Judiciário num todo, para fazer essa reivindicação e essa atuação mais direta, porque nós que estamos lá nos municípios menores, vemos que é real essa situação, a morosidade e a omissão desses homens. Nós batemos, discutimos, levamos e o tempo passa na tramitação das decisões e na ação efetiva disso. Uma outra questão é a questão do Fundo, para que a Secretária de Ação Social gerencie o Fundo. Isso, na realidade, não acontece, e não há uma punição para esses gestores. Diante disso, nós observamos o seguinte: há um outro ponto, que aqui foi colocado, da Lei de Responsabilidade Social, e eu chamaria, também, para o lado da outra Lei, que se chama Lei de Responsabilidade Fiscal, que faz com que o gestor público diga que fica impedido de mais recursos para tais setores, porque há a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ora, a dívida deixada pelo gestor anterior prejudica o município, prejudica as ações efetivas dos setores sociais, por conta da irresponsabilidade do gestor anterior. Então, o que deveria haver era uma ação em cima dos gestores e não do município. Então o que os companheiros têm a dizer em relação a todo esse processo de dificuldade da ação efetiva das políticas sociais? E diria mais, quanto aos Conselhos, Conselhos não atuantes, porque o gestor não dá espaço; quando tem aqueles que representam a sociedade, quando a Lei diz que é cargo relevante, ele não permite que o representante vá para a reunião, participe das Conferências, participe dos Fóruns. Então, como agir em cima desses gestores? Muito obrigado.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Assis Firmino da Silva, da Paraíba.





**Assis Firmino da Silva – Sindicato dos Trabalhadores Rurais/PB:** Eu quero cumprimentar a Mesa, na maioria das mulheres presentes lá na Mesa, e quero, também, cumprimentar o Plenário. Acreditamos que aqui a maioria são Delegados. Queremos também cumprimentá-los, e estamos juntos para discutir essas questões tão importantes. A gente viu ontem, na fala do Presidente da República, e na fala do Ministro Patrus Ananias, a questão dos Programas Sociais. Mas o pessoal que se encontra aqui presente, sobretudo o nosso pessoal sofrido, do nosso querido Nordeste, e o nosso pessoal da Paraíba que aqui está, que contribuiu muito para essa discussão, mandando as propostas, já presentes na *Fotografia*, a gente sabe que, na verdade, os programas sociais, hoje, melhoram um pouco a situação do povo sofrido desse país. Mas não é tudo, porque não se mata a fome de uma família com o valor que é dado por mês. E ainda mais, os valores que são destinados para as pessoas carentes, para as pessoas pobres e para as pessoas necessitadas, a gente sabe que os gestores políticos de vários municípios desse país, de uma forma vergonhosa, ainda inscrevem pessoas apadrinhadas e até pessoas de suas famílias. Tivemos agora recentemente na Paraíba, num pequeno município, uma vereadora com o mandato cassado pela Câmara, porque estava inscrita no Programa Social do Bolsa-Família. Isso é uma vergonha, minha gente! Esses Programas são para pessoas simples, são para pessoas carentes, são para pessoas necessitadas e é necessário que o pessoal das cidades, onde se tem Conselhos Sociais funcionando, possa, na verdade, fazer esse questionamento, levar essa pessoa para o Ministério Público, porque se isso acontece na Paraíba é porque, até agora, a gente não viu ninguém preso por conta disso. A minha participação é essa e quero dizer, para todos que estão presentes, que a gente precisaria não de uma Bolsa-Família, mas de emprego, porque o nordestino e o povo do Brasil não quer esmola, gostaria de emprego. Muito obrigado.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Solange, do Rio de Janeiro.

**Solange Bergami – Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias/RJ:** Bom dia. Para mim é um prazer estar aqui porque, há nove anos atrás, eu participei da II Conferência Nacional e, nesse histórico todo, é importante nós vermos quais foram os avanços que nós demos em termos de Assistência Social. E o que me motivou a vir aqui falar, é que eu represento, no Conselho, uma entidade de usuários, e aí eu não quero sair daqui, Moroni, tendo a impressão de que não contribuí, porque eu concordo, inclusive com a sua análise. Nós, do movimento popular, temos essa crítica, inclusive na participação dos Conselhos enquanto controle social. A gente não quer estar lá sentados, referendando algo em que a gente não possa estar, de fato, tendo ingerência. E eu fiquei bastante atenta à sua fala, porque a gente não quer, de fato, vir para essas Conferências e sair daqui sem achar que contribuímos, que já está tudo pronto e viemos só referendar aquilo que já estava posto. Eu quero tentar pontear **três questões**, uma delas exatamente sobre a diferenças de entidades de usuários e os usuários propriamente ditos. Porque no nosso entendimento de entidades, e é bom que todos nós [...]

[...] a Resolução 191, de 10 de Novembro de 2005, do CNAS, que altera o Artigo 03 da LOAS, e que reforça, sabiamente, através da contribuição de todos nós ao longo desse país, o que nós queremos de fato, qual é a nossa visão enquanto entidades da Assistência Social. E nós, do campo do movimento popular, lutamos nesses dez anos para que, de fato, essa barreira, esse divisor de águas entre entidades prestadoras de serviços e entidades de





usuários de fato pudessem compor, dentro dos Conselhos, aquilo que a gente queria, que era lutar pela cidadania. Isso não foi fácil, companheiros, e eu lastimo que esse tema não seja colocado aqui com essa profundidade, nessa Conferência de Assistência, porque ainda há um desafio muito grande para a gente romper as barreiras do que está aí colocado como assistencialismo – todos nós fazemos essa avaliação – para, de fato, o que é que é direito da cidadania. E se a gente não faz essa análise do que de fato é o usuário – não é o usuário diretamente atendido, porque a gente não vai ter a ilusão de que o usuário que vai ser diretamente atendido na ponta vai ter assento no Conselho, compondo em pé de igualdade com os outros companheiros que lá estão – não dá para a gente vir aqui falar da participação do usuário sem fazer essa análise, porque nós, de entidades de usuários, a gente quer estar lá brigando exatamente por aquele usuário que não sabe o direito dele. E aí eu acho que um desafio nosso, enquanto militantes da área da Assistência, é como todos nós, não só entidades de usuários, vamos levar os direitos garantidos nesses 12 anos de LOAS, de fato, para que chegue lá na ponta do cidadão. E aí eu quero entrar na **segunda questão**, para concluir. Moroni, você falou da questão da política sócio-assistencial, mudar o desenho. Eu queria saber a sua opinião sobre o Bolsa-Família, porque nós, na minha cidade, por exemplo, tivemos fila de usuários dormindo para fazer o cadastramento do Bolsa-Escola e do Bolsa-Família. Se a gente vai tentar, com o governo, construir essa política, embora nós saibamos que a maioria dos estados aqui trouxeram a crítica ao Bolsa-Família, mas se a gente quer compor e tentar construir porque a gente quer acreditar que ela seja para além de uma política assistencial, então vamos debater aqui como é que é essa coisa do acesso, do controle, como é que as Secretarias Municipais estão, de fato, gerindo essa verba que a gente nem sabe que está chegando para fazer o cadastramento. As pessoas estão dormindo na fila, é preciso que se diga aqui! As pessoas não estão tendo acesso ao Bolsa-Família! A população mendiga lá para ter acesso a esse bendito Bolsa-Família! Então tem que vir aqui alguém dizer e denunciar isso, porque nós não temos! E a **última questão** que eu queria levantar: o **Fundo**, pessoal, não é que nós não queremos ter controle não, na verdade, não tem dinheiro municipal nesse bendito Fundo! A verba dos projetos federais e estaduais nós queremos fiscalizar! Só que no meu município, por exemplo, nós, da sociedade civil, entramos três vezes no Ministério Público denunciando que não tinha prestação e, até hoje, nós ficamos sem resposta! Então, que Ministério Público é esse, que Poder Judiciário é esse? Controle social, a gente tenta fazer, mas é preciso, também, que o Poder Judiciário compactue com a gente, porque inclusive, das vezes que nós ouvimos o Ministério Público dizer – quando a gente conseguiu ouvir – todas as vezes eles deram força. Agora tem cidades em que isso não acontece. Eu quero fazer aqui uma denúncia, para finalizar...

(Fala fora do microfone)

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Você concluiu, Solange? Você se inscreve de novo?

**Solange Bergami – Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias/RJ:** Muito obrigada. Eu não queria sair daqui sem fazer a minha denúncia final, porque eu acho que é o único espaço que eu tenho para fazer a denúncia, hoje. Já cansamos de fazer nas instâncias hierarquicamente inferiores. Olha, gente, o meu município recebeu verba de projetos federais, não passou pelo Conselho, o governo municipal usou, via entidades fantasmas, e nós queremos uma resposta do MDS sobre a verba do povo, que foi



investida em entidades fantasmas. É essa a denúncia que eu quero trazer aqui e quero que até, inclusive, ao final da Conferência, a gente possa estar pedindo e querendo explicações sobre isso. Muito obrigada.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Solange, diga qual é o seu município, por favor. Duque de Caxias. Obrigada. Nós concluímos o primeiro bloco de cinco perguntas. Nós estamos com mais dez inscrições na Mesa. Então, Ademar, é melhor suspender as inscrições nesse momento, para ver como conduzir estes e aí a gente avalia.

**Participante não identificado:** Se a Mesa permite, a próxima fala poderia encerrar a inscrição.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Agora vai ter, no máximo, cinco minutos para a resposta de cada pergunta. Por favor, Professora Aldaíza.

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Primeiro, eu vou responder ao Marcos, que fez uma questão relativa à universalização: se a idéia contida nos direitos sócio-assistenciais de igualdade para todos, ao supor uma universalização, não entra em confronto com a LOAS, quando diz *a quem dela necessitar*. Primeira questão: eu fiz aqui, estritamente, uma apresentação do que chegou de dados, procurando não externar opiniões da minha reflexão. Agora eu vou fazer isso, eu vou externar mais as minhas opiniões na análise de algumas questões aqui colocadas. E quero louvar e, realmente, afiançar o compromisso nosso – como já foi dito aqui pela Presidente do CNAS – de desenvolver todos os esforços para completarmos esse quadro nacional, sem tirar o mérito daquilo que já foi conseguido até agora. Então é o seguinte: todos os direitos sociais se concretizam no momento da necessidade, ou da afronta a esse direito. O direito, enquanto uma universalidade, é um direito potencial e, neste sentido, também o direito sócio-assistencial é potencial. O direito, por exemplo, à escola, é um direito que vai se realizar diante da necessidade, por exemplo, da criança, numa certa idade ou do adulto, numa outra situação, da frequência à escola. O fato de dizer que um direito tem perspectiva de universalidade, não quer dizer que todos vão usá-lo todo o tempo, à mesma hora e a todo o momento. Isto quer dizer que aquilo que nós tenhamos por direito sócio-assistencial, todos, indistintamente, poderão fazer uso, independente da sanção – como mostrou o Moroni, que isso teria que ser efetivamente retirado – da demonstração do quanto ganha para poder fazer uso do direito socioassistencial.

Então, o que está sendo dada é uma interpretação da necessidade e, aí, eu quero já responder junto ao Assis, da Paraíba, e dizer que uma das manifestações claras que tem nesse *Álbum de Fotografias* é que a primeira condição para nós entendermos a Assistência Social como direito de cidadania é banir da nossa fala a referência ao usuário como *carente*, como *necessitado* e como *coitado*. Enquanto continuar a dizer que qualquer ação na Assistência Social é para o *carente*, *coitado*, *necessitado*, isso é negação de direito. Eu acho que nós temos que agir com rigor, mas entendendo o ser como sujeito de direitos. Essa é uma questão.



Segunda questão: o Alderir me pergunta sobre a discussão de usuários e, de certa forma, a Solange também coloca uma questão de usuários. Embora ela tenha questões de outra ordem, eu só vou tocar na questão de usuários que ela formula. Eu creio que o Alderir, como nós, partilhamos de toda a luta pelo Conselho Municipal em São Paulo e depois, também, na concretização do Conselho. É que não é fácil nós clarearmos as possibilidades do usuário ser parte do Conselho. Ontem me marcou muito quando o Carlos Ajur, no seu pronunciamento, disse assim: *Eu sou usuário, mas nem sei mais se eu sou usuário, porque eu, na verdade, reconstruí e construí, tenho toda a minha autonomia*. Eu creio que quando o Ajur nos colocou isto ontem, na abertura desta Conferência, ele colocou a seguinte questão: será que o fato dele já ter usado de serviços sócio-assistenciais é aquilo que o credencia? É a situação de um potencial usuário? O que é que caracteriza um usuário como tal? O que nós sabemos – e aí quero dizer que dou várias razões a aspectos que a Solange colocou, aqui do Rio de Janeiro, de Duque de Caxias, essa questão da fiscalização, e tal – é que não pode, absolutamente, algum de nós dizer que está lutando pela pessoa. Isto é o contraponto do protagonismo! O nosso objetivo, ao definir direito de cidadania, é que haja o próprio pronunciamento das pessoas, para tanto. Muitos dos nossos usuários traziam o seguinte: *Para nós, é muito difícil ouvir as reuniões do Conselho. Nós não temos ajuda de transporte, nós não temos ajuda de nada. Pesa mais para nós do que para um membro do governo, que tem um salário, ou para um representante da entidade, que vem com um salário da entidade. Nós temos que trabalhar e vir no Conselho. E se o Conselho é num horário de trabalho, o que a gente faz? A gente falta?* Então, eu acho que esta Conferência deveria deliberar, mais claramente, nessa busca de tornar mais claro o que é o usuário, e dos meios facilitadores para que, de fato, nós tenhamos a presença do usuário, como tem a Saúde, como tem a Educação. Eu disse já na minha fala e repito: valeria a pena contar quantos usuários de verdade tem nesta Conferência e quantos teve nas outras, para a gente saber se nós estamos crescendo nessa participação. Eu sei que tem muita dificuldade na vinda de usuários, por exemplo, a uma Conferência Nacional. Então, acho que são meios que nós vamos ter que recriar, fortalecer e decidir aqui.

Para finalizar – o meu tempo já está batendo – quando o Aragão fala da questão da morosidade da Defensoria, uma das sugestões que surgiu, Aragão, para defesa dos direitos, é que houvesse um entendimento na justiça com os Juizados Especiais - assim como já tem o Juizado Social das Pequenas Causas, principalmente previdenciário, que vem atendendo os requerentes do BPC e ultrapassando as exigências que, às vezes, são colocadas e que os deixam de fora do atendimento a esse benefício – que nós pudéssemos trabalhar pela extensão da ação do Juizado Especial face aos direitos sócio-assistenciais. Amanhã à noite há uma Oficina sobre Direitos Sócio-assistenciais que, eu suponho, terá um representante do judiciário, e, possivelmente, a gente poderá encaminhar questões nesse sentido, amanhã à noite. Muito obrigada.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Moroni, por favor. Na fala da Dalila, vão se encerrar as inscrições.

**José Antonio Moroni – INESC:** Tanto o Gilberto quanto a Solange colocam a questão da participação, do controle social, do acesso e as dificuldades. Não resta dúvida que nós temos muitas dificuldades na questão da participação. A Aldaíza pontuou essa questão da participação do usuário, aquelas dificuldades em função de trabalho, de acesso mesmo, e de



inviabilidade econômica de participar. Mas acho que também tem uma questão que é, um pouco, o desenho da participação. A gente precisaria estar conversando sobre a arquitetura da participação. Primeiro, que nós pensamos, no processo constituinte, a questão da participação, do controle social, nas chamadas políticas sociais. Nós não criamos nenhum mecanismo de participação e controle nas políticas econômicas. Isso refletiu muito naquele momento de construção nossa, enquanto movimento – falou em economia, nós tínhamos aversão – nós éramos da área social, e isso nos colocou vários limites. Tanto é que hoje, nós **não temos mecanismo de controle social sobre a política econômica**. Isso é um primeiro problema.

Uma outra questão que eu não acho que, por si só, seja um problema, é o fato de a gente ter se organizado e ter criado diferentes sistemas descentralizados e participativos a partir das diferentes políticas. Porque isso também dá visibilidade, reforça a questão do lugar de onde você fala, da construção da sua identidade enquanto sujeito político, e tal. O problema é que nós não conseguimos criar uma **arquitetura da participação** que fizesse com que os diferentes canais se comunicassem. Por exemplo, nesse período agora, na semana retrasada, nós tivemos a Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador. Na semana passada, nós tivemos a Conferência Nacional das Cidades. Agora, nós estamos tendo a Conferência Nacional de Assistência Social e, na semana que vem, vamos ter a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Como é que esses processos se inter-relacionam? Não têm nenhuma inter-relação. Então, tem um problema, também, na arquitetura da participação, da forma como nós nos organizamos para participar, e o que a gente colocou como essa arquitetura é que a gente precisa repensar. Isso não vai ser um movimento rápido, isso envolve repensar todas as nossas estratégias, na questão do controle social e da participação. De antemão eu quero dizer que eu não sou partidário de desmontar o que nós construímos, como Conselhos, Conferências, Fóruns, não é isso que eu estou falando; eu estou falando que a gente precisa dar um salto além e pensar, realmente, um novo desenho para a questão da participação. E um pouco, dentro desse novo desenho, pensar a estratégia para aquilo que nós já construímos, por exemplo, os Conselhos. Nós acabamos construindo os Conselhos de maneira muito fechada e, nesse sentido, os Conselhos acabaram se burocratizando, acabaram sendo vistos quase como um órgão e tendo muito pouca densidade social e política. Os Conselhos, como mostra a *Fotografia*, se relacionam muito pouco com a sociedade, sendo que a força política que esses espaços teriam, era justamente a sua densidade social e política na sociedade.

Para concluir, sobre a questão do Bolsa-Família, eu já manifestei várias vezes a minha posição a esse respeito. Eu acho que o Bolsa-Família está numa perspectiva das políticas compensatórias, está dentro daquele primeiro quadro que a Aldaíza coloca, da Assistência como complementar, como algo que o mundo do trabalho não resolveu, então tem que criar alguns serviços. Mas, para mim, o maior anti-direito que existe no Bolsa-Família, está nas condicionalidades. Você tira a Saúde e a Educação da agenda dos direitos e passa para a agenda das condicionalidades. Isso é o maior crime que se pode fazer. Na semana passada, nós tivemos a Oficina sobre Controle Social e o Controle Oficial com Tribunais de Contas, TCU e os TCEs. E veio a Sônia, uma índia que vive em Roraima, e que nunca saiu do estado dela. Ela veio para falar nessa oficina sobre controle social. E ela fez uma coisa superinteressante: ela reuniu na aldeia dela as pessoas da aldeia – tinha 57 famílias que têm acesso ao Bolsa-Família – e ela fez algumas perguntas. Uma das perguntas que ela fez era como que a Bolsa tinha ajudado na questão da permanência na escola. A conclusão foi que as crianças não estavam na escola para garantir o acesso à Bolsa, estavam indo para a



escola porque tinham melhores condições. Isso é uma coisa que a gente tem que pensar. No outro questionamento que ela trouxe, ela dizia: *Porque é que o dinheiro tem que ir para a família e não se reúne tudo isso e não vai para a comunidade e a comunidade pensa um projeto – como ela falou – que atenda a todos e a todas?* É uma outra lógica. Então, é possível a gente pensar outras lógicas para os programas.

**Dalila Maria Pedrini – Vice-Presidente do CNAS:** Eu vou responder rapidamente. A respeito da questão da participação dos usuários e das usuárias, na pesquisa que nós realizamos a respeito da política de Assistência em três estados brasileiros, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco - porque a pesquisa analisou, também, o controle em outras políticas – os conselheiros e usuários apontaram o seguinte, que eu acho importante a gente ouvir, porque são falas, às vezes, diferentes do que outros teriam falado. Os próprios Conselhos não se preocupam em incentivar o aumento do número nas próximas eleições. O linguajar dos Conselhos é elitizado, uma terminologia técnica, muita burocracia, inibindo a presença. A ausência da cultura e da participação política – já foi comentado aqui – da organização, o desconhecimento dos direitos, a inexistência de ações de *empoderamento* das pessoas usuárias, a não publicização e transparência das próprias políticas, da própria política da Assistência, a questão de desigualdade de gênero – muitas mulheres reclamando que elas não eram tão valorizadas quanto os homens, nos Conselhos – assim como a questão dos Conselhos que se reúnem à noite, com muitos usuários e da sociedade civil dizendo que não podiam ir por falta de segurança pública. Então, são elementos importantes para a gente levar em consideração. Eu gostaria de propor que à tarde, nos grupos de controle social, se pensasse em alguma estratégia efetiva para superar este limite, porque nós temos apenas 12 anos de Conselhos mas, mesmo assim, como disse o Moroni, já estão muito burocratizados, elitizados, exigindo muita necessidade de formação técnica, e muitas vezes, em função dessa formação técnica, que é necessária também, vão perdendo o seu poder político, no sentido de maior articulação com as forças sociais daquela instância municipal ou estadual. Há às vezes, até, um isolamento dos Conselhos das outras políticas sociais dos municípios. Essa eu acho que é uma questão muito séria, a ser pensada por nós.

Em relação à outra questão da omissão de informações, por parte dos órgãos gestores, na verdade, a lei que prevê o direito à informação por parte da sociedade, também prevê a punição de quem não oferece a informação. Só que, como eu falei antes, esta lei não foi regulamentada. Há, hoje, um Projeto de Lei para que ela seja regulamentada, mas vocês sabem como as tramitações são lentas. Eu creio que nós poderemos fazer pressão a respeito disso, no sentido de que esse projeto caminhe e de que os órgãos gestores não obstaculizem o avanço de uma Lei que nos defenda no sentido da concretização das políticas.

E como último ponto, eu também quero informar um dado importante, que há um outro Projeto de Lei tramitando no Congresso, no sentido de que a sociedade possa convocar plebiscitos e referendos a respeito de políticas econômicas e bens de patrimônio nacional. É uma lei fundamental, também, no sentido de controle social da sociedade sobre o Estado. Obrigada.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Vou chamar à frente, no segundo bloco, o Sr. Ubiratan, Sr. Genival, Sra. Maria Inês, Sr. Sérgio e Sra. Fátima. Três minutos para cada pergunta, por favor.





**Ubiratan Marcelino Santos – Instituto DIET/ SP:** Boa tarde a todos. Eu sou Ubiratan, de Guarulhos, São Paulo. A minha pergunta é mais uma reflexão, José Moroni e Aldaíza, referente a quando você fala no controle social e fala um pouco da inanição sobre tudo o que a gente faz e, de repente, a gente acaba reafirmando processos e situações que se apresentam e acaba aprovando, avaliando e dando continuidade a toda uma série de processos. Por outro lado, eu vejo que no novo desenho da Política de Assistência, quando se fala em questões de direitos sociais, nós temos que fazer uma releitura em alguns processos já estabelecidos. Por exemplo, muitos Conselhos estão engessados em editais. Agora, há pouco, você fez uma pequena reflexão. A comunidade e a sociedade civil pouco discute, antecipadamente, esses editais para concurso de projetos, por exemplo, para programas que já vêm pré-estabelecidos. Agora, há pouco, você mencionou também a questão de uma índia, falaram aí na Mesa; eu vejo que ela matou a charada! Nós estamos discutindo uma série de questões e, ao mesmo tempo, a sociedade como um todo. Eu sei que o Brasil tem suas diversidades, mas nós temos aí situações em que a coisa já vem pronta, amarrada, fechada: *Cumpra-se e se faça!* E se você não fizer, se descumpre, é penalizado. Por outro lado, eu vejo uma política econômica brasileira em que, em todo o repasse de recursos – eu sei que a grande discussão disso é amanhã, mas não dá para se pensar que todo um sistema econômico brasileiro, toda a transferência de recursos, 40% dos recursos já ficam em taxas e impostos – você só tem 60% para realizar e desenvolver as ações. Então, diante dessas duas questões que eu vejo, principalmente do engessamento, até por nós mesmos, que estamos construindo toda uma política dentro dessa questão da Assistência Social, em que nós não podemos ter essa liberdade nem a possibilidade de avançar e de mudar algumas questões, pela própria questão legal e, ao mesmo tempo, com esse olhar econômico que nos ceifa 40% de todos os recursos do universo da Assistência Social e fica, justamente, com as questões de governo.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Sr. Genival, de São Paulo.

**Genival Francisco da Silva – Sociedade Civil/ SP:** A minha pergunta é específica para o José Antonio Moroni. Mas, antes eu gostaria de dar uma contribuição ou, talvez, reparo na fala da Aldaíza, a respeito da representação e participação do usuário. Eu, como representante da sociedade civil, conversei com alguns membros nossos, e eles falaram das dificuldades de estar aqui. Para ser prático, sem entrar na questão política de como agem os municípios e os estados, de uma forma prática de exclusão, com relação ao financiamento. Então eles já excluem; mesmo que a pessoa queira participar, o usuário queira participar, a pessoa da sociedade civil queira participar, ela é barrada no problema do financiamento. Por outro lado, a gente sabe que existe o Fundo Nacional de Assistência, o Fundo Estadual e o Fundo Municipal, e isso também não é repassado para o usuário, quer dizer, fica nesse jogo e acaba sendo esse processo de exclusão. Mas a questão que eu quero colocar para o Professor Moroni é com relação às políticas, política de direito e política compensatória. No meu entender [...]

**Maria Inês:** [...] envolvimento do dia a dia do fazer profissional, para conhecer o financiamento, aprovar as contrapartidas e as partilhas; quer dizer, além da capacitação, nós ainda temos uma dificuldade na representação dos trabalhadores com os gestores municipais. Eu queria que refletissem um pouquinho mais; nós vamos ter uma oficina sobre a participação dos trabalhadores, mas acho que a gente tem que pontuar um pouco





mais que não é só o técnico-operativo, é o político, também, na hora de você definir essas questões das políticas, quando você tem o mesmo trabalhador atuando no mesmo Conselho com o seu gestor. Eu queria que refletissem um pouco.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Sérgio, da Bahia. Três minutos.

**Sérgio/BA:** Bom dia a todos, bom dia à Mesa. Vamos seguir à risca o Regimento, porque eu acho importante. Leis foram criadas para serem cumpridas e não para serem discutidas. Gostaria, primeiro, de parabenizar os remanescentes aqui no auditório, porque me parece que algumas pessoas vieram à Conferência para fazer *tour* em Brasília. Não é o meu caso. Sou de uma pequena cidade do Estado da Bahia, Maracás e desenvolvo um trabalho com jovens, na área musical, com fanfarras. Sou professor, leciono em colégio municipal, faço esse trabalho voluntário, e me instigou muito a presença de um jovem. A gente sempre calca, em nossas palavras, que o jovem é o futuro do país, mas a gente não vê respeito. Eu gostaria de fazer um comentário à Mesa:- a todos foram dados 30 minutos para a fala e, ao jovem, 20 minutos. Mas depois me falaram que foi questão de tempo. Mas eu gostaria de dizer a vocês o seguinte: num primeiro momento nós, que pertencemos à sociedade civil, precisamos nos organizar. E na fala de Aldaíza, ela dizia sobre isso, sobre essa organização. A sociedade civil tem apedrejado o Estado em relação às questões de carências sociais, mas não tem se habilitado a receber esses recursos. E hoje eu passo por isso também, aqui. Faço um trabalho com 120 jovens, trabalho que tem a inserção social como ponto principal, lá na pequena cidade, de porte pequeno, lá em Maracás, onde a gente tenta colocar para o jovem que tudo é possível, desde que haja formação e informação. Eu acho que a transformação social não vai acontecer enquanto nós não investirmos, realmente, sem mascaração, na educação, porque a gente precisa formar cidadãos conscientes, e isso só vai acontecer, efetivamente, se colocarmos a educação como ponto principal desse país. Nós tivemos *n* exemplos de outros países que se superaram nessa relação.

A outra questão é a geração de emprego. A fala foi oportuna quando a Senhora coloca que, se existisse trabalho para todos, a gente não teria o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Então, gostaria de dizer a todos, seria mais uma mensagem, que a gente pudesse participar desses debates trazendo a questão da unidade nacional realmente, sem estar aqui fazendo referências políticas, partidárias, porque nossa política é social, é com essa juventude que está aí, que precisa, que carece de atenção e de apoio. E que pudéssemos sair dessa Conferência, desse nosso encontro, de maneira proveitosa. Não sei se cabe à Mesa, mais tarde, conclamar os Delegados a participarem das Plenárias, porque isso é que é importante. Senão, não se discute, depois se vota no final, votando-se por aquilo que nem viu, nem ouviu.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Fátima, do Rio de Janeiro.

**Fátima Valéria Ferreira de Souza - Secretária Municipal de Assistência Social de Mesquita/RJ:** Boa tarde a todos. Eu queria, também, parabenizar a Mesa pelas exposições. Eu não vou trazer aqui uma questão, mas uma preocupação que eu já venho percebendo, tanto na Conferência Municipal quanto na Conferência Estadual, em relação ao decálogo de direitos. E, olhando aqui a sistematização – reforço que isso aqui é um trabalho de sistematização do que foi discutido nos estados e nos municípios – me parece, a minha



impressão é de que essa questão dos direitos está um pouco geral demais, para direitos na área da Assistência Social. O primeiro direito que está colocado aqui, na realidade, se ele fosse, de fato, cumprido... Os demais me parecem um detalhamento das questões que já estão garantidas no marco legal que referencia a Política de Assistência. Então, talvez, me parece que isso reflete uma dificuldade nossa de a gente delimitar o que, de fato, é o campo, o papel da Assistência Social. Como a gente não consegue delimitar isso, a gente acaba pensando que tudo o que não é assegurado pelas demais políticas, vai ser da Política da Assistência; e alguns direitos que foram colocados aqui, que saíram dos estados, extrapolam o campo da Política da Assistência. Então eu tenho essa preocupação, que a gente vá aprovar aqui 10 direitos da Assistência Social que me parece um pouco amplo. Era mais uma preocupação, já que foi aprovado aqui que os grupos vão poder discutir, alterar um direito. Eu não sei refletir isso, mas gostaria até de ouvir um pouco a própria Professora Aldaíza em relação a isso. Obrigada.

**Participante não identificado:** Pela ordem dos trabalhos. Regimentalmente, eu tenho uma questão pela ordem dos trabalhos. Ontem nós deliberamos aqui que, às 12 horas, encerraria o credenciamento e, após o encerramento do credenciamento, nós teríamos o número de Delegados que estão devidamente habilitados para poder votar. Eu queria saber se a Mesa já tem essa questão. Obrigado.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Nós queremos sugerir nessa dinâmica e, informando ao companheiro, nós temos 900 Delegados inscritos e o dado oficial vai ser liberado daqui a uma meia hora. Até o momento a orientação que temos é de 900 Delegados. Nós estamos com cinco questões apresentadas. E temos, ainda, 12 inscritos. A Plenária está esvaziando e nós queremos sugerir o seguinte: nós vamos chamar todos, todo o mundo coloca sua questão bem rápido, vamos tentar reduzir o tempo de 03 minutos para 01 minuto, 01 minuto e meio, o que for possível. Vamos fazer o esforço de reduzir o tempo de apresentação e aí, só no final, cada Painelista vai responder ao conjunto das questões que forem dirigidas a cada um. Como a companheira tem uma questão de ordem, vamos ouvi-la e depois vamos pactuar o que for mais viável para esta Plenária.

**Participante não identificada:** A minha questão de ordem vai exatamente nesse sentido que você falou, que a Plenária está esvaziando, na forma como a coisa está sendo conduzida. Todo o mundo falou, falou 30 minutos, 20 minutos, 30 minutos. Com todo o respeito à Mesa, o assunto é extremamente importante, só que, quando a sociedade civil vem aqui mostrar a sua posição em cima de todos os assuntos, a coisa chega num determinado horário que o pessoal tem que ir para o almoço. Eu prefiro me inscrever para fazer a minha fala quando essa Plenária estiver cheia, porque eu tenho certeza que muita gente concorda com aquilo que eu vou falar. Muita gente concorda comigo e nós temos alguns problemas, da própria organização dessa Conferência, que nós não podemos botar para baixo do tapete. Principalmente, vou só dar um ponto: três horas numa fila para dar credenciamento. Isso não é justo para ninguém. Mas eu vou me inscrever depois e vou usar o meu tempo, junto com a Plenária, para a gente poder discutir melhor. Obrigada.



**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Nós já temos uma organização de estrutura de realização desta Conferência. Na parte da tarde nós teremos trabalho de grupo. Então vamos ouvir todos os companheiros que quiserem se expressar aqui com esta Plenária, ouvir os Painelistas com relação a estas questões e encerrar a discussão aqui no turno da manhã, ainda que seja um pouco comprometida. Nesse sentido, nós vamos chamar todos os inscritos e todos os inscritos farão um esforço grandioso de reduzir o seu tempo, para que a gente também possa sair para almoçar e, depois, se dirigir aos trabalhos de grupo. Então nós vamos chamar a nossa querida Professora Alba Maria Pinho de Carvalho, vamos logo chamando Sigildes Bacelar Francesconi, de São Paulo, Maria José Alves Machado, de Minas Gerais, Gláucia Maria Queiroz, do Ceará, Cleonice Maria Menezes, da Bahia.

**Alba Maria Pinho de Carvalho/CE:** Eu só peço que eu pudesse ter os três minutos, porque a questão que eu vou fazer é toda uma questão conceitual, que é impossível fazer em um minuto. Mas eu tento respeitar, religiosamente, os três minutos. Bem, mesmo com a Plenária esvaziada, eu acho que é importante a gente encaminhar o debate com os que estão resistindo. Bem, eu vejo que foram colocadas na Mesa duas questões essenciais: a questão dos direitos e do controle, que são questões fundantes para a gente pensar o SUAS 10. E eu vou incidir o meu olhar na questão dos direitos sócio-assistenciais. Eu teria duas ordens de questões sobre os direitos sócio-assistenciais. Primeiro, é em termos de concepção; inclusive a fala da Fátima, do Rio de Janeiro, traz embutida uma questão de concepção. A segunda ordem de questão seria ver até que ponto – foi algo que o Moroni colocou e que eu acho interessante – quer dizer, como é que as tradições, as tensões, e eu acrescentaria as possibilidades, os limites, mas também as perspectivas que se colocam em termos de você universalizar direitos, universalizar toda uma proteção social, num cenário brasileiro onde você tem um ajuste que desmonta direitos, desmonta a própria política mas, ao mesmo tempo, você tem um processo de democratização em curso. Eu acho que nessa tensão contraditória da democratização e do ajuste, é que nós podemos pensar o potencial da luta por direitos. Eu acho que é interessante que a gente veja isso.

Mas, entrando na questão conceitual, quando nós falamos de direitos sócio-assistenciais, eu acho que nós cunhamos, nós definimos um campo novo em termos de campo de direitos, justamente para demarcar a identidade, para demarcar a especificidade da Assistência Social como política de proteção social. Mas eu vejo o seguinte: o que mesmo são esses direitos sócio-assistenciais? E aí eu vejo que os direitos sócio-assistenciais estão no campo dos direitos sociais, que têm toda uma especificidade. Direitos sociais são direitos que apontam um projeto político de igualdade, de justiça, e, ao mesmo tempo, são direitos que interpelam o Estado, eles implicam em políticas públicas. Para os direitos sociais não basta uma Lei, você tem que ter políticas. Assim sendo, a minha questão seria no sentido de pensar como é que, dentro desse campo amplo dos direitos sociais, como é que se inserem os direitos sócio-assistenciais. Qual é a relação entre direitos sócio-assistenciais e direitos sociais, como é que fica isso? Eu acho que esse é um ponto que os [...] estão contemplando, mas nós ainda estamos em processo de aproximações, é uma questão aberta. Eu vejo como uma questão aberta, para a gente construir. E, nesse sentido, a minha pergunta vai colocar em xeque uma relação essencial: é a questão da especificidade da Política de Assistência na articulação com a intersetorialidade, porque você não pode pensá-la a não ser nessa relação. Então, nesse sentido, a minha pergunta é: o que é que é específico, o que é que define, qual é o recorte, em termos de direitos sócio-assistenciais, no campo dos direitos sociais? E,



nesse sentido, eu colocaria alguns referenciais: nós temos que considerar as múltiplas dimensões da questão social brasileira, que vai desde a questão estrutural até às formas de sociabilidade, às novas configurações de família, enfim, e também representam o princípio da dignidade humana, o princípio da autonomia e, sobretudo, a dimensão emancipatória dessa política.

**Sigildes Bacelar Francesconi – Associação Pirathapinga dos Bairros AFIM/ SP:** Meu nome é Sigildes e eu não vou mais me identificar, porque eu acho que não é por aí o caminho. A Mesa delongou, sim, todo o tempo, falou tudo o que quis. Agora, na hora do usuário, da sociedade civil falar, ela tem que ter não só o tempo resumido como, também, retirar sua candidatura, ou coisa parecida. Isso é em todas as Conferências. Eu venho, há dez anos, tentando fazer controle social. Há dez anos eu estou me formando nisso. E eu vou dizer, gente, não é fácil. Aqui tem muita coisa que falar, mas a maioria já foi falado. Por essa razão, eu vou dizer a vocês, apenas, o seguinte: nós, como sociedade civil, nos sentimos sim, rejeitadas, nos sentimos sim, oprimidas. Eu já tive que correr atrás de microfone porque as pessoas não querem me dar microfone. E aí eles dizem: *Ela é geniosa e terrível*. Mas eu não era, eu era doce e meiga. Mas tive que assumir essa postura, porque uma vez eu tive que partir para alguém e dizer: *Me dá o microfone porque senão eu vou aí tomar!* Porque eu preciso falar! Vocês podem observar: nós, da sociedade civil, não podemos falar, porque fulano de tal é doutor em não sei o quê, e ele sabe o que está falando! Fulano de tal é técnico! Sociedade civil não é porcaria nenhuma! *Quem é você?* Eu já ouvi muito isso. E eu ando com o Ministério Público sim. Eu tenho várias ações no Ministério Público, mas o Ministério Público só age se você escrever e protocolar. Ele age, sim, sobre os Conselhos. Então, eu só estou aqui hoje, por uma única razão: é porque isso aqui é paritário, senão eu não estaria aqui. Então eles foram obrigados a me trazer. É interessante, coisas desse tipo.

Eu quero resumir da seguinte forma: que o quorum, nos Conselhos, seja obrigatoriamente paritário; que os Conselheiros sejam eleitos nas Conferências ou Assembléias específicas, onde sejam escolhidas pessoas que, realmente, lutem pela sociedade civil, e não apenas pessoas que digam *amém* a tudo o que o Conselho faz e diz; que as Conferências tenham um mínimo de 5% da população local, sem o que elas não terão valor; que haja capacitação de candidatos a Conselheiras e não apenas a Conselheiros; que o Ministério Público esteja, sim, o tempo todo junto conosco; e, principalmente, que seja subsidiada a participação do Conselheiro, porque eu, muitas vezes, vou a pé para os Conselhos – inclusive para o meu Conselho de Assistência Social eu vou a pé, da minha casa até lá; e que o conselheiro acolha melhor o usuário, em vez de fazê-lo sentir-se *um nada*. Não sei se ultrapassei, isso não interessa, normalmente eu sou curta e grossa, mesmo. Mas eu era doce e meiga. Obrigada, pessoal.

**Gláucia Porto/CE:** Eu sou Gláucia Porto. É pena que a Plenária esteja esvaziada. Eu sou da Delegação do Ceará e represento um dos municípios mais pobres do Estado do Ceará, Parambu, e eu vou em cima do que o Moroni falou: a questão crucial dos Conselhos, a meu ver, é a falta de autonomia, inclusive até com relação ao controle, inclusive até para garantir a nossa participação aqui. E por a gente trabalhar com o social, com os chamados *miseráveis*, muitas vezes nós, técnicos e conselheiros, confundimos o nosso papel. Eu vi muitos colegas aqui dizendo: *Meu Prefeito é muito bom, ele garantiu a minha passagem aqui*. A gente não se dá conta de que esse é um direito nosso, nós somos eleitos aqui.



Inclusive, eu queria que saísse daqui uma moção de repúdio aos gestores, aos prefeitos que não garantiram passagem, não garantiram nada para as ONGs e para Delegados que foram eleitos para representar regiões e que não estão aqui porque não receberam diárias, não receberam passagem. Eu concordo com o Moroni quando ele afirma que os Conselhos só servem para garantir uma coisa preparada, pró-forma, apenas como uma forma de validação do que existe. Eu vejo que, quinze anos depois de luta dentro do Conselho, é como se a gente ainda estivesse brincando de Conselho. Faz de conta que o Conselho funciona e o Prefeito faz de conta que tudo vai bem. E o que fazer diante dessa realidade? Quais seriam essas formas alternativas - essa é a minha pergunta - para que, de fato, os Conselhos se fortaleçam? Como ter uma autonomia sem recursos financeiros? É que nem você ter um filho pequeno querendo se rebelar, mas, como ele não tem dinheiro, não pode sair da casa dos pais. Eu sou Presidenta do Conselho de Assistência Social do Parambu e nós, Conselheiros, ainda estamos muito atrelados a que a Secretaria nos dê aquelas migalhas, aquelas esmolos. Só falta agora fundar a Bolsa do Conselheiro. Tem o Bolsa-Família, o Bolsa-Fome, tem que ter a Bolsa do Conselheiro.

Uma outra questão: como implantar um novo sistema, como o Moroni falou, dentro duma estrutura velha, centralizada e conservadora? Os gestores ignoram que têm que passar a questão do Fundo para nós, Conselheiros, eu acho, até, por eles saberem que vão ser punidos. Qual foi o Prefeito que foi punido por não prestar contas? Você não vê isso. Quem é que vai obrigar os Prefeitos e Secretários a repassar essas informações com relação ao Fundo, programas e projetos? A meu ver, enquanto o Conselho tiver, apenas, a preocupação de manter atas em dia, ou apenas atualizar as atas atrasadas, esse controle social, para mim, continua sendo uma utopia. Obrigada.

**Cleonice Maria Menezes – CMDCA/BA:** Meu nome é Cleonice, eu sou Assistente Social da Bahia e trabalho há doze anos, como profissional, na região mais pobre da Bahia, do semi-árido, da região de Paulo Afonso. Os municípios em que trabalho estão entre os cem municípios mais pobres da Bahia e eu vou fazer duas afirmações: a primeira afirmação é quando se fala da deficiência dos Conselhos. Se hoje os municípios têm deficiência do Conselho é porque o Conselho Estadual e o Conselho Federal não têm uma parceria. E a maior deficiência dos municípios é a falta de participação e a parceria forte com o estadual e o federal. Nós, Conselhos, só nos encontramos, infelizmente, em eventos como esse.

Outra afirmação que eu quero fazer é como ter sucesso nas políticas sociais se não existe o respeito das diferentes culturas regionais? Como o Lula questionou ontem, aqui, a diferença de um diarista do sul é completamente diferente da realidade de um diarista lá do sertão. E quero fazer uma pergunta: como adquirir direitos, se nós temos uma divergência absurda das políticas sociais com os Estatutos, principalmente o Estatuto do Idoso e da Criança e do Adolescente. O meu recado é esse.

**Maria José Alves Machado – CMAS/MG:** Boa tarde. Vou tentar usar a metade do meu tempo só para duas questões, para a Aldaíza. A minha questão é com relação às metas de controle social, sobretudo a meta 10. Ela fala da democratização do processo de discussão das emendas parlamentares. Essas emendas parlamentares têm sido uma preocupação nossa, sobretudo as emendas parlamentares diretamente indicadas para as entidades, e a questão do Fundo, o controle do Fundo Social, a questão do controle social. Nós debatemos muito essa questão, porque os estados e municípios que têm mobilização política





conseguem, com seus parlamentares, as emendas; e os que não têm ficam à margem, ficam à mercê. E esse direcionamento para as entidades acaba criando uma discriminação, também, e, sobretudo, nos municípios onde essa política já está estabelecida, inclusive com lei de parcerias e tudo. A gente vê os recursos de emendas parlamentares individuais direcionadas a entidades, indo direto para as entidades, sem controle nenhum, e o Conselho tendo que dar, ainda, declaração de impacto sobre elas. Eu pergunto: qual será o tom dessa discussão e aonde é que nós queremos chegar? Se é o que eu estou entendendo ou se é o que, realmente, passa por fora dessa discussão.

A outra questão é com relação à questão do orçamento. Eu quero, aqui, fazer um protesto, mesmo. A linguagem dos orçamentos municipais não chega aos Conselheiros. Isso é um problema difícil. Eu sou contadora, sou formada, então tenho acesso a essa informação. Mas a maioria dos nossos Conselheiros não tem acesso a essa informação e a gente acaba fazendo o orçamento *descer goela abaixo*, e diz que aprovou em nome do Conselho. Eu me sinto incomodada quando eu tenho que aprovar um orçamento, não por mim, mas pelos meus colegas, meus parceiros que estão ali, e que não têm condições de discutir, de entender e de chegar a dizer o seu *sim* ou o seu *não* a um orçamento municipal. E, por consequência, não têm condição de fazer controle social de Fundo nenhum. Então, são duas questões que eu coloco aqui.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Vou chamar o Sr. Erno Schmidt, do Mato Grosso do Sul, Werlane, do Pará, Claricinda, de Minas Gerais, Maria de Deus, de Rondônia, e Maria do Socorro, da Paraíba.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Depois destes questionamentos apresentados, nós vamos passar para os Painelistas.

**Erno Schmidt/MS:** Digníssima Mesa, caros colegas Delegados, dentro do pronunciamento, ontem à noite, do nosso Ministro Ananias, ele falou muito bem, mas deixou uma frase em branco, que eu não sei se a Mesa conseguiria responder. 17 bilhões orçados em 2005, 21 bilhões para 2006. Quanto ele gastou até agora? Essa é a pergunta. Já que nós ouvimos, nós precisamos acompanhar e eu sei que a Mesa deve ter acompanhado muito bem isso aqui, claramente. Gostaríamos de ouvir a verdade.

Segunda questão: eu participei da III, IV e agora V Conferência. Nós malhamos os municípios. É um esclarecimento. Nós malhamos os municípios porque eles não custeiam. Esta Conferência é custeada pelo Estado e pela Nação. Muito obrigado.

**Werlane da Costa Pereira – Conselho Regional de Psicologia/PA:** Boa tarde. Eu já me sinto contemplada na fala de algumas pessoas, na fala do Gilberto, na fala da Solange e, também, na fala da colega quando ela diz que nós não estamos tendo oportunidade para falar. Eu acho que nós saímos de tão longe e viemos para cá com tanta ansiedade, para, de repente, olhar para metas, para desafios que já foram vistos lá no nosso interior e aí a gente precisa, também, estar nos colocando. Me incomoda muito estar falando sempre de leis, de direito. Eu acho que lei, nós já temos muitas. Agora nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que está aí, e, em nenhum momento, está sendo garantido e nem, tampouco,





os gestores estão sendo punidos por isso. Tem o Estatuto do Idoso, que está aí, e nem, tampouco, o gestor está sendo punido, quando não garante esse direito.

Eu concordo quando o Moroni fala que a Assistência tem que ser vista enquanto globalizada, enquanto um todo. Eu sou do Município de Rondon do Pará, e com o gestor de lá eu falo, eu denuncio, eu trago provas. Lá, é um direito de todo o cidadão brasileiro ter direito a um TFD – Tratamento Fora do Domicílio. Naquele município, as pessoas estão saindo, com recursos próprios, para fazer o seu tratamento na capital do Estado, quando têm recursos. Quando não, pede esmola, pede ajuda às Igrejas, e sai. Quando não, morre à míngua, no município. Recentemente acompanhei um caso de uma senhora de 92 anos que teve que ir à capital para fazer hemodiálise, onde o gestor foi conivente, onde não contribuiu com nada, onde a família esteve, a todo o momento, acionando o Secretário de Saúde, Secretário de Assistência, acionando o gestor, acionando o Ministério Público. A família, incansável, buscou para que o direito à saúde dessa idosa de 92 anos fosse garantido, e não foi, até que a idosa veio a óbito. Esse não é apenas um caso resumido; esse é o exemplo de todos os casos e de vários casos. Eu tenho conhecimento de cinco casos como esse, que acontecem no Município de Rondon do Pará, no interior, no sul do Pará. E o meu pedido, só para resumir, é que as pessoas que estejam no controle social, coloquem normas, para que possamos sair com regras, com normas, para que tais gestores sejam punidos criminalmente pela não garantia desse direito. Porque o nosso idoso, em momento algum, vai para o Ministério Público ou vai para não sei aonde, doente, brigar por esse direito. Então que nós possamos sair daqui com a luta, saindo daqui mesmo com uma determinação que tais gestores sejam punidos criminalmente. E é essa a minha denúncia ao MDS:- Por favor, façam alguma coisa. Obrigada. [...]

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** [...] Claricinda.

**Claricinda Regina Massa e Borges/MG:** Eu vou direcionar a minha fala ao Professor Moroni. Eu sou de Uberaba e participo, lá, em cinco Conselhos Municipais. Sou voluntária de uma Associação de Surdos e tenho sido eleita pelos meus pares e por outras pessoas com deficiência para representá-los em vários Conselhos. Essa experiência, em vários Conselhos, me traz, também, esse sentimento de que é necessária a união, esse intercâmbio entre os Conselhos. O Conselho de Educação tem que interagir com o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho da Assistência Social também. Não tem como os Conselhos trabalharem fisicamente separados. Então, o que é que a gente fez? Nós fizemos um projeto, apresentando ao Executivo a solicitação da construção de um espaço físico, chamado *Casa dos Conselhos*, foi aprovado, e está sendo construído. Eu acho que *Casa dos Conselhos* já existe em outros lugares do país também; mas eu acho que é uma saída, porque só de estar com um outro Conselheiro no corredor, a gente já troca experiências, e vai ser um crescimento muito grande. Além da *Casa física dos Conselhos* estamos construindo, também, um espaço virtual, *Casa dos Conselhos* no site da Prefeitura. Então, eu queria saber se, nessa Conferência, poderiam sair daqui com essa solicitação, de serem criadas, em todos os municípios do país, as *Casas dos Conselhos*. E quem sabe o Ministério da Ação Social, juntamente com outros Ministérios, e até mesmo o Sistema S, pudessem estar alocando recursos para o financiamento desses espaços. Obrigada.



**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira da CNAS:** Maria de Deus, Rondônia.

**Maria de Deus Alves Carneiro/RO:** Boa tarde a todos. Eu sou Maria de Deus e sou Conselheira de Rondônia, representando a classe de portadores de deficiência. A colega falou dos Fundos, e para nós, em Rondônia, a maior dificuldade é os gestores entenderem o que é o Fundo. O Conselho tem um trabalho muito grande em analisar os projetos, de ver qual o benefício daquele projeto para aquela comunidade, aquele trabalho, e na hora da realização daquele convênio, não se entende o que é o Fundo, não tem dinheiro no Fundo, não sabe o que é o Fundo. Então, quando se fala em Fundo, eu sempre fico ouvindo, para ver se tiro algo, alguma novidade ou alguma capacitação para levar para essas pessoas em Rondônia porque, realmente, está se perdendo tempo; faz-se um grande trabalho nos Conselhos e, depois, não há resultado. E a comunidade, os municípios, vêm todos em cima do Conselheiro perguntar porque não houve o pagamento daquele convênio. Eu gostaria de solicitar ao Conselho Nacional que revisse essa parte de uma capacitação para o gestor, para aqueles que repassam o Fundo, que mexem com os Fundos, para saber o que é que está faltando. E, só para terminar, eu gostaria de fazer um apelo a todos os que estão presentes, sobre a aprovação do *Estatuto do Portador de Deficiência*, que desde 2003 está engavetado na Câmara dos Deputados; não há uma aprovação e muitos dos seus artigos já estão desatualizados. Então, como eu não vejo ninguém se manifestar a esse respeito, eu gostaria de pedir a todos os que estão na Plenária que fizessem esta pressão para ser aprovado este Estatuto. Muito obrigada.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Maria do Socorro, da Paraíba.

**Maria do Socorro de Souza Vieira – Secretária de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB:** Boa tarde a todos. Meu questionamento vai para a Dra. Aldaíza e eu vou procurar ser breve. Vou ler o que eu escrevi, para não delongar mais. A questão, como a gente viu, é que alguns falaram, inclusive, em vez de ampliar, restringir direitos, e eu acho que esse não é o caminho. O que a gente precisa, realmente, é ter instâncias que garantam a efetividade do direito. Então, o meu questionamento é justamente esse, como foi colocado no *Álbum de Fotografias*, que falou do que foi que os Estados pediram, nessa questão de garantia dos direitos sócio-assistenciais. E eu vou fazer um apelo: que o acesso à justiça, para assegurar os direitos sócio-assistenciais, como direito de cidadania e dever do Estado, não seja uma perspectiva a ser desenvolvida, mas sim que, na V Conferência, seja deliberada a criação de uma instância própria, como os PROCONs, que fizeram com que os direitos dos consumidores, no Brasil, fossem respeitados. A gente está vendo o exemplo dos PROCONs, que têm dado excelentes resultados. Então, porque não ter isso na Assistência Social? Com uma processualidade própria, que, inclusive, tire certos privilégios que os gestores têm. Também necessária se faz a **criação das ouvidorias**, como foi o grande pedido da maioria dos estados e municípios, principalmente como instrumento de avaliação da gestão dos serviços sócio-assistenciais. Mas não são suficientes para a garantia dos direitos. A gente precisa de uma instância jurídica, de uma promotoria que trabalhe com isso e que, desde Brasília até o município, o compromisso dela seja esse, e que ela não vá engavetar processos porque já tem processos de outras varas e de outros assuntos. A gente precisa ter, realmente, uma promotoria que trabalhe para a garantia desses nossos direitos. E gostei do exemplo do DEFENDE, do Município de São Paulo, que está citado no trabalho da Dra. Aldaíza, mas



que ele também sirva de modelo, para que seja implementado como um serviço da rede sócio-assistencial, e que seja pactuado pelas três esferas de governo, porque um município pequeno, realmente, não tem condição de colocar uma Coordenadoria de Defesa dos Direitos Sócio-assistenciais, como a Prefeitura de São Paulo, que tem um mega-orçamento. Muito obrigada.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Concluídas, então, as questões, nós passaremos para os Painelistas, na ordem, a Professora Aldaíza, a Dalila e o Moroni, para quem vocês dirigiram as perguntas, que já vão responder e fazer as suas considerações finais, no mínimo espaço de tempo possível.

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Eu acho que saíram observações e questões extremamente importantes nos dois blocos. E eu caracterizaria esse último bloco, que foi longo, desde o pronunciamento do Ubiratan, de São Paulo, até agora, como o momento em que ficaram mais claras algumas desconfiças, manifestação de entendimento de inconsistência, incoerência de algumas coisas, o que é extremamente importante. A primeira fala que eu queria destacar é esta última fala da Paraíba, da Maria do Socorro; eu acho que a Maria do Socorro põe o dedo numa ferida - e eu concordo plenamente, eu tinha falado do juizado especial - e isso, de certo modo, acolhe muitas manifestações que dizem: *Estamos cansados de ter formulação de direito no papel, mas de não ter mecanismo de cobrança, até mesmo de penalização.* Isto quer dizer a arbitragem do direito e a penalização de quem fere o direito. Quando a Maria de Fátima traz para que esta Conferência atente para ser criada uma **área especial de arbitragem**, seja utilizando as figuras conciliatórias, mediação, punição, enfim - que é a matéria, eu diria e falei antes, dos **juizados especiais** - mas que ela diz de criar uma processualidade jurídica própria, uma instância própria, eu gostaria muito de assinar embaixo, também do que ela disse. E até com a experiência do DEFENDE de São Paulo, em que nós ensaiamos isto e é preciso sim, fazer entrar a Assistência Social no Judiciário e ter uma arbitragem na justiça. Chega de entender que técnico é o que arbitra. O cidadão tem direito a ter o arbítrio da Justiça. Eu acho que isto que está colocado é extremamente importante.

Queria aqui assinalar duas questões que me foram dirigidas direta ou indiretamente: a da Maria de Fátima, do Rio de Janeiro, e a da Professora Alba, do Ceará. Eu diria que a Maria de Fátima e a Alba terminam por representar nas suas falas, pelo que eu pude entender, duas formas diversas de pensar o conteúdo da Política de Assistência Social. A Maria de Fátima, não sei se é Professora, me desculpe, se o for, que assim entenda, também, diz o seguinte: *Entendo que a formulação dos direitos sócio-assistenciais ainda está muito genérica, muito próxima dos direitos sociais e, talvez, pouco próxima da especificidade da Assistência Social.* A Professora Alba diz: *Será que tem especificidade de Assistência Social para ter direito sócio-assistencial ou seriam só os direitos sociais?* São duas posições diferentes - de certo modo, posso até dizê-las - divergentes. Então, entendo que está em causa, nesta Conferência, um pacto pelos direitos sócio-assistenciais, entendendo que, de acordo com o que está posto na Constituição Brasileira, que a Seguridade Social tem três políticas sociais responsáveis - Saúde, Previdência Social e Assistência Social - nós não temos ainda formulado, e até no alcance do formato de Lei, o que são ou quais são os direitos que devem ser. Concordo com a Professora Alba, ela dá a gênese, a natureza dos direitos sociais: são aqueles que devem ser interpostos contra o Estado, portanto, na



medida em que são direitos advindos de políticas sociais, eles têm que ser cobrados do Estado. É essa a natureza deles, é ser cobrado do Estado. Cabe ao Estado essa competência. Por isso é que é **extremamente importante constitucionalizar a Assistência Social**. Enquanto ela for uma ação fragmentada simplesmente - embora seja importante - mas simplesmente de entidades sociais, fragmentadamente, isto não gera direito, absolutamente, e nem dá o Estatuto de Política de Estado. Eu acho que é esta a grande questão. Insisto que eu assumo a Política Nacional de Assistência Social, entendo, partilho da concepção de que a Assistência Social tem provisões específicas sim, que o Estado deve realizar. Não entendo que, na verdade, a Assistência Social só é um complemento do trabalho e ela é compensatória. Volto a dizer: ações compensatórias não são direitos, absolutamente. Nós só poderemos discutir, implantar, efetivar, criar até uma promotoria de defesa, se nós enxergarmos que o usuário da Assistência Social é sujeito de direitos e ele é sujeito de direitos quando vai ao CRAS, não quando vai ao sindicato requerer o seu trabalho. Ali, no CRAS, ele é sujeito de direitos também; essa é a grande diferença. Ele não vai ali, na verdade, para pedir ajuda, e vai ao sindicato para trabalhar o direito. Quer dizer, o direito está construído desde ali, de um serviço que ele tem que ter referência, sim. E este é um grande reclamo, isto não quer dizer indignidade ou substituição, na verdade, do trabalho; são questões, dimensões complementares. Então, é claro que nós precisamos enxergar aquilo que a Assistência Social deve cumprir na sua parte dentro dos direitos sociais, não como isolamento, mas dizendo que, também, ela não é, absolutamente, o subproduto daquilo que as outras políticas sociais fazem ou não fazem. Ela tem, na verdade, um campo de ação que, claro, como todas as ações de toda a responsabilidade pública, devem estar inter-relacionadas! É lógico, isso significa uma coerência.

E aí, por fim, eu só queria dizer o seguinte: quando a Maria Inês levanta várias questões em relação à construção, seja dos direitos, ou seja, na verdade, do controle social, e até quando existem manifestações que outras Conferências já disseram aquilo que está dito, é exatamente isso que está posto aqui. Primeiro, essas metas não são invenção de ninguém aqui da Mesa; isso é o que sai das Conferências Estaduais. Atenção, ninguém está inventando meta nenhuma aqui. Mas nesta Conferência, nós temos que arbitrar se é isso mesmo e que estratégias nós vamos propor para fazer com que isso aconteça! É essa a diferença; nós não temos, na verdade, arbitrado sobre as estratégias.

E concluindo aqui, Sr. Erno, ninguém aqui está dando pau em município nenhum! Pelo contrário, eu acho que o que está acontecendo aqui é a fotografia, Sr. Erno, da realidade! Essas são as informações dos municípios! Ninguém está aqui, nem de cabo de vassoura, nem de bengala, batendo em ninguém! Na, verdade, tudo aquilo que as Conferências Municipais apresentaram e que chegou a nós está sendo colocado democraticamente. Isso não é para levar pau, pelo contrário, isso é para a gente poder conhecer as diferenças, enfrentá-las e caminhar. Por isso é SUAS - Plano 10. Nós estamos nos propondo, todos nós – eu também não sou governo – que, em 10 anos a gente possa construir, metas de superação à fotografia que nós temos. Nós queremos ficar bem na foto. Mas, para ficar bem na foto, tem que mudar muita coisa, só isso.

Conclusões finais: muito obrigada, e a gente depois, amanhã, vai continuar a gestão. Desculpem os desentendimentos iniciais; as fotos – eu disse isso no começo – ainda estão um pouco embaçadas, elas ainda são reveladas *às apalpadelas*, mas elas já mostram, mais ou menos, o que é que tem pela frente. E, à medida da discussão e de completar esse quadro, nós vamos ter isso muito melhor. Mas, com certeza, é a primeira vez que uma Conferência Nacional tira a *Fotografia* pra poder depois, daqui a um tempo, olhar e



comparar: nós estamos avançando ou não estamos? Muito obrigada por essa possibilidade. Obrigada.

**Vânia Lúcia Ferreira Leite – Conselheira do CNAS:** Dalila, por favor.

**Dalila Maria Pedrini – Vice-Presidente do CNAS:** Rapidamente, à companheira que falou da linguagem, quase inacessível, dos orçamentos – e nós compreendemos que é isso mesmo, esse é um dos problemas. Quando nós fazemos os nossos grandes esforços para formação em políticas públicas – as nossas entidades da sociedade civil fazem isso pelo Brasil afora – nós sabemos como é toda essa parte da discussão orçamentária. Então, quero dizer que é difícil, mas não é inacessível, não é uma caixa em que não é possível entrar e conhecer. Portanto, é um desafio que está posto para nós, conhecermos sim, a questão orçamentária. Queria já anunciar que vocês receberão, nos grupos, uma proposta do CNAS, no sentido de metas, de um consolidado que nós tiramos na reunião, e há uma proposta desse aspecto na formação de Conselheiros, incluído o ciclo orçamentário, para que possamos ter mais informações e possamos exercer o controle.

Em relação – agora vou fazer uma síntese – em relação às grandes denúncias, reclamações, insatisfações das companheiras e companheiros de vários estados, em relação à dificuldade nos Conselhos, à falta de autonomia, à dominação, à pressão por parte de autoridades – foram citados aqui, principalmente, os municípios – autoridades municipais, prefeitos, etc., câmaras legislativas, eu quero dizer que isso que vocês trazem aqui nós temos ouvido, andando pelo Brasil. O pessoal falou isso nas Conferências e também nas nossas atividades, eu creio que muita gente daqui conhece isso, as pesquisas mostram isso. Há uma grande insatisfação, por parte dos Conselheiros e Conselheiras; muitos não querem mais voltar aos Conselhos, desanimaram, falaram:- *Nunca mais vou voltar para esse espaço*, pelas dificuldades que enfrentam nas relações com os órgãos gestores, enfim, com as autoridades de modo geral. Então, acho que essa é uma questão nossa, é uma questão a ser pensada nas nossas práticas, fora da Conferência, mas, aqui na Conferência, nós temos uma instância, que é a construção das metas e de estratégias. Então vamos lá na possibilidade de, hoje à tarde, fazermos isso, planejar, para os próximos dez anos, efetivamente, o que nós estamos sentindo de desafios, porque nós vamos colocar, inclusive, em que níveis e em que prazos nós vamos construir isso.

Eu vou finalizando mesmo, pelo tempo. Agradeço muito a atenção e a boa vontade de vocês, pedindo desculpas se o nosso planejamento não foi adequado para que houvesse um melhor diálogo. Vamos repensar isso, vou levar para a Coordenação e a equipe organizadora. Obrigada.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Edjael, para fazer as suas considerações.

**Edjael Muniz de Castro – Representante do Usuário da Política de Assistência Social:** Eu queria só agradecer a oportunidade de ter colocado tudo isso e dizer que chegou uma pergunta aqui para mim também, perguntando se eu ou alguém do grupo que eu componho participa do Conselho de Assistência Social. Eu queria dizer que não, pelo menos por





enquanto, mas a gente está caminhando para lá. Se Deus quiser, um dia a gente chega. Era só isso. Muito obrigado pela oportunidade.

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS: Moroni.**

**José Augusto Moroni – INESC:** Bom, foram muitas as questões que, em um certo sentido, dão um nó na cabeça da gente. Vou tentar ser rápido. Surgiram várias questões a respeito de financiamento e orçamento. Eu sei que vai ter uma outra Mesa que discute isso, mas nós temos que cuidar para não cair numa armadilha de só pensar a questão do orçamento do lado da despesa, e da despesa na Assistência. No orçamento a gente tem que pensar o global, que envolve as receitas, quer dizer, como e de onde o Estado arrecada e como é que ele gasta, como é que ele devolve em serviços. Então, o orçamento, a gente tem que pensar dentro desses dois aspectos: receita e despesas.

Outro bloco que surgiu é a questão da participação. Eu gostaria de reafirmar que eu continuo acreditando na importância dos Conselhos e das Conferências, da participação e do controle social. Eu acho que a gente só conseguiu avançar nas políticas e manter e assegurar que o que nós conquistamos em 88 não fosse desmontado nesse período todo, porque nós criamos essa estrutura descentralizada e participativa. Senão isso já tinha se desmontado. Então, eu quero reafirmar a importância desses espaços. Mas acho, também, que a gente tem que repensar esses espaços, até como se constituíram esses espaços. As próprias Conferências, os Conselhos, o tempo para as falas, eu acho que a gente tem que repensar mesmo isso. Eu reafirmo o meu compromisso com isso, a minha crença nisso, mas acho que nós temos que repensar, porque concordo plenamente com a fala sobre os limites que nós temos, mas é através desses limites que nós conseguimos avançar. Quem sabe o quanto nós poderíamos ter avançado se não tivesse tido esses limites que nós temos até hoje. Nós temos isso, com certeza.

Sobre o conceito de direitos sócio-assistenciais, eu não vou entrar naquilo que a Aldaíza pontuou muito bem – foi a fala da Maria de Fátima e da Alba – mas eu gostaria de reafirmar a necessidade da gente pensar não só os direitos sociais mas, dentro desse guarda-chuva, vamos dizer assim que são os DESCAS – Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Então, gostaria de pontuar isso, porque eu acho importante. Acho que qualquer movimento, hoje, que se propõe a alterar, a mudar a sociedade – afinal de contas, toda a nossa energia, o nosso desejo, estão em mudança dessa estrutura cultural, política, econômica e social brasileira – tem que pensar, para mim, três questões, tem que ter um olhar muito fino e muito carinhoso com três questões. A desigualdade no Brasil – desigualdade é um conceito que vai além da questão da pobreza – a desigualdade no Brasil é estruturada, basicamente, em três pilares: é a questão de gênero, étnico-racial e território. Quer dizer, a desigualdade tem sexo – ela é feminina – ela tem cor – ela é negra – e ela tem endereço. Então eu acho que a gente tem que pensar, nos direitos sócio-assistenciais, essas três dimensões: dimensão de gênero, étnica e a questão do território. Você morar num determinado bairro, aqui mesmo em Brasília, e morar noutro, tem muita diferença no acesso aos direitos.

Gostaria de agradecer imensamente a possibilidade de estar aqui nessa Conferência. Eu ajudei a organizar as três primeiras Conferências. Então, quando eu vejo os problemas, como uma placa que não está colocada – ontem me senti meio mal, pensando: *ainda bem*





*que não tenho nada a ver como essa placa que não está colocada na parede. Mas, depois, já fui dizer: olha, vamos colocar, porque é essa coisa do compromisso que eu acho que move todos nós aqui, independente dos nossos avanços, dos nossos desafios, das nossas limitações. Para mim, a frase que você colocou no final é ilustrativa. Eu acho que nós estamos construindo um futuro, que a gente está no caminho certo, tenho certeza disso. Obrigado.*

**Margarete Cutrim Vieira – Conselheira do CNAS:** Obrigada, Moroni. Antes de fazermos os agradecimentos finais, nós queremos passar uma informação e reconduzir uma pergunta. Nós realmente fechamos o credenciamento com 900 Delegados. Esse é o dado oficial. A pergunta que foi feita é sobre a execução orçamentária. Nós gostaríamos de remeter para o Painel de amanhã, porque nós teremos, na Mesa, a Diretora do Fundo Nacional de Assistência Social, que já nos trará todas essas informações.

Queremos, de forma muito carinhosa, agradecer a contribuição de todos que estão aqui na Mesa, Painelistas, Debatedores - com destaque para o Edjael, por ser usuário da Política de Assistência Social – agradecer a todos os membros desta Plenária, que se mantiveram com o propósito, com o compromisso de discutir e de trazer os questionamentos para cá. Nós queremos dizer da admiração por esse comportamento. E, à tarde, estaremos iniciando os trabalhos de grupo da forma como foi avisado. Cada um procura identificar o seu grupo e nos encontraremos lá. Hoje à noite, às 18 horas, estaremos com um outro Painel, neste mesmo local, discutindo Recursos Humanos.



## PAINEL II

### **Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS: Política de Recursos Humanos**

---

Expositora: Maria Carmelita Yasbek

**Maria Carmelita Yasbeck – PUC/SP:** [...] trabalhem em órgãos estatais, trabalhem em organizações sem fins lucrativos, conselheiros, estagiários, enfrentam inúmeros desafios, na direção de construir, de um lado, uma concepção e, de outro, uma prática efetiva de Assistência Social cada vez mais qualificada, cada vez mais comprometida, sob vários pontos de vista, com os interesses da população usuária da Assistência Social. Essa qualificação é técnica, é política, é teórico-metodológica, é operativa, ética e é eminentemente política. E eu estou enfatizando o político, porque nós estamos enfatizando a construção de uma nova concepção, a construção de uma hegemonia na direção da construção de direitos sociais, não apenas como uma questão técnica, mas como uma questão essencialmente política, como construção de uma nova apreensão da Assistência Social, na perspectiva que estamos discutindo nesta Conferência e já vínhamos discutindo há muito tempo.

Enfatizar o âmbito político, enfatizar a força política, técnica, desses profissionais, é situá-la num âmbito, é situá-la num espaço onde deva ser possível modificar lugares de poder já demarcados tradicionalmente e, portanto, abrir caminhos para construir novos, para construir outros e não, apenas, realizar gestões bem sucedidas, de necessidades encobertas, agora, pelos signos de uma nova legitimação. Estamos falando que a estes profissionais cabe o desafio de construir novos parâmetros, de construir parâmetros públicos. São profissionais da esfera pública, da esfera pública estatal. A *Fotografia* refere-se a profissionais neste âmbito, na esfera pública estatal. Então, estamos falando de profissionais – e isto valeria também para profissionais da rede privada, etc. – mas, neste momento, estamos falando de profissionais que enfrentem esse desafio de construir parâmetros públicos, que reinventem a política, no reconhecimento dos direitos, com uma medida de negociação, com uma medida de deliberação de políticas que afetam a vida de todos eles, de toda a população. Não pode haver outra medida, diz a Professora Vera Teles, da USP. Mesmo em ações de parceria entre público e o privado, devem ser atribuídos conteúdo e forma pública aos serviços oferecidos.

Estamos propondo a instauração de outros parâmetros de negociação dos interesses em jogo, nos espaços em que trabalhamos e propomos, também, a criação de formas inovadoras para políticas de inclusão social e realização de direitos. É preciso competência para inovar, para criar, para enfrentar os desafios cotidianos da política. Em resumo, parâmetros capazes de construir caminhos alternativos na negociação de interesses e de direitos, que tragam a marca do debate ampliado, que tragam a marca da deliberação pública, ou seja, da cidadania e da democracia. Trata-se, portanto, aqui, do reconhecimento público e da construção de direitos sociais dos nossos usuários, direitos que, exatamente



porque são públicos, têm a universalidade como perspectiva, a universalidade como horizonte, envolvem interesses de um coletivo, envolvem interesses de uma classe social, têm visibilidade pública, devem ser transparentes, exigem o controle social, a participação e a democratização.

A *Fotografia* que eu vou apresentar agora está centrada nos trabalhadores da Assistência Social, dos estados e municípios brasileiros. Entendo que o próximo desafio será o perfil dos profissionais da rede sócio-assistencial do país. Então eu passaria agora a apresentar os dados desta foto nº 03, que diz respeito à gestão de pessoas no SUAS - Plano 10. Inicialmente a gente localiza, apresenta a equipe técnica responsável por essa sistematização dos dados, que é o grupo do CEDEST, o grupo do Núcleo de Assistência no Ministério, para chegar ao quadro 03, que é a gestão de pessoas no SUAS - Plano 10.

A primeira questão é quem constrói a Assistência Social no Brasil. E os dados recolhidos nos mostram, primeiro, uma distribuição por estados, somando-se **servidores e estagiários**. No Norte, 2.056 profissionais, no Nordeste, 2.095 profissionais, no Sudeste, 1.524, no Centro-Oeste, 2.422 e, no Sul, 461, trazendo um resultado de 8.859 e que nós podemos, facilmente, arredondar para 10.000, considerando que alguns estados não apresentaram esta informação e, portanto, esse é um número aproximado. Nós estamos trabalhando com tendências, com números aproximados. Então, são 8.859 profissionais dos estados que atuam com a Assistência Social no país.

Qual é o **perfil** destes profissionais, o perfil da chamada **força de trabalho da Assistência Social**, como eles se apresentam? Em primeiro lugar, a escolaridade. Nós temos, com o ensino fundamental completo, 1.216 profissionais, com ensino fundamental incompleto, 589, com ensino médio completo, 2.890 profissionais, com ensino médio incompleto, 300, com ensino superior completo, 1.629 profissionais, com ensino superior incompleto, 427, com especialização, 107, com Mestrado, 14 e com Doutorado, nenhum, no estado. Nós vamos encontrar, com Doutorado, no município – isso com os dados que nos foram encaminhados. Vocês vão observar que o total vai dar 7.182, que é um total diferente daqueles 8.859. Isso, porque nem todos os relatórios, as *Fotografias*, indicaram a escolaridade; então, algumas defasagens, alguns descompassos são encontrados.

Depois nós temos uma tabela sobre a **escolaridade**, mostrando os mesmos dados, só que agora com barras, e, em seguida nós temos um quadro dos municípios, um quadro de quantos funcionários de nível superior são encontrados nesses municípios. E nós vamos ter uma surpresa: até três funcionários vai ser o dado predominante no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sudeste, no Sul e no país como um todo, o que vai dar 617 profissionais de nível superior, trabalhando como funcionários nos municípios, em nº de até 03. Depois de 04 a 07 e aí segue a tabela, de 08 a 10, de 11 a 15, de 16 a 25 e mais de 25. Vocês podem ver que mais de 25 são muito poucos municípios; apenas 01 no Norte, 12 no Nordeste, 07 no Centro-Oeste, 18 no Sudeste, 05 no Sul, e 43 na média nacional. E há um número sem identificação, um número bastante considerável, que é a última linha do quadro. No total, nós vamos ter, trabalhando nos municípios da região Norte, 63 profissionais, Nordeste, 619, Centro-Oeste, 187, Sudeste, 234, Sul, 171, dando um total de 1.274 nos municípios que apresentaram os dados, que apresentaram a informação.

O quadro seguinte vai apresentar a questão da **pós-graduação** e é um quadro por estados. Nós temos os estados da região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e do país. Por estados, nós vamos ter, por exemplo, no Estado do Acre, na região Norte, 10 trabalhadores de Assistência com Mestrado, 02 com Doutorado, totalizando 12. Alagoas tem 00 porque



não significa que eles não estejam, mas a equipe não acessou essa informação. E, como foi dito hoje de manhã aqui, a equipe aguarda essas informações complementares para preencher as lacunas, para uma reedição destas *Fotografias* aí, sim, mais próximas da realidade. Na Bahia nós temos 09 com Mestrado, em Pernambuco 02, no Maranhão, 06 com Mestrado, em Sergipe 06 com Mestrado e 02 com Doutorado, dando 08, no Ceará o dado é não informado, na Paraíba 10 com Mestrado e 03 com Doutorado, dando 13 e, no Piauí, também não se tem informação. O que dá, se nós tínhamos 12 na região Norte, 38 no Nordeste. Não é um número absoluto. No Centro-Oeste, infelizmente, a gente só tem de Mato Grosso, com 26 profissionais com Mestrado concluído. Realmente esses dados aguardam a complementação. No Rio de Janeiro, nós temos a informação de 03 com Mestrado e 01 com Doutorado, sendo 04, São Paulo, 12 com Mestrado e 02 com Doutorado, o que faz um total de 14, Espírito Santo, 10 com Mestrado e 11 com Doutorado, Minas Gerais, 06 Mestrados, o que dá, para a região, um total de 35 profissionais com cursos de graduação. No Sul, também há lacunas no preenchimento – até pensamos em nem apresentar esse quadro, mas é importante respeitar os que apresentaram a informação – em Santa Catarina, 07 com Mestrado e 03 com Doutorado, o que vai dar um total de 10. No país, provavelmente o número seja muito maior, porque há muitas lacunas; nós temos 107 com Mestrado e 14 com Doutorado.

Sobre a **especialização da formação**, em que áreas de formação acadêmica esses profissionais se situam: **o profissional predominante é o Assistente Social**. O dado que a gente tem é um dado do país: são 647 Assistentes Sociais, perfazendo uma porcentagem de 38% dos profissionais como Assistentes Sociais. Temos 282 Pedagogos, 180 Psicólogos, 103 Advogados, 96 Administradores, 87 Economistas, 77 Sociólogos, e outros profissionais, perfazendo um total de 1.702 profissionais nessa formação. O quadro seguinte repete essa informação com cores, prevalecendo o azul, dos Assistentes Sociais, depois os Pedagogos, Psicólogos, Advogados, Administradores, e os demais profissionais. Bem, são tendências, é importante ter isso presente. Há uma tendência que nós, já por outras fontes, sabíamos a prevalência do Assistente Social na área da Assistência Social.

Uma outra informação obtida é sobre o número de Assistentes Sociais nos órgãos gestores estaduais, por estados. Temos, no Amazonas, 20, em Rondônia não temos informação, Roraima, 28, no Acre, 09, Alagoas 07, Bahia, 19, Pernambuco, 28, Maranhão, 21, Sergipe, 20, Ceará, 115, na Paraíba não temos informação, Piauí, 63. E segue a informação no Centro-Oeste, com o Mato Grosso do Sul, 92, no Distrito Federal não temos informação, Mato Grosso, 33, e Goiás, 50. Realmente, há lacunas. No Sudeste, Rio de Janeiro, 21, São Paulo, 77, Espírito Santo, 12, Minas Gerais, 12. No Sul, Rio Grande do Sul, 14, Paraná e Santa Catarina não especificaram. Acho importante deixar claro que não é que estejam ausentes, mas nós não temos o dado especificado. Tudo isso para complementar a *Fotografia*.

No **quadro dos funcionários dos municípios por região**, até 03 funcionários, temos, na região Norte, um total de 63, na Nordeste, um total de 619, na Centro-Oeste, 187 como dado total, no Sudeste, 234 e no Sul, 171. Se a gente observa a primeira linha, nós vamos verificar que há uma predominância de até 03 funcionários nos municípios de todas as regiões do Brasil. Eu acho que uma análise mais refinada deste número em relação às demandas está por ser feita. Esta predominância, aparentemente é um dado insuficiente, mas é preciso um aprofundamento do estudo para se ter maior segurança das razões desse número e daquilo que se coloca como responsabilidade e tarefa desses profissionais. Este quadro é só dos Assistentes Sociais. No Brasil, tem também o quadro dos Assistentes



Sociais, seguindo a mesma classificação: até 03 funcionários, de 04 a 07, de 08 a 10, de 11 a 15, de 16 a 25 e mais de 25. E nós vamos ver que, nessa categoria de até 03 funcionários, está localizada a maioria. São 850 municípios do país que têm este número de até 03 funcionários. Em seguida, 70 municípios que têm de 04 a 07 funcionários. Depois nós temos um número grande, mas sem informações.

No quadro de **profissionais que trabalham no órgão gestor estadual**, nós temos o dado por região, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e temos, também, o total no Brasil, no final do quadro. Com cargos em comissões, são 1.514, contratados, 318, efetivos, 4.387, e outros, 2.220. Esse é o quadro nacional.

Temos também um quadro de **estagiários** que mostra um total de 420 estagiários, também das mais diversas formações, prevalecendo o número de estagiários de Serviço Social. Eles são apresentados aqui em número de 90.

As **políticas de capacitação** foram apresentadas pelos diferentes estados a partir de diferentes categorias de classificação, ou seja, alguns apresentaram as estratégias de capacitação por temas; outros descreveram, detalharam a forma como ocorrem essas ações de aprendizagem; outros definiram os processos que operam a capacitação; e outros definiram os meios utilizados para a capacitação. Ou seja, são apresentados ângulos diversos dessa questão. Essa política atinge tanto os servidores como está voltada para as organizações não-governamentais, para conselheiros e para os estagiários. Ela é distribuída por todo o conjunto, com uma prevalência no investimento de capacitação do próprio servidor, com 78% das ações voltadas ao servidor. Mas elas alcançam, também, conselheiros, estagiários e ONGs. Temos depois um desenho sobre essa diversidade, alguns trabalhando com a forma, outros com os temas, outros com os processos e outros com os meios.

No **quadro de temas**, vamos verificar que era um conjunto de temas amplo, mas havia, pelo menos, dois temas que prevaleceram. Um deles é a própria gestão, é o primeiro tema objeto dos treinamentos, que é o **tema da gestão**; e, nas colunas do lado, estão os estados que apontaram esses temas como temas preferenciais. Em torno da gestão nós temos a proposta da gestão participativa, da participação dos técnicos, conselheiros e gestores, MBA em cursos de gestão e políticas públicas, programas de aprimoramento de apoio à gestão, em São Paulo, programa de excelência em gestão, cursos de especialização, desenvolvimento gerencial e treinamento sobre os instrumentos de gestão, que seria o plano plurianual, relatório, plano municipal e o cadastro único. Vejam, alguns estados centraram a sua preocupação na capacitação, em torno da própria temática da gestão, sob esses ângulos.

Outro tema importante que apareceu nos dados foi o **tema da Assistência Social**, quase sempre relacionada com a implantação do SUAS, ou seja, capacitar para o SUAS, para o conhecimento da política, da NOB, o destrinchamento da lógica do SUAS, a capacitação SUAS-NOB, o Sistema de Informação e Proteção à Infância e Adolescência. Há uma centralidade em alguns estados, que estão arrolados nas colunas do lado, na própria Assistência Social, com ênfase no SUAS.

Outro grupo de relatório centrou a sua apresentação nos **processos de capacitação**, que também são diversos, voltados à equipe técnica, equipe dos municípios, apoio ao servidor, desenvolvimento de habilidades na intervenção, avaliação no estágio probatório, entendendo que o profissional deve ser capacitado e avaliado no estágio, prêmios ao servidor, participação de representantes, etc. Então, há um grupo que centrou sua ênfase na



capacitação e no processo capacitador. Um outro, na capacitação de conselheiros, investimento na capacitação de conselheiros estaduais, como foi o caso do Rio, capacitação de técnicos e conselheiros de Assistência, capacitação integrada dos conselhos como a experiência do Paraná, Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, participação integrada de técnicos, conselheiros e gestores e capacitação sobre SUAS e a rede.

Nesse conjunto de dados foram apresentadas **metas a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo**. Nas metas a curto prazo estão – e aí é importante, porque é essa dimensão que será debatida nos grupos, aqui no trabalho de grupos:

- realizar **programas de capacitação continuada** e valorização para conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não-governamentais, usuários, entre outros, para garantir atendimento de qualidade, inclusive cursos de extensão, especialização e seminários. Isso, a curto prazo, acelerar a capacitação com esses instrumentos;
- construir e implementar **políticas de recursos humanos**, que já está previsto na própria Política Nacional de Assistência, implementar essa política de recursos humanos;
- ampliar o quadro mediante **concurso** – isso aparece como meta urgente, a curto prazo, fazer concursos para ampliar o quadro;
- criar **planos de carreira, cargos e salários**, para os profissionais da área da Assistência Social;
- ampliar o quadro de técnicos, por meio de **concurso público**, ampliar o quadro de técnicos para os escritórios regionais;
- garantir as **equipes multidisciplinares**, tanto para os CRAS quanto para os futuros CREAS;
- disponibilizar aos municípios **informações** corretas, via regionais;
- estruturar e qualificar as **regionais** da Secretaria;
- disponibilizar **técnicos** aos municípios;
- implementar **sistema de gratificação aos profissionais**.

Isso veio como proposta de meta a curto prazo. A médio e longo prazo:

- realizar **programas de capacitação continuada** - nós sabemos que a capacitação tem que ser continuada, permanente – suporte técnico e valorização para os conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não governamentais e usuários, entre outros;
- ampliar o quadro de recursos humanos por **concurso público**;
- elaborar e implementar a **política de recursos humanos**;
- coordenar, gerenciar, executar e financiar **programas de capacitação**;
- implantar **planos de carreira**.

Essas são as metas apresentadas nos relatórios. A síntese dessas metas, organizada pela equipe do núcleo, é a seguinte:

- *Meta 01*: realizar política de capacitação continuada e valorização de profissionais, conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não-governamentais, usuários, entre outros atores, para garantir o atendimento de qualidade.





- *Meta 02*: construir e implementar a política de gestão de pessoas – os recursos humanos entendidos como pessoas – inclusive com a criação de planos de carreiras, cargos e salários.
- *Meta 03*: ampliar o quadro de profissionais e técnicos da área, mediante concurso público – esta se tornou uma meta específica; a urgência de concurso público, neste país, transforma essa demanda numa meta específica.
- *Meta 04*: afiançar uma política de recursos humanos que garanta:
  - a) a melhoria das condições de trabalho, a isonomia salarial, a definição da composição das equipes, a formação, o perfil, as habilidades, as qualificações, etc.
  - b) a definição de piso salarial para as categorias profissionais da área de Assistência Social em articulação com os conselhos de classe e os sindicatos.
- *Meta 05*: dotar o órgão gestor e as equipes de condições de trabalho, quanto a espaço físico, equipamentos e veículos.

Esta é a síntese do conjunto de metas apresentadas a curto, a médio e a longo prazo.

Este último quadro é da equipe que realizou este trabalho, a equipe do núcleo [...] de mais alguns profissionais da Secretaria de Assistência do Município de São Paulo. Eu entendo que temos aí um material bastante rico para analisar, problematizar, lembrando sempre aquele aspecto – que eu colocava anteriormente – que a capacitação não é apenas uma questão técnica, ela é uma questão de múltiplas dimensões, ela tem que ser ética, ela tem que ser técnica, ela tem que ser teórica, metodológica, operativa, interventiva. E eu, na minha abordagem inicial, optei por privilegiar a perspectiva política desta qualificação, da competência. Os profissionais da área têm que ser profundamente competentes, sob todos os pontos de vista, e eu privilegiei aqui o ponto de vista político, porque é este profissional, junto com a população com a qual ele trabalha, que deve estar construindo a nova visão da Assistência Social, lá na ponta, lá na base, lá no município. Isso é uma coisa que tem que alcançar todos os que trabalham com essa questão, todos que recorrem à Assistência Social.

Dois aspectos que eu acho que merecem um estudo posterior: um eu já comentei aqui, que é traçar o perfil dos profissionais da rede. Em grande parte dos estados e dos municípios é com o profissional da rede que, muitas vezes, o usuário se relaciona, tem uma visão da Política de Assistência, de seus direitos, da sua possibilidade efetiva de interferir e de alcançar um papel protagônico. Então, é preciso que nós conheçamos um pouco melhor os funcionários dessa rede. Obviamente, algumas dessas profissões têm alguma coisa que os junta, e acho que, aí, o Assistente Social é um exemplo, porque é uma profissão que tem construído um projeto ético, político, teórico, metodológico, técnico, operativo, que, em tese, deveria juntar todos os Assistentes Sociais em qualquer lugar, em qualquer instituição, em qualquer política deste país. Quer dizer, nós devíamos estar juntos por isso. Bom, esse me parece que é um ponto.

O outro ponto – eu sei que eu vou falar de uma questão extremamente polêmica, mas, pensar recursos humanos, que operam a Política de Assistência Social, sem uma rapidíssima referencia a um **confronto – não no sentido negativo – entre profissionalidade e voluntariado**, eu acho que é esquecer um aspecto importante da questão. Porque nós, que trabalhamos nesta área, nós sabemos que, no campo das políticas e ações sócio-assistenciais, campo privilegiado da inserção dos Assistentes Sociais, nós vamos, muitas vezes, nos deparar, nesse campo, com a presença do trabalho voluntário.



Aliás, muitas vezes são os trabalhadores da Política de Assistência que organizam o próprio trabalho voluntário, com todo o conjunto de ambigüidades que permeiam essa questão. Eu estou apenas apontando como um tema que tem que ser enfrentado, ao avaliarmos a questão dos recursos que trabalham nesse campo. Obviamente não é um recurso profissionalizado, não é um recurso que apareça nos relatórios, mas eu acho que é uma questão que tem que ser debatida e problematizada.

Bem, o meu tempo já se esgotou. Eu fico à disposição para as interpelações das minhas queridas companheiras de Mesa e do Plenário. Muito obrigada.

**Coordenador da Mesa:** (Fala fora do microfone – inaudível)

**Márcia Helena Carvalho Lopes – Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Representante do Fórum Nacional de Assistência Social:** Boa tarde a todos e todas, participantes desta V Conferência Nacional de Assistência Social. Quero saudar, em meu nome, em nome do Ministro Patrus, de toda a equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como ontem já foi feito, a presença de todos vocês aqui. Temos tido oportunidade de nos encontrar nos vários espaços de organização, de discussão e, sem dúvida, este ano de 2005 será marcado por todos aqueles que, ao longo dos muitos anos, vêm lutando para que a Assistência Social efetivamente opere em todos os recantos deste país como uma Política de Estado, como uma Política de Direitos, que assegure aos cidadãos aquilo que nós tanto defendemos na Constituição de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social, no texto da Política Nacional, na Norma Operacional Básica e, agora, nas decisões tão importantes que os municípios, os estados e esta Conferência está construindo para que cada vez mais, e o mais rápido possível, nós alcancemos um outro patamar de conteúdo, de estratégias, de resultados nas ações que desenvolvemos em cada lugar desse Brasil. Por isso, é com muita emoção, com muita alegria que eu integro esta Mesa, acompanhada aqui da companheira Ivanete Boschetti, dedicada também a esta área, há muitos anos, à nossa companheira e sempre nossa Mestre, Professora Carmelita Yasbeck, aos nossos companheiros Gilberto e João Paulo, Conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social. E cumprimentando e agradecendo desde já, como Secretária Executiva do Ministério, a equipe da Secretaria Nacional de Assistência Social e de todos aqueles que estão participando deste trabalho, desta grande luta, deste grande esforço nacional, compartilhado com os Conselhos, CONGEMAS, com o FONSEAS, com a CIT, com todas as instâncias de organização de debate e de quem acredita que é possível avançarmos dentro do que cada um e cada uma tem discutido nos seus municípios, em relação às demandas, às exigências, às expectativas, aos desejos desse país em relação à efetividade das políticas sociais públicas. E neste momento discutindo, principalmente, a Política Nacional de Assistência Social.

Como a Carmelita disse – e o sentimento é muito este, quando elaborávamos, quando discutíamos o texto da Política Nacional de Assistência Social – cada campo pensado, vivido, no âmbito da Política de Assistência Social, de fato tem exigido de nós muita reflexão, muita análise, muita troca das nossas experiências, dos nossos acúmulos, onde estamos trabalhando, atuando, intervindo junto à população usuária da Assistência Social, pensando nas instituições, pensando na organização dos movimentos sociais, pensando no sentimento que os usuários têm quando acessam essa rede, pensando nos profissionais que atuam e em todos os trabalhadores da Assistência Social, pensando no papel e na relação da sociedade civil, do Estado, nas três esferas de governo, enfim, em todo o conjunto de



determinações que envolve a execução de uma política pública que tenha efetividade e que tenha impacto na transformação na vida das pessoas, impacto no modo de conduzir, de organizar o Estado brasileiro e essa grande rede de proteção social que, com todas as contradições, sem dúvida, estamos avançando. Por isso, quando pensávamos o texto da Política, quem leu a Política viu que, apesar de termos dedicado apenas, se eu não me engano, duas páginas, nós colocamos lá, como um elemento de desafio, pensar e construir uma Política de Recursos Humanos para a Assistência Social no Brasil, pensar e formular uma **Política Nacional de Recursos Humanos**. Então eu penso que esse tempo foi um tempo muito curto para a gente pensar tudo isso, pensar todo o conteúdo da Política Nacional de Assistência Social, pensar e aprovar a Norma Operacional Básica, tomar as decisões para fazer a transição, já para a implementação do Sistema Único de Assistência Social, seja no sistema de informação, de transferência dos recursos Fundo a Fundo, seja de todas as mudanças em relação aos planos, ao planejamento, às prioridades, pensar, enfim, a gestão, o financiamento, o controle social da Assistência Social no Brasil. E pensando não mais como uma política pequena que, dependendo dos recursos, a gente decide onde vai ser implementada, mas pensando como política universal, que tamanho tem esse Brasil, que demanda tem esse Brasil, o que nós já fomos capazes de acumular e de fazer, o que temos pela frente, qual é o tamanho da Assistência Social que temos no Brasil. Por isso, todas essas *Fotografias*, do meu ponto de vista, significam, apenas, o início de um exercício que deve ser permanente.

Eu estava comentando com a Carmelita um pouco antes que, como Conselheira de Assistência Social lá do Paraná, nós tínhamos um grande debate que era exatamente isso: os recursos do Fundo Estadual, para serem aplicados, demandavam de uma análise da realidade do estado, de todos os municípios, dos planos, da ordem de prioridade e, como nos faltavam subsídios, elementos para analisar e para construir critérios de partilha que fossem justos e que levassem ao avanço da construção, da implantação da Política Estadual de Assistência Social. E este é o exercício que nós estamos vivendo, neste momento, em relação ao Brasil todo. Se cada estado, se cada município, se a maioria dos estados fizeram esse exercício, se nós hoje lermos aqui essa *Fotografia*, sem dúvida nós já vamos querer repeti-la, nós já precisamos repeti-la, porque, ao ler, e também discutir isso aqui agora com a Ivanete, nós mesmos vamos descobrir ou querer entender uma série de aspectos, de elementos da própria pesquisa, do próprio levantamento, ou daquilo que se desdobra a partir do seu resultado. Por isso, eu penso que esta, como outras Mesas, tem um significado fundamental: que a gente saia desta Conferência também com esta tarefa de que os recursos humanos, na Política de Assistência Social, constituam um dos fundamentos que determinam os resultados daquilo que queremos construir com a implementação das metas, das prioridades, daquilo que vamos tirar aqui, nesses próximos dez anos. Então me parece que, nunca mais, o tema *Recursos Humanos na Assistência Social* pode sair da nossa agenda nacional, das nossas pautas, seja nos conselhos municipais, nos conselhos estaduais, nos órgãos gestores, no nível municipal, estadual, federal, nos órgãos de pactuação, nas universidades, no processo de formação, nas instituições, na grande rede sócio-assistencial que temos pelo país. E esse debate exige, inclusive, uma interlocução no nível do Legislativo, exige uma interlocução no conjunto das instituições, dos profissionais, que vai muito além da categoria dos Assistentes Sociais. Nós, de fato, temos que analisar todas as áreas de influência, de determinação, para os trabalhadores na área da Assistência Social. Por isso, penso que o valor deste levantamento, desta *Fotografia*, é exatamente começar a provocar, em nós todos, um plano estratégico de debate e de formulação da Política de Recursos Humanos no Brasil.



A equipe da Secretaria Nacional de Assistência Social, com base nas discussões, nesse acúmulo, junto ao Conselho Nacional, junto à CIT, junto a todas as instâncias, ajudou a construir um texto, que eu apresento aqui, no sentido de que a gente, depois, possa multiplicar isso, que a gente leve como debate. E agora, nesta Mesa, junto com a Professora Carmelita, com a Professora Ivanete, nós possamos, junto com vocês, também, aprofundar esta reflexão:- A implantação da Política, em 2004, do Sistema Único, sob o paradigma da Constituição, do direito sócio-assistencial, implica em questões fundamentais e substantivas para a área de gestão de pessoas. A assimilação, por todos os trabalhadores dos órgãos estatais ou servidores públicos, os trabalhadores das organizações sem fins lucrativos, conselheiros, estagiários da Assistência Social, é, ainda, um grande desafio a enfrentar. Para a implementação do SUAS, aspectos importantes da gestão têm sido apontados como fundamentais: a descentralização, o financiamento, o controle social e a política de recursos humanos. O SUAS vem se afirmando a cada dia, e a gestão do trabalho, na Assistência Social, carece de uma atenção maior, devido à sua importância para a consolidação do sistema. Fortalece-se, nesse momento, a reivindicação para a construção de uma **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos** para o SUAS, já apontada na Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004. A Norma Operacional Básica a ser construída e pactuada entre os entes federativos, assegura a primazia e precedência da regulação estatal, cuja dinâmica prevê a participação da população e da sociedade na formulação e controle das ações, em cada esfera de governo. A Secretaria Nacional de Assistência Social apresenta, portanto, para discussão, as primeiras **Diretrizes para a Política de Recursos Humanos do SUAS**. Trata-se de delinear os principais pontos de gestão pública do trabalho e propor mecanismos reguladores da relação dos gestores com os prestadores de serviços de Assistência Social, por exemplo, dispendo sobre condições, para os gestores, sobre as suas responsabilidades, diante das relações entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e prestadores, e diante dos pactos intergestores. As diretrizes devem ser, também, uma referência para os trabalhadores, em seus processos reivindicatórios e para os Conselhos de Assistência Social, em relação às suas tarefas de controle social, da gestão do trabalho no SUAS. As diretrizes para a gestão de pessoas pressupõem:

- *conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para a construção do SUAS;*
- *vislumbrar o desafio proposto, para esses profissionais, a partir dos compromissos dos entes federativos com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização, intersetorialidade e participação da comunidade;*
- *propor estímulos e valorização desses trabalhadores;*
- *identificar quais os pactos necessários entre gestores, servidores, trabalhadores da rede sócio-assistencial, com base no compromisso da prestação de serviços permanentes ao cidadão, e da prestação de contas de sua qualidade e resultados;*
- *construir, em todas as esferas governamentais, uma política de recursos humanos dirigida, efetivamente, para a construção do SUAS, privilegiando a qualificação político-técnica desses agentes, que envolvam a concepção de Assistência Social, metodologia de trabalho, democratização da gestão, e produção do conhecimento em Assistência Social.*

Assim, antes de apontarmos as principais diretrizes para uma Política de Recursos Humanos, que consideramos importantes para o início de uma discussão, ouvimos aqui, já, pela Professora Carmelita, uma síntese e o resultado da atual



situação dos trabalhadores da Assistência Social. Eu vou, rapidamente, situar os pontos, mas não vou me delongar nesse ponto, porque já foi apresentado aqui e depois, no debate, podemos voltar a essa questão. De acordo com a *Fotografia da Assistência Social na Perspectiva do SUAS, Gestão de Pessoas no SUAS - Plano 10*, que é a foto 03, já apresentada, nós vimos aí o total de trabalhadores na instância estadual, computados nos 23 estados, que compreende 8.859 trabalhadores, incluindo os estagiários. Há uma projeção de que, na abrangência total dos Estados, nós chegaríamos a 10.000 trabalhadores operando a Política de Assistência Social, na instância estadual. Na *Fotografia*, analisando-se a distribuição desses trabalhadores pelas regiões brasileiras, percebe-se uma maior concentração nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também há uma profunda discrepância na relação entre o número de trabalhadores e a população dos estados. Esses dados apontam para a necessidade de um estudo aprofundado sobre a causa dessas diferenças. A *Fotografia* aponta, também, o perfil dos trabalhadores estaduais da Assistência Social, quanto à escolaridade, formação dos profissionais universitários, situação funcional, estagiários e políticas de capacitação de pessoal, com as especificações que nós trouxemos aqui, mas que eu não vou declinar – até em função do tempo – mas que nós podemos, depois, socializar, porque nós subtraímos da análise estes textos e estes elementos que eu já apresentei aqui.

Podemos citar, também, o estudo do CFESS – Conselho Federal do Serviço Social – que realizou, ainda em 2005, sobre os trabalhadores da Assistência Social. Nesse estudo, a atuação do Assistente Social predomina na esfera pública estatal, totalizando 78,16%. 13% na esfera pública federal, 24% na estadual e 40,97% na esfera municipal. Na rede privada, constatou-se 13,9%. No terceiro setor, 6,81% e 1,85% em outros setores, como cooperativas, fundações, paraestatais, instituições científicas e culturais. Os vínculos dos trabalhadores com os serviços sócio-assistenciais compreendem as formas estatutárias, CLT, contratos temporários, cargos comissionados, contratos por meio de entidades e organizações privadas ou sem nenhuma relação formal. Ao analisar os documentos, relatórios e artigos relacionados à questão do trabalho da rede sócio-assistencial, podemos concluir que há vários fatores que interferem na qualidade dos serviços prestados. Entre eles:

- a rede de trabalhadores da assistência social, que é complexa, existindo diversas categorias ocupacionais semelhantes, com tratamento diferenciado;
- a precarização do trabalho, através das diversas formas de vínculos – os trabalhadores cedidos atuam em diferentes esferas de gestão, sem garantia de direitos e vantagens;
- a indefinição de equipes multiprofissionais para os serviços do SUAS – existem diferenças salariais dentro da mesma esfera de governo, falta uma política de formação e desenvolvimento do trabalhador do SUAS;
- a necessidade de realização de concurso público, a necessidade de plano de carreiras, cargos e salários, em cada esfera de governo, seguindo diretrizes definidas nacionalmente;
- os recursos financeiros, definidos para a gestão do trabalho, são precários;
- pouco controle social da gestão do trabalho do SUAS.

Portanto, é preciso, desde já, enfrentar as principais questões que permeiam a construção da Política de Recursos Humanos do SUAS e os possíveis equacionamentos que, com a contribuição valiosa da sociedade civil e de todos aqueles envolvidos com a





responsabilidade da gestão dessa política, poderemos indicar o rumo a ser perseguido para que a Assistência Social seja, efetivamente, um serviço prestado com boa qualidade e destinado a todos que dela necessitem. Uma Política de Recursos Humanos para o SUAS deverá abranger a gestão e a gerência de todos os trabalhadores que participam do processo de trabalho no SUAS, desenvolvido pelos órgãos gestores e executores de ações e serviços de Assistência Social, nas três esferas de governo, os trabalhadores de entidades privadas, filantrópicas e lucrativas, e prestadoras de serviços de Assistência ao SUAS.

Sabe-se que um investimento na gestão do trabalho irá influenciar, decisivamente, na melhoria dos serviços de Assistência Social prestados à população. Assegurar que os trabalhadores desta área estejam satisfeitos com o seu processo de trabalho e com o resultado do seu trabalho, é um caminho prático e certo para o avanço na implementação do SUAS. A primeira questão que se apresenta é a necessidade da definição, pelos entes responsáveis, dos **eixos e diretrizes delimitadores da atuação, perfil e vencimentos dos profissionais da rede sócio-assistencial**, o que deve ser feito juntamente com os conselhos, amplamente discutido e, sempre, com o intuito de observar quais são os critérios que melhor atendem aos princípios do SUAS, conforme estabelecido na Legislação. Entendemos, portanto, que os principais pontos a serem contemplados em uma Política de Recursos Humanos do SUAS, são:

- definição das atribuições e responsabilidades dos gestores municipais, estaduais e federais sobre a gestão do trabalho no SUAS;
- elaborar um diagnóstico da situação dos recursos humanos existentes em sua área de atuação;
- elaborar quadro de necessidades de recursos humanos para a implementação e manutenção da estrutura gestora do SUAS, em cada esfera de governo;
- realizar concurso público, lembrando aqui, já, que o concurso público do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome já está definido, decidido, e estamos, já, em contato com o Ministério do Planejamento. Provavelmente, no início do ano nós realizaremos um concurso público para 500 servidores, das mais diversas áreas. Gostaríamos de ter realizado este concurso ainda este ano, mas, no início do ano, isto estará consolidado, se tudo der certo, e vai dar;
- negociar e incluir, nos convênios e contratos com prestadoras de serviços de Assistência Social, a quantidade e o tipo de profissionais necessários e obrigatórios, segundo o tipo de serviço, para a execução dos serviços conveniados;
- instituir órgão ou designar equipe de trabalho responsável pelos componentes de recursos humanos do SUAS, da respectiva esfera de governo;
- instituir a respectiva mesa permanente de negociação com os trabalhadores;
- implementar o plano de carreira, cargos e salários do setor de Assistência Social;
- organizar banco de dados, sistema de informação e comunicação dos recursos humanos, da respectiva esfera de gestão do SUAS, para facilitar o planejamento e a avaliação permanente da capacidade de oferta dos serviços, e a necessidade de recursos humanos para a realização dos serviços de Assistência Social, bem como o controle social da gestão do trabalho;
- pactuar o financiamento da Política Nacional de Recursos Humanos do SUAS e a responsabilidade de co-financiamento de cada esfera de governo;
- definir os recursos financeiros específicos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias, para os respectivos Fundos de Assistência Social;





- a União deverá elaborar, anualmente, juntamente com os estados, um programa de capacitação permanente com os trabalhadores, os gestores e os conselheiros de Assistência Social. E aqui, também, quero incluir, para o ano que vem, além daquilo que já foi liberado, no final do ano, para a capacitação, a continuidade e a extensão dos processos de capacitação, agora com financiamento do BID já em andamento. Já estão garantidos os recursos para capacitação em todo o Brasil, além da realização das oficinas de gestão dos Fundos, que também acontecerá em todos os estados do Brasil, já no primeiro semestre de 2006;
- os estados devem promover a capacitação dos gestores municipais, dos gerentes de serviços de Assistência Social e dos conselheiros estaduais de Assistência Social.

Nós temos ainda, aqui no texto, a definição da competência e responsabilidade de contratação, o que define, obviamente, a competência; por exemplo, já a partir da definição nas três esferas de governo e o que está definido na LOAS e na Norma Operacional Básica, compete a cada uma [...] de participação popular e controle social do SUAS sobre a gestão do trabalho, deve impactar positivamente quanto à qualidade e ao acesso dos usuários às ações e serviços socioassistenciais. Por fim, a definição do financiamento do trabalho na Assistência Social:

- 1) a União deve financiar, com a contrapartida de recursos dos estados e dos municípios, a Política de Recursos Humanos para o SUAS;
- 2) garantir um percentual de recursos financeiros da Assistência Social, das três esferas de governo, para a implementação da Política de Recursos Humanos para o SUAS, especialmente para a implementação de PCCSs e para o desenvolvimento dos trabalhadores;
- 3) fomentar a possibilidade de implantar programas de formação e qualificação, em parcerias com as universidades;
- 4) projeto de Emenda Constitucional, autorizando o repasse de recursos federais para pagamento de salários, uma PEC que autorizaria o gasto com recursos humanos, inclusive salários, na forma de Lei.

Isto tudo seria e será possível se nós, de fato, avançarmos neste processo iniciado e aprofundado nesta Conferência. E saímos daqui com a tarefa de compor, a partir destas referências, dar continuidade, aprofundar, refazer, quantas vezes forem necessárias, todos os nossos diagnósticos, os nossos planos, as nossas pactuações, no sentido de enfrentar com coragem, com resolutividade, com determinação, aquilo que vocês já estão fazendo nos municípios, construindo, pensando, avaliando, criticando, e enfrentando como desafios. Por isso, da nossa parte, quero compartilhar a alegria de estar aqui, podendo fazer uma reflexão que cabe a todos nós, indistintamente. Estamos partilhando as responsabilidades, nas três esferas de governo. E, se isso acontecer, não há nenhuma dúvida do sucesso, do êxito, da consolidação do Sistema Único de Assistência Social. E, daqui a 10 anos, nós voltaremos aqui para dizer que construímos, que implementamos, e que, como o SUS já fez, nós estaremos querendo o aperfeiçoamento, o aprimoramento, pela universalização da Assistência Social no Brasil. Muito obrigada, e nós estamos à disposição para o debate.

**Coordenador da Mesa:** (Fala fora do microfone – inaudível) [...] A próxima oradora é a Professora Ivanete Boschetti [...]



**Ivanete Boschetti – UNB/DF:** Boa noite a todos e todas. É um prazer enorme participar dessa V Conferência da Assistência Social, a quarta de que eu participo – eu só não participei em uma delas – e para mim, realmente, é sempre uma emoção, estando seja na Plenária, seja aqui, nesse momento, num lugar privilegiado, com a possibilidade de discutir, com as minhas queridas companheiras de Mesa, Carmelita, Márcia Lopes, ao lado dos companheiros do Fórum Nacional de Assistência Social, o Gilberto e o João Paulo, participar dessa Mesa para discutir a *Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS: Política de Recursos Humanos*.

Eu gostaria, primeiramente, de dizer que eu estou nessa Mesa na condição de representante do Fórum Nacional de Assistência Social, um Fórum criado em 1999, que articula, que é um espaço de articulação de entidades da sociedade civil, que tem uma Carta de Princípios, cujo principal princípio é a defesa e a consolidação da Assistência Social como política pública, como direito social, como dever do Estado. É com base neste princípio que o Fórum Nacional de Assistência Social vem pautando seus debates, suas ações, suas intervenções e suas manifestações. Hoje, a Coordenação do Fórum Nacional de Assistência Social é exercida, de forma colegiada, por seis entidades: pelo Conselho Federal de Serviço Social, pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social, pelos Maristas, pelos Salesianos e pelo Fórum Mineiro de Assistência Social, um Fórum de natureza estadual. É nessa condição, de representante do Fórum Nacional de Assistência Social, que eu quero, em primeiro lugar, agradecer aos companheiros e companheiras do Fórum que confiaram em mim e me delegaram este trabalho de estar aqui nessa Mesa, debatendo este tema, nesta V Conferência de Assistência Social. O meu agradecimento, com muito carinho, aos meus companheiros do Fórum Nacional de Assistência Social.

Eu gostaria de discutir alguns pontos, em cima do trabalho que foi apresentado, das propostas, das metas, e das discussões, que nós temos acumulado no âmbito do Fórum, a respeito da discussão entre os trabalhadores, entre entidades que estão no Fórum e que prestam serviço de Assistência, outras que representam trabalhadores, outras que representam usuários, ou seja, os três segmentos que compõem o escopo de entidades da sociedade civil. Uma primeira questão que a gente gostaria de colocar em discussão: os pressupostos que estruturam o que a gente vai dizer e a análise do que a gente vai falar. Estamos falando aqui de gestão do trabalho e a consolidação da Política de Assistência Social.

Dos pressupostos que eu gostaria de colocar em discussão, o primeiro é que a consolidação do processo coletivo de trabalho, na Política de Assistência Social e na materialização do SUAS, requer uma luta muito mais ampla por uma efetiva reforma democrática do Estado. Não basta lutar pela Assistência Social, é preciso lutar pela democratização do Estado brasileiro, e aí incluindo a socialização da política e de todos os espaços de efetiva participação cidadã e democrática, não só dos trabalhadores, dos usuários, mas dos cidadãos de uma forma geral.

O segundo pressuposto é que a estruturação do quadro de trabalhadores na Política de Assistência Social deve se orientar por princípios democráticos e compromissos ético-políticos com justiça e equidade. Não basta constituirmos um quadro de trabalhadores para a área de Assistência Social; é preciso que este quadro de trabalhadores se pautem em princípios ético-políticos que tenham, como orientação fundamental, a defesa da justiça, da equidade, dos direitos para todos, da universalidade, da primazia do Estado na condução



das políticas sociais e, sobretudo, da possibilidade de investimentos e de implementação das políticas sociais, com um caráter estratégico de construção de uma sociedade pautada na igualdade, pautada na equidade e na distribuição da riqueza socialmente produzida.

Um terceiro pressuposto é que a atuação dos trabalhadores na área da Assistência Social deve ter em vista a permanente inserção da Assistência Social na Seguridade Social, ou seja, é fundamental que os trabalhadores da Assistência Social não vejam a Política de Assistência Social descolada da Seguridade Social, que não a superestimem como uma política possível e capaz de enfrentar todas as expressões da questão social, e todas as desigualdades sociais, econômicas e políticas existentes no Brasil. É preciso ver a Assistência Social na Seguridade Social, e numa perspectiva de Seguridade Social ampliada, não uma Seguridade Social apenas como aquela que está no âmbito da Constituição Federal, que limita a idéia de Seguridade à Saúde, Previdência e Assistência, mas uma perspectiva de Seguridade Social com um amplo campo de proteção social, que articula todos os direitos sociais previstos no Artigo 6º da Constituição Federal, o direito ao trabalho, o direito à habitação, o direito à moradia digna, o direito ao transporte coletivo com qualidade, o direito à educação, o direito à Previdência, à Saúde e à Assistência Social.

Um quarto princípio que a gente gostaria de colocar para discutir, é que a gestão não é, na verdade, de pessoas; a gestão é do trabalho. Não se gere pessoas, se gere trabalho, ou seja, se gere condições necessárias adequadas de trabalho que permitam, aos trabalhadores e às trabalhadoras, efetivar a política e seus direitos. Por mais que se fale em gestão de pessoas, sem se considerar a sua inserção no trabalho e tudo o que envolve a discussão de trabalho, apenas as pessoas não têm condições de efetivar uma política, de materializar o direito, se não for vista a sua inserção na perspectiva de um trabalho mais amplo.

E é nessa perspectiva de gestão de trabalho, no Sistema Único de Assistência Social, que a gente queria colocar aqui aspectos importantes, que consideramos fundamentais nessa discussão. São aspectos absolutamente inter-relacionados, interdependentes; um não sobrevive sem o outro e um não se transforma sem a determinação do outro. São aspectos centrais, que compõem a discussão do trabalho.

Um primeiro aspecto é que não é possível discutir pessoas, não é possível discutir trabalhadores, ou intervenção dos trabalhadores na Política de Assistência Social, se não se discutir o que é que esses trabalhadores fazem. Não é possível discutir sem fazer uma reflexão sobre quais são as ações que orientam a atuação destes trabalhadores. E, nesse sentido, discutir as ações significa qualificar, para todos os trabalhadores da área da Assistência Social, a concepção de Assistência Social que queremos, a concepção de Assistência Social que defendemos, em suas diferentes dimensões: a dimensão do significado, no escopo das políticas sociais, a dimensão da abrangência no universo dos cidadãos, a dimensão de quais são os direitos que cabe à Assistência Social garantir, quais são os direitos que cabem às demais políticas sociais, às quais a Assistência Social deve se articular.

É preciso articular essa concepção de Seguridade Social com a sua finalidade, finalidade de atendimento às necessidades básicas e, não, finalidade de limitar-se ao atendimento dos mínimos sociais, como está colocado na própria Lei Orgânica de Assistência Social, porque limitar-se aos mínimos é limitar-se à idéia de que as necessidades básicas para a população, sobretudo para a população pobre, podem ser restritas ao mínimo e não ao básico necessário para a sobrevivência com dignidade. Significa pensar a Política de Assistência Social na sua especificidade de garantia de bens, serviços e programas, significa pensar a



Assistência Social na sua profunda, necessária e inseparável articulação, na garantia do acesso aos demais direitos sociais, materializados por outras políticas sociais, aos direitos econômicos, aos direitos políticos e aos direitos culturais. Trabalhadores da Assistência Social, portanto, não podem se limitar, apenas, à discussão, à formação, à capacitação, à intervenção no campo específico da Política de Assistência Social. E significa discutir isso tudo e traduzir isso tudo, sobretudo para um sujeito fundamental, que são os usuários da Política de Assistência Social.

Na relação com os usuários da Política de Assistência Social, a intervenção dos trabalhadores, do ponto de vista ético, do ponto de vista político, deve ser pautada por uma relação que reconheça os usuários, de fato e de direito, como portadores de direitos de cidadania. É preciso vencer profundas, cotidianas e recorrentes atitudes discriminatórias que, muitas vezes tratam, às vezes subliminarmente, às vezes objetivamente, às vezes claramente, atitudes discriminatórias por algumas condições, seja condição de renda, seja condição de etnia, seja condição de religiosidade, seja condição de orientação sexual, seja qualquer outra orientação que leve a qualquer ou a algum trabalhador a assumir atitude discriminatória na relação de garantia dos bens e serviços para os usuários da Assistência Social.

Um segundo aspecto é ter clareza de porque se faz, o que nos levaria a quais os objetivos da intervenção na Política de Assistência Social, onde é que se quer chegar ao construir a Política de Assistência Social. Queremos chegar à construção de um sistema amplo de direitos, nessa perspectiva de Seguridade Social, como eu coloquei, entendendo a Política de Assistência no seu lugar, mas um lugar importante, fundamental, numa concepção mais ampliada de Seguridade Social. Queremos entender a Assistência como a responsável por todo o campo de provisão de bens e serviços para garantia da dignidade humana.

Qual é o campo da Assistência Social? Qual é o horizonte da Política de Assistência Social? Eu acho que, nessa discussão, é preciso enfrentarmos uma discussão espinhosa, uma discussão que, recorrentemente, vem à tona, de que à Assistência cabe construir portas de saída, de que a Assistência deve esgotar-se, de que a Assistência deve deixar de ser uma Política, na medida em que seus usuários, na medida em que os cidadãos adquiram uma condição mínima de garantia, de manutenção da sua sobrevivência. Que Assistência é essa? Essa é a Assistência mínima para os trabalhadores que estão em condições de miserabilidade e que se esgota quando essa condição de miserabilidade acaba? Ou é uma Assistência que tem que ter, como horizonte, a redução das desigualdades sociais e não se acaba, não se restringe, não se limita, não deixará de existir quando uma situação de miserabilidade for superada, porque, na verdade, ela sempre tem um papel fundamental na redução das desigualdades sociais, numa sociedade de classes. Na medida em que ela cumprir e conseguir reduzir desigualdades sociais, aí sim, a Política de Assistência Social passa a ser entendida não como uma política transitória, não como uma política que se esgota na medida em que uma situação de miserabilidade é superada, mas como uma Política necessária e permanente no campo das políticas públicas, com a função da redução de desigualdades sociais, presentes em todas as sociedades de classe. É absolutamente equivocado afirmarmos que os países capitalistas desenvolvidos não têm Assistência Social. Os países capitalistas desenvolvidos têm Assistência Social, têm diversos benefícios, diversos tipos de prestações sociais, inclusive para pessoas inseridas no mercado de trabalho, que trabalham, mas que estão em patamares diferenciados de rendimento, de acesso a direitos, e, com isso, cumpre essa função de reduzir desigualdades sociais entre as classes.



Uma terceira dimensão, dentro dessa perspectiva de gestão do trabalho, que eu queria discutir de modo mais profundo, é com o que se faz a Política de Assistência Social, ou seja, a discussão dos meios, instrumentos fundamentais para que esta gestão do trabalho se dê nessa perspectiva de totalidade. Nos meios e instrumentos, um primeiro e fundamental, em que eu não vou me deter – porque é uma discussão da gestão – mas eu vou pontuar, porque eu acho que não dá para a gente discutir gestão do trabalho sem fazer referência, é que não existe gestão do trabalho sem uma estrutura institucional condizente com a concepção de política que se quer, que se reafirma e que se defende.

Nesse sentido, é fundamental que uma estrutura institucional que tenha como perspectiva a consolidação da Assistência como política pública, tenha um Ministério e tenha Secretarias de Assistência Social com uma formatação adequada ao Sistema Único de Assistência Social. Nesse sentido, reforçar as secretarias específicas de Assistência Social, assim como o Ministério de Assistência Social, continua sendo uma importante luta e meta do campo desta política social. Dentro da estrutura institucional, no aspecto do SUAS, é fundamental a instituição dos Centros de Referência de Assistência Social em todos os municípios, hoje atingindo, aí, em torno de 13% dos municípios. De fato, não se implementa o SUAS sem a sua unidade básica, fundamental na relação próxima, cotidiana e local com o usuário, que seriam os Centros de Referência de Assistência Social. Assim, a universalidade dos CRAS, em todos os municípios, é uma meta fundamental para consolidar o Sistema Único de Assistência Social. Mas apenas instituir um CRAS, apenas garantir um espaço físico, só isso não garante a implementação da política. É importante que essas estruturas institucionais, que as secretarias, que os centros de referência, que os centros regionais de Assistência Social e todos os equipamentos sociais necessários à implantação do SUAS tenham garantidos os recursos necessários para o seu funcionamento, e a implementação dos serviços com qualidade. É preciso que se garanta recursos financeiros, sistema informatizado, sistema de monitoramento, equipamentos, instrumentos necessários à natureza de cada tipo de trabalho importante e fundamental na área da Assistência Social, sejam os trabalhos, sejam as atividades, programas, projetos e serviços mais especializados, sejam aqueles de natureza ligada à proteção social básica.

Na discussão do trabalhador é fundamental, a partir dos dados colocados na *Fotografia*, refletir sobre o que nos mostram os estados e municípios e qual é o perfil e o quadro de trabalhadores que temos, que queremos e que precisamos para implementar o Sistema Único de Assistência Social. O que esta *Fotografia* nos mostra, aparentemente, é a existência de um quadro insuficiente para que se consolide, que se implante, na verdade, o SUAS em todos os municípios. Nos estados, a Professora Carmelita já colocou, 8.439 trabalhadores – e aí quando a gente fala em trabalhadores, a gente está falando de todos os trabalhadores da área, profissionais de nível superior, médio, fundamental, de todas as especialidades e inseridos nas mais diferentes tarefas – e 420 estagiários. Se a gente faz uma divisão desses 8.439 pelos 22 estados e DF, que responderam, a gente tem uma média de 367 trabalhadores em cada órgão estadual, porque aqui a gente não está falando dos municípios dos estados, mas do órgão estatal. E aí, a gente pode até considerar que 367 trabalhadores em cada estado, na verdade, pode não ser insuficiente. O que a pesquisa revela é uma enorme disparidade e uma distribuição absolutamente desigual entre os estados.

Então, ao mesmo tempo em que a pesquisa revela que o Estado de Goiás tem 1.664 trabalhadores, que o Piauí tem 1.368, que o Mato Grosso do Sul tem 853, ou seja, só esses estados, eles concentram, segundo os dados da *Fotografia*, 3.865 trabalhadores, do total de





8.439; ou seja, quase 50% desses trabalhadores estão em três governos estaduais. Na outra ponta, a pesquisa revela que estados como Minas Gerais só tem 76, Santa Catarina, 18, Rio Grande do Sul, 09. Como que estados, com populações tão diferenciadas, podem ter um quadro de trabalhadores tão dispar – e isso a gente está falando em âmbito de estado, porque no caso dos 1.274 municípios que responderam à *Fotografia*, não está discriminado o número de trabalhadores nos municípios. O que a pesquisa revela é que 48% desses 1.274 municípios têm até 03 trabalhadores de nível superior e 28% dos municípios têm de 04 a 07 funcionários, de um modo geral. Então, não temos um retrato de quantos trabalhadores temos nos municípios, mas temos um retrato que diz que temos estados com uma média de 367 funcionários, sendo que alguns, grandes, com 70, com 09 e outros estados menores, com uma população menor, com 1.600, 1.300 trabalhadores.

Então, essa disparidade, essa discrepância, não só entre população e trabalhadores, mas entre trabalhadores e demanda, entre trabalhadores de diferentes estados, nos leva a questionar: porque é que estados com tantos trabalhadores têm tanta dificuldade de implementar a política? Porque é que estados com tão poucos trabalhadores têm um grau de implantação, de implementação de habilitação de municípios e de consolidação da política – como os próprios dados revelam – mais desenvolvido? O que é que gera isso? Acho que essa é uma questão que a gente precisa se perguntar, para discutir.

Uma outra questão importante é quanto ao perfil apresentado pela pesquisa. Um perfil que, de acordo com o que está demonstrado, é um perfil que não atende à diversificação das demandas para a área da Assistência Social. Porque é um perfil que demonstra 1.629 trabalhadores com nível superior – o que corresponde a 23% do total – e aí tem uma diferença: na tabela 15 está apresentado 1.629, e na tabela 19, 1.702 trabalhadores com formação em nível superior. É importante, também, a gente ter uma precisão dessa informação. Enquanto temos 23% de trabalhadores com formação superior, teríamos, no âmbito dos estados, 2.890 trabalhadores, 40% com formação em nível médio, e 1.216 com formação em ensino fundamental. E disso, dos profissionais de nível superior, 38% são Assistentes Sociais. É uma composição em termos de formação, em termos de nível de formação e em termos de profissionalização adequada ao tipo de diversificação da demanda para a Assistência Social, considerando os diferentes tipos de proteção básica e proteção social especial colocada no SUAS. Como não temos os dados dos trabalhadores dos municípios, a gente não tem como contabilizar isso, do ponto de vista de quantos trabalhadores em cada CRAS, por exemplo, ou em cada CRESS, mas precisamos saber, minimamente, de acordo com o tipo e diversificação da demanda, de que tipo de trabalhadores precisamos e que tipo de concursos os municípios e os governos estaduais precisam fazer.

Nesse sentido, para discutir gestão do trabalho, nessa perspectiva, é preciso ter em mente os direitos dos trabalhadores. Não temos como discutir política de recursos humanos se não discutirmos quais são os direitos dos trabalhadores, dos quais não podemos abrir mão. Nesse sentido, alguns direitos são fundamentais e devem ser defendidos na constituição de um amplo quadro de trabalhadores da Assistência Social.

- O primeiro é a instituição de quadro de trabalhadores especializados para cada tipo de tarefa e natureza a ser desenvolvida. Não estamos falando de especialização em termos de formação de nível superior, mas em função do tipo de benefício, serviço e programa desenvolvido naquele município. Então um quadro de trabalhadores





especializados, nas três esferas de governo, de acordo com o tipo e a natureza do trabalho.

- A exigência e a necessidade de um quantitativo condizente com demandas e famílias atendidas. Então, hoje o que a gente vê, a partir da NOB, e o que tem chegado de questionamento, é sobre o número estabelecido como mínimo, por exemplo, a NOB define um Assistente Social no mínimo por CRAS, para atender as famílias referenciadas, que acaba levando em torno de um Assistente Social para cada mil famílias, mais ou menos. Então, o quantitativo tem que ser condizente com as demandas e as famílias atendidas, e não um número ou um critério absoluto, que não [...]
- [...] uma relação entre a equipe de trabalho – eu dei o exemplo do Assistente Social porque está na NOB, mas isso não se refere apenas ao Assistente Social, mas a todos os trabalhadores e o tipo de trabalho desenvolvido em cada município.
- O direito ao contrato de trabalho estável efetivo, com concurso público e carteira de trabalho, no caso daquelas entidades não-governamentais. Hoje, pelo retrato apresentado, apenas 52% são efetivos, o que é muito reduzido, o que é muito baixo, e atrapalha a continuidade do serviço, além de fortalecer e favorecer a precarização do trabalho e das condições de trabalho.
- O direito à instituição de uma política de capacitação, para trabalhadores e conselheiros, que seja permanente, continuada, sistemática. Mas só isso não basta. O conteúdo dessa formação tem que contemplar as dimensões ética, política e de atribuições profissionais. Apenas atribuição profissional não garante o desenvolvimento de uma política social com caráter de política pública, de política estatal, de direito social e de dever do Estado, com a perspectiva da universalização do acesso aos direitos. A formação ética, política e profissional, portanto, é fundamental que articule estas três dimensões.

E nesse sentido, de todas as metas apresentadas na *Fotografia*, eu queria destacar três. Eu acho que todas são absolutamente importantes, eu acho que aqui se pensa em médio e curto prazo, mas eu acho que a implantação do SUAS em todos os municípios, se não estiver associada a essas três metas, nós corremos o risco de que o SUAS fique apenas no papel. Que três metas são essas que eu gostaria de destacar, apesar da importância de todas as demais? Todas elas dizem respeito a uma questão que já foi falada aqui na Mesa, que é a **necessidade de profissionalização da Política de Assistência Social**.

- A primeira é a instituição de equipe multidisciplinar de trabalhadores concursados para os CRAS, em todos os municípios, e que essa equipe seja proporcional ao número de famílias ou pessoas atendidas em cada centro de referência.
- A segunda meta é a realização de política de capacitação para trabalhadores e sujeitos envolvidos na formulação, execução e avaliação da política, com uma capacitação que não prescindia da formação ética, política e profissional, porque, só a partir daí, será possível mudar a cultura do favor e do voluntarismo, que persiste na Política de Assistência Social, e que é tão difícil superar.
- A terceira meta é o estabelecimento, nacionalmente, da NOB, de uma Norma Operacional Básica para os trabalhadores da Assistência Social, que estabeleça os direitos, parâmetros e condições necessárias à gestão do trabalho, e não à gestão de pessoas e que, portanto, nessa perspectiva, é uma NOB que tem que fazer referência àquelas três dimensões da discussão da gestão do trabalho: as condições de trabalho, os direitos dos trabalhadores, a política salarial, equipe multiprofissional e



habilitações, de acordo com a natureza dos bens, serviços, programas, previstos no Sistema Único de Assistência Social. Obrigada.

**Coordenador da Mesa:** Obrigado Professora Ivanete. Bem, algumas perguntas já chegaram à Mesa, para os debatedores. A pretensão da Mesa, na verdade – já estamos bastante atrasados com o nosso trabalho – é fazer um bloco (fala fora do microfone – inaudível). Então está aberto o microfone para a discussão (fala fora do microfone – inaudível). Favor se identificar

**Gláucia Maria Gondim de Queiroz – Secretária de Assistência Social/CMAS/CE:** Boa noite. Eu sou Gláucia, da Delegação do Estado do Ceará, e queria resumir, só com uma palavra, esse meu pensamento, desde quando começou a implantação do SUAS, que eu sempre cobrava, em todas as reuniões, essa normatização dos recursos humanos, que era deixada de lado e meio esquecida. E quanto à apresentadora, a debatedora aí, eu resumo com uma palavra: você arrasou. Na minha concepção você arrasou, era tudo o que eu queria ouvir. Mas é uma contradição muito grande, porque nós recebemos uma capacitação, semana passada, numa Regional com vários municípios, onde nós recebemos um Guia de Orientação para a Implantação do SUAS e dos CRAS, onde dizia, na parte de financiamento, que aquele dinheiro que vinha para os CRAS não poderia ser gasto com recursos humanos, não poderia ser gasto para pagar o Assistente Social ou o Psicólogo. E agora ficou isso na minha cabeça: como é que fica essa parte de recursos humanos e de financiamento? Nos municípios pobres, como o que eu faço parte, a Prefeitura não tem estrutura de bancar esses recursos humanos que o SUAS exige. Ao mesmo tempo que ele coloca nesse Guia – que eu até coloquei, é um Guia de imposição, porque não surgiu do fruto dos debates da minha classe de Assistente Social e nem de tudo o que eu participei das Conferências – como é que fica o financiamento de recursos humanos na área de implantação dos CRAS e dos CRESS também já que, nesse Guia de imposição, não pode ser usado? O PAIF, antes, dizia o quê? 50% poderiam ser usados para os recursos humanos. Agora, com o CRAS, não, não pode. Pode ser usado para serviços de terceiros, oficina, alguma coisa desse jeito. Obrigada.

**Coordenador da Mesa:** (Fala fora do microfone – inaudível)

**Ieda Maria Nobre de Castro – Secretária de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú/CE:** Boa tarde. Eu sou Ieda, sou Delegada lá do Ceará, sou Gestora de Assistência Social no Município de Maracanaú. Certamente eu acho que essa temática talvez seja a grande novidade da Conferência e, certamente, a mais desafiadora. Nós estamos criando uma estrutura, proposta pelo SUAS, que requer, realmente, um esforço enorme de pensar a questão de recursos humanos, não só na perspectiva da execução, mas, também, da gestão. Nós precisamos ter, dentro da estrutura da Secretaria, pessoas que sejam capazes de pensar e de implementar a política. Então não é a profissionalização apenas na execução; é, principalmente, a profissionalização da gestão. E aí não vou me reportar mais à questão do voluntariado, mas dizer que gostaria de cumprimentar, inclusive, a Carmelita, porque a competência política é fundamental nesse nosso processo que a gente está vivendo. Romper com a cultura institucional que está aí arraigada, que é histórica, que a gente traz como herança...ela é muito forte. Nós temos municípios que tinham uma Assistente Social multifuncional: ela fazia absolutamente tudo, a revisão do BPC, tudo; trabalhava com os projetos da Caixa Econômica, e tal. E não podemos esquecer que a



Assistência Social, hoje, está sendo estruturada a partir de várias ações que, hoje, estão dentro do MDS, não só dentro da Secretaria Nacional de Assistência Social. Hoje, nós somos responsáveis pela segurança alimentar, somos responsáveis pela inclusão produtiva e pelas ações de proteção social específicas e especiais que estão previstas, particularmente, na Assistência Social.

E uma outra preocupação que eu tenho é com a ação prática, cotidiana, do Assistente Social. Tenho medo dos neoconservadorismos que podem estar implícitos na psicologização das relações. Quando a gente trata da questão da família, é assustador o viés moralizante que ainda está arraigado na cultura dos nossos profissionais. E aí, eu gostaria de trazer para vocês apenas uma questão: que a definição da equipe não seja vinda de cima para baixo, que se respeite as diversidades regionais e locais. Então, quando se fala de composição mínima, às vezes a gente pode estar cometendo algum pecado, quando a gente diz que *o mínimo é Psicólogo e Assistente Social* e fecha as portas para outros profissionais com quem a gente já tem uma relação muito forte, dentro do município. E aqui ficam três questões: onde estão, nesse debate, as instituições formadoras? Como estabelecer esse diálogo com as universidades que formam os profissionais que nós vamos usar na Assistência Social? Como anda o diálogo entre as diferentes entidades de profissionais? Como anda a nossa conversa com os Pedagogos, com as entidades de Psicologia, com as entidades de Sociologia, etc.? E como incentivar os municípios a constituírem e a comporem os seus quadros de servidores? E aí tem esse nó que a companheira que me antecedeu já colocou: nós tínhamos um PAIF onde o convênio admitia que 50% dos recursos podiam ser usados para pagar pessoal; hoje nós temos um Serviço de Assistência Social, que exige um profissional do quadro atendendo a população e referenciando a população. Ou nós enfrentamos esse embate do concurso público agora, já, ou vai ser uma Assistência Social bastante precária.

**Coordenador da Mesa:** (Fala fora do microfone – inaudível) [...] A Alba, lá do Ceará.

**Alba Maria Pinho de Carvalho/CE:** Eu queria trazer uma questão para essa Mesa que está colocando, eu acho, um desafio central, que é o desafio de uma Política de Recursos Humanos, como exigência desse novo momento que nós estamos vivendo, em termos da construção da Política de Assistência Social, como política de direito. Eu acho que esse desafio de definir uma Política de Recursos Humanos para esse momento exige que se tenha a clareza, tenha a definição de algumas questões fundantes. Primeiro, o horizonte dessa política. Essa política de capacitação tem que estar fundada numa clareza do horizonte dessa política, como disse a Ivanete. E, dentro disso, eu acho que um outro elemento central é essa questão da especificidade e da intersetorialidade, como é que você vai circunscrever esse campo sócio-assistencial dentro do campo dos direitos sociais, que estão sendo viabilizados por outras políticas. E ter muita clareza das múltiplas dimensões dessa questão social que nós vamos enfrentar, ao tentar viabilizar esse campo sócio-assistencial. Eu fico pensando na dimensão desse desafio e avanço na minha reflexão, pensando que essa política de capacitação tem que chegar até essa rede sócio-assistencial, que é uma rede essencialmente complexa e essencialmente heterogênea. A rede que viabiliza essa política é composta por profissionais, em sua maioria Assistentes Sociais, mas também profissionais de outras áreas; ela tem conselheiros, gestores e, sobretudo, o terceiro setor, onde vai entrar toda a questão do voluntariado. Então eu fico pensando:



como é que nós vamos construir uma política de capacitação que dê conta da heterogeneidade dessa rede, da complexidade dessa rede? Porque, se nós não chegarmos lá, nós não vamos mudar a questão do trabalho na ponta, porque nós temos a mediação dessa rede na execução da Política de Assistência Social.

E uma outra preocupação que se coloca para mim, é como é que nós vamos montar essa Política de Recursos Humanos. E as interfaces com a pesquisa? Porque eu concordo com a Carmelita, é uma capacitação que tem múltiplas dimensões, mas ela precisa ter uma lucidez analítica, para você poder viabilizar esses direitos sócio-assistenciais. Que interfaces isso teria com a pesquisa, por exemplo? Como é que nós vamos profissionalizar essa política, em termos de capacitação, e as interfaces com a pesquisa? Eu não consigo perceber como nós podemos capacitar, fazer uma capacitação permanente que não esteja fundada, também, num processo permanente de pesquisa. São algumas preocupações que me ocorrem, quando eu penso nesse desafio.

**Coordenador da Mesa** – (Fala fora do microfone – inaudível) [...] Por favor, Simone.

**Simone:** Boa noite. Discutir uma política de capacitação, ou de pessoas, ou de recursos humanos, como ainda a gente chama, é uma questão em que a gente vai ter que traçar alguns caminhos. É por isso que essa Conferência é extremamente importante e alguns deles ou, pelo menos quase todos, foram apontados nessa Mesa. Então nós temos, primeiro, uma questão fundamental, que é compreender que o desenho do financiamento da Assistência Social no Brasil foi feito para desresponsabilizar o Estado e responsabilizar a sociedade civil. Isso significa que: porque é que não pode pagar folha de pagamento de funcionário público com os recursos do Ministério? Porque os recursos foram feitos para serem transferidos para as entidades. Esta é uma luta fundamental, colocada pela nossa Secretária Executiva Márcia Lopes, de que é preciso, com urgência, que a gente tenha uma autorização constitucional para o Governo Federal auxiliar o financiamento de recursos humanos – concursados, eu estou dizendo. Por isso é que hoje os recursos que nós repassamos servem para financiar os serviços prestados. Então isso é uma decisão fundamental e um caminho que nós vamos ter que percorrer, a partir desta Conferência. É uma autorização constitucional para a gente pagar a principal tecnologia que tem a área de Assistência Social, que são os trabalhadores da área.

Segundo, essa questão da equipe mínima, viu, Ieda, nós não estamos fazendo nada de cima para baixo, mas nós vamos conversar muito sobre isto. Por que? O mínimo, nós vamos ter que estabelecer. Ninguém está falando aqui que o mínimo é feito em cima de uma moldura que molde o país todo, mas é um mínimo em cima de competências, de habilidades no trabalho. E é isso que nós temos que discutir. Qual é o perfil para um profissional que tem que dar plantão social? Porque é que nós não estamos autorizados a contratar plantonistas? O que é que é urgência e emergência na área da Assistência Social? Quais são as situações em que os trabalhadores são expostos, como, por exemplo, lidar com situações de extremo risco, pessoal e social? Então são situações importantes que a gente vai ter que fazer e, neste caminho, é muito importante que a gente tenha uma NOB de recursos humanos, muito importante. Para uma área que nunca discutiu recursos humanos numa Conferência Nacional – e Cida vai falar aqui depois de mim, minha companheira, militante do Fórum dos Trabalhadores de Belo Horizonte; ela sabe muito bem a dificuldade que a gente teve, lá, para colocar essa discussão na área da Assistência Social, exatamente pela questão que a Carmelita tocou: ainda é a área do voluntariado e da filantropia. Então nós vamos ter que dar passo e eu tenho certeza que essa Conferência está apontando o caminho certo.



**Coordenador da Mesa:** (Fala fora do microfone – inaudível) [...] José Benedito Nunes Neto, Ana Lúcia [...] Diego [...] Carlos [...] e Virgínia[...]

**José Benedito Nunes Neto – Secretário de Promoção Social de Janaúba/MG:** Boa noite a todos e a todas. Meu nome é José Benedito. Eu sou Secretário de Promoção Social de Janaúba e sou da Delegação de Minas Gerais. Janaúba é uma cidade de 63.000 habitantes e, portanto, um município de médio porte. Eu vou ser bem direto: nós temos o Fundo de Assistência Social e, nesse Fundo, tem uma previsão de ser alocado ali 5% do orçamento do município. Eu cheguei agora para a Administração e, por agora, digo, janeiro, eu questionei o Secretário do Planejamento se esses 5% não eram para ser utilizados ou usados apenas na atividade fim da Assistência Social. Ele falou: *Não, esse dinheiro é para pagar profissionais, é para pagar alugueis, é para pagar despesa de telefone, luz e água, como acontece com os 25% da Educação, como acontece com os 15% da Saúde. Então, esse dinheiro é para dar para tudo, e nunca dá; todo o fim de ano nós temos que fazer a complementação com recursos próprios.* E agora, essa colocação de uma companheira aqui, do Nordeste, me deixou preocupado, porque nós fomos contemplados com dois CRAS, já contratamos o pessoal e contratamos com os recursos do MDS: quatro Assistentes Sociais, dois Psicólogos e vamos contratar mais alguns profissionais – digitadores, guarda, faxineiro. Estamos prevendo contratar com esse recurso e, pela fala que eu vi aqui, parece que esse dinheiro não é para isso. Os 5% não têm dado para o que nós já temos assumido, ainda mais agora, se surgir essa despesa, nós vamos ter que fechar o CRAS.

**Coordenador da Mesa:** (Fala fora do microfone – inaudível)

**Ana Lúcia de Souza Barros Silva – Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP:** Boa noite. Meu nome é Ana Lúcia e eu sou de São Paulo, Município de São José dos Campos. Eu tenho alguns questionamentos para a Mesa. Considerando a implantação do SUAS, como ficam os Fundos Sociais de Solidariedade, comando paralelo? Qual a discussão que será desencadeada no Governo Federal, considerando a diversidade do contexto nacional? A gente sabe de municípios que priorizam os Fundos de Solidariedade em detrimento dos Fundos de Assistência Social. Como vai ficar isso tudo diante do SUAS?

**Coordenador da Mesa:** (Fala fora do microfone – inaudível)

**Maria Aparecida Moraes Mendes – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG:** Eu sou Cida Mendes, de Belo Horizonte, Educadora Social, trabalhadora pública da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e, como já adiantou um pouco a Simone, nós estamos nessa luta para colocar a Política de Recursos Humanos na agenda da discussão da Assistência Social, das Conferências, dos Fóruns locais, etc., há seis anos. E, para nós, realmente, chegar aqui e ver essa discussão, com essa profundidade de dados, de conceitos, é





fundamental, é uma conquista. Antes de colocar as duas questões que eu trouxe, eu gostaria de dizer que, entre muitas coisas que a Ivanete tratou aqui, uma que chama, profundamente, a atenção da gente, diz respeito a essa nova dimensão da Seguridade Social. É uma perspectiva urgente, para nós trabalhadores da área, não só nós, mas também todo o Conselho, começar a pensar Seguridade Social como direitos sociais na sua totalidade, e nós ainda não conseguimos avançar nesse campo. Mas também, nessa perspectiva, ou melhor, na perspectiva da Seguridade Social com o tripé, há uma luta dos trabalhadores, de uma forma mais global, sobre a Política de Recursos Humanos da Seguridade Social, aí entendida como Previdência, como Assistência e como Saúde. Aliás, essa luta, se não me engano, é levada, e ainda é levada a sério, pelo setor da saúde. Aí eu queria saber se a Mesa tem alguma informação de avanços nessas discussões.

A outra questão é a seguinte: como é que os Conselhos estão organizados para fazer a discussão, com os trabalhadores e com todo o Conselho, sobre a gestão do trabalho? Na verdade, o trabalhador, dentro dos Conselhos, não há paridade na sociedade civil. E aí, eu gostaria de saber da Mesa qual é a posição dela sobre a questão da paridade de representação da sociedade civil nos Conselhos municipais, estaduais, federais, da Assistência.

A outra questão diz respeito à *Fotografia*. A *Fotografia* não me pareceu totalmente real. Por que não? Porque há uma prática de gestão, hoje, que são os contratos de trabalho para serviços que competem ao estado, ao município e à União executar. E aí, essas pessoas, esses contratos, não estão visíveis na *Fotografia* de recursos humanos. Só estão visíveis, ali, os servidores efetivos, se eu entendi bem, e foi também, mencionada, a questão dos estagiários.

**Coordenador da Mesa:** Diego.

**Diego:** Oi, pessoal, tudo bem? Olha só, eu fico um pouco preocupado quando a gente discute a questão dos recursos humanos e só fala na questão da capacitação dos profissionais. Eu tenho pensado, desde quando foi lançada a política, na questão da formação de recursos humanos para a área da Assistência Social. E aí, a minha pergunta vai nesse sentido, de como que a gente pode estar articulando e mobilizando as entidades profissionais, enfim, de Psicólogos, Pedagogos, no sentido da formação de recursos humanos para o SUAS. Obrigado.

**Coordenador da Mesa:** Obrigado Diego. Virgínia, e, depois (Fala fora do microfone – inaudível)

**Virgínia Márcia Assunção Viana – Coordenadoria de Assistência Social de Fortaleza/CASSI/CE:** Boa noite a todos e a todas que ainda estão aqui, a jornada foi longa. Mas a minha discussão é resgatar um pouco a fala que a Ivanete colocou, e que eu achei valiosa, no sentido da discussão da gestão do trabalho. Eu acho que é fundamental a gente pensar que a necessidade de nós sairmos dessa Conferência com uma discussão e com um horizonte de identidade da Política de Assistência Social, dentro do Plano da Seguridade, uma dimensão de concepção, vai dar condições a nós de pensarmos toda uma





Política de Recursos Humanos. Eu acho que o grande nó dessa questão é que, culturalmente, nós temos grandes problemas, grandes problemas, por exemplo, de uma rede que não tem nenhuma forma de parceria. É uma rede parceira e, concretamente, seus conteúdos não são parceiros. Há uma certa – isso eu não vou generalizar, mas é muito intenso – dissonância dentro da perspectiva daquilo que é proposto na gestão pública, enquanto poder público, e da execução e da forma de intervenção de uma rede parceira, no sentido das entidades que são conveniadas. E toca no aspecto que a Carmelita destaca aqui, a questão do próprio voluntariado. Então, é fundamental a gente entender que, discutir gestão do trabalho, é discutir essa perspectiva de como essa gestão vai estar colocada em toda a complexidade da própria Política de Assistência Social, dentro da sua relação da rede sócio-assistencial. E compreender essa concepção do que representam, realmente, esses direitos sócio-assistenciais, que é uma questão fundante, hoje, que foi discutida, inclusive, pela manhã. E eu queria destacar dois aspectos nessas considerações, quer dizer, ter dentro dessa concepção de Política de Recursos Humanos, a dimensão da intersetorialidade. É pensar entre os pares no sentido das políticas públicas e perceber, também, que essa matriz que a gente fala, a matriz familiar, fundante, também, na discussão do SUAS, tem que estar encarnada dentro de uma discussão do que é que a gente quer chegar, e quais são os conteúdos de trabalho, os processos de trabalho que nós devemos implementar, articulados, inclusive, com essa rede sócio-assistencial. Porque eu acho que essa é a grande questão. Porque chegar lá e trabalhar com família, a gente pode chegar e já está chegando, mas ter o conteúdo, a dimensão política, os saltos qualitativos, é que a gente precisa pensar com muita clareza. E essa Conferência tem que contribuir muito nesse processo para que, daqui a dois anos, a gente venha com uma outra perspectiva de discussão e análise sobre Política de Recursos Humanos.[...]

**Participante não identificado:** [...] permanente para que aumente o número de servidores. A Márcia Lopes já anunciou a nível federal, mas nós temos que fazer essa luta em todas as esferas. Nós defendemos que o Estado, nos três níveis, esteja bem equipado para esse serviço da Assistência.

Segundo, nós achamos que, ainda como resquício do voluntariado, de certa forma não ajuda, vamos dizer, do ponto de vista da luta dos trabalhadores. Recentemente a Central dos Trabalhadores iniciou uma campanha pelo fim do trabalho aos domingos, para os trabalhadores do comércio e serviços. Muitos caixas de supermercados, não sei se vocês perceberam, além de passar a mercadoria, eles têm que embalar. Existe também uma campanha para que os trabalhadores e a sociedade pressionem essas empresas para poderem contratar esses trabalhadores; quer dizer, eles estão trabalhando de graça, estão fazendo um serviço que era feito por outros trabalhadores. Então, de certa forma, é uma luta mais ou menos parecida. Nós queremos que sejam contratados trabalhadores para fazer aquilo que os voluntários estão fazendo e que não aparece, do ponto de vista salarial, para aqueles que precisam ocupar esses cargos. Quantos profissionais, por exemplo, não só de nível superior, quantos profissionais são necessários para implementar essa Política de Assistência Social nos CRAS e em todas as esferas? Então nós achamos que é necessário fazer essa campanha. Estamos dispostos, não só no Conselho Nacional, mas juntamente com a CNTSS, que é a Seguridade dos Trabalhadores da Seguridade Social, junto com a Saúde, Previdência e Assistência, fazer um seminário para nós elaborarmos um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os trabalhadores da Assistência, contando com o apoio de todos os segmentos, especialmente – eu acho que tem muito a ver com os trabalhadores –



os usuários da Assistência Social, que são os que mais precisam dessa Política, sendo bem executada e com condições de ser executada. É isso.

**Coordenador da Mesa:** Obrigado [...]. Vou passar agora para as nossas debatedoras, começando pela Professora Maria (fala fora do microfone – inaudível)

**Maria Carmelita Yasbeck – PUC/SP:** Bem, é um conjunto vastíssimo de questões, e bastante heterogêneas. Eu gostaria de começar fazendo algumas ponderações diante das colocações da Ivanete. E acho que a primeira observação que eu fiz, inclusive, ao iniciar a minha exposição, é que há ainda muito a completar nesse quadro e nós vamos perceber algumas lacunas, mas eu queria colocar algumas coisas sobre algumas decisões, por exemplo. A equipe optou por designar a gestão dos recursos humanos de gestão de pessoas, em função de que essa, talvez, seja uma perspectiva renovada na área da administração, e, sobretudo, nesse campo dos recursos. Eu ficaria com o processo de trabalho, porque eu entendo que é uma gestão desse processo. Mas não é uma terminologia que tenha um sentido no nosso debate, por exemplo, no campo do serviço social, eu não sei o quanto ela seria absorvida. A questão dos quadros, Ivanete – eu acho que com isso, também, eu já dou uma resposta para a Cida, que faz uma observação que talvez a *Fotografia* não seja real, no sentido de que há, hoje, contratos, etc. – como eu disse que há lacunas, por exemplo, a tabela 14 apresenta desdobrada, aqui, a força de trabalho no estado; está faltando uma coluna que enunciaria exatamente – porque você veja, tem 35, depois tem 69, depois tem 27, quer dizer, 27 o quê? – discriminaria aqui as formas de contratação. Por exemplo, a primeira linha são os cargos em comissão; depois, são os contratados, e os contratados incorporam, inclusive, os contratos terceirizados; depois tem os efetivos e outros. Na hora em que a tabela sai com esta coluna faltando, ela dá margem a interpretações e ela não dá o retrato, que era o seu objetivo.

Ainda há um outro problema, que a Ivanete pegou bem: quando eu pego a tabela 15, 16, etc., a quantidade não é a mesma. Nós começamos com 8.439 pessoas e depois arredondamos para 10.000, que é o número provável; aí a escolaridade dá 7.172, o número de funcionários estaduais dá 1.702 – na outra tinha dado 1.172. Na verdade, isso diz respeito à ausência da informação. Nós estávamos conversando aqui com a Márcia se isso é uma pesquisa; ela é um levantamento preliminar, mas ela precisa ser submetida ao rigor do tratamento de uma pesquisa. Na verdade, a equipe que fez isso teve três dias. O prazo no qual a equipe fechou esses dados foi de apenas três dias. Obviamente há conexões que podem ser feitas, pode ser que haja uma soma equivocada, há consertos a serem feitos. Mas alguns deles resultam exatamente disso: o grupo trabalhou com a informação, e a informação nem sempre foi a mesma, vamos dizer, ou foi oferecida.

Um outro ponto que você levantou, Ivanete, é a questão das referências. Por exemplo, a relação do território, do município, com o número de CRAS, a relação do número de CRAS com os Assistentes Sociais. Eu acho que os números colocados, inclusive na própria política, são apenas referências. Eu acho que o processo vai mostrar se esses números são adequados ou não, se realmente é preciso um determinado número  $x$  ou  $y$  de Assistentes Sociais, de trabalhadores da Assistência, ou outro. Eu acho que tudo isso vai ser refinado no processo.

Quanto às questões, eu vou eleger apenas alguns pontos, porque há muitas que eu não tenho a menor condição de responder, que dizem respeito talvez, mais à gestora, outras que dizem mais respeito à organização da categoria, aos Conselhos. Então eu escolhi apenas



alguns aspectos aqui do conjunto, mesmo porque é um conjunto muito vasto e nós já estamos todos muito cansados. Eu queria fazer uma observação sobre a questão que a Ieda levanta, porque é uma questão que tem me preocupado muito, que é sobre o viés moralizante na abordagem da família e que expressaria uma perspectiva neoconservadora, no discurso que a Ieda traz. Eu acho que nós temos que estar muito atentos para não levar a essa perspectiva. É muito comum encontrar, não apenas no âmbito do serviço social, mas nas profissões que lidam com essa população, uma perspectiva de julgamento, de culpabilização – isso não é tão raro assim. E quando você coloca a família no centro, eu acho que nós temos que tomar muito cuidado e muita atenção com os nossos preconceitos, com os nossos valores sobre os segmentos mais pobres da sociedade, sobre a família, etc. Então eu acho que é um ponto que você chama a atenção, e muito bem.

Quanto à questão da Alba, eu concordo, eu acho que se caminha para uma Política de RH. Quando você lê a Política Nacional da Assistência, você vê que está ali embutida a perspectiva de construir essa Política de RH, utilizando a expressão *Recursos Humanos*, como está embutida uma política de monitoramento, controle, avaliação. Tudo isso acho que vai ser, vamos dizer, a consolidação da política. Então acho muito bom que alguém chame a atenção para isso. E você levanta uma questão de longa discussão, uma questão de muito debate no âmbito, inclusive, do serviço social: afinal, qual é a nossa especificidade, que a gente transfere para a discussão da Política de Assistência, e como conciliar o específico com o interdisciplinar. Eu acho que é uma longa discussão, também não temos condição de fazer aqui agora, mas a primeira observação é que eu considero que o específico de uma profissão não é exclusivo. Eu acho que a busca de uma exclusividade resulta da perspectiva positivista que impregnou a nossa visão, uma divisão social e técnica do trabalho. Então, eu não estou tão preocupada; o que é específico na área da Assistência Social para um Assistente Social pode ser específico para um Pedagogo também, dependendo da tarefa. Então, não é uma questão exclusiva. E a questão da interdisciplinaridade, eu acho que ela vai permitir esse necessário diálogo na construção de um projeto que é comum. São culturas [...] diversas, ênfases diversas, claro, ações particulares que as profissões desenvolvem, mas acho que o diálogo com outros profissionais, na construção daquilo que é comum, que é a política, que é o próprio SUAS – que nós estamos discutindo – eu acho que não deve ser motivo para que não se avance nessa perspectiva capacitadora e formadora, como disse o colega.

E a outra questão, a outra dimensão que você levanta, Alba, é fundamental. É claro que tem que haver interfaces com a pesquisa. Eu acho que toda a política social deve ser acompanhada por pesquisadores, por estudos e estudos corajosos, que tenham a coragem de perguntar – eu tenho me feito umas questões muito preocupantes – por que esta ênfase, no mundo contemporâneo, nas Políticas de Assistência Social? Independente do que eu constato, a pesquisa é a aventura do espírito, a pesquisa não pode ter amarras, ela tem que questionar o que é dado como certo, como estável, como vitorioso. Eu sou uma grande defensora da pesquisa, e de uma dupla forma de pesquisa, uma pesquisa que alimenta a ação. Eu acredito que o Ministério, nas duas convocações que fez à Universidade, esperava isso, que a gente estude, que a gente traga contribuição, que faça um material como esta *Fotografia*, com todas as suas ainda *inicialidades*, vamos dizer assim. Há essa pesquisa, mas há uma outra pesquisa, que é essa que eu estou chamando da aventura do espírito, que é ter coragem de questionar tudo, aquilo que eu acho que é certo, a minha posição política, a minha posição sobre as políticas. Então, eu sou uma defensora da pesquisa.



A questão da Cida eu já tentei responder. Eu temo, realmente que, talvez, não tenham aparecido esse contratos precarizados. A gente sabe, talvez não tanto na Assistência Social, mas que muitas políticas estão funcionando à base de contratos terceirizados, precarizados, etc. Eu imagino que na tabela 14, com a definição dos tipos de contrato, talvez fique mais fácil essa questão. Bom, eu acho que é isso, há muitas questões a discutir. A questão da intersectorialidade é um desafio, o trabalho com famílias...

É muito interessante, eu estava comprando um livro numa livraria e havia colegas buscando textos sobre trabalho com famílias. E a gente percebeu que, embora historicamente se trabalhe com famílias, a gente não tem um acúmulo, uma avaliação crítica sobre o que é fazer um bom trabalho com família, respeitando-a na sua dignidade, na sua autonomia, no seu formato; a família não é só o pai, a mãe e o filhinho, as famílias monoparentais. As famílias de agregados, quer dizer, tudo o que está em discussão hoje, nós temos que nos apropriar disso.

E eu concordo, para finalizar e agradecer, você chamou a atenção para uma dimensão importante, que a Ivanete também chama, que é a nossa condição de trabalhadores. Tudo isso que nós estamos pensando, em termos de recursos humanos, que nós estamos pensando em termos desses trabalhadores, nos situa na classe trabalhadora, partilhando as suas lutas, partilhando as suas dificuldades no mundo contemporâneo, quando até você ouve: - *Bom, não tem mais classe!* Essa coisa toda... Então, eu acho que esse tem que ser um referente fundamental, não esquecer a classe onde se inserem os profissionais, os trabalhadores da Assistência Social. Só isso. Obrigada.

**Coordenador da Mesa:** Obrigada, Professora. Professora Márcia Lopes.

**Márcia Helena Carvalho Lopes – Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Representante do Fórum Nacional de Assistência Social:** Bem, eu tenho aqui seis questões, que eu vou tentar resumir. Primeiro, tem uma questão, que é bem concreta, que várias pessoas colocaram, em relação aos CRAS e àquilo que é possível ser gasto, o recurso que é transferido para os municípios. Eu vou responder, mas tem um *stand* aí que é do Ministério, em que nós temos pessoas à disposição para orientar, porque são coisas, às vezes são detalhes e é preciso que as pessoas, enfim, tenham essa orientação, esclarecimento. Mas é o seguinte: não mudou nenhuma regra em relação ao que era o Programa de Atenção Integral à Família em 2003.

O que não pode – como eu já disse no texto – e por isso, também, a proposta de que nós tenhamos um projeto de Emenda Constitucional autorizando o repasse de recursos federais para o pagamento de salários, é porque há um impedimento legal no sentido de que a gente transfira recursos para pagamento de servidores públicos e dos encargos. Os contratos, os serviços prestados, estão mantidos. Então, continua a mesma regra de sempre e, do nosso ponto de vista, uma discussão que precisa ser alterada. Por isso, esse debate é fundamental. Penso, inclusive, que a gente tem que fazer, e por isso eu falei da interlocução com o Legislativo, em todas as esferas de governo, seja no municipal, estadual ou federal. E a gente já tem ido para o Congresso, para a Câmara, falando do Sistema Único de Assistência Social em várias Comissões do Congresso, exatamente para – como diz a nossa amiga Ana Lúcia – ir matriculando aqueles que conhecem o Sistema Único, os novos paradigmas, os novos fundamentos e aquilo que a gente defende como política para a Assistência Social.



Em relação à questão da formação, que várias pessoas colocaram, eu não tenho dúvida que, quando a gente fala em formação, a gente fala no sentido mais amplo da palavra, desde a discussão lá nas universidades, da formação profissional – e aí o diálogo, no nosso caso, com a ABEPSS, com os conselhos profissionais. Já tem uma série de iniciativas de estados e de municípios; e aí não tem muito uma receita, tem muito a capacidade de mobilização, de organização, de iniciativas que os estados e municípios tomam. Da nossa parte, como a Carmelita disse, nós já chamamos as universidades todas no ano passado e, de novo, esse ano. Quando repassamos os recursos para capacitação, estamos estimulando que as universidades interajam com as prefeituras, com os conselhos, para formatar uma proposta de capacitação permanente em todos os segmentos. É fundamental que essa formação seja, de fato, permanente, contínua, em todas as facetas que ela traz. É muito impressionante como a gente já vê – a Carmelita pode dizer isso – inúmeras dissertações de Mestrado, teses, monografias de conclusão de curso, falando sobre o Sistema Único de Assistência Social, falando sobre os programas de transferência de renda. É isso que vai compondo um novo momento de debate de formação, de apropriação e incorporação de novos fundamentos, paradigmas, conceitos, estratégias, metodologias, para o nosso campo.

Penso que essa questão da diversidade, que vários colocaram e a Alba também, desde que a gente começou a discutir interdisciplinariedade, transdisciplinariedade, há muito tempo a gente tem debatido sobre isso. Nós temos tido, no Governo Federal, algumas experiências importantes. Por exemplo, integrar a Câmara de Políticas Sociais ligadas à Presidência da República. Todo o mês nós nos reunimos para debater. No mês passado a pauta foi o Sistema Único de Assistência Social, e lá estavam todos os Ministérios. Quando nós chegamos aqui, nós chamamos a Saúde para começar a discutir a experiência que ela teve no SUS, o Fundo Nacional de Saúde, para a gente começar a pensar como é que a gente ia inscrever na Política Nacional a discussão do financiamento dentro de um sistema único.

Agora, em relação à educação infantil, nós estamos debatendo com a Educação, sempre na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - como é que o Ministério da Educação, junto com a gente, articula essa concepção do sistema único, por exemplo numa questão concreta, que é a educação infantil. Então, estamos discutindo, eu fui lá no Congresso discutir FUNDEB, junto com o Ministério da Educação. E o pareamento, que nunca tinha sido feito, do que é a educação infantil, do que é zero a seis anos na educação e na Assistência Social. E eu penso que esse é um processo que vai se multiplicando, quanto maior for a nossa capacidade no nível federal, estadual e nos municípios, de fazer essa articulação, inclusive com as outras áreas de conhecimento, com todas as áreas da saúde, da educação, da cultura, do meio ambiente, do trabalho, e assim por diante.

Tem duas questões aqui que perguntam: *A exemplo de outras áreas que criaram planos de carreira para os seus profissionais, auditores, procuradores, porque não foi criado, ainda, um plano de carreira para os Assistentes Sociais, de âmbito nacional, na perspectiva da Assistência Social, até por ela ser uma política de direito, como é o Trabalho, a Saúde e a Educação?* Eu lembrei aqui que, quando eu cheguei, no ano passado, na Secretaria de Assistência, eu listei, a partir do Relatório da última Conferência Nacional, 139 providências, pendências, desafios que nós teríamos para implantar a Política de Assistência Social no Brasil, efetivamente.

Então, não é só o plano de carreira dos Assistentes Sociais que não foi feito; muita coisa não tinha sido feita e ainda não foi feita. Então, acho que é preciso e é por isso que nós assumimos, na Política Nacional de Assistência Social, que nós fizemos questão de colocar





um item de uma Política de Recursos Humanos, uma política que pensa a gestão do processo de trabalho dos profissionais, de todos os trabalhadores na Assistência Social. Esse é o desafio, assim como não tinha política de informação, assim como não tinha política de avaliação e monitoramento, assim como não tinha todos os níveis de pactuação, nas esferas de governo, daquilo que a LOAS já colocou como sistema descentralizado e participativo. Está aí, agora, a construção e a defesa de plano de carreira, de fato, para os Assistentes Sociais, discutir isso como uma das exigências da política.

*Como fica a questão do concurso público nos municípios se os gestores têm que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e isso não pode se tornar uma desculpa para não realizar os concursos? Pode, mas não deve. Pode, sim, e a gente sabe que isso começa por uma decisão política. E aí, de novo, discutindo no âmbito do Executivo, do Legislativo, da Lei de Diretriz Orçamentária, com as categorias profissionais, fazendo esse debate. A Lei de Responsabilidade Fiscal existe para todos os municípios, e a gente vê municípios cuja administração faz a decisão política de realizar concurso e de equacionar, porque são escolhas que se fazem. Dentro do limite do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, você faz escolhas, e são opções políticas, opções de compromisso com o plano de governo que se tem. Uma administração municipal que tem adesão, preocupação, opção com o avanço cada vez maior das políticas locais, das políticas municipais públicas, ela faz essa adesão. E eu conheço inúmeros municípios que têm feito concurso, inclusive o nosso município, lá no Paraná. Então, eu acho que é uma questão política, que deve ser debatida. Por isso, quanto mais definição e diretrizes nós definirmos aqui e tomarmos na Conferência, isso baliza o trabalho dos conselhos estaduais, dos conselhos municipais, a população, os movimentos, enfim, as categorias, para impulsionar que isso aconteça cada vez mais.*

Como eu disse, quando nós chegamos no Ministério, dos cento e poucos funcionários da Secretaria de Assistência, nós tínhamos treze servidores. O Governo Federal, ao longo desses anos, foi terceirizado; essa é a verdade. Nós estamos, agora, começando a recuperar, com concurso público em vários Ministérios, inclusive com a decisão do nosso Ministério para realizar concurso, agora, para 500 servidores. Isso não é pouca coisa. Nós temos, hoje, 1.000 funcionários no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e um número grande de funcionários terceirizados. Então eu penso que, também, essa é uma decisão que a gente tem que tomar e trilhar esse caminho.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, penso que esse tema é de extrema importância, e que a gente deve partilhar esse debate com todas as áreas da Administração Pública municipal, estadual e federal, partilhar isso com o Ministério de Planejamento, Fazenda, as Secretarias estaduais e municipais, com as categorias, para a gente, sem dúvida, fortalecer e consolidar aquilo que hoje foi apresentado aqui pela Carmelita, com os comentários da Ivanete, com aquilo que nós estamos apresentando como um conteúdo de um documento que já é a expressão do acúmulo que nós estamos construindo ao longo destes dois anos, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, junto com o Conselho Nacional de Assistência Social, junto com o FONSEAS, CONGEMAS. São questões centrais para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil. Um grande abraço, eu vou estar voltando, esses dias na Conferência, mas continuo desejando todo o sucesso para nós. Obrigada.

**Coordenador da Mesa:** Passando imediatamente para a Professora Ivanete Boschetti.



**Ivanete Boschetti – UNB/DF:** Na verdade, eu fico sempre nessa situação de debatedora privilegiada, porque eu não tenho questões para responder. Na verdade, eu levantei questões. Eu só queria comentar duas questões que nem a Carmelita nem a Márcia trataram. Uma colocada, acho, pela Alba, com relação às instituições formadoras. Acho que é um problema sério, cada vez mais difícil, considerando, por exemplo, as universidades públicas, hoje em greve há mais de três meses, sem nenhuma condição, nenhuma possibilidade de negociação, com mais de 6.000 vagas nas instituições federais de ensino superior não preenchidas por concurso público, com a proliferação de cursos privados em faculdades particulares. Só no Serviço Social, para vocês terem uma idéia, de 98 cursos existentes em dezembro de 2000, nós saltamos, para julho desse ano (eu não tenho os dados de julho para cá) para 199 cursos, ou seja, um aumento de muito mais de 100%. E ultimamente, vocês devem estar vendo na internet a proliferação de cursos à distância. Então tudo isso torna muito mais difícil a relação entre uma formação com qualidade, uma formação crítica, uma formação nessa perspectiva que nós colocamos, e a relação com as instituições formadoras, especificamente nesta conjuntura, neste processo.

Com relação a outros profissionais, a relação com outras categorias profissionais, na discussão de capacitação, na verdade, eu queria falar especificamente pelo Conselho Federal de Serviço Social, do qual eu sou Conselheira. O CFESS, particularmente, discute e vem discutindo essa questão dos trabalhadores, não só nos conselhos em que tem representação, como o CONANDA, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Idoso, de Segurança Alimentar – essa discussão ainda não se colocou, mas, provavelmente, tende a vir – e, sobretudo, também no Conselhão, que reúne os conselhos de todas as profissões regulamentadas.

Então o CFESS vem fazendo essa discussão dos trabalhadores nesses espaços, e também, já há algum tempo, com entidades da sociedade civil, além do Fórum Nacional, onde nós participamos, mas desde o ano passado, e até [...] mesmo com entidades sindicais também. Já sentamos com CUT, no ano passado mesmo, já sentamos com outras entidades sindicais, para discutir essa questão das condições de trabalho, da representação dos trabalhadores e, também, da formação mais ampla, mais geral, nessa perspectiva que eu coloquei. Então agradeço muito a oportunidade de participar dessa Mesa, sobretudo ao Fórum Nacional de Assistência Social, que foi convidado pelo Conselho Nacional de Assistência Social e indicou meu nome para representar este debate aqui em nome do Fórum Nacional. Parabéns aos organizadores da Conferência, os realizadores da *Fotografia*.

Eu acho que nós somos a única política social que consegue, que fez, e que apresenta duas amplas pesquisas, em duas Conferências seguidas, em dois anos, pesquisas nacionais de avaliação da política. Desconheço isso no âmbito da Saúde, desconheço isso no âmbito da Educação, desconheço isso em qualquer outra política. Então o CNAS, sobretudo, está de parabéns pela realização da pesquisa *LOAS mais 10* em 2003, pela realização dessa *Fotografia* em 2005, que só nos dá mais luzes e mais informações, para que a gente possa construir nossas intervenções, no campo da Assistência Social, com maior rigor teórico, político, técnico, profissional, ético e, sobretudo, com maior conhecimento da realidade. Porque se não conhecemos a realidade onde pisamos, a tendência e a possibilidade de pisar em falso é muito grande. Quanto mais conhecemos a realidade, maior a possibilidade de intervirmos na perspectiva de uma consonância com as demandas que o real nos coloca. Muito obrigada a todos e todas que ficaram e, sobretudo, à realização do evento.



**Coordenador da Mesa:** Obrigado, Professora (Fala fora do microfone – inaudível).  
Obrigado pela paciência de vocês e até amanhã.



### **PAINEL III**

## **Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS: O Financiamento e o Campo da Gestão**

---

Expositora: Aldaíza Sposati

**Coordenador:** Bom dia a todos. Para iniciarmos os trabalhos do dia de hoje, convidamos os Coordenadores de Mesa, Senhor Carlos Rogério Nunes e a Senhora Natália de Souza Duarte, Conselheiros do CNAS.

**Carlos Rogério de C. Nunes** – Conselheiro do CNAS: Bom dia aos delegados e às delegadas da V Conferência Nacional de Assistência Social. Iremos fazer, pela programação desse dia, o debate sobre o Painel III – *Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS: O Financiamento e o Campo da Gestão*. E queríamos, nesse momento, chamar a debatedora, Professora Titular da PUC de São Paulo, Doutora Aldaíza Sposati, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança e Assistência Social do Programa de Estudos de Pós-Graduados em Serviço Social, Coordenadora do CEDEST, Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais – Convênio PUC/INEP. Queríamos, também, chamar para falar sobre o financiamento, a debatedora Doutora Ivanete Boschetti, da UNB/DF. A Professora Doutora Ivanete Boschetti é Assistente Social, Mestre em Política Social pela UNB, Doutora em Serviço Social pela Escola de Altos Estudos Sociais de Paris, Vice-Presidente do Conselho Federal de Serviço Social, Membro da Coordenação do Fórum Nacional da Assistência Social, Professora do Departamento de Serviço Social e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UNB.

**Natalia de Souza Duarte** – Conselheira do CNAS: Vamos chamar também, para compor a Mesa, o Secretário Nacional de Assistência Social, Doutor Oswaldo Russo. É carioca, tem essa qualidade, tem 57 anos. Em sua trajetória profissional já ocupou vários cargos de assessoria nos poderes executivos distritais, estaduais, municipais, legislativo. Ocupou, também, cargos de direção superior no INCRA, incluindo a Presidência do Instituto. Teve importante atuação na sociedade civil e, desde 2004, ocupa a Vice-Presidência da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária. Em órgãos colegiados, já foi Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Conselho Nacional de Assistência Social, onde hoje é Conselheiro Nato. É autor de inúmeros textos e artigos e organizador do livro *Ecos da Terra*, contendo textos da jornalista Cynthia Peter, publicado pela Editora Thesaurus. Foi Presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, Secretário de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal, Secretário da Criança e Assistência Social do Distrito Federal, Secretário de Administração do Distrito Federal, Chefe de Gabinete do Ministro da Educação, em 2003, Secretário Nacional de Inclusão Educacional do



Ministério da Educação, em 2004. E, atualmente, é o nosso Secretário Nacional de Assistência Social.

**Carlos Rogério de C. Nunes** – Conselheiro do CNAS: Iremos, agora, para a exposição da Doutora Aldaíza Sposati. Ela terá uma hora para falar sobre o *Campo da Gestão* e sobre o *Financiamento*, os dois temas. Logo em seguida, a debatedora, Ivanete Boschetti, com mais meia hora e, depois, o Secretário Oswaldo Russo, também por meia hora. Doutora Aldaíza Sposati.

**Aldaíza Sposati** – PUC/SP: Bom dia a todos. Primeiro, eu queria saudar a todos por este dia de aniversário. Então, nós estamos, hoje, festejando estes 12 anos da Lei Orgânica e, na verdade, nós vamos dar continuidade à *Fotografia*, que estamos construindo, *da Gestão da Assistência Social* no país. Eu já disse isso ontem e quero reafirmar hoje, novamente, porque eu sei que tem pessoas que estão aqui hoje e não estiveram ontem, e, por isso eu volto a dizer que esta *Fotografia* é, ainda, uma *Fotografia* que eu chamei ontem, e volto a insistir, com um foco um pouco embaçado. Primeiro, porque ela foi datada, na verdade, teve que ser completada a paisagem, com aquilo que nós tínhamos, a tempo da realização aqui, a apresentação da Conferência e, como já foi dito ontem, ela será, na medida do interesse e possibilidade de todos os estados e municípios, completada, ganhando a maior nitidez possível para que a gente, de fato, possa enxergar a pleno o Brasil. Eu quero cumprimentar os meus companheiros de Mesa, o Secretário Oswaldo Russo, cumprimentar a Professora Ivanete Boschetti que, certamente, vão poder nos ajudar a olhar melhor estas fotos, porque o que nós vamos trazer aqui é, fundamentalmente, os dados obtidos. E vai ser a análise desses dados que vai poder enriquecer e fazer a gente enxergar melhor o estágio em que nós estamos, como parte da construção do Plano Decenal *SUAS - Plano 10*. Então, o nosso objetivo é entender onde estamos, onde queremos chegar a curto, médio e longo prazo. Vamos lembrar, também, que essa *Fotografia* é uma construção participativa. Foram várias fotos, de vários lugares, tiradas de vários modos e que, muitas vezes, nem sempre no preenchimento destes *Álbuns*, as informações chegaram de modo ou com uma linguagem que pudesse dialogar de uma região com a outra. Esse é o estágio em que chegamos, como já foi dito ontem, com toda a abertura para a sua completude.

Nós vamos começar aqui a discutir dentro do conceito de que o SUAS veio para ficar. Esta é a mensagem, desde a Abertura. E, para ficar, ele precisa ser consolidado. E, nesta Conferência, nós estamos e queremos chegar a esta conclusão, do que é que deve ser consolidado, a curto, médio e longo prazo, para que a gente, de fato, possa fazer do SUAS uma realidade, como direito de cidadania.

Nós vamos agora à *Gestão*. A parte da gestão está dividida em dois momentos. Um primeiro momento em que nós vamos falar mais da infraestrutura, dos meios para a concretização da gestão. E depois, nós vamos falar um pouco mais sobre algumas características programáticas, enquanto a gestão da Assistência Social. Ontem à noite, nós já tivemos a Mesa sobre um dos aspectos da gestão, que é direcionado a recursos humanos. Eu não vou tocar, aqui, na questão de recursos humanos porque a foto de recursos [...] do debate de ontem. Então, na verdade, nós partilhamos do conceito de gestão de pessoas, até mais do que a idéia de recursos humanos, porque nós consideramos que todo o conjunto dos trabalhadores que se





mobilizam na construção da Assistência Social são muito mais do que recursos, eles são, na verdade, sujeitos. Nós utilizamos, por vezes, a nomenclatura *recursos*, para não ficar díspar com aquilo que, muitas vezes se diz, de chamar mais pelos usos e costumes de *recursos humanos*. Mas quero lembrar, mais uma vez, que a nossa interpretação – que vocês encontram no *Álbum* – é como gestão de pessoas, seja do ponto de vista da gestão do processo de trabalho relativo a pessoas, ou seja, mesmo, no sentido da capacitação e do desenvolvimento de pessoas. Mas isso já foi abordado ontem e eu só estou aqui registrando que não vou entrar nessa questão.

Nós temos sempre que ter presente que nós estamos aqui falando do regime brasileiro de Assistência Social, isto é, da particularidade do nosso país, que afirma a Assistência Social como uma política substantiva de direitos. É assim que a Constituição constrói e, portanto, o que nos cabe, também, aqui analisar, é onde o processo de gestão conflita com a possibilidade efetiva dela ser uma política de direitos. Na verdade, nós sabemos que a Assistência Social se orienta pelos direitos de cidadania, e não pela ajuda ou favor. Esta é uma premissa. Será que no processo de gestão, de fato, já está acontecendo? É a questão. Ela rompe com práticas discriminatórias na atenção à população, que a rotula como mendigo, menor, carente, necessitado. Isto foi muito enfatizado no pronunciamento de estados e municípios e, talvez, a primeira grande conquista da Assistência Social como política de direitos, seria abolirmos qualquer menção - nos serviços, nas práticas, nas atividades de Assistência Social, na nomenclatura do sujeito de direitos, que é o cidadão usuário - como *carente*, como *mendigo*, como *necessitado* ou qualquer um destes adjetivos que o colocam, imediatamente, numa posição subalterna e de negação de direito. Eu já disse isso ontem e reforço aqui. Ela assegura padrões de qualidade e dignidade no atendimento oferecido pela rede de serviços de proteção e defesa dos direitos sócio-assistenciais. É dever de Estado, direito de cidadania da população demandatária e usuária. Se ela é direito, ela é um direito, também, potencial, não só daqueles que já se constituíram imediatamente na condição de usuários, ela é, como direito de cidadania, um potencial, uma possibilidade que se estende a todos, mesmo que, imediatamente, ele não seja demandatário, no sentido de já ter instalado uma necessidade para usufruir dos serviços. Todas essas afirmações são resgatadas nas deliberações das Conferências Estaduais da Assistência Social, lembrando que nós analisamos as deliberações estaduais, não as municipais.

Alcançar todo este padrão aqui colocado exige mudanças estruturantes na gestão da Assistência Social e é preciso, sobretudo, construir a esfera pública da gestão da Assistência Social. A Professora Raquel Raichelis está aqui e foi quem, pela primeira vez, levantou esta discussão, até se referindo mais ao CNAS, do quanto, para que nós, realmente, digamos que a Assistência Social é política pública, ela precisa sair desse *mix* privado-público e, de fato, se constituir na esfera pública, na transparência. Por isso, esse *Álbum de Fotografias* é um exercício coletivo de transparência, que, às vezes, até nos dói de enxergar que aquilo não está tão bem, ou tão bonito, a foto não está tão boa, a gente não está tão bem na foto; isso pode nos doer, mas esse é um exercício democrático de transparência que, evidentemente, pode ser melhorado, mais precisado e, até, a gente se deixar ver de uma maneira mais completa e não, incompleta. Então, a pergunta que a gestão vai ter, também, que responder, é o que é que é estruturar a Assistência Social no campo público. Primeiro, nós sabemos que é dever de Estado e, sobretudo, seguir regras republicanas de Estado. E, pela nossa tradição do campo privado, da filantropia, do *mix* privado-público, muitas vezes, nós entendemos que a



prática do bem é alguma coisa que se sobrepõe à relação republicana de Estado [...] SUAS, realmente como direito de cidadania, ele tem que se fundamentar sob a égide dos princípios da República. E aí, surpreendentemente – atenção! - dos dados recebidos – e esta é uma grande surpresa – ontem eu mostrei a vocês que 19% dos conselhos municipais estavam sendo presididos por Primeiras-Damas; dos dados recebidos dos municípios, **43% das gestões municipais são ainda comandadas por Primeiras-Damas**. Isto é, nós, longe ainda, da constituição da Assistência Social, sob o ponto de vista da gestão como, na verdade, uma Política Pública de Estado. Nada contra nenhuma mulher, mas a condição de gestor público tem que romper com as relações familiares, com as relações patrimoniais. Acho que esse é um dado realmente muito sério. Não sei dizer da extensão, se ele se aplica, se o grau se aplica a todos os municípios, mas, do que nós recebemos, é este o registro.

Ter Assistência Social gerida como um sistema único, significa que ela não pode ser mais voluntária ou ocasional – faz quando dá, vê quem pode fazer, independente da sua competência ou da sua especialização. Ela passa a ser, como dever de Estado, profissional. Daí a grande importância de discussão de quem são os trabalhadores da Assistência Social. Ela deve ser planejada e, pela primeira vez, nós estamos construindo um Plano Nacional de Assistência Social. Nós já tivemos os Municipais, e temos, já tivemos os Estaduais, e temos, mas nunca tivemos um Plano Nacional. Isto significa construir, no Brasil, o conceito, a idéia e a prática de que a Assistência Social, como política pública, tem ontem, hoje, amanhã. Ela não é só alguma coisa do imediato e do emergencial. E, portanto, mais um dado é que, como política pública, ela deve ter controle social, principalmente, evidente, como política de cidadania. O passo fundamental que nós temos, para ter uma condição plena da gestão da Assistência Social no plano público, é entender, pela própria característica do regime brasileiro, que **o caráter público não a torna, absolutamente, exclusiva do Estado, como não a torna, também, exclusiva da sociedade ou do privado. Ela opera estas duas dimensões, mas subordinadas ao caráter público**. Isto é uma construção bastante complexa, mas ela tem que ser uma construção republicana, fundamental, onde tudo tem que ser regido pelo interesse público, e não o interesse de A, B ou C, do gestor A, B ou C. Por isso, a importância de que a gestão dela não seja relacionada com a mulher do governante, porque ela tem que ser pública, defesa do interesse público. Uma política que é pública funciona em edifício público, não funciona na sede da entidade A, B ou C. Ela tem que ter uma gestão, efetivamente, num espaço público, ela tem que ser aberta ao público. Ser aberta ao público não é só na porta de entrada, mas ser aberta, inclusive, para decidir. Ela deve funcionar de modo democrático, ela deve atender à Lei, e não à opinião dessa ou daquela pessoa. Ela deve ser direito de cidadania.

Um primeiro grande recado que nos chega de todos os documentos recebidos é que a Assistência Social, no Brasil, não é ainda gerida, nas instâncias estadual e municipal, plenamente como Política de Estado. Esta é uma conquista que nós temos que fazer agora, no SUAS - Plano 10. E por que ela não é, ainda? Ela não é ainda porque 43% dos municípios, como eu dizia, ainda têm gestão de Primeira-Dama, porque 60% dos municípios que responderam e da região Centro-Oeste, são geridos por Primeira-Dama, porque 501 municípios do Brasil ainda não estão habilitados, porque – e isto eu vou abordar mais – **a lógica de financiamento na Assistência Social ainda é a lógica da subvenção, e não da orçamentação planejada**. Eu vou me fazer clara: nós temos, por história, transferir recursos, seja de um município para uma entidade, do estado para



uma entidade, e até da União, do nível federal, para uma entidade social. Esta é a nossa história. Esta é, por exemplo, a história do CNAS desde a sua criação em 1938, então sob a denominação de CNSS, fundamentalmente na política de recursos entregues em cima do mérito da organização ou do seu projeto. Mesmo depois, criadas atividades dentro da Assistência Social Federal, elas continuaram, ao longo da história, a ser transferidas através das entidades. E quando foi iniciada, a partir da criação dos Fundos Municipais, dos Fundos Estaduais, a transferência de recursos Fundo a Fundo, de estados para municípios, da União para os estados ou da União para os municípios, sempre, na lógica das atividades, permaneceu a lógica da subvenção. O que é que eu quero dizer com isso? Era o financiamento para o custeio daquela atividade, mas nunca considerou se havia a infraestrutura do município, seja com edifícios, com pessoal, para desenvolver uma rede, isto é, quem demandava o recurso era para custear a atividade e não, na verdade, para a instalação e para o funcionamento de uma rede do modo continuado. Esta sempre foi a lógica. E a lógica não é uma lógica só descendente, é uma lógica ascendente, tanto que – e isso é mostrado em todos os materiais – tanto municípios quanto estados dizem: *Eu tenho um projeto para apresentar para conseguir o financiamento*. Isto é uma lógica de subvenção de projeto e não, na verdade, uma lógica de instalação de uma rede, e de uma rede orçada e planejada. E isto – nós vamos tocar mais, no financiamento – é a grande mudança que está em curso, é uma outra lógica de orçamentação. E nós vamos ver muitas das dificuldades na própria compreensão orçamentária, para a gente poder fazer isso.

O segundo grande recado que nos é dado pelos *Álbuns*: a Assistência Social, a gestão da Assistência Social no Brasil é, ainda, parcial, isto é, ela não tem a sua completude, não só por esse trânsito entre privado e público, mas por outras questões. Porque falta, ainda, regulamentar alguns aspectos da LOAS. Ela é uma adolescente, embora ela já tenha um companheiro, o SUAS, é uma adolescente que já começa a namorar e já arrumou o companheiro SUAS. Mas, na verdade, regulamentar esse conteúdo da LOAS ainda exige a regulamentação dos benefícios eventuais, e ainda exige – isto é muito acentuado por todos – a regulamentação da atenção das emergências e calamidades. Benefícios eventuais – os municípios gritam – eles têm que ser, também, co-financiados pelos estados. Os municípios, na verdade, gritam por mais financiamento. Não há, ainda, o co-financiamento entre estados e municípios e o financiamento é mais destinado à proteção social especial, tradicionalmente, do que à proteção social básica. É uma novidade, para todos nós, a proteção social básica que, na verdade, nos dá esta perspectiva mais de prevenção, do não agravamento do risco. E porque, também, continuando, ela é parcial? Porque **os municípios e estados ainda não aplicam a concepção de serviços, de serviços continuados. Ainda predomina a velha nomenclatura de projetos**. Então, eu tenho um projeto para atender a criança que está na rua, ou seja, na verdade uma Casa de Acolhida, ou seja, no caso, até mesmo um Abrigo. Alguns andam dizendo que, quando o SUAS estabelece serviços, e serviços continuados, que está sendo acabada a criatividade da Assistência Social. E há uma crítica, por alguns, de que se está criando a estatização e, com isso, acabando com a criatividade. Talvez, de certo modo, aquilo que o Presidente da República falou na Abertura, que o SUS também teve muita crítica ao ser implantado, ao propor serviços em continuidade como garantias de cidadania. Porém, fique bem claro, a LOAS e o SUAS continuam a permitir a construção sim, de projetos; mas ele distingue o que é serviço continuado, e ele distingue que, como direito de cidadania, aquilo que vai ter no SUAS não pode ser o *playground* do governante, aquilo que ele quer fazer a qualquer



hora porque, como direito de cidadania, há que ter continuidade. O nome da Assistência Social – essa é uma outra constatação – é ocultado até na nomenclatura do órgão gestor. Parece que há uma vergonha ou um demérito que um órgão seja denominado como *de Assistência Social*. Parece que isso quer dizer tutela, favor, e não direito de cidadania.

Um outro grande recado: **a população rural ainda não está, efetivamente, incluída no SUAS**. Por que, também, ainda é parcial? Porque os serviços ainda não estão localizados nas cidades – e é lá que eles têm que estar localizados. O estado, na verdade, é o conjunto das cidades, a União, o conjunto dos estados que, por sua vez, são o conjunto das cidades. Os serviços não estão localizados onde a população mais precisa, porque a lógica sempre foi a partir do projeto da entidade, e não do assumir da gestão pública; agora, a partir de toda a normatização da PNAS e da NOB, isso já está colocado de outro modo. O cidadão é chamado de várias formas que escondem seu direito: *destinatário* - que nem endereço de carta - *carente, população-alvo, beneficiado, assistido*, e mesmo até de forma degradante, como *mendigo, delinqüente, transgressor, subnormal* e daí para frente.

Então, agora, o que é que nós vamos mostrar nas fotos detalhadas? Primeira constatação: 52% das secretarias de estado não usam o termo *Assistência Social* em sua nomenclatura; 44% do órgão gestor municipal não tem Assistência Social no nome; 43% dos órgãos gestores – a gente já falou isso – são ligados à Primeira-Dama; 27% dos gestores municipais são parentes do Prefeito. Continuando, só 36% dos gestores municipais de Assistência Social têm relação de comando direta com o Prefeito, é um órgão de primeiro escalão; 5% têm de três a cinco chefias intermediárias; 36% têm uma chefia intermediária; 43% dos órgãos gestores estaduais têm relação direta com o governador; 9% têm três chefias intermediárias; 26% têm uma chefia intermediária. Isso quer dizer que a Assistência Social, a gestão dela enquanto tal, não ocupa, na maioria, o primeiro lugar na gestão, quer dizer, mesmo os gestores estaduais que comandam a Assistência Social, comandam outras políticas junto com a Assistência Social. **Conclusão: a gestão da Assistência Social em municípios brasileiros e na maioria dos estados não pertence ao primeiro escalão**; portanto, isso significa que, quando nós pensamos em conversar com os titulares do órgão gestor de estado, necessariamente nós não estamos conversando com o gestor titular da Assistência Social. Vale a pena a gente pensar nisto aqui. Isso significa também que, ao se chamar para discussão, secretários, pode ser que nós tenhamos que estender esse chamamento para outros gestores, quando o tema é mais específico, para que possa, realmente, ser detalhado em alguns aspectos maiores.

Quanto à infraestrutura, 82% têm telefone; 72% têm fax; 90% têm computador; 36%, um computador; 43%, dois a quatro computadores; mas só 54,5% estão ligados à internet. 87% têm impressora; 37% têm celular; 53% têm xerox; 40% têm veículos.

Modo de funcionamento: 35% dos municípios têm só uma sala, como secretaria; 35% têm duas a quatro salas; 5% têm dez salas; 87% dizem que têm uma sala de atendimento aberta ao público e 43%, de duas a quatro salas.

65% dos órgãos gestores estaduais têm relação com os estados vizinhos e 96%, primordialmente, com a União. Que tipo de relação os estados têm com a União? As relações são principalmente para capacitação, nas reuniões com o FONSEAS, em reuniões temáticas, na CIT, reuniões técnicas também, e em reuniões com o CNAS. Que relações têm os estados com os municípios? Mais a relação de capacitação, a relação de



convênio e visitas técnicas. Que relações o estado mantém com os municípios? As relações do estado com o município são, na maioria das vezes, de assessoria, sendo a mesma para as micro-regiões do estado, e são relações em menor intensidade, administrativas, de supervisão, de monitoramento, em menor intensidade de capacitação.

### Que desafios temos?

- Obrigatoriedade legal – isto é pleiteado – do termo *Assistência Social* na nomenclatura do órgão. Esta é uma das propostas apresentadas como um desafio, que todo o órgão gestor tenha, no primeiro escalão, quando ele tem Assistência Social, ou no primeiro ou no segundo escalão, que ele mantenha, no seu nome, a Política de Assistência Social.
- Aprovar o SUAS, como Lei, no Congresso Nacional. Há um desejo de passar por Lei todas as decisões.
- Ter um sistema de informação, monitoramento e avaliação alcançável para todos, no entendimento, na aplicação, na agilidade.
- Ter indicadores e índices territorializados.
- Ter financiamento de infraestrutura. Isto é muito pleiteado, principalmente pelos municípios, entendendo infraestrutura como instalações, equipamentos e pessoal. Não dá para pensar o SUAS, segundo os municípios, sem incluir, realmente, uma programação para este financiamento. É necessário multiplicar parcerias, ter relações intergovernamentais e intragovernamentais. É proposta uma relação mais intensa com o Sistema S, com universidades, com ONGs.
- Outro desafio – e isto foi, também, uma novidade – é que, embora o Governo Federal tenha dispensado a apresentação da CND, ainda tem Tribunal de Contas de Estado que exige dos municípios a apresentação da CND para obter recursos. Quer dizer, a conquista nacional ainda não é plena, nos estados. Então há, realmente, um pleito para que saia, desta Conferência, esta possibilidade de abolir – assim como há no nível federal – esta apresentação, pelo município, da CND, para obter a transferência de recursos do estado para o município.
- É preciso uma nova política de isenções para entidades sociais. Não faz sentido que uma organização social parceira, conveniada, que receba o recurso público, tenha que pagar a cota patronal, voltando para o poder público, novamente, o dinheiro que é para o desenvolvimento da ação. Quer dizer, se se trata, na verdade, de um convênio, de uma parceria, há que se romper com essa devolutiva que, ao mesmo tempo, se afirma que é parceira pública e depois se desafirma, tratando como privado.
- É preciso um programa de apoio técnico-administrativo às organizações parceiras.
- O aprimoramento do SUAS e o desenvolvimento das capacidades para avaliar, conhecer, informar e para consolidar o SUAS.

Na realidade a enfrentar, vocês perceberam que o *Álbum* distingue quais são as demandas rurais e as demandas urbanas. E nestas demandas, o risco com crianças e adolescentes representa 24,5% das vulnerabilidades do meio rural e 34% do meio urbano; a violência física, 6 e 9%; as questões ligadas à convivência familiar, 25 no rural e 6% no urbano; a discriminação é maior no meio rural, 3% no rural e 1% no





urbano; a atenção à pessoa com deficiência é mais demandada no meio urbano, com 4%, e não aparece no meio rural; a migração, o êxodo, aparece fortemente no meio rural, como uma questão, uma vulnerabilidade, com 6,5%, e 3% no urbano; a precariedade da rede de serviços aparece com 5% no rural e 6% no urbano; e um conjunto de vários outros pontos vão estar surgindo e vão aparecer, ainda, vulnerabilidades ligadas à precariedade do trabalho em 17%, no meio rural e 14% no meio urbano; e várias demandas pela intersectorialidade das políticas, as vulnerabilidades decorrentes das políticas sociais, econômicas, ambientais, com 21% no meio rural, e 15% no urbano. Pela primeira vez, nós temos um olhar da intensidade das vulnerabilidades, do meio urbano e meio rural, e a nuance que esta questão assume na Assistência Social.

A região Norte reclama da necessidade da provisão de documentação civil; o Nordeste, de abrigo para idosos, do programa de medidas sócio-educativas e cursos profissionalizantes; o Sudeste, da transferência de renda, de trabalho com famílias; o Sul, dos abrigos com idosos, do trabalho com famílias, da transferência de renda; o Centro-Oeste, de alimentação. São as maiores demandas. Há trabalhos nas tendências encontradas. **Há, ainda, mais trabalhos por segmentos do que por proteção social básica e especial.** Há uma preocupação com a continuidade dos serviços e há, ainda, uma presença dos ditos nomes-fantasia nos serviços. Existem vários destaques na proteção básica e especial e um conjunto de metas que estão colocadas, tanto para a gestão do ponto de vista da infraestrutura, quanto do ponto de vista programático.

Em função do tempo, eu vou passar para o *Financiamento* e, ao final, eu volto para as metas, para que a gente possa ter a visão de todo, porque o tempo da *Gestão* já se esgotou. Eu gostaria de chamar a atenção de vocês, já que nós vamos discutir *Financiamento*, sobre esse belíssimo trabalho, que foi entregue aqui na Conferência – *Caderno SUAS: Sumário Executivo do Financiamento da Assistência Social no Brasil entre 2002 e 2004*. A gente pode ver e acompanhar toda a evolução do financiamento da Assistência Social pelo trabalho aqui realizado pela Secretaria Nacional, pelo Ministério e pela Secretaria de Avaliação.

**Natália de Souza Duarte** – Conselheira do CNAS: Gostaríamos de registrar a presença da Deputada Federal Selma Schons, do Paraná, Membro da Comissão de Seguridade Social.

**Aldaíza Sposati** – PUC/SP: Vamos falar do *Financiamento*. Nós já dissemos isto, e volto a dizer que **o financiamento, na Assistência Social, é presidido mais pela lógica da subvenção do que da orçamentação planejada.** Ele vem de uma trajetória mais de um financiamento que se dá pelo excedente, pela sobra, não só no conceito da esmola, mas Carminha Brant Carvalho, que aqui está, e eu, quando fizemos uma pesquisa em 85/86, sobre a LBA, mostrava que a LBA funcionava com recursos a partir do mês de outubro, porque era só quando chegava o dinheiro excedente da Previdência Social, que ela podia funcionar. Então, há uma construção histórica, na Assistência Social, que estabelece essa relação dela com a sobra e com o excedente.

Uma outra questão, também, é a influência política, não só, digamos, as demandas, através de emendas parlamentares, mas existem alguns estudos internacionais, até



mesmo um estudo feito nos Estados Unidos, antigo, ainda da década de 70, que mostrava e mostra que às vezes, em período eleitoral, ampliavam os recursos da Assistência Social. Eu acho que são questões que ainda estão postas no orçamento e que nós temos que atentar, nas séries históricas, para saber se, de fato, isto acontece ou não, mas que, certamente o SUAS, na perspectiva de serviços continuados, tenderá a romper com esta lógica, como também a idéia do benefício como direito de cidadania e não como ajuda desse ou daquele que deseja fazer o favor. [...] mas é no sentido de dizer que, diante deste desencontro, como ontem já foi identificado, nem todos os dados *batem* e nem tudo a gente tem por completo, de todos. Então esta é uma aproximação.

**O valor per capita/ano das transferências federais** para a Assistência Social, para os municípios agregados por estados: nós desenvolvemos, aqui, para que a gente pudesse ter um conhecimento nesta Conferência, e pela primeira vez, através dos dados de 2004, os dados dos municípios, da renda corrente líquida e de tudo aquilo que é transferido em benefício para os municípios de um dado estado – atenção, isto não é o que veio dos *Álbuns*, são dados, na verdade, de fontes seguras, que vão nos dar que o Fundo Nacional de Assistência, em 2004 – o Fundo, não são os benefícios – transferiu por habitante, por estado/ano, R\$ 4.065,00. Esses R\$ 4.065,00 vão ter uma variação entre os estados que vai de R\$ 0,71 a R\$ 10,80. Isto, enquanto Fundo, em 2004. O BPC, juntando todo o volume de Benefícios de Prestação Continuada transferido para todos os municípios agregados por estado, nos dá um *per capita* habitante/ano de R\$ 34,23, numa variação que vai de R\$ 13,50 até R\$ 58,00.

**Renda mensal vitalícia:** nós temos uma média de transferência/ano de R\$ 10,37 por habitante/ano, no Brasil, variando aqui entre os estados de R\$ 18,09 até R\$ 3,33. O total, portanto, dos recursos da Assistência Social, sem Bolsa-Família, entre o Fundo Nacional, BPC, RMV, em 2004, foi de uma transferência de R\$ 49,25/ano por habitante brasileiro, numa variação, para os municípios dos estados, bastante diferenciada, porque ela vai de R\$ 74,47 até R\$ 22,33. Portanto, existe uma discrepância de cerca de 100% nesta transferência, quando considerada por estado. Isso não quer dizer que a justiça seria serem todos iguais. Se isto está justo ou não está justo, nós vamos precisar ter outros dados para analisar. Mas esse é um primeiro quadro.

Um segundo quadro que nós vamos colocar aqui é incluindo o Bolsa-Família. Enquanto o Fundo Nacional transfere R\$ 4,65, o BPC, R\$ 34,23, o RMV, R\$ 10,37, o Bolsa-Família, R\$ 22,25 por habitante brasileiro, pegando todo o Bolsa-Família e dividindo pelo número de habitantes; não quer dizer que é todo o habitante que receba, mas é um indicador referencial. Isso significa, para a gente entender que não é pouco o dinheiro da Assistência Social, que no ano de 2004, R\$ 71,50, com o Bolsa-Família, foram transferidos, vamos dizer assim, numa analogia, um indicador, para cada habitante brasileiro, numa relação, se fosse assim. E, sem o Bolsa-Família, foram transferidos R\$ 49,25. Isso quer dizer que o Bolsa-Família acrescentou na Assistência Social, no ano de 2004, cerca de R\$ 20,00 por habitante/ano, nas transferências. Se nós considerarmos o Benefício Rural, ainda sabendo que ele não é plenamente assistencial, mas como ele tem, realmente, uma cobertura para a população rural, nós vamos verificar que, na verdade, o total/ano vai ter uma variação, incluindo o Benefício Rural, de R\$ 75,08 em Santa Catarina, até R\$ 169,87, no Ceará. Isto significa que, se nós fossemos dividir todo este dinheiro para cada habitante brasileiro por mês, em 2004, a Assistência Social, por hipótese, considerado o seu volume de recursos, teria transferido o montante de R\$ 6,26 a R\$ 14,74 por mês, para cada habitante brasileiro, no ano de 2004. Então, acho que



nós, do ponto de vista do financiamento, grosso modo, nós **saímos da condição de indigentes ou de dizer meramente que não há o dinheiro na Assistência Social**. A questão agora é outra: é como é que esse dinheiro é colocado, de que modo ele é utilizado, aplicado, e que resultados ele está trazendo. Nós mudamos de patamar, hoje, para discutir o financiamento. Não basta, só, dizer: *O problema é o financiamento*. Nós temos hoje – e vamos já comparar – uma relação significativa da Assistência Social.

Nós tentamos aqui fazer mais uma comparação com todos os Fundos, as transferências sociais. Na região Norte, o SUS transferiu para cada habitante, no ano de 2004, R\$ 36,60; o Fundo da Educação, R\$ 4,41; o Fundo de Participação dos Municípios, R\$ 176,06; o Fundo Nacional de Assistência Social, R\$ 2,64; as transferências individuais, BPC, RMV e Bolsa-Família, R\$ 75,43. Portanto, o total/ano de transferência/habitante, federal, para os habitantes dos municípios da região Norte, foi de R\$ 306,57, e o total/mês, de R\$ 25,55. Na região Centro-Oeste, R\$ 62,20, o SUS; R\$ 2,11, Educação; Fundo de Participação, R\$ 154,00; Assistência Social, R\$ 4,25; transferências individuais da Assistência Social, R\$ 71,93. Portanto, nós temos, aqui, mais de R\$ 75,00, num total de R\$ 294,98. Então, dos R\$ 294,98 por habitante que foram transferidos na região Centro-Oeste, pertencem ao campo da Assistência Social R\$ 76,00, o que é bastante significativo. Esse conjunto vai dar um total/mês de R\$ 24,58. O Nordeste tem R\$ 44,83 no SUS; R\$ 5,88 no Fundo de Educação; R\$ 152,21 do Fundo de Participação de Município (atenção, neste Fundo de Participação, o SUS, o FNDE, o FPM e o SUAS, na verdade, o FNAS, aqui, todos eles estão, depois, na renda corrente líquida do município, mas aqui nós estamos desagregando, para poder entender); R\$ 3,52; as transferências individuais, no Nordeste, as mais significativas, R\$ 104,65 por habitante/ano de 2004. Isto soma, no Nordeste, uma transferência federal, para cada habitante do Nordeste, em 2004, de R\$ 311,00/ano e R\$ 25,92/mês. Na região Sudeste, R\$ 47,15, R\$ 2,35, R\$ 90,62; o FNAS, R\$ 6,55; os auxílios, os benefícios, R\$ 48,89. Total de R\$ 195,55, R\$ 16,30. Na região Sul, R\$ 53,17, no SUS; R\$ 2,90, na Educação; R\$ 152,31, no FPM; R\$ 2,85, no Fundo Nacional; R\$ 43,69 nas transferências individuais. Total/ano de R\$ 254,93 e total/mês de R\$ 21,24. No Brasil, R\$ 47,72, no SUS; R\$ 3,81, na Educação; R\$ 124,54, no Fundo de Participação; R\$ 4,65 no FNAS – o que quer dizer que o FNAS é maior do que o Fundo da Educação, na transferência, quero chamar a atenção disso; os benefícios, R\$ 66,85 – isso é sem o Bolsa-Família. Então, R\$ 66,85 + R\$ 4,65, significa, na verdade, R\$ 71,00 por pessoa/ano no Brasil, na Assistência Social, com um total/mês, no todo, para um total de R\$ 247,00,  $\frac{1}{4}$  ou 25%, nós temos aqui no financiamento da Assistência Social, o que dá na verdade, um total/mês/pessoa de R\$ 20,63.

Pegando agora o todo, só para a gente ter uma idéia, o SUS representa R\$ 47,15; o FNDE, representa R\$ 3,77; o Fundo de Participação dos Municípios, R\$ 123,00; e a Assistência Social, R\$ 71,50. Nós temos os gráficos – vocês vão encontrar aí – em que aparece toda essa distribuição por estado, várias tabelas.

Nós tentamos fazer aqui, uma análise das demandas versus a capacidade dos municípios e as transferências federais. Isso vai mostrar na verdade, ao final, um ranqueamento dos estados ou dos municípios agregados por estados, em termos da sua capacidade de responder ao volume das demandas. Nesta tabela vocês vão poder ver, por exemplo, o Acre. Ele tem uma diferença entre recursos próprios e demanda, que o coloca no ranqueamento dos estados, na 18ª posição. Isto quer dizer que é, na verdade, no Amapá, onde existe o menor equilíbrio entre volume de demanda e capacidade de resposta. E



assim, por consequência, nesse ranqueamento, do 01 ao 26, sem o Distrito Federal. Então, qual é a classificação dos estados no ranqueamento desta capacidade. Aqui é o RCL, a renda corrente líquida, e depois, como é que as transferências individuais da Assistência Social alteram essas demandas, mostrando uma relação mais positiva, elevando a condição, na verdade, de resposta dos municípios. E as pesquisas vêm mostrando, a partir desta possibilidade, que **as transferências individuais terminam por alavancar a economia dos municípios.**

Eu vou passar para um novo gráfico. A linha amarela em cima significa o peso na orçamentação da Assistência Social no Brasil. No ano 2002, 2003 e 2004, o percentual da presença do Governo Federal no financiamento da Assistência Social no Brasil cresceu de 55% para 73%, enquanto o financiamento dos estados decresceu de 28% para 17%, e dos municípios de 17% para 10%. Isto indica uma das grandes reclamações que são feitas pelos municípios de que, na verdade, o percentual que se propõe para o financiamento da Assistência Social não pode ser só um percentual proposto para o Governo Federal, mas os estados têm que, também, manter o percentual de financiamento, e os municípios também. Isto é, financiar a Assistência Social é uma política de co-financiamento, e não pode o crescimento da aplicação de recursos federais na Assistência Social significar a redução dos recursos municipais e estaduais. Nós temos que ter esta curva, num equilíbrio do co-financiamento. Os dados estão todos especificados nesse caderno.

Nós vamos agora colocar as metas do financiamento. O que é sugerido como metas para esta Plenária poder decidir?

1. Definir pisos de proteção social compatíveis com o custo dos serviços.
2. Criar a política de co-financiamento na Assistência Social, como definição de responsabilidades federais, estaduais e municipais e fixação de percentual de receita.
3. Ajustar anualmente os valores estabelecidos para os pisos de proteção social, em todas as esferas, segundo índices inflacionários.
4. Co-financiar ações regionalizadas e/ou consórcios públicos intermunicipais.
5. Co-financiar a implantação e ampliação dos CRAS.
6. Consolidar os Fundos de Assistência Social como unidades orçamentárias.

Encerrando as *Fotografias*, há uma panorâmica na foto 06, de tudo isso que nós vimos, quais são os destaques dos desafios que nós fazemos:

- Instalar a Assistência Social na esfera pública.
- Fazer do SUAS o ponto de ruptura com o predomínio da gestão privada na Assistência Social.
- Articular a Assistência Social nos três poderes, Judiciário, Legislativo e Executivo, fazendo passar suas decisões e orientações na forma de Lei.
- Instalar ouvidorias, defensorias, para efetiva defesa dos direitos sócio-assistenciais.
- Promover o protagonismo dos usuários nos conselhos.
- Articulação formal do SUAS com conselhos de direito, criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiência.
- Desenvolver estratégias, articulações, para que a Assistência Social rompa as discriminações que recebe, até pelo nome.



- Implantar as condições do planejamento democrático da Política do SUAS exige novas condições para a Assistência Social.
- Informação para controle, para conhecimento, para monitoramento, para avaliação e para adesão, é uma peça chave para a consolidação do SUAS.
- Conhecer e publicizar a Política como programa regular de trabalho, desenvolver a cultura de ação e reflexão voltada para os efeitos das ações da Política de Assistência Social para os usuários, as vulnerabilidades e os riscos sociais.
- Instalar procedimentos que permitam a fiscalização e o controle social dos resultados.
- Construir planos decenais em todas as instâncias, não só o nacional, mas o estadual e os municipais.
- Implantar a infraestrutura da Política.
- Introduzir novas condições, para a Assistência Social poder fazer face à gestão do SUAS. É preciso financiar a infraestrutura de meios e instalar, de fato, a proteção básica e especial. A responsabilidade pela infraestrutura não pode estar, somente, a cargo do financiamento das prefeituras. É preciso criar a unidade federativa de responsabilidade na gestão do SUAS.
- Consolidar as responsabilidades dos governos estaduais na gestão do SUAS, fazendo-os alicerces do aprimoramento do SUAS, em todas as micro-regiões dos respectivos estados.
- Introduzir mecanismos de cooperação entre estados e municípios.
- Viabilizar os meios para a articulação intermunicipal, principalmente para a proteção social especial e aí, a grande alternativa apontada, na formação de consórcios.
- Ter uma agenda partilhada com mecanismos instrumentais legais, de relação intermunicipal, interestados de uma mesma região, interpaíses, principalmente para as áreas de fronteira. Os estados que limitam com áreas de fronteira falam muito do esquecimento que é, na verdade, de condições para atender esta Assistência Social bilíngüe, que ela tem, principalmente, nos países como Bolívia, Peru. O Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul levantam muito essa questão.
- Criar a política nacional de desenvolvimento de pessoal com norma técnica específica, quadros, formação, capacitação.
- Construir uma norma operacional sobre a orçamentação na Assistência Social e disseminar, pela União, capacitação que auxilie e desenvolva o manuseio da lógica orçamentária e nela reforçando a particularidade da Assistência Social.
- Capacitação e aquisição de ferramentas – daí a nossa caixinha de ferramentas, que nós ganhamos aqui na Conferência – para operar um sistema de monitoramento da realidade do SUAS.
- Disseminar o decálogo de direitos que vai ser aprovado nessa Conferência, fazê-lo norma de Lei, introduzi-lo no cotidiano dos serviços e demais atividades de Assistência Social, inclusive a proposta de Leis municipais e estaduais, reforçando a aplicação desse decálogo de direitos.
- Alcançar o Judiciário se possível, também, pelos Juizados Especiais, por Promotorias, como foi indicado ontem.





E aí, também nos *Álbuns*, encerrando, o grande *Mutirão*. O que é que é o grande *Mutirão SUAS Plano 10*? É que nós saímos daqui com uma agenda positiva, com mobilização, articulação pró-SUAS, frente parlamentar desde os municípios, produção de informação, mobilização de discussões, plano de realização de eventos com prefeitos, autoridades locais. Tudo isso tem um grande objetivo para todos nós. Nos próximos 10 anos vamos fazer, da Assistência Social, direito da cidadania. E, com isso, a equipe do CEDEST e do NEPSAS, que entrega a vocês este trabalho, aqui apresentado, agradece a todos. Muito obrigada.

**Natália de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Parabéns, Professora Aldaíza. Para debater o *Financiamento*, passo a palavra à Professora Ivanete Boschetti, da Universidade de Brasília, com 30 minutos.

**Ivanete Boschetti - UNB/DF:** Bom dia a todas e todos. Toda a vez que a gente vai discutir financiamento dá uma inquietação, não só por ser um tema árido, mas também porque, cada vez que a gente se depara com os dados, números concretos, também dá uma angústia. Eu queria começar, primeiro, agradecendo ao Conselho Nacional de Assistência Social por esse convite, para debater esse assunto do orçamento, um assunto tão importante na concretização da Assistência Social. E queria, sobretudo, parabenizar o CNAS e o Ministério do Desenvolvimento Social, não só pela realização da Conferência, tão democraticamente realizada e organizada, mas, sobretudo, pelo investimento, nos últimos anos, na preocupação e na realização de discutir Assistência, a partir de uma análise, a partir de uma avaliação da realidade, do chão onde pisamos, do local onde intervimos, onde atuamos, para nos alimentar, para rever, rever a política, rever as ações, rever o investimento, rever a atuação. Eu desconheço qualquer outra política social que tenha, em quatro anos, realizado duas grandes avaliações, análises da implementação de uma política, de uma Lei. Nós passamos dez anos de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social sem conhecer, mais profundamente, mais sistematicamente, como é que esta Lei estava sendo implementada no âmbito dos municípios e no âmbito dos estados. E de 2003 para cá este governo, corajosa e ousadamente, já realizou duas avaliações nacionais: a primeira em 2003, protagonizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a pesquisa *LOAS Mais 10*, em todos os estados, em 1.461 municípios e a segunda agora, o retrato, a *Fotografia* em 23 estados, incluindo o DF, em 1.274 municípios. Isso é um fato inédito nas políticas sociais no Brasil. E o Conselho Nacional de Assistência Social e o Ministério, ao assumirem esta tarefa, esse compromisso de avaliar e, ao avaliar e se auto-avaliar, apresentar os elementos para que a gente possa pensar, refletir e mudar a realidade, é fundamental. Então, eu gostaria, primeiro, de registrar e parabenizar o CNAS e o Ministério por essa iniciativa. Para discutir, debater a questão da *Fotografia* nesse aspecto de *Financiamento*, gostaria também, para iniciar essa discussão, de parabenizar a equipe da PUC de São Paulo, que realizou este trabalho, um trabalho árduo, intenso, um trabalho difícil, porque contar com informação de estados e municípios desse imenso Brasil, e sempre em tão pouco tempo, a gente sabe que é sempre um trabalho muito árduo. Então eu gostaria de parabenizar por esse trabalho aqui apresentado.

Gostaria de iniciar fazendo algumas observações gerais sobre a *Fotografia*, nesse aspecto de *Financiamento*. O primeiro, que eu já registrei, que fica claro no Relatório –



e a própria Professora Aldaíza já colocou aqui e a Professora Carmelita colocou ontem, também – é a questão da dificuldade na obtenção dos dados. Não dá para deixar de mencionar, porque muitos dos resultados, muitas das análises decorrem das informações enviadas. Sem a informação, você não consegue analisar; e uma informação distorcida pode levar, também, a uma análise distorcida. Então, é fundamental a gente registrar a importância do cuidado no registro dos dados, no envio das informações, por estados e municípios [...] para que a gente possa consolidar e continuar a fortalecer este caminho da avaliação, como um princípio fundamental para o planejamento e a revisão das ações.

A Professora Aldaíza colocou aqui a questão da dificuldade do envio dos dados, na questão do orçamento. E essa é uma dificuldade recorrente. A relação de estados, municípios e dos conselhos com a questão orçamentária é muito clara, e não é um problema das pessoas, dos estados e municípios; é um problema de uma dificuldade histórica da relação nossa, democrática, com o acompanhamento do recurso público, por uma ausência histórica de controle social, por uma ausência histórica de democracia e de socialização das informações no Estado brasileiro e essa tradição é muito recente. Então essas dificuldades são, absolutamente, compreensíveis, mas é importante que a gente procure vencê-las e se dedicar, cada vez mais, no âmbito dos estados, dos municípios e no âmbito federal, do ponto de vista das pesquisas, dos estudos, dos trabalhadores da área, na análise, na análise cada vez mais detalhada, cada vez mais complexa das informações, na questão do financiamento. Pela *Fotografia* apresentada, só dez estados apresentaram informações completas sobre ações e recursos o que, de fato, apresenta um retrato mais completo de, apenas, dez estados.

No caso dos municípios, a *Fotografia* não consegue trazer as informações de municípios, justamente pelo conteúdo das respostas colocadas no Relatório, em termos de sim ou não, e não da expressão valorativa das informações. Então esse é um dado para a gente discutir, é um dado importante para a gente avaliar. Por que essa situação, num momento em que quatro mil oitocentos e poucos municípios fizeram conferências, como a Márcia disse aqui, e apenas 1.274 municípios responderam a *Fotografia* e, ainda assim, responderam com essa limitação? Acho que esse é um ponto importante de avaliação, para nós. E também, porque é que 23 estados, incluindo o DF, e outros 04 estados não responderam? Então eu acho que essa é uma questão importante para a gente discutir e debater, porque isso retrata a situação parcial dos estados e uma ausência de dados dos municípios. E aí, não por conta da proposta da pesquisa e nem de outras pesquisas realizadas anteriormente, mas eu acho que, daqui para frente, é importante, ao fazermos essas avaliações, essas análises, que a gente inclua também, nas análises, os dados da esfera federal, porque a gente vem fazendo essas avaliações considerando informações de estados e municípios e não inclui da esfera federal. A gente tem que começar a ter essa preocupação para que a gente tenha avaliações que mostrem a situação do controle, a situação da gestão, a situação do orçamento, a situação do financiamento nas três esferas. Eu acho que, nas próximas pesquisas que formos realizar, seria importante que a gente passe a incluir o Governo Federal.

Em relação aos dados apresentados na *Fotografia*, o primeiro que eu queria comentar para debater, é a discussão da pesquisa, do trabalho que a equipe traz, inovadora, muito importante, do estabelecimento de valores *per capita* das transferências federais para estados e para municípios. Isso não necessariamente são dados que vêm da *Fotografia*, mas é um esforço de organização e sistematização de informações que a equipe traz,



analisando dados extremamente complexos, construindo quadros para tentar relacionar demandas e atendimento de serviços. E ao mesmo tempo em que eu registro a importância e o significado desse olhar, que é um olhar que nós não tínhamos, até agora, eu queria levantar algumas questões no sentido do aprofundamento deste movimento, deste caminho que eu acho que é muito importante e tem que ser detalhado, tem que ser aprofundado, tem que ser estabelecido um debate específico sobre isso, inclusive, para a gente ter uma dimensão do que significam, hoje, os recursos da Assistência Social de transferências individuais e de transferências de serviço, no âmbito e no impacto mais global do orçamento, dos gastos sociais e do orçamento público no Brasil. Nesse sentido, eu acho que esse é um caminho muito importante, apontado pela *Fotografia*.

Uma questão que a gente pode fazer, que a *Fotografia* traz, o quadro foi mostrado aqui, mostrando R\$ 4,65 de transferência de serviços para estados e municípios e transferência de R\$ 34,00 do BPC – eu não vou repetir, porque a Aldaíza apresentou. A gente sabe aproximadamente (porque eu não tenho esse dado aqui, acho que é uma questão até para a gente comparar), se a gente pegar o PIB brasileiro, temos uma distribuição *per capita* de, aproximadamente, R\$ 1.300,00/ano, por habitante. Só que a gente sabe, por exemplo, que no Brasil, 10% da população fica com 50% da riqueza produzida. Então essa distribuição *per capita*, na média, a gente sabe que ela também acaba diluindo as diferenças e as desigualdades. Apresentar a distribuição *per capita* é fundamental, mas é importante relacioná-la com essa distribuição diferenciada de estados, de municípios, onde chega e onde não chega. Por exemplo, se a gente pega a transferência do BPC, que é R\$ 34,00 numa distribuição *per capita* nacional/ano, a gente sabe que são dois milhões e pouco de usuários que, de fato, têm acesso ao BPC. Então o recurso vai para o município mas, efetivamente, quem tem acesso a ele é um número limitado de pessoas. **Como relacionar essa transferência específica, para grupos específicos, mas situá-la num impacto maior, no município, no que isto causa, por exemplo, no consumo, no acesso a bens e serviços de uma população para além daqueles que têm acesso ou direito ao benefício ou àquela transferência individual.** Acho que esta é uma questão para a gente aprofundar na análise e na discussão.

Uma outra questão que eu queria levantar em relação a isso, também, e que eu acho que é uma questão a ser aprofundada também, é a preocupação na comparação dessas transferências com variáveis muito diferenciadas, como transferência do SUS, que é uma transferência para uma política universal, para serviços e para toda a população; do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que não é tão universal quanto a Saúde, porque ela vai para um público mais específico, mas também para uma política social; o Fundo de Participação dos Municípios, que é uma transferência que envolve, não só, utilização do recurso na garantia e prestação de serviços que chegam diretamente à população, mas também utilização, pelos municípios, para atividades, meio, para a garantia; e transferências diretas que, de fato, chegam diretamente ao usuário e que ele se apropria individualmente, como uma propriedade social e faz daquela transferência, de fato, aquilo que ele precisa, atende à necessidade que ele precisa, seja de acesso a um serviço, seja de aquisição de um bem e serviço. Então, a comparação entre variáveis com caráter diferenciado merece, também, um trato cuidadoso, tanto do ponto de vista metodológico quanto do ponto de vista analítico, para que a gente tenha uma mensuração mais clara, de fato, do impacto que cada uma dessas



transferências tem no cotidiano daqueles que acessam ou não esses direitos, até para não diluir essas desigualdades que eu coloquei.

Uma outra questão que eu tinha levantado, mas a Professora Aldaíza já colocou, é que nessa discussão das transferências, eu havia sentido falta, no Relatório – e ela já distribuiu uma errata, para substituir as páginas – da ausência da Previdência, sendo uma transferência individual e que tem um impacto fundamental. O último caderno do IPEA desse ano mostra que os benefícios de transferência individual da Previdência Social, sobretudo os não-contributivos ou parcialmente contributivos, incluindo a Previdência Rural e o BPC, e a Renda Mensal Vitalícia, têm, potencialmente, retirado 17 milhões de trabalhadores da situação de miserabilidade. Então, a transferência da Previdência também tem que ser incluída, não só a rural - a gente tem que fazer uma análise distinta – mas também a Previdência urbana, nessa discussão do impacto das transferências, sobretudo porque é, a partir daí, que a *Fotografia* estabelece um ranking de estados, considerando as demandas e a capacidade de atendimento dos estados às demandas colocadas. E nesse ranqueamento a *Fotografia* mostra, por exemplo – considerando esses dados e considerando dados de população, e renda – São Paulo como um estado que apresenta maior demanda e menos recurso. E, no oposto, Roraima, com menor demanda e maior recurso. Para apresentar conclusões como essa é importante que a gente tenha, de fato, uma discriminação clara de quais são essas demandas, de quais são essas capacidades de atendimento, porque senão a gente corre o risco de apresentar estados que têm demanda e pouco recurso como estados que ou não têm demanda ou têm pouca demanda e muito recurso. A gente sabe que não é exatamente essa a situação da maioria dos estados brasileiros.

Uma outra observação em relação à *Fotografia* e que me chamou muito a atenção – na verdade eu fiquei bastante preocupada com o resultado – é na apresentação da proporcionalidade de investimento por modalidades, dos investimentos dos estados por modalidade. Porque o que é que essas tabelas mostram? Essas tabelas mostram uma situação bastante grave de não investimento ou reduzido investimento dos estados na Política de Assistência Social. Tem, aí, a questão do registro da informação, que tem que ser considerada, que o estado não respondeu ou respondeu que não aplica recurso. Mas isso, do ponto de vista de uma análise, sugere o quê? Ou que o estado não tem informação nenhuma do que ele investe, ou o estado negligenciou a apresentação da informação, ou o estado não aplica recurso na área da Assistência Social. E isso é uma situação que contraria não só a avaliação do *LOAS Mais 10*, quando os estados afirmaram, inclusive percentualmente, quanto aplicam na Assistência Social, como, também, a análise divulgada pelo Sumário Executivo que, na página 15, apresenta o investimento de praticamente todos os estados na área da Assistência Social. A questão dos estados não é ausência de investimentos dos governos estaduais. Até agora, a questão que se colocava era que os estados não repassam recursos para os Fundos Municipais e que os gastos dos estados não eram depositados no Fundo Estadual de Assistência, gastos diretamente sem fortalecer o Fundo, ou não repassar para os municípios. Mas essa *Fotografia* nos dá, de acordo com os dados enviados, uma outra realidade. É fundamental a gente discutir o que significa essa realidade. Significa uma retração de investimento do estado? Significa uma ausência de informação? Significa uma informação incompleta? Então, para que a gente não faça uma análise que não seja condizente com a realidade, é importante a gente ter clareza do que essas informações significam. E, nesse sentido, eu queria que depois, na fala, a Aldaíza voltasse no gráfico



que ela apresentou hoje, onde você apresenta uma ampliação de investimento do Governo Federal e uma queda na redução dos investimentos dos estados. E depois talvez alguém do Ministério pudesse comentar, nesse trabalho aqui, no Caderno SUAS, porque olhando o Caderno SUAS, quando a gente vê o investimento do Fundo Nacional de Assistência nos municípios agregados por estado, teve um decréscimo do Governo Federal: em 2002 foi 32%, em 2003, 27% e em 2004, 25%. E nos estados, o investimento do Governo Federal foi, em 2002, 27% e, 2003, 38%, cresceu. Então, essa é uma questão para a gente discutir, também.

Além dessas questões específicas, com base na *Fotografia* apresentada, eu gostaria de trazer para a discussão algumas questões, porque eu acho fundamental, numa discussão de orçamento da Assistência, **a relação do orçamento da Assistência com o orçamento da Seguridade Social**, não a partir de dados que estão, necessariamente, apresentados na *Fotografia*, mas dados que a gente já tem, que a gente já conhece; e eu acho que não dá para avaliar o orçamento da Assistência sem fazer uma reflexão sobre o significado do orçamento da Assistência no orçamento da Seguridade, porque é que o orçamento da Seguridade repassa tão pouco recurso para a Assistência, e qual é a relação disso com a política econômica. Eu acho que se a gente não entender, numa perspectiva de totalidade, essas questões, a gente vai continuar repetindo aquilo que a pesquisa mostra, solicitando 5% do orçamento da Seguridade, sem, inclusive, ter a noção do que isso significa, se isso é suficiente, se é adequado, e porque é que a gente, há doze anos, há cinco Conferências, faz essa demanda e isso não se materializa.

A primeira questão que eu quero colocar, e que a pesquisa levantou, é a discussão do Fundo Nacional de Assistência na estrutura programática orçamentária, na Função 08, que é a Assistência Social. A Professora Aldaíza colocou que essa é uma questão ainda a ser debatida, discutida, porque é uma questão que tem relação com a interface e com a complementaridade das políticas. Mas o que significa a Função 08? O que significa o Fundo, dentro da Função 08? E aí eu peguei os dados da Função 08 – eles não estão na *Fotografia*, mas a gente vem trabalhando isso já há algum tempo – e eu queria mostrar para vocês o que é que significa, de 2000 a 2006, a participação do Fundo Nacional na Função Assistência, ou seja, no recurso federal que vai para a Função Assistência Social. A gente observa que, de 2000 até 2003, a participação do Fundo Nacional na Função Assistência cresceu – chegou a 73%, em 2002, caiu em 2003 para 68%, caiu em 2004 para 60%, subiu em 2005 para 65%, e, no Projeto de Lei Orçamentária para 2006, cai para 62%. Ou seja, de todo o recurso da Função Assistência Social 08, essa é a fatia que cabe ao Fundo Nacional. O restante dos outros recursos vai para outras unidades orçamentárias, incluindo o MDS como uma outra unidade, inclusive com o Bolsa-Família e, também, outros Ministérios. A gente sabe que a Função Assistência repassa recursos para vários Ministérios, para programas assistenciais que estão em outros Ministérios, mas, também, para ações que não são de Assistência Social. Por exemplo, demarcação de terras indígenas, *ticket* alimentação para funcionários públicos. Eu não vou detalhar aqui, mas é um recurso da Assistência que vai para outras atividades. Até que ponto isso não é um escoamento ou uma saída de recursos da Assistência para outras áreas? Não há tempo de detalhar, mas essa é uma questão que a gente tem, também, que aprofundar.

Uma outra questão importante é que, se a gente quer ampliar o recurso da Assistência Social, a gente tem que saber de onde vem esse recurso. E de onde vem o recurso da Assistência? A gente sabe que vem do orçamento da Seguridade Social. Agora, de onde





vem o recurso do orçamento da Seguridade Social? Eu só queria pontuar, de 2004 – 2005 não está fechado, por isso eu não trouxe – mas de 2004, e isso é uma tendência anual, o recurso da Seguridade Social ainda vem, predominantemente, 41%, da contribuição de empregador e trabalhador sobre a folha de salários. Isso significa, num Brasil onde metade da população economicamente ativa não contribui para a Seguridade Social, que nós temos aproximadamente, hoje, em torno de – segundo os dados do próprio Ministério da Previdência – 22 milhões de trabalhadores que estão ocupados, têm algum rendimento, mas não contribuem para a Seguridade. Isso significa uma redução de recursos para a Seguridade e, portanto, uma redução de recursos para a Assistência Social, já que os recursos da Assistência Social provêm da Seguridade Social. Além disso, como vocês vêem embaixo, o recurso da Seguridade Social, via desinflação das receitas da União, ainda é subtraído para gerar o superávit primário, o que também extrai recursos da Seguridade e, portanto, da Assistência Social.

**O que é que significa a participação da Assistência Social na Seguridade Social? Quanto é, do orçamento da Seguridade Social, que cabe à Política de Assistência Social?** Isso são dados em âmbito federal. Se vocês verificarem aí na tabela, a gente observa que o MDS, o Ministério, ficou em 2004 com 13 bilhões, o que correspondeu a 5,98% da Seguridade Social. Vocês vão ver que o Ministério da Previdência ficou com 58%, o MDS ficou com 5,98%, em 2004 – só que, deste total do MDS, 5 bilhões para o BPC, o que significa 2,53% da Seguridade, 1 bilhão e 800 para a Renda Mensal Vitalícia, 0,8% da Seguridade, 4 bilhões e 900 para o Bolsa-Família, que corresponde a 2,7% da Seguridade e 1 bilhão e 90 para outras despesas, que é 0,48%. Então **a fatia de recursos do orçamento para outras ações, desconsiderado o Bolsa-Família, desconsiderada a Renda Mensal Vitalícia e desconsiderado o BPC, é muito insignificante.** Nesse sentido, não dá para a gente desvincular essa totalidade de recursos para a Assistência, essa dificuldade de ampliar os recursos da Assistência Social, de ampliar, da forma como a LOAS requer, da forma como o SUAS requer para ser consolidado, da política econômica mais geral. Se a gente não entender isso, a gente continua sem compreender porque é que os recursos não são ampliados de forma que permita, de fato, ampliar e consolidar a Assistência como política pública.

A tabela mostrou, e eu vou reafirmar agora, que os recursos da Seguridade Social, desde 94, vêm sendo, anualmente, usurpados. Recursos da Seguridade Social via Desvinculação das Receitas da União, os 20% legalmente autorizados pela Constituição, são recursos que saem da Seguridade Social para gerar o superávit primário. O que é isso significa em termos de valores? Nós temos um superávit primário – acabou de sair nos jornais – sendo gerado em percentuais bastante superiores ao determinado pelo próprio acordo com o Fundo Monetário Internacional – aí na tabela vocês vêem a comparação entre a meta estabelecida nos acordo e aquilo que o governo vem gerando de superávit. Só em 2004, a meta era 4,5% do PIB, o superávit foi de 4,61% e neste ano, só o recurso do Governo Central, utilizado para gerar o superávit primário, foi de 49,4 bilhões. Desses 49,4, 42,5 bilhões saíram da arrecadação das fontes da Seguridade Social, ou seja, 85% do superávit, gerado com recursos do Governo Federal, vêm dos recursos da Assistência Social. Isso significa menos 42 bilhões de recursos para a Saúde, para a Previdência, para a Assistência Social e, numa perspectiva maior, para outras políticas sociais, se a gente entender a Seguridade como um amplo sistema de proteção social. Isso significa um impacto direto no âmbito da Assistência Social, que a gente não pode deixar de olhar, de considerar e de se posicionar quanto a isso. Eu acho



que esta Conferência é uma Conferência de instância máxima de deliberação da Política de Assistência Social, e não pode fechar os olhos para essa situação, não pode fazer de conta que o orçamento da Assistência Social não vem sendo corroído, não vem sendo impedido de ser ampliado, em função desta política econômica.

Nesse sentido, para finalizar, a gente observa que os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, estão profundamente vinculados ao repasse para o BPC, para o Renda Mensal Vitalícia, e isso vem reduzindo os recursos para outras ações. Essa é uma questão polêmica, mas que eu quero colocar aqui, porque acho que é o momento da gente discutir, inclusive com o Ministério, que está aqui presente, porque, na avaliação que eu venho fazendo, o recurso para as outras ações vem diminuindo em relação a alguns anos. E eu quero apresentar isso para colocar em debate, colocar em discussão, para que a gente possa, inclusive, esclarecer essa questão. Quando a gente olha as outras ações, excluindo o BPC e excluindo a Renda Mensal Vitalícia, a gente observa no recurso nominal que, por exemplo, o Projeto de Lei Orçamentária para 2006 encaminhado ao Congresso, que é de 1 bilhão e 153 milhões, é inferior ao recurso aprovado para 2005, que foi de 1 bilhão e 281 milhões. Significa um decréscimo de 9% em relação ao recurso aprovado e que está sendo executado para este ano. Como implantar e como consolidar o SUAS nessa situação? A gente sabe que o BPC é recurso que vai para os municípios, a gente sabe que a Renda Mensal Vitalícia é recurso que vai para os municípios, mas a gente sabe que quem vai sustentar os serviços socioassistenciais nos CRAS, do ponto de vista do Governo Federal, é o recurso de outras ações, é o recurso dos serviços, acrescidos dos recursos dos estados e municípios. Se a gente relacionar isso com os dados de que os estados não estão investindo, ou estão investindo pouco, e os municípios também, numa situação de reforma tributária que retira recursos dos municípios, qual o recurso que vai sustentar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social?

Nesse sentido, eu gostaria de finalizar dizendo que todas as metas apresentadas na *Fotografia* são absolutamente importantes e têm que ser aprovadas e reforçadas. Mas eu acho, também, que cabe a esta Conferência se posicionar, não só teoricamente, mas, também, politicamente. Se posicionar no sentido de aprovar metas que proponham a reversão da política econômica, com valorização do investimento produtivo, com geração de empregos estáveis e garantidores de direitos e aumento de renda dos trabalhadores; de aprovar meta que proponha a suspensão da sucção dos recursos da Seguridade Social, via Desvinculação das Receitas da União, utilizados para a formação do superávit primário; e aprovar o aumento progressivo do orçamento da Assistência Social, de modo a ampliar a cobertura do SUAS para todos os municípios e estados. Muito obrigada.

**Carlos Roberto de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Nós agradecemos a intervenção da Professora Ivanete. Agora nós iremos passar a palavra ao Secretário Nacional de Assistência Social, Oswaldo Russo. Quarenta minutos.

**Oswaldo Russo – Secretário Nacional de Assistência Social:** Bom dia a todos os delegados, delegadas, observadores, convidados. Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, a Coordenação da Mesa, a Professora Ivanete e a Professora Sposati. Gostaria também de dizer que eu fui privilegiado em estar na Mesa de debates, também, por



decisão da comissão tripartite, formada por gestores estaduais, municipais e federal – registro a presença do Marcelo Garcia, Presidente do CONGEMAS, aqui presente.

É importante - quando a gente tem esse acúmulo todo dessa discussão, não só dessa Mesa como das Mesas anteriores, principalmente pela exposição, hoje, da Professora Sposati e, agora, da Professora Ivanete, nesse momento – dizer que o setor da Assistência Social, a sociedade brasileira organizada, conseguiu isso com um acúmulo, não foi de uma magia, isso não surgiu de uma hora para a outra. Isso é um processo histórico. Nós podemos dizer que no Governo do Presidente Lula, na gestão do Ministro Patrus Ananias, nós tivemos oportunidade de fazer uma inflexão; isso é verdade. A partir da última Conferência da Assistência Social, em 2003, que deliberou pela construção do SUAS, a nova política foi aprovada no ano seguinte, a proposta do Governo encaminhada ao Conselho Nacional de Assistência Social, amplamente discutida em todo o Brasil, e, finalmente, foi aprovada em 2004. A partir daí, com os princípios, diretrizes, conceitos aprovados, regras aprovadas, mais gerais, nós, em 2005, fizemos então, juntamente com os estados e municípios, a implantação, a discussão ampla da regulamentação do Sistema Único de Assistência Social que culminou na Norma Operacional Básica de 2005, que foi aprovada em julho pelo Conselho Nacional de Assistência Social, depois de amplamente discutida em todo o Brasil. Foi desde abril, quando lançamos a proposta preliminar em Curitiba, com 1.200 participantes de todo o Brasil e com 12 reuniões de pactuação na comissão tripartite, até chegarmos ao Conselho Nacional de Assistência Social, onde em 15 de julho deste ano, nós aprovamos a Norma que, de fato, regulamenta, disciplina, enfim, dá uma cara concreta ao Sistema Único de Assistência Social.

Mas esse processo que chegou até aqui, e do qual a gente se orgulha muito, foi construído a partir de um consenso como, várias vezes, já ouvi a Professora Sposati falar. Foi o consenso da Assistência Social que conseguiu isso, ao contrário do SUS, numa analogia; o SUS conseguiu um consenso a partir da [...] não é um pré-requisito da legislação brasileira, isso é uma conquista da legislação brasileira. Mas, para que essa conquista se torne real e eficaz, é preciso que a sociedade se organize e lute cada vez mais. As questões fundamentais de gestão do Sistema Único, além dos Fundos de Assistência Social, além dos Conselhos efetivos, participante, além dos planos municipais, é que a gente tenha como um instrumento de gestão do SUAS – e, às vezes, a gente coloca isso como uma coisa de especialista, de técnico – o orçamento público. Eu me lembro que, quando a gente discutia a questão da criança, falava: *a criança está na escola, a criança é na família*. Quando se discutia política, se dizia: *lugar de criança é no orçamento público*. Da mesma forma, **o lugar da Assistência Social é no orçamento público**, senão a gente não concretiza as ações da Assistência Social. Agora, isso não deve ser delegado. Além das questões limitantes, como colocou a Professora Ivanete, em relação a recursos, ao financiamento, uma questão fundamental é que o orçamento tem que ser construído de um amplo planejamento estratégico, uma ampla discussão com a sociedade, com os setores envolvidos, com os usuários, com os trabalhadores, com as entidades de atendimento, com os gestores, para que a gente possa construir um orçamento público em todos os níveis, do município à União, um orçamento público que reflita as necessidades de cada local e as prioridades de atendimento.

Ao mesmo tempo, nós começamos a fazer isso no Governo Federal. O próprio PPA, O Plano Plurianual, 2005 e 2007, que o Governo encaminhou ao Congresso e foi



aprovado, já foi uma experiência exitosa. E isso deve ser reproduzido – é uma das recomendações – ao nível dos municípios e dos estados, também. Porque nós tínhamos, na época, um grande dilema, no seguinte sentido: estávamos discutindo a regulamentação do SUAS, a discussão da NOB e, ao mesmo tempo, tínhamos que formatar a peça orçamentária, o Plano Plurianual, de acordo com essa reorganização dos programas, dos serviços, dos benefícios da Assistência Social, na lógica do SUAS. E nós conseguimos fazer isso concomitantemente. O PPA que foi encaminhado ao Congresso Nacional e aprovado, já foi na lógica do SUAS. Portanto, demos um passo muito importante para que a gente possa, de fato, ter uma avaliação, um controle dos recursos aplicados, de acordo com essa nova lógica orçamentária. Isso deve ser reproduzido em relação aos municípios e aos estados, também.

A outra questão que a gente deve ressaltar nessa pactuação, é a pactuação que foi feita em cima de **dois princípios fundamentais: da co-responsabilidade de atribuições e, também, no co-financiamento de todo o sistema**. O sistema tem que funcionar de todos os lados. É preciso ter um financiamento cada vez maior, é claro, do Governo Federal, os municípios que têm a parte da execução, também têm que financiar, mas os estados, hoje, eu acho que têm uma parte maior para financiamento, devido, inclusive à análise que foi feita aqui, tanto pela Professora Sposati, como pela Professora Ivanete. Então quanto ao sistema de co-financiamento, não adianta só a gente expandir as metas, a gente reorganizar a gestão da Assistência Social, a gente ter uma nova forma de financiamento mais adequado à Política de Assistência, se nós não tivermos, também, o co-financiamento, porque senão a qualidade pode diminuir, inclusive. O grande avanço que houve, hoje, no SUAS, mais que o financiamento – o financiamento avançou mais na forma de financiamento – **o grande avanço foi a questão do modelo de gestão**, que mudou, a reorganização de uma nova lógica, que vai gerar uma execução da Política de Assistência Social mais de acordo com a necessidade da população brasileira ou, pelo menos, daqueles que necessitam da Política de Assistência Social. Então, é preciso essa ênfase no co-financiamento. É preciso não só nós estarmos na Conferência Nacional apontando os caminhos, os desafios da Assistência Social, mas quando voltarmos para os estados e para os municípios, nos fóruns locais e nos fóruns estaduais, nós precisamos, de fato, estabelecer uma discussão para ampliar o co-financiamento de todos os distritos da Federação.

Uma questão importante que a Professora Sposati falou, que eu acho que devo ressaltar, é que há um rompimento: a implantação do Sistema Único de Assistência Social, e particularmente da sua concretização, através da Norma Operacional Básica, rompe com uma lógica. O Estado brasileiro sempre foi um Estado clientelista, um Estado que sempre usou a Política de Assistência Social, a Assistência Social como assistencialismo, como favor, como política de ocasião, como política eleitoral. Nós, Governo Federal, junto com os estados e municípios e a sociedade civil, a partir desse momento, a partir já da pactuação da NOB, junto com o Sistema Único, estamos rompendo com o clientelismo, com essa fase autoritária e clientelista do Estado brasileiro. Isso é muito importante, porque este é um grande momento da transformação. Acredito que, nos próximos anos, nós vamos consolidar essa decisão, que foi tomada não só pelo Governo Federal, mas tomada pelos estados, pelos municípios e pela sociedade civil, e tomada em Conferência que chegou de 2003 e que se consolida, agora, nessa Conferência de 2005.



**Outra característica básica da gestão do Sistema Único de Assistência Social é que ela se caracteriza com base numa política pública permanente, uma política continuada, uma Política de Estado.** Claro que nós gostaríamos de ter todos os recursos no Fundo, como colocou a Professora Ivanete, mas nós queremos dizer que os recursos, hoje, estão sendo sistematicamente aplicados de acordo com as regras pactuadas, com critérios objetivos, com critérios transparentes, com critérios técnicos, observando, de fato, aquilo que, hoje, a Comissão Tripartite do Conselho Nacional entendeu, a partir de uma discussão nacional, como aquilo que fosse prioritário para a gente implantar o Sistema Único com novas metas. Isso se baseia não só na Norma Operacional Básica, mas em toda a regulação subsequente, em relação aos pisos de proteção social básica especial, em relação à prestação de contas, em relação aos outros projetos, enfim, é importante que tudo, na Assistência Social, começa a ser regulamentado, ser regulado de forma democrática, de forma participativa e tendo sempre, como objetivo, a gente respeitar o pacto federativo. Em relação a isso é importante, também, dizer que a nova política possibilita, também, o Sistema Único de Assistência Social, criar uma sinergia entre os programas, serviços e benefícios da própria Assistência Social, sem falar que isso também vai dar um salto de qualidade para os serviços, públicos também, que não são só da Assistência Social. Então **a lógica do SUAS possibilita, também, essa integração dos programas, serviços e benefícios dentro da área da Assistência Social, e cria novas potencialidades em relação à integração com as demais políticas públicas.**

A questão importante da Norma Operacional Básica, e nós temos que avançar em relação a isso, também, é que ela aumenta a autonomia de gestão dos municípios, numa lógica de gestão e de financiamento. É claro que toda a cultura brasileira foi centralizada, autoritária. Quero dizer que quem formulou, originalmente, a partir dessa discussão, é uma equipe que tem experiência de gestão municipal, de gestão federal, de gestão estadual e, portanto, com uma ampla discussão, a gente foi capaz de dar uma autonomia nos limites – vamos dizer assim – da legislação de hoje. Mas acredito que, com a implantação do SUAS, na consolidação do SUAS, nos próximos dez anos, eu acho que **um dos desafios é a gente ampliar a autonomia dos entes da Federação, principalmente a autonomia dos municípios, e definir melhor o papel dos estados nesse processo.**

Outra possibilidade que o SUAS dá – e nós queremos dizer que já fizemos um Seminário aqui em Brasília, com representantes de vários municípios, gestão plena, e estados. Nós fizemos um Seminário de Gestão, de Informação, onde a gente apresentou toda a nossa política de informação para o SUAS. Acredito que isso é fundamental, o SUAS possibilita isso, é uma exigência do SUAS que a gente tenha um sistema de monitoramento e avaliação compartilhado com os estados e municípios. Isso cria, também, novas forma de relações, de democratização das relações, dos governos, dos gestores, com a sociedade civil e, principalmente, com os conselhos municipais, estaduais, e o Conselho Nacional, de tal forma que as informações possam ser publicizadas, de forma transparente, de maneira que os gestores, os conselheiros e, enfim, a sociedade de uma forma geral, possam exercer o controle social e que a gente possa potencializar as ações com a sociedade.

É importante a gente dizer que nessa pactuação que houve, esse pacto federativo que ocorreu, nós fizemos um importante momento: a gente tornar todo esse sistema informatizado, que possibilitou tudo isso, é claro; é um sistema automático, vão ser





repasses regulares. Estamos, na verdade, implantando o sistema. Implantamos o sistema em setembro, com o repasse dos novos recursos, e, a partir daí, nós estamos consolidando esse sistema do SUASWeb e todo o sistema de informação do SUAS, de tal forma que, a partir do próximo ano, a gente tenha todo aquele passivo que existia de atrasos, e a gente possa resolver. Na verdade, aquela forma convencional, aquele papelório todo que não controlava absolutamente nada, a não ser se gastou ou se não gastou, a partir de agora vai ser substituída por formas mais automatizadas, mais próximas dos gestores, de tal forma que tenham também um maior controle e avaliação. Então a questão de atraso de recursos é um dos nossos objetivos, o sistema vai se apropriar e, a partir do próximo ano, nós estaremos realizando automaticamente. Queremos, inclusive, dizer que já autorizei o pagamento dos recursos de novembro do Fundo Nacional de Assistência Social e eles estão entrando na carga, hoje, no SIAF. Então nós podemos, daqui a pouco, acessar o SIAF e verificar os recursos de novembro para todos os municípios e estados de todos os programas e serviços.

Eu acho que tem dois instrumentos – e não houve oportunidade de fazer detalhes aqui, na exposição da Sposati – tem dois instrumentos, dois equipamentos públicos que estão virando vitrines da proteção social do Sistema Único de Assistência Social: é o CRAS, Centro de Referência de Assistência Social – que o nosso Ministro também chama, e está na NOB, Casa das Famílias – que é o instrumento básico, o equipamento público básico da proteção social básica, e os CREAS, que são os centros especializados e que são os serviços da proteção especial. Nós fizemos uma expansão de metas, quer dizer, o SUAS começou com uma expansão de metas. Os dados que foram apresentados aqui não levam em conta os de 2005. Em 2005 nós tínhamos – para a gente ter um flash – recursos, falando só da proteção social básica, sem falar no BPC, que já foi amplamente falado, são dois milhões e meio de idosos e pessoas com deficiência, que recebem o benefício mensal de um salário mínimo, com grande impacto na economia local e na renda das famílias. Mas o importante é que na proteção social básica nós tínhamos a implantação dos CRAS, que é o equipamento básico da proteção social básica, e nós tínhamos, financiados pelo Governo Federal, 1.007 CRAS no Brasil. E com a expansão de metas do SUAS nós passamos de 1.007 para 1.777, em cerca de 1.200 municípios do Brasil. É evidente que houve um esforço grande para a gente financiar, no próximo ano, provavelmente, não levando em conta as emendas parlamentares, nós já temos recursos para financiar 550 CRAS no Brasil, e queremos dizer que o *Agente Jovem* dobrou de atendimento, quer dizer, do benefício do *Agente Jovem*, de 105 mil para 112 mil, mas queremos dizer, também que, na proteção básica, nós precisamos fazer muito mais. Esses serão os desafios que a gente vai ter que fazer. Daqui a pouco eu vou concluir, dizendo quais seriam os desafios, do meu ponto de vista.

Na questão da proteção especial, a própria NOB preservou ainda a identidade dos programas, até porque nós queremos integrar os programas e serviços, transformar em serviços continuados, mas sem perder, enfim, o atendimento específico que é preciso no caso da violência sexual e da questão do trabalho infantil. Mas nesses dois, mesmo na questão do PETI – o próprio Ministro falou aqui, não vou entrar em detalhes – vai haver uma grande expansão do PETI no próximo ano, tem recursos já alocados para transferência de renda para as famílias, e já tem recursos, também, para a jornada ampliada, para as ações socioeducativas; ainda não 100% da jornada ampliada, mas teremos no próximo ano. E, na violência sexual, houve um grande salto de atendimento: nós tínhamos 314 municípios com o programa implantado e, hoje, nós vamos ter 1.104



municípios em todo o Brasil, inclusive com serviços regionais em seis estados e, também, em consórcios e associação de municípios. Então houve um grande avanço nesse sentido.

Mas eu faria a conclusão dizendo, do meu ponto de vista, o que eu considero os **desafios da Assistência Social:**

1. Precisamos manter o espírito republicano e o pacto federativo, para que a gente consiga consolidar a Assistência Social como Política de Estado, no Brasil. o que se acumulou até aqui, o pacto federativo que foi feito em 2005, implantando o SUAS, através de uma Norma Operacional, esse pacto tem que continuar. É preciso que esse seja o primeiro desafio.
2. Não é fácil manter desafios e, por isso, tem que ter um segundo desafio. O próximo ano é um ano eleitoral. Eu acho que, pela tradição brasileira de exploração eleitoral na área social, o próximo desafio que nós temos na área da Assistência Social é a gente exercer toda a nossa influência para que os governantes não sejam tentados a fazer demagogia e fazer promessas inalcançáveis no processo eleitoral, em relação à Assistência Social. É preciso responsabilidade política em relação a isso.
3. Construir, como a gente está construindo nas Conferências Estaduais, Municipais e, agora, na Conferência, até porque o tema central foi isso – *O SUAS Plano 10* – um plano estratégico para os próximos dez anos, que seja, de fato, monitorado, que seja cobrado, que seja executado por todos os gestores em todos os níveis. Esse plano estratégico tem que ter uma questão, pelo menos, entre outras que foram colocadas aqui: é a universalização da proteção social básica. Precisamos construir, nos próximos dez anos, a proteção social básica para todos que necessitam da proteção social básica no Brasil. E, para isso, a gente acredita, como subitem disso, na implantação de CRAS, pelo menos um em cada município do Brasil. É importante isso. É claro que eu não consultei a Comissão Tripartite, é uma proposta de Conferência, não é necessariamente uma proposta minha, é da Conferência. Eu quero dizer que nós fizemos critérios objetivos, este ano, para partilha de recursos: dividir por portes, a população do município, o percentual de pobres no município, abaixo de meio salário mínimo, a capacidade de investimento do município e o grau de recursos federais transferidos para a proteção social básica. Quanto maior a população, quanto mais, percentualmente, a população for pobre, quanto menor a capacidade de investimento do município, quanto menor foi o grau de transferência de recursos, em 2005, para os municípios, mais prioritário era o município. Então foi um critério público. Tem problemas, é claro, todo o primeiro critério tem problemas. Acredito, até, que os municípios de metrópoles foram bem contemplados, nesse primeiro critério. Acredito que devemos ter um esforço – vamos discutir isso, é um problema para a gente discutir, é uma questão polêmica – acho que deveríamos concentrar esforços nos municípios de pequeno porte I e II, que tenham uma quantidade de indigentes muito grande e que a gente precisava de pelo menos um em cada município. No próximo ano a Comissão Tripartite já pode discutir os novos critérios para os novos CRAS, por exemplo, e outros serviços.
4. O quarto desafio é o desafio que foi da Mesa anterior, e que eu só vou repetir: criar uma política sustentável de recursos humanos, sem a qual não haverá



universalização com qualidade. É preciso ter uma política sustentável e essa política – e aí eu vou cometer uma heresia, porque eu estou aqui no meio da Academia, eu sempre falo isso – tem que ter uma política de formação na universidade também, de acordo com essa nova realidade do SUAS. Eu acho que devemos discutir isso, a universidade tem que estar aberta a discutir uma formação com essa nova lógica do SUAS. É claro, não é o SUAS que vai pautar a universidade; a universidade é ciência, enfim. Mas eu acho que nós devemos discutir a realidade brasileira, pelo menos. O SUAS faz parte, hoje, do enfrentamento dessa superação. A capacitação continuada, como falou a Mesa anterior e a valorização dos profissionais que atuam na Assistência, não só os Assistentes Sociais, mas também os Estatísticos, como eu. Tem que haver valorização dos profissionais, como na Educação, também. É muito importante que os profissionais sejam adequadamente remunerados, estejam adequadamente formados e que possam, de fato, ter capacitação continuada, sem a qual não há qualidade na Assistência Social, pelo menos a qualidade que todos nós desejamos. E é preciso, para que isso tudo aconteça na Política de Recursos Humanos, que nós tenhamos uma política de atendimento, na área de Assistência Social, de servidores concursados. Não é possível ter política continuada, universal, sem servidores concursados. Isso é preciso. Vários municípios já estão dando o exemplo e o nosso Ministério, como disse a nossa Secretária Executiva Márcia Lopes, no início do próximo ano, vai estar fazendo um concurso público para ter o primeiro quadro efetivo do Ministério do Desenvolvimento Social, que foi criado em 2004 e não tem, ainda, um quadro próprio de pessoal e, agora, vai ter um concurso para preencher as primeiras vagas desse quadro próprio.

5. O quinto desafio, que eu considero que foi a praia da Professora Ivanete, é ter uma política adequada de financiamento para ter tanto a universalização quanto a política de recursos humanos. É preciso haver uma política adequada de financiamento, com mais recursos, é claro e com aplicação melhor. O SUAS já vai aplicar os recursos melhor; eu acho que nós vamos ter um resultado melhor com os mesmos recursos hoje, com o SUAS, mas queremos mais, para universalizar e ter um atendimento cada vez mais de direitos do cidadão. E eu acho que no financiamento é importante, **primeiro, ter o co-financiamento** – precisamos insistir nisso. **Segundo, temos que ter pisos mais compatíveis com os custos de serviços** – claro, tendo um financiamento mais adequado, os pisos tendem a melhorar. **Terceiro**, que é matéria de discussão no Congresso Nacional, mas é um certo consenso na área de Assistência, ainda que os gestores, as municipalidades tenham diferenças, os estados tenham diferenças, mas **ter um projeto de Emenda Constitucional** – que pode não ser exatamente aquele, mas alguma coisa nesse sentido – **que fixe um percentual mínimo de aplicação na área de Assistência Social, em todo o Brasil**. Isso pode até ser gradativo, mas acredito que é importante para garantir a política continuada. Eu não ia falar, mas vou falar da questão da política econômica. É claro que nós temos uma política econômica – ainda que tenha diferenças com a política anterior – mas existem alguns traços fundamentais que, quem discute isso, pegando um campo mais progressista, diz que é um traço, vamos dizer assim, mais conservador. É claro que é preciso dizer também, é muito importante dizer isso, porque, no governo anterior, a nossa credibilidade já estava abalada na



economia. E num país como o Brasil, internacionalizado, dependente, endividado, no mundo unipolar, hoje, de uma hegemonia política, militar e econômica dos países industrializados, não há uma correlação de forças para a gente fazer esse enfrentamento no nível que a gente deseja. Mas a gente tem que fazer alguma coisa, tem que fazer alguma transição. Uma transição que seja – eu não sou economista – da taxa de juros (não sei como) mas, também, do superávit primário. Até porque o limite de pagar a dívida é o limite de a gente não deixar morrer as nossas crianças no Brasil. Eu defendo essa transição, é importante, isso. Mas como o nosso governo é democrático, a gente pode falar isso abertamente, mas tem que ter responsabilidade. Não queremos fazer a mudança perdendo o que conquistamos; não queremos fazer a mudança para desorganizar a economia do Brasil; não queremos fazer a mudança para fazer os adversários, os detentores do grande capital, dominarem, de novo, todas as políticas sociais no Brasil. Eles não querem aplicação para pobre, só querem aplicação para investimento de estrada. Que é importante, sim, **temos que retomar o crescimento econômico, temos que investir mais maciçamente em Educação e temos que universalizar a proteção social.** Eu acho que são os três ingredientes para a gente fazer uma mudança mais radical no Brasil.

6. Com base nisso, a gente fala no sexto desafio, que é fazer a integração das políticas públicas. A Política da Assistência Social não daria nem para integrar, até bem pouco tempo – está aqui a Natália, que é da Educação, eu fui da Educação também – não daria, porque a Política da Assistência Social sempre foi a prima pobre da política pública. Com o SUAS, vai deixar de ser a política pobre, vai ser uma política igual à Educação, Saúde e às outras políticas. E aí a gente pode falar em integração em igualdade de condições. A Assistência Social é uma porta de entrada; todo o mundo quer que a Assistência Social seja a porta de saída. Nós até podemos ajudar como porta de saída também, mas o principal dela é a porta de entrada. As outras políticas têm que funcionar de forma integrada com a Assistência Social.

E por último, **os desafios dos desafios**, que não dependem da nossa Conferência, dependem de todas as Conferências, dependem de todo o Brasil, de toda a energia construída pelos movimentos sociais, pelos partidos políticos, pela sociedade, por todos os governos, não só o nosso. Nós temos que ter um compromisso, que é o desafio: a gente construir um país onde a gente faça a erradicação da pobreza, de uma forma absoluta, que a gente reduza, drasticamente, as desigualdades – sejam regionais, sejam sociais, sejam econômicas – que a gente construa um país que não tenha violação de direitos, que seja um país, de fato, de todos nós. Um grande abraço.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Vamos agradecer ao nosso Secretário Nacional de Assistência Social, pela brilhante exposição.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Delegados e delegadas, nós iremos agora para o debate. Esses dois companheiros, essa companheira e esse companheiro, uma de preto e o outro de branco, vão receber os crachás para as



inscrições. São três minutos. Companheira, diga o nome do primeiro e, depois, vai trazendo o resto e eu anoto aqui. Alderir. Três minutos.

**Alderir Gualberto Penha – Inspeção Salesiana de São Paulo/SP:** Bom dia, Mesa. Gostaria de fazer uma consideração e uma pergunta para a Professora Ivanete, no que se refere a essa questão do orçamento. A gente vem acompanhando, assim como alguma parte dos presentes e, mesmo, alguns membros da Mesa, a questão da Assistência, há um bom tempo. Só que passa Conferência, vem Conferência, e a gente não consegue uma efetivação e, realmente, uma dotação orçamentária adequada para fazer frente à questão de quem, realmente, necessita da Assistência, como também um financiamento digno, para que esses serviços possam, de fato, contemplar o usuário no que se refere a um bom atendimento. Então a minha pergunta é: como nós estamos trabalhando numa meta decenal, o que é que é possível ser feito para que nós tenhamos um compromisso dos gestores das três esferas, no que se refere a uma questão orçamentária, principalmente para os serviços continuados? Porque eu acho que esse serviço, como é um serviço continuado, tem que ter uma base de financiamento, uma base de possibilidade de reajuste, de adequação dos custos frente às novas necessidades, contemplando os aspectos que já foram colocados aqui, de recursos humanos e outros.

E uma questão polêmica, que eu gostaria de deixar para a Mesa, também, é uma situação que a gente tem muita dificuldade em trabalhar e assumir, politicamente, esse enfrentamento: é a questão das emendas parlamentares, na qual o Deputado, com a atribuição que ele tem, faz uma emenda parlamentar, às vezes para um serviço, às vezes para um projeto pontual para uma determinada entidade e você tem que ter a contrapartida municipal, tirar dinheiro do financiamento da política do município, para fazer frente a uma questão pontual de uma demanda parlamentar. Então, que pacto é possível ser feito através dessa Conferência e, futuramente, através de uma legislação, para que, realmente, o dinheiro das emendas vá, efetivamente, para os Fundos Municipais, nas três esferas, para o financiamento da política como um todo? Obrigado.

**Natália de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Rosângela Dias, do CNAS.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Três minutos, com dois avisos.

**Rosângela Dias – Conselheira Nacional do CNAS:** Obrigada. Eu sou Rosângela, Conselheira Nacional do CNAS, e gostaria de falar aqui em nome, também, da Delegação de São Paulo, que me pediu para fazer uma fala. Nós achamos super importante o *Álbum de Fotografia* que está sendo apresentado, porque é um esforço fundamental do CNAS, do CEDEST, no sentido de trazer e dar visibilidade para o quadro que a gente tem no país. Mas, como já foi dito ontem, aqui, inclusive pela Márcia Pinheiro, nossa Presidente, num *Álbum de Fotografia*, a *Fotografia* vai mudando: a gente tem fotografia em branco e preto, fotografia colorida, às vezes um pouco embaçada e a gente vai ter que fazer um esforço agora, permanente, de correções, de atualização, que já é o compromisso do Conselho Nacional, no sentido de que a gente reveja alguns dados, algumas informações que já foram mostradas aqui e que





precisam de uma maior precisão, e que a gente faça, então, uma nova publicação deste *Álbum de Fotografia*. Mas a *Fotografia* é isso: ela sempre vai trazer o momento. E, por conta dos nossos prazos, a gente sabe que teve problemas nesse processo. Então, nesse sentido, em nome da Delegação de São Paulo, eu gostaria só de trazer algumas correções [...] a gente possa ficar mais claro. São Paulo nesse momento, em outubro, em 28 de outubro, publicou uma Portaria, a Portaria nº 12, onde nós temos 96,74% dos municípios habilitados e, apenas 3,26% dos municípios de São Paulo não estão habilitados. Isso é importante, no sentido de que a gente reconheça o esforço feito pelo Conselho Nacional, de habilitação. Muito obrigada.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Próximo.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Rosemary Medeiros Pereira. Três minutos.

**Rosemary Medeiros Pereira - CRESS/RN:** Eu sou Rose, Assistente Social. Gostaria de fazer a seguinte questão para a Mesa: para a construção da Política de Assistência Social que queremos, na perspectiva do SUAS – e aí a gente inclui toda a Plenária, nessa questão dessa política que a gente tem aqui defendido – eu queria saber da Professora Aldaíza e da Professora Ivanete Boschetti a questão do percentual de fixação da receita, que a Saúde, nesses anos do SUS, conseguiu garantir. Eu queria que vocês orientassem a gente, Delegados, para que a gente possa estar deliberando em cima desse percentual. O que é que está se discutindo, quais são os estudos que têm? É cinco, é dez, que receitas são essas, são essas mesmos? Tem outras fontes de receita que a gente possa estar deliberando? Eu queria uma orientação, porque eu sei que vocês, ao longo desses anos, vêm discutindo, vêm analisando, vêm propondo. Tem também a questão do percentual do co-financiamento, para as três esferas de governo.

Para o nosso Secretário, Oswaldo Russo, eu gostaria do seguinte esclarecimento: sobre os recursos dos saldos financeiros que foram recolhidos para o Fundo Nacional de Assistência Social, na perspectiva de ser para a construção do SUAS, eu gostaria de saber como é que está esse processo. Eles realmente vão ser revertidos para a construção do SUAS, como é que os municípios vão ser atendidos, qual é a proposta que o Ministério tem diante dos saldos recolhidos? E a outra questão, se ele também quiser se posicionar com relação ao co-financiamento, está aberta a questão. Muito obrigada.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Assis Firmino da Silva, da Paraíba. E a próxima é Elaine Rossetti Behring.

**Assis Firmino da Silva – Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marina/PB:** Eu esqueci de registrar a minha cidade ontem, eu sou Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Marina, Paraíba. A gente quer, também, aqui cumprimentar a Delegação da Paraíba na pessoa da Doutora Alcione, que



é da cidade de Alagoinha, na minha região. Nós estamos vendo aqui o que já foi apresentado desde o primeiro dia. As pessoas que aqui se encontram, na sua grande maioria são representantes da sociedade civil organizada, e, nesse país, as coisas só funcionam porque a sociedade civil organizada está sempre nas ruas, está sempre nos encontros, está sempre pedindo, está sempre clamando, porque se fosse esperar pelos poderes nos municípios, nos estados e no país, talvez não funcionasse. Eu vi bem a questão da gestão e quero chamar a atenção dos senhores dizendo que aqui é uma realidade, mas, nos municípios, é totalmente diferente. A gente viu aqui, agora há pouco, a questão da gestão: 43% no comando das Senhoras Primeiras-Damas, mais uma porcentagem de pessoas ligadas à administração. E onde fica a sociedade para brigar com esse povo, para enfrentar esse povo, cara a cara, nas reuniões? É necessário fazer isso, porque o que se vê é as Secretarias de Ação Social, nos municípios, nesse país inteiro, deixarem de atender uma senhora humilde, uma senhora pobre, porque ela não votou no cidadão que está lá no comando do município. A quem se pode reclamar, se lá ela está no comando, o seu esposo, na Prefeitura, a maioria do pessoal, também no comando? Então eu quero, nessa minha fala, dizer que é importante a nossa participação. E quero aqui – não poderia esquecer – registrar um segmento de pessoas nesse encontro: são as pessoas que são portadoras de deficiência física, que aqui se encontram, enquanto outros delegados, que foram escolhidos nos estados, aqui não compareceram. Eu quero fazer esse registro.

E, só para encerrar, gostaria de perguntar ao Doutor Oswaldo Russo o que eu perguntei na Paraíba e disse que perguntaria também aqui em Brasília, já que fui escolhido: o Programa do PETI muitas vezes atrasa um mês, dois meses. O pessoal que tem filhos no PETI espera chegar aquele dia para receber aquela pequena quantia. Mas eu pergunto: porque é que não atrasam os salários dos Deputados, Senadores e do pessoal do Governo Federal? Não é para se fazer justiça? Que os Deputados recebam seu salário, é justo, mas que os programas sociais que vão para os municípios sejam repassados na data certa, porque quem tem um valor pequeno para receber está esperando que chegue o dia para poder receber. Um abraço a todos e muito obrigado.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Assis, nós estamos com um problema aqui na Mesa. A gente não está conseguindo ouvir as perguntas de vocês. Eu vou solicitar faça novamente a pergunta, olhando para cá. E vou recomendar a vocês todos que vierem se manifestar – nós temos mais quinze intervenções – que falem para o Plenário, mas, quando forem fazer a pergunta, virem para a Mesa, para que a gente consiga ouvir. Então Assis, olhando para a gente, faça a pergunta, por favor.

**Assis Firmino da Silva – Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marina/PB:** Eu fiquei assim porque eu achava que não podia ficar de costas para o Plenário, por isso eu não fiquei olhando para vocês. Com todo o respeito que eu tenho a vocês, acho que o Plenário está aqui presente e a gente não pode falar de costas para uma multidão dessas aqui presente. Eu falei com relação à questão de Primeiras-Damas dos municípios. O que é que foi colocado aqui para todo o mundo? Que os recursos que vão para os municípios são destinados aos programas sociais da cidade; isso está aqui no papel, está nas *Fotografias*. O que é que acontece nos municípios desse país inteiro? É que a Primeira-Dama, por ter o comando da Secretaria, por ter o seu esposo Prefeito, por ter a maioria da Secretaria e dos Conselhos Municipais, discrimina pessoas



humildes, pessoas pobres, pelo fato daquelas pessoas não terem seguido a linha política do seu esposo. Isso é uma questão arcaica desse país e muito atrasada. Os recursos do Governo Federal vão para os municípios para toda a população, independente de que ela seja do partido A, do partido B, religião A, religião B. O cidadão humilde, simples, não tem nada a ver com a política do município. Os programas federais têm que ir para os municípios e têm que, na verdade, preencher as vagas do pessoal mais necessitado.

Com relação ao Doutor Oswaldo Russo, a quem eu tenho muito respeito, ele esteve lá na Paraíba e eu perguntei a ele lá e disse, que se viesse para Brasília, faria a mesma pergunta. Perguntei, na Paraíba, porque é que o Programa do PETI, que é um programa que paga uma quantia muito pequena às mães do PETI, às vezes atrasa um mês, dois meses. Por que é que atrasa? O Governo tem tantos funcionários cuidando disso, por que é que atrasa? Doutor Oswaldo Russo, atrasa a pequena quantia que vai para os humildes do interior, mas não atrasa o salário dos Deputados e Senadores que estão no Governo. Se há justiça, é para ser por igual.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Elaine Behring, e a próxima é Ieda Maria Nobre de Castro, do Ceará.

**Elaine Rossetti Behring/RJ:** Bom dia. Eu sou Elaine, do Rio de Janeiro. Eu queria colocar algumas questões para a gente pensar e talvez acrescentar na agenda que foi apresentada pela Mesa, que eu acho que acaba se complementando. Uma agenda para dentro, para a gestão e para a relação com o financiamento a partir dos recursos que nós temos, e uma agenda para fora, que implica numa mobilização política da área da Assistência Social, se juntando a outros segmentos da sociedade brasileira, no sentido de redirecionar a política econômica e criar uma vontade política de transição para uma nova política econômica, porque, na minha opinião, ou essa vontade política é criada a partir de baixo, ou ela não virá. Nós temos acompanhado o debate nos jornais. O PIB brasileiro caiu no último trimestre, nós temos visto o Ministro da Fazenda defender um superávit primário ainda maior do que ele é hoje, chegando a 6%, inclusive na perspectiva dos próximos dez anos, nós temos assistido ao debate da Super Receita, que vai ter implicações importantes para o financiamento da Seguridade Social, para as políticas sociais. Então, me parece que, ou essa vontade política de transitar para uma nova política econômica vem a partir de um posicionamento claro das Conferências, principalmente na área social, ou a gente ainda vai penar com essa política, durante alguns anos. Queria afirmar isso, porque eu acho que é importante. Nessa direção, eu queria acrescentar, na agenda que está sendo proposta, a questão da reforma tributária. Nós temos, hoje, uma concentração da extração de recursos, na União, de cerca de 68%. Quando se dá o repasse para os estados e municípios, as transferências constitucionais, Fundo de Participação dos Estados e Municípios e demais transferências, isso ainda cai, apenas, para 59%. E nós sabemos, também, por dados do próprio IBGE, que 10% dos municípios brasileiros não têm sustentabilidade, hoje. A gente teve uma super criação de municípios, a partir da Constituição de 88, muitos deles com muita dificuldade de se sustentar, de ter recursos próprios. Então é nesse contexto que a gente tem que pensar o SUAS. Nesse sentido eu acho que tem que ter uma reforma tributária, que não é essa que aconteceu agora, que, inclusive estendeu a DRU até 2007; é uma reforma tributária que mexa com o problema redistributivo no Brasil. Essa reforma que houve – eu nem



chamaria de reforma – fez parte dessa reconcentração dos recursos que atravessou toda a era Cardoso e, lamentavelmente, permanece, ainda, no Governo Lula. Então, são essas as questões. Eu acho que é importante acrescentar a questão da reforma tributária na agenda. Obrigada.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Muito obrigado. Ieda, Erno Schmidt, do Mato Grosso do Sul e o próximo é Anacleto Brunoro, do Espírito Santo.

**Ieda Maria Nobre de Castro – Secretária de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú/CE:** Bom dia. Sobre esse ponto de gestão, eu queria...

**Carlos Rogério de C. Nunes - Conselheiro do CNAS:** Nós queríamos avisar que, na fala da Ieda, se encerram as inscrições.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Nós temos mais dezenove falas.

**Ieda Maria Nobre de Castro – Secretária de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú/CE:** Então, com relação à gestão, eu queria iniciar cumprimentando a equipe da Secretaria Nacional de Assistência Social pela agilidade com que conseguimos avançar, em termos de gestão, na área da Assistência Social. Infelizmente, o ritmo do financiamento não acompanhou. Se tivéssemos acompanhado, com certeza a gente teria dado saltos bem mais significativos. Mas estamos de parabéns, pelo que nós já conseguimos no campo da gestão. Eu teria três questões para colocar, duas do campo da gestão e uma do campo de financiamento. Do campo da gestão, uma preocupação e uma questão: que mecanismos nós poderíamos estar adotando para eliminar a competição entre estados e municípios na execução direta da proteção básica? Esse é um grande problema que a gente vivencia, pode não ser uma experiência particular do Ceará, mas pode estar acontecendo, quer dizer, a NOB não tem sido suficiente. Que mecanismos nós poderíamos utilizar?

A outra questão é: é possível regulamentar os benefícios eventuais já no primeiro trimestre do ano de 2006, para evitar que, mais uma vez, os benefícios eventuais sejam utilizados como moeda de troca para obtenção de votos, visto que as doações ainda são presentes em estados e municípios? A outra questão é: a partir da discussão do pacto, é possível que esse pacto continue sendo firmado, fortalecendo as CIBs, e não se concentrando, apenas nas CITs, visto que as CIBs se sentem fragilizadas, nesse momento?

E uma última questão é a questão de financiamento. Ivanete, uma das questões que a gente vem discutindo é a vinculação constitucional de recursos para a Assistência Social. É possível a gente pensar nessa perspectiva, ela seria uma saída? E sobre qual montante? Sobre receita ou sobre o PIB, visto que, na disputa que a gente tem por orçamento no município, a gente perde feio para a Educação e para a Saúde, porque o mínimo constitucional para essas duas políticas não dá conta das necessidades, e aí a



gente fica sempre com algumas sobras, que não são suficientes para tratar nem os riscos, quanto mais as potencialidades.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Muito obrigada, Ieda. Erno Schmidt e, o próximo, Anacleto Brunoro.

**Erno Schmidt – Coxim/MS:** Digníssima Mesa, prezados Delegados: Doutor Oswaldo, o nosso Ministro, no seu pronunciamento, falou que o orçamento de 2005 é de 17 bilhões e o de 2006, 21 bilhões. A minha pergunta é rápida: qual a porcentagem que foi gasta, até outubro, deste montante do nosso orçamento?

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Anacleto Brunoro. A próxima é Fátima V. F. de Souza, do Rio de Janeiro.

**Anacleto Brunoro Jr. – Castelo/ES:** Doutor Oswaldo, o senhor falou da questão da formação universitária, e eu levanto um questionamento: como poderemos querer das universidades uma formação acadêmica direcionada à filosofia do SUAS, se o Ministério da Educação autoriza Cursos de Graduação à Distância de Serviço Social, nesse momento?

E o outro questionamento é: quais os percentuais que vamos direcionar, nessa Conferência, para o orçamento da Assistência Social, porque temos municípios com 6% já garantidos para a Assistência Social. E ontem, a gente recebeu um documento do CNAS, propondo 3%. Então essa questão é preocupante, uma vez que a gente, ontem, recebeu um documento do CNAS propondo 3%, e temos municípios no país já com garantia de 5%.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Muito obrigada, Anacleto. A próxima é Fátima de Souza e, após Fátima, Ana Verônica, de Pernambuco.

Fátima Valéria Ferreira de Souza/RJ: Bom dia para todos. Eu queria, também, parabenizar a Mesa e, em especial a Professora Ivanete, que acho que colocou um pouco das inquietações desse Plenário. Eu não tenho questões, mas algumas colocações. Essa é a minha terceira Conferência, eu já discuti aqui com alguns companheiros, porque me parece que é uma Conferência que, na minha percepção, está um pouco fria, e eu não sei porque. Reconheço a importância da *Fotografia*, mas eu acho que esse retrato, esse esforço do Conselho Nacional e da Secretaria Nacional de ter esse mapeamento, acabou engessando tanto a Conferência Nacional como as Conferências Estaduais e as Conferências Municipais, porque a gente acabou ficando restrito a discutir aquele modelo, e como o tempo de discussão é sempre curto, eu acho que isso prejudicou um pouco.

Eu queria colocar uma questão para o Secretário, porque o senhor colocou alguns desafios e, na sua fala, eu estava pensando que parecia uma fala de sociedade civil





colocando uma cobrança para o Governo, e o senhor é o responsável. Então, a gente está aqui assinando embaixo esses desafios, querendo um compromisso maior da Secretaria de Assistência e saber qual o papel e o peso, de fato, da Secretaria de Assistência dentro do MDS.

Uma outra questão que eu queria levantar é a questão do financiamento, que não apareceu, que é a questão do financiamento para programas por editais. Essa questão com financiamento por editais, que, a princípio, parece um modelo mais democrático, acaba dando um tratamento desigual, porque os municípios têm pesos desiguais em termos de equipe técnica, de número de dados, e a maioria dos editais do MDS saíram, todos, no segundo semestre, com prazo curto. Eu sou Professora da UFRJ, presto assessoria para o Município, e vejo a dificuldade que os municípios têm para cumprir, o que acaba fazendo com que os municípios de maior porte, que têm equipe maior, consigam, de fato, cumprir. Então eu queria repensar isso, no sentido de haver uma assessoria, para que os municípios não percam prazos e fiquem à mercê dos editais. Obrigada.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Antes da fala da Ana Verônica, parece que tem três ou quatro inscrições que foram feitas. Tem uma polêmica, dizem que não foram feitas antes, e outros falam que foi antes.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Nós estamos fazendo a seguinte proposta: são duas inscrições. Nós abrimos à Plenária se aceita mais essas duas inscrições.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Vamos aceitar? Por favor, quem concorda levante do crachá!

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Mas só essas duas, correto? Muito obrigado, pode abaixar o crachá. Quem é contra? Abstenção? Obrigado. Estão aceitas as duas.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Ana Verônica, de Pernambuco. A próxima é Maria Lúcia Moreira, de Alagoas.

**Ana Verônica de Oliveira Luiz e Silva – Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social – Lagoa do Carro/PE:** De antemão eu gostaria de cumprimentar a Mesa e vou falar direcionada ao Dr. Oswaldo Russo, que esteve em Pernambuco, na nossa Conferência Estadual – foi uma satisfação para nós – e, naquele momento, eu perguntava e solicitava uma confirmação do Governo Federal. Como a colega aqui falou, nós temos o senhor como a porta de entrada da nossa Assistência Social, o senhor é a personalidade correta de se falar da Assistência Social, depois do Ministro. Então a gente gostaria de ter a confirmação no tocante aos municípios de pequeno porte, quando se fala da implantação do CRAS. É sabido que o CRAS é a porta de entrada da



Assistência Social, mas os municípios de pequeno porte ficaram fragilizados, porque tiveram co-financiamento, na sua grande maioria, só pelo Governo Estadual, e não Federal. Por exemplo, a região da Zona da Mata Norte, de Pernambuco, tem 19 municípios; só 04 foram financiados pelo Governo Federal. E a fragilidade orçamentária dos municípios de pequeno porte faz com que, na verdade, a execução das ações da Assistência Social não seja levada como deveria ser, com bastante qualidade. Então, eu ficaria inquieta, se eu não pudesse lhe perguntar, mais uma vez, reafirmar e pedir a sua confirmação, porque eu tenho a responsabilidade de reportar isso para os municípios de pequeno porte: se vai ter o co-financiamento a nível de Governo Federal para esses municípios, porque, reafirmando, os municípios não têm nenhuma condição financeira de manter o CRAS; *empurrar de barriga*, a Assistência Social não quer mais ninguém fazendo isso. Muito obrigada.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Próxima inscrita, Maria Lúcia Moreira, de Alagoas.

**Maria Lúcia Santos Moreira da Silva – Conselho Estadual de Assistência Social/AL:** Eu sou Lúcia, sou do Conselho Estadual de Assistência e gostaria que fosse feito um esclarecimento sobre o Fundo de Combate à Pobreza. Alagoas tem um Fundo de Combate à Pobreza, criado recentemente, paralelo ao Fundo Estadual de Assistência. Os recursos do Fundo de Combate à Pobreza não são receita do Fundo Estadual, têm um conselho próprio, e eu gostaria que vocês esclarecessem se isso está correto e qual é a função do Fundo de Combate à Pobreza.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** O próximo é Alcérrio Couto, da Bahia, e queria chamar para se dirigir, já, ao microfone, Clodoaldo Leite, de São Paulo.

**Alcérrio O. Couto – BANMFF/BA:** Eu vou ser bem breve, para que as outras pessoas possam fazer uso da palavra com a Plenária, com pessoas que, realmente, tenham um compromisso. Eu vou sempre enfatizar isso, que as pessoas tenham um compromisso, que nós viemos, realmente, defender uma área que precisa de responsabilidade, que é a área social. Eu gostaria de fazer uma pergunta à Professora Aldaíza, sobre essa questão do financiamento. Essa política social, desenvolvida pelo Governo Federal, no papel é muito bonita, e a praticidade dessa política não acontece, principalmente quando a gente fala em relação à zona rural. Eu sou da Bahia, da cidade de Maracás, onde tem uma extensão rural muito grande, e essa política não chega até lá com financiamento do Governo Federal. O que é feito? Primeiro, nós falamos sobre o êxodo rural; isso acontece e é um crime tremendo para a questão das mazelas sociais. Nós vamos ver, nas estatísticas sociais, que isso se apresenta, em todo o Brasil: se você vê índice de criminalidade em São Paulo, nos grandes centros, você vai ver que são sempre pessoas que têm uma sub-instrução, e isso é devido à não informação, à formação e ao sentido de gerenciamento de financiamento à política social na zona rural. E sou solidário com as pessoas da zona litoral, porque o que acontece? O litoral onde há desenvolvimento turístico, tudo bem. E aqueles que estão lá, que não têm pólo turístico e estão lá à mercê



da própria sorte? Então a minha pergunta é: o que fazer para que essas populações, essas pessoas, tenham acesso com qualidade e presteza aos serviços sociais? Porque eu acho que, principalmente nós, lá do Nordeste, a gente vê pessoas pensando. Eu milito na área de Educação, faço um trabalho social voltado para a inserção do jovem, e tenho uma preocupação, porque eu também atendo jovens da zona rural e gostaria de ter, aqui, respostas claras, não no sentido de previsões para dez anos, mas previsões urgentes.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Clodoaldo, de São Paulo. E, depois do Clodoaldo, Simone Albuquerque, do CNAS.

**Clodoaldo de Lima Leite – Federação das Entidades Assistenciais de Santo André/SP:** Quero saudar a Mesa e saudar, especialmente, a Professora Aldaíza Sposati. É uma questão de esclarecimento à Professora Aldaíza que, aparentemente, pode parecer simplista, mas entendo que possa ser pedagógica. Com esta fala, quero trazer a minha preocupação no sentido de fortalecer o protagonismo da sociedade civil. Entendo que este protagonismo passa, necessariamente, por uma preocupação, também, com a terminologia utilizada. Temos ainda, no país, uma cultura de formar ovelhas que não contribuem para o desenvolvimento do espírito crítico, a ruptura com o regime de exceção ainda está sendo construída. Dito isto, e conhecendo a sua luta pela democracia no país, pergunto senão seria mais adequado tratar a relação poder público e sociedade civil, não como de subordinação, mas como de co-responsabilidade, complementariedade, relação subsidiária. Lembro ainda, à Professora Aldaíza, que quando ela diz que se oculta a terminologia *Assistência Social*, não seria, também, o caso de o Governo Federal dar o exemplo e mudar o nome do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para Ministério da Assistência Social, como é o pleito de Conferências passadas? E, finalmente, a proposta da Professora Aldaíza de que tudo fosse levado ao Congresso. Então, que nós possamos tirar aqui, com o apoio do CNAS, uma delegação com representantes de todos os estados, e que se leve ao Congresso esse pleito, para que a legislação seja lá aprovada. Obrigado.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** A próxima é Simone Albuquerque e, logo em seguida, Gisele Tavares, do CNAS também.

**Simone Aparecida Albuquerque – CNAS:** Várias questões foram colocadas, mas eu queria pontuar algumas. Primeiro, é preciso que a gente compreenda que nós ficamos doze anos aqui e em outros espaços nessa cidade, reivindicando para ter repasses Fundo a Fundo, para não atrasar os recursos do PETI, para não atrasar os recursos federais. Ficamos doze anos reivindicando para não ter exigência de CND, para essa política ser reconhecida, de fato, como uma política pública, sem que os usuários tivessem que pagar pelos maus gestores. Ficamos doze anos reivindicando para que se implante, de fato, o sistema descentralizado participativo da Assistência Social, como previsto na LOAS. Ficamos doze anos reivindicando para que nós pudéssemos definir quais são os serviços, programas, projetos, para que a gente pudesse juntar controle, financiamento e gestão. Eu acho que essa Conferência, de fato, tem uma característica importante e diferente: pela primeira vez a gente está discutindo a Assistência Social num outro patamar, pela primeira vez, na minha opinião, num patamar de política pública. E todas



essas questões que estão aparecendo aqui, todas, são questões muito importantes, principalmente se, de fato, nós queremos ter uma agenda para dez anos, como militantes da sociedade civil e como militantes institucionais - não é porque a gente veio para dentro da Instituição que a gente deixa de ser militante, dentro e fora dela.

Mas eu queria chamar a atenção de algumas coisas: primeiro, que não dá para a gente dizer que a NOB não está dando conta disso ou a NOB não está dando conta daquilo. A NOB foi aprovada em julho, nós ainda estamos nas regras de transição dela. Por isto, como eliminar disputa entre estado e município? Nós nem discutimos, ainda, a adesão e gestão do estado. Foi feita uma discussão em São Paulo, na Câmara Técnica, com o FONSEAS e o CONGEMAS [...] os Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS. Isso também é muito importante, que todo o mundo tenha consciência disso. Não foi dito que seria universalizada a proteção básica no Brasil, em um ano. Não foi dito isto. Muitos municípios e estados compreenderam que bastava montar o equipamento e iam receber recursos do Governo Federal. Isso não está escrito e nunca foi dito em lugar nenhum. Então, é preciso que a gente tenha um pouco de compreensão, também, do processo de implantação. E eu quero dizer, só para esclarecer também, que a NOB foi aprovada só em julho, pelo CNAS. Foi um acordo que a gente fez e, por isso, os recursos só foram passados depois de julho. Pelo menos todo o mundo que participou do processo, estados e municípios, tinham consciência da decisão política, que nós fizemos, de juntar modelo de gestão com incentivos financeiros. É por isso que foi só depois de julho.

E eu quero terminar dizendo que a Comissão do Conselho Nacional, da qual eu faço parte, ficou, essa última semana, pensando muito na decisão política, que esse Conselho fez, de chamar uma Conferência que planeja para dez anos. Aí ela é diferente, sim. Eu não acho que ela amarra, não acho que ela amarrar, acho que ela é diferente. Diferente no sentido de que nós todos, que estamos participando dessa Conferência, estamos fazendo um pacto para dez anos e, é claro que nesse pacto para dez anos, entram as metas propostas por estados e municípios, mas entra, também, toda essa discussão política que nós temos que fazer. E uma delas, extremamente necessária, é mudar a gestão de financiamento para dentro, mas, também, ter uma estratégia de blindar o orçamento para a Assistência Social. Obrigada.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Gisele. Pedimos aos oradores síntese na conclusão. Gisele e, depois, Tadeu Pereira.

**Gisele de Cássia Tavares – Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social:** Boa tarde a todos e todas. Meu nome é Gisele Tavares. Eu estou respondendo pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, atualmente, e tenho algumas questões que gostaria de abordar rapidamente, aqui, até porque foram colocadas à Mesa, e eu não poderia deixar de me manifestar em relação a elas. Uma delas diz respeito, ainda, ao processo de repasse, a alguns atrasos que foram verificados. Eu quero dizer que todo o sistema que está em processo de implantação e busca a consolidação, deve passar por ajustes. E, isso não vou esconder, a gente realmente está tendo de fazer uma revisão, a cada mês, de tudo o que é processado. Então em alguns municípios, em alguns casos, nós tivemos, sim, algumas dificuldades em relação a essa nova forma de gerir os recursos federais. Só que eu quero dizer que existe todo um



esforço da Diretoria Executiva do Fundo e, também, de todos os departamentos da Secretaria Nacional de Assistência Social, no sentido de regularizar isso. Tanto é que nós fizemos, também, uma força tarefa, para que não houvesse nenhum tipo de atraso de recursos até o mês de outubro. Eu gostaria de informar aos municípios que tiverem dúvida, que lá na ilha de informática está instalado, nos computadores, o SUASWeb, o Plano de Ação, lá tem o registro de todos os repasses já feitos. E quem não estiver lá ainda, com o repasse efetuado para o seu município, nós estamos aqui assumindo o compromisso de que isso está sendo rodado. Então, todos os corretivos que a gente teve necessidade de fazer, estão sendo rodados. O dia 10 é o prazo que a Portaria estabeleceu para nós como prazo para que os repasses sejam efetuados, até o dia 10 de cada mês. A gente está fazendo todo o esforço para cumprir isso, e é um compromisso que a gente assume aqui, com vocês. A gente está, realmente, trabalhando no sentido de que aquilo que está na NOB, aquilo que ficou definido e que é a grande expectativa, inclusive nossa, porque se é repasse continuado, não tem porque ter atrasos. Nós já extinguímos alguns obstáculos que tínhamos, a CND já não é mais considerada, e também agora, todos aqueles municípios que tinham os seus recursos retidos, em função de inscrição no SIAFI, por algum tipo de inadimplência, não estão tendo mais. Então nós não temos que passar por esse tipo de restrição. É claro que as responsabilidades dos gestores estão preservadas - a gente não pode, também reforçar a inadimplência - mas isso não representa a retenção do recurso até que se prove algum tipo de impropriedade, por causa dos gestores.

Uma outra questão que eu quero colocar é em relação ao Fundo de Combate à Pobreza, que foi mencionado aqui. A orientação que o Conselho Nacional está fazendo - e que está no Documento das Premissas, que todo o mundo recebeu - é que, uma vez tendo a necessidade, porque isso está nas Disposições Finais e Transitórias da Constituição Federal, os municípios e estados devem se mobilizar para isso. Mas isso não precisa ser, necessariamente, como um Fundo paralelo e não deve ser como um Fundo paralelo. Ele deve sim, se configurar - se for criado nos estados e municípios - como um Fundo que seja fonte de recursos, fonte de receitas. E aí, ele pode ser legitimado dentro da política. Ele não concorre com o Fundo da Assistência Social, ele ajuda a financiar, e reforça o orçamento da Assistência Social. Eu acredito que uma luta que deve acontecer, que pode ser reforçada por esta Conferência, é que os Fundos de Combate à Pobreza não se constituam como Fundos financiadores da Política de Assistência Social, de maneira direta. Isso nós não podemos permitir, porque fere o comando único e fere o financiamento Fundo a Fundo e via Fundos de Assistência Social.

Uma outra questão que eu gostaria de registrar, rapidamente, é em relação ao orçamento da Assistência Social que a gente tem discutido, a gente tem debatido sempre - em todos os momentos de debate da NOB, a gente também abordou - é em relação aos volumes de recursos. E hoje, na Mesa, isso também foi bastante trabalhado. Nós sabemos que existe um limite que nós estamos trabalhando, no sentido de enfrentar uma história que não é uma história muito grata para a Assistência Social. Mas nós sabemos, também, que tivemos muitos avanços, desde que começamos a implantar o Sistema Único de Assistência Social. E é por isso que eu acredito que nós não temos de nos fazer de derrotados, nesse debate do financiamento e do orçamento. Nós temos que acreditar que, como nós tivemos avanços nesse processo de construção, esses dez anos têm que se configurar de uma forma diferente. É nisso que a gente acredita; já que conseguimos





chegar até aqui com tanta garra, com tanta força, então, nesse campo também existe possibilidade de a gente investir. Obrigada.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Próximo, Senhor Tadeu Pereira e, logo em seguida, Maria Aparecida Maroti, de São Paulo.

**Tadeu Luciano Pereira:** Em meio a tantas inferências, tantas preocupações, tantas idéias acerca do *SUAS - Plano 10*, nós não poderíamos, jamais, esquecer da verdade que cerca a nós mesmos, daquilo que nós poderíamos chamar de humildade, daquilo que nós entendemos, quem nós somos e o que nós estamos fazendo aqui. Tenho sido tratado com respeito e tenho visto todos os companheiros que circulam por aqui sendo tratados da mesma forma. E não acredito que a forma com que nós acolhemos o Presidente da República, independente do partido político a que cada um possa pertencer; não acredito que seja mentirosa a forma como nós acolhemos, essa forma, que eu diria, parece até um tanto uma magia, a Márcia Maria Biondi Pinheiro, que tive oportunidade de conhecer na Conferência anterior, liderando um dos Painéis, falando sobre uma dissertação de Mestrado que havia feito acerca de recursos, ou seja, acerca do financiamento no Estado de Minas Gerais. Eu gostaria de perguntar à Mesa, porque a preocupação que eu tenho é com a pessoa humana, com as pessoas que aqui estão realmente, como homens livres e de bons costumes, como mulheres sérias que, realmente, querem ver garantido o Sistema Único de Assistência Social neste país. A minha preocupação não é com o continuísmo, e, sim, com a possibilidade de continuidade de Márcia Maria Biondi Pinheiro na Presidência do Conselho Nacional de Assistência Social por mais algum tempo. Se essa Plenária, se a V Conferência Nacional de Assistência Social têm possibilidade de deliberar nesse sentido, que seja meritório, que isso não seja um ato ilícito, mas um ato de honradez, para que esse país, realmente possa, não dentro da frase *a esperança venceu o medo*, mas ter fidedignidade e validade das garantias das propostas que aqui serão asseguradas. Apenas isso eu gostaria de fazer, colocando para a Mesa, para saber se existe possibilidade, não de quebra regimental, não de recondução pura e simplesmente, mas que saia como uma deliberação para a continuidade daqueles que lá, hoje, possuem este assento, com a mesma qualidade. Obrigado.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Obrigado, Tadeu. Próxima, Maria Aparecida Maroti, de São Paulo. E, logo em seguida, Marco Antonio, Rio de Janeiro.

**Maria Aparecida Maroti – Prefeitura Municipal de OSASCO/SAPS/SP:** A minha pergunta é para a Aldaíza. Eu vou ser bem objetiva. Aldaíza, diante do que foi colocado aqui, o que fazer com o comando da Assistência? Porque em alguns municípios, inclusive os de grande porte, municípios importantes do país, o comando da Assistência não é único! Nós temos programas importantes, como o Programa de Renda Mínima, o Bolsa-Família, e outros programas, divididos em várias Secretarias, como Secretaria de Trabalho, a Secretaria de Assistência, como Fundo Social de Solidariedade, gerindo programas importantíssimos! Então, o que fazer para romper com isso?



Outra coisa que eu gostaria de colocar, até enfatizando o que algumas pessoas já colocaram aqui, é a questão da nomenclatura da Assistência. É preciso mudar urgente, nós não podemos esconder mais a nomenclatura *Assistência Social*. A Saúde é Saúde, nas três esferas de governo, a Educação é Educação, nas três esferas de governo, e a Assistência não pode ser Assistência Social, ou Desenvolvimento Social, ou Ação Social, ou Ação e Cidadania. Nós temos que mudar isso.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Obrigado. Próximo, Marcos Antonio. Logo em seguida, Ubiratan Marcelino, de São Paulo.

**Marcos Antonio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Boa tarde a todos e todas. Eu queria cumprimentar a Mesa e trazer duas questões, duas reflexões do que foi posto para nós aqui. Primeiro, com relação à pesquisa apresentada pela Professora, que se refere ao *primeiro-damismo* à frente das secretarias municipais de Assistência Social nesse país. E penso o seguinte: não é *morte às damas*, não é *força às primeiras-damas*, mas sim um trabalho a ser feito com os maus políticos que, ao se candidatarem, não têm conhecimento de causa, não discutem claramente, não põem na sua plataforma de governo a política pública de Assistência Social. E aí delegam essas funções às suas esposas, que às vezes, coitadas, estão lá, simplesmente por serem esposas. Nós precisamos fazer um outro trabalho de conscientização política nesse país, para que isso não se repita, porque é inadmissível que, numa determinada área, 60% das secretarias estejam ocupadas pelas Primeiras-Damas. E queremos fazer, aqui, uma ressalva às Primeiras-Damas que são técnicas e que militam na área, porque isso também é possível. Temos que fazer justiça a isso.

A outra questão é com relação ao financiamento e à questão econômica. Eu penso, Secretário, que não existe desenvolvimento social sem desenvolvimento econômico. Não tem como pensar, para mim não tem essa lógica. E pensar desenvolvimento econômico num país é pensar distribuição de renda, é pensar políticas de geração de mercado de trabalho. E quando eu falo distribuição de renda, eu não falo transferência de renda carimbada atrás de bolsas e cheques, sejam eles quais forem, porque isso é manutenção do problema, é manutenção da situação, daquela condição de submissão. Então pensar política social, pensar financiamento, sem pensar desenvolvimento econômico, não dá. E eu trago essa reflexão no que se refere a esse desenvolvimento econômico, como trabalhar. É inadmissível a gente pensar que tem milhões de brasileiros passando fome, nesse país, e o nosso recurso saindo para pagamento de dívida externa! Eu não consigo conceber, é uma análise minha.

E eu perguntaria à Ivanete: na pesquisa dela aparece um declínio no orçamento em 2004, 2005 e já projetado para 2006. Eu gostaria de saber se você tem a informação do porquê houve esse declínio no financiamento, nesse período de 2004 e 2005 e nessa projeção agora para 2006, que também está abaixo dos períodos de 2003 e 2002. Muito obrigado.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Obrigado.** O próximo é Ubiratan Marcelino, de São Paulo.



**Ubiratan Marcelino Santos** – Instituto DIET-Direito, Integração da Terapêutica e Cidadania/SP: Bom dia a todas e a todos. Em primeiro lugar, a Professora Ivanete trouxe muitas inquietações em relação ao financiamento, porque, numa palavra bem *chula*, a política econômica é muito safada e sem-vergonha, nesse país, porque ela rouba dinheiro da Assistência Social, diante dos dados que você apresenta, Professora. E, ao mesmo tempo, nós não temos mecanismos para impedir essa transferência da contribuição social nesse país. Por incrível que pareça, por mais que nós tenhamos discutido, lutado, pleiteando, ao longo desses doze anos, a gente não conseguiu, ainda, frear essa arbitrariedade da política econômica desse país, em qualquer que seja o sistema político apresentado aqui.

Professora Aldaíza, em relação às *Fotografias*, quando se apresentam as distorções, será que ainda não nos falta, culturalmente, um esclarecimento, em todas as três esferas de governo, qualificar, especificar o que é despesa da Assistência Social e como, realmente, se investir? Porque de Norte a Sul, de Leste a Oeste deste país, há distorções de entendimento, e isso fica claro, fica nítido, na apresentação dos painéis fotográficos.

E ainda, Professora Ivanete, quando a gente fala na questão de financiamento, o que fazer para que nós não tenhamos um volume tão grande de arrecadação e, ao mesmo tempo, uma evasão – como o meu antecessor diz – uma evasão de recursos para pagar a dívida externa, para garantir superávit primário nesse país. Como foi dito pelo Presidente, *se investiu*. Realmente, investimos, mas não investimos a contento tudo o que poderíamos, porque se evadiu recursos para, justamente, garantir superávit primário. Eu não consigo, na minha sanidade, entender como que é a política econômica, como que uma Câmara de Deputados ainda permite essa evasão de recursos.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Obrigado, Ubiratan. A próxima é Jercenilde, do Maranhão e, logo em seguida, Kátia, de Goiás.

**Jercenilde Cunha Silva – Conselho Regional de Serviço Social-2ª Região/MA:** Bom dia. Meu nome é Jercenilde, estou aqui em nome do Conselho Regional de Serviço Social – 2ª Região – Maranhão, e o que traz aqui é uma preocupação. Que mecanismos nós vamos estar discutindo, aprimorando, para o acompanhamento e implementação do SUAS nos municípios deste grande Brasil? Porque o que nós percebemos é que, a cada quatro anos, a gente retrocede. Por experiência própria, você passa quatro anos tentando construir a política nos moldes que se coloca na Lei. E aí você tem alguns avanços. Quando muda de administração, é tudo desmontado e você começa tudo de novo. Então a gente está, sempre, num processo de reconstrução, e isso, para mim, é inadmissível, porque eu acho que a gente está num momento, hoje, de aprimoramento da Política de Assistência, não de estar sempre reconstruindo. Isso é uma preocupação, porque eu acho que os partidos políticos – e isso extrapola essa discussão aqui – mas os partidos políticos precisam estar colocando nas suas agendas de formação dos seus candidatos a discussão das políticas públicas porque, senão, a gente vai estar sempre nessa coisa de estar indo e voltando, sempre reconstruindo.

A outra coisa que eu queria registrar é que essa Conferência está sendo muito interessante. Os temas estão sendo debatidos de forma muito profunda, em particular no que se refere à política de recursos humanos, que é algo que vem nos incomodando há



anos e anos e que, até então, era discussão só dos bastidores ou, então, dos nossos encontros de Assistentes Sociais, nós falando para nós mesmos. E, pela primeira vez eu vejo isso num espaço amplo, uma discussão, com outros parceiros que estão aí, quanto a trabalhadores da Assistência. Nós, que estamos lá nos nossos locais de trabalho, precisamos levar essa discussão para os nossos locais, para as nossas bases, não deixar que isso seja discutido somente em nível de conselho nacional, porque nós, que estamos lá nas bases, é que fazemos o serviço acontecer. Então nós precisamos estar discutindo também essa política enriquecendo, sobretudo, na elaboração da NOB, que está por vir, para que, realmente, essa NOB seja a expressão dos nossos anseios e que venha, realmente, qualificar as nossas ações na implementação do SUAS. Muito obrigada.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Kátia e, depois, Maria Andrade Leite, do Ceará.

**Kátia/GO:** Bom dia a todos. Eu queria fazer uma pergunta direcionada à Professora Aldaíza. Considerando os termos da Resolução 191 do Conselho Nacional de Assistência Social, que regulamentou o art. 3º da LOAS, quais entidades serão consideradas sociais para fins de estabelecimento de parcerias no âmbito do SUAS? Entidades com atuação em outras áreas, a exemplo da Saúde, Educação, Esporte, mas que, também, atuam na área da Assistência Social, poderão ser parceiras, ou seja, serão consideradas entidades sociais e poderão compor a rede de atendimento do SUAS, recebendo recursos públicos? Elas poderão ter registros nos Conselhos Estaduais? Como fica essa questão do registro nos Conselhos? Faz-se necessário um esclarecimento quanto a esses aspectos, extremamente importantes. Obrigada.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Obrigado, Kátia. Próxima, Maria Andrade Leite, do Ceará e, logo em seguida, Claricinda Borges, Minas Gerais.

**Maria Andrade Leite – Sindicato dos Assistentes Sociais/CE:** Bom dia a todas e a todos. Saúdo a Mesa na pessoa do Rogério, representante dos trabalhadores, e gostaria de colocar, em primeiro lugar, que eu acho que, na gestão atual, a Política da Assistência Social está sendo encaminhada e está numa posição, numa proposta que eu penso que é um anseio muito grande de todos que fazem a Assistência Social. No entanto, a gente tem uma preocupação maior em relação à questão da política econômica e social existente no país. Já foi colocada aqui a questão do superávit primário, que está chegando a 6% e, de repente, nós verificamos, de um lado, a luta da gestão para fazer valer a Política da Assistência e, por outro lado, outros mecanismos externos, que fortalecem o financiamento da política compensatória. E então, inclusive pelo que foi demonstrado pela Professora, nós verificamos que o orçamento que é destinado, hoje, ao Bolsa-Família, agora vai chegar a três bilhões, enquanto nós temos uma meta tão precária para a questão da Assistência, enquanto uma política, enquanto um fazer da Assistência que, realmente, traga toda uma participação de uma população. A nossa preocupação reside em como a gente fazer, como a gente criar mecanismos para combater para, pelo menos, modificar essa política, nós, enquanto atores sociais, cidadãos de direitos.



E uma outra coisa, mais específica para a Política da Assistência, é a regulamentação urgente dos benefícios eventuais. Nos preocupa muito os da Prestação Continuada, e os benefícios eventuais estão sendo já tratados, utilizados – como no caso do Ceará – como formas de benesses, formas de conseguir votos.

Além disso, nós temos também a questão do Fundo, que a companheira já explicou, que eu acho que deveriam mandar para os Conselhos. O que você colocou aqui, a questão da criação, com a qual nós também estamos convivendo; o recurso não vai nem para o Fundo nem vai para a Política da Assistência, vai através de outros projetos, até pagamentos de agentes comunitários de saúde. Um abraço a todos e eu sou também da Federação Nacional dos Assistentes Sociais.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Obrigado, companheira Andrade. Próxima, Claricinda Borges, de Minas Gerais e, logo em seguida, Erivaldo Costa Portela, da Bahia.

**Claricinda Regina Massa e Borges/MG:** Eu vou direcionar o meu questionamento à Professora Aldaíza Sposati e, também, para a Ivanete Boschetti, que fez um pronunciamento em que já me sinto contemplada por algumas perguntas. Mas eu já havia formulado e vou falar. Se entendi bem, 85% dos recursos do superávit primário vieram da Seguridade Social. E ainda, recursos da Seguridade Social são desviados para financiamento de *tickets* de alimentação para funcionários públicos, demarcação de terras indígenas, etc. Então eu pergunto: a quem devemos reclamar para que se coíba esta prática e para que estes recursos sejam devolvidos para a Seguridade Social? Porque não adianta só a gente perceber a falha, eu acho que nós temos que corrigir a falha, nós temos que devolver para os cofres da Seguridade Social o que foi indevidamente tirado. Então, de que forma, e a quem? E o que é que representam os 85% da Seguridade Social no orçamento da Assistência Social que, inclusive, caiu, para o ano de 2006?

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Muito obrigado. Próximo, Erivaldo Costa Portela, da Bahia e, logo em seguida, Leopoldo Junior.

**Erivaldo Costa Portela – Secretaria Municipal de Ação Social/Itiúba/BA:** A minha pergunta é para a Professora Aldaíza. Eu já me sinto, em parte, contemplado por alguns que me antecederam. O termo Assistência Social foi substituído em vários municípios do meu estado, inclusive no meu, por Ação Social, em razão de o órgão gestor da Assistência Social entender – e isso porque ocorreram vários debates dos quais eu fiz parte, inclusive – que o termo Assistência Social dava uma idéia de assistencialismo, estaria vinculado ao clientelismo, e tornava a Assistência Social muito mais uma medida eleitoreira do que uma política pública. Gostaria de saber a sua opinião, que, na sua resposta, refletisse sobre esse aspecto.

Ao Secretário Oswaldo Russo: já que a questão do financiamento da Assistência Social passa por esse problema do orçamento, do desvio do recurso para pagamento de dívida





externa, etc, porque não temos, aqui, representantes do Ministério do Planejamento e da Economia, participando desse debate? Muito obrigado.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Obrigado, Erivaldo. Leopoldo Junior e, logo em seguida, a última, Sandra Oliveira Teixeira, Distrito Federal.

**Leopoldo Junior:** Boa tarde, quase. Eu queria fazer um esclarecimento, a pedido da Professora Ivanete, com relação ao percentual de co-financiamento, que foi uma demanda dela. Com relação ao co-financiamento aos municípios, o porquê da redução? De fato, os gastos da União aumentaram, substancialmente até, nesses últimos anos. Agora, os gastos com serviços aumentaram numa proporção muito menor. E os municípios vêm investindo mais, pelo menos nesse horizonte de 2002 a 2004. Então, em termos de participação, a participação da União nos gastos que são feitos nos municípios sofreu essa redução. Com relação aos estados, é o contrário. Efetivamente, os estados estão gastando menos, ou pelo menos estão declarando gastar menos, nas informações que são prestadas ao Tesouro, e a União aumentou os gastos que são feitos nos estados. Por isso, o co-financiamento da União, no caso dos estados, foi ampliado.

Eu queria, também, fazer uma observação à Professora: eu queria que a Senhora comentasse a comparação que foi feita com o orçamento, principalmente de 2004 a 2006. Porque tem uma diferença quando a gente faz um Projeto de Lei que é proposta do Executivo, que eu acho que é a informação que nós temos para 2006, com a Lei Orçamentária, que é aquela que foi aprovada no Congresso, que é o dado de 2005. A Lei Orçamentária tem o Projeto de Lei mais as Emendas que foram feitas pelos parlamentares, que é diferente, ainda, do que nós fazemos, na comparação que foi feita de 2004 para trás, em que nos temos as Leis mais os créditos. Ao longo do exercício orçamentário, você pode estar encaminhando, ao Congresso, créditos que vão ampliar o volume de recursos. Então eu queria saber como é que foi feita essa comparação, porque me parece que estamos comparando coisas distintas.

E eu queria um comentário, pode ser da Mesa, mas, em particular, da Professora Aldaíza, com relação à questão da vinculação orçamentária, que eu acho que é importante para a gente consolidar a política. Mas, muitas vezes se fala: *olha, queremos tantos por cento para além do BPC*. E parece que o BPC, muitas vezes, nessa fala, está se colocando fora da Seguridade ou, pelo menos, daquilo que a gente quer financiar. Eu acho importante a gente incluir o BPC, faz parte da Política de Assistência Social.

Com relação, ainda, à questão de recursos humanos, será que não poderíamos pensar, dentro do Fundo, essa possibilidade - como foi levantado pela Secretária Executiva ontem - a possibilidade do Fundo estar financiando, também, os gastos com pessoal?

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Obrigado, Leopoldo. Por último, Sandra Oliveira Teixeira, do Distrito Federal.

**Sandra Oliveira Teixeira – CRESS 8ª Região/DF:** Bom dia, sou Sandra, Delegada da sociedade civil do Distrito Federal. Eu gostaria de parabenizar a Mesa, em especial a



Professora Ivanete, que trouxe questões aqui para a gente pensar não só a Política de Assistência Social, mas as políticas sociais. E quando ela traz essa relação da política do orçamento da Seguridade Social com a política econômica, aqui já foi colocado que nós estamos pensando o Plano para implementação do SUAS daqui a 10 anos, mas nós temos uma situação concreta: é uma situação em que nós trabalhamos o SUAS na perspectiva da descentralização, mas todo o [...] mas aí a gente verifica uma recentralização fiscal, ou seja, uma concentração desses recursos com o Governo Federal, e aí, mais especificamente, na área econômica do Governo Federal. Para reverter essa situação, a gente precisa de uma ação política, como já foi colocado aqui, uma ação política que seja construída de baixo para cima, a partir dos movimentos populares. Só que, para a gente pensar uma ação política, é necessário a gente ter acesso às informações. Eu gostaria de abordar essa questão aqui, para que todos nós possamos trabalhar isso dentro dos grupos, e que a Mesa, também, possa contemplar, porque eu acho que não dá mais para a gente não ter acesso aos sistemas orçamentários e aos sistemas de planejamento em linguagem acessível, seja no Governo Federal, nos estados e nos municípios. Isso já vem se configurando como reivindicações dos movimentos sociais. Nós temos aí o Fórum Brasil Orçamento, que luta por acesso. No início do governo Lula, logo no primeiro semestre de 2003, foi assumido esse compromisso; e nós já estamos no terceiro ano de governo e não acessamos o SIAFI. Então só gostaria de colocar essa questão, para que seja abordada pela Mesa e que seja trabalhada, hoje à tarde, nos grupos. Obrigada.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Obrigado a todos. Vou passar para os avisos da Conselheira Natalia, aqui na Mesa. Depois, dez minutos para cada Palestrante e considerações finais. Obrigada.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Os grupos de trabalho vão trabalhar temas diferentes. Os grupos de 01 a 11 vão ser responsáveis pela discussão de *Recursos Humanos e Financiamento* e, de 12 a 23, sobre *Gestão*.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Pela ordem inversa, Secretário Oswaldo Russo, por gentileza.

**Oswaldo Russo – Secretário Nacional de Assistência Social:** Vamos responder rapidamente, devido ao tempo. **Saldos financeiros:** devemos fazer isso logo, no início do ano que vem, de preferência. Uma parte dos recursos volta ao município e outra parte fica para a construção do SUAS. Nós estamos fazendo a estimativa; no ano passado tinha uma estimativa de 34 milhões, mas esses recursos podem chegar a mais.

A questão do Assis Firmino, da Paraíba: prazer em revê-lo, novamente. De fato, esse é um país em que nós temos que andar muito, ainda, porque a discriminação, o preconceito, enfim, são muito grandes. Evidentemente que esse tipo de discriminação do ponto de vista, por exemplo, dos atrasos, tem problemas operacionais. De uma coisa você pode estar certo: não é descuido da equipe, porque é uma equipe que tem um cuidado muito grande com a questão de implantar o Sistema de Assistência Social, não



é uma equipe descuidada. Mas, realmente, ocorrem problemas operacionais que, com a implantação da nova ferramenta eletrônica e com o SUAS, a gente pretende superar, rapidamente.

Quanto à **regulação dos benefícios eventuais**, nós estamos com a previsão de efetuar essa regulação até abril.

Quanto à questão da CIB, participação do Estado e CIT e CIB, a Simone já respondeu e me sinto contemplado.

Quanto aos 17 bilhões do orçamento desse ano do Ministério do Desenvolvimento Social, a **execução orçamentária**, até aqui, é de 87%, e a gente pretende fazer o máximo possível. Deveremos chegar muito próximo, senão igual a 100% de execução. É a maior execução da Esplanada dos Ministérios, é o Ministério do Desenvolvimento Social, em recursos não contingenciados.

Quanto à questão da **formação acadêmica**, eu já disse que era polêmica. De fato, eu não sabia dessa questão do MEC, mas mostra a necessidade de a gente discutir tudo, em relação a isso. Se o Serviço Social está sendo autorizado para ser à distância, é uma das questões que a gente precisa rediscutir ao nível do Governo, inclusive, do Conselho Nacional de Educação, inclusive.

Quanto à questão dos desafios, que a companheira – me permita chamá-la de companheira – disse que eu parecia mais sociedade civil do que governo, eu acho o seguinte: eu sou um Delegado, eu tenho direito de opinião. Como Delegado eu posso ter meu direito de opinião, aqui dentro.

Em relação a ser gestor, aqui na Mesa eu estou representando gestores estaduais, municipais, e gestor federal. Quanto a gestor federal, nós não precisamos falar muito, porque os nossos resultados são vistos aí. A implantação do SUAS é uma realidade objetiva, a implantação da NOB é uma realidade objetiva, a implantação da norma política é uma realidade objetiva, a expansão de recursos é uma coisa objetiva. Portanto, como gestor, a gente não fala, a gente faz.

Quanto à questão dos **municípios de pequeno porte**, eu acho que sim, acho que os critérios da NOB podem, devem – eu até falei isso na minha exposição, e em Pernambuco também. Aliás, isso ficou mais claro na Conferência em Pernambuco, com a exposição da Professora Ivanete. De fato a gente tem que ter um olhar prioritário para a questão dos municípios de pequeno porte I e II, até porque está se concentrando a indigência nesses municípios. Mas, pela primeira vez, os municípios de pequeno porte tiveram um olhar, em termos de partilha. E segundo, acabou *o pires na mão*; é política pública continuada, não tem esse tipo de interferência política de implantar aqui ou ali, porque o prefeito, ou o deputado, de qualquer que seja o partido – inclusive do nosso, do PT – queira interferir. Mas sempre falamos, é importante a gente fazer o co-financiamento. O Estado tem um papel muito grande no co-financiamento, também, da Proteção Social Básica, na implantação dos CRAS.

A **questão da zona rural**: de fato a gente tem um problema, nessa questão. Vou dar um exemplo, a implantação dos CRAS na zona rural: o Ministro tem discutido com a nossa equipe para a gente encontrar uma forma mais eficiente da gente contemplar, porque há uma dispersão territorial maior, na área rural, enquanto que no CRAS urbano o atendimento é mais concentrado. Então, é preciso a gente encontrar maneiras de



contemplar não só a questão da zona rural, mas dos quilombolas, dos indígenas, enfim, dos ribeirinhos, da população da floresta, uma série de questões.

A questão do **desenvolvimento social e desenvolvimento econômico**: de fato, eu acho que essa dicotomia é uma dicotomia meramente formal. Na verdade, há uma interação, não é possível. Agora, a gente tem que mostrar, na própria pesquisa do PNAD, que o Ministro anunciou aqui, e o próprio Presidente da República, foi anunciada por vários especialistas que não são do Governo, não são nem do partido, de que houve uma melhoria, uma redução da desigualdade, uma redução da pobreza, uma melhoria das condições de vida, e se atribui isso aos programas sociais e, em particular, aos programas de transferência de renda. Eu acho que é importante a gente ter isso. Não é só isso, é preciso a gente ter crescimento econômico, proteção social universalizada, educação de qualidade, para que a gente possa... e o FUNDEB é um exemplo disso, espero que o Congresso aprove. O Governo tinha encaminhado o FUNDEB para atender quatro a seis anos e o ensino médio, a Lei que já é o ensino fundamental, e houve um acordo para que haja de zero a três anos. Isso é fundamental, o Governo acordou, e espero que o Congresso aprove o mais rapidamente possível.

Quanto à questão de mudar a política quando muda a administração, é exatamente o contrário. A nova Política de Assistência Social e o SUAS constituem um consenso construído pelo setor, historicamente. Não foi uma decisão do nosso Governo implantar e pactuar com os estados e os municípios, é uma construção coletiva do setor de Assistência Social em todo o Brasil. Então é uma conquista, isso. Isso não é uma mudança de políticos por mudar, não. É uma conquista de uma política permanente de Estado, e continuada.

Na questão do **acesso às informações**, eu concordo com a Sandra. Nós estamos, inclusive – não só na questão do SIAFI – conversando com o Banco do Brasil, tivemos uma reunião com o Banco do Brasil e pretendemos implantar, a começar pelos estados e municípios, um sistema que já está desenvolvido pelo Banco do Brasil, precisa ser adaptado ao nosso caso, para a gente saber exatamente quando transfere o recurso para a conta bancária, em que momento, no município ou estado, o gestor paga, por tipo de programa, serviço e benefício. Isso é público; isso já está implantado na Saúde, isso já está implantado no FNDE, na Educação.

Há também uma questão que foi colocada aqui, que é a **questão da população de rua**. Nós encerramos ontem, se não me engano, o prazo para a apresentação de projetos e, pela primeira vez, um Governo Federal está financiando programas de inclusão produtiva junto com população de rua. Serão oito ou dez projetos que vão ser financiados, e isso vai ser uma experiência. Isso foi feito a partir do Encontro Nacional que nós fizemos com doze cidades, com doze Fóruns de populações de rua e com doze entidades que atuam nesse setor.

Eu gostaria de dar uma informação importante, que eu acho que deve ser fruto da mobilização, até porque isso pode aumentar o nosso orçamento. O Congresso Nacional está discutindo o orçamento e **o lugar da Assistência é no orçamento!** A gente pode estar discutindo aqui, mas tem que botar o recurso lá! Eu acho que tem que ter uma mobilização da sociedade civil, dos gestores municipais, estaduais, do gestor federal, no sentido da gente garantir recursos maiores do que o próprio Governo encaminhou em Projeto de Lei. Não estou falando das emendas individuais. Aliás, teremos de discutir as emendas individuais, sou partidário de discutir essa questão, para que ela fique na lógica



do SUAS pelo menos, já que é um direito Constitucional. Mas as emendas complementares ao orçamento, isso é importante. Eu quero informar para vocês que foi aprovada, no Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos, uma emenda que acrescenta 166 milhões ao PETI, na área de jornada ampliada. No Senado Federal também, foi aprovada, na Comissão de Assuntos Sociais, uma emenda colocando mais 250 milhões de reais na proteção social básica, em geral. Na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social, foi aprovada uma emenda de colocar mais 150 milhões para a manutenção dos CRAS de todo o Brasil. E também, na Câmara dos Deputados foi aprovada uma emenda, na Comissão de Legislação Participativa, colocando mais 20 milhões de reais no Sentinela. Isso é uma fase importante, uma fase de filtro nas Comissões Temáticas, e a gente precisa, agora, disputar esses recursos no orçamento. Então está muito de acordo com o que a gente está colocando aqui, de aumentar o financiamento, e a gente deve exercer a pressão legítima de todos os entes da Federação e da sociedade civil, para que a gente tenha um recurso próximo a esse, que é um recurso muito importante para a gente caminhar numa Assistência Social cada vez mais pública, e de qualidade.

Eu gostaria de dizer, finalmente, da minha satisfação de estar na Conferência. Quero confessar que é a minha primeira Conferência Nacional de Assistência Social. Eu participei da Conferência do Distrito Federal, em outra época. É grande a minha satisfação de estar aqui, estar, nesse momento, à frente de uma equipe, uma equipe militante, uma equipe competente, experiente, uma equipe que foi capaz, junto com os gestores municipais, estaduais, e com a sociedade civil, de encontrar uma forma, um consenso capaz da gente fazer crescer, avançar, a Política de Assistência. Um grande abraço a todos vocês.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Professora Ivanete, dez minutos para responder.

**Ivanete Boschetti – UNB/DF:** Nem vou usar os dez porque, na verdade, direcionadas para mim, tem pouquíssimas questões, e eu vou falar bem rapidinho. Na verdade, são quatro. São várias, mas eu agrupei por temática. A primeira diz respeito à **questão da vinculação, dotação de um percentual fixo**. Essa, na Assistência, é uma longa luta, mas é uma luta que bate de frente com uma orientação contrária do Ministério da Fazenda e da política econômica, que são contrários à vinculação de receitas em todas as políticas, não só a Assistência Social. Hoje existe, no Congresso, uma PEC, uma Proposta de Emenda à Constituição, que foi assinada por vários Deputados, alguns do PT, mas não só, para mudar a Constituição e estabelecer um percentual para a Assistência Social. Já houve uma audiência pública, nós participamos. Na época, a Presidente do Conselho Nacional de Assistência era a Valdete, ela também participou dessa audiência pública. Tem, também, a deliberação da última Conferência: 5% da Seguridade não diz mais nada para a Assistência Social, hoje. Hoje, se incluirmos o Bolsa-Família, nós já estamos com 5,98% da Seguridade Social. Se tirarmos o Bolsa-Família, dá 3,81, somando o BPC, Renda Mensal Vitalícia e as outras ações. Na última Conferência essa avaliação já foi feita e a deliberação já era: *Garantir 5% da Seguridade para os serviços, ações socioassistenciais, excluindo Renda Mensal Vitalícia e BPC*. Era para os serviços. Na verdade, eu acho que o percentual fixo tem





dois lados: ele tem o lado de garantir o recurso, mas ele tem, também, um outro lado de engessar e fixar aquele recurso e isso, ao longo da história se perde, diante das mudanças importantes. Então, tem os dois lados. Eu acho que mais interessante – isso é uma posição minha, que eu venho pensando – mais interessante do que definir um percentual fixo em cima da Seguridade Social seria definir um percentual mínimo de crescimento, ano a ano, em cima do recurso anterior. Então, de um ano para o outro, a Assistência Social tem que crescer no mínimo 10%, no mínimo 5%. O percentual teria que ser pensado para cada serviço, e estabelecer uma projeção de percentual de crescimento ano a ano, sempre em cima do recurso anterior, para que ele não sofra nem manutenção e nem redução em relação ao ano anterior, e sempre considerando uma projeção com base na inflação e tal. Hoje eu ando pensando que essa é uma estratégia muito mais, não só realista, mas que garante o recurso sem engessar e sem fixar um percentual, e que garante um crescimento contínuo.

Um segundo conjunto de questões é o **crescimento ou redução do orçamento 2005/2006**. Aqui tem duas coisas: a comparação que eu fiz e o crescimento ou redução. A primeira coisa que, se não ficou clara na minha fala, eu quero esclarecer, é que os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, nominalmente e percentualmente, em relação à Seguridade Social, vêm crescendo – os recursos totais do Fundo Nacional de Assistência Social. O que eu disse é que houve redução dos recursos para os serviços, da proposta para 2006, em relação aos recursos aprovados para 2005. E aí ele me pergunta: *Como comparar um Projeto de Lei para 2006 com recurso aprovado para 2005? A comparação deveria ser com o Projeto de Lei ou com a proposta em 2005*. Porque é que essa comparação é metodologicamente possível, viável e não há problemas? Porque o Projeto de Lei de 2005 já se transformou em Lei e em execução. Se eu pegar o Projeto de Lei de 2005, por exemplo, o recurso para serviços foi, no Projeto de Lei, um bilhão cento e trinta e um milhões. No recurso aprovado e que está em execução para 2005 – e a gente vai avaliar o nível de execução só depois de avaliar a execução – esse valor caiu para um bilhão duzentos e oitenta e um milhões. Então, no caso da proposta de Lei de 2005, esse valor já mudou na proposta de execução. É essa que, concretamente, está em vigor e valendo. Então, comparar uma proposta de Lei, um Projeto de Lei de 2006, com um Projeto de Lei que já foi superado e que já perdeu o valor lá de 2005 não tem mais sentido, porque o aprovado é o que está valendo e o que está em execução hoje. Inclusive o aprovado, de um bilhão e duzentos e oitenta e um milhões para serviços, pode nem ser executado na sua totalidade. A gente só vai poder avaliar isso depois que encerrar a execução. Eu olhei rapidamente e me parece que, até 04 de dezembro, está em 86% de execução. A média no Fundo Nacional de Assistência Social como um todo é de 90%, 92, 93%, nunca foi abaixo disso. Então, acredito que a gente deva chegar, no nível de execução, a 95%, mais ou menos, talvez um pouco mais. Vai depender agora dessa execução, sobretudo com a aprovação das emendas parlamentares e da liberação, agora, de um bilhão e duzentos milhões, quanto é, disso, que vai para a Assistência Social. Então, o que eu disse que reduziu de serviço foi: proposta para serviços para 2006 em relação a recurso aprovado para serviços, e que está em execução para 2005. No total do Fundo Nacional de Assistência Social, não houve redução. O que é que puxa a redução e o que é que garante o crescimento? O BPC e a Renda Mensal Vitalícia, despesas obrigatórias Constitucionais, têm que ser pagas mês a mês, não tem como fugir disso. O que é que vem reduzindo – isso é importante a gente perceber – o percentual de crescimento ano a ano? O percentual de



crescimento que ocorre num ano, inclusive no BPC, é inferior ao ano anterior – eu tenho todos esses dados detalhados depois. Bom, então essa é a questão.

Uma terceira questão colocada: como mudar a **questão da evasão dos recursos**, como mudar essa situação, ampliação de recursos e coisa e tal? Eu acho que são vários movimentos e várias lutas. Eu acho que, primeiro, é ter clareza dessa situação. Segundo, no âmbito do próprio Ministério, é uma briga de foice do Ministério do Desenvolvimento Social com o Ministério da Fazenda, é uma briga entre o social e o econômico e que os sujeitos sociais, que atuam, têm que bancar. No âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social, penso eu, é exercitar a aprovação de um Projeto de Proposta Orçamentária, desde que se estabeleça critérios de crescimento, percentualmente. Só teve um ano em que o Conselho Nacional não aprovou a Proposta de Lei Orçamentária que foi enviada pelo Ministério, foi o ano de 1998. De lá para cá, o CNAS aprovou todos os Projetos de Lei Orçamentária, mesmo quando o crescimento foi inferior aos anos anteriores. Então essa, também, é uma decisão política do Conselho Nacional de Assistência Social. No âmbito das entidades da sociedade civil, é fazer pressão, fazer pressão, reivindicar, exercitar o papel de mobilização, de participação e de reivindicação da sociedade civil, em qualquer lugar que estejamos. É pressionar o Ministério, é pressionar o Conselho, é pressionar os parlamentares para que não aconteça redução e, inclusive, aconteça ampliação. É muito ruim, penso eu, um Ministério ficar refém das emendas parlamentares para aumentar o orçamento, seja ela individual, seja ela de bancada. Porquê? Porque depender de emenda parlamentar para ampliar o orçamento significa ter que estabelecer moeda de troca, significa, em algum momento, ter que negociar: *Essa liberação vai se dar em função de quê?* Então nós não podemos, se nós queremos estabelecer uma política pública, contar com emenda parlamentar para aumentar o orçamento. Nós temos que garantir aumento de orçamento desde a sua formulação do Projeto de Lei, com a aprovação do Conselho Nacional. Ótimo se tivermos aumento de emenda, mas contar e depender disso é ruim para uma política estatal.

E, por último, a **questão dos editais**. Eu só queria fazer uma referência: é que está previsto na NOB. Está previsto na NOB: *Os programas não receberão recursos via piso, mas com base em chamadas específicas*. E aí os editais são a forma, penso eu – pode-se pensar os editais, essa coisa de tempo, de divulgação, sei lá, para atender, para dar maior acesso aos municípios – **o edital ainda é a forma mais democrática de acesso**, que permita com que todos participem e se candidatem, considerando que o recurso para programa, segundo a NOB, já está dito que vai ser de acordo com a apresentação de Projeto e, não, via definição de pisos pelos municípios.

A última: quais os recursos que devem estar alocados no Fundo Municipal? Só nacional? Só estadual? Para pessoal? Todos os recursos da Assistência Social para atividades fins, não para atividades meios, devem estar alocados no Fundo Municipal de Assistência Social. Tanto o recurso que vai do Governo Federal para os municípios, tanto o recurso que vai dos orçamentos estaduais para os municípios, quanto o recurso dos orçamentos municipais para aquele município, os recursos próprios. Mas são os recursos das atividades fins e não os recursos das atividades meios, como pagamento de pessoal. Essa é uma discussão antiga também, nas diferentes Conferências.

Eu queria, para finalizar, agradecer muito e dizer que eu acho que a gente que não está no Governo, a gente que está olhando de fora, tem um papel muito importante, de



manter acesa não só a vontade, como todos têm, mas, também, conseguir manter a independência da análise e a apresentação da crítica, não no sentido de destruição, porque eu acho que nós avançamos muito na Assistência – eu digo isso em todos os lugares em que eu vou, em todas as coisas que eu escrevo – mas apresentar crítica para que a gente consiga, sempre, avançar na construção da Assistência como política estatal, independente do Governo que estiver, naquele momento, no poder. E é nesse sentido que eu gostaria que as minhas análises críticas fossem recebidas, e não como uma perspectiva de destruição ou desmonte, mas, sim, de construção da Assistência como direito social. Muito obrigada e boa Conferência a todos.

**Natalia de Souza Duarte – Conselheira do CNAS:** Professora Aldaíza.

**Aldaíza Sposati – PUC/SP:** Finalizando esta manhã já quase tarde eu queria, nesse momento, dizer que me sinto, agora, mais livre de poder falar, e não só ser aquela que está descrevendo um conjunto de dados e informações coletadas, inclusive ocupando uma posição pouco simpática, muitas vezes, por ter que dizer com um grau de crueza, que é a crueza da realidade, aquilo que está acontecendo. Mas eu tenho certeza que, para nós avançarmos, a gente precisa passar tudo a limpo. E, até para saber o que fazer e como fazer, nos próximos dez anos, nós precisamos ter a clareza de onde nós estamos. Volto a insistir, embora a nossa foto ainda esteja meio embaçada e ela ainda vá ser melhor precisada, nós temos, hoje, uma condição, um conhecimento muito maior – e eu digo hoje, mesmo – do que quando iniciamos neste momento, nesta Conferência Nacional. E aí eu creio que um dos fatores importantes que é, de certo modo, o que Ivanete acaba de dizer e que eu quero reforçar numa outra dimensão, é que nós precisamos ter a clareza do patamar atingido, porque, muitas vezes, nós ficamos com as mesmas questões, como um disco arranhado, sem a gente conseguir se enxergar no novo patamar em que nós estamos. E se nós não nos colocamos no novo patamar, nós não avançamos. Pelo contrário, nós ajudamos a derrubar. Então, o reconhecimento do estágio em que estamos, não ficando dizendo: *Ah, desde a I Conferência se diz isso e nada acontece, nada acontece*. Isto, absolutamente, não faz avançar. Claro que muita coisa aconteceu, é evidente que muita coisa aconteceu. Agora, nós temos que ter a clareza do que aconteceu e, no mínimo, mudar de pergunta, e no mínimo, alterar a frente de luta porque, senão, não se avança, mesmo, eu acho que nós ficamos no muro da lamentação e sempre, sempre, o desejado *isto é ótimo* está muito aquém daquilo a que nós já chegamos. Mas isso não quer dizer, absolutamente, que não houve o esforço para a mudança, para chegar onde nós estamos. Não quer dizer o *ótimo*, mas não é, absolutamente, dizer: *nada foi feito*. E acho isso muito importante em tudo. Como gestora, que também já fui, eu sei o quanto é difícil a alteração, e o quanto é difícil tornar visível, os outros enxergarem e os outros considerarem: externos, internos, do lado, inferior, superior, e daí para frente. Então, eu queria realmente, aqui, dar este testemunho. Sendo alguém que está neste processo desde 85, o testemunho de quanto se avançou e a quanto se chega nesta Conferência.

E aí eu discordo da nossa companheira Ana Verônica, da UFRJ, quando ela acha esta uma Conferência fria. Uma Conferência não é quente pelo grau de alteração da voz, ela não é quente se a gente diz que é mais agressiva ou mais doce, ela é quente pelos efeitos que ela provoca. Eu duvido que, desta Conferência, as pessoas não vão ter a rigor,



agora, ao longo dos anos, a clareza do que aqui se discutiu. É doído e marcante discutir a realidade, mas não são tão só palavras, digamos, construídas, mas que depois se diluem. Esta é uma Conferência que pode, na sua aparência, estar fria, porque os tons usados nas expressões não são alarmantes, mas ela é extremamente profunda naquilo que ela exige de todos nós, de capacidade de alteração. E eu vou, com isto, muito forte realmente, desta Conferência.

E quero afirmar aqui da ética do conjunto destes Professores, Doutorandos, Mestrandos, que fizeram parte do tratamento destes dados. Uma ética realmente profunda, de seguir aquilo que está informado. Mas esta ética, absolutamente, não retira de cada um de nós o reconhecimento da incompletude daquilo que está colocado, a clareza de que aqui nós abordamos tendências, e mais, a disponibilidade que todos nós temos, porque a frustração de o quadro não estar completo não é de cada estado ou de cada município, é nossa também, como um trabalho completado e podendo ter uma devolutiva de qualidade, para que a gente possa, realmente, dizer: *estamos nesse patamar*. Já disse Ivanete, já disseram outros, que não basta, somente, termos *Fotografias* deslocadas, isto é, esta *Fotografia* nos permite construir índices. E assim como nós já pudemos comparar algumas fotos de 2003 com 2005, nós temos – propunha eu, por exemplo – que sair com uma proposta de que todo o relatório de gestão - que todo o órgão tem que fazer, todo o gestor tem que fazer, por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem que encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ou da União, ou até mesmo Municipal, como é o caso do Rio de Janeiro e São Paulo - este relatório de gestão deveria ter elementos formatados de uma maneira em comum, convergente, para que nós pudéssemos ir, na verdade, fazendo a alteração da foto, ano a ano, se possível for.

Creio que, de todas as perguntas de gestão, o que o nosso companheiro da Paraíba, da região rural disse, mostra o emaranhado que é a relação política, o modelo de gestão e o modelo de financiamento. Ele mostra que, na verdade, quando me pergunta: *E o que fazer?*, que o que está colocado é que nós precisamos, realmente, constituir a Assistência Social no âmbito público. Isto significa entender que dinheiro público, que gestão pública, não é jogo de interesse próprio. Isso vale para tudo, na vida. Então, eu acho que o nosso companheiro da Paraíba chegou, até, a nos perguntar: *Porque é que salário de Deputado chega no dia e verba do PETI não chega?* Isso nos coloca uma meta, quer dizer, a regularidade das transferências se torna extremamente importante, e ela provoca um impacto, sim, na vida das pessoas. E construir índices é, também, medir esses impactos. Agora, atenção: vamos corrigir este fato de estados ainda exigirem a CND dos municípios. Aqui nós podemos ter uma trava significativa [...] é fundamental. E isso ainda não está claro para todos nós. Ainda quero lembrar aqui, nessa discussão, do ponto de vista interno – e o Leopoldo levanta, a Ivanete retomou – a questão de percentual. Eu diria que, depois de todas estas análises de financiamento aqui apresentadas, nós podemos ter a convicção de que é um simplismo dizer que, com 5% ou com o percentual de 5% está resolvido o financiamento, ou que com mais dinheiro está resolvido o financiamento. A questão é bem mais complexa do que isso. Por outro lado, a Simone nos diz: *Nós precisamos de uma blindagem no recurso da Assistência Social, para que ela, realmente, possa ter continuidade*. Só que essa blindagem não pode ser, absolutamente, só federal. Então, cobra a Ivanete que haja, também, a foto do federal. Eu acho que é uma coisa interessante de nós termos, também, nesse conjunto. Todavia, entendo que ainda não existe dinheiro nos Fundos dos Municípios, e dinheiro nos Fundos dos Estados que permitam a devida transparência. E isso nós temos que ter



claro, porque isso aparece em todos os *Álbuns*, isto é, não basta só olhar a foto do federal, do ponto de vista do financiamento. A foto municipal e a foto do estadual são precárias. E aí eu quero fazer um pedido ao CNAS: eu não entendi a disparidade de informação. Enquanto esse estudo nos mostra uma progressividade, ano a ano, do recurso para a Assistência Social, a Professora Ivanete nos mostrou uma regressividade. Eu creio que é preciso fazer um cotejo de fontes de análise da progressão destes dados, porque nós queremos a informação o mais clara possível, para a gente poder, aqui, caminhar.

Outro ponto, Ivanete, é que eu acho que os recursos de benefício não são um bom exemplo para a gente analisar o financiamento, porque eles dependem da demanda individual, e não tanto do orçamento. E, na verdade, existe uma questão histórica do represamento dos benefícios, que aconteceu quando o Governo Federal impediu, anos atrás, que o beneficiário de 67 anos pudesse ter a idade reduzida para 65 anos. Então eu acho que nós temos, ainda, questões de represamento dos benefícios, e isso tem que mudar no novo Decreto que está sendo construído sobre a questão do BPC. Mas não me parece que dinheiro de benefício possa ser analisado diretamente em progressão ou regressão, sem estarem consideradas, realmente, as medidas de represamento.

Eu queria concluir aqui, dizendo que o orçamento da Assistência Social é complexo, na Seguridade Social. Ele tem que usar a lógica de benefícios da Previdência e a lógica de serviços da Saúde. Essas duas lógicas, nós precisamos dominar e nós precisamos crescer, nisto aqui. Quero dizer, quando me perguntam como é que nós vamos resolver a questão da relação com as entidades, a minha resposta, neste curto tempo, é: um pacto de gestão em defesa do interesse público e do direito de cidadania.

A quem me pergunta do art.3º, eu digo: isto já é matéria de um Decreto que está em andamento através do CNAS. Não cabe a mim, absolutamente, comentar essa questão.

Chegou, também, uma sugestão que este estudo, esta *Fotografia* da gestão acompanhe a devolutiva, ao Presidente, das conclusões desta Conferência.

O Márcio faz uma reflexão sobre a **questão das Primeiras-Damas**: eu acho que isso está claro, aqui, para todos nós. Ninguém aqui está propondo uma retaliação, mas estamos querendo mudar de patamar. Se as Primeiras-Damas querem atuar como Primeiras-Damas, que atuem, mas não na Assistência Social, é só isso, é só isso que nós estamos dizendo. Nós reivindicamos a gestão pública e profissional, é só isso.

Em relação à **questão do comando único**, eu acho que ela está forte, ela precisa avançar nessa questão da Função Programática 08, na gestão dos Fundos.

Depois, alguém me pergunta: *Será que mudar o nome da Assistência Social para Ação Social é um avanço ou não?* Eu digo: não. Porque a Assistência Social, como assistencialismo, é contra a Constituição Federal. A Constituição Federal é clara ao colocar a Assistência Social como direito de constitucionalidade, direito de Seguridade Social. E há uma outra coisa sobre ação social – ação qualquer um faz, ação é o contraponto do SUAS. O SUAS não é ação, é sistema continuado. Ação é uma coisa que acontece hoje, pode não acontecer amanhã. E isto, ação social, é o contraponto do entendimento do Sistema Único. Eu quero chamar muito a atenção: é enganosa a formulação que acha que, botando *Ação Social*, está dinâmico. Está dinâmico, mas continua no emergencial, não está, efetivamente, colocando as coisas para serem garantias de direito.





E, encerrando, também me congratulo com o companheiro que faz um voto de cumprimentos à Márcia Pinheiro e, através dela, um voto de cumprimentos a todos os membros do CNAS, a todos os Conselheiros, realmente à força desta Conferência aqui, e quero agradecer a toda a equipe da Secretaria, neste esforço brutal que está acontecendo de montar o SUAS. Também não sou do Governo, também sou da categoria dos Assistentes Sociais, reconheço a importância do CFESS, das manifestações da categoria. Mas também reconheço a exigência que estes órgãos de representação também reconheçam os avanços que a categoria está fazendo, na gestão. Muito obrigada, e obrigada por esta grande Conferência. Obrigada.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** A Mesa agradece a todos os Palestrantes. Muito obrigado pela paciência de todos.



## Plenária Final

---

### Auditório Principal

**Participante não identificado:** Encontram-se na Mesa os Coordenadores da Plenária, Sra. Rosângela Dias Oliveira da Paz e Sr. Ademar de Oliveira Marques, ambos Conselheiros do CNAS, e, também, o Sr. Ronaldo Camargo, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, que vai trabalhar como facilitador nesta Mesa. Com a palavra, o Senhor Ademar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Bom dia a todas e a todos, delegados e delegadas, convidados e convidadas, observadores e observadoras, conselheiros e conselheiras, gestores, tanto do âmbito municipal ou estadual, organizações da sociedade civil, especialistas na área, organizações do movimento social, todos aqueles que compõem esse universo de pessoas, de cidadãos, cidadãs, comprometidas com a discussão da Política Nacional da Assistência Social, com este compromisso que nós assumimos pela implementação de assegurar a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. Neste momento, nós culminamos a nossa Conferência, a V Conferência Nacional, garantindo essa pactuação que se dá num processo de dois anos. O que nós temos aqui é resultado de um processo de dois anos, a partir da IV Conferência, que dá indicativo para cada um de nós: a necessidade de implementação da política, a partir de um sistema único de assistência social. Nessa perspectiva, esta Conferência, que tem como tema *Definir Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional da Assistência Social* e como já foi dito por diversos expositores e expositoras, pela nossa Presidente, na abertura, o grande desafio - e foi referendado aqui pelo Presidente Lula - **o grande desafio é pensar a política pública não para um governo, mas que ultrapasse os governos, e que a gente pense a política a longo prazo numa perspectiva de que ela assegure, de fato, os direitos.** Então, nós queríamos convocar a todos e a todas para que, com muita tranquilidade, nós possamos fazer uma discussão muito gostosa, muito tranqüila, lembrando os resultados que nós temos, que vocês já estão recebendo, os direitos sócio-assistenciais, os compromissos éticos. São os dois primeiros documentos que estamos distribuindo. Este resultado, esta sistematização, reflete o diálogo, o debate, que se iniciou nas conferências municipais, indo para as conferências estaduais, vindo à Conferência Nacional com uma pactuação nos grupos de trabalho. Neste sentido, estes resultados refletem o conteúdo destas propostas, destas metas, refletem um pouco este sentimento que está permeando e permeou toda esta conferência.



Então, neste sentido, queríamos mais uma vez, pedir tranquilidade a todos e dizer que esta Mesa respeitará o direito à Plenária, que é soberana, na perspectiva de não cercear a sua voz, a sua fala, o seu entendimento, mas, também, esta Mesa solicita a compreensão de todos os delegados desta conferência, especialmente os delegados desta conferência, para que nós possamos seguir o regulamento da mesma, aquilo que nós pactuamos no primeiro dia sobre as regras que ali estão postas. E, daqui a pouco, o Ronaldo vai nos relembrar de todo esse processo. Mas se a Mesa, por algum descuido, não conduzir adequadamente, obviamente que esta Plenária tem que dar este indicativo, para que a gente possa cumprir aquilo que está determinado, sem que a gente possa aqui estar gritando, tentando tumultuar, e que a gente faça um debate o mais caloroso e o mais franco possível, respeitando a fala das pessoas. Eu queria chamar atenção para que nós pudessemos permitir que as pessoas que estão usando da palavra possam terminar e que a gente evite as vaias e coisas semelhantes, porque neste Plenário, a diversidade, o conflito de idéias é salutar e é importante para que nós possamos amadurecer e crescer nesse processo. Então, eu queria dar um bom dia para todos nós, desejando um bom trabalho, uma Plenária Final de sucesso e que, o mais breve possível, nós possamos encerrar, para que possamos retornar para os nossos lares com maior tranquilidade. Rosângela.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Bom dia a todos. Eu sou Rosângela Paz, Conselheira Nacional representando o Instituto POLIS no CNAS. Estou junto com o Ademar para fazer a coordenação geral dessa Mesa. Eu queria aproveitar a minha fala para dizer uma questão só de organização. Algumas pessoas estão já nos procurando para fazer alguns informes. O Conselheiro JP – JP levante a mão para o Plenário – está ali na frente, ele é nosso apoio, Conselheiro Nacional, e as pessoas que tiverem informes a serem dados nesse Plenário passem para o JP, que nos momentos possíveis, durante o debate, ele vai passando para a Mesa. A Simone, ali, e o JP vão fazer o recebimento desses informes, passando para o Plenário. Obrigada. Boas vindas a todos.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nesta Mesa, além do Ronaldo Camargo que é da Prefeitura de Belo Horizonte e vai estar nos apoiando, nos assessorando, nos ajudando aqui numa melhor condução desta Mesa, nós contamos, ainda, com uma equipe de Relatoria, com o Ademir Alves da Silva, que é da PUC de São Paulo, e que coordenou a equipe de relatoria e sistematização, conforme previsto no nosso Regimento, e o José Maestro Queiroz, da equipe do CEDEST e vai estar também do lado de lá apoiando, para que a gente possa, nos telões, ter as informações e, além do que vocês receberam, possamos ter nos telões essas informações com maiores detalhes, maior visibilidade. Neste momento, nós passamos para o Ronaldo, que vai dar mais algumas explicações sobre o procedimento nosso até o início da leitura do documento.

**Ronaldo Camargo – Secretária Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, além de estar na Secretaria de Assistência Social, sou Conselheiro do Conselho Federal de Serviço Social, e agradecer ao Conselho Nacional, à comissão organizadora da V Conferência pelo convite, e ao Ministério do Desenvolvimento Social por estar aqui contribuindo como facilitador desta Plenária Final.



Eu queria estabelecer alguns consensos no Plenário para que a gente possa trabalhar da melhor forma possível, de forma transparente, como Ademar colocou, de forma democrática. Esses consensos são fundamentais para que a gente possa ter um bom trabalho. A primeira questão é a seguinte: nós vamos seguir rigorosamente o que está no Regimento Interno que foi aprovado no início desta Conferência por vocês, delegados, convidados e observadores. Então, o que vai nortear a condução da Mesa é o Regimento Interno e, para isso, a gente vai estar aqui rememorando alguns artigos, para que as coisas fiquem claras na condução dos trabalhos. Nós pegamos dois artigos e um capítulo que falam, especificamente, da Plenária Final e da apresentação dos resultados dos grupos. O primeiro artigo que eu faço menção é o art. 5º – eu acho que vai ser projetado no telão também.

O art.5º, diz do temário: *“a V Conferência Nacional de Assistência Social tem como tema SUAS Plano - 10: Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social, tendo como subtemas, para a discussão e deliberação, ou seja, Direitos Socioassistenciais, Gestão, Recursos Humanos, Financiamento e Controle Social.”*

Esta é a seqüência que a Mesa vai trabalhar, para aprovação na Plenária. Nós vamos começar com os direitos sócio-assistenciais e compromissos, depois vamos entrar no eixo de gestão, vamos entrar em recursos humanos, financiamento, controle social, e, por último, nós vamos discutir mutirão e as moções que foram entregues, até ontem à noite, na Secretaria Geral desta Conferência. Então, esta é a nossa programação que está proposta para que a gente possa concluí-la até as 17 horas e é obvio que nós vamos cumprir esse horário, com a colaboração do Plenário e com a objetividade do Plenário nas discussões.

Outra questão que eu queria ressaltar é que, às vezes, as pessoas pedem destaques para questão de português, questão de vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, acento. Para isto não é preciso pedir destaque porque a comissão organizadora contratou uma equipe para fazer revisão no documento final, então, as pessoas não precisam fazer destaque em questão de português. Se for questão de conteúdo, façam destaque. Nós não vamos abrir para questão de correção de português na Plenária, para que a gente possa ganhar tempo e objetividade.

A outra questão que a gente vai estar colocando é em relação ao art.6º, que fala que *“A Conferência deliberará na Plenária os seguintes temas: Os Dez Direitos Sócio-assistenciais Prioritários, Os Compromissos Éticos para concretizá-los e O Plano Decenal”* que são as dez metas para o SUAS relacionados ao subtemas descritos no Inciso II a V do art.5º, de que nós acabamos de fazer a leitura.

Por fim, nós vamos também, fazer menção ao Capítulo 05. O Capítulo 05 diz respeito a como nós vamos trabalhar na Plenária Final. E aí, começamos com o art.22, que coloca: *“As plenárias da V Conferência Nacional de Assistência Social têm caráter deliberativo, constituídas pelos delegados e delegadas, devidamente credenciados e credenciadas, com competência para discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas e as moções consolidadas nos grupos de trabalho”*.



Nós estamos entendendo que não cabem nesta Plenária propostas novas, nós não vamos acatar propostas novas no Plenário, uma vez que o Regimento não diz isso, fala de modificação, alteração das propostas que foram amplamente discutidas nos grupos, nos 23 grupos de trabalho.

*Art.23: O processo de apreciação e aprovação do relatório final dar-se-á da seguinte forma:*

- 1. Leitura do relatório final consolidado das propostas dos grupos de trabalho.*
- 2. Defesa contra e a favor das propostas, quando for o caso, obedecendo ao tempo máximo de três minutos – este é o tempo que as pessoas que fizerem destaque vão ter para fazer sua intervenção no microfone e, na hora que estiver quase chegando nos três minutos, a Mesa vai dar um toque para a pessoa concluir a sua intervenção.*
- 3. Esclarecidas as propostas, serão submetidas à votação pela Plenária e aprovadas aquelas que obtiverem a maioria simples dos votos identificados por contraste e recorrendo-se a contagem uma única vez, em caso de dúvida – é bom também lembrar que quem pode votar nesta Plenária são, somente, os delegados credenciados; convidados e observadores terão direito a voz, mas não a voto. Somente delegados votam nas questões que são submetidas em regime de votação.*

*Art.24: O Mutirão SUAS 10: Estratégias de Lutas para Implementar a Política Nacional de Assistência Social será apresentado e aprovado na Plenária Final.*

*Art.25: As moções deverão ser apresentadas à comissão organizadora até às 19 horas do dia 07 de dezembro, que foi ontem, com coleta de assinatura de pelo menos 10% em um número de 115 delegados ou delegadas - trata-se do art.9º deste Regimento - de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária Final. As moções serão apreciadas pela Plenária Final logo após a aprovação dos relatórios finais. Em moção não haverá destaque; nós vamos lê-las e vamos colocá-las em votação. Aí os delegados vão dizer se concordam ou não concordam com a moção apresentada, uma vez que ela já foi rodada nos grupos e entre os convidados, delegados e observadores para a coleta de assinaturas.*

*Art.26: As Plenárias contarão com a mesa de apoio que auxiliará as coordenações da Mesa.*

No caso nosso, nós estamos contando aqui com o apoio da Relatoria Geral na pessoa do Professor Ademir e na pessoa do Maestro, que está aqui para dar suporte à Mesa e esclarecer todas as dúvidas do Plenário em relação ao documento que vai ser apresentado, discutido e votado.

*Art.27: Assegura-se às Plenárias o questionamento, pela ordem de coordenação da Mesa, para restabelecer a ordem dos trabalhos, ou no caso em que este Regimento não esteja sendo cumprido. Instalado o processo de votação, serão vedados levantamentos de questões de qualquer natureza.*

É importante vocês terem clareza sobre isto. Na hora em que a Mesa perguntar: O Plenário está esclarecido? Se a maioria do Plenário disser que está esclarecida e entrarmos em processo de votação, nós não vamos abrir o microfone para nenhuma intervenção porque, no momento de votação, não se tem intervenção, somente a votação. Então, a gente vai sempre consultar o Plenário: Está esclarecido? Se o Plenário





concordar, se a maioria se manifestar que está esclarecida, nós vamos encaminhar para a votação, e aí a votação vai se dar da seguinte forma: *A favor, contrário e abstenção*.

Então, este é o procedimento que a gente vai adotar na Mesa para conduzir os trabalhos na votação. Estas são as regras que estão colocadas no Regimento Interno e que vão balizar, que vão nortear os nossos trabalhos. Neste sentido, a gente conta com a compreensão, com a colaboração e, como o próprio Ademar já colocou e reforçou na sua fala de abertura dos trabalhos, não precisamos vaiar, não precisamos gritar. A Plenária se manifesta através do voto. Nós temos que garantir a fala de todas as pessoas que estão dentro deste auditório. Mesmo que eu não concorde com ela, na hora de votar eu vou votar contrário ao que foi apresentado. Mas, garantir a fala, é um papel da Mesa e a Mesa vai fazer isso com todo o rigor que cabe a ela, para que a gente possa conduzir de forma tranqüila os trabalhos.

Outra questão é que nós vamos estar fazendo a leitura dos relatórios. Também é muito importante vocês terem clareza sobre isso. Na medida que a gente for lendo os relatórios, as pessoas interessadas poderão solicitar destaques. Após a leitura, aquele artigo ou aquela questão em que não houve destaque será colocada em votação em bloco; proposta votada não se volta atrás. Votou, acabou. Fiquem atentos à leitura do documento porque é só neste momento que cabem destaques. Se você cochilou porque tomou muito chope ontem, ou chegou tarde ontem no hotel, e queria fazer um destaque em uma questão que passou, infelizmente já passou, e não tem como voltar atrás se ela tiver sido votada. Está claro? O Plenário está esclarecido para iniciarmos os trabalhos? Levante o cartão de votação quem está esclarecido, por favor. Pode abaixar. Então, eu vou passar para o Ademar, para que ele possa continuar conduzindo os trabalhos, e a gente vai começar com os *Direitos Sócio-assistenciais e Compromissos Éticos*, para que vocês possam apreciar, discutir e votar.

O pessoal da Coordenação está pedindo que todos os delegados possam sentar nesta fileira do meio, se possível, para facilitar, porque se tiver que contar demora muito mais contar no espaço aberto. É uma sugestão da coordenação, gente! Se vocês não querem fiquem sentados onde estão e vamos continuar os trabalhos. Nós vamos colocar um companheiro e uma companheira em cada fileira, para contar, caso seja necessário. Eu acho que não vai ser necessário, porque pelo contraste já é suficiente, mas, como está no Regimento Interno, este é um dispositivo que cabe a gente adotar, se for necessário.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Já vamos fazer. É porque não tinha som. Então, conforme previsto no Regimento, nós informamos a esta Plenária a totalização do credenciamento: Delegados e Delegadas num total de 902, sendo que, da sociedade civil, 476, e governamental, 426, sendo necessárias para as moções 90 assinaturas. Convidados, 107 e observadores e observadoras, 346. Totalizando um número de credenciados, de participantes desta Conferência - fora os que adentraram a este auditório – 1355 credenciados.

Então, estamos afiados. A Rosangela vai proceder à leitura dos *Dez Direitos Sócio-assistenciais*. Este é o primeiro documento, Relatório Final, que estamos submetendo à



aprovação desta Plenária. Lembrando, só para que entendam o documento que vocês têm em mãos, que a meta, o item que não está destacado com inclusão ou modificação, foi consensuado pela maioria dos grupos de não alterar esta meta. Só para esclarecer melhor para os demais. O restante está indicando e, pelas cores, também, nós temos o indicativo lá no telão. Rosângela, por favor.

(Fala fora do microfone)

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Vocês não têm o documento dos direitos? Por favor, secretaria ou apoio, entregar para o Plenário o documento *Deliberações: Dez Direitos Sócio-assistenciais*.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós tivemos conhecimento de que estava sendo distribuído. O que foi distribuído é *Compromissos Éticos*, então, nós vamos iniciar pelos *Compromissos Éticos*, se a Plenária concordar, porque a gente não perderia tempo e todos nós já temos em mãos estas informações. Eu pediria para que a gente mudasse na tela e solicito, imediatamente, que o pessoal de apoio faça a distribuição com muita tranquilidade, dos *Dez Direitos*. Atenção, Plenária! Nós queríamos pedir que não se dispersem para pegar. As pessoas vão entregando. Vamos estar atentos aos *Compromissos Éticos* que a Professora Rosângela vai fazer a leitura neste momento. Então, em processo de discussão do Relatório Final.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Então, vamos começar a leitura. Documento: *Compromissos Éticos*.

(Fala fora do Microfone)

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Estamos aguardando.

**Ronaldo Camargo - Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O pessoal de apoio poderia agilizar a distribuição?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Levantem a mão, fiquem em pé, que as moças podem entregar de uma forma mais rápida. Se ficar em pé já facilita para que elas possam entregar. Aqui no bloco central tem umas dez, quinze mãos levantadas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Chegou aqui à Mesa uma dúvida sobre as moções. As moções foram encerradas. O seu processo de entrega foi encerrado ontem, às 19 horas com, no máximo, 90 assinaturas, como o Ademar colocou, em função do número de delegados credenciados, e não 115, conforme está no Regimento, porque 115 era relativo à previsão de credenciamento do total de delegados que estavam previstos para esta Conferência. Então, como teve uma baixa de inscrição de delegados, foram 90 inscritos, deve-se ter no mínimo 90 assinaturas por moção, que foram entregues ontem. Hoje, não cabe mais fazer moção e nem ir à secretaria para entregar, porque o prazo foi encerrado ontem, às 19 horas.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Todos e todas estão com os documentos? Podemos começar? Professora Rosângela.

Direitos Sócio-assistenciais

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** *Deliberações: Compromissos Éticos com os Direitos Sócio-assistenciais.*

“A efetivação do decálogo de direitos sócio-assistenciais exige a pactuação de compromissos éticos a reger a dinâmica da Política de Assistência Social entre gestores e agentes institucionais, governamentais e privados, sociedade civil organizada, usuários e cidadãos.

1. A Assistência Social como política pública defende o protagonismo e o alcance da autonomia de todos que a ela acorrem para o pleno reconhecimento do exercício de sua cidadania.

2. A atenção prestada na rede sócio-assistencial deve romper com a prática da benesse e do favor, e reconhecer a cidadania do usuário através de:

- atenção digna, com qualidade, agilidade, privacidade, continuidade, sem discriminação nem atitude vexatória, com equidade, reconhecimento da vulnerabilidade e da universalidade;
- territorialização dos serviços tornando-os próximos à residência dos usuários;
- respeito à diversidade cultural, de gênero e sexual dos usuários, aprofundando-lhes informações que sejam claras à sua cultura e forma de expressão;
- acompanhamento individualizado de qualidade, favorecedor do desenvolvimento da autonomia e da inserção social, adaptadas às características das necessidades e submetidas ao consentimento claro do usuário;
- atitude facilitadora para com o outro, de modo a estimular que ele seja apto a exprimir sua vontade de participar da decisão que lhe diz respeito;
- descentralização e territorialização dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - em todas as cidades, e assegurando o acesso da população que vive em áreas urbanas e rurais.

*Proposta de adequação: implantação, descentralização e territorialização dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e CREAS - em todos os municípios, assegurando o acesso da população que vive em áreas urbanas e rurais, reservas indígenas e áreas de quilombolas, e garantir a ampla divulgação dos direitos sócio-assistenciais.*

3. Atenção na Assistência Social, na perspectiva de direitos, deve romper com ações parciais[...]

- [...] Constituição Federal e Lei Orgânica de Assistência Social, incluindo, desde as atenções emergenciais e eventuais às continuadas, de modo qualificado, para assegurar a digna sobrevivência humana, restauração da autonomia, capacidade de convívio e protagonismo social;
- atenção igualitária e equânime aos cidadãos e cidadãs das zonas urbana e rural, aos serviços, benefícios, programas e projetos, dispondo de quadro técnico efetivo e qualificado;



- acesso a serviços continuados, benefícios, programas e projetos sócio-assistenciais com formação de rede de proteção social em todos os municípios, de acordo com a demanda, operada por pessoal permanente técnico, qualificado e financiamento;
- garantia de proteção social universal e não-contributiva a todos em vulnerabilidade e risco, através de benefícios, transferência de renda, e prestação de serviço.

4. Como política de proteção social com ação preventiva, a Assistência Social resgata a unidade familiar como núcleo básico de atenção cotidiana ao indivíduo e de seu desenvolvimento afetivo, biológico, cultural, político, relacional e social. Portanto, zela por:

- proteção social integral às famílias, incluindo apoio ao convívio familiar de todos os seus membros, da infância à velhice, principalmente quando em vulnerabilidade e risco ou vitimização;
- provisão de atenção ao indivíduo e sua família respeitada a sua autonomia e emancipação de sua família;
- convívio familiar e comunitário das crianças, jovens, adultos e idosos em situação de risco, buscando, prioritariamente, o resgate dos laços familiares, genéticos ou adquiridos na dinâmica de vida às vivências institucionais;
- garantia da segurança de acolhida esgotadas as oportunidades do convívio familiar, na perspectiva de restauração da autonomia, capacidade de convívio, protagonismo, o que exige a oferta de meios financeiros, materiais e humanos para a construção de alternativas e desinstitucionalização;
- acesso a serviços e meios que resgatem e reforcem a autonomia familiar, principalmente quando a família vivenciar situação de risco;
- atenção psico-pedagógica e acesso a novas e continuadas oportunidades de sobrevivência digna e justa;
- família sob vulnerabilidade ou risco social ou sob ocorrência de situação de risco e vitimização de um ou mais de seus membros.

5. A Assistência Social deve ser operada através de uma rede de benefícios, serviços, programas e projetos que devem manter relação de completude entre si e de intersetorialidade com outras políticas sociais. Para tanto, deve alcançar a unidade da política de benefícios e de transferência de renda condicionada como direito sócio-assistencial, incluindo:

- desde benefícios emergenciais ou eventuais aos continuados, ou por prazo determinado e os de renda mínima familiar;
- o acesso a benefícios e a transferência de renda condicionada, pautados na avaliação social da necessidade e no vínculo técnico com o desenvolvimento do trabalho social, reconstrutor da autonomia socioeconômica e do protagonismo do cidadão e de sua família;
- completude em rede da proteção básica especial a idosos e pessoas com deficiência, com oportunidade de autonomia socioeconômica e convívio social;
- o acesso à proteção social não contributiva a migrantes, andarilhos, cidadãos de fronteiras, pessoas em situação de rua, ciganos, afrodescendentes, grupos indígenas, ressocialização de apenados, doentes crônicos incluídos os soropositivos, dependentes de substâncias psicoativas e outros.



*Proposta de adequação:*

- *O acesso à proteção social não contributiva a migrantes, imigrantes, itinerantes, cidadãos de fronteiras, pessoas em situação de rua, ciganos, afrodescendentes, grupos indígenas, minorias raciais, egressos e apenados, doentes crônicos, incluídas as pessoas com HIV/AIDS, dependentes de substâncias psicoativas e outros;*
- *a proteção social especial de Assistência Social que atenda às várias situações de violação de direitos, combatendo e desenvolvendo ações preventivas ao abuso e à exploração sexual na infância e na adolescência;*
- *o serviço de proteção social especial de Assistência Social que desenvolva de modo articulado com a proteção básica ações preventivas à violência e ao risco;*
- *a proteção especial de Assistência Social que aplique medidas sócio-educativas, em meio aberto, aos adolescentes, com trabalho social junto às suas famílias e à comunidade onde vivem;*
- *a rede socioassistencial que desenvolva de forma integrada na sociedade ação educativa de combate à violência e erradicação das vitimizações;*
- *a integração da Política de Assistência Social às demais políticas públicas, de modo a afiançar o pleno direito de crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência;*
- *acesso à documentação civil gratuita, sem discriminação, a começar do registro de nascimento como primeiro direito de reconhecimento do cidadão.*

6. A Assistência Social defende a renda digna como direito de cada cidadão e de sua família, promovendo o desenvolvimento de capacidades para geração de novas possibilidades de trabalho, renda e sustentabilidade familiar, pelo acesso à Política Nacional de Emprego e Renda que garanta a provisão de condições básicas e dignas de reprodução social do cidadão e sua família, objetivando a inclusão da população vulnerabilizada, respeitando os aspectos culturais e regionais:

- *pela fixação do cidadão e sua família no meio rural com capacitação e produção de oportunidades de emprego e renda para pequenos agricultores;*
- *pelo trabalho digno a partir das potencialidades individuais e grupais, respeitadas as situações em que a sobrevivência digna exija continuidade de benefícios;*
- *pelo desligamento gradual do usuário de programas de benefícios e transferência de renda, de modo a construir condições permanentes de sustentabilidade;*
- *pela restauração de condições de trabalho e autonomia socioeconômica quando vítima de calamidades e situações emergenciais, que aniquilam e reduzem a capacidade produtiva do cidadão e de sua família.*

7. A Assistência Social, como política que deve assegurar direitos de cidadania, deve ter seu processo de gestão requalificado, reestruturado e profissionalizado, de modo a:

- *garantir que a profissionalização da gestão da Assistência Social mantenha pessoal especializado através da equipe interprofissional desde os CRAS;*





- financiar pelo orçamento público a infra-estrutura de trabalho com oferta de espaços dignos de atenção aos usuários e meios de comunicação e ferramentas de trabalho eficientes;
  - assegurar o co-financiamento dos benefícios eventuais pelos orçamentos estaduais;
  - assegurar a gestão municipal e o co-financiamento pelos orçamentos dos estados e da união, de forma a garantir a infra-estrutura e os recursos humanos para a operação da rede sócio-assistencial;
  - assegurar que todos os municípios operem de forma profissional os benefícios, as transferências de renda, os serviços e os projetos de Assistência Social;
  - assegurar que a gestão da Assistência Social esteja preparada para realizar e manter a vigilância social territorializada de riscos e vulnerabilidades sociais.
8. A Assistência Social, como política de gestão democrática e descentralizada, deve constituir espaços para a construção democrática de decisões, negociações e exercício do controle social e defesa de direitos através de garantia de instalação e funcionamento de Conselhos em todas as cidades, com plena participação de usuários, reconhecidos como instâncias legais de controle social.

*Proposta de Adequação:*

- *garantia de instalação adequada e funcionamento de Conselhos em todas as cidades, reconhecidos como instâncias legais de controle social com capacitação continuada de conselheiros e plena participação da sociedade civil em especial dos usuários;*
- *política de informação sobre os direitos e os serviços sócio-assistenciais e divulgação em todas as unidades de serviços e nos projetos de Assistência Social;*
- *presença, em todos os serviços da rede sócio-assistencial, de urnas para a manifestação dos usuários;*
- *instalação de ouvidorias de Assistência Social em todos os municípios, estados e, no âmbito federal da gestão do SUAS. É esse o texto.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Lido o Relatório Final, nós gostaríamos de lembrar que não consta DF – isso o Ronaldo já lembrou. Para que não haja nenhuma dúvida sobre isso, já vai estar contemplado, também, ou seja, todos os entes da Federação. Nós vamos submeter à Plenária a aprovação, com exceção, notem, no item 02, o último subitem, junto com adequação e também, no item 05 onde está próximo o acesso e onde tem adequação, no item 08, logo o primeiro subitem. Com exceção destes itens estamos submetendo à aprovação da Plenária o *Relatório dos Compromissos Éticos*.

Os que são favoráveis ao Relatório, por favor, levantem o seu crachá. Os que são contrários? Abstenção! Aprovado por unanimidade de voto desta Plenária.

Agora, nós vamos submeter à Plenária os dois itens...

(Fala fora do microfone)



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos só identificar quais os votos contra, porque nós não vimos aqui. Uma questão de esclarecimento.

**Participante não identificada:** Bom dia, a minha dúvida é a seguinte: foram feitos trabalhos nos grupos e eu, particularmente, assim como as pessoas, não tivemos acesso à forma de como foram feitas estas compilações para se dar aquela porcentagem dos 50%, das que seriam indicadas ou não. Como é que se pode votar uma coisa a que a gente não teve acesso, no processo de compilação? Eu não sei, particularmente, como foram compiladas as questões que os grupos apresentaram e como é que se chegou a estas conclusões aqui.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Pode não ter ficado absolutamente claro para a Plenária em função até do barulho, mas no início da minha fala eu fiz uma ligeira explicação, antes da Rosangela fazer a leitura, que de acordo com o nosso regimento que fala da incidência de um número maior de grupos, por exemplo, os que não estão destacados aqui – que vieram pela Relatoria – significa que a maioria dos grupos entendeu que não deveríamos mexer no texto. E o que foi necessário – como vocês viram na tela que tinha a palavra *atenciosa* que foi retirada, pois não mudava o conteúdo, ela estava apenas sendo repetitiva, *atenção atenciosa*. Esse é um exemplo que apareceu no grupo. Então, na verdade, esta proposta de adequação também teve uma incidência maior nos grupos e ela foi sistematizada ou mantendo, trazendo a redação original e a proposta de adequação que era semelhante ao conteúdo vindo dos grupos. Desta forma que foi sistematizada e de cada uma delas, nós temos pela relatoria – o Ademir tem ali – todo o escore, por exemplo, quantos grupos eles não mexeram. Então, apenas tinha, num número de doze, dois alterando, mas dez não queriam alterar. Por isto esta Plenária está trazendo o Relatório pela maior incidência que foi o maior número de pessoas. Cinquenta por cento, conforme foi explicado. Para nós, no grupo de onze, 50% seriam cinco e, no grupo de doze, 50% seriam seis grupos. Esta é a explicação que nós temos em virtude daquilo que foi já definido como metodologia e lembrado por Ronaldo. A Plenária se sente esclarecida sobre isto? Porque assim será subsequente aos demais relatórios.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Sim. O Ronaldo acabou de informar a Plenária. Nós estamos fazendo a leitura. Se alguém tem alguma dúvida e quer fazer um destaque sobre isso ela levanta o crachá dizendo *destaque naquele item*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vou repetir. Eu disse, no início dos trabalhos, o seguinte: nas leituras dos documentos qualquer pessoa, cidadão que se encontra neste auditório, pode fazer destaque na leitura. Entrega o crachá e avisa: eu quero destaque na questão cinco, eu quero destaque no ponto dois da questão dois. O pessoal vai encaminhar para nós e vamos submeter à discussão e à votação na leitura. Como não houve nenhum destaque, exceto os destaques apresentados pela Relatoria, nós estamos submetendo, como foi acordado no início da Plenária, em votação, todo documento que foi lido e não foi destacado. Gostaria de destacar também que na Relatoria Geral encontram-se à disposição de qualquer pessoa deste Plenário todos os relatórios que foram



encaminhados pelos grupos. Como o documento que Ademar mencionou, de incidência de aprovação ou rejeição de qualquer proposta, que está sendo apresentado neste Plenário à disposição de qualquer pessoa. Se vocês tiverem alguma dúvida, por favor, acionem ali do lado, peçam para o pessoal da Relatoria apresentar a documentação que vocês estão solicitando.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção Plenária! Antes de passar a palavra para a Sigildes, nós gostaríamos de avisar, mais uma vez, à Plenária – a gente está no início – que a Simone e o João Paulo, Conselheiros do CNAS, e o Marcelo, estão ali de prontidão para assessorar, especialmente, os destaques. Eles vão anotar o seu nome no item que você está destacando. Então, pela questão de ordem, quem é a primeira pessoa?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ele também pediu uma questão de ordem. Só identifique o seu nome.

**Genival Francisco da Silva – Sociedade Civil/Bauru/São Paulo:** Mais um esclarecimento. Foram feitas as leituras...

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ele só quer esclarecer. Nós já aprovamos. Não está mudando, não.

**Genival Francisco da Silva – Sociedade Civil/Bauru/SP:** Eu peço que a Plenária respeite as pessoas que vêm aqui para colocar uma questão de ordem e de esclarecimento. Eu acredito que isso aqui é um aprendizado. Faz parte de todo esse processo nosso. Então, que a Plenária respeite.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Agradeço.

**Genival Francisco da Silva – Sociedade Civil/Bauru/SP:** Com relação à leitura, eu acho que a Mesa deveria, em termos de encaminhamento, até para esclarecimento da platéia que, às vezes, pode dar uma cochilada - qualquer um pode dar uma cochilada e nós estamos votando Política Nacional de Assistência Social – fazer da seguinte forma: a leitura estar sendo feita e, quando tiver alguma interferência, que esta possa estar sendo feita, aqui, neste momento.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Meu companheiro, eu não quero cortar a sua fala, mas nós não vamos voltar, porque eu já repeti e eu já falei isso no início da Plenária. Eu consultei o Plenário e o Plenário todo se manifestou que estava esclarecido. Então, esta orientação que você está dando como sugestão, já é a orientação que a Mesa está adotando. Leitura e apresentação de destaque na leitura. Se não faz destaque na leitura a Mesa entende que o Relatório deve ser submetido a votação e não a discussão.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos ouvir a sua questão de ordem...

**Genival Francisco da Silva – Sociedade Civil/Bauru/SP:** Eu gostaria que a Mesa, também...

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Você tem um minuto para concluir...

**Genival Francisco da Silva – Sociedade Civil/Bauru/SP:** Eu vou concluir e vou ser bem claro com a platéia. Não desleal. Acho que aqui nós somos todos companheiros. Eu acho que a platéia deve prestar atenção nas coisas que já vêm prontas, porque aqui nós estamos discutindo e decidindo a Política Nacional de Assistência Social. Eu não estou defendendo Estado nenhum, aqui. Eu gostaria que a Mesa, também, tivesse um certo respeito e interferisse menos nas questões, inclusive, na hora de votação.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Um instante, Marcelo. Antes de passar para a Sigildes, que é a próxima inscrita para uma questão de ordem, por favor, mais uma vez, como fizemos no início, queremos solicitar à Plenária que a gente esteja atento sobre todas as questões e dizer que esta Mesa, neste momento, do início destes trabalhos até agora, não desrespeitou esta Plenária e vai pautar pelo respeito a esta Plenária. No momento que nós não conduzimos adequadamente, a questão de ordem deverá ser dada e nós vamos analisar junto com a Plenária se não está se dando a ordem adequada. Agora, também não vamos permitir, com todo o respeito aos senhores e senhoras, que as pessoas venham aqui para tumultuar e a gente saia daqui de madrugada. Esse apoio nós queremos da Plenária e eu não estou dizendo, com estas minhas palavras, que alguém que falou até agora está tumultuando, mas para que a gente possa pactuar sobre isto. Por favor, a Sigildes irá agora garantir a sua questão de ordem.

**Sigildes Bacelar Francesconi – Federação das Associações de Bairro de Ribeirão Preto/SP:** Como questão de ordem, eu gostaria de lembrar a toda a Plenária que eu estive aqui, por ordem da aprovação do Regimento interno, e levantei para toda a platéia que todo destaque que tivesse que passar por cinco grupos iria ficar complicado, mas vocês votaram contra mim e eu sou democrata. É questão de democracia. O que eu quero explicar é o seguinte: eu sou democrata, a platéia aceitou, então, tudo bem. Outra coisa que eu coloquei também: eu pedi que fossem aceitas as novas propostas – vocês devem se lembrar – porque eu estou acostumada com conferências e eu sei que, na última hora, sempre tem pessoas com idéias maravilhosas. Eu expliquei isso, mas eu também fui derrotada. Contudo, não se esqueçam que a Plenária é soberana todo momento e até o encerramento da Conferência. Se o pessoal considera que pode ser verificado ou modificado o Regimento, isso ainda pode acontecer se, a maioria, 50% mais um, assim quiser.

(Fala fora do microfone)



**Sigildes Bacelar Francesconi – Federação das Associações de Bairro de Ribeirão Preto/SP:** Eu ainda não terminei, por favor. Eu sou por 50% mais um. Eu sou democrata. Obrigada.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Obrigado. Atenção Plenária! Vamos retomar com muita tranquilidade. Nós votamos os demais itens não destacados; agora, retornaremos aos itens destacados, iniciando com o item 02, porque já está destacado o último subitem e a nova redação para este subitem. Está esclarecida a Plenária? Nós vamos votar agora pela manutenção do texto do último subitem ou pela adequação, a nova redação advinda da maioria dos grupos. A Plenária se sente esclarecida? Em processo de votação!

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Ribeirão Preto/SP:** Só um minuto, Ademar. Teve destaque na questão de adequação. Chegou agora à Mesa. É porque nós não passamos para ele aqui.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós não vimos porque não tinha esse destaque identificado imediatamente para nós. Pedimos desculpas. No início está assim. A gente se acerta já.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós temos três destaques na questão 02, que foi: a descentralização e territorialização dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Nesta questão nós temos o destaque da Marlene, do Nelson e da Neli. Por ordem de inscrição, é a Marlene que vai fazer a intervenção. Marlene de Fátima.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só lembrando que este momento é o destaque, não é defesa da proposta.

**Marlene de Fátima Azevedo Silva/DF:** Bom, o meu destaque está aqui na adequação. Aqui está colocado que os CRAS e os CREAS devem ser implantados em todos os municípios. A questão é a seguinte: está garantida a implantação de Centros de Referência Especializados de Assistência Social de forma regionalizada, então, o que tem que ser garantido é o atendimento a todos os municípios, mas não a implantação em todos os municípios, porque eles podem ser regionalizados. A proposta é que, ao invés de, *em todos os municípios, seja atendendo a todos os municípios.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** *Atendendo* é a palavra. Nelson?

**Nelson:** Eu estou achando que a sugestão da companheira Delegada talvez também não seja a redação perfeita para esse texto, porque se diz aqui *CRAS e CREAS em todos os municípios.* Eu colocaria *em regiões. CRAS em todos os municípios e CREAS nas regiões.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Por favor, Nelson, eu sugiro que você faça uma redação, porque fica mais fácil para a Mesa entender a sua proposta. A próxima? Então, foi retirada desse item a outra inscrição que tinha. Enquanto Nelson traz a sua proposta, vamos passar para o próximo item rapidamente porque, pelo menos,





a gente assegura, já que ele não retirou o seu destaque. No item 05, eu tenho o destaque aqui da Milda Lourdes, do DF. Por favor, Milda, qual é o seu destaque?

**Milda Lourdes Pala Moraes – IMS/DF:** O meu destaque é o seguinte: eu acho que quando se fala em *egressos e apenados*, a palavra *egressos* está muito solta aqui. A minha proposta é que se coloque *egressos do sistema prisional e apenados*.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A proposta dela é *egressos do sistema prisional*.

**Milda Lourdes Pala Moraes – IMS/DF:** Isto, *egressos do sistema prisional e apenados*, porque a palavra *egressos* está muito solta aqui. Pode ser *egressos de programas* e etc.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** *Egressos do sistema prisional e apenados*. A Mesa conseguiu captar. A Plenária se sente esclarecida? Nós vamos ler. A proposta de manutenção do texto já está. Vocês já verificaram aí. Não vou fazer a leitura. Apenas, na adequação do texto ela sugere, ao invés de *egressos*, *egressos do sistema prisional e apenados*. A Plenária se sente esclarecida? Agora nós vamos votar. Proposta 01: Manutenção do texto. Proposta 02: Adequação como veio na Relatoria. Proposta 03: É a da Milda, do DF, que acrescenta *do sistema prisional*. A Plenária se sente esclarecida para votar? Levantem o crachá para que a gente tenha idéia. Só para ajudar, mais uma vez, nós vamos[...]

[...] do item 02, item 03, item 05, 07, 08 e 09, que foram destacados. Os demais nós submetemos à aprovação da Plenária. Os que são favoráveis à aprovação do texto como lido levantem o seu crachá. Há contrários? Alguma abstenção? Não. Uma ali. Aprovado, então.

Vamos aos destaques. Primeiro é o Reginaldo Aparecido, de Rondônia, no item 02. Vamos ouvir o destaque.

**Reginaldo Aparecido Amorim – Secretaria Municipal de ação Comunitária de Rolim de Moura/RO:** Bom dia. O meu destaque no item 02 é para a questão de correção aonde diz *garantir completude de atenção no meio rural ou urbano*. A proposta é que nós colocássemos *garantir completude de atenção no meio rural e urbano*, porque o *ou*, aí, é excludente. Quando você tem uma possibilidade, ele exclui a outra possibilidade. Então é trocar o *ou* pelo *e*, que passa a obrigatoriedade nos níveis rural e urbano. O *ou* é excludente. Obrigado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Trocar *ou* por *e*. A Plenária se sente esclarecida? Então, fazendo a leitura.

*Proposta 01:* Direito de equidade rural-urbana na proteção social não-contributiva, direito do cidadão e cidadã, de todas as cidades brasileiras, que vivem no meio rural ou urbano, a ter acesso às proteções básicas e especial da Política de Assistência Social, operadas de modo articulado, para garantir completude de atenção no meio rural ou urbano.



*Proposta 02 de adequação: Direito de equidade rural-urbana na proteção social não-contributiva, direito de acesso as proteções básicas e especial da Política de Assistência Social operadas de modo articulado para garantir completude de atenção no meio rural e urbano...*

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Eu estou entendendo, pela manifestação da Plenária, que ela está concordando trocar o *ou* pelo *e*. A proposta não era assim. Então, mantemos duas propostas, se este é o entendimento da Plenária que já faz a mudança, imediatamente. Então nós temos, somente, duas propostas. Esclarecidos? Em processo de votação! Os que votam na proposta 01 levantem o seu crachá. Os que votam na proposta 02, por favor. Abstenção? Aprovada.

Os destaques do item 03.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Na verdade, o destaque do item 03, Ademar, é da Dolores, de São Gonçalo-RJ. Ela sugere acrescentar, no final do texto, *diversidade/orientação sexual*. Só isso. É isso Dolores? É. Então eu vou repetir para que todos tenham clareza do que nós estamos falando.

Questão 03: É direito de equidade social e de manifestações públicas: direito do cidadão e da cidadã de manifestar-se...

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG::** Este é o item 03.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É porque a gente está fazendo um teste para saber se vocês estão, de fato, prestando atenção na Plenária.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** Voltando. *Proposta 01:* É direito de equidade social e de manifestações públicas: direito de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na Política de Assistência Social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero e limitações pessoais. Isto é a proposta de número 01, que é a manutenção do texto.

*A proposta 02 é a sugestão da companheira Dolores, de São Gonçalo/RJ: Direito de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na Política de Assistência Social,*



*sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais, diversidade/orientação sexual.*

**Participante não identificada:** Eu concordo plenamente com a Dolores, só que eu acho que *diversidade e orientação sexual* deveria ficar antes de *limitações pessoais* porque uma parece que está sendo a outra. Então, *gênero, diversidade/orientação sexual e limitações pessoais*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Dolores, você concorda? Dolores concordou. Vocês entenderam? É só uma questão de alterar e a gente vai colocar em regime de votação. O Plenário está esclarecido para votar nas duas propostas? A proposta de número 01 é a manutenção do texto. Quem concorda faça o favor de levantar o crachá. A proposta de número 02 com alteração, conforme apresentada. Aprovada a alteração conforme foi apresentada no plenário. Aprovada. Abstenção?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Item 05. Vamos para os destaques.

**Ronaldo Camargo:** Então não tem destaque no item 05, é só a adequação e a manutenção.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS: Proposta 01:** Direito do usuário a acessibilidade, qualidade e continuidade, direito do usuário e usuária da rede sócio-assistencial a ser ouvido e ter usufruto de respostas dignas, claras e elucidativas ofertadas por serviços de ação continuada localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaço com infraestrutura e adequados, inclusive, para os usuários com deficiência.

*Proposta 02 de adequação: Direito do usuário a acessibilidade, qualidade e continuidade, direito do usuário e usuária da rede socioassistencial à escuta, ao acolhimento, e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade que garanta o atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.*

A Plenária se sente esclarecida? Em processo de votação! Os que votam na proposta 01 levantem o seu crachá. Um voto. Os que votam na proposta 02 levantem o seu crachá. Abstenção? Aprovada.

Próximo destaque, item 07.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Renato Mendes, de Goiás.



**Renato Mendes de Oliveira – FUMDEC/GO:** Para a gente acrescentar aqui, antes de *lazer*, a palavra *esporte*. *Esporte e lazer*, colocar junto. A gente entendendo que é um bem cultural importantíssimo na intersectorialidade, também, não é? Então é só isso, colocar *esporte* antes de *lazer*.

**Ronaldo Camargo:** A proposta do Renato é a seguinte: antes da palavra *lazer*, no texto, incluir a palavra *esporte*. Então nós temos duas propostas: Uma é a redação do texto e a segunda abrange a inclusão que o companheiro acabou de fazer. Eu vou ler para que o pessoal possa acompanhar.

*Proposta 01 de manutenção do texto:* Direito a manutenção social por meio da intersectorialidade das políticas públicas, direito à melhor qualidade de vida garantida pela articulação intersectorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna, trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infra-estrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.

*A proposta 02 é esta redação, principalmente para o pessoal com deficiência visual, acrescida da palavra esporte.*

A Plenária está esclarecido para votar? Proposta 01. Quem concorda faça o favor de se manifestar com o cartão de votação. Proposta 02. Pode abaixar. Abstenção? Então está aprovada a alteração de inclusão da palavra *esporte* no texto 07.

A proposta 08 tem o destaque do Marcos Antônio, do Rio de Janeiro. Na verdade, ele fez destaque nas propostas 08 e 09. Vamos deixar o crachá dele aqui porque ele fez destaque nas duas. Nós vamos discutir a proposta 08 depois a gente passa para a proposta 09.

**Marcos Antônio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Mesa? Antes dos destaques, uma questão de ordem por gentileza, em relação aos crachás que são recolhidos dos Delegados que fazem destaques, e, automaticamente, se sentem impedidos de participar do processo de votação, porque os crachás estão na Mesa. Numa questão de incidência por contraste é fácil, mas se tivermos uma questão polêmica onde cada voto seja importante, a gente se sente prejudicado, porque não pode exercer o direito do voto.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Marcos, a gente vai acatar a sua sugestão e na leitura o pessoal tem o documento, dá só o nome e a gente não fica com o crachá, o que evita esse tipo de transtorno.

**Marcos Antônio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Obrigado. Com relação ao destaque, é uma questão muito simples. No documento, em vários momentos, a questão de gênero está retirada em algumas propostas. Nas propostas 08, 09 e 02, que já passaram, ela aparece, e não aparece destacada para que seja retirada a questão de gênero. Então, na proposta 08, *direito do*



*cidadão e cidadã*, na proposta 09, *direito do usuário e usuária*, e em outras propostas, a questão de gênero foi retirada, foi riscada para que todos tenham acesso de forma geral e não com gênero, como está nas propostas 08 e 09. Então, um esclarecimento: se foi um entendimento da Relatoria que, em algumas propostas isso não cabia e nessas aqui cabe. E, se não for isso, eu estou propondo a supressão, e que seja adotada a mesma redação das propostas anteriores. Obrigado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só para informar a Plenária: como a questão do DF, todos os entes estão contemplados; onde couber, a questão de gênero deve estar contemplada e deve ser assegurada no Relatório Final a partir do destaque do Marcos.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós vamos colocar em votação porque esse artigo não foi votado. Nós só estamos acatando a sugestão do companheiro Marcos, que é a gente dar o mesmo tratamento em todas as questões. A Mesa entende que o Marcos não fez nenhuma proposta, ele deu uma sugestão que foi acatada pela Comissão Organizadora e aí, nós vamos colocar em votação o item 08 que não foi votado, porque ele foi destacado.

*Proposta 08: Direito do cidadão e cidadã à renda individual e familiar assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo que assegurem inserção ou reinserção no mercado, no meio urbano ou rural.* Contemplando, aí, a sugestão do Marcos de dar o mesmo tratamento onde tiver que colocar a questão de gênero.

A Plenária está esclarecida para votar esta questão 08? Não?...

(Fala fora do Microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** *questão urbana e rural.* Já está aqui alterado.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não. Nós estamos no item 08, companheira. Plenária, está esclarecida para votar? Não? o Marcos trouxe uma questão que a Mesa não entendeu como sendo uma nova redação ou alteração; ele trouxe uma sugestão que nós vamos acatar. A Comissão Organizadora vai acatar e dar o mesmo procedimento. Eu estou lendo a questão 08 porque ela não foi votada, ela foi destacada.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O rapaz de camisa verde vai fazer destaque? Mas ele não fez destaque na leitura. Só o Marcos fez o destaque.





(fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** Por favor, dá o microfone para o companheiro, para ele dar o esclarecimento.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** Vamos voltar ao item 08. Preste atenção, companheiro de blusa verde. A Mesa vai abrir para ele fazer a intervenção. Com relação à questão do *trabalho* nós já contemplamos aqui na redação. Se for isto que você ia incluir, nós já contemplamos e eu vou ler.

**Participante não identificado:** Bom dia a todos. Eu quero que acrescente aqui, se a Plenária decidir, que existem vários índios que não têm documentos e, se não têm documentos, não são cidadãos nem cidadãs.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não entendi. Você está pedindo para incluir?

**Participante não identificado:** O povo indígena.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Depois de *cidadã*?

**Participante não identificado:** Isto. Porque, segundo a lei, todos os cidadãos e cidadãs são documentados, e existem índios que não têm documentos.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Questão de ordem?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Qual é a questão de ordem?

**Participante não identificado:** Boa tarde. A questão de ordem é a seguinte: se o nosso colega do lado na Plenária ficar fazendo comentário paralelo quando a Mesa está conversando ou quando a Mesa está apresentando, o pessoal não vai entender, nós vamos ficar aqui o dia todo e não vamos chegar a conclusão nenhuma. Por questão de ordem, vamos respeitar o nosso colega que está do lado ou quem veio aqui, viajou 20 e poucas horas para vir aqui e discutir esse programa, que está sendo especial, e um momento único de cada um que está representando aqui os municípios de cada local. Então, por questão de ordem, vamos respeitar e não fazer comentários paralelos, com respeito ao Plenário e com respeito à Mesa. Muito obrigado.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Mesa agradece a contribuição do companheiro. Questão 08. Nós temos duas propostas. Eu vou ler e a gente vai, em seguida, colocar em votação.



*Proposta 01: Direito do cidadão e cidadã à renda individual e familiar assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo que assegurem inserção ou reinserção no mercado de trabalho no meio urbano e rural.*

*A Proposta 02: Direito do cidadão e cidadã e do povo indígena a renda individual e familiar assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, a sociativismo e cooperativismo que assegurem inserção ou reinserção no mercado de trabalho no meio urbano e rural.*

Plenário, está esclarecido para votar? Em regime de votação! Por favor, manifeste com o cartão. Plenário, está esclarecido para votar? Se a maioria disser que sim, nós vamos encaminhar. Quem não está? A maioria está esclarecida para votar. Em regime de votação! Proposta 01, quem concorda? Proposta 02? Então, está aprovada a proposta 02, que é a inclusão da questão indígena na redação.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Proposta 09.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É o Marcos Antônio que fez destaque. É a mesma questão, Marcos Antônio?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então retirado o destaque. Não? Então, por favor, Marcos.

**Marcos Antônio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Mesa, foi a mesma questão. Apresentei junto porque era o mesmo tratamento na questão de *gênero* ao texto. A Mesa disse que acatou. Então, se acatou, não cabe mais discussão.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É porque foi destacada e nós temos que votar, porque ela não foi votada.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/Mg:** Ele foi destacada, não foi votada. Tem que ser votada.

**Marcos Antônio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Ah, sim. Perdão, então. Então a minha questão é a mesma de *gênero*. Que seja dado o mesmo tratamento em todo conteúdo do documento.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Já está acatado que nós só vamos submeter à Plenária a votação. A Plenária se sente esclarecida? Então, vamos fazer a leitura do texto 09, *Direito ao Co-financiamento da Proteção Social*.

(Fala fora do microfone)



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, o item 09, *Direito ao Co-financiamento da Proteção Social Não-contributiva*.

*Proposta 09:* Direito do usuário e da usuária da rede sócio-assistencial a ter garantido o co-financiamento estatal, federal, estadual e municipal e do Distrito Federal para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede sócio-assistencial no meio urbano e rural.

Em processo de votação! Levante o crachá quem aprova a proposta.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A proposta 09, que nós acabamos de ler.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não tem duas propostas. Toda a proposta que constar do Relatório Final desta Conferência quem aprova é a Plenária. O item 09 foi destacado, ele não foi votado. Nós precisamos votar para registrar, tanto no vídeo quanto no documento. Então, o Ademar leu a proposta 09, que foi destacada pelo Marcos, que é a mesma questão da redação de gênero e tal. Ele não fez nenhuma proposta nova. Como ela foi destacada, ela não foi votada, e nós estamos colocando em regime de votação. A Plenária tem que falar se concorda com a proposta nova ou se não concorda. Se concordarem ela vai ficar; se vocês não concordarem ela vai ser excluída. É só isso, porque ela não foi votada. Está esclarecido para votar? Em regime de votação! Quem concorda com a redação do item 09? Isso. Quem discorda? Abstenção. Está aprovado, Ademar, o item 09.

Nesse sentido, aprovamos todos os itens dos *Direitos Sócio-Assistenciais*.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** O próximo agora é o de *Gestão do SUAS*. Gostaríamos de saber se todos os delegados e delegadas e os demais receberam este texto, o Relatório Final. Mais uma vez, Plenária, para que não haja dúvida, aviso que o destaque deve ser feito na leitura, para que nós não tenhamos posterior destaque. O destaque deve ser feito à medida que nós estamos lendo; é este que nós vamos anotar. A Simone e o João Paulo irão anotando o nome ao lado, sem pegar o crachá.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Marcelo, João Paulo e a Simone estão ali só para receber destaques. Questão que não foi destacada, nós não vamos votar. Prestem atenção no que nós estamos dizendo: questão que não foi destacada, nós não vamos votar.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção Plenária! Todos com o texto. Professora Rosângela, Conselheira Rosângela fará a leitura do Relatório Final *Gestão do SUAS*.

*Gestão do SUAS*

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Estão todos, então, com o relatório que chama *Deliberações: Gestão do SUAS*. Eu vou pedir a vocês que peguem uma caneta porque em cada meta vocês vão anotar se a meta, a proposta é de curto, médio ou longo prazo. Vamos colocar um *c* quando for curto, um *m* quando for médio e um *l* quando for longo. Vou dar um exemplo: na Meta 01 a gente põe do lado *c* porque ela é de curto prazo. Eu vou ler a Meta e dizer se ela é de curto, médio ou longo prazo. Agora nós estamos entrando na Gestão, Controle e Financiamento e nós temos que dizer se essas metas são de curto, médio e longo prazo.

A outra questão é: a quem compete esta meta? É do Município? É do Estado? Da União? Ou é dos três? Então, também, vamos criar uma sigla. *M* é do Município, *E* é do Estado, *U* é da União e quando é dos três a gente pode escrever *MEU* (Município, Estado e União). Certo? Fica *MEU*.

Então, eu vou bem pausadamente, ler a meta...

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só lembrando, desculpe Rosângela, que nós já falamos anteriormente, já inclui aí o DF.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Isso. Então eu vou ler cada meta, dou uma parada e digo se a meta é de curto, médio ou longo prazo e de quem é a competência, de acordo com o resultado de maior incidência nos grupos. Então vamos lá.

*Meta 01: Implantar e implementar sistema territorializado de informação, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social em todas as esferas de governo.* A proposta de maior incidência foi: curto prazo, então, *c* e competência das três esferas de governo, municipal, estadual, União e distrital. Anotaram?

*Meta 02: Implantar e implementar subsistemas de produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados de situações de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais sobre famílias e indivíduos nos diferentes ciclos de vida, em consonância com o Sistema Nacional de Informação.* Esta meta é uma proposta de maior incidência de médio prazo e a competência das três esferas, todos os entes.

*Meta 03: Implantar e consolidar sistema integrado de informação on-line e divulgar, de forma permanente e continuada, dados sobre a oferta de benefícios, serviços, programas e projetos, pessoal e recursos financeiros envolvidos, condições de acesso e população usuária abrangendo os respectivos bancos de dados.* Para esta meta, dos doze grupos, houve uma divisão quanto ao prazo. Seis grupos falaram em curto prazo e seis grupos em médio prazo. [...]



[...] a rede SUAS e o seu acesso a todos os municípios e Estados, e capacitá-los para a sua utilização. Curto prazo e todas as esferas.

*Meta 05: Avaliar, sistematicamente, a gestão do SUAS nas três esferas de governo, orientando o seu reordenamento e aprimoramento com informações regulares e acessos para todos. Curto prazo e as três esferas.*

*Meta 06: Qualificar e fortalecer as relações institucionais entre União, Estados e Municípios através de mecanismos ágeis e regulares de informação, comunicação, discussão e pactuação, com vistas à gestão compartilhada do SUAS, respeitando-se as diversidades regionais, as distâncias geográficas e a capacidade de gestão dos municípios. A proposta é de médio prazo, letra “m” e as três esferas de governo.*

*Meta 07: Ampliar a capacidade de gestão dos estados e municípios devendo, para isso, ser desenvolvido programa específico pelo Gestor estadual de Assistência Social para que, gradativamente, 100% dos municípios sejam habilitados aos níveis de gestão básica e plena. A Proposta é de médio prazo e todas as esferas de governo.*

*Meta 08: Construir Plano Decenal de Assistência Social em todas as esferas de gestão, seguido de planos anuais com ele coerentes, e de acordo com as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social e as Conferências Municipais, Estaduais e do DF que antecederam, monitorar e avaliar a sua execução no curto, médio e longo prazo. Foi indicado nos grupos como uma meta de curto prazo e três esferas de governo.*

*Meta 09: Aperfeiçoar o modelo de gestão do SUAS e consolidar a descentralização e a cooperação entre as três esferas de governo de modo a:*

- *construir diretrizes para que cada estado e seus municípios agregados por microrregiões aprimorem o SUAS;*
- *desenvolver capacitações para o exercício do planejamento da rede socioassistencial nos municípios e no estado e a supervisão das ações referidas a indicadores de resultados;*
- *instalar redes de comunicação informatizada e outros meios entre os órgãos gestores, e ampliar a capacidade de utilização de ferramentas de trabalho e instrumentos de gestão;*
- *constituir e fortalecer a gestão do SUAS pelas microrregiões dos estados através de programa especial e específico implantado pela gestão estadual;*
- *desenvolver indicadores e índices de acompanhamento e avaliação da gestão e estabelecer padrões de eficácia, eficiência e efetividade nas ações;*
- *fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema, principalmente os Conselhos, seu papel decisório e a presença de conselheiros capacitados;*
- *promover o reordenamento institucional e programático dos órgãos gestores da Assistência Social para adequação ao SUAS;*
- *assegurar, na nomenclatura dos órgão gestores, o termo Assistência Social como política de direito de cidadania constitucionalmente estabelecida;*
- *acompanhar os processos de habilitação dos municípios e o cumprimento de seus requisitos.*





Proposta de Inclusão: *Ampliar a capacidade e o domínio da gestão orçamentária tornando-a participativa e transparente ao controle social; acompanhar os processos de habilitação dos municípios e o cumprimento de seus requisitos.*

A indicação dos grupos é de que essa meta 09 é a curto prazo e a competência das três esferas.

*Meta 10: Elaborar referências de qualidade para os serviços de proteção social básica e especial, com parâmetros nacionais de funcionamento e custeio, com vistas a ampliar a sua cobertura e obter melhoria gradativa de sua qualidade e dos impactos positivos que devem produzir para os seus usuários.*

A proposta dos grupos é de uma meta de curto prazo, mas com relação à competência, houve uma divisão: seis grupos dizem que essa meta é de competência da União e seis grupos dizem que é das três esferas.

*Meta 11: Implantar e implementar CRAS, gradativamente, em todos os municípios, em territórios com presença de situações de vulnerabilidade, inclusive em comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos e fronteiras, na zona rural e urbana.*

Meta de curto prazo, três esferas de governo.

*Meta 12: Incentivar a implantação de serviços regionais de proteção social especial de média e alta complexidade, e consórcios públicos intermunicipais por microrregiões dos Estados.*

Meta de médio prazo e das três esferas de governo.

*Meta 13: Implantar e implementar CREAS e/ou serviços regionais de média e alta complexidade, conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, no município e na microrregião a que pertence: abrigos, albergues e moradias provisórias para a população em situação de rua, em abandono, migrante e itinerante, casas de passagem e repúblicas, serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças.*

A maioria dos grupos quer uma meta de curto prazo e de responsabilidade das três esferas de governo.

*Meta 14: Implantar e implementar projetos de inclusão produtiva e promover a inserção de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência em oportunidades de capacitação, geração de renda e inserção sócio-profissional.*

Proposta de meta de curto prazo e das três esferas de governo.

*Meta 15: Erradicar o trabalho infantil e consolidar o PETI de modo a cobrir 100% de sua demanda.*

Proposta de adequação: *Consolidar e fortalecer o PETI, de modo a cobrir 100% de sua demanda, e implementar plano específico de monitoramento permanente, visando erradicar o trabalho infantil.*

Proposta de que esta Meta seja de curto prazo e das três esferas de governo.

*Meta 16: Reduzir e combater continuamente a violência e exploração de crianças, adolescentes, jovens e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações.*



Proposta de adequação: *Erradicar a violência, exploração de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações.*

Proposta de meta de curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo.

*Meta 17: Regular os benefícios eventuais, conforme o art.22 da LOAS.*

Meta de curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo.

*Meta 18: Rever as regulamentações do BPC – Benefício de Prestação Continuada – quanto a:*

- *alteração dos critérios para concessão do BPC e inserção de pessoas com doenças crônicas degenerativas;*
- *redução da idade mínima de 65 para 60 anos;*
- *alteração do critério de renda per capita familiar de  $\frac{1}{4}$  para  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.*

Proposta de inclusão 01: *Alteração do critério de renda per capita familiar de  $\frac{1}{4}$  para  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, a curto prazo, e 01 salário mínimo a longo prazo, independente da renda per capita, conforme determina a Constituição Federal.*

Proposta de inclusão 02: *Não computar o valor do BPC no cálculo da renda per capita familiar, para efeitos de concessão do benefício, a outro membro da família. Inclusão do beneficiário do BPC na rede sócio-assistencial. Implantação de plano de inserção e acompanhamentos dos beneficiários do BPC. Descentralização dos procedimentos para acesso ao BPC. Sistematização de dados do BPC no município. Criação de setor específico de gestão do BPC nos municípios. Revisão do BPC com equipe própria e acesso on-line. Inserção de profissional de serviço social na equipe de avaliação para concessão do BPC. Divulgação do BPC.*

Proposta de inclusão 03: *Criar mecanismos para a fiscalização da concessão e manutenção do BPC.* Esta meta, a maioria dos grupos indicou como de curto prazo e de competência das três esferas.

*Meta 19: Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, e reduzir o percentual de famílias em vulnerabilidade e exclusão social.*

Meta de médio prazo e responsabilidade das três esferas.

*Meta 20: Definir uma política de parcerias com entidades e organizações de Assistência Social, sem fins econômicos, que contemple: regulamentação do art.3º da LOAS, novas diretrizes e regras para a concessão de títulos de utilidade pública, revisão dos critérios para inscrição de organizações nos Conselhos de Assistência Social Municipais, Estaduais, DF e Nacional, promoção da isenção das organizações com vínculos SUAS dos encargos sociais patronais, estendendo para esses efeitos o caráter público dos serviços conveniados, apoio técnico as organizações para elaboração dos seus planos de trabalho e padrões de funcionamento.*

A proposta é que a meta seja de curto prazo e de responsabilidade das três esferas.



*Meta 21: Promover a equidade de direitos articulando as políticas socioeconômicas com as políticas sociais para o atendimento das demandas de proteção social e para o enfrentamento da pobreza e da fome.*

Proposta com meta de médio prazo e responsabilidade das três esferas.

*Meta 22: Efetivar a intersetorialidade das políticas públicas assegurando o acesso dos usuários da Assistência Social a serviços na área de saúde, educação, agricultura, habitação, segurança pública, trabalho e renda, inclusive a políticas voltadas para as questões de gênero, raça, etnia, geracionais, regionais, para pessoas com deficiência, dependentes de substâncias psicoativas e portadores de patologias crônicas.*

Proposta de meta de curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Muito bem, Plenária. Nós gostaríamos de solicitar à Mesa de apoio que identifique para nós os destaques.

**Ronaldo Camargo – Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A nossa proposta, Plenário, é que a gente vá até Recursos Humanos antes do almoço. Então, a gente pede ao pessoal para agilizar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Mais uma vez nós estamos pedindo para que não seja posterior à leitura. Por isso, a Mesa tem que estar atenta, conforme acordado com a Plenária.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Marcelo, pode usar o microfone que a gente anota aqui no nosso material os destaques. Fala só o nome e as questões que estão sendo destacadas que a gente registra aqui na Mesa, para você não precisar subir.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Simone, JP e Marcelo já têm?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** O Ronaldo está relacionando os nomes, os destaques. Nós temos uma questão de esclarecimento e, depois do Marcos uma questão de ordem só por inscrição, por favor. Nós não temos o nome da pessoa. É uma pessoa que pediu um esclarecimento. Por favor, se identifique. Atenção, Plenária! Tem uma questão de esclarecimento e depois uma questão de ordem pelo Marcos.

**Rejane Sheila S. Braga – FUMCAS/MA:** Meu nome é Sheila e eu sou de São Luis-MA. A minha questão de esclarecimento tem a ver com as premissas que o CNAS indicou para discussão em grupo. No meu grupo, grupo 21, a gente observou que tinha duas questões, a saber: a primeira, *Elaboração e aprovação do Plano Nacional de Assistência Social para a população indígena e quilombola* e, a segunda, *Realização de estudos e diagnósticos sobre as realidades sócio-territoriais para subsidiar a identificação de demandas para a organização de serviços de referência regional*. Estas não estavam contidas nas deliberações da gestão do SUAS. No dia anterior, a gente chamou uma pessoa da organização que nos disse que a gente não podia fazer



adequação de mudança de texto, sugestão de um texto diferente para alguma meta, portanto, a gente escolheu uma proposta – foi a Maria do Rosário que deu essa orientação para a gente – para ser proposta nova, para entrar nesse grupo que foi: *Elaboração e aprovação do Plano Nacional de Assistência Social para a população indígena e quilombola*. Porque já existe isso na educação e na saúde, e não existe na Assistência; e é um povo que merece essa atenção e essa proposta, penso eu, porque na matemática do que foi designado no regimento que, de certa forma, [...] não entrou nas deliberações do SUAS que a gente viu. Dessa forma, eu penso que a Plenária deve ser consultada, porque são duas propostas da maior relevância que não estão aqui contidas, e eu fico me perguntando se, realmente, a gente tem que seguir essa orientação e deixar fora desse Plano 10 duas propostas tão importantes, da maior relevância. Essa é a questão de esclarecimento. A gente ousou, o grupo 21, colocar, mesmo assim, uma adequação na parte do PETI, que entrou. A gente ia fazer um destaque por causa dessa orientação que a organização deu e na parte de controle social eu vou pedir um destaque, exatamente, por causa dessa orientação que a gente teve no grupo. É só um registro do que aconteceu no grupo 21. Obrigada.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos ouvir a questão de ordem de Marcos.

**Marcos Antonio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Mesa? É só no sentido de vocês refletirem sobre a questão da organização desse horário quanto ao almoço e intervalo. Antes de ontem os grupos de trabalho ficaram até um determinado horário cumprindo as suas funções. Ao descerem não tinha, por exemplo, o lanche. Várias pessoas ficaram sem lanche em detrimento de outras. Se nós tomarmos essa medida hoje de que o almoço vai estar acontecendo simultaneamente com a Plenária de Deliberações, algumas pessoas estarão no almoço enquanto outras aqui trabalhando e, possivelmente, depois não terão como almoçar. Então, eu estou encaminhando à Mesa que a Mesa estabeleça um horário limite para se parar a Plenária para o almoço e, respectivamente, também, no horário de intervalo. Muito Obrigado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós estamos propondo às 13:00h encerrarmos os trabalhos da parte da manhã, retornando às 14:00h.  
(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** 14:30h foi uma outra proposta.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção Plenária! Tem uma proposta de meio-dia, tem uma proposta de 13:00h para a interrupção. Nós estamos discutindo a questão de ordem de Marcos.

**Participante não identificado:** Dando continuidade ao colega, eu acho que a Mesa ou a organização não deveria abrir o restaurante enquanto nós não saíssemos daqui porque, muitas vezes, sobra só refrigerante. Nós não temos alimentação. Nós ficamos sem



lanche por respeito à casa, por respeito à organização, com exceção de ontem. Então, é injustiça para quem fica aqui no auditório. Fechem a porta do restaurante.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Por isso é que nós estamos definindo o horário. Porque ele só será aberto a partir do horário que nós estabelecermos aqui.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Belo Horizonte/MG:** Olha, Ademar. Eu acho que cabe à Mesa, junto com vocês, determinar o horário em que nós devemos encerrar os trabalhos na parte da manhã e retomar na parte da tarde. Agora, é de responsabilidade e compromisso de quem está nesse Plenário não sair para o almoço na hora das deliberações. Nós estamos aprovando uma questão muito maior, que são as deliberações da Conferência. Se a fome está falando muito mais alto e as pessoas estão saindo, elas têm que arcar com as consequências de que se elas tivessem alguma contribuição a dar do que foi estabelecido, já passou. Eu acho que cabe ao Plenário estabelecer o horário para a gente encerrar e o horário para a gente retornar ao Plenário. Correto? Eu acho que este é o melhor encaminhamento. Nós temos as seguintes propostas: nós podemos encerrar, proposta 01, como o Ademar colocou, ao meio-dia, proposta 02, às 12:30h, proposta 03, às 13:00. Vocês é que vão decidir qual a melhor proposta para a gente encerrar os trabalhos na parte da manhã em função de que nós estamos, só lembrando, no item Gestão, nós estamos indo muito bem, mas ainda temos Recursos Humanos, Financiamento, Controle Social, Mutirão e Moções até às 17:00h. Esta é a programação que está prevista para hoje. Após isso teremos o encerramento. Então, a nossa proposta aqui é que vocês definam qual é o melhor, porque aí a gente conduz os trabalhos conforme orientação da Plenária.

Eu pergunto ao Plenário: A gente pode votar nestas três propostas para encerrar? Depois a gente volta, para retornar. Para não dar confusão. Pode ser? Proposta de 01 é ao meio-dia. Proposta de 02 é às 12:30h. Proposta de 03 é às 13:00h. Quem vota na proposta 01, 12:00h? Proposta 02, 12:30h? Proposta de 03, 13:00h? Ganhou a proposta 02, 12:30h. Retorno. Saindo às 12:30h, nós temos uma proposta para retornar às 14:00h. Teríamos uma hora e meia de almoço. Eu pergunto ao Plenário: Tem outra proposta? Podemos retornar às 14:00h? Levante o cartão quem concorda com o retorno às 14:00h. Às 14:00h nós iniciamos. Então, vamos encerrar às 12:30h e retornamos às 14:00h com o número de participantes que tiver nesse Plenário. Correto?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, de acordo com as últimas intervenções, às 12:30h estará abrindo o restaurante, não antes.

Já temos os destaques, então vamos identificar quais os itens destacados para que a gente identifique os não destacados e submeta à aprovação agora.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Perdão. O Ademir vai agora dar a informação, o esclarecimento da intervenção feita antes do Marcos.





**Ademir Alves da Silva (PUC-SP) – Coordenador da Relatoria:** A intervenção foi feita pela Sheila, de São Luís. Ela destacou duas das premissas do texto do CNAS, aquele texto que todos receberam nos grupos. É uma folha apenas, com as premissas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Quais foram as duas premissas que ela destacou? Primeira: *Elaboração e aprovação do Plano Nacional de Assistência Social para a população indígena e quilombola*. Segunda: *Realização de estudos e diagnósticos sobre as realidades sócio-territoriais para subsidiar a identificação de demandas para a organização de serviços de referência regional*. Então, o que ela diz? Que apesar de terem sido defendidas essas duas inclusões nas deliberações sobre as gestões, elas não são contempladas aqui, elas não aparecem. Qual é a resposta que nós podemos dar? Em que pese a relevância, a importância e a decisão do grupo, essa decisão não apareceu em outros grupos ao ponto de merecer a inclusão no Documento Final. Foi só esse o procedimento. Não é, simplesmente, não contemplar. Nós consideramos os relatórios de doze grupos e observamos o critério da incidência majoritária. É isso.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só lembrando à Plenária que o art.15º do nosso Regimento orientava que os grupos de trabalho terão como objetivo aprofundar a discussão sobre cada subtema da V Conferência Nacional e apresentar propostas tendo como documento base os relatórios consolidados das Conferências Estaduais, que vocês receberam, Estadual, do Distrito Federal e do CNAS, para aperfeiçoar e implementar. Então, estes documentos já estavam submetidos para a discussão. Se houve, de acordo com o Ademir, a maior incidência, ele está contemplado aqui; do contrário, este é o Relatório Final.

Agora, uma questão de ordem ou esclarecimento aqui. O jovem de camisa verde ou azul. Para ver se vocês já se sentem esclarecidos.

**Josué Barroso Oliveira – LED-Clube de Tupaciguara/MG:** Meu nome é Josué e sou de Minas Gerais. Na verdade, o que aconteceu foi o seguinte: a gente teve que chamar, até sobre a orientação da Coordenação, [...] teve lá no grupo 21, e a gente perguntou para ela se a gente não podia incluir um item, de acordo com o Regimento Interno, não podia alterar nada. O problema é que a gente está vendo agora propostas de adequação. No Regimento está aqui escrito no art.18, Inciso II, *apreciação e votação*, na letra *a* e a gente está vendo aí proposta de adequação. Então, por isso que a gente não fez nenhuma adequação, e sim, propôs incluir. Então, acho que uma adequação agora seria necessária. É isso que a gente está tentando fazer, porque a gente não poderia adequar nos grupos, por isso não fizemos isso nos grupos. Foi o que a gente foi orientado na sala.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** De acordo com o Regimento, o grupo tinha - é o que consta lá na orientação dos grupos de trabalho, no art.22 falando das Plenárias – possibilidade de inclusão, de modificação, adequação. Pode ser uma dificuldade que o grupo teve. Eu não estou dizendo que não houve esta dificuldade de entendimento, mas outros grupos tiveram este entendimento e é o que está vindo para a Plenária. Agora, o que é que não cabe nesta Plenária Final? Novas propostas. O que nós estamos fazendo agora é a discussão do Relatório Final, fazendo ainda, a partir dos destaques, considerando os destaques, algumas modificações[...]



**Josué Barroso Oliveira – LED-Clube de Tupaciguara/MG:** [...] porque a Coordenação foi no nosso grupo e disse que não podíamos, senão, teríamos feito isso.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós vamos submeter à Plenária, mas vamos entender o seguinte: teve essa divergência de compreensão nos grupos, mas não foi na maioria, tanto que estão aqui as modificações. O que não dá neste momento é voltarmos ao grupo de trabalho. Não é possível, na verdade, trazer uma nova proposta neste aspecto. A Plenária se sente esclarecida? Podemos continuar com este encaminhamento que está sendo dado? Por favor, se concordam levantem o crachá. Muito obrigado. Simone quer uma palavra.

**Simone:** Tem uma parte do documento do Relatório Final, que vai ser discutido de tarde, chamado *Mutirão SUAS*, que são as estratégias de luta, inclusive, de inclusão dos usuários que não foram incluídos. Então, pode ser que tenha tido confusão mesmo. Isto é uma coisa normal, natural. A minha proposta é que a gente possa fazer uma redação nesta questão específica, da questão indígena, da questão dos diagnósticos sócio-territoriais para a gente incluir no *Mutirão SUAS*. Então, eu faço essa proposta e ajudo a escrever para a gente poder apresentar na Plenária de tarde. Está bem?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Muito obrigado, Simone. A Mesa acata esta proposta e submete à Plenária.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** Gente, vamos avançar. Nós definimos um horário para terminar essa Plenária, senão, nós não vamos fechar nem o eixo *Gestão*. Nós temos que ter um pouco de limite aí. É questão de ordem? Por favor.

**Participante não identificado:** Questão de ordem para a Plenária e para a Mesa. Eu acho que basta evocarmos o Art. 19 do Regimento Interno, que dirime todas as dúvidas. Aqui está claro: *Só serão apreciadas pela Plenária Final as propostas aprovadas em pelo menos 50% dos grupos*. É só isso.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Por favor, a Plenária já repetiu isso dizendo, exatamente, a sua questão de ordem.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Agradecemos e vamos dar procedimento. Ademar, eu estou aqui com os destaques.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Simone...

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu peço a alguém da Comissão Organizadora que converse com o pessoal porque, se a gente for abrir o microfone toda hora, nós não vamos avançar. Eu consulto o Plenário: Podemos continuar? E a Comissão Organizadora tenta dirimir essa questão com o pessoal? Por favor, Comissão Organizadora, senta com o pessoal, tenta



conversar e traz uma proposta concreta para a Mesa, porque se a gente continuar abrindo toda hora o microfone para questão de ordem nós não vamos avançar. Nós vamos continuar os trabalhos e vocês prestem atenção nos destaques que foram apresentados.

A Meta 03 teve destaque, Ademar. Na Meta 08, tivemos destaque. Na Meta 09, tivemos destaque. Metas 08, 09 e 03, até agora. Na Meta 11, tivemos destaque. Na Meta 12, tivemos destaque. Na Meta 13, tivemos destaque. Na Meta 14, tivemos destaque. Na Meta 15, tivemos destaque. Na Meta 16, tivemos destaque. Na Meta 18, tivemos destaque. Na Meta 19, tivemos destaque. Na Meta 20, tivemos destaque. Nas Metas 21 e 22, também tivemos destaque. Foram estas as questões destacadas. A Mesa não abre mais nenhum destaque das questões que não foram destacadas. Ademar, você pode proceder à votação das questões que não foram destacadas.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, em processo de votação as Metas de número 01, 02, 04, 05, 06, 07, 10, 17. Em processo de votação! Os que são favoráveis à aprovação do Relatório como foi lido com exceção dos destaques? Os que são contrários? Abstenção? Aprovadas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Destaque na questão 03. Lembrando: como nós tivemos muitos destaques, que as pessoas fiquem atentas às intervenções de até três minutos. Na questão 03 nós tivemos destaque de: Milda, do DF; Maria Augusta, de SP; Antônio Francisco, de MG; Francilene, de SC. Esses são os destaques. Começamos com Milda.

**Milda Lourdes Pala Moraes – IMS/DF:** O meu destaque é só para incluir aí *implantar e consolidar sistema integrado de informação on-line e outros meios*, considerando que alguns municípios, principalmente os da zona rural, da região norte, não têm acesso à Internet, não tem acesso on-line.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Por favor, Milda, on-line e o que mais? Correto. Já registraram aqui. Maria Augusta.

**Maria Augusta:** A proposta seria trocar a palavra *pessoal* por *recursos humanos* porque como está só *pessoal*, está meio solto; então, troca e põe *recursos humanos*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Antônio.

**Antônio Francisco Martins/MG:** A Minha proposta já foi contemplada.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você está retirando a sua, então? Antônio retirou a dele. Francilene.

**Francilene Laureano Moreira – ASAMFR/SC:** Somente uma atenção para a Meta 09, na página 03, que está repetida...

(Fala fora do microfone)



**Francilene Laureano Moreira – ASAMFR/SC:** É porque me chamaram pela ordem. Eu não sei como é que está sendo isso.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você fez destaque na Meta 03?

**Francilene Laureano Moreira – ASAMFR/SC:** Não, na Meta 09.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Me apresentaram aqui na questão 03.

**Francilene Laureano Moreira – ASAMFR/SC:** Desculpe, é que eu fui chamada.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você fez na 09?

**Francilene Laureano Moreira – ASAMFR/SC:** Isso.

**Ronaldo Camargo – Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vou contemplar a sua questão. Como a Meta 09 foi destacada, a gente inclui. A Francilene foi para a Meta 09. Então, na verdade, nós temos duas questões, exceto a que foi apresentada pela Relatoria. Eu vou pedir à Rosângela para ler, porque eles registraram lá as duas alterações e eu não registrei.

*A proposta 01 é a proposta que veio da Relatoria Final a partir da discussão dos grupos: Implantar e consolidar sistema integrado de informações on-line e divulgar, de forma permanente e continuada, dados sobre a oferta de benefícios, serviços, programas e projetos, pessoal e recursos financeiros envolvidos, condições de acesso à população usuária, abrangendo os respectivos bancos de dados.*

Esta é a proposta 01. As propostas 02 e 03, Rosângela vai apresentar. Vamos juntar as duas, Rosângela. Não ter só duas.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Proposta das duas intervenções: *Implantar e consolidar sistema integrado de informações on-line e outros meios e divulgar, de forma permanente e continuada, dados sobre a oferta de benefícios, serviços, programas e projetos, recursos humanos e recursos financeiros envolvidos, condições de acesso à população usuária, abrangendo os respectivos bancos de dados.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Plenário está esclarecido? Gisele, você que está levantando é porque está esclarecida ou você não está esclarecida?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, por favor, use o microfone.



**Gisele:** Uma questão só de encaminhamento, porque eu acredito que a junção das propostas não é a melhor forma; alguns concordam com *e outros meios* e não concordam com *recursos humanos* e vice-versa. Então eu sugiro...

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Mesa está entendendo o seguinte: as pessoas que fizeram a proposta pediram para juntar. Eu estou entendendo que você está fazendo uma nova proposta. É isso?

**Gisele:** Não, não era. Era só um trato em separado, mas se isto está resolvido...

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Porque até então tinha três destaques: o da Milda, o da Maria Augusta e o do Antônio Francisco, que retirou porque se sentiu contemplado. A Francilene, na verdade, pediu destaque na Meta 09. Então nós transferimos para a Meta 09.

**Gisele:** Se esta é uma questão já resolvida, eu retiro.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então nós temos duas propostas. Proposta 01 que é a manutenção do texto e a proposta 02 que é a proposta que a Rosângela apresentou fazendo a junção da contribuição que foi feita pelas pessoas que fizeram destaque. O Plenário está esclarecido para votar? Em regime de votação! Quem concorda com a proposta 01? Quem concorda com a proposta 02? Então está acatada a alteração e aprovada a alteração na questão 03.

Na proposta 08...

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Prazo?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Desculpem. Como foram doze grupos, seis grupos colocaram que essa proposta deve ser *a curto prazo*, e seis grupos colocaram que essa proposta deve ser *a médio prazo*. Eu acho que não tem o que discutir. Temos que votar. Proposta 01 é *curto*. Proposta 02 é *médio*. Correto? Quem concorda com a proposta 01 levante o cartão. Quem concorda com a proposta 02? Abstenção? Proposta 01 foi a vencedora – *a curto prazo*. Agora nós podemos passar para outra que é, Ademar, a questão 08, Meta 08. Nós temos dois destaques: Glauçete, do Ceará.

(Fala fora do microfone)





**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Meta 08. Antes da Meta 09 é a 08.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você está na Meta 09 também, Glauquete?

(Fala fora do Microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Certo, Glauquete. Por isso é que eu pedi para não tumultuar ali porque, às vezes, o pessoal anota e fica difícil até para eles estarem encaminhando para nós; mas já tirei aqui Glauquete, do Ceará.

Então, nós temos a Silmara Ramos, de São Paulo. É isso, Silmara?

**Silmara Cristina Ramos – COMEC-Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas/SP:** Exatamente. A proposta é na linha 02 de *planos anuais e plurianuais a ele coerentes*. Ficaria assim: *Construir Plano Decenal de Assistência Social em todas as esferas de gestão, seguido de planos anuais e plurianuais a ele coerentes e de acordo com as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social e as Conferências Municipais, Estaduais e do DF que antecederam, monitorar e avaliar a sua execução no curto, médio e longo prazo.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós estamos entendendo que a Silmara está trazendo uma alteração do conteúdo, um aprimoramento da proposta.

*Proposta 01* é do jeito que está apresentado pela Relatoria: *Construir Plano Decenal de Assistência Social em todas as esferas de gestão seguido de planos anuais a ele coerentes e de acordo com as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social e as Conferências Municipais, Estaduais e do DF que antecederam, monitorar e avaliar a sua execução no curto, médio e longo prazo.*

Proposta 02 é esta mesma redação, porém, depois de *planos anuais*, acrescentar *plurianuais*, que é a proposta da Silmara.

É isso, Silmara? O Plenário está esclarecido para votar? Em regime de votação! Proposta 01: quem concorda? Proposta 02? Abstenção? Está aprovada, então, a inclusão de *planos plurianuais*. Está aprovada a Meta 08. Agora, a Meta 09.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Os destaques da Meta 09.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Ademar, você pode conduzir que nós temos a Maria Aparecida, de São Paulo, o Edivar Almeida, do Amazonas, a Gláucia, do Ceará, Wellington Pacheco, de Minas Gerais, Virgínia Viana, do Ceará e a companheira Francilene, de Santa



Catarina. Eu vou chamando, para te orientar, a Maria Aparecida, de São Paulo. É a primeira.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É bom que os demais pudessem vir já à frente para ganharmos tempo. Então, por favor, a primeira inscrição. Seu destaque?

**Maria Aparecida/SP:** Meu destaque é no penúltimo item da Meta 09. O item está assim: *Assegurar, na nomenclatura dos órgãos gestores, o termo Assistência Social como política de direito de cidadania constitucionalmente estabelecida.* Eu acrescentaria: *Adotar a nomenclatura Assistência Social nas três esferas de governo assegurando o termo Assistência Social como política de direito de cidadania constitucionalmente estabelecida, oficializar o logotipo SUAS Plano 10 como marca do Sistema Único de Assistência Social,* que é este logotipo que está nos nossos documentos e que está no painel. Tornar isso oficial porque, ocorrendo mudança de governo, qualquer governo pode chegar e alterar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Não é defesa agora, é só a proposta de destaque.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Próximo. Edivar Almeida, do Amazonas.

**Edivar dos Santos Almeida – Fundação Boas Novas/AM:** A Meta 09, no item 03: *Instalar redes de comunicação informatizada e outros meios entre os órgãos gestores e ampliar a capacidade de utilização de ferramentas de trabalho e instrumentos de gestão, disponibilizando-a às Organizações de Assistência Social, sem fins lucrativos.* E no item 05: *Desenvolver indicadores e índices de acompanhamento e avaliação da gestão e estabelecer padrões de eficácia, eficiência e efetividade nas ações, compartilhando-a com as Associações de Assistência Social sem fins lucrativos.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Próximo destaque.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Wellington Pacheco, de Minas Gerais.

**Gláucia/CE:** É Gláucia, não?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não, é Wellington. Você está inscrita aqui, Gláucia. Você é a próxima.

**Wellington Meireles Pacheco – Associação Imaculada Conceição/Divinópolis/MG:** O meu destaque é para o primeiro item da Meta 09, onde diz: *construir diretrizes para que cada estado e seus municípios agregados por microrregiões aprimorem o SUAS.* Quero dizer, primeiramente, que concordo plenamente com a redação do texto e acho que foi muito feliz. Porém, aí não diz quais serão as ferramentas que poderão ser utilizadas para que se construam essas diretrizes. Eu acho isso um pouco temeroso. Acho que o município é quem conhece melhor a sua realidade e as suas peculiaridades.



Eu sugiro que se acrescente: *através da fotografia social enviada pelos municípios*. Então, seria essa emenda.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A próxima é a Gláucia.

**Gláucia/CE:** O destaque é no item 06: *fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema, principalmente, os Conselhos, seu papel decisório*. Eu colocava que os Conselhos têm *papel decisório e deliberativo*. O Conselho que não delibera não é Conselho. E o outro: *a presença de conselheiros capacitados*. Eu achei isso muito vago e excludente. Eu colocaria: *a garantia sistemática e permanente de capacitação para os conselheiros*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Virgínia, também do Ceará.

**Virgínia Márcia Assunção Viana – Coordenadoria de Assistência Social de Fortaleza – CASSI/CE:** Meu destaque é que, nesse item, nós não contemplamos...

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Qual item?

**Virgínia Márcia Assunção Viana – Coordenadoria de Assistência Social de Fortaleza – CASSI/CE:** Do assegurar, na nomenclatura... que a Cidinha falou no primeiro destaque. É o penúltimo da Meta 09. Ele não contempla a questão da criação ou existência de órgãos específicos que ainda não existem em alguns municípios, e eu poderia citar a situação de Fortaleza. Então, a minha proposta é que a gente coloque: *assegurar a existência de órgãos gestores específicos da Política de Assistência Social e garantir na nomenclatura dos órgãos gestores o termo Assistência Social como política de direitos de cidadania constitucionalmente estabelecida*. Eu ainda fecharia com a Cidinha em oficializar o logotipo *SUAS Plano 10*. A gente poderia juntar as duas propostas.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Poderíamos. Então, por favor, vejam se vocês podem juntar e tentar vir com uma redação única.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Tem mais uma, Ademar. É a última. É a Francilene, de Santa Catarina.

**Francilene Laureano Moreira – ASAMFE/SC:** Na Meta 09, na página 03, antes daquele quadradinho ali em que está escrito *inclusão*, tem um item que se repete logo abaixo. Então, minha proposta é que seja suprimido esse último item porque ele, simplesmente, se repete.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Qual?

**Francilene Laureano Moreira – ASAMFR/SC:** Abaixo de *inclusão* tem: *acompanhar os processos de habilitação dos municípios e o cumprimento de seus requisitos*. Está anterior ao 10, certo? Acima do quadradinho da *inclusão* ele já está citado.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Supressão. Mais alguém?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Por favor, quem não entregou por escrito traga à Mesa, entregue aí em baixo, para que a gente possa por no telão.

**Ronaldo Camargo:** Eu proponho, Ademar, que a gente possa fazer o seguinte encaminhamento para ganhar tempo: Na verdade, na Meta 09 nós temos vários subitens. Nós tivemos destaque no primeiro item, no terceiro item, depois no *fortalecer instâncias...* e no penúltimo item. Correto? Os demais não tiveram.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Porque aí se vota nesses e depois nos que tiveram destaques.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então estamos votando nos subitens da Meta 09 que não foram destacados: o subitem 02, depois o subitem 04. O subitem 05 foi destacado, o 06 também. O subitem 07 não foi destacado, o 08 foi destacado e o 09 também. O subitem 10 não foi destacado.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Ele vai seguir a lógica que ele estava fazendo.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Está dizendo que o subitem 10 é a mesma coisa. Então, com exceção do subitem 10. A Plenária está esclarecida? Nós vamos votar, agora, os subitens não destacados da Meta 09.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Meta 09. Os subitens que eu não relacionei aqui. Vou repetir de novo para ver se fica mais fácil. Nós vamos submeter à aprovação da Meta 09 os subitens 02 que é *desenvolver capacitações...*, depois, o 04, que é *constituir e fortalecer...*, depois, o *promover o reordenamento institucional...* Então, são estes já identificados. A Plenária sente-se esclarecida? Em processo de votação! Os que são favoráveis ao Relatório destacado aqui, lido neste momento, por favor, levantem o crachá. Abstenção? Há contrários? Aprovados. Agora, vamos aos destaques e às redações que chegaram à Mesa.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A questão 09. A redação que estava é a seguinte: *Construir diretrizes*



para que cada estado e seus municípios agregados por microrregiões aprimorem o SUAS. Esta é a questão que veio da Relatoria Geral.

A nova redação é: *Construir diretrizes para que cada estado e seus municípios agregados por microrregiões aprimorem o SUAS através da fotografia social enviada pelos municípios.* Essa é a proposta 02 que foi apresentada aqui no Plenário.

Então, nós temos duas propostas para esta questão. A primeira é a manutenção do texto. A segunda é essa nova redação que eu acabei de ler, está em destaque no telão, que é: *Construir diretrizes para que cada estado e seus municípios agregados por microrregiões aprimorem o SUAS através da fotografia social enviada pelos municípios.* A Plenária está esclarecida para votar? Proposta 01, manutenção do texto. Quem concorda? Proposta 02, alteração do texto. Manutenção do texto ganhou. Ficou do jeito que estava. Mantido o texto.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Meta inteira? Desculpem.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A outra questão, conforme veio pela Relatoria Geral apresentada pelos grupos, é: Proposta 01: *Instalar redes de comunicação informatizada e outros meios entre os órgãos gestores e ampliar a capacidade de utilização de ferramentas de trabalho e instrumentos de gestão.* Essa é a redação.

Proposta 02 de alteração: *Instalar redes de comunicação informatizada e outros meios entre os órgãos gestores e ampliar a capacidade de utilização de ferramentas de trabalho e instrumentos de gestão disponibilizando-as a toda rede socioassistencial.*

Está claro para votar? Proposta 01. Quem concorda com a manutenção do texto levante o cartão de votação. Proposta 02. Quem concorda com a alteração? Então está aprovada a inclusão de: *disponibilizando-as a toda rede sócio-assistencial.*

A próxima proposta que veio dos grupos, da Relatoria, é: *Fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema, principalmente, os Conselhos...*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** Desculpem [...]

[...] *eficácia, eficiência e efetividade nas ações.* Este é o texto apresentado pela Relatoria a partir dos grupos.

Proposta de alteração: *Desenvolver indicadores e índices de acompanhamento, avaliação da gestão, estabelecer padrões de eficácia, eficiência e efetividade das ações compartilhando-as com toda a rede sócio-assistencial.*





Podemos votar? Em regime de votação! Proposta 01, manutenção do texto. Quem concorda, levante o cartão. Proposta 02, com alteração. Abstenção? Aprovada a alteração que foi apresentada no Plenário.

A próxima proposta é: *Fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema, principalmente, os Conselhos, seu papel decisório e a presença de conselheiros capacitados.* Redação que veio dos grupos e foi apresentada pela Relatoria Geral.

Proposta de alteração: *Fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema, principalmente, os Conselhos, seu papel decisório e deliberativo e a garantia permanente e sistemática de capacitação para os conselheiros.*

Esclarecidos? Em regime de votação! Quem concorda com a manutenção do texto? Alteração do texto? Aprovada a alteração do texto apresentado.

A próxima proposta que veio dos grupos: *Assegurar, na nomenclatura dos órgão gestores, o termo Assistência Social como política de direito de cidadania constitucionalmente estabelecida.*

Proposta de alteração: *Assegurar a existência de órgãos gestores específicos da Política de Assistência Social e garantir, na nomenclatura dos órgão gestores, nas três esferas de governo, o termo Assistência Social como política de direito de cidadania constitucionalmente estabelecida.*

Lembrando: Proposta 01 é a proposta que veio dos grupos e foi apresentada pela Relatoria e a proposta 02 é a alteração do texto. Podemos votar?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Tem outra?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tem outra.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Enquanto isso vamos votar a questão de supressão que foi apresentada pela companheira? Que é a questão da inclusão, Ademar, que foi colocada. A inclusão era: *ampliar a capacidade...*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Antes de a gente votar esta questão, que tem outra proposta, nós já vamos adiantar, pela questão do horário, a questão em que foi feita a supressão da questão que antecede a Meta 10: *Acompanhar os processos de habilitação dos*



*municípios e o cumprimento de seus requisitos. Foi feita uma proposta de supressão desta redação porque ela está repetida.*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, eu estou entendendo que é para tirar.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós não podemos tirar, porque senão vocês falam que a Mesa tirou e a Plenária não aprovou.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ela está se repetindo duas vezes.

**Participante não identificado:** O pedido é para tirar na de baixo. Deixar na Meta 09 e tirar na Meta 10.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Eu sei. É o que nós estamos fazendo.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu estou entendendo que a Plenária já manifestou que o encaminhamento foi acatado. Então, nós não precisamos votar.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Ademar está pedindo que a gente encaminhe para a votação.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Para não ter dúvida...

**Ronaldo Camargo – Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vocês concordam com a supressão apresentada? Levantem o cartão. Todo mundo concordou. Quem discorda? Abstenção? Está aprovada a supressão.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** E a última que ficou, Ademar, é essa aí que eu não sei se já concluí.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Qual? Nessa que está em discussão. Não, nós não votamos porque o pessoal está ainda jogando no telão.

(Fala fora do microfone)



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não chegou o consenso dos nobres delegados, convidados e observadores numa única proposta. Como nós estamos num espaço democrático nós vamos apresentar as três propostas.

Proposta 01, manutenção do texto: *Assegurar, na nomenclatura dos órgãos gestores, o termo Assistência Social como política de direito de cidadania constitucionalmente estabelecida.*

Proposta 02: *Assegurar a existência de órgãos gestores específicos da Política de Assistência Social e garantir, na nomenclatura dos órgãos gestores, nas três esferas de governo, o termo Assistência Social como política de direito de cidadania constitucionalmente estabelecida”.*

Proposta 03: *Assegurar a existência de órgãos gestores específicos da política de Assistência Social e garantir, na nomenclatura dos órgãos gestores, nas três esferas de governo, o termo Assistência Social como política de direito de cidadania constitucionalmente estabelecida e oficializar o logotipo utilizado nos documentos SUAS - Plano 10”.*

O Plenário está esclarecido em relação às três propostas?  
(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você ainda quer fazer intervenção em cima disso?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você não se sentiu contemplado?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Ele pediu destaque. Eu não estou entendendo. Para nós já tinha um consenso.

**Participante não identificado:** É que eu fiz um destaque e não houve um consenso. É uma questão muito simples. Eu estou pedindo que, ao invés de colocarmos *órgãos gestores*, coloquemos *secretarias específicas* porque vários municípios mantêm a Política de Assistência em departamentos, ao invés de ter uma secretaria de discussão da Política de Assistência. Seria essa a minha questão.

(Fala fora do microfone)

**Participante não identificado:** No primeiro.



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu estou entendendo que você está pedindo para substituir lá naquela proposta 02, que é a sua. Ou é uma outra proposta?

**Participante não identificado:** Não, é a mesma proposta. Nós já chegamos a um consenso – lá na primeira linha, por favor, pessoal da assessoria. Primeira linha: assegurar a existência de *secretarias específicas* no lugar de *órgãos gestores*.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É a proposta de consenso deles lá. Vamos respeitar, depois a gente vota.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está contemplado aí? Está certo agora? Na questão 02, a palavra *órgãos gestores* – estou avisando, principalmente, pelos deficientes visuais – foi trocada por *secretarias específicas*, mas continuamos com a mesma redação. Então, nós continuamos com três propostas para a votação.

Plenária, nós podemos encaminhar a votação? Nós temos a proposta 01, manutenção do texto. A proposta 02 é aquela redação que está ali: *Assegurar a existência de secretarias específicas...* A proposta 03 é: *Assegurar a existência de órgãos gestores específicos*, acrescentando *oficializar o logotipo utilizado nos documentos SUAS Plano 10*. Em regime de votação! Quem concorda com a proposta 01, manutenção do texto? Proposta 02? Proposta 03? Ganhou a proposta 02.

Assim, nós encerramos a questão 09. Faltou dizermos o prazo.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O prazo já está definido pelo grupo. É curto e nas três esferas de governo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** O prazo é, mas falta o responsável.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos votar então uma inclusão da redação.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É porque não houve destaque.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está correto. O texto é: *Ampliar a capacidade e o domínio da gestão orçamentária tornando-a participativa e transparente ao controle social*.



Eu pergunto ao plenário: Quem é favorável à inclusão deste subitem na questão 09? Levantem o cartão. Quem é contrário? Abstenção? Está aprovada a inclusão do subitem na questão 09.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Agora nós vamos encerrar e vamos retornar com a questão...

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós definimos no Plenário que iríamos encerrar às 12:30h. Já são 12:40h e nós estamos encerrando, conforme definido. Vamos retornar às 14:00h, pontualmente. E aí a gente continua com os destaques do *Eixo Gestão*. Nós não estamos encerrando o *Eixo Gestão* porque ainda está faltando.

(Intervalo para o almoço)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Plenária, vamos retornar aos nossos trabalhos? Por favor, solicitamos a todos e a todas que ocupem os seus lugares. Nós gostaríamos, neste momento, de retomar o *Relatório de Gestão*.

Antes de iniciarmos a Meta 11, chegou uma questão de ordem, por escrito, à Mesa, solicitando que, ao invés de perguntarmos se todos estão esclarecidos, perguntemos se o Plenário está apto a votar. Nós gostaríamos de dizer que esta Mesa está seguindo, de acordo com nosso Regimento, o que está transcrito no art.23, no Inciso III: *Esclarecidas, as propostas serão submetidas a votação pela Plenária*. E a Sigildes fez um destaque, anteriormente, no primeiro dia, para que perguntássemos sempre à Plenária se ela se sente esclarecida, por isto usamos a terminologia que consta no Regimento.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos retomar os trabalhos. Em primeiro lugar gostaria de registrar a presença da Márcia Lopes, Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social, que está aqui prestigiando a nossa Plenária. Ela chegou agora à tarde. Gostaria, ainda, de dizer que, conforme nós acordamos de manhã, o procedimento é o mesmo. A gente vai retomar os trabalhos da mesma forma.

Chegou ao conhecimento da Mesa que as pessoas têm se queixado de que não estão tendo espaço para debater. O espaço para discussão das questões é colocado à medida em que o Plenário faz destaque das propostas apresentadas. É este o encaminhamento que a Mesa deu, de acordo com o Regimento Interno que foi consensuado com vocês no início da manhã. Então, as pessoas que queiram contribuir na discussão das questões, que foram amplamente discutidas nos grupos e apresentadas pela Relatoria Geral a partir dos resultados dos grupos, têm o espaço aberto na medida em que se faça a leitura, e a Mesa assim tem procedido com todos os destaques que têm sido





apresentados na Mesa de apoio. A gente só gostaria de ressaltar isso. Entender que a Plenária é soberana para apreciar, discutir e deliberar sobre as questões.

Retomando a questão do *Eixo de Gestão* do SUAS, nós vamos para a Meta 11. O Edivar Almeida, do Amazonas, pediu destaque. Ele se encontra no Plenário? Não? Então, nós vamos passar para outra por que o Edivar não está. Na hora em que ele chegar a gente retoma a Meta 11.

A Eliene Carrijo, de Goiás, está no Plenário? Ela pediu destaque na Meta 12. Está? Então, com a palavra a companheira de Goiás que pediu destaque na Meta 12: *Incentivar a implantação de serviços regionais de proteção social especial de média e alta complexidade, e consórcios públicos intermunicipais por microrregiões dos Estados*. Esta é a questão que foi destacada pela companheira.

**Eliene Franco Carrijo – CAPS/GO:** Boa tarde a todos e a todas, boa tarde à Mesa. O meu destaque é porque eu moro numa região fronteira e aqui contempla intermunicipais, microrregiões e estados. Eu gostaria de sugerir *interestaduais*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não entendi, Eliene. Qual foi sua questão?

**Eliene Franco Carrijo – CAPS/GO:** É a Meta 12. Eu gostaria que acrescentasse após *estados, interestaduais. Incentivar a implantação de serviços regionais de proteção social especial de média e alta complexidade, e consórcios públicos intermunicipais por microrregiões dos Estados e interestaduais*. [...]

[...]

**Participante não identificado:** [...] São duas coisas. Acrescentar, aqui no item 13, *família acolhedora priorizando a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes* e o outro item a acrescentar é: *criação de política específica de atendimento para o migrante e itinerante*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** *Migrante e itinerante* já está aí. Eu não entendi. Você podia repetir, por favor.

**Participante não identificado:** Aqui, *migrante e itinerante* estão incluídos na questão de *criação de albergues, moradias provisórias para a população em situação de rua, em abandono, migrantes e itinerantes*. Acontece que só a criação de albergue e moradia não contempla o atendimento do migrante e itinerante. O atendimento que é necessário a esta população é mais global, é uma coisa maior. Precisaria, de fato, de uma política de atendimento específica. Não é um atendimento que se limita ao abrigo, simplesmente.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Qual é a proposta?



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você encaminha para nós a proposta?

**Participante não identificado:** Encaminho.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você está incluindo, também, a questão da *família acolhedora*. Já tem a redação? Já tem. Passa para o pessoal que a gente já inclui.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Curto Prazo.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Na Meta 10?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Está meio a meio.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A questão da Meta 10 é porque os grupos não apontaram em Relatoria, colocaram que é de curto prazo, mas não colocaram a competência das esferas.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A competência está, Ronaldo, me permita, entre os *entes Federais* e a *União*. Então, nós temos que definir se esta Meta 10 tem como responsável os *três entes* ou, apenas, a *União*.

Esclarecido? Então, em votação! Na Meta 10 o responsável é: Proposta 01 – os três entes; Proposta 02 – a União. Em votação a proposta 01, os três entes. Levantem o crachá. Proposta 02: apenas a União. Ganhou a proposta 01, os três entes. Obrigado, Sigildes.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Retomamos aqui na Meta 13.

*A Proposta 01 da Meta 13 é a redação que veio dos grupos. Eu vou ler: Implantar e implementar o CREAS e/ou serviços regionais de média e alta complexidade, conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, no município e na microrregião a que pertence: abrigos, albergues e moradias provisórias para a população em situação de rua, em abandono, migrante e itinerante, casas de passagem e repúblicas, serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças.*

*Na Proposta 02 o início da meta permanece, porém há alteração nos subsistemas. Primeiro ficaria abrigos, albergues e moradias provisórias para a população em*



*situação de rua e para as mulheres e seus filhos que se encontram em situação de violência doméstica com risco de morte e continuaria a questão em abandono, migrante e itinerante. E na outra alteração que é nos serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças, ficaria a redação: serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças, família acolhedora, priorizando, a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes e criação de uma política específica de acolhimento para o imigrante e para o itinerante, ou seja, ela altera a redação do primeiro subtema e do terceiro subtema.*

Estão claras as três propostas? O pessoal está sugerindo se há a possibilidade de fazer uma junção. A gente pode encaminhar as propostas para quem as fez para que vocês discutam e apresentem uma proposta única para a Mesa. Facilita. É possível para quem fez as propostas? Melhor, não é? Então, eu peço a colaboração das pessoas que fizeram intervenção para dar uma discutida na mesa e fazer uma redação única para a gente colocar em votação. Enquanto isso, nós vamos para a proposta 14. É a Milda Lourdes, do Distrito Federal, quem pediu destaque.

*Meta 14: Implantar e implementar projetos de inclusão produtiva e promover a inserção de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência em oportunidades de capacitação, geração de renda e inserção sócio-profissional. Milda? Está aí no Plenário?*

**Milda Lourdes Pala Moraes – IMS/DF:** O meu destaque é no item 14, porque inclusão produtiva eu acho que é uma ação intersetorial. A minha proposta é: *Implantar e implementar de forma articulada e integrada com outras áreas projetos de inclusão produtiva e promover a inserção e reinserção de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência em oportunidades de capacitação, geração de renda e inserção sócio-profissional e acesso ao crédito.*

**Ronaldo Camargo:** Só ela pediu destaque. A *proposta 01* é o texto do jeito que veio da Relatoria: *Implantar e implementar projetos de inclusão produtiva e promover a inserção de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência em oportunidades de capacitação, geração de renda e inserção sócio-profissional.*

**Milda Lurdes:** Só uma correção: *articulada e integrada e inserção e reinserção.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** *Proposta 02 de alteração: Implantar e implementar, de forma articulada e integrada com outras áreas, projetos de inclusão produtiva e promover a inserção e reinserção de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência em oportunidades de capacitação, geração de renda e inserção sócio-profissional e acesso ao crédito.*

Está clara a alteração da proposta pela companheira? Podemos votar? A proposta 01 é a manutenção do texto e a proposta 02 é com a alteração apresentada pela companheira Milda. Em regime de votação! Quem concorda com a manutenção do texto levante o crachá. Proposta 02, alteração? Abstenção? Aprovada a alteração do texto da Meta 14 conforme apresentada pela companheira.



Na Meta 15 nós tivemos dois destaques: Maria do Rosário, de Goiás, mandou por escrito, e Radjane, de Alagoas. A Radjane está aí? Então por favor, Radjane, porque a Maria do Rosário mandou por escrito.

**Maria do Rosário Paiva – Secretária de Cidadania/GO:** Eu sou Rosário.

**Ronaldo Camargo – Secretária Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Olha se está certo aqui, Rosário. Você mandou para nós: *Consolidar as ações de combate ao trabalho infantil, de modo a cobrir 100% da demanda, e implementar plano específico de monitoramento e permanente dessas ações.*

**Maria do Rosário Paiva – Secretária de Cidadania/GO:** Certo. Porque nós entendemos que a redação correta não é colocar a sigla do Programa, mas *ações de combate ao trabalho infantil* ou *ações de enfrentamento*.

**Ronaldo Camargo – Secretária Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte:** Acho que a Radjane perdeu a proposta dela. Vamos lá Radjane. Achou?

**Radjane Batista F. Holanda – Secretária Municipal de Assistência Social de Viçosa/AL:** Boa tarde, desculpem. Na Meta 15, acrescentar, ficando o texto da seguinte forma: *Consolidar e fortalecer o PETI, de modo a cobrir 100% de sua demanda, implementar plano específico de monitoramento permanente e efetiva geração de emprego e renda aos responsáveis legais, visando erradicar o trabalho infantil.*

**Ronaldo Camargo – Secretária Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Por favor, mande para a Mesa. Vou voltar na outra, enquanto ela manda para a Mesa. Nós paramos, naquela hora, na Meta 13.

*A proposta 01 é a manutenção do texto que vocês tem, que é: Implantar e implementar CREAS e/ou serviços regionais de média e alta complexidade, conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, no município e na microrregião a que pertence: abrigos, albergues e moradias provisórias para a população em situação de rua, em abandono, migrante e itinerante, casas de passagem e repúblicas, serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças.*

*A proposta 02, altera o texto na questão de abrigos, albergues e moradias provisórias...*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretária Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Desculpem. Eu achei que vocês já tinham encaminhado. Vão chegar num acordo ainda. Então vamos deixar suspensa a Meta 13. Vamos para frente.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretária Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Meta 12 já votou.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Meta 15 já está pronta?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Meta 15, não. A Radjane ainda não mandou a redação.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, vamos à Meta 16, rapidamente?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Quantas inscrições?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Duas. Cláudia Barbosa, do Rio de Janeiro e uma pessoa de São Paulo. (Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É a Sigildes? Olha, se o nome estiver errado é porque está aqui, ouviu gente? Eu estou até com medo de falar os nomes. Cláudia encontra-se no Plenário?

*Meta 16: Reduzir e combater continuamente a violência e exploração de crianças, adolescentes, jovens e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações.*

**Cláudia Mara Ribeiro Barboza – Casa da Criança e do Adolescente de Nova Friburgo/RJ:** Eu proponho a alteração do texto incluindo a palavra *doméstica*: *Erradicar a violência doméstica e as demais situações de vitimização e exploração de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações com foco na família.* Isso é devido à grande problemática do início da nossa violência, que começa dentro de casa, e se a gente não aborda, continua mantendo os muros de silêncio e projetando essas violências para as ruas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Só a proposta, porque senão, o pessoal não pega. Olha se sua proposta está lá na tela, por favor? Está aí?

**Cláudia Mara Ribeiro Barboza – Casa da Criança e do Adolescente de Nova Friburgo/Rj:** Eu trouxe agora.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** E a companheira ou companheiro de São Paulo que pediu destaque? Sigildes?

**Sigildes Bacelar Francesconi – Federação das Associações de Bairro de Ribeirão Preto/SP:** Eu também faço parte do Conselho de Segurança há muito tempo, e essa





história de *palavrinha* é muito complicada quando se trata de segurança. Então eu quero explicar, para que vocês entendam porque é que eu vou pedir a inserção desta *palavrinha*. É que quando a gente pede para erradicar a violência, existem vários tipos de violência; por exemplo, daqui a quatro anos, eu serei uma velhinha – ainda não sou, mas serei – aí se você disser que vai erradicar a violência, do jeito que eu sou, eu posso chegar lá e ser interpretada como violenta. Aí vocês vão querer erradicar a minha violência quando, na verdade, o que se pede aqui é que haja a erradicação da violência *contra*. A gente quer que seja erradicada a violência doméstica *contra* crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos. Vocês concordam? Então, a diferença entre violência *de* - no caso, vocês tem que erradicar a minha violência - e a violência *contra*. Eu peço a inserção da palavra *contra*, *violência doméstica contra*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu acho que não tem divergência da Cláudia Barboza. Você está aprimorando a proposta. Incluindo *violência doméstica contra*. Existe divergência, Cláudia, no que ela apresentou? Ou você quer manter do jeito que você apresentou e a gente coloca como três propostas?

**Cláudia Mara Ribeiro Barboza – Casa da Criança e do Adolescente de Nova Friburgo/RJ:** Segundo o art. 23, existem 3 minutos para defesa. Eu posso fazê-la?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Sim. Você está discordando, então?

**Cláudia Mara Ribeiro Barboza – Casa da Criança e do Adolescente de Nova Friburgo/RJ:** Eu discordo dela. Eu gostaria de deixar a redação como está, tomando por base que a nossa violência já tem um índice muito grande. Quanto tempo a gente ainda tem que esperar para parar de falar em violência geral e terminar com ela dentro de casa primeiro, para que ela não chegue nas ruas? É erradicar mesmo.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, nós temos três propostas e nós vamos submeter à votação. Já está no telão, inclusive.

*Proposta 01, da Meta 16, é da forma que veio dos grupos: Reduzir e combater continuamente a violência e exploração de crianças, adolescentes, jovens e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações.*

*Proposta 02 é a proposta da Cláudia Barboza...*

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A proposta de adequação é a 02. A proposta 03 é a da Cláudia.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está certo. *Proposta 02 de adequação* que está, também, no documento de vocês: *Erradicar a violência, exploração de crianças, adolescentes,*



*jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações.*

*Proposta 03, da Cláudia: Erradicar a violência doméstica e as demais situações de vitimização e exploração de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações com foco na família.*

*Proposta 04, da companheira de São Paulo: Reduzir e combater continuamente a violência doméstica contra a exploração de crianças, adolescentes, jovens e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações. É isto?*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Certo. O negócio está no *e*. Perfeito. *Reduzir e combater continuamente a violência doméstica e contra a exploração de crianças...*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O *e* é depois do *contra*.

**Ronaldo Camargo:** *Reduzir e combater continuamente a violência doméstica contra a exploração de crianças, adolescentes, jovens e famílias, e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações. É isso não é Sigildes? Companheira? Está correto lá para a gente votar?*

Então, temos quatro propostas. Proposta 01, manutenção do texto. Proposta 02, adequação do texto que vocês têm em mãos. Proposta 03, a proposta da Cláudia Barbosa. Proposta 04, a proposta de Sigildes, de São Paulo. O Plenário está esclarecido para votar? Proposta 01, manutenção. Quem concorda? Proposta 02, adequação? Proposta 03, proposta da Cláudia? Proposta 04, da Sigildes de São Paulo? Pelo contraste, a proposta da Cláudia foi vencedora.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu vou para a Meta 18 que nós temos 3 destaques e depois, nós voltamos para aquelas duas que ficaram pendentes. Na Meta 18 nós temos: Silmara, de São Paulo, Marcos, do Rio de Janeiro e Claricinda, de Minas Gerais. Os três encontram-se no Plenário? Marcos se encontra. Então, por favor, Marcos. Silmara está aí? Então é melhor ela ir primeiro.

**Marcos Antônio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Ela está dizendo que a minha é anterior à dela. O meu destaque está na proposta de inclusão do texto ali porque, se observarmos, essa proposta é contraditória com ela mesma: *Alteração do critério de renda per capita familiar de ¼ para ½ salário mínimo, a curto prazo, e 01 salário mínimo a longo prazo, independente da renda per*



*capita, conforme...* Bom, se é de um salário não é independente, então, eu estou propondo que a gente pare ali em *longo prazo*, ponto. E suprima-se o resto.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu estou entendendo que a sua proposta é de supressão, também, daquilo que está lá por cima do quadrinho que é: *Alteração do critério de renda per capita familiar de ¼ para ½ salário mínimo* porque essa, também, diz respeito à proposta de inclusão. Correto?

**Marcos Antonio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** Isso.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está bom. Só para eu encaminhar. Silmara.

**Silmara Cristina Ramos – COMEC-Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas/SP:** Indo até ao item 12, está assim: *Inserção de profissional de serviço social na equipe de avaliação para concessão do BPC*. Como a equipe é dentro do serviço de Previdência, e nós há doze anos não temos concursos públicos para Serviço Social, para a função de Assistente Social na Previdência, eu sugiro: *Inserção de profissional de serviço social do INSS na equipe de avaliação para concessão do BPC*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Claricinda, de Minas Gerais, está aí?

**Claricinda Regina Massa e Borges/MG:** A minha é, também, no sentido de acrescentar e, suprimindo, também, a parte que o colega anterior falou: *Alteração do critério de renda per capita familiar de ¼ para ½ salário mínimo, a curto prazo, e ainda garantir acesso ao BPC para o cônjuge, companheiro ou companheira idoso da pessoa que recebe benefício da seguridade social, aposentadoria por contribuição até dois salários mínimos mês e que se constitui na única parcela, na única renda familiar*. E gostaria de explicar, porque isso é uma questão muito séria que está acontecendo. Por exemplo, numa casa onde tem dois idosos, um contribuiu, às vezes, a vida inteira e conseguiu se aposentar; o outro não contribuiu e não se aposentou. Esse outro que não se aposentou não tem direito ao BPC; então, fica uma coisa injusta, porque se tem dois idosos que nunca contribuíram, ambos tem direito ao BPC mas no caso de um ter contribuído, o outro não tem. Então está acontecendo de idosos se separarem para poderem conseguir. Eu acho que a gente teria que consertar esta distorção.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você já passou por escrito para nós, não é? Marcelo, está com você a redação que ela apresentou? Ana Lígia, você quer dar esclarecimento com relação a isso. É isso que você está pedindo?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Por favor.



**Ana Lúcia Gomes/DF:** É pela ordem mesmo. Pelo Regimento, se pode alterar a redação, mas não me parece que possa ter proposta nova.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não pode.

**Ana Lúcia Gomes/DF:** Eu só estou chamando a atenção, independente de qualquer mérito; não se trata só dessa questão, é que determinadas alterações estão mudando a proposta. Aquela em que se acrescenta, por exemplo, “Serviço Social do INSS” é uma outra proposta, inclusive, fecha para o INSS, não deixa aberto como está. Estou chamando atenção pela ordem, então, se vão mudar o Regimento agora, votem a mudança do Regimento, mas é outra proposta.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Mesa está acatando a contribuição da Ana Lúcia e, de fato, pelo Regimento Interno, não cabe ao Plenário fazer nova proposta e sim, alterar, modificar a proposta apresentada, discutida nos grupos e apresentada pela Relatoria Geral. Então, em relação a essa questão que a Ana Lúcia levantou que é de: *Inserção de profissional de serviço social na equipe de avaliação para concessão do BPC*, a pessoa pede para incluir *Inserção de profissional de serviço social no INSS na equipe de avaliação para concessão do BPC*. A Mesa está entendendo que, de fato, isto é uma nova proposta que não foi apresentada, nem debatida por 50% mais um dos grupos.

(Fala fora do microfone)

**Participante não identificada:** Então eu gostaria que a Plenária me esclarecesse, porque eu entendo que quem concede o benefício é a Previdência Social. A gente prepara a documentação enquanto profissionais [...]

[...]então peço para você me esclarecer.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu vou pedir à Ana Lúcia, que é Diretora do Ministério, para esclarecer com relação a essa questão. Por favor, Ana Lúcia, dê um esclarecimento geral para a Plenária com relação a esta solicitação feita pela companheira. É possível?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ana Lúcia vai esclarecer primeiro, sobre o BPC.

**Ana Lúcia Gomes/DF:** Nesse momento, tem um Decreto que estabelece que o INSS é responsável pela avaliação, mas não tem essa coisa fechada com relação à concessão. Nós já estamos com algumas experiências onde o município divide fases da habilitação com o INSS. Eu acho que não há uma divergência e agora nós estamos trabalhando um Decreto que está minutado e estamos discutindo um novo Decreto para substituir o 1744, onde a responsabilidade de concessão do INSS como operador poderá ser dividida com os municípios. Está autorizado, depende dos lugares e das condições. Eu estou falando porque a Mesa pediu, só que eu acho que nem sobre isso eu deveria falar porque aquela lá é uma proposta nova.



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós já acatamos, Ana Lígia. Nós só estamos pedindo para você esclarecer o que ela colocou.

**Ana Lígia Gomes/DF:** O que eu estou dizendo ali é que pegar uma proposta que discute a inserção do Assistente Social em qualquer fase, em qualquer questão do BPC, e restringir ao INSS porque esse precisa de um concurso lá, é empobrecer a proposta, é reduzir a proposta. Olha o papel do município no BPC. Não façam isso. Então, se perdeu uma oportunidade de fazer uma proposta nova. Agora, não empobrecem a proposta em nome desta questão. Os municípios têm um papel fundamental no BPC e nós estamos trabalhando para isso, para parar de achar que o INSS é o dono do BPC. Vamos parar com isso.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está esclarecida a companheira? Companheira? Por favor. Está esclarecida?

**Participante não identificado:** Eu queria fazer um encaminhamento, já que tem várias pessoas que destacaram essa proposta e ela é muito complexa. Aproveitando a técnica do Ministério que está aqui, sentar junto com ela, construir uma proposta única e apresentar para a Plenária.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Era isso que a Mesa ia sugerir mesmo. Na Meta 18, em função da polêmica das questões e pela colaboração, como o colega já colocou, é importante que se faça uma proposta para facilitar, porque essa questão é uma questão muito complexa mesmo, até para a gente encaminhar. Então, eu sugiro que vocês sentem e tentem, junto com a Mesa de negociação e com a Ana Lígia, redigir uma nova proposta e encaminhem aqui para que a gente possa dar seguimento aos trabalhos. A gente fica aguardando a Meta 18.

Aquelas outras que nós tínhamos parado já chegaram, Simone?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Meta 13.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Já chegou a proposta nova da Meta 13 aqui. Vamos voltar para a Meta 13, enquanto o pessoal do BPC não apresenta a sua proposta.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tem uma questão de ordem de uma pessoa.

**Ronaldo Camargo:** Uma questão de ordem. É um esclarecimento. Romário, de São Paulo? Ele abriu mão. Obrigado, Romário.

*Meta 13 – Proposta 01: Implantar e implementar CREAS e/ou serviços regionais de média e alta complexidade, conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, no município e na microrregião a que pertence: abrigos, albergues e*





*moradias provisórias para a população em situação de rua, em abandono, migrante e itinerante, casas de passagem e repúblicas, serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças.* Esta é a proposta 01 do jeito que veio pelos grupos e foi consolidado pela Relatoria.

*Proposta 02 de alteração: Implantar e implementar CREAS e/ou serviços regionais de média e alta complexidade, conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, no município e na microrregião a que pertence: abrigos, albergues e moradias provisórias para a população em situação de rua e para mulheres e seus filhos que se encontram em situação de violência doméstica com risco de morte e abandono, migrante e itinerante, casas de passagem e repúblicas, serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças, família acolhedora priorizando a convivência familiar comunitária de crianças e adolescentes, criação de políticas específicas para atendimento ao migrante e para o itinerante.* Esta é a proposta 02.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós temos uma proposta do entendimento da Mesa. A última *criação de políticas específicas* é uma proposta nova. Agora, precisamos ter, apenas, clareza se na proposta da pessoa que fez, se *serviços especializados de proteção a vítima de violência abuso e ameaça à família* está junto ou é separado. Se é complemento desta última, porque a *criação de política específica* é uma proposta nova.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Em qual, Simone? Porque nós citamos aqui *casas de passagem*, depois de *abrigos* vem *casas de passagem, repúblicas*. Onde é que ela se insere? Porque nós não localizamos. Ah, sim. É logo sim depois de *itinerantes*. Ela complementa depois de *itinerantes*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, nós temos duas propostas: A proposta nova que foi apresentada a partir do consenso e a proposta que veio dos grupos. Eu pergunto ao Plenário: Podemos votar?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Mas não é o que está no telão? Está diferente? Então, vamos lá.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não precisa, é só mandar e o pessoal corrige. Eles estão alegando que não contempla o que eles mandaram. Qual a questão, Dolores? Por favor.



**Dolores Ferreira Fonseca – Movimento de Mulheres em São Gonçalo/RJ:** Nós fizemos, em acordo aqui, uma nova proposta que foi encaminhada para aí e não foi lida. Não é isso, companheiro? Não foi lida a nova proposta.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não é aquela ali que foi de consenso?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, vamos recuperar. Vamos passar adiante. Sugiro que a gente vá para a Meta 19...

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O pessoal está reclamando que não foi encaminhada a proposta que eles passaram aí para baixo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos para a Meta 19, Ronaldo. Depois a gente retorna para esta e para o BPC.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** *Meta 19: Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, e reduzir o percentual de famílias em vulnerabilidade e exclusão social.* Esta é a proposta advinda dos grupos. Nós temos o Giorgio Nunes, do Maranhão e Tatiane de Souza, de São Paulo, com destaques. Por favor, Giorgio.

**Giorgio Lira Nunes – OSPAVIME/MA:** É que a questão número 19 – não está no telão, mas vocês têm aí no material – bem no final, diz: *benefícios e projetos de Assistência Social, e reduzir o percentual de famílias em vulnerabilidade e exclusão social.* A minha proposta para a Mesa e para a Plenária é que nesse ponto onde diz que é para *reduzir* a gente troque por *a fim de erradicar os índices de famílias em vulnerabilidade e exclusão social*, porque reduzir é o que a gente já está fazendo, tentando reduzir. Então, eu acho que a proposta tem mesmo é que ficar mais decidida na questão de erradicar esses índices de percentuais de famílias em vulnerabilidade.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, depois de *social*, seria: *a fim de erradicar os índices de famílias em vulnerabilidade e exclusão social.* Tatiane?

**Tatiane Nascimento de Souza – Assistência Social/SP:** Minha proposta é manter o texto e acrescentar *pessoal e social*. Ficaria assim: *Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Antes de *serviços*. Então, *vulnerabilidade e risco pessoal e social*, e aí segue, não é isto Tatiane?

**Ronaldo Camargo:** Tem uma questão de esclarecimento ou de ordem da companheira de amarelo, é isso? É de encaminhamento.

**Elis Regina Prates – CRESS/MT:** Boa tarde. Eu sou Elis, de Mato Grosso. Na verdade, é uma proposta de encaminhamento com relação à votação, principalmente na



questão 18. Está muito difícil entender e chegarmos a um consenso ali na Plenária. Eu sugiro que a gente vote por item e não a Meta cheia, porque são vários subitens e alguns a gente concorda e outros não concordamos. Então, que a gente tenha essa possibilidade.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós estamos na Meta 19. Nós retornaremos ainda à Meta 18.

**Elis Regina Prates – CRESS/MT:** Eu estava aqui na hora da Meta 18, é porque demoraram demais a me chamar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** *Proposta 01: Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, e reduzir o percentual de famílias em vulnerabilidade e exclusão social.*

*Proposta 02, que é do Giorgio: Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, a fim de erradicar os índices de vulnerabilidade e exclusão social.*

*Proposta 03, da Tatiane: Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, e reduzir o percentual de famílias em vulnerabilidade e exclusão social. A minha pergunta é se os dois concordam, especialmente o Giorgio, acrescentar após risco, pessoal e social? Porque elas não são conflitantes. Gente, deixa a gente tentar encaminhar.*

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É sobre esse item?

**Participante não identificada:** A questão é a seguinte: como é que nós vamos erradicar os índices? O índice é o parâmetro para a gente avaliar. Não tem como erradicar o índice. Vai erradicar a causa dele, não ele.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só lembrando que, na verdade, não tem uma proposta que estava mudando isto. Então, nós estamos lendo as propostas de destaques.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Eu sei. Nós estamos só dizendo. Nós vamos ler os textos. Se ela está dizendo uma nova proposta, ela não estava inscrita para um destaque. Não estou dizendo que não é relevante o que ela falou. É só isto. Se a Plenária concorda que é lógico o que ela falou sobre a questão dos índices, já está contemplada. Concordam com isto? Então vamos agora para as propostas que foram dos destaques.



Em processo de votação! Três propostas. Proposta 01, manutenção do texto. Proposta 02, na última linha, depois de *social* acresce *a fim de erradicar os índices de famílias em vulnerabilidade e exclusão social*.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Perdão. É porque eu estou lendo aqui. É porque nós temos um grupo lá embaixo que identifica para a gente. Eles identificam para nós.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós não vamos votar. Nós estamos encaminhando. Depois nós vamos abrir para ele. É só uma questão de tempo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos lá, João Paulo. Qual é a questão de ordem aí?

**Participante não identificado:** Ademar, o companheiro estava tentando explicar que é contrário a que se tire esse negócio de querer apresentar uma nova proposta.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Proposta nova não cabe.

**Participante não identificado:** Não. É manutenção do texto, na verdade. Essa é a questão que precisa ser apresentada. O problema é que você está lendo e não tem jeito de interromper você na hora que o companheiro chega. A gente tem que tentar minimizar o problema e, assim que você terminar de ler, é que a gente apresenta para você a proposta que tem aqui embaixo. Então, eu acho que o companheiro tem que apresentar o destaque dele.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós estávamos lendo. Paramos de ler porque a Plenária chamou a atenção que tinha uma questão de ordem, então, apresente.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É de esclarecimento.

**Participante não identificado:** O texto fala: *Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, e reduzir o percentual de famílias em vulnerabilidade e exclusão social*. Eu peço a manutenção do *reduzir* porque *erradicar* pelo prazo escolhido de médio prazo, você não consegue erradicar. Eu pediria que continuasse *reduzir*, ao invés de *erradicar*.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Você entende? Aí é uma espécie de defesa. Nós não tínhamos aberto para isso, mas tudo bem. Vamos lá? São três propostas.



(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Está retirando? Diga lá, Giorgio. Ele é autor de uma das propostas.

**Giorgio Lira Nunes – OSPAVIME/MA:** É só a questão da correção do texto mesmo, que agora eu estava olhando ali. A questão de *erradicar* não é bem os índices. Eu falei: *erradicar a vulnerabilidade das famílias e a exclusão social*. Só uma questão: já que foi votado antes o prazo sem ter corrigido a questão da própria defesa que eu estou fazendo, pode-se mudar o prazo, porque a gente ainda não tinha votado. No caso, pode ser votado a longo prazo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** então, vamos primeiro ao texto. *Proposta 01: Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, e reduzir o percentual de famílias em vulnerabilidade e exclusão social.*

*Proposta 02: Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, a fim de erradicar a vulnerabilidade das famílias e exclusão social.*

*Proposta 03: Universalizar o atendimento a todos os indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em serviços, programas, benefícios e projetos de Assistência Social, e reduzir o percentual de famílias em vulnerabilidade e exclusão social.*

Em processo de votação! Os que votam na proposta 01, manutenção do texto, levantem o crachá. Proposta 02, com o acréscimo do Giorgio. Proposta 02? Proposta 03? Por contraste, venceu a proposta 02.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A proposta 01 foi a manutenção que eu li. A proposta 02 foi a do Giorgio.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Sim, pode estar divergente lá, mas eu estava lendo aqui.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Está bem. Vamos, então, verificar se tem divergência lá. A proposta 01 é a manutenção do texto como está.





**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A que vocês têm no documento.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** O problema é que nós estamos acompanhando aqui e o que é proposta 02 para nós não é o que está lá na tela. Por isso é que nós citamos para identificar.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É muito simples de resolver. Eu vou encaminhar da seguinte forma: Proposta 01 – eu não vou ler mais porque eu já decorei essa proposta, e todo mundo também – é a manutenção do texto como vocês tem no documento. A Proposta 02 é a mesma redação, porém incluindo as palavras *pessoal e social*. Proposta 03 é a proposta do Giorgio que acrescenta – pela linha lá em vermelho – *a fim de erradicar a vulnerabilidade das famílias e exclusão social*.

A Plenária está esclarecida para votar? Levantem o cartão. Proposta 01, manutenção do texto? Proposta 02, só incluindo as palavras *pessoal e social*? Proposta 03, fazendo a inclusão de *a fim de erradicar a vulnerabilidade das famílias e exclusão social*? Abstenção? A proposta 02 foi aprovada. Só inclui *pessoal e social*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos voltar à Meta 13. Já chegaram em um consenso lá.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Plenário, é o mesmo encaminhamento que nós já lemos várias vezes. Na Meta 13 nós só temos duas propostas. A proposta 01 é a manutenção do texto como veio dos grupos. Não altera nada. A proposta 02 foi a proposta que foi feita pela mesa de consenso a partir das contribuições das pessoas que fizeram destaque. Eu só vou ler a proposta 02, porque o pessoal não tem conhecimento.

A *proposta 01* é aquela que nós já lemos, que diz respeito à questão de implantar e implementar os CREAS com casas de passagem, repúblicas, abrigos e tal.

*Proposta 02: Implantar e implementar CREAS e/ou serviços regionais de média e alta complexidade, conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, no município e na microrregião a que pertence... A alteração: abrigos, albergues, moradias provisórias para a população em situação de rua e para as mulheres e seus filhos que se encontram em situação de violência doméstica com risco, em abandono, migrante e itinerante, casas de passagem e repúblicas, serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças. A outra é: família acolhedora, abrigos, albergues, moradias provisórias para mulheres e seus filhos em situação de risco, população de rua, abandono, com criação da política específica para atendimento a migrante e itinerantes.*

Está claro? Continua confusa, não é? Está difícil. Eu sugiro, Mesa de consenso, que na medida em que vocês façam uma redação que contempla lá, vocês têm que excluir a de



cima porque, senão, fica difícil das pessoas entenderem. É isso que está gerando a dificuldade no entendimento, o encaminhamento. Como é que você se chama companheira? Iara? Por favor, sobe ao palco e vai até o pessoal do computador. Está correto? Agora ele disse que está correto gente. Vamos lá. Eu vou ler só a alteração. A alteração fica: *abrigo, albergue, moradia provisória para a população em situação de rua e para as mulheres e seus filhos que se encontram em situação de violência doméstica com risco, em abandono, migrante e itinerante, casas de passagem e repúblicas, serviços especializados de proteção a vítimas de violências, abusos e ameaças.* E a outra: *família acolhedora, abrigo, albergue, centro de referência, casa de convivência e moradia provisória para mulheres e seus filhos em situação de risco, população em situação de rua, abandono com criação da política específica para atendimento a migrantes e itinerantes.*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu estou entendendo que as pessoas que fizeram a proposta estão dizendo que ela está contemplando. Ou não?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu vou passar para frente e pedir ao pessoal para ajudar aí.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Porque nós temos outras questões.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então eu peço ao pessoal para ir lá no computador porque, senão, a gente não consegue avançar. Nós estamos há 20 minutos nessa proposta. Nós temos que avançar, temos outras questões para discutir. Eu peço que a Mesa encaminhe do jeito que vocês estão pedindo ou que as pessoas vão lá no computador e peçam para fazer a redação da forma que vocês estão querendo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só um instante. Rosângela vai dar um esclarecimento depois nós temos aqui uma questão de ordem e vamos retomar.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** O problema é o seguinte: nós estamos trabalhando com um computador só. O pessoal não consegue mexer numa proposta anterior e na proposta atual ao mesmo tempo. Então, dá esse descompasso. Não é um problema de má vontade. É importante mesmo que o grupo venha aqui e quem entregar, entregue um texto já pronto, porque a gente fica com vários pedaços. Nós vamos resolver aqui com eles e depois retomamos.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Você ainda quer a questão de ordem?

**Participante não identificado:** Não precisa nem subir lá, é só ler ali no primeiro item onde está em negrito, agora. Na terceira frase está escrito lá *abrigos, albergues*. A terceira suprime aquela primeira. Ela está substituindo aquela primeira. Estão os mesmos itens lá. É o mesmo conteúdo. É só ler isso aí.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Já estão fazendo a reformulação lá.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Mas têm que entender que não dá para a Mesa aqui estar fazendo. É por isso que foi solicitado aos autores que fizessem.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos aguardar esta Meta 13 porque ela está dando muita questão e a gente encaminha o restante.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tem outra questão de ordem aqui. Vamos ver qual é a questão de ordem.

**Participante não identificado:** A questão de ordem é simples. Existe um Regimento, já foi feito um acordo com a Plenária, e nós mesmos estamos descumprindo. A minha sugestão é: só se coloca a proposta em votação quando os textos definitivos das propostas estiverem na Mesa. Obrigado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Acatado.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos para a Meta 20?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós vamos para a Meta 20. Eu estou preocupado é com a questão do tempo. Enquanto o pessoal está lá, as pessoas vão apresentando. Por favor, quem for fazer redação de proposta de alteração, leve lá e encaminhe, porque facilita o nosso trabalho e do pessoal lá da Relatoria. Infelizmente, é como a Rosângela falou, é um computador só, então dificulta o trabalho.

A Meta 20 é a Domingas, do Rio de Janeiro, Denise Colin, do Paraná, Edivar Almeida, do Amazonas, Ieda, do Ceará e André, de São Paulo. Então eu peço às pessoas para...

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** Domingas. É na Meta 20.



**Domingas Serafina Coelho Rocha – FEBIEX/RJ:** Aqui na parte que diz assim: *promoção da isenção das organizações com vínculos SUAS dos encargos sociais patronais*. Gente, já é de lei a isenção dos encargos sociais patronais. O que acontece é a dificuldade da gente efetivar esta isenção, porque são tantas as exigências [...]

[...]

**Participante não identificado:** [...] eu, apenas, não li toda a Meta 20. Como estão existindo dúvidas, eu faço questão de lê-la para que não haja dúvida na Plenária, pelo menos, na tomada de decisão.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não é isso, meu companheiro. É porque, além do senhor, teve mais quatro intervenções.

**Participante não identificado:** Não há problema, mas, pelo Regimento Interno, eu tenho direito. Se for para ser considerada mais uma proposta, que seja. Eu não posso ser tolhido.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não. Proposta nova nós não vamos acatar, modificação sim.

**Participante não identificado:** Mas eu solicitei destaque. Se não houver condição para a proposta, eu não preciso colocar.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não, pode apresentá-la.

**Participante não identificado:** Eu fiz a minha inscrição no tempo devido.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Correto.

**Participante não identificado:** *Meta 20: Definir uma política de parcerias com entidades e organizações de Assistência Social, sem fins econômicos, que contemple: regulamentação do art.3º da LOAS – isto é um fato - novas diretrizes e regras para a concessão de títulos de utilidade pública, revisão dos critérios para inscrição de organizações nos Conselhos de Assistência Social Municipais, Estaduais e Nacionais.* A minha sugestão é que se inclua, após *nacionais*, tomando-se como base o art.9º da LOAS. Isso é uma complementação. Não estou suprimindo a menção do art.3º. Promoção da isenção das organizações com vínculos SUAS dos encargos sociais patronais, estendendo para esses efeitos o caráter público dos serviços conveniados, apoio técnico às organizações, para elaboração dos seus planos de trabalho e padrões de funcionamento.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu pergunto ao companheiro do Amazonas: em função das outras contribuições que já foram apresentadas, é possível contemplar a sua junto com a do



peçoal que vai fazer uma única redação? Não? É só você mandar a proposta que nós vamos incluí-la no telão do jeito que o senhor falou. Ieda.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Ele já apresentou. Ele já apresentou a proposta e vai ser encaminhada para o telão. Só isso.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção Plenária! Essa Mesa vai assegurar as propostas nas quais não haja consenso. Tem um grupo ali que está consensuando. Quem não quer fazer este consenso, está assegurada por esta Mesa a apresentação da proposta para ser submetida a votação.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Edivar, Ieda, Denise, Domingos e o André.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Se vocês apresentam, individualmente, não há nenhum problema, podem fazer a redação, desta forma será lida e nós vamos submeter à Plenária.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Ieda? Você ainda quer usar o microfone?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Simone?

**Simone:** Eu quero dizer o seguinte: Ele está apresentando uma nova proposta. O art.9º diz uma coisa, o art.3º diz outra. Essa proposta se refere ao Art.3º da LOAS e não ao art.9º.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, se é nova proposta, não cabe o encaminhamento.

**Simone:** Exatamente.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Qual é a questão de ordem?

**Ieda Maria Nobre de Castro – Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú/CE:** É que na proposta que eu faço tem uma questão de mérito que precisa, primeiro, ser apreciada, porque eu estou propondo a supressão dessa idéia e as outras propostas são de alteração do texto.





**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não, Ieda. Teve a proposta da Denise que também foi supressão de uma parte da Meta. Se vocês não chegarem a um acordo – é como o Ademar falou – encaminhem todas que nós colocaremos todas no telão. A gente garante todas as propostas no telão. É só para facilitar o encaminhamento. Eu pergunto ao Sr. Domingos, Domingas, a Denise, a Ieda e o André se é possível fazer um consenso e apresentar? Se não é, cada um apresenta a sua proposta e nós colocamos no telão. É isso que eu estou dizendo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Enquanto isso é encaminhado, vamos retornar à Meta 18 que me parece que já está correta.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** As Metas 13 e 18 já estão corretas. Por favor, Plenária. Meta 13.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Rosangela está lembrando que já é proposta de consenso dos propositantes.

**Ronaldo Camargo - Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Meta 13. Proposta 01, redação conforme apresentada pela Relatoria, sem alteração. Proposta 02: é a de consenso, que está no telão, apresentada pela Dolores e Edilene, de São Paulo. Correto?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Elas são complementares e aí eu vou ler a *proposta 02: Implantar e implementar CREAS e/ou serviços regionais de média e alta complexidade, conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, no município e na microrregião a que pertence: abrigos, albergues e moradias provisórias para a população em situação de rua, em abandono, migrante e itinerante. O outro: serviços especializados de proteção às vítimas de violências, abusos e ameaças. E o último: família acolhedora, abrigos, albergues, centros de referência, casa de convivência, moradias provisórias para mulheres e seus filhos em situação de risco, população em situação de rua, com criação de política específica para o atendimento a migrante e itinerante.*

Estão claras, Plenária, as duas propostas? A proposta 01 é manutenção e a proposta 02 é com esta alteração que foi consensuada e apresentada no telão, e são complementares. Na Meta 13, o Plenário está esclarecido para encaminhar a votação? Estão esclarecidos?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Qual a questão de ordem?



**Participante não identificada:** Eu penso que ontem todos nós estivemos nos grupos discutindo, mas tinha muitas pessoas fora, na cidade, que não discutiram nos grupos. Elas entravam e saíam, entravam e saíam. Agora, essas pessoas querem fazer todas as emendas aqui. Porque que é que a Conferência determinou que tinha trabalho de grupo? Se for desta forma que está sendo conduzido nosso trabalho, nós vamos para meia-noite, uma hora da manhã... Isso não pode acontecer, poucas pessoas prejudicarem a maioria da Plenária.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Qual é a sua proposta? Eu quero que você faça a proposta para a gente poder encaminhar.

**Participante não identificada:** Cumprimento do Regimento. Se a gente estiver com o Regimento em mãos, a gente vai ver. Se houve trabalho em grupos porque é que tem que se fazer todas as emendas aqui na Plenária?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Porque o instrumento permite que a Plenária é soberana e ela pode alterar, modificar as propostas apresentadas no Relatório Final. Nós não estamos acatando proposta nova. A gente paga esse preço por conduzir esta Plenária. Está no Regimento. A proposta pode ser modificada, minha companheira. Agora, se vocês concordarem que nem alteração nas propostas apresentadas o Plenário possa fazer, eu submeto à apreciação e, se isso for definido, nós vamos encaminhar, a partir de agora, dessa forma.

Então eu pergunto ao Plenário: Proposta 01: continuamos do jeito que estamos, fazendo alterações e modificações, conforme prevê o Regimento Interno, nas questões que são apresentadas pelo relatório final? Proposta 02: não cabe alteração nem modificação em nenhuma proposta apresentada pelo relatório final? Quem concorda com a proposta 01 levante o cartão. Quem concorda com a proposta 02? Continuamos do jeito que estamos, fazendo alterações e modificações com o Relatório Final. Nós estamos na Meta 13.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A manutenção do texto como está apresentado ali até *serviços especializados*. A proposta 02 mantém, com exceção de *casa de passagem e república* e acrescenta a parte de *família acolhedora*. Esclarecido?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu vou repetir, porque teve gente que não entendeu. O que o Ademar está dizendo é o seguinte: Proposta 01: igual ao que veio pelo grupo, sem alteração nenhuma. Proposta 02: acrescentar aquela redação que está ali em vermelho e, automaticamente, se vocês aprovarem, acrescentando o que está em vermelho, vai suprimir aquilo que está destacado, que é *casa de passagem e república*, ficando só: *abrigo, albergue, serviços especializados e família acolhedora...* e assim por diante. Está claro?



(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está certo.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É isto que nós estamos dizendo, que vai suprimir.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Está bom. Suprime o que está destacado na proposta 02. A proposta 01, mantém.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Só o primeiro item. Só o primeiro item, colega, que nós vamos excluir, não é? Nós vamos excluir no primeiro item, caso vocês aprovem a proposta 02. Proposta 01, manutenção do texto. Proposta 02, o que está no telão. Em regime de votação! Quem concorda com a proposta 01 levante o cartão. Proposta 02? Ganhou a manutenção do texto.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Meta 18. Vamos para a Meta 18, que é sobre o BPC.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** BPC também já tem proposta.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Plenário! Proposta de 01, é o texto que veio encaminhado pela Relatoria. Eu não vou ler porque vocês têm ela na mão, não muda nada, é a manutenção do texto. Proposta 02 é aquilo ali que está apresentado. Só tem duas propostas, Rosângela? São três propostas?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos ler todas as propostas.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Só estamos consultando para a gente não ter nenhum encaminhamento equivocado.



(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Questão de ordem.

**Participante não identificada:** Só para facilitar, porque é que não põe ali em cima: Proposta 02, Proposta 03... Entendeu? Porque aí fica mais claro para a gente.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Acrescentar o número ao lado.

**Participante não identificada:** É. Acrescentar o número da proposta que a gente vai estar votando. Só para facilitar.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu entendo, companheira. É porque, às vezes, as pessoas fazem intervenções em questões que são diferentes. É por isso que nós estamos com essa dificuldade. Por isso eu estou perguntando se eles entraram em consenso ou não.

Esclarecimento para vocês na Meta 18. Temos uma proposta que é a manutenção do texto. Depois, nós temos duas propostas que são parecidas, mas que são diferentes no seu conteúdo.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É o que ela me passou aqui.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Só uma? O companheiro Marcos está dizendo aqui que eles sentaram e apresentaram somente uma única proposta, que é a que está no telão. Depois, nós vamos fazer uma outra questão, que é a inclusão das propostas novas que foram discutidas nos grupos. Correto? Vamos ver se cabe. Enquanto o BPC continua, vamos para frente.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Meta 21.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Meta 21.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Meta 11? A Meta 11 é a do nosso companheiro do Amazonas, o Edivar. Ele não estava aqui na hora em que a gente iniciou; então, a gente não discutiu a



Meta 11, aguardando a chegada dele. Agora ele já está, então, nós vamos retomar a Meta 11.

*Proposta 11: Implantar e implementar CRAS, gradativamente, em todos os municípios, em territórios com presença de situações de vulnerabilidade, inclusive em comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos e fronteiras, na zona rural e urbana. Essa é a redação da proposta 11. Com a palavra o Edivar.*

**Edivar dos Santos Almeida – Fundação Boas Novas/AM:** *Meta 11: ...gradativamente, em todos os municípios, em territórios com presença de situações de vulnerabilidade, inclusive em comunidades indígenas, quilombolas, afrodescendentes e outras minorias raciais.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O senhor está acrescentando, só para a gente entender, depois de quilombolas, afrodescendentes e minorias raciais? Olha se eu posso encaminhar dessa forma:

*Proposta 01: manutenção do texto que veio da Relatoria Geral e foi discutido nos grupos.*

*Proposta 02: Implantar e implementar CRAS, gradativamente, em todos os municípios, em territórios com presença de situações de vulnerabilidade, inclusive, em comunidades indígenas, quilombolas, afrodescendentes e minorias raciais, assentamentos e fronteiras, na zona rural e urbana.*

É isto? Vamos votar? Proposta 01, quem concorda faça o favor de levantar o cartão para manutenção do texto. Proposta 02 com a contribuição do Edivar? Manutenção do texto ganhou.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos para a Meta 18, BPC. *Proposta 01: manutenção do texto da forma que foi encaminhada pela Relatoria. Eu vou pedir à Rosângela para ler a proposta 02. E aí eu encaminho.*

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** *A proposta 02 foi uma proposta construída de um consenso. É o que está na tela: Alteração do critério de renda per capita familiar de ¼ para ½ salário mínimo, a curto prazo, e 01 salário mínimo a longo prazo, e ainda garantir acesso a BPC para cônjuge, companheiro ou companheira idoso e idosa que receba benefício da seguridade social, aposentadoria por contribuição de até dois salários mínimos e que se constitui na única renda familiar. Então, há uma proposta que veio dos grupos que é a proposta 01 e essa é a proposta 02. Há uma proposta que veio dos grupos, de inclusão. Seria importante, Ronaldo, ler a proposta de inclusão.*

*Proposta de inclusão: Alteração do critério de renda per capita familiar de ¼ para ½ salário mínimo, a curto prazo, e 01 salário mínimo a longo prazo, independente da renda per capita, conforme determina a Constituição Federal.*





(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Pois não companheira?

**Cleonice Maria Menezes – CMDCA/BA:** Eu sou Cleonice, da Bahia. Eu quero deixar bem claro que essa proposta quando fala do cônjuge, companheiro, e até aposentadoria do contribuinte, isso é uma realidade de sul, não é uma realidade do nordeste. Aonde é que fica o agricultor, o aposentado como agricultor que não tem direito à concessão do BPC?

(Fala fora do microfone)

**Cleonice Maria Menezes – CMDCA/BA:** Exatamente. Ali. Leia ali em baixo: *a concessão do BPC*. Então, se é para conceder um BPC para quem tem até dois salários mínimos como contribuinte, porque não para o agricultor que não é contribuinte?

(Fala fora do microfone)

**Cleonice Maria Menezes – CMDCA/BA:** Ele não é contribuinte.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/BA:** Por favor, vamos aos nossos três minutos.

(Fala fora do microfone)

**Cleonice Maria Menezes – CMDCA/BA:** Leia lá. Olhe a redação. Está específico a quem é contribuinte. E aí onde é que fica o agricultor? A realidade do sul é completamente diferente da realidade do nordeste, do sertão. É lógico que é.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está aí garantido o desabafo da companheira do nordeste.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Isso é proposta nova e nós não vamos encaminhar. Está certo. Nós vamos apresentar o que vocês apresentaram e a proposta que veio dos grupos. Você está de acordo com este encaminhamento, ou não? Pois não, Marcos.

**Marcos Antonio Castilho Carneiro – Federação Nacional das Associações Pestalozzi/RJ:** É apenas um esclarecimento. O idoso agricultor que não é contribuinte já é beneficiário do próprio BPC; então, é só esse o esclarecimento. Não tem nenhuma discussão contrária disso.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Proposta 01 é a manutenção do texto. Proposta 02 são as alterações que a Rosângela leu e que foi de consenso das pessoas que contribuíram.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos ler de novo então.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** Companheira? Foi garantida a sua intervenção.

*Proposta 02 – eu vou ler só a alteração - Alteração do critério de renda per capita familiar de ¼ para ½ salário mínimo, a curto prazo, e 01 salário mínimo a longo prazo, e ainda garantir acesso a BPC para cônjuge, companheiro ou companheira idoso e idosa que receba benefício da seguridade social, aposentadoria por contribuição de até dois salários mínimos e que se constitui na única renda familiar. Aí vem a proposta de inclusão: Alteração do critério de renda per capita familiar de ¼ para ½ salário mínimo, a curto prazo, e 01 salário mínimo a longo prazo, independente da renda per capita, conforme determina a Constituição Federal. Então, são estas as questões apresentadas.*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A proposta 01 é a proposta do jeito que está no texto, ou seja, se a gente aprovar a proposta 01, automaticamente nós estaremos aprovando a redação de inclusão. É o que está no texto de vocês. A proposta 02, que foi consenso do pessoal que discutiu, altera a proposta de inclusão. Eu pergunto ao Plenário: Podemos votar? Levante o cartão quem está esclarecido para votar porque esta questão é polêmica. A maioria está esclarecida. Proposta 01: Quem concorda? Proposta 02?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Em processo de votação a gente não abre o microfone. Eu perguntei e a maioria falou que estava esclarecida. E, pelo que a Mesa entendeu, a proposta que ganhou foi a proposta 02, a nova redação.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu expliquei. A proposta 01 é a redação do jeito que veio dos grupos, incluindo a inclusão.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A proposta 02 é a alteração. Então?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu expliquei. Eu não vou entrar nesse mérito.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Mesa perguntou à Plenária e a maioria, quase que absoluta, votou dizendo que estava esclarecida.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A votação está garantida. Proposta 02, foi a que teve alteração. Nós vamos caminhar para frente.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Já resolvemos uma de inclusão, agora tem outra que é sobre o BPC.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós temos mais duas propostas de inclusão na Meta 18. Nós falamos da primeira inclusão.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Qual é a questão de ordem?

**Participante não identificado:** Inclusive, não caberia essa minha questão de ordem porque nós estamos em fase de votação. Não dá para deixar o pessoal interpelar na hora em que está correndo. Por favor, solicito à Mesa que não deixe mais ninguém interpelar.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Perfeitamente.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, por favor, acatem a posição do colega.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós agora temos uma outra questão que nós precisamos votar, que é a *segunda inclusão: Não computar o valor do BPC no cálculo da renda per capita familiar, para efeitos de concessão do benefício a outro membro da família*. Essa é uma redação de inclusão que veio dos grupos e nós precisamos votar. Nós estamos votando a segunda inclusão. Eu pergunto ao Plenário: Estão esclarecidos para votar? Levantem o cartão. Quem concorda com esta inclusão levante o cartão de votação. Quem discorda? Abstenção? Está feita a inclusão do item.

*A terceira inclusão é: Criar mecanismos para a fiscalização da concessão e manutenção do BPC. É a última inclusão da Meta 18. Vocês estão com este documento na mão. Eu pergunto ao Plenário: Estão esclarecidos? Em regime de votação! Quem concorda com esta inclusão levante o cartão. Quem discorda? Abstenção? Aprovada a inclusão. Nesse sentido, nós acabamos de aprovar a Meta 18.*

A Ana Lígia está me perguntando a questão do INSS. A questão do INSS não entrou porque é proposta nova, então, vai ficar: *inserção do profissional de Serviço Social na equipe de avaliação para concessão do BPC*. É o texto original. Está certo?



(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** [...] *Meta 15:* Eu vou ler a original e a Rosângela vai ler as propostas apresentadas no Plenário.

*Proposta 15, original:* Erradicar o trabalho infantil e consolidar o PETI de modo a cobrir 100% de sua demanda.

Tem uma proposta de adequação, que na verdade, substitui essa que eu li. Eu estou explicando que essa é uma proposta só.

*Proposta de adequação:* Consolidar e fortalecer o PETI, de modo a cobrir 100% de sua demanda, e implementar plano específico de monitoramento permanente, visando erradicar o trabalho infantil. Esse é o texto da adequação. As propostas que foram apresentadas à Plenária, Rosângela vai ler.

**Rosângela Dias Oliveira Paz – Conselheira do CNAS:** Temos duas propostas que vieram aqui da discussão do Plenário.

*Proposta 01:* Consolidar e fortalecer ações de combate ao trabalho infantil de modo a cobrir 100% de sua demanda, e implementar plano específico de monitoramento e permanente dessas ações.

*Proposta 02:* Consolidar e fortalecer o PETI, de modo a cobrir 100% de sua demanda, e implementar plano específico de monitoramento permanente e efetiva geração de emprego e renda aos responsáveis legais, visando erradicar o trabalho infantil. Então, nós temos três propostas. A de adequação – que é a que está em azul – e as duas propostas em vermelho que vieram agora da Plenária.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu consulto o Plenário: podemos votar nas três? Proposta 01 é a adequação apresentada no documento, quem concorda? Proposta 02 é aquela questão da consolidação e fortalecimento? Proposta 03, a que está no telão.

Nós vamos retomar a votação, porque as propostas 02 e 03, pela Mesa, deram empate. A proposta 01 está excluída. Vamos lá.

Eu vou pedir ao pessoal para mudar. Coloquem, onde tem proposta 02, proposta de 01. E a proposta 02, embaixo.

*Proposta 01:* Consolidar e fortalecer ações de combate ao trabalho infantil de modo a cobrir 100% de sua demanda, e implementar plano específico de monitoramento e permanente dessas ações.



*Proposta 02: Consolidar e fortalecer o PETI, de modo a cobrir 100% de sua demanda, e implementar plano específico de monitoramento permanente e efetiva geração de emprego e renda aos responsáveis legais, visando erradicar o trabalho infantil.*

Plenária? Podemos votar nas duas? Proposta 01. Por favor, levante bem alto o cartão para votar nessa proposta. Proposta 02, alto. Ganhou a proposta 02. A redação da proposta 02.

Está terminando *Gestão*. Já votamos a proposta 18 e a proposta 20 está sendo digitada. Vamos para a proposta 21. Tem o Nelson, do Paraná e Johnross Jones Lima, de São Paulo. Temos duas intervenções.

*Meta 21: Promover a equidade de direitos, articulando as políticas socioeconômicas com as políticas sociais, para o atendimento das demandas de proteção social e para o enfrentamento da pobreza e da fome.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nelson.

**Nelson Luis Moraes – Prefeitura Municipal Almirante Tamandaré/PR:** A minha proposta é de acréscimo para esse texto, incluindo, ao final do texto, além de *enfrentamento da pobreza e da fome, e de exclusão*, porque a vulnerabilidade social não se resume, apenas, a pobreza ou fome, mas existem outras exclusões como, inclusive, as pessoas portadoras de deficiências, etc. Acho que cabe bastante aqui *exclusão*, também, *exclusão social*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O João está informando que o Johnross, de São Paulo, pediu destaque na proposta 22, e não na proposta 21. É isto? Então só tem essa proposta apresentada pelo Nelson. Proposta 01 é manutenção do texto conforme eu li. Proposta 02 é o texto mais, após *da fome, exclusão social*. Está claro para votar? Proposta 01, manutenção do texto. Quem concorda, levante o cartão. Proposta 02, alteração? Abstenção? Aprovada a alteração do texto.

Vamos para a Meta 22, agora, com Johnross, de São Paulo, Francisco, do Piauí e Denise, do Paraná. Pode ir, John.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu vou ler a *Meta 22*, para o pessoal acompanhar. Nós estamos tratando da seguinte questão: *Efetivar a intersetorialidade das políticas públicas, assegurando o acesso dos usuários da Assistência Social a serviços na área de saúde, educação, agricultura, habitação, segurança pública, trabalho e renda, inclusive a políticas voltadas para as questões de gênero, raça, etnia, geracionais, regionais, para pessoas com deficiência, dependentes de substâncias psicoativas e portadores de patologias crônicas.*



**Johnross Jones Lima – ABOMORAS/SP:** Com a permissão da Plenária e da Mesa, é uma colocação rápida, antes da minha sugestão. Quem trabalha na área do serviço prestado a pessoa em situação de rua, sabe o que eu vou estar dizendo. Eu trabalho com a reinserção dessas pessoas ao convívio social e o encaminhamento ao mercado de trabalho. A minha grande dificuldade foi que, até mesmo esse ano, eu fiquei com uma pessoa por mais de uma hora em óbito na instituição porque o serviço público de saúde demorou para poder mandar uma ambulância. Sempre que nós levamos as pessoas no hospital elas são tratadas com indiferença porque são pessoas em situação de rua, não são pessoas comuns como eu e você, são excluídos. Tem um índice, levantado na cidade de Mogi das Cruzes, que tem uma porcentagem dessas pessoas que não estão incluídas ao convívio social porque estão desempregadas. Elas não são adeptas do álcool nem das drogas, mas precisam de uma oportunidade de educação. Então, a minha sugestão é que seja acrescentado no final, após *portadores de patologias crônicas, pessoas em situação de rua*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Depois do Johnross, Francisco, do Piauí.

**Francisco/PI:** A nossa proposta é, apenas, uma inclusão das palavras *pesca e extrativismo* após a palavra *agricultura*, porque nós queremos aqui contemplar oito milhões de pescadores e pescadoras e pessoas que trabalham em extrativismo nesse país. É só isso. Muito obrigado.

**Ronaldo Camargo:** O próximo. Denise, do Paraná.

**Denise/PR:** Só o início da redação: *Articular a promoção da intersetorialidade das políticas públicas como o objetivo de assegurar o acesso dos usuários da Assistência Social aos serviços nas áreas de Saúde, Educação, Agricultura e daí já acrescentaria, pesca e extrativismo, habitação, segurança pública, trabalho e renda e está sendo pedido para acrescentar, também, esporte e lazer. Também concordo com o acréscimo, embaixo, de pessoas em situação de rua. A idéia é que a Assistência Social sozinha, como política pública, não tem a possibilidade de efetivar a intersetorialidade, mas ela é responsável por articular a promoção desta intersetorialidade para incluir os seus usuários nas demais políticas públicas.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Encaminhamento.

**João Teixeira da Silva Filho – CMAS/MG:** Boa tarde. Eu sou o João Teixeira, de Minas Gerais. Minha questão de encaminhamento é pedir à Mesa que, quando tiver mais de um destaque, como está acontecendo agora, que eles se reúnam antes, porque assim teria só uma apresentação. Se a gente colocar em votação por destaque um vai prejudicar o outro, e todos três são necessários. Então, que se faça uma reunião prévia, quando tiver mais de um destaque, para ver se gera um consenso e se apresenta uma proposta só. E que a Mesa, quando receber a proposta de consenso, não fique voltando a ela para perguntar se está bom e se atendeu, mas ponha em votação. A Plenária decide no voto porque faz o consenso e depois volta atrás. A gente fica perdendo aí.





**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Meu querido companheiro, nós da Mesa temos que abrir o microfone para todas as pessoas que fizerem destaque. É o direito que elas têm de explicitar a sua posição. O encaminhamento é, após explicitação, orientar que se faça um consenso e se preencha uma proposta, mas antes das pessoas apresentarem destaque não tem como se fazer uma discussão de reunião para se apresentar uma única proposta, porque o Plenário, como um todo, tem que tomar conhecimento das questões em que as pessoas estão pedindo destaque. É só por encaminhamento, para a gente ser democrático. Agora, com relação a essa questão nós vamos acatar, sim.

Eu estou entendendo que nós estamos com duas propostas. Nós temos a proposta do nosso companheiro Johnross, que inclui *pessoas em situação de rua* no finalzinho, nós temos a proposta de incluir *pesca e extrativismo*, e nós temos a proposta da Denise que é incluir *esporte e lazer* e ela concorda com as duas outras alterações. Nesse sentido, nós temos duas propostas. Nós não estamos vendo divergência nas propostas. É a manutenção do texto e as alterações que foram apresentadas que só contribuem com o texto. A Mesa pergunta: Podemos encaminhar dessa forma? A proposta 01 é a manutenção do texto do jeito que veio pela Relatoria. Quem aprova a proposta apresentada pela Relatoria levante o cartão de votação. A proposta 02 é com as alterações apresentadas. Abstenção? Estão aprovadas as alterações: *pesca e extrativismo, esporte e lazer e população em situação de rua*.

Agora nós estamos devendo só uma proposta para terminar o *Eixo Gestão*, que é a Meta 20. A Meta 20 é aquela em que nós tivemos destaque da Domingas, da Denise, do Paraná, do André, do Edivar e da Ieda.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Logo após, é *Recursos Humanos* e eu peço ao pessoal que se não distribuiu o material de *Recursos Humanos* já pode soltar para o Plenário o relatório. Já distribuíram? Então, logo em seguida nós vamos entrar direto no *Recursos Humanos*. Quem não tiver é só levantar o braço que as moças entregam para vocês.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Os Conselheiros estarão aqui. O Rogério e a Cláudia Sabóia podem ajudar.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não precisa sair. Podem ficar sentados que o pessoal vai até o local e entrega.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Por favor, o texto de *Recursos Humanos*.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É porque tem assim: Gestão de Pessoas.



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O título é Gestão de Pessoas.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ouviram, Rogério e Cláudia, onde tem Gestão de Pessoas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu vou ler para vocês a Meta 20 da *Gestão* conforme está no Relatório e depois nós vamos apresentar a alteração que foi apresentada pelos companheiros e companheiras.

*Meta 20: Definir uma política de parcerias com entidades e organizações de Assistência Social, sem fins econômicos, que contemple: regulamentação do Artigo 3º da LOAS, novas diretrizes e regras para a concessão de títulos de utilidade pública, revisão dos critérios para inscrição de organizações nos Conselhos de Assistência Social Municipais, Estaduais e Nacional, promoção da isenção das organizações com vínculos SUAS dos encargos sociais patronais, estendendo para esses efeitos o caráter público dos serviços conveniados, apoio técnico as organizações para elaboração dos seus planos de trabalho, e padrões de funcionamento.* Esta é a Meta 20, conforme apresentada no Relatório pela Relatoria Geral. Nós temos 03 propostas de alteração desta Meta.

*Proposta 02, que foi consensuada no grupo: Definir uma política de parcerias com entidades e organizações de Assistência Social, de fins não econômicos, que contemple: regulamentação do Artigo 3º da LOAS, novas diretrizes e regras para a concessão de títulos de utilidade pública, revisão dos critérios para inscrição de organizações nos Conselhos de Assistência Social Municipais, Estaduais e Nacional, novas regras e diretrizes para promoção de isenção dos encargos sociais patronais para as entidades e organizações de Assistência Social com vínculo SUAS, apoio técnico às organizações e entidades de Assistência Social para elaboração dos seus planos de trabalho, padrões de trabalho e padrões de funcionamento.*

*Proposta 03, do Edivar. É igual à original, porém a única coisa que altera é: depois de inscrição de organizações nos Conselhos de Assistência Social Municipais, Estaduais e Nacional, acrescenta tomando-se como base o art. 09 da LOAS.*

*Proposta 04, da Ieda: Definir uma política de parcerias com entidades e organizações de Assistência Social, sem fins econômicos, que contemple: regulamentação do art.3º da LOAS, novas diretrizes e regras para a concessão de títulos de utilidade pública, revisão dos critérios para inscrição de organizações nos Conselhos de Assistência Social Municipais, Estaduais e Nacional, apoio técnico às organizações para elaboração dos seus planos de trabalho e padrões de funcionamento.* Esta proposta 04, da Ieda, suprime somente uma frase do texto original, que é *promoção da isenção das organizações com vínculos SUAS dos encargos sociais patronais, estendendo para esses efeitos o caráter público dos serviços conveniados.* Então, a Ieda suprime esta parte. Nós temos quatro propostas. Foi pedido esclarecimento. Pois não.

**Participante não identificado:** Queria solicitar, se possível, que a Mesa desse um esclarecimento, porque esse texto base que veio da Relatoria tem como base discussões



que já foram feitas pelo Conselho. Se fosse possível algum de vocês falar como foi o processo, o que está previsto para vir, talvez facilitasse o entendimento das propostas. Obrigado.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Perfeitamente. Eu vou pedir à Conselheira Rosângela, que por sinal está contribuindo na coordenação da Mesa, para que ela faça o esclarecimento solicitado.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** São esclarecimentos sobre a Meta 20. O espírito da Meta 20, a essência dela, é a discussão de uma política de parceria com as entidades e as organizações de Assistência Social. Ela está envolvendo vários aspectos, que vão desde a regulamentação do art.3º, até à questão da utilidade pública e dos critérios e procedimentos para a isenção. Então, o espírito, a idéia central desta Meta 20 é a política de parcerias. Nós temos, para que fique claro, esta proposta que veio referendada pelos grupos, a proposta 02, que foi um consenso entre uma parte das pessoas que fizeram intervenção; a proposta 03 acrescenta a questão do art.9º da LOAS; e a proposta 04 suprime a questão da promoção da isenção das organizações dentro deste texto.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Esclarecido? Perfeito. Eu pergunto ao Plenário, com muita tranquilidade, porque é a última questão, se nós estamos esclarecidos para votar nestas quatro propostas que nós apresentamos. Eu vou, pausadamente, apresentar as questões. Não vou ler, porque eu já li. A proposta de 01 é a proposta do texto apresentada pela Relatoria Geral. A proposta 02 é a proposta de consenso das pessoas e que está no telão com as alterações. A proposta 03 acrescenta: *tomando como base o procedimento estabelecido no art.9º da LOAS*. E a proposta 04, que é a da Ieda, é a supressão daquela parte: *estendendo para esses efeitos o caráter*. É aquela parte de vermelho ali. Eu pergunto: quem vota na proposta 01 faça o favor de levantar o cartão de votação. Proposta de 02? Proposta 03? Proposta 04? Ganhou a proposta 02.

Nesse sentido, nós encerramos o *Eixo Gestão do SUAS*.

### ***Recursos Humanos***

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Por favor, peguem o documento de *Recursos Humanos*. O Ademar vai coordenar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Rosângela?

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Eu vou fazer a leitura da folha que vocês tem. É uma folha com seis metas e tem uma correção que já foi dita. É deliberação. Onde vocês lêem *Gestão de Pessoas*, substituir por *Gestão de Recursos Humanos*.



**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Da mesma forma que eu fiz a leitura das Metas eu vou, também, dizer o prazo. Se é de curto, médio ou longo prazo. Então, peguem um lápis ou uma caneta para anotar. Retomando: eu vou ler, devagar, as Metas. No final de cada Meta eu vou dizer o prazo (Curto, Médio ou Longo) e de quem é a competência (Município, Estado, Distrito Federal e União). O pessoal aqui está pedindo para que quem for fazer destaque o faça durante a minha leitura. Terminada a leitura, encerra o prazo de destaque. Venham aqui na Mesa procurar o João Paulo, A Simone ou o Marcelo. Vamos lá.

*Gestão de Recursos Humanos: Deliberações.*

*Meta 01:* Implantar e implementar política de capacitação continuada e valorização de profissionais, conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não-governamentais, usuários, entre outros atores, orientada por princípios éticos, políticos, profissionais, para garantir atendimento de qualidade. A proposta é que a Meta seja de curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo. Algum destaque nesta Meta? Um destaque.

*Meta 02:* Construir e implementar política de gestão de recursos humanos, inclusive com a criação de planos de carreira, cargos e salários.

*Proposta de adequação:* Construir e implementar política de gestão de pessoas, então, recursos humanos, mediante a elaboração e aprovação da Norma Operacional Básica, e criação de planos de carreira, cargos e salários com a participação dos trabalhadores nas decisões dos processos de trabalho. Esta é uma proposta para curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo.

*Meta 03:* Ampliar o quadro de profissionais e técnicos da área mediante concurso público. Proposta de curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo. Destaque? Tem um destaque na três.

*Meta 04:* Afiançar política de recursos humanos que garanta: a. melhoria das condições de trabalho;

b. isonomia salarial;

c. definição da composição de equipes multiprofissionais, formação, perfil, habilidades, qualificação e etc;

d. definição de piso salarial e benefícios para as categorias profissionais da área de Assistência Social em articulação com os conselhos de classe e sindicatos.

Esta é uma proposta de curto prazo e de responsabilidade das três esferas de governo. Há propostas de destaque? Sem destaque na Meta 04.

*Meta 05:* Dotar o órgão gestor e as equipes de condições adequadas de trabalho quanto a: espaço físico, material de consumo e permanente (equipamentos e veículos). Proposta de meta a curto prazo e responsabilidades das três esferas de governo. Algum destaque nesta Meta? Ele diz que ainda estão trazendo destaque.

*Meta 06* é uma proposta de inclusão, uma meta nova: O Governo Federal deverá apresentar Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para permitir que os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social possam co-financiar o



pagamento de salários do quadro efetivo de trabalhadores da Assistência Social dos Estados, DF e Municípios, de acordo com critérios e limites a serem estabelecidos em lei que deverá ser amplamente discutida com todas as esferas de governo e instâncias parlamentares e com a sociedade civil, trabalhadores, entidades e organizações de Assistência Social e usuários. Não foi proposto prazo. Foi proposta responsabilidade da União. Tem destaque.

Eu peço um balanço dos destaques. Marcelo, JP já tem um balanço? Um minuto para o balanço.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O destaque é na leitura.

**Rosângela Dias Oliveira Paz – Conselheira do CNAS:** O Marcelo está trazendo. Eu devolvo a palavra para o Ademar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos verificar.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Esperem um pouco. É porque depois as pessoas estão vindo para fazer destaque. É o que a gente já orientou anteriormente.

(Fala fora do microfone)

[...]

**Participante não identificado:** [...] dentro dos nossos objetivos, desde segunda feira todos nós estamos aqui. Eu sugiro um complemento da frase, colocando *atendimento de qualidade na Assistência Social enquanto política pública*. Essa é a minha sugestão.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Esclarecida, Plenária? Então, nós temos três propostas: Proposta 01, que é manutenção do texto; Proposta 02, que suprime *usuários* e acrescenta *prestadores de serviços voluntários da sociedade civil*; Proposta 03, que depois de *atendimento de qualidade* acrescenta *atendimento de qualidade na Assistência Social enquanto política pública*. Vamos ler, agora, a proposta como um todo em função dos nossos amigos deficientes visuais. Diga, Carlos Rogério.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Não, nós estamos lendo. Se alguém solicitar não há problema.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Para que todos estejam esclarecidos vamos ler toda a proposta.



*Proposta 01: Implantar e implementar política de capacitação continuada e valorização de profissionais, conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não-governamentais, usuários, entre outros atores orientada por princípios éticos, políticos, profissionais para garantir atendimento de qualidade.*

*Proposta 02: Implantar e implementar política de capacitação continuada e valorização de profissionais, conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não-governamentais, prestadores de serviços voluntários da sociedade civil, entre outros atores, orientada por princípios éticos, políticos, profissionais para garantir atendimento de qualidade.*

*Proposta 03: Implantar e implementar política de capacitação continuada e valorização de profissionais, conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não-governamentais, usuários, entre outros atores, orientada por princípios éticos, políticos, profissionais para garantir atendimento de qualidade atendimento de qualidade na Assistência Social enquanto política pública.*

Pergunto: Está esclarecida a Plenária? Em Regime de votação! Proposta 01? Proposta 02? Proposta 03? Abstenção. Venceu a proposta 03.

Na Meta 02 estão inscritos vários. Pode citar, Rosângela.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Renato Mendes (Goiás), Michelle Campos (Sergipe), Kátia (Minas Gerais), Olavo (Pará), Beatriz (Distrito Federal), Marcos Castilho (Rio de Janeiro). Então, nós temos seis pessoas pedindo destaque.

**Renato Mendes de Oliveira – FUMDEC/GO:** Todas as pessoas que pediram destaque vão fazer uma proposta de consenso e apresentar. Nós pediríamos que a Mesa passasse para a próxima. Pode ser?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ótimo.

*Meta 03: Ampliar o quadro de profissionais e técnicos da área mediante concurso público.* Temos inscritos a Michelle Campos, o Vanderlei e a Maria Aparecida. Por favor, os seus destaques. Michelle. Na Meta 03.

**Michelle Marry Costa Campos – Abrigo Dr. Vilton Feitosa/SE:** Nós fizemos uma proposta de consenso. Eu Michelle Campos, de Sergipe e Maria Aparecida, de São Paulo. E ficaria assim o texto: *Ampliar o quadro de profissionais de Serviço Social e técnicos da área mediante concurso público, e garantir que os órgãos gestores da Assistência Social, nas três esferas de governo, possuam assessoria técnica.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Repete de forma calma para o pessoal por lá no telão.

**Michelle Marry Costa Campos – Abrigo Dr. Vilton Feitosa/SE:** *Ampliar o quadro de profissionais de Serviço Social e técnicos da área mediante concurso público, e garantir que os órgãos gestores da Assistência Social, nas três esferas de governo,*





*possuam assessoria técnica.* Uma vez que nós somos os protagonistas da Assistência Social, nós temos que garantir isto.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Esta é uma proposta de consenso? Então, nós temos duas propostas. A Proposta 01: *Ampliar o quadro de profissionais e técnicos da área mediante concurso público*, e a Proposta 02 de consenso dos três destaques: *Ampliar o quadro de profissionais de Serviço Social e técnicos da área mediante concurso público e garantir que os órgãos gestores da Assistência Social, nas três esferas de governo, possuam assessoria técnica.* Esclarecidos?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Rogério está pedindo uma intervenção. É isso, Rogério?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Carlos Rogério.

**Carlos Rogério de C. Nunes/SP:** Na proposta 02 eu conversei com as companheiras. Na primeira linha, depois de *Ampliar o quadro de profissionais... na área de Assistência.* Tem que colocar *Assistência* em cima e depois, embaixo.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** *Ampliar o quadro de profissionais de Assistência Social.* É isso, Rogério?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** De Serviço Social mesmo? Correto. *Ampliar o quadro de profissionais de Serviço Social e técnicos da área mediante concurso público, e garantir que os órgãos gestores da Assistência Social, nas três esferas de governo, possuam assessoria técnica.* É isso?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tem consenso aí?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Cida está pedindo para fazer uma defesa. Se eu não me engano, é da manutenção do texto, Cida? É.

(Fala fora do microfone)



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção no seguinte. Os três chegaram num consenso? A proposta está correta ali? Há a proposta 01 e a proposta 02 que foi de consenso. Há uma solicitação à Mesa que é de defesa para a manutenção.

(Fala fora do microfone)

**Maria Aparecida:** Existe uma luta, uma disposição e inclusive, deliberações de que a área da Assistência Social é uma área que deve conter profissionais para além do Serviço Social, deve conter pedagogos, psicólogos, e há grupos que defendem outros de acordo com a situação local, portanto, nós defendemos manter *Ampliar o quadro de profissionais...*, manter o que está no nosso Relatório.

(Fala fora do microfone)

**Maria Aparecida:** É o que está aqui: *Ampliar o quadro de profissionais e técnicos da área da Assistência Social mediante concurso público.* Eu, pessoalmente, concordo com a demanda, que pode ser mantida, na minha opinião, mas limitar ao Serviço Social não faz parte da nossa discussão contemporânea sobre a prestação de serviço na área da Assistência. Nós vamos além do Serviço Social. É fundamental o serviço, porém vamos além.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Cida? Por favor. Faça a redação e mande porque, na verdade, nós vamos ter três propostas.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Aqui embaixo vai ser assegurada a fala das pessoas, mas primeiro temos que organizar as propostas. Cida fez uma terceira proposta.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Gente, tem que falar no microfone porque nós não estamos entendendo o que vocês falam. Tem muito barulho na frente e nós não compreendemos. Por favor, existe uma Mesa aqui formada por João Paulo, Simone e Marcelo que estão dirimindo estas questões, os demais ajudem.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Quem é a próxima pessoa que está pedindo uma questão de esclarecimento ou de ordem?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Não é o momento de defesa agora. A gente quer esclarecer.



**Pessoa não identificada:** Exatamente. Meu nome é...

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Por favor, Cida.

**Participante não identificada:** Por gentileza, eu te ouvi, agora eu peço, encarecidamente, que me ouça. Eu sou Assistente Social e eu quero colocar o seguinte: Porque que foi colocado *ampliar o quadro de profissionais e técnicos*? Eu, como Assistente Social, me coloco da seguinte maneira: eu nunca vi um pedagogo administrar um hospital e sim um administrativo ou um médico. Então, por isso é que nós colocamos isso aqui e eu faço questão que nós, enquanto Assistente Social, profissional Assistente Social, brigemos por nosso espaço e os técnicos das áreas afins no projeto, mas o Assistente Social tem que ficar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção Plenária! Nós temos duas propostas. A Mesa tem a informação de que não houve destaque da Cida que fez agora a terceira proposta. Foi uma outra Cida. Então, nós temos duas propostas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Infelizmente, Cida, de Belo Horizonte, você não fez destaque na proposta.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Cida, nós já deixamos você falar.

**Maria Aparecida:** Uma questão de ordem. Eu não vim à Mesa para fazer destaque, eu vim à Mesa garantir uma defesa para a manutenção da proposta original e uma defesa para a manutenção da outra proposta. Quando me deram o microfone eu me senti contemplada nisto.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós temos duas propostas. Está marcado três, mas não houve a terceira. Nós temos duas.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A terceira não existe. Ela já esclareceu que não fez a proposta, foi apenas uma defesa. Por favor, Rosângela, tire a terceira proposta para não criar problema. Os autores da proposta de 02 querem fazer um esclarecimento. Só um instante que eu vou dar a sua questão de ordem. Só para esclarecermos sobre a proposta, quem vai falar?

**Participante não identificada:** Ali onde está escrito *e técnicos da área*, nós acrescentaríamos *de outras áreas*.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** *Ampliar o quadro de profissionais de Serviço Social e técnicos de outras áreas, e aí segue.*

**Participante não identificada:** *profissionais de outras áreas, seria isso?*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Mesa tinha concedido uma questão de ordem para o rapaz que está aqui. Por favor.

**Participante não identificado:** Eu gostaria de fazer uma questão de ordem porque foi colocado por uma pessoa que eu conheci, que tem boas intenções, mas ela foi infeliz na fala quando tenta monopolizar a atuação da Assistência Social. Não se pode pensar Assistência Social sem trabalhar com Educação e com Saúde. Eu sei que vocês são graduados nesse sentido de trabalhar com Assistência Social, mas nós também, que trabalhamos com Educação, somos graduados e temos que ser respeitados na nossa posição. Então, quando colocam ali “*profissionais de Serviço Social e profissões afins*”.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Isso é mais questão de ordem. Atenção, Plenária! Nós temos duas propostas. Eu pergunto à Plenária: estão esclarecidos para votar? Levantem o crachá para a gente identificar. Proposta 01 do texto original: *Ampliar o quadro de profissionais e técnicos da área mediante concurso público.* Proposta 02: *Ampliar o quadro de profissionais de Serviço Social e profissionais de áreas afins mediante concurso público e garantir que os órgãos gestores da Assistência Social das três instâncias possuam assessoria técnica.* Em processo de votação! Proposta 01? Proposta 02? Abstenção? Venceu a proposta 02.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu acho que a gente precisa de repactuar algumas coisas. A primeira questão é a seguinte: nós estamos abrindo uma discussão no Plenário para as pessoas que fizeram destaque. Eu peço que só venham ao microfone aquelas pessoas que fizeram destaque. Após o destaque eu vou consultar o Plenário da seguinte forma: Está esclarecido? Se não estiver, nós vamos abrir para defesa contrária e a favor da proposta. Nós não vamos aceitar propostas novas, isto já está consensuado. Nós não vamos voltar atrás. Então, que as pessoas façam destaque na leitura do documento, caso contrário, nós não vamos liberar o microfone. Não é questão de autoritarismo, é questão de seguir as regras que foram consensuadas com vocês, em respeito a vocês que aprovaram isso na parte da manhã. Eu peço a colaboração para que a gente possa terminar *Recursos Humanos* e entrar no próximo ponto que vai ser *Financiamento*.

*Meta 05: Dotar o órgão gestor e as equipes de condições adequadas de trabalho quanto a: a. espaço físico; b. material de consumo e permanente (equipamentos e veículos).*

Quem pediu destaque na Meta 05 foi Elaine, do MDS. Elaine? Por favor. Microfone para a Elaine.

**Elaine/MDS:** Eu tenho uma proposta de incluir o *item c* com a seguinte redação: *acesso a sistemas de informação e gestão do SUAS, inclusive, o cadastro único, de forma on-line e por outro meios.*



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você vai escrever e vai encaminhar? Só tem esse destaque da Elaine. Nós não vamos abrir o microfone para mais ninguém. Não tem mais destaque Enquanto a Elaine está mandando, vocês entenderam a proposta que ela apresentou no microfone? Não. Então, enquanto isso, eu vou para a Meta 06.

*Meta 06: O Governo Federal deverá apresentar Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para permitir que os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social possam co-financiar o pagamento de salários do quadro efetivo de trabalhadores da Assistência Social dos Estados, DF e Municípios, de acordo com critérios e limites a serem estabelecidos em lei que deverá ser amplamente discutida com todas as esferas de governo e instâncias parlamentares e com a sociedade civil, trabalhadores, entidades e organizações de Assistência Social e usuários. Eu chamo Maria Rodrigues, do Rio Grande do Sul e o Dario. São as duas pessoas que estão na Meta 06. O microfone pode ser repassado para a Maria Rodrigues.*

**Maria Rodrigues/RS:** Boa tarde. Eu quero propor a supressão deste item, desse texto. Eu sei que é um assunto polêmico, mas porque que a gente quer propor a supressão? Porque eu acho que o RH é recurso de custeio e não tem que sair do Fundo, porque as verbas para as ações, para as políticas já são tão poucas. E nós vamos tirar ainda recursos para recursos humanos? A gente sabe que o maior peso da folha dos municípios, dos governos, é o RH. Então, eu acho que a gente tem que ter isso bem presente, bem claro, que é para depois a gente não ficar reclamando lá na base que não se tem dinheiro para implementação das políticas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Maria sugere a supressão da Meta 06. Dario? Por favor, o microfone para o Dario.

**Dario:** A minha proposta é, simplesmente, trocar a palavra *governo* por *legislativo*.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Dario? Você tem proposta de prazo?

**Dario:** A proposta de prazo seria curto prazo.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Maria Rodrigues, do Rio Grande do Sul fez a proposta de supressão da Meta 06; o Dario está pedindo para substituir a palavra *governo federal* pelo *legislativo* e está apresentando como uma meta de curto prazo; e tem a manutenção do texto que foi apresentada pelos grupos, pela Relatoria Geral. Nós temos três propostas. A Simone está pedindo para fazer a defesa da manutenção do texto e nós vamos abrir para as outras propostas. Simone, você tem três minutos para fazer a defesa da manutenção do texto original.

**Simone:** Nós estamos fazendo um estudo sobre a política de recursos humanos na área da Assistência Social. Por quê? Porque o piso fixo da Saúde vai para os municípios para financiar o custeio e, quando chega no município, a Saúde tem um custo de tecnologia



muito diferente da Assistência Social. Então, o Secretário Municipal de Saúde pode gastar os recursos do Fundo Nacional de Saúde como compra de vacinas, esparadrapo, com a manutenção da Saúde, que é muito mais cara. No caso da Assistência Social, é uma política muito parecida com a política de Educação, no sentido de que o custo e a tecnologia mais cara da área da Assistência Social são os seus recursos humanos. Por que? O que é que acontece? Quem é gestão municipal aqui sabe disso. A gente passa o recurso e ou ele tem que fazer convênio com ONG ou ele tem que terceirizar o serviço. Por quê? Se ele não fizer isso ele vai comprar o quê? Comprar cartolina, ele vai alugar automóvel para fazer visita domiciliar, ele vai comprar ticket alimentação para os usuários, lanche. Isso é muito barato. A tecnologia mais cara da Assistência Social são seus recursos humanos, por isso a nossa proposta é que haja uma autorização institucional, legal, para que o Governo Federal possa repassar recursos que contribuam no co-financiamento de folha de pagamento de concursado. Essa é a proposta.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Bom. Eu pergunto para a Maria[...]

[...] abrindo para a manutenção. Você?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Para supressão?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Para a supressão.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É defesa para a supressão.

**Participante não identificada:** Devemos suprimir, pois assim a gente vai ter o risco de ter essa verba exclusivamente em recursos humanos. Assim, a gente vai deixar de estar investindo nos programas das entidades.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não, é a questão do tempo dela. Eu queria só dar uma informação para o meu amigo Dario que chegou aqui para nós na Mesa e que é uma questão legal. Quando é uma matéria que demanda recurso, não pode ser matéria do Legislativo. O Legislativo discute e aprecia, mas deve ser encaminhada pelo Executivo, Dario. Nesse sentido, eu pergunto: com esse esclarecimento você ainda mantém a sua proposta? Retirou a proposta por causa da questão legal. Você tem uma dúvida? Então, vamos lá, João Paulo.

**João Paulo:** Eu tenho uma dúvida. Eu sou Delegado. A Simone me convenceu pelo argumento da necessidade da contratação, mas me deixou uma dúvida. Eu gostaria de pedir para a Mesa ou ao proponente da redação que, a partir do momento que nós abrimos um precedente em deixar a contratação por um Fundo Nacional de Assistência, de repente eu não abra um precedente para que outros Fundos que existem em outros ministérios virem prática, como acontece hoje na Educação, que começa a querer patrocinar a terceirização e a precarização de serviços.





**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** João Paulo, você não fez esclarecimento, você fez defesa.

**João Paulo:** Mesa? Eu estava pedindo a atenção da Mesa. Eu quero saber se não vai abrir um precedente em todas as linhas de financiamento. Nós temos que criar uma lógica para a contratação. É isso.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu queria fazer uma correção, porque já chegou outra informação para o Dario. Meu companheiro Dario, chegou uma informação para nós, as informações são *on-line*, que como é proposta de emenda parlamentar, constitucional, cabe ao deputado Legislativo fazer, sim. Eu pergunto: Você mantém a sua proposta? Mantém.

Nós abrimos defesa para as três propostas. Nós temos três propostas, eu vou apresentá-las e consulto o Plenário: Estamos esclarecidos e podemos encaminhar a votação? Levantem o cartão.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tem uma pessoa na Plenária que está pedindo esclarecimento há algum tempo.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Isso. Nós vamos te dar agora.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tem uma pessoa que pediu esclarecimento, depois uma questão de ordem que já estava inscrito. Carlos Rogério.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** A proposta 01 teve defesa de proposta, a proposta 02 teve defesa de proposta, a proposta 03 Dario manteve, mas ninguém defendeu a proposta. Eu estou defendendo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Você quer defender a proposta?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Proposta 03.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Se o Dario não quiser, eu me proponho.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Rogério, ele concordou. Só um instante, Carlos Rogério. Você está assegurado. O Nelson pediu uma questão de ordem.

**Nelson:** De esclarecimento e encaminhamento mesmo, se me permite. Quando a Mesa coloca que temos três propostas, seria o caso de nominar as propostas primeiro para



depois pedir se estamos esclarecidos, porque eu não concordo, por exemplo, com a supressão que foi defendida ontem.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Acatado. Carlos Rogério fará agora a defesa da proposta feita pelo Dario.

**Carlos Rogério de C. Nunes – Conselheiro do CNAS:** Delegados e Delegadas, a proposta 03 é idêntica à proposta 01. A diferença é que propõe que o Legislativo deverá apresentar, porque isso tudo que diz orçamento tem que passar pelo Congresso Nacional. Ela também, está colocada *a curto prazo*, e nós devemos ter em mente o seguinte: se não houver recursos para contratação de pessoas, como é que os pequenos municípios, que não têm recursos para praticamente nada, vão fazer para implementar a Política Nacional de Assistência Social? Nós estamos fazendo aqui um esforço muito grande, construindo essa Política, construindo esse Plano Nacional de 10 anos para, quando chegar lá no município, ver vários companheiros e companheiras dizer que é o primeiro danismo, quem manda é o primeiro danismo. Nós queremos o Estado, queremos recursos públicos, queremos recursos para que contrate pessoas capacitadas, qualificadas para implementar a Política Nacional de Assistência Social. Muito obrigado.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Acatando a sugestão porque de fato...

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não, eu não vou abrir porque eu vou consultar o Plenário. Companheira, eu vou consultar o Plenário. Nós temos três propostas. Uma é a redação do texto. A segunda proposta é a supressão do texto. A terceira proposta é a alteração do texto *governo federal* por *legislativo*. Nós abrimos aqui defesa para as três propostas. Eu pergunto ao Plenário: Abrimos mais defesas em relação às propostas? Obrigado.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É questão de ordem ou é defesa? Se for defesa nós vamos cortar o microfone.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Plenária vai ter que dizer qual é a questão de ordem, se a Mesa não está encaminhando adequadamente.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Pode passar. Questão de ordem.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É o que diz o Regimento. Qual é a questão de ordem?



**Participante não identificada:** A minha questão de ordem é a seguinte: é preciso haver oportunidades iguais, porque o último moço que falou aqui falou que ia defender e não fez isso. Oportunidades iguais, e vamos deixar de patrulhamento.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Rogério, você não fez a defesa da proposta do Dario? Plenária, vocês entenderam que o Rogério fez a defesa da proposta do Dario? Então pronto.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** O Nelson tem outra questão de ordem. Nós só queremos ouvir a questão de ordem para ver se as pessoas estão identificando qual é a ordem.

**Nelson:** Mesa, até agora a Mesa não encaminhou de nenhuma forma esse tipo de votação, de supressão. Acho que não cabe a nós.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu vou falar agora.

**Nelson:** Não cabe. Nós temos que votar se aprovamos ou não aprovamos.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Mas é isso. A Mesa nem pode encaminhar.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu não encaminhei porque nós abrimos para discussão, companheiro. Eu vou esclarecer agora.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Plenária tem que deixar a gente encaminhar para depois dizer qual é a questão de ordem.

**Ronaldo Camargo:** Nós vamos encaminhar da seguinte forma: eu vou ler as três propostas.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** Você está se retirando, Dario? Então, nós temos duas propostas na Meta 06. Prestem atenção!

*Proposta de 01 de inclusão: O Governo Federal deverá apresentar Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para permitir que os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social possam co-financiar o pagamento de salários do quadro efetivo de trabalhadores da Assistência Social dos Estados, DF e Municípios, de acordo com critérios e limites a serem estabelecidos em lei que deverá ser amplamente discutida com todas as esferas de governo e instâncias parlamentares e com a sociedade civil, trabalhadores, entidades e organizações de Assistência Social e usuários.*



*Proposta 02: supressão dessa Meta 06.* O Dario retirou a proposta dele. Nós vamos fazer o seguinte encaminhamento: vamos votar se a gente concorda ou não com a supressão e manutenção.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Qual é a questão, meu companheiro? Por favor, você poderia explicar? Porque nós não estamos entendendo.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Ele está dizendo que nós não estamos cumprindo.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está garantida a sua questão de ordem. Qual é o artigo?

**Participante não identificado:** Art.23. Até agora foi muito bem encaminhado dessa forma pelo Regimento. Diz aqui: 1. Leitura do Relatório Final consolidado das propostas dos grupos de trabalho;2. Defesa contra e a favor das propostas, quando for o caso, obedecendo ao tempo máximo de três minutos; 3. Esclarecidas as propostas serão submetidas a votação pela Plenária e aprovadas aquelas que obtiverem a maioria simples dos votos identificados por contraste e tal...Quer dizer, nós temos que votar o que está consolidado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Senhor, você duas vezes veio aqui chamando questão de ordem e não tem uma questão de ordem.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Gente, a proposta de 01 é a manutenção e a proposta de 02 é a supressão. É isto que está em votação. A Plenária está esclarecida para votar? Levantem o cartão. Em regime de votação! Proposta 01, manutenção. Levantem o cartão. Proposta 02, supressão. Manutenção do texto.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Abstenção?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos voltar para a Meta 02, que está no telão. É a última, se não me engano.

(Fala fora do microfone)



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Prazo? Desculpa. Na Meta 06 tem uma proposta de que a meta seja *de curto prazo*. Eu pergunto ao Plenário: tem alguém que queira fazer uma proposta diferente desta? Em regime de votação! Quem concorda com *curto prazo* faz o favor de levantar e se manifestar com o cartão de votação. Quem discorda? Abstenção? Aprovada *de curto prazo* a proposta da Meta 06.

*Meta 02* que tem uma proposta de consenso do grupo que é a que está no telão: *Construir e implementar a política de gestão de pessoas, recursos humanos, inclusive, com a criação de planos de carreira, cargos e salários.*

Aí vem uma adequação que é a mesma questão que eu acabei de ler, porém com uma nova redação que foi aprovada pelos grupos e pela Relatoria:

*Proposta de adequação: Construir e implementar a política de gestão de pessoas, recursos humanos, mediante a elaboração e aprovação da Norma Operacional Básica, criação de planos de carreira, cargos e salários com a participação dos trabalhadores nas decisões dos processos de trabalho.* A proposta de consenso dos companheiros e companheiras que fizeram destaque é esta aí: *Construir e implementar a política de gestão recursos humanos...*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está faltando *pessoa*?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vocês não mandaram? Está certo lá?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Mas é a proposta deles. Gestão e entre parênteses recursos humanos. Vamos seguir.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É do consenso. Está certo?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** *Construir e implementar a política de gestão de pessoas, (recursos humanos) mediante a elaboração e aprovação da Norma Operacional Básica específica, e criação de planos de carreira, cargos e salários, com a participação dos trabalhadores sociais e suas entidades representativas nas decisões dos processos de trabalho.* É isto a proposta de consenso?

(Fala fora do microfone)



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Um errinho. Qual é a questão? Por favor, quem poderia falar em nome do grupo? Uma pessoa.

**Participante não identificada:** Lá é *de norma*, não é *da norma*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Isso é português, não é? Nós já falamos aqui. Isto altera o conteúdo? É isso só?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** *e suas entidades de classe...* Agora está lá no telão. Perfeito? Vamos lá. A proposta 01 é a proposta que veio pelos grupos. A proposta 02 é a proposta de consenso dos nossos colegas que apresentaram ali e está no telão. Vou ler para não ter confusão.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Gente, vocês estão confundindo questão de ordem com outras questões. Usam questão de ordem para tudo agora. Qual é?

**Participante não identificado:** Eu escrevi a proposta de consenso e entreguei; se digitaram de outra forma, não é problema nosso.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Você pode ler para nós agora?

**Participante não identificado:** Posso.

**Ronaldo Camargo:** Por favor, faça a leitura, companheiro. Eu vou ler a proposta 01 e você lê a proposta 02, Conforme você escreveu e encaminhou, que o pessoal faz as correções devidas.

*Proposta 01: Construir e implementar a política de gestão de pessoas, recursos humanos, inclusive, com a criação de planos de carreira, cargos e salários.*

*Proposta de Adequação: Construir e implementar a política de gestão de pessoas, recursos humanos, mediante a elaboração e aprovação da Norma Operacional Básica e criação de planos de carreira, cargos e salários com a participação dos trabalhadores nas decisões dos processos de trabalho. Esta é a proposta 01. A proposta 02 é a que o companheiro vai ler.*

**Participante não identificado:** É exatamente o que está lá, vamos ler junto: *Construir e implementar a política de gestão de pessoas (recursos humanos) mediante a elaboração e aprovação de Norma Operacional Básica específica, e criação de plano*





*de carreira, cargos e salários com a participação dos trabalhadores sociais e suas entidades de classe representativa.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É o que está aí. Era o que estava.

**Ronaldo Camargo:** Foi isso que nós lemos. Plenário! Está esclarecido para votar?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** JP. João Paulo. Só um instante, que ele levantou antes.

(Fala fora do microfone)

**João Paulo:** Eu só estou com uma dúvida aqui na proposta 02 que foi elaborada agora pelos companheiros. No entendimento deles, o que são *trabalhadores sociais*?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O pessoal que elaborou a proposta, esclarecimento.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Essa questão de trabalhadores sociais veio de consenso no grupo, não é a proposta de vocês.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Esclarecimento?

**João Paulo:** Pode estar errado, e eu acho que o Plenário pode dar uma ajuda, mas a gente pensou em *trabalhadores sociais* como todos os trabalhadores que trabalham na Assistência Social. Então, a gente pode, se for consenso, mudar isso; se o Plenário achar, que assim seja. Todos os trabalhadores da Assistência Social. Se o grupo que fez o texto achar que pode ser assim, a gente pode colocar lá *trabalhadores da Assistência Social*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Esclarecido? Em regime de votação! Consulto o Plenário: a Plenária está esclarecida para votar nas duas propostas? A Proposta de 01 é a proposta que veio da Relatoria Geral. Quem concorda com ela levante o cartão. Proposta de 02 é a que foi apresentada pelos companheiros e companheiras. Quem concorda levante o cartão. Abstenção? Está aprovada a nova redação da Meta 02. Vamos para última, que é a Meta 05.

A Meta 05 foi a que a Elaine, do MDS, sugeriu a alteração e ela é a seguinte: *Dotar o órgão gestor e as equipes de condições adequadas de trabalho quanto a: espaço físico, material de consumo e permanente (equipamentos e veículos)*. A Elaine, do MDS, fez uma proposta de alteração.



**Elaine/MDS:** No item a seria espaço físico privativo para os profissionais e no item b seria equipamentos, veículos e computadores com acesso a sistema de informação e gestão do SUAS, inclusive, o cadastro único.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Elaine, essa questão que você está apresentando é uma nova proposta. Até os computadores é adequado você sugerir agora; o restante aí é nova proposta.

**Elaine/MDS:** Eu vou fazer uma defesa. Eu entendo que computadores com acesso a sistema de informação é infra-estrutura, é material de trabalho, e dá condição de trabalho...

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Até aí tudo bem. É a questão da gestão que nós estamos dizendo. Olha lá o que você colocou: *acesso a sistema de informação e gestão do SUAS, inclusive, o cadastro único*. Isso é proposta nove.

**Elaine/MDS:** *É computadores com acesso a sistema de informação.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Ponto. É isso.

**Elaine/MDS:** *...com acesso a sistema de informação e gestão do SUAS, inclusive, o cadastro único.* Eu estou exemplificando o sistema de informação. São todos os sistemas.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu posso estar equivocado, e vou consultar o Plenário. No meu entendimento e aqui dos colegas, a modificação da proposta deve ser encerrada em computadores e, na proposta dela, vai até *cadastro único*. A Mesa entende que até *cadastro único* é uma nova proposta. Eu pergunto: vocês concordam que a gente ponha em votação até *cadastro único*, ou encerre em computadores?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Acesso? Ao sistema de informação?

**Elaine/MDS:** O Cadastro Único é muito importante, e ele não está citado em nenhum momento das metas que a gente está votando.



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Querida, aí tinha que ser nos grupos. Proposta nova não cabe na Plenária Final. Está no Regimento, infelizmente.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Quero só lembrar que este tema que ela está acrescentando ali, *acesso a sistema de informação e gestão do cadastro único*, é do tema da gestão. Nós estamos discutindo RH e o espírito da proposta é a infra-estrutura e equipamentos. Não cabe. Então, por favor, não vamos insistir, porque se a gente abre um precedente vai abrir para outros. Este é o entendimento da Mesa e nós entendemos pela manifestação da Plenária.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós vamos pedir para suprimir *gestão do SUAS, inclusive, o cadastro único*. Fica até *informação*. Nós temos duas propostas.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo:** O que foi, Elaine?

**Elaine/MDS:**...*computadores com acesso aos sistemas de informação*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:**...*veículos e computadores com acesso*... Perfeito.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É, mas ela está explicitando. Vocês se manifestam através do voto. Nós temos duas propostas:

*Proposta 01: Dotar o órgão gestor e as equipes de condições adequadas de trabalho quanto a: a. espaço físico; b. material de consumo e permanente (equipamentos e veículos)*

Proposta 02, apresentada pela companheira Elaine: *Dotar o órgão gestor e as equipes de condições adequadas de trabalho quanto a: a. espaço físico privativo para os profissionais; b. material de consumo e permanente (equipamentos, veículos e computadores com acesso ao sistema de informação)*.

Essa é a proposta da Elaine.

Esclarecida para votar? Em regime de votação! Quem concorda com a proposta 01? Proposta de 02? Venceu a proposta 01, manutenção do texto.

Nesse momento, a gente encerra o *Eixo Gestão de Recursos Humanos* e passamos para *Financiamento*.

***Financiamento***



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A conselheira Rosangela fará a leitura. Sim, Marcelo. Nós estamos lembrando que a Mesa aqui é que vai estar recebendo destaque. O Marcelo, a Simone e o JP a partir da leitura.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Até o final da leitura.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Do item.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Terminada a leitura, eles têm que ter os destaques lá escritos.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Depoimento?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Depois da leitura. Pode ser?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos assegurar o seu depoimento. No momento mais adequado nós vamos passar a palavra para você, Poró.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Em cima disso? Por favor, o microfone para o meu companheiro, para o depoimento.

**Poró:** Antes de iniciar a terceira etapa, eu queria, em especial, me dirigir aos profissionais de Assistência Social. Essa questão que foi discutida aqui serviu muito à questão da garantia do trabalhador, seja do município, do estado ou da União, mas não ficou uma coisa, podemos dizer, amarrada, uma coisa para banir a tutela do estado perante este profissional. O momento foi muito oportuno para vocês, profissionais da Assistência Social. Não significa que perdemos a oportunidade, ainda, de fazer valer e banir esta tutela do governo perante os seus trabalhos.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Conclua.

**Poró:** Veja bem, eu tenho um exemplo muito forte. Na minha cidade, quando o Conselho Municipal de Assistência Social...

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Meu companheiro, nós vamos cortar, se você não concluir.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Poró, veja bem. Nós já estamos com essa matéria vencida.

**Poró:** Na minha cidade, quando o Conselho Municipal solicitou da Presidente e da Assistente Social do Município a relação dos programas federais que estavam inadimplentes, porque que estavam inadimplentes, recebemos a relação e o que foi que aconteceu? Ela perdeu o emprego.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Conclua.

**Poró:** Perdeu o emprego. Então, ela não tem nenhuma garantia do seu emprego, no município. O conselho Municipal também não tem nenhum poder para contratação, para...

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Poró. A Mesa está pedindo insistentemente, mas o senhor continua falando.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O senhor conclua. O senhor tem que ajudar. Nós abrimos para um depoimento de três minutos. O senhor passou mais de quatro.

**Poró:** Mesa, agora é uma questão de ordem. Eu quero saber porque eu fui cortado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Porque você extrapolou o tempo acordado aqui, que é de três minutos.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Conclua.

**Poró:** O tempo passou, está certo? Mas fica essa lição para todos os Assistentes Sociais. Muito Obrigado. Vocês merecem. Tudo de bom para vocês, menos a tutela do governo.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Antes da leitura a senhora quer um esclarecimento sobre a leitura?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos ler o Eixo e depois a gente abre para questão de ordem. Vamos ler.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ela quer esclarecer. A Mesa diz que é pertinente. Vamos lá, estamos abrindo. É um esclarecimento.



**Participante não identificada:** Boa tarde. O esclarecimento que eu quero é a respeito das adequações. A adequação de cada meta, de cada proposta é considerada como a continuação ou é considerada uma outra proposta que deve ser votada? Porque tem o texto original e depois vem a adequação; na hora de ser votada ela é considerada uma proposta só ou são duas propostas?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu posso explicar, Rosângela. É a seguinte questão, companheira: quando tem uma questão de adequação em que não houve destaque, nós colocamos as duas propostas em votação, o texto mais a adequação; quando tem pelo Plenário alteração de redação e o Plenário concorda com a alteração de redação, não faz sentido a gente votar adequação porque, automaticamente, ela foi excluída pela nova redação que foi aprovada no Plenário.

**Participante não identificada:** A minha dúvida é porque não está nem sendo citada. É lido o texto inicial, depois lê-se a adequação e a proposta do Plenário e aí são consideradas, apenas, duas propostas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É porque a adequação está dentro. Se o Plenário aprovar [...]

[...]

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** [...] Renato?

**Renato:** Ela não é conflitante com a que foi apresentada. A gente só queria que colocasse depois de *custos de serviços, considerando as diferenças regionais*. Para a gente garantir essa diferença de preço que tem nas regiões, essa diferença de custo. Só isso.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Eu pergunto à Ana e ao colega de São Paulo, se vocês concordam com esta inclusão?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Ana? Ana Magalhães? Onde está a Ana? Só levanta o crachá, Ana, para a gente.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ela não concorda. Então, teremos três propostas:

*Proposta original: Definir pisos de proteção social compatíveis com os custos dos serviços, nas três esferas de governo, a serem considerados no PPA, LDO e Lei Orçamentária, na composição do orçamento da Assistência Social.*





*Proposta 02: a mesma redação e onde tem a serem considerados, suprima considerados e fica a serem inseridos, obrigatoriamente, no PPA, LDO e Lei Orçamentária na composição do orçamento da Assistência Social.*

*Proposta 03: Definir pisos de proteção social compatíveis com os custos dos serviços, considerando as diferenças regionais nas três esferas de governo, a serem considerados no PPA, LDO e Lei Orçamentária, na composição do orçamento da Assistência Social.*

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, você está concordando com *a serem inseridos, obrigatoriamente*. Então a proposta dele, a proposta 03 é: *Definir pisos de proteção social compatíveis com os custos dos serviços, considerando as diferenças regionais nas três esferas de governo, a serem inseridos, obrigatoriamente, no PPA, LDO e Lei Orçamentária, na composição do orçamento da Assistência Social.*

Ana Magalhães.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Entendi. Me parece que ela está concordando.

**Ana Maria Costa Magalhães – Secretária de Assistência Social/PE:** Qual é a proposta dele? Só acrescentou considerando as diferenças em relação aos custos de serviço. Está correto.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então, ela concorda. Temos duas propostas: Proposta 01, manutenção do texto original, como veio. Todos se sentem esclarecidos? E a proposta 02, conforme está descrito acima. Sentem-se esclarecidos? Em processo de votação! Os que são favoráveis à proposta 01 levantem o crachá. Os que votam na proposta 02? Abstenção? Aprovada a proposta 02. próxima Meta e os seus destaques.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Na Meta 02, nós temos vários destaques. Tem uma primeira parte, Ademar, que são destaques gerais, e depois tem destaques sobre a inclusão. Vamos dividir os destaques em dois blocos. Eu vou chamar no primeiro bloco. É tudo junto? O Marcelo está me dizendo que ele só anotou separado. É tudo junto. Eu vou listar todos. As pessoas falam e vamos ver se a gente consegue construir uma proposta de consenso. Maria Augusta, de São Paulo; Marcos Viana, de São Paulo; Marcos, do Rio de Janeiro; Olavo Alencar, do Pará; José Antônio, do DF; Maria Mercedes, de São Paulo e o Anacleto Brunoro, do Espírito Santo. Pela ordem, Maria Augusta.

**Maria Augusta/SP:** Eu gostaria de fazer uma proposta a Mesa para que todos que pediram destaque se reúnam, entrem num consenso e apresentem um único destaque, pode ser?



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Acatada a proposta. A Mesa acata.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Então, nós pedimos para se reunirem: Maria Augusta, Marcos Viana, Marcos, do Rio de Janeiro, Olavo Alencar, José Antônio, Maria Mercedes, e o Anacleto Brunoro para, tentarem discutir e chegar numa redação para apresentar ao Plenário.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Meta 03. Rosângela.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Temos inscritos para destaque: Paulo Dantas, de Pernambuco; Marcos, do Rio de Janeiro; Renato Mendes, de Goiás; Eunice Sommacal, do Paraná e Kátia Noler, de Goiás. São cinco pessoas. Primeiro, Paulo Dantas.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tendo em vista o outro encaminhamento, eu não sei se vocês combinaram, vocês poderiam se reunir e trazer uma única proposta? Pode ser, Paulo Dantas? A Rosângela vai ler os nomes e estas pessoas da Meta 03 se reúnem e tragam também, a exemplo da Meta 02, para a Plenária.

**Rosângela Dias Oliveira Paz:** Paulo Dantas, de Pernambuco; Marcos, do Rio de Janeiro; Renato Mendes, de Goiás; Eunice Sommacal, do Paraná e Kátia Noler, de Goiás.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tem uma das inscritas que quer se pronunciar.

**Participante não identificada:** Eu queria chamar a atenção da Mesa para um detalhe. A proposta 02 se refere a orçamento. A proposta 03 fala em pisos, mas nas adequações nós voltamos a falar em orçamento. Então, está me parecendo confuso porque, vejam a primeira frase da adequação 01: *ajustar, anualmente, o orçamento*; e a proposta 02: *estabelecer um percentual de crescimento anual e progressivo de orçamento*. Mas, na verdade, a Meta 03 está prevendo ajustar, anualmente, o valor estabelecido para os pisos e não para o orçamento.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Como nós não ouvimos ainda quais são as propostas, se reúnam e tragam para a gente. Eu acho que se mantém o mesmo encaminhamento. Nós agradecemos a intervenção que foi feita agora. Vamos adiante. Meta 05.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Na Meta 05 temos apenas um destaque do Vitor Silva, de São Paulo. Vitor no microfone.

**Vitor José da Silva – Igreja Evangélica Congregacional de Elias Fausto/SP:** A sugestão é no final da leitura, onde tem *equipamentos para a sua instalação*. Em vez de



ponto, colocar uma vírgula e acrescentar *unidades móveis com função de CRAS, para o atendimento do cliente rural e ribeirinhos.*

**Rosângela Dias Oliveira Paz:** Repete a proposta inteira, Vitor.

**Vitor José da Silva – Igreja Evangélica Congregacional de Elias Fausto/SP:** Vou repetir: *Co-financiar a implantação e ampliação dos CRAS e CREAS e serviços continuados da proteção social básica e proteção social especial a serem instalados gradativamente, conforme estabelecido na NOB SUAS 2005, e estendidos a todos os municípios brasileiros. Co-financiar sua construção pessoal e equipamentos para a sua instalação, e unidades móveis com função de CRAS, para o atendimento do cliente rural e ribeirinhos.*

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Repete Devagar. Com função de CRAS...

**Vitor José da Silva – Igreja Evangélica Congregacional de Elias Fausto/SP:...***para o atendimento do usuário rural e ribeirinhos. Dada a dificuldade de se construir uma unidade de CRAS nas vilas.*

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Do usuário da área rural?

**Vitor José da Silva – Igreja Evangélica Congregacional de Elias Fausto/SP:** Isso.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz:** Da área rural e ribeirinhos.

**Vitor José da Silva – Igreja Evangélica Congregacional de Elias Fausto/SP:** Isso.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Esclarecido. Só temos um destaque nesta Meta, acrescentado conforme está lá escrito.

*Proposta 01 é a manutenção do texto: Co-financiar a implantação e ampliação dos CRAS e CREAS e serviços continuados da proteção social básica e proteção social especial a serem instalados gradativamente, conforme estabelecido na NOB SUAS 2005, e estendidos a todos os municípios brasileiros. Co-financiar sua construção pessoal e equipamentos para a sua instalação.*

*Proposta 02 é acrescentar depois de instalação, e unidades móveis com função de CRAS, para o atendimento do usuário rural e ribeirinhos.*

Esclarecida a Plenária? Em processo de votação! Proposta 01, manutenção do texto? Proposta 02? Abstenção? Proposta 02, aprovada.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós estamos com uma questão que nós queríamos dividir com vocês. Nós acertamos que a gente ia fazer o lanche às 18h e algumas pessoas já saíram, inclusive, porque foi acertado esse horário. Eu consulto o Plenário para saber se a gente



abre o lanche às 18h e continuamos, ou a gente pára, lancha e volta? Porque nós temos *Financiamento, Controle Social, Mutirão e Moções*. Eu pergunto ao Plenário: A gente continua e as pessoas lancham e retornam, ou a gente pára os trabalhos e a gente daria 20 minutos para retornar? Proposta 01 é continuarmos os trabalhos, independente do lanche estar aberto. Proposta 02 é parar e voltar em 20 minutos; mas em 20 minutos, com quem estiver aqui, a gente recomeça. Proposta 01 é continuar, proposta 02 é parar. Quem concorda com a proposta 01? Proposta 02? Meia hora é muito. O pessoal da Coordenação está alegando que é diferente do almoço porque é self-service, então, dá em 20 minutos. A gente vai retornar com quem estiver aqui e proposta votada nós não voltamos atrás. Esta é uma observação importante. Quem fez destaque e não estiver aqui em 20 minutos, nós vamos colocar em votação sem a pessoa ter feito o destaque dela, por causa da questão do tempo. Por favor, principalmente quem fez destaque tem que estar aqui em 20 minutos, assim como os Delegados, para votarem.

(Intervalo)

**Ronaldo Camargo:** Nós vamos retomar com a Meta 06 e depois voltamos para as duas Metas que ficaram em suspenso. Eu vou pedir para o Ademar chamar as inscrições. São três inscrições. Podia perguntar quem já está no Plenário. Quem estiver, nós já vamos encaminhar. Meta 06.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Nós temos três inscrições. A Tatiane que está aí, o William que está aí e a Gisele, do MDS. A Gisele também está aí?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Sim.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Primeiro a Tatiane, depois o William e depois a Gisele.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Faça o seu destaque.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Na Meta 06.

**Tatiane:** Meta 06, o item b: *A locação nos Fundos de todos os recursos, inclusive os de Emendas Parlamentares para atender os programas, projetos, ações, serviços e benefícios inseridos nos planos de Assistência Social e aprovados pelos Conselhos.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você está com a redação aí?

**Tatiane:** Estou com a redação.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Passa para a Rosângela que ela já encaminha.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Próximo destaque, William, de São Paulo.

**William Lisboa – Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo/SP:** Eu tenho algumas inclusões de texto. Na *letra b* acrescentar, após *emendas parlamentares*, *multas conforme determina a constituição federal*. Eu tenho o texto aqui e vou passar.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Pode juntar com a da colega? A *letra b* acrescenta o que a colega disse. Tatiane, você concorda que se faça uma redação só na *letra b* com o que ele está colocando em relação às multas, em cima do que você propôs?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Apresente o item c e depois vocês discutem.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, vamos ao *item c*. Está escrito aí, a gente já faz uma junção e, se vocês concordarem, a gente apresenta.

**William Lisboa – Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo/SP:** Podemos agregar. Eu tenho ainda na Meta 06, na *letra c*: *A garantia de vinculação dos Fundos ao Órgão Gestor de Assistência Social para destinação a programas, projetos, serviços e benefícios, após deliberação e aprovação pelo Conselho de Assistência Social local, e disponibilizar para a sociedade em geral as informações orçamentárias e financeiras – complementando – relativas às verbas aprovadas, empenhadas e liquidadas, inclusive, em sistema on-line e por função.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A redação está aí? Passa para Rosângela.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Agora a Gisele. É a mulher que manda nos Fundos. Pelo menos no Nacional.

**Gisele/MDS:** O quê?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** É a mulher que coordena o Fundo Nacional.

**Gisele/MDS:** Pois é. Olha onde eu me meti, não é? Um pouco do que eu iria falar já foi contemplado, mas eu gostaria de retomar que, na *letra b*, a alocação nos Fundos deve ser, somente, dos recursos destinados às ações finalísticas. Isto já está na NOB. Está definido já, e os recursos de manutenção do órgão gestor, de definições de condições para o funcionamento do Conselho devem estar alocados no Órgão Gestor. Então, só seria esse o acréscimo: *A alocação nos Fundos de todos os recursos destinados às ações finalísticas de Assistência Social, inclusive os oriundos de Emendas Parlamentares.*



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, na verdade, a sua proposta, Gisele, casa com a proposta de programas que ela detalhou. Programas, projetos, serviços e benefícios. Aí poderia incluir para atender ações finalísticas e, entre parênteses, colocar *programas, projetos, serviços e benefícios*.

**Gisele/MDS:** Isso. Dá para conciliar, sim. Ela está me pedindo para colocar a questão das multas para conciliar também com a outra, mas na verdade multa não é despesa, é receita. Acho que a gente podia tentar fazer uma proposta de consenso. Pode ser?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Pode. Eu vou sugerir à Relatoria para não encaminhar. A Gisele está se propondo a sentar com os dois companheiros e tentar fazer uma proposta de consenso. Eu estou vendo que não há divergência nas propostas apresentadas. É só questão de aglutinar e ver qual é a melhor redação.

Tem uma questão de encaminhamento. Eu vou sugerir, antes de passar o microfone para o nosso companheiro, que toda a questão de encaminhamento seja colocada para o pessoal de apoio, para que eles possam fazer um filtro para nós porque, às vezes, as pessoas pedem esclarecimento ou questão de encaminhamento e, na hora em que utilizam o microfone a gente percebe que não é nem questão de encaminhamento, nem...

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não, eu não estou falando que é o seu caso. Eu estou pedindo a colaboração do Plenário para se comunicar com o pessoal de apoio antes de solicitar o microfone. Que façam uma prévia com o pessoal porque, às vezes, são questões que eles podem resolver. Vamos passar para o nosso amigo.

**Participante não identificado:** É só uma questão para ajudar a Mesa. É que lá fora está havendo um outro evento teatral, e eu vim pedir a Mesa que peça à coordenação para cancelar a programação lá fora, para os delegados adentrarem a Plenária. É só isso, Mesa.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está feito e registrado. Vamos pedir a alguém da Coordenação. João?

(Fala fora do microfone)

**Membro da Coordenação:** Eu estou falando em nome da Coordenação. Não é possível. Eu queria manter o encaminhamento que a Mesa fez, que é dever de todo Delegado estar presente neste momento, e não dá para a gente compartilhar. As pessoas que estão com responsabilidade estão dentro da Plenária. Continuem os trabalhos.





**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Perfeito. É uma decisão que cabe a cada um, se quer escutar o forró ou se quer ver as Plenárias, as decisões da Conferência.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Meta 03 está pronta, Ronaldo.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, vamos para a Meta 03 enquanto o pessoal faz a Meta 06.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Na Meta 03 veio a proposta do Paulo, do Marcos, do Renato, da Eunice e da Kátia. Eles pediram destaque, se reuniram e fizeram uma proposta. Alguém deles quer apresentar?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Tem um companheiro que vai apresentar a proposta. Antes de você apresentar, a gente poderia resgatar o que está no texto, e você apresenta a proposta de consenso de vocês com relação à Meta 03. Para o pessoal que está chegando entender.

*Meta 03: Ajustar anualmente os valores estabelecidos para os pisos de proteção social, em todas as esferas, segundo os índices inflacionários.*

Tem duas adequações nessa Meta.

*Proposta de adequação 01: Ajustar anualmente o orçamento da Assistência Social, nas três esferas de governo, ampliando os recursos executados no ano anterior segundo a inflação do período mais o índice de crescimento do PIB e percentual de aumento da arrecadação da Seguridade Social no ano precedente.*

*Proposta de adequação 02: Estabelecer um percentual de crescimento anual progressivo do orçamento da Assistência Social, nas três esferas de governo, acima de 20% sobre o ano anterior considerando o índice de crescimento do PIB e percentual de aumento da arrecadação da Seguridade Social do ano precedente, para os serviços socioassistenciais.*

Esclarecendo aquela dúvida que foi colocada pela companheira. Nós temos uma redação que veio dos grupos pela Relatoria Geral. Se o Plenário acatar a nova proposta, automaticamente, essa redação é suprimida. Se vocês não acatarem, nós vamos discutir qual das redações é que vai ficar no texto. É esse o encaminhamento que a gente está dando para a gente poder avançar. Se a gente acatar a nova proposta que vai ser apresentada, automaticamente nós estamos dizendo que acatamos a nova redação e estamos suprimindo todo o texto da Meta 03. Por favor.

**Participante não identificado:** A gente tentou aglutinar a idéia como um todo, e ficou mais ou menos assim: *Ajustar anualmente os valores estabelecidos para os pisos de proteção social, em todas as esferas, considerando as diferenças regionais, segundo os índices inflacionários mais o índice de crescimento do PIB e percentual de aumento de arrecadação da Seguridade Social do ano precedente.* Essa é a proposta que a gente fez de consenso. Vamos ver se a gente consegue.



**Ronaldo Camargo - Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós temos duas propostas. A proposta que está no texto da Meta 03 e a proposta que foi apresentada pelo companheiro, de alteração, conforme o consenso das pessoas que destacaram. Plenária, podemos votar? Podemos votar? [...]

[...] levantem o cartão de votação. Proposta 02 com alteração apresentada? Abstenção? Está aprovada a alteração, a nova redação. Isto faz entender que as propostas de adequação 01 e 02 estão suprimidas, porque nós aprovamos uma nova redação a partir do que foi apresentado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Temos a Meta 02, que já está pronta, ou voltamos para a Meta 06?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Meta 02 está pronta?  
(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então vamos para a Meta 02.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Meta 02 também é o mesmo encaminhamento. Houve vários destaques, o pessoal acertou e apresentou uma proposta unificada. Eu vou ler a Meta 02 do jeito que veio pelos grupos e apresentada pela Relatoria Geral, e depois eu passo o microfone para o companheiro fazer a apresentação da nova redação.

*Meta 02: Criar a Política de Co-financiamento na Assistência Social com definição de responsabilidades federais, estaduais e municipais e fixação de percentual de receita. Proposta de inclusão: Criar a Política de Co-financiamento na Assistência Social com definição de responsabilidades federais, estaduais e municipais, e fixação de percentual de receita sendo no mínimo 3% até 2008, 5% até 2010, 10% até 2015 do orçamento geral alocado nos respectivos fundos de Assistência Social, atendendo programas, projetos e serviços estabelecidos pela política nacional sobre pena de responsabilidade fiscal.*

Aí tem três propostas de percentuais que foram apresentados dentro deste texto da inclusão:

*Proposta 01: 3% até 2008, 5% até 2010 e 10% até 2015.*

*Proposta 02: 5% até 2008, 7% até 2010 e 10% até 2015.*

*Proposta 03: 5% até 2008, 10% até 2010 e 15% até 2015.*

Este foi o resultados dos grupos. Eu vou pedir ao companheiro para apresentar a nova proposta. É o mesmo encaminhamento. Eu não sei se eles contemplaram os percentuais, acredito que sim. Se contemplou, se a gente aprovar, automaticamente, cai por terra essa inclusão da Meta 02; se não, a gente volta aqui e discute item por item.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Marcos.



**Marcos:** Antes de fazer a leitura, por um esquecimento nosso também teve a participação de um companheiro do Paraná ali no consenso. Proposta: *Fixar percentual de destinação orçamentária, mediante PEC, para assegurar co-financiamento e co-responsabilidade da Assistência Social com destinação orçamentária, nas três esferas governamentais, sendo na União vinculado ao orçamento da Seguridade Social e nas demais esferas de governo ao orçamento geral garantindo, no mínimo, a curto prazo, 5% e, gradativamente, a médio prazo, 7% e a longo prazo, 10% alocado nos respectivos Fundos de Assistência Social, atendendo programas, projetos, serviços e benefícios eventuais estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social, sob pena de responsabilidade fiscal.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Esse é o texto de consenso das pessoas que fizeram destaque. Nós temos duas propostas. A proposta 01 é a redação do texto apresentada pela Relatoria Geral a partir dos grupos, e a proposta 02 com alteração do Plenário, a partir das intervenções e do consenso construído. Eu pergunto ao Plenário: Podemos votar? Em regime de votação! Proposta 01, quem concorda com a manutenção do texto levante o cartão de votação. Proposta 02, quem concorda com a alteração? Abstenção? Está aprovada a alteração da Meta 02, e subentende-se que a inclusão foi suprimida aqui e ficou uma única redação. Vamos para a Meta 06. Nós já aprovamos todas as Metas que estavam pendentes. Só falta a Meta 06. Se continuarmos nesse ritmo, nós vamos terminar a Plenária por volta de 7:30h, com muito otimismo. Isso não é para desanimar, é para vocês terem clareza do tempo com que a gente está trabalhando.

*Meta 06: Consolidar os fundos de Assistência Social como unidades orçamentárias contemplando:* a. *A otimização dos fundos como captação dos recursos extra-orçamentários com a política de incentivo a doações e contribuições de organismos nacionais e internacionais - Não teve nenhuma alteração, mantém do mesmo jeito.* b. *A alocação nos fundos de todos os recursos destinados a Assistência Social, inclusive, de emendas parlamentares.*

Esta é a redação do texto.

Proposta de alteração: *A alocação nos fundos de Assistência Social de todos os recursos, inclusive oriundos de Emendas Parlamentares, multas, doações e etc. para atender as ações finalísticas desta política (programas, projetos, serviços e benefícios) inseridos nos planos de Assistência Social aprovados pelos Conselhos.*

c. *A garantia da vinculação dos Fundos ao Órgão Gestor de Assistência Social.*

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A letra c tem uma alteração: *A garantia da vinculação dos fundos ao Órgão Gestor de Assistência Social ou destinação a programas, projetos, serviços e benefícios, após deliberação e aprovação pelo Conselho de Assistência Social.*

d. *A canalização para o Fundo de Assistência Social dos recursos de outros fundos correlatos, Fundos de Combate à Pobreza e etc.*

e. *Publicizar as informações orçamentárias e financeiras.*



Proposta do grupo: *Disponibilizar para a sociedade em geral as informações orçamentárias e financeiras relativas às verbas aprovadas, empenhadas e liquidadas, inclusive por sistema on-line e por função.*

Então, nós temos duas propostas. Proposta 01 do jeito que foi apresentada pela Relatoria Geral, e a proposta 02 com as devidas alterações apresentadas no telão. Podemos votar? É esclarecimento?

**Participante não identificada:** Só porque eu não entendi direito. Vai votar do jeito que veio da Relatoria ou já com as alterações? Não vai ter votação por item?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não, é o seguinte: nós estamos votando a Meta 06. O grupo fez um consenso e apresentou essa redação da Meta 06. Eu estou votando a Meta 06, a redação como um todo. Não estou votando por item, porque tem item que continuou igual e item que sofreu alteração a partir da discussão que foi feita pelas intervenções.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só um instante, Ronaldo. A Gisele ainda quer um esclarecimento.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Gisele? Pois não.

**Gisele/MDS:** Eu tenho uma dúvida ao que se propôs no *item c*, quando é falado *A garantia da vinculação dos fundos ao Órgão Gestor de Assistência Social* e aí completa para *a destinação a programas, projetos, serviços e benefícios*. A vinculação dos Fundos ao órgão gestor não necessariamente tem que ser com essa finalidade, tem que ser para que se garanta o comando único, para que se garanta a possibilidade de gestão, realmente, pelo órgão referente à política. Então, eu não sei o que se quis dizer com esta proposta, mas isso, pelo que eu vejo, não deveria ser o principal objetivo da vinculação ao órgão gestor, porque o Fundo já existe para que as ações sejam alocadas...

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Gisele? Só para eu encaminhar. Você está dizendo que pela sua avaliação, pela sua discussão, você está mantendo a redação original.

**Gisele/MDS:** Na verdade, eu entendo o cuidado que foi colocado ali, porém não seria aí, não seria com essa vinculação ao que está colocado como proposta primeira. Então, eu acho que não procede.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Diante disto, eu vou fazer o seguinte encaminhamento: Nós vamos votar a proposta 01, que é o texto, com a exceção da *letra c*, e a mesma coisa na proposta 02, alteração do texto com exceção da *letra c*. Aí a gente abre para discussão somente a *letra c*, caso haja necessidade. Podemos encaminhar assim?

(Fala fora do microfone)



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Pois não.

**Pessoa não identificada:** Essa colocação de controle pelo Conselho está aqui na área, mas é um controle social que é feito pelo conselho, é a forma com que, de repente, o órgão gestor não direcione a verba do Fundo a algum tipo de procedimento antes de passar pelo Conselho Municipal de Assistência ou Conselho Estadual.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É o que está ali, inclusive eu acho que é o que a NOB aponta e o SUAS aponta também, de reforçar o papel e a importância dos Conselhos Municipais, Estaduais e do próprio Conselho Nacional, na definição e na discussão do orçamento e da política, não é?

Eu fiz o seguinte encaminhamento: Proposta 01 é manutenção do texto com exceção da *letra c*, e proposta 02 é alteração do texto com exceção da *letra c*, porque existe essa divergência. Eu pergunto ao Plenário: Podemos caminhar e votar assim? Em regime de votação! Proposta 01 quem concorda, por favor, levante o cartão. Proposta 02, com alteração. Abstenção? Então está aprovada.

Agora nós vamos votar só o *item c*. Pelo o que eu entendi nós temos duas propostas na *letra c* – se eu estiver errado, Gisele, me corrija – uma, é a alteração que foi proposta, que é aquela redação que está lá: *A garantia da vinculação dos fundos ao Órgão Gestor de Assistência Social ou destinação a programas, projetos, serviços e benefícios após deliberação e aprovação pelo Conselho de Assistência Social*. Essa é a proposta 02. A proposta 01, que veio dos grupos e a Relatoria apresentou é: *A garantia da vinculação dos fundos ao Órgão Gestor de Assistência Social*. Encerra aí.

Plenária! Proposta 01 é aquela redação que veio do grupo. Proposta 02 é a alteração proposta pelo Plenário. Podemos votar? Só na *letra c*. Quem concorda com a manutenção do texto levante o cartão. Quem concorda com a alteração do texto? Abstenção? Ganhou manutenção do texto na *letra c*. Então fica: *A garantia da vinculação dos fundos ao Órgão Gestor de Assistência Social*. Nesse sentido, a gente encerra o *Eixo Financiamento* e vamos agora para o *Controle Social*.

### **Controle Social**

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Todos têm o texto do *Controle Social*? Levante a mão para que seja providenciada a entrega onde você está.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Enquanto o texto é distribuído, nós vamos ser rigorosos com a Mesa de Apoio na seguinte questão: à medida que a nossa Conselheira estiver lendo o texto, as pessoas que quiserem fazer destaque se direcionem a Mesa, à Simone, ao Marcelo ou ao João Paulo, e peçam o destaque. Quando a Rosângela terminar o último ponto do texto nós não vamos aceitar mais nenhum destaque. Façam o destaque na leitura lá na Mesa de Apoio. Terminou, automaticamente eles vão encaminhar para a Mesa para a gente conduzir e fechar esse último ponto do *Controle Social* que é dos *Eixos*. Depois, a



gente passa para a questão do *Mutirão*. Está claro? Podemos começar ou ainda tem gente que não tem o documento?

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos ouvir o aviso do Paraná.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Aviso do Paraná. Denise.

**Denise/PR:** A Delegação do Paraná gostaria de dividir com toda a Plenária, as demais delegações e o Conselho Nacional uma notícia maravilhosa que a gente acabou de receber, um telefonema da Casa Civil dizendo que o Governador assinou o co-financiamento do Estado para os municípios com menor capacidade de gestão de CRAS, implantação de CRAS, o co-financiamento do Estado para serviços de referência regional para a população itinerante, a suspensão da exigência da CND para transferência de recursos da Política de Assistência Social e a abertura de concurso público para o cargo efetivo de mil cargos.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ótima notícia. Por favor, a Sheila, do Maranhão, está sendo solicitada aqui à direita, no palco. Também, a Tereza, de Ipatinga, e a Diná ou Diva, de Itaberaba, Bahia.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O estado do Paraná está de parabéns, e que a gente leve aos nossos estados este exemplo do Paraná. Vamos lá Rosângela? Leitura do *Controle Social*.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Antes de iniciar a leitura...

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você que está levantando o crachá, é uma questão que você quer fazer?

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Não. Eu sei o que é. Eu vou começar a leitura. Tem algumas pessoas que estão sem o texto ainda. O apoio está providenciando mais algumas xerox. Eu pediria, para a gente não atrasar, que vocês acompanhem junto com o colega enquanto estamos providenciando mais xerox. São poucos que estão faltando.  
(Fala fora do microfone)

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** *Deliberações do Controle Social.*

*Meta 01: Fortalecer a atuação dos Conselhos de Assistência Social para o desenvolvimento de suas funções com responsabilidade e organização, estimulando a participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas e, em especial, da Política de Assistência Social.*

Meta de curto prazo e responsabilidade das três instâncias de governo. Os destaques devem chegar na Mesa até o final da leitura.





*Meta 02: Adotar ações que tornem de domínio público a Política de Assistência Social, o SUAS, os direitos consignados na LOAS, os critérios de parceria com organizações de Assistência Social, disponibilizar sistemas de informação on-line e outros meios sobre as ações da rede socioassistencial e dados sobre a gestão do SUAS, para possibilitar o controle social e a avaliação das ações.*

Meta de curto prazo e responsabilidade das três instâncias.

(Fala fora do microfone)

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Estão pedindo para eu repetir. A Meta 01 é de curto prazo e responsabilidade das três instâncias de governo. A Meta 02 também é de curto prazo e responsabilidade das três instâncias de governo.

*Meta 03: Criar mecanismos de informação, integração e articulação entre os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais e outros conselhos de direitos, abrindo canais de discussão acerca das políticas públicas.*

Meta de curto prazo e responsabilidade das três instâncias de governo.

*Meta 04: Criar e reestruturar Conselhos Municipais de Assistência Social e garantir a instalação de suas respectivas secretarias executivas em todo o território nacional, para assegurar a participação da população na formulação e controle da Política de Assistência Social.*

Meta de curto prazo e responsabilidade municipal.

*Meta 05: Criar, apoiar e fortalecer a organização de Fóruns de Assistência Social para mobilizar a sociedade civil a debater e encaminhar propostas para a garantia de direitos sociais e de políticas sociais, em especial as ações do SUAS.*

Meta de curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo.

*Meta 06: Implementar a política de formação continuada dos Conselheiros de Assistência Social.*

Meta de curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo.

*Meta 07: Implantar e ampliar espaços de defesa social: Ouvidorias de Assistência Social Municipais, Estaduais e da União, Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas, inclusive, na zona rural.*

Meta de médio prazo e responsabilidade das três esferas de governo.

*Meta 08: Efetivar o funcionamento dos Fundos de Assistência Social com a alocação de recursos de cada esfera de governo e publicização, demonstração do seu desempenho.* Meta de curto prazo e responsabilidade das três instâncias de governo.

*Meta 09: Criar, estimular e fortalecer outras formas de participação da sociedade civil.*

Proposta de inclusão:

*a. Instalação de conselhos locais para acompanhamento e controle social da Política de Assistência Social considerando o porte do município.*



**b. Encaminhar aos legislativos anteprojeto de Lei de Responsabilidade Social que possibilite a deliberação, monitoramento avaliação do orçamento social.**

Proposta de inclusão na letra b: *Criar auditoria cidadã, plebiscitos e projetos de lei de iniciativa popular.*

*c. Incentivar e assessorar grupos comunitários e movimentos sociais na perspectiva do fortalecimento de sua organização.*

*d. Articular conselhos e organizações não-governamentais para participar da formulação de diagnósticos sociais.*

*e. Assegurar orçamento participativo da Assistência Social.*

*f. Realizar processos anuais de avaliação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) por meio de organizações de usuários do SUAS.*

*g. Fortalecer mecanismos de controle social externo com o uso de legislações pertinentes, Poder Judiciário, Ministério Público e dos Conselhos de Direitos de Políticas Públicas.*

*h. Implantar e implementar uma estratégia nacional para fortalecer o protagonismo da sociedade civil sobretudo do segmento dos usuários.*

*i. Garantir que as deliberações das Conferências Nacionais tenham caráter similar ao de Lei.*

*Proposta de Adequação da letra i: Garantir que as deliberações das Conferências Nacionais sejam totalmente efetivadas e cumpridas à luz da legislação vigente.*

A proposta é que esta Meta 09 seja de médio prazo e de responsabilidade das três esferas de governo.

*Meta 10: Democratizar o processo de discussão das Emendas Parlamentares, vinculando-as ao debate e deliberações dos Conselhos de Assistência Social e aos respectivos Planos de Assistência Social.*

Proposta de curto prazo e responsabilidade das três esferas de governo.

*Proposta de adequação: Democratizar o processo de discussão das Emendas Parlamentares submetendo-as ao debate e deliberações dos Conselhos de Assistência Social e aos respectivos Planos de Assistência Social, garantindo o direcionamento obrigatório dos recursos para os respectivos Fundos de Assistência Social.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Muito bem. Vamos aguardar as informações sobre os destaques.

(Fala fora do microfone)

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** O prazo? Eu tinha falado um pouquinho antes. O prazo é o mesmo. Essa proposta de adequação é dentro da Meta 10, então, é de curto prazo e responsabilidade das três instâncias de governo.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Uma informação à Plenária: tivemos destaque em todas as Metas. Vamos ser objetivos. Então, Meta 01 em discussão com os destaques.



**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Na Meta 01, tivemos um destaque do Wanderley de Souza, de São Paulo. Wanderley? Rapidamente, por favor.

**Wanderley José de Souza – Sociedade Civil de Iepê/SP:** Boa noite a todos e a todas. Eu só gostaria de trazer a possibilidade de um acréscimo mantendo todo o texto na íntegra e acrescentando no final o seguinte: *garantindo o custeamento do órgão gestor para todas as ações dos conselhos, visando a participação de seus representantes.*

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Repete de novo Wanderley, rapidamente, só o final.

**Wanderley José de Souza – Sociedade Civil de IEPÊ/SP:** *garantindo o custeamento do órgão gestor para todas as ações dos conselhos, visando a participação de seus representantes.* Para que todos entendam, a minha linguagem aqui é para que as prefeituras tenham a obrigação de arcar com as despesas dos representantes dos conselhos em suas viagens, conferências e tudo mais.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Nós temos só uma inscrição. São duas propostas. Atenção Plenária! Proposta 01: *Fortalecer a atuação dos Conselhos de Assistência Social para o desenvolvimento de suas funções com responsabilidade e organização estimulando a participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas e, em específico, da Política de Assistência Social.* Proposta 02: a mesma redação que foi lida agora e, no final *garantindo o financiamento do órgão gestor para todas as ações dos conselhos, visando a participação de seus representantes.*

**Wanderley José de Souza – Sociedade Civil de Iepê/SP:** No lugar de *financiamento*, é *custeamento*.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Custeio? Ele corrigiu.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção Plenária! No final, a proposta 02 ficaria: *garantindo o custeio pelo órgão gestor para todas as ações dos conselhos, visando a participação de seus representantes.* A Plenária se sente esclarecida? Em processo de votação! Proposta 01, manutenção do texto. Votem. Proposta 02, inclusão? Abstenção? Aprovada a proposta de acrescentar [...]

[...] pondo ali o entendimento. Meta 03.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Na Meta 03 temos apenas um destaque de Alderir Penha, de São Paulo. Alderir, por favor.

**Alderir Gualberto Penha – Inspetoria Salesiana de São Paulo/SP:** Boa Noite. A minha sugestão na Meta 03 seria a seguinte: *Criar e implantar mecanismos de informação, integração, e articulação entre os Conselhos Nacional, Estaduais e*



*Municipais, realizando encontros anuais do CNAS com os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social e articulação com os demais conselhos de direitos.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Repita mais uma vez, pausadamente, para que a Relatoria possa contemplar, adequadamente, a proposta.

**Alderir Gualberto Penha – Inspeção Salesiana de São Paulo/SP:** Perfeito. *Criar e implantar mecanismos de informação, integração, e articulação entre os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, realizando encontros anuais do CNAS com os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, respectivamente, e interlocução com os demais conselhos de direitos.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Temos duas propostas. Proposta 01: *Criar mecanismos de informação integração e articulação entre os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais e outros conselhos de direitos, abrindo canais de discussão acerca das políticas públicas.*

Proposta de destaque: *Criar e implantar mecanismos de informação integração e articulação entre os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais – entra o DF, também - realizando encontros anuais do CNAS com os conselhos estaduais e municipais de Assistência Social, respectivamente, e interlocução com os demais conselhos de direitos, abrindo canais de discussão acerca das políticas públicas.*

Esclarecida a Plenária? Em processo de votação! Proposta 01, manutenção do texto. Votem. Proposta 02, com a alteração. Abstenção? Aprovada a proposta 02 de modificação.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Gente, por contraste, a proposta de manutenção teve menos votos do que a proposta 02 de alteração, que foi o destaque.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos lá. Meta 04. Esclarecimento, vá lá.

**Participante não identificado:** Só lembrando. Eu tentei até falar, mas como passou a proposta, eu quero deixar o informe que o Conselho Nacional de Assistência Social, no seu Estatuto, no seu cotidiano, já realiza no mínimo quatro reuniões ampliadas ao ano. É importante deixar isso esclarecido, porque parece que a gente não está fazendo este tipo de coisa, mas foi aprovado e eu acho que nós temos que incentivar estas reuniões.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Obrigado. Meta 04. A Meta 02 está pronta? Então, vamos ouvir a Meta 02.

(Fala fora do microfone)



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** O senhor diga qual é a ordem.

**Participante não identificado:** Eu sinto muito, eu não queria, mas agora eu vou ter que ser chato e intransigente. O papel da Mesa aqui é de ser mediadora, de pegar as respostas. Se uma pessoa que está na Mesa ou uma outra pessoa tem o direito de dar um esclarecimento, eu gostaria que fosse me dado o tempo de esclarecimento da proposta, porque está tendo um equívoco da forma como a proposta foi apresentada e aprovada. Eu gostaria de um esclarecimento de um minuto.

(Fala fora do microfone)

**Participante não identificado:** Nós temos que ter um entendimento aqui.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Já está superada. Nós estamos voltando para a Meta 02 porque a proposta já está pronta.

**Participante não identificado:** Então, por favor. Eu gostaria que a Mesa cumprisse o estabelecido em Regimento, e que as pessoas, mesmo sendo conselheiras, ou fazendo parte da mediação, peçam a palavra na hora certa, para não ter exceção ou privilégios. Obrigado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A Meta 02 já tem a redação. Por favor.

(Fala fora do microfone)

**Participante não identificado:** Pronto? Podemos agora. Eu vou ler o conteúdo em si. Diz assim: *Adotar ações que tornem de domínio público a Política de Assistência Social, o SUAS, os direitos consignados na LOAS, os critérios de parceria com organizações e entidades de Assistência Social, disponibilizar sistemas de informação on-line e outros meios sobre as ações da rede socioassistencial e de dados sobre a gestão do SUAS para possibilitar o controle social, avaliação e efetivação das ações.* Entram, apenas, duas palavras: *entidades e efetivação.*

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Proposta 01, manutenção do texto. Proposta 02, conforme lida agora no Plenário. Em votação! Proposta 01, manutenção do texto. Proposta 02, com estas adequações. Contraste? Aprovada a proposta 02.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Meta 04.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Na Meta 04 nós temos duas inscrições de destaque: Eliacir da Silva, de Mato Grosso e Dolores, de São Gonçalo.



(Fala fora do microfone)

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Eliacir e Dolores.

**Eliacir Pedrosa da Silva – Secretária Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT:** A proposta de dois acréscimos se dá pelo fato de que em muitos municípios há familiares na direção dos conselhos municipais e estaduais, portanto, acrescentamos *Criar e reestruturar Conselhos Municipais de Assistência Social evitando o nepotismo...* e aí continua todo o texto.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Agora a Dolores.

**Dolores Ferreira Fonseca – Movimento de Mulheres em São Gonçalo/RJ:** A minha proposta é que ficasse assim: *Criar e reestruturar, com instalações físicas adequadas e suprimentos de informática, os Conselhos Municipais de Assistência Social, e garantir a instalação de suas respectivas secretarias executivas em todo o território nacional, para assegurar a participação da população na formulação e controle da Política de Assistência Social.* Porque muitos conselhos não têm ainda, para exercer este controle, estes equipamentos que são necessários. A minha proposta é de acrescentar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Dolores, você deve repetir para que a Relatoria ali possa anotar.

**Dolores Ferreira Fonseca – Movimento de Mulheres em São Gonçalo/RJ:** *Criar e reestruturar com instalações físicas adequadas e suprimentos de informática...* e aí continua o texto.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Está de acordo agora? Muito bem. Nós temos três propostas. A proposta 01 é a manutenção do texto que é: *Criar e reestruturar Conselhos Municipais de Assistência Social e garantir a instalação de suas respectivas secretarias executivas em todo o território nacional para assegurar a participação da população na formulação e controle da Política de Assistência Social.* Esta é a proposta 01.

Proposta 02: *Criar e/ou reestruturar Conselhos Municipais de Assistência Social, evitando nepotismo, e garantir a instalação de suas respectivas secretarias executivas em todo o território nacional, para assegurar a participação da população na formulação e controle da Política de Assistência Social.*

Proposta 03: *Criar e reestruturar, com instalações físicas adequadas e suprimentos de informática, os Conselhos Municipais de Assistência Social, e garantir a instalação de suas respectivas secretarias executivas em todo o território nacional, para assegurar a participação da população na formulação e controle da Política de Assistência Social.*

A Plenária está esclarecida? Em processo de votação! Proposta 01, manutenção do texto. Proposta 02. Proposta 03.





(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Com licença. Nós vamos submeter a proposta 02 e a proposta 03.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Perdão. A proposta 01 e a proposta 03.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Ademar está tomando este procedimento porque nós não chegamos a um consenso em relação ao contraste. Está claro que a proposta 02 foi suprimida; agora, nós precisamos votar nas outras duas, para não ter dúvidas.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** A proposta 01 é a manutenção do texto e proposta 02 é a que era a proposta 03. Proposta 01? Proposta 02?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Há um consenso na Mesa que foi a proposta 01, pelo contraste.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Gente, nós temos como recurso fazer a contagem dos votos, mas eu acho que se a gente for contar nós vamos atrasar muito mais. Nós três que estamos aqui não tivemos dúvida que a proposta que teve mais cartões levantados foi a proposta 01.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Podemos contar.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção Plenária! Nós podemos, só para ganhar tempo, na perspectiva do que Ronaldo...

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Escutem a mesa primeiro antes de se manifestar.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Está assegurado. O Regimento diz isso. Se for preciso, nós vamos recontar. Não há problema. Nos só estamos querendo ganhar tempo.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/SP:** A Fátima está pedindo questão de ordem.



**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** No momento agora não cabe proposta. Qual é a questão de ordem?

**Fátima:** A questão de ordem é a seguinte: o pessoal poderia chamar alguém da proposta 01 e da proposta 02 para ficar aí junto com a Mesa e ver a questão do contraste. É uma proposta que eu acho muito melhor do que contar. Isso não é desacreditar a Mesa, ao contrário, é respeitar a Mesa.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Foi colocada à Mesa uma proposta de encaminhamento. A Plenária concorda com a proposta de Fátima que é colocar os representantes das duas propostas aqui na frente? Levantem o crachá os que não concordam. Os que concordam. Não concordam. Outra questão de ordem. Qual é?

**Participante não identificada:** Eu sugeria à Mesa que pudesse defender. Vinha alguém fazer a defesa da proposta 01 e a defesa da proposta 02.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Já está em votação. A Mesa vai colocar o que o Regimento define. Esclarecidas, as propostas serão colocadas em votação pela Plenária e serão aprovadas aquelas que tiverem a maioria simples dos votos identificados por contraste, recorrendo-se a contagem uma única vez em caso de dúvida, que é o que está ocorrendo. Para nos organizar, nós precisamos agora da ajuda dos Conselheiros Nacionais e das meninas que estão ajudando para que fiquem em cada ala.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Só os Delegados irão votar.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Atenção! Orientação para os contadores. Vão por fila para que vá baixando o crachá à medida que for passando por aquela fila. Só para identificar para não ter dúvida. O Marcelo está à direita nesta fila e a Gisele nesta parte de cima à direita. Na minha direita, mais central, o Carlos Rogério e o Elias Freire. Aqui, ao centro, o João Paulo e mais acima o Mizael. Aqui à esquerda a Conselheira Natália e mais acima a Conselheira Vânia. OK? Então nós vamos colocar da mesma forma proposta 01 e proposta 02. Atenção! Todos sentados. Em regime de votação! Proposta 01. Votem. Quem terminar passa para a Rosangela.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Rosangela já computou o voto do Ademar de Oliveira Marques, Conselheiro do CNAS. A votação é igual à do Congresso, aparece no telão, é só vocês olharem.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Ela vai fazer a soma. Estamos em processo de votação. Aos seus postos, os contadores. Proposta 02. Votem.



**Rosângela Dias Oliveira da Paz:** Resultado do processo de votação, da contagem dos votos. Proposta 01: 286 votos. Proposta 02: 344 votos.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Meta 05.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Na Meta 05 nós temos dois destaques: William e Tatiane, os dois de São Paulo. William.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Pessoal de blusa azul que está aí com a Simone, é o seguinte: votação é votação, só se conta uma vez e não se discute. Nós estamos na questão 05. Infelizmente, o processo democrático é este. Não tem questão de ordem para a questão 04. Está superada, e a Mesa não abre mais.

**William Lisboa – Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo/SP:** Agradeço a colaboração se a gente começar agora Meta 05. Permanece o texto e, após *SUAS*, eu coloco *capacitar lideranças da área social para gestão dos fóruns, bem como criar mecanismos de divulgação das atividades de cada fórum*.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Mais uma vez.

**William Lisboa – Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo/SP:** *capacitar lideranças da área social para gestão dos fóruns, bem como criar mecanismos de divulgação das atividades de cada fórum*.

(Fala fora do microfone)

**William Lisboa – Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo/SP:** Tudo bem, *ligadas ao fórum*. Tudo bem.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tatiane.

**Tatiane Nascimento de Souza – Assistência Social/SP:** Eu queria agregar com a proposta dele, depois de *direitos sociais: garantia de direitos sociais e de políticas sociais* e segue o texto.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Tatiane? Com a alteração que ele fez?

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Vocês fazem uma proposta só? É isso.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Então temos uma proposta só. Temos duas propostas. A manutenção do texto, que é a proposta 01, e a proposta do destaque que é a proposta 02.



Proposta 01: *Criar, apoiar e fortalecer a organização de fóruns de Assistência Social para mobilizar a sociedade civil a debater e encaminhar propostas para a garantia de direitos sociais e de políticas sociais, em especial as ações do SUAS.*

Proposta 02: *Criar, apoiar e fortalecer a organização de fóruns de Assistência Social para mobilizar a sociedade civil a debater e encaminhar propostas para a garantia de direitos sociais, do controle social e de políticas sociais, em especial as ações do SUAS, capacitar lideranças da área social para gestão dos fóruns, bem como criar mecanismos de divulgação das atividades ligadas ao órgão.*

**William Lisboa – Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo/SP:** Eu queria só fazer uma ressalva. No local de *ao órgão*, poderia ser *ao mesmo* ou, então, *aos fóruns*, porque o fórum não é um órgão.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Tirar *aos órgãos* e colocar *aos mesmos*. A Plenária se sente esclarecida? Em processo de votação! Proposta 01, pela manutenção do texto. Proposta 02, pela alteração. Abstenção? Proposta 02 aprovada.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz:** A Meta 06 tem dois destaques: Carla, de Santa Catarina e Cláudia Barboza, do Rio de Janeiro. Carla, rapidamente, aqui no microfone.

**Carla de Prado Borges Karlson – Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social de Monte Castelo/SC:** Só gostaria de acrescentar a palavra *implantar*. Então, ficaria: *Implantar e implementar a política de formação continuada dos Conselheiros de Assistência Social*. Porque a gente sabe que em alguns municípios não adianta só implementar, mas é preciso implantar também, essa política, para que se efetive, realmente. [...]

[...]

**Cláudia Mara Ribeiro Barboza – Casa da Criança e do Adolescente de Nova Friburgo/RJ:** [...] *dos gestores para que possam entender o que é o método do controle social, implementar a política de formação e capacitação continuada de conselheiros, gestores e membros de fóruns permanentes de controle da Assistência Social*. A curto prazo, três esferas governamentais.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Você poderia repetir? Só a parte que você está colocando.

**Cláudia Mara Ribeiro Barbosa – Casa da Criança e do Adolescente de Nova Friburgo/RJ:** *e capacitação continuada de conselheiros, gestores e membros de fóruns permanentes de controle da Assistência Social*. Curto prazo, três esferas governamentais. É, *membros de fóruns*.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Eu pergunto: o *implantar* poderia estar contemplado na sua? E a Carla? Concorde com esse acréscimo? Sim? Então, nós temos duas propostas. A proposta 01 é a manutenção do texto.



Proposta 01: *Implementar a política de formação continuada dos conselheiros de Assistência Social.*

Proposta 02: *Implantar e implementar a política de formação continuada dos conselheiros gestores e membros de fóruns permanentes de controle da Assistência Social.*

Esclarecido? Em processo de votação! Proposta 01, manutenção do texto. Votem. Proposta 02, com a alteração. Abstenção? Aprovada a proposta 02. Meta 07.

**Rosangela Dias Oliveira Paz:** Na Meta 07, temos, também, duas pessoas: Sheila Braga, do Maranhão e Olavo, do Pará. Sheila.

**Rejane Sheila S. Braga – FUMCAS/MA:** Boa tarde. Estou só representando o grupo 21 que elaborou uma adequação da proposta, que já está inclusive lá. Seria: *Implantar e ampliar espaços de defesa social, Ouvidorias de Assistência Social Municipais, Estaduais e da União e articular a implantação de Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas, bem como, maior agilidade do Ministério Público, inclusive, na zona rural.* Porque se ficar como está lá em cima, fica parecendo que a Assistência Social tem competência para implantar e ampliar Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas e também fica de fora a necessidade, que a gente sente, de maior agilidade do Ministério Público, e a importância da Política da Assistência Social agilizar o Ministério Público. Por isso, o grupo 21 fez essa proposta.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Olavo?

**Olavo Alves Alencar – Associação Salva Vidas/PA:** Eu quero propor para a gente sentar, porque a minha proposta é com mais quatro estados. Eu queria propor à minha colega para a gente sentar e pedir ao pessoal que fez a proposta comigo para a gente fazer uma só redação.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Meta 08.

**Rosangela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Na Meta 8, nós temos também quatro pessoas. Olavo, você fique aí porque você também tem destaque na Meta 08. São eles: William Lisboa, Vicente de Souza, Olavo, do Pará e Kátia, de Goiás.

**William Lisboa – Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo/SP:** Meta 08. Após *demonstração do seu desempenho*, complementar *com transparência dos valores captados e sua destinação*. Vou ler de novo. Depois de *desempenho*, acrescentar *com transparência dos valores captados e sua destinação*. Obrigado.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Quem é o próximo?

**Rosangela Dias Oliveira da Paz- Conselheira do CNAS:** A Kátia que vai representar o Olavo, também.



**Kátia/GO:** É para propor uma alteração no texto da Meta 08, que ficaria desta forma: *Efetivar a fiscalização do funcionamento dos Fundos de Assistência Social e a alocação de recursos de cada esfera de governo, com publicização e demonstração de sua execução.*

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Você tem ela por escrito? Isso. Agora é o Vicente.

**Vicente de Souza:** Boa Noite. Apesar de ser uma palavra só, me parece que ela diz tudo. No início do texto: *Efetivar com transparência o funcionamento...* e o resto do texto continua. Porque foi uma proposta aprovada no grupo 19 de trabalho.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Terminamos aqui. Falta só a proposta da Kátia. proposta da. Já temos a proposta da Meta 07? Sheila e Olavo?

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Vamos fazer o seguinte, Rosângela: citar a Meta 09, porque tem várias pessoas que podem se articular para elaborar a proposta e a gente não perde tempo. Pode citar.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** A Meta 09 é uma Meta grande e já tem no texto original três propostas de inclusão. Ela vai até o item “i” e ela já vem no texto dos grupos com três propostas de inclusão. Além disso, nós temos inscritos para destaque: a Tatiana de Souza, de São Paulo; o Renato Mendes, de Goiás; William Lisboa, de São Paulo; o Olavo, do Pará; a Kátia, de Goiás; o Marcos, do Rio de Janeiro e o Nelson, do Paraná. São sete pessoas, numa Meta que é longa. A nossa proposta é que também vocês se reúnam e já comecem a se articular para tentar construir o que é de consenso. Enquanto isso, nós podemos avançar para a Meta 10, Ademar. Na Meta 10, nós temos duas pessoas inscritas: Ana Lúcia, de São Paulo e o Alderir Penha, de São Paulo. Ana Lúcia com a palavra.

**Ana Lúcia de Souza Barros Silva – Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP:** Eu gostaria de acrescentar na adequação. Ficaria da mesma forma e, dentro de tudo que a gente tem discutido, eu completaria a frase colocando: *visando a garantia de comando único estabelecido na Política Nacional de Assistência Social.* Tudo o que a gente está fazendo aqui é prevendo isso, não é?

**Alderir Gualberto Penha – Inspeção Salesiana de São Paulo/SP:** A minha sugestão de acréscimo é: depois de *Planos de Assistência Social garantindo*, eu sugiro acrescentar *através de legislação específica.* Leio todo? *Democratizar o processo de discussão das Emendas Parlamentares, submetendo-as ao debate e deliberações dos Conselhos de Assistência Social e aos respectivos Planos de Assistência Social, garantindo através de legislação específica o direcionamento obrigatório dos recursos para os respectivos Fundos de Assistência Social.* Incluindo-se aí o acréscimo que ela colocou.





**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CnAS:** Alderir, você tem por escrito para passar para a gente?

**Alderir Gualberto Penha – Inspeção Salesiana de São Paulo/SP:** Rosângela, posso dar um esclarecimento? A minha proposta e a dela podem ser agregadas.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Juntem as duas. Enquanto a Ana Lúcia e o Alderir juntam as propostas, eu pediria para voltarmos para a Meta 07, que já está pronta.

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Essa eu não sabia, mas vamos anunciar. A eleição da Miss SUAS e Mister SUAS encerrou, sendo eleitos a Senhora Lourdes Follmann, de 59 anos, do Pará – por favor, aplausos – e o Senhor Almides Bastos, de 35 anos, de Malhada – Bahia. Por favor, Miss e Mister. Um desfile aqui para todos. Que coisa maravilhosa.

(Fala fora do microfone)

**Ademar de Oliveira Marques – Conselheiro do CNAS:** Na Meta 07, nós temos duas propostas.

Proposta 01: *Implantar e ampliar espaços de defesa social: Ouvidorias de Assistência Social Municipais, Estaduais e da União, Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas, inclusive, na zona rural.*

Proposta 02: *Implantar e ampliar espaços de defesa social: Ouvidorias de Assistência Social Municipais, Estaduais, Distrito Federal e Nacionais e articular a implantação de Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas, bem como pedir agilidade no Ministério Público, inclusive na zona rural.*

A Plenária está esclarecida? Em processo de votação! Proposta 01, manutenção do texto. Votem. Proposta 02, alteração. Abstenção? Aprovada a proposta 02.

Eu queria aproveitar este momento que a gente vai ter para colocar proposta na tela, para dizer que eu estou com o vôo agora próximo e peço desculpas, mas queria, ao mesmo tempo, agradecer a oportunidade de nós estarmos nesta Conferência debatendo e participando de todo este diálogo. De fato, esta é uma Conferência histórica, porque ela marca uma nova passagem, uma nova visão sobre a política pública que é de longo prazo para estruturar. Eu agradeço e desejo a todos um restante final de boa Plenária e um retorno para casa com muita saúde e muita tranquilidade. Muito Obrigado.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Meta 08.

Proposta 01: *Efetivar o funcionamento dos Fundos de Assistência Social com a alocação de recursos de cada esfera de governo e publicização/demonstração do seu desempenho.*



Proposta 02: *Efetivar o funcionamento dos Fundos de Assistência Social e a alocação de recursos de cada esfera de governo com a publicização e demonstração da sua execução.*

Em regime de votação! Proposta 01 é manutenção do texto. Proposta 02 é alteração. Quem concorda com a manutenção faça o favor de levantar o crachá. Quem concorda com a alteração? Abstenção? Aprovada a alteração da Meta 08.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Eu pergunto ao pessoal da proposta 09, que é a última que falta no *Eixo de Controle*, se está pronta.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então, a proposta 09 é no *item a*, que é o de inclusão. A forma que foi apresentada pela Relatoria é: *Criar, estimular e fortalecer outras formas de participação da sociedade civil*. A *letra a*, que é da inclusão, conforme está no texto apresentada é: *Instalação de conselhos locais para acompanhamento e controle social da Política de Assistência Social considerando o porte do município*.

**Participante não identificado:** Considerando a experiência de Goiana que já tem estes Conselhos Locais funcionando, eu queria dar uma sugestão de texto que é a seguinte: *Instalação de conselhos locais de Assistência Social em cada CRAS para acompanhamento e controle social...* Pode terminar? Pode ou não?

(Fala fora do microfone)

**Participante não identificado:** Eles não estão deixando eu terminar.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Gente, por favor, nós já estamos terminando. Vamos ouvir o companheiro. Repete, por favor, companheiro.

**Participante não identificado:** *Instalação de conselhos locais de Assistência Social em cada CRAS para acompanhamento e controle social da política da Assistência Social vinculados ao Conselho Municipal de Assistência Social*. Ou seja, cada CRAS instalado, por exemplo, em Goiana, tem um conselho municipal que tem tantos membros; então, a gente teria em cada uma das nossas unidades um conselho local que faz o controle local. Para que isso? Para a gente estimular a participação da população...

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Vamos ouvir. Vocês se manifestam através do voto. Continua.

(Fala fora do microfone)



**Participante não identificado:** Então lá, também, é paritário. A gente já tem uma Lei Municipal, já tem tudo isso organizado. Quem quiser conhecer depois a experiência a gente pode mostrar. Esses conselhos locais vão fazer o controle com a participação efetiva dos usuários. Agora, a gente tem que pensar esta política em 10 anos, a gente está aqui para falar em 10 anos. A gente tem que pensar isso no futuro. Como a gente vai fazer esse controle mais de perto? O usuário participa aonde? Aonde é que as pessoas participam de verdade? A gente está querendo que essa participação seja efetiva em cada CRAS.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Conclua.

**Participante não identificado:** Essa é que é a defesa nessa proposta.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Duas propostas na *questão a*. Proposta 01, manutenção do texto da inclusão. Proposta 02, com alteração do texto apresentada pelo companheiro. Podemos votar? Proposta 01, que é manutenção, quem concorda? Proposta 02, com alteração? Ganhou a manutenção.

Na *letra b* não houve destaque, mas nós temos que votar porque ela tem redação apresentada pelos grupos.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** De inclusão.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Qual é a questão agora?

**Participante não identificado:** É porque o nosso companheiro veio aqui, mas não esclareceu que o único consenso da Meta 09 a que o grupo chegou foi com relação a essa proposta. Nós temos outros destaques na Meta 09 que, segundo a orientação do Marcelo, não precisava identificar uma a uma, bastava identificar o número da principal...

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Então vocês tem outra redação da *letra b*?

**Participante não identificado:** Só quero saber como é que se vai conduzir esse processo.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Quais são as alterações que vocês estão propondo? Quais os itens?



**Pessoa não identificada:** As letras *b*, *c*, *f*, *h* e *i*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Mesa faz o seguinte encaminhamento: que vocês construam as redações de todos os... É isso?

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não tem consenso? Então, por favor, encaminhem para a Relatoria que a gente vai colocar por item. Como não chegou ainda, nós vamos agora para a *questão b*.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Quem fez destaque na *letra b*? É o Marcos? Mas ainda não está pronto, não é? Quem fez destaque na *letra c*? Você? Então vamos deixar a *letra b* guardada aqui e vamos para a *letra c*.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Nós vamos resolver a *letra c* agora. A *letra b* está aguardando a orientação do nosso amigo. *Letra c*. Quem é, Rosângela?

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Tatiane.

**Tatiane Nascimento de Souza- Assistência Social/SP:** Acrescentando no texto. Fica assim: *Incentivar e assessorar grupos comunitários e movimentos sociais, na perspectiva do fortalecimento de sua organização e participação nos conselhos.*

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Só a Tatiane? Duas propostas na *letra c*.

Proposta 01: é a manutenção do texto apresentado pelos grupos, que é: *Incentivar e assessorar grupos comunitários e movimentos sociais na perspectiva do fortalecimento de sua organização.*

Proposta 02: é a mesma redação, com o acréscimo de *e participação nos conselhos*, que é a proposta da Tatiane.

Em regime de votação! Manutenção do texto, quem concorda? Alteração do texto? Abstenção? Está aprovada a alteração do texto na *letra c*.

Marcos já tem a *letra b*? A *letra b* é: Encaminhar aos legislativos anteprojeto de Lei de Responsabilidade Social que possibilite a deliberação, monitoramento avaliação do



orçamento social. Tem uma proposta de inclusão, na *letra b*, que é: *Criar auditoria cidadã, plebiscitos e projetos de lei de iniciativa popular*. Isto aqui está no texto e agora o Marcos vai apresentar a proposta dele.

**Marcos:** O nosso entendimento é que a proposta apresenta de forma muito confusa, que a idéia da Lei de Responsabilidade Social é boa, porém as funções que ela delega para essa Lei já são funções de primazia dos próprios conselhos. Então, o que nós estamos apresentando aqui é o seguinte: manter o texto até a palavra *possibilite*, ficando assim: *Encaminhar aos legislativos anteprojeto de Lei de Responsabilidade Social que possibilite a punição dos gestores públicos e privados no descumprimento da Política Nacional de Assistência Social a luz da LOAS*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** É muita coisa para pegar ali. Eu vou pedir para você falar de forma bem pausada, para o pessoal já pegar lá no computador.

**Marcos:** Perdão. Então, depois de *possibilite*, acrescentar *a punição de gestores públicos e privados no descumprimento da PNAS a luz da LOAS*.

(Fala fora do microfone)

**Marcos:** Ah, sim. Desculpem. *Nos três níveis de governo*, é claro. Obrigado.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Pronto, Marcos? Está lá contemplado? Temos duas propostas: a *letra b* é a que está no texto de vocês.

Proposta 01: *Encaminhar aos legislativos anteprojeto de Lei de Responsabilidade Social que possibilite a deliberação, monitoramento avaliação do orçamento social*.

Proposta 02 é a que o Marcos apresentou: *Encaminhar aos legislativos anteprojeto de Lei de Responsabilidade Social que possibilite a punição de gestores públicos e privados no descumprimento da Política Nacional de Assistência Social a luz da LOAS, nos três níveis de governo*.

Em regime de votação! Proposta 01, quem concorda com o texto levante o cartão de votação. Alteração do texto apresentada no Plenário? Abstenção? Aprovada a alteração no texto. Nós temos uma outra proposta que é de inclusão, na *letra b*.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Rosângela está me dizendo aqui que essa proposta de inclusão da *letra b* é uma nova proposta, por isso, teremos que colocá-la em votação em separado. A proposta é: *Criar auditoria cidadã, plebiscitos e projetos de lei de iniciativa popular*. Não tem destaque nessa questão. Eu pergunto ao Plenário: podemos votar? Quem concorda com a inclusão desta proposta levante o cartão. Quem discorda? Abstenção?



Então, está feita a inclusão da *letra b*, que vai ser renumerada no relatório. nós Agora nós vamos para a *letra f*. Quem fez o destaque?

**Participante não identificado:** A leitura desse subitem ficou meio vaga quando ele termina dizendo o seguinte: *por meio de organização de usuários*. A proposta é que se inclua *operadoras na rede e cadastradas ao SUAS*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Repete de forma pausada, companheiro. Só a inclusão.

**Participante não identificado:** Depois de *usuários, operadoras na rede e cadastrados ao SUAS*.

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** *Operadoras na rede e cadastrados do SUAS*.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Alguém fez mais destaque nessa, Rosângela? Temos duas propostas. Proposta 01 é manutenção do texto conforme veio dos grupos: *Realizar processos anuais de avaliação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) por meio de organizações de usuários do SUAS*.

Proposta 2: é essa redação acrescentando *operadoras na rede e cadastradas ao SUAS*.

Está claro para votar? Em regime de votação! Proposta 01, manutenção do texto. Proposta 02, com o acréscimo apresentado. Abstenção? Está aprovada a alteração.

*Letra h*. É o Marcos?

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** É o William e o Marcos. É só o William?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** William.

**William Lisboa – Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo/SP:** É uma inclusão de um texto no final da frase, depois de *de usuários*. Eu vou ler bem lentamente para que você acresça: *de usuários, por meio de capacitação e formação em políticas públicas e orçamentárias*. Não adianta a gente ter conselhos regionais, locais, se eles não estiverem capacitados. Essa é a justificativa. Obrigado.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Temos duas propostas.

Proposta 01, redação vinda dos grupos: *Implantar e implementar uma estratégia nacional para fortalecer o protagonismo da sociedade civil sobretudo do segmento dos usuários*.





Proposta 02 é essa redação com o acréscimo que foi apresentado pelo colega: *por meio de capacitação e formação em políticas públicas e orçamentárias*. [...]  
[...]

**Marcos:** Embora nos pareça muito simpática a proposta, penso eu que juridicamente, constitucionalmente, nós temos um problema aí: garantir que as deliberações nacionais tenham caráter similar de Lei significa pegar esse pacote de deliberações – me corrijam, se eu estiver errado – transformar num Anteprojeto de Lei e mandar para a Câmara, para que ela transforme isso numa Lei. Me parece que essa idéia é boa, me parece, mas eu não sei como é que a gente viabilizaria isso. E aí a gente está chamando a atenção para a *proposta de adequação* que está abaixo, que vai dizer: *que as deliberações das Conferências Nacionais sejam totalmente efetivadas e cumpridas à luz da legislação vigente*. Então, a proposta que eu faço, objetivamente, é que a *letra i* seja suprimida, mantendo o texto que está na adequação.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Entenderam a proposta do Marcos? Suprimir a *letra i* e acatar a adequação que foi apresentada pelos grupos, a redação de adequação. Está claro? Em regime de votação! Quem concorda com a proposta apresentada pelo Marcos? Quem discorda? Abstenção! Está aprovada a adequação e suprime aquela redação de cima.

Podemos dar uma salva de palmas bem forte, porque acabamos de aprovar o Controle Social, todos os eixos. E peço agora às minhas colegas de trabalho e os meus colegas para distribuir e informar.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Conselheiro do CNAS:** A proposta 10 já foi votada, nós já votamos a proposta 10!

**Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS:** Um esclarecimento: enquanto nós aguardávamos, Ana Lúcia e Alderir defenderam, fundiram a proposta e nós não apresentamos ainda. Ah, desculpe. Nós colocamos em discussão, eles apresentaram e ficou faltando a apresentação final. A Relatoria já colocou no computador?

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Congelem as palmas bem fortes que nós vamos voltar à proposta 10. Uma falha nossa.

Proposta 10: *Democratizar o processo de discussão das emendas parlamentares, vinculando-as ao debate e a deliberações dos Conselhos de Assistência Social, aos respectivos Planos de Assistência Social.*

Proposta de adequação: *Democratizar o processo de discussão das emendas parlamentares, submetendo-as ao debate, deliberações dos Conselhos de Assistência Social e aos respectivos Planos de Assistência Social, garantindo o direcionamento obrigatório dos recursos para os respectivos Fundos de Assistência Social.*



Proposta nova, redação nova: *Democratizar o processo de discussão das emendas parlamentares, submetendo-as ao debate e deliberações dos Conselhos de Assistência Social e aos respectivos Planos de Assistência Social, garantindo os recursos para os respectivos Fundos de Assistência Social, visando a garantia do comando único estabelecido na Política Nacional.*

Esta é a proposta de consenso. Altera o final com a questão do comando único.

Nós temos, então, duas propostas: a proposta que veio dos grupos e é aquele procedimento: se vocês acatarem a alteração, automaticamente é suprimida a redação e fica essa. Senão, a gente coloca em votação a adequação ou não. Está claro?

Proposta 01 é a que veio conforme os grupos e a Relatoria Geral apresentou. Quem concorda com essa redação? Alteração apresentada no Plenário? Abstenção? Aprovada a alteração e, neste momento, de fato, encerramos todos os Eixos e nós vamos passar, agora, à apresentação da questão do Mutirão. Logo em seguida nós temos as moções e, após as moções, o encerramento final da V Conferência Nacional de Assistência Social. Lembrando que, antes das moções, a Presidente do Conselho Nacional quer dar um informe, a todo o Plenário, de uma questão que foi discutida e que ela quer socializar com vocês. Antes das moções, depois que o Sílvio coordenar o processo de **Mutirão**. Lembramos que no Mutirão não cabem destaques. Então a gente vai apresentar e votar no bloco. Eu vou passar para o Sílvio.

### **Mutirão SUAS - Plano 10**

Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS: O Mutirão está previsto no nosso Regimento Interno, no art.24, que eu vou ler: *O Mutirão SUAS: 10 Estratégias de Luta para Implementar a Política Nacional de Assistência Social*, será apresentado e aprovado na Plenária Final. Vocês estão, neste instante, recebendo ou já receberam o texto. É uma página, frente e verso. O texto, como os demais, em função até da agilidade, tem algumas dificuldades ainda de ajuste, mas nós sabemos que isso vai ser corrigido posteriormente. O Ronaldo já enfatizou que ele será apresentado e aprovado na Assembléia. E o entendimento é de que não cabem destaques neste texto do *Mutirão SUAS*. Eu vou pedir para a Rosângela fazer a leitura do texto.

Rosângela Dias Oliveira da Paz – Conselheira do CNAS: *Mutirão SUAS - Plano 10*:

*Compromissos:*

- 1. Instalar a Assistência Social na esfera pública, como política de proteção social não contributiva.*
- 2. Fazer da Assistência Social direito de cidadania nos próximos 10 anos.*
- 3. Afirmar e garantir que a Política de Assistência Social seja profissional, planejada, continuada e submetida a controle social.*
- 4. Reconhecer o usuário da Assistência Social como sujeito de direitos.*
- 5. Construir a Assistência Social no plano público: nem exclusiva do Estado, nem exclusiva do privado.*



6. *Implantar o planejamento democrático no SUAS.*
7. *Publicizar a Política de Assistência Social e desenvolver cultura de ação e reflexão sobre os seus efeitos para os usuários.*
8. *Romper com o assistencialismo, a tutela, o favor.*
9. *Aumentar, progressivamente, o orçamento da Assistência Social, de modo a ampliar a cobertura do SUAS.*
10. *Institucionalizar, efetivamente, o co-financiamento previsto no SUAS.*
11. *Avançar para que a Assistência Social, juntamente com as demais políticas, contribua para que o Brasil supere a pobreza, as desigualdades sociais e a violação de direitos.*
12. *Reverter a política econômica, com valorização do investimento produtivo, com geração de empregos estáveis e garantidores de direitos e aumento da renda dos trabalhadores.*

#### *Ações:*

1. *Construir e fortalecer um campo de forças para a consolidação do SUAS, ampliando a interlocução além das instâncias deliberativas do Sistema.*
2. *Divulgar os 10 direitos sócio-assistenciais e torná-los norma de Lei.*
3. *Encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Lei do SUAS-Plano 10.*
4. *Fortalecer os Conselhos de Assistência Social e ampliar o seu protagonismo.*
5. *Articular a ação dos Conselhos com movimentos da sociedade civil em geral e com outros Conselhos, Fóruns e grupos que se organizam pela defesa da cidadania e das políticas públicas.*
6. *Utilizar, de modo mais efetivo, mecanismos de controle social: plebiscitos, cidadão, auditorias, tribunal popular, ação civil pública, Ministério Público, Tribunais de Contas, dentre outros.*
7. *Criar uma agenda positiva de mobilizações, com engajamento de várias organizações da sociedade e do poder público. Mobilizar escolas, empresas, universidades, associações, cooperativas, sindicatos, MST, sindicatos urbanos e rurais, grupos comunitários, Igrejas, PROCON, fundações, delegados das conferências, associações de moradores, organizações não governamentais, pastorais, usuários, conselhos de direitos, movimentos de afrodescendentes, indígenas, mulheres, cooperativas, e grupos organizados de produção, dentre outros.*
8. *Participar das discussões acerca do Relatório de Impactos dos direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais, junto ao Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos.*
9. *Realizar a articulação com os três poderes da República.*
10. *Formular projetos de iniciativa popular.*
11. *Lutar para a constituição de frentes parlamentares da Assistência Social.*
12. *Multiplicar parcerias intergovernamentais, intragovernamentais, com o Sistema S, com universidades, com ONGs.*
13. *Conhecer, publicizar e acompanhar os Planos de Assistência Social em todas as esferas.*
14. *Promover a informação, comunicação e divulgação do SUAS através da mídia e de todos os instrumentos e meios de divulgação possíveis e disponíveis, tais como vinhetas, cds, vídeos.*
15. *Realizar eventos com Prefeitos, Primeiras-Damas e demais.*



16. *Mobilizar reuniões, encontros, conferências, audiências públicas.*
17. *Criar uma rede específica para o Mutirão SUAS, entre as três esferas de governo e do Distrito Federal, e as instâncias deliberativas de pactuação e articulação do Sistema.*
18. **Formar comissões do Mutirão SUAS em cada esfera de governo.**

Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS: Obrigado, Rosângela. Estamos em regime de votação. Aqueles que concordam e que queiram participar desse Mutirão, por favor, levantem o seu cartão. Muito obrigado. Contrários? Abstenções. Está aprovado, então, o *Mutirão SUAS - Plano 10*.

Ronaldo Camargo – Secretária Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG: Convido aqui, então, a Presidente do CNAS. Ela tem umas informações para socializar com o Plenário e, logo em seguida, a gente apresenta as moções.

Márcia Maria Biondi Pinheiro – Presidente do CNAS: É a respeito da Fotografia da Assistência Social no Brasil. Após a reunião que os Estados fizeram com a Professora Aldaíza Sposati, escreveram um documento que eu li agora. Quero dizer que nós tiramos cópia desse documento e vamos entregar um para cada órgão gestor de cada Estado e um para o Conselho Estadual. A Josiane vai ficar ali com essa cópia, eu quero que vocês assinem que estão recebendo. E a Professora deixou, também, a relação, em todos os Estados, dos Municípios que estão, hoje, no CEDEST. O CNAS se comprometeu a fazer o rastreamento do material que está no CNAS para, dentro de alguns dias, a gente já ter esse material em mãos. É um documento que é assinado pelos gestores estaduais de Assistência Social, gestores municipais e Conselhos Estaduais de Assistência Social.

*“Considerando a relevância e o ineditismo de um levantamento global de informações acerca da Política de Assistência Social junto aos Estados e Municípios, que permite a construção do SUAS Plano 10, o esforço e o compromisso dos Estados, DF e Municípios, e suas respectivas instâncias de pactuação e deliberação, no sentido de publicizar os dados e sistematizar as informações, a importância do processo de análise empreendido pela equipe técnica de coordenação e realização do estudo Fotografia de Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS, a constatação da ausência, incorreção e incompletude de alguns dados e informações relevantes para o referido estudo, que alcança o percentual mínimo de 22,7% dos Municípios, a característica do trabalho proposto de Fotografia, que requer, necessariamente, a inserção de todos os dados já levantados e disponibilizados pelos Estados, DF e Municípios, quando da análise, a premência de complementação dos dados com estabelecimento de prazo para reenvio dos documentos pelos Estados, DF e Municípios, propomos:*

- *A conferência dos Álbuns enviados pelos Municípios, DF e Estados, junto ao CNAS, até 20.12.2005.*
- *O estabelecimento de grupos de referência dos gestores e dos Conselhos Estaduais, para concentração das informações relacionadas aos Álbuns, por Estados, e para contato com o CNAS.*





- *A identificação, pela equipe técnica do estudo, dos dados faltantes ou imprecisos a serem complementados, e posterior comunicação ao grupo de referenciados Estados.*
- *O encaminhamento dos dados complementares dos Municípios, DF e Estados, para o CNAS, até 15.02.2006.*
- *O retorno das informações consolidadas e análises correspondentes aos gestores estaduais e municipais e Conselhos Estaduais de Assistência Social, para apreciação anterior à publicação do Documento Final.*

*Brasília, 08 de Dezembro de 2005”*

Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS: Uma das questões importantes é a seguinte: a avaliação dessa Conferência terá um caráter diferente. Nós estaremos disponibilizando no *site* do CNAS a possibilidade destes participantes fazerem uma avaliação. Ela tem a finalidade de facilitar a catalogação e, também, de que a gente aqui, no meio de tantas coisas, não tenha ainda de entregar novos papéis. Então, no *site* mds.gov.br vocês encontram um espaço para Conselhos e, a partir dele, vocês vão ter a possibilidade de entrar no *site* do Conselho e fazer a avaliação da V Conferência Nacional de Assistência. Eu quero, antes de a gente chegar nas Moções, fazer um registro especial aqui: todos nós nos envolvemos profundamente na Conferência, mas há um grupo que foi responsável pela possibilidade de nós trabalharmos hoje, aqui. Trabalhou sob muita tensão, mas com um enorme esforço e, por encontros e desencontros, nem sempre consegui ser percebido da forma como, talvez, devesse, e até recebeu algum tipo de julgamento, avaliação, de nós todos, da Comissão de Organização, do Conselho e da própria Plenária. Mas foi graças ao esforço da equipe de sistematização cujos nomes o Ademir, que é o Coordenador desse grupo, vai dar agora.

Ademir Alves da Silva – Coordenador da Equipe de Sistematização: Uma menção indispensável que eu gostaria de fazer, orgulhosamente, aos colegas, companheiros que compartilharam desse trabalho intenso nas últimas horas e nos últimos dias, ou seja, à equipe de Relatoria dessa Conferência, que tratou dos trabalhos da Conferência, mas não, por exemplo, dos trabalhos das Oficinas. Quem são essas pessoas? José Maestro de Queirós, que esteve o tempo todo ali no computador, Maria do Rosário Correia Sales Gomes, Neiri Bruno Chiacchio, Vânia Néri, Mauricéia Lígia Neves da Costa Bonfim, Rosimeire Scatena, Ana Maria Correia Conegundes e os vinte e três Relatores com os quais vocês puderam conviver nos grupos de trabalho. A sugestão é de que se levantem, na hora da menção: Débora Cristina Amorim, Iraci de Andrade, Marlene Muniz de Andrade, Valéria Cabral Carvalho, Kátia Regina Madeira, Telma Maranhão Gomes, Maria Auxiliadora, Érika Valamiel, Lúcia Lopes da Silva, Marisa da Silva Ferreira, Simone Elizabete Rocha Ribeiro, Domingos Sávio Araújo, Gecira di Fiori, Jaqueline Rosa Pereira, Alex Luiz Barros Vargas, Renata Maria Coelho, Andréa Méier Gomes, Valéria Maria di Massarani Gonelli, Maria Rosângela de Jesus Lucena, Socorro Vieira, Neile d’Oran Pinheiro, Eutália Barbosa Rodrigues, Simone de Almeida e eu, Ademir Alves da Silva. Obrigado.

Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS: Eu agradeço a sensibilidade dessa Plenária que, através dessas palmas, consegue reconhecer o efetivo esforço desse grupo que, por exemplo, na última noite ficou até às quatro da manhã e, que hoje, antes de eu chegar



aqui às 8:00 h, já estava aqui de novo. Esse esforço é que propiciou que nós conseguíssemos chegar a um bom resultado aqui também. Eu passo a palavra, de novo, ao Ronaldo. Ronaldo, por favor, introduza a questão do Regimento, das moções, para a gente poder avançar.

## **Moções**

Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG: Com relação às moções, o procedimento é o seguinte, para que a Plenária tome conhecimento de como a Mesa vai conduzir: o art.25 do nosso Regimento Interno, no Capítulo V das Plenárias, coloca:

*As moções deverão ser apresentadas à Comissão Organizadora até às 19hs do dia 07 de dezembro, com a coleta de assinatura de, pelo menos, 10% em número de 1115 Delegados –* Esse número, na verdade, teve uma variação em função da quantidade de Delegados inscritos – que se trata do art. 9º deste Regimento, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária Final.

§ Único: As moções serão apreciadas pela Plenária Final logo após a aprovação dos Relatórios Finais.

Estes, então, são os artigos que dizem respeito a como que nós vamos proceder à apresentação e votação das moções. Eu vou solicitar ao Conselheiro Sílvio que faça a leitura e nós vamos votar individualmente. A gente consulta o Plenário se tem algum esclarecimento para se fazer. Caso não tenha, automaticamente a gente coloca em votação. São onze moções. A gente apresenta, eu pergunto ao Plenário se está esclarecido. Se ele não estiver, a gente pede a uma das pessoas autoras da moção que venha, esclareça e aí, automaticamente, a gente põe em votação. Não cabe aqui defesa, nem questão de intervenção de defesa contrária ou a favor, porque isso vai ser manifestado através do voto dos Delegados a partir dos esclarecimentos, caso a Plenária solicite. O João Paulo está pedindo uma questão de esclarecimento.

João Paulo: A gente não tem acesso a nenhuma moção, em qualquer Plenário ou qualquer momento. Após a leitura, eu acho que o melhor encaminhamento é ver se as pessoas concordam ou têm destaque, eu acho que está correto. Agora, quando não tiver concordância de uma moção, eu acho relevante a gente defender uma proposta contra e uma a favor e explicar para o Plenário, para ser mais coerente.

Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG: Então, eu submeto à Plenária o seguinte encaminhamento: existe uma orientação da Coordenação que é o procedimento das moções. Apresentamos de forma individual, consultamos o Plenário se está esclarecido e, se o Plenário responder que sim, nós, automaticamente, colocamos em votação. A segunda proposta, que foi apresentada pelo Conselheiro João Paulo, é que, caso a Plenária não esteja esclarecida, abriremos para defesa da moção, tanto a favor quanto contrário. Essa é a segunda proposta e, automaticamente após essas intervenções, colocamos em votação.





Eu consulto esse Plenário com relação a esses dois encaminhamentos: o encaminhamento 01 é o encaminhamento que veio da Comissão. O encaminhamento 02 é o encaminhamento feito pelo João Paulo agora, na Plenária. Estão esclarecidos para votar? Proposta 01 é o encaminhamento da Coordenação da V Conferência. Quem concorda com ela, por favor, levante o cartão. Quem concorda com a proposta apresentada pelo João Paulo, por favor, levante o cartão. Ganhou o encaminhamento da Coordenação, que é somente esclarecimento e votação, logo em seguida. Passo para o Sílvio para fazer a leitura da primeira moção e eu peço silêncio, porque nós não tivemos como reproduzi-las para que vocês as tivessem em mãos, então vocês vão prestar atenção na leitura. Sílvio.

Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS: Inicialmente eu informo que todas as moções tiveram, evidentemente, o número de assinaturas necessário. Então não há a necessidade de repetir isso depois. Todas elas estão em conformidade com o que prevê o Regimento.

**Primeira Moção:** *Moção de desagravo: No Brasil, o cenário que retrata o acelerado ritmo de crescimento da população idosa, em contraposição à diminuição dos índices gerais do crescimento populacional, leva-nos a constatar, frente a essa realidade, o modelo de vida que está posto para os longevos, e, em especial, o tratamento que a política pública de [...]*

*[...] e fisiológicas. Como entender a Política Nacional de Assistência Social – SUAS – sem equilibrar a ordem das necessidades dos sete milhões de brasileiros idosos com os de outros grupos de atenção especial. Constatamos que a V Conferência Nacional de Assistência Social não privilegia o tema “idoso” em toda a sua programação e, ainda, coloca a reboque as demandas da pessoa idosa na construção do SUAS Plano 10. Entendemos, também, que a Oficina do Benefício de Prestação Continuada – BPC – não contempla as necessidades específicas desse segmento e a ampliação e o alcance social dos serviços, programas e projetos. Face às demandas da população idosa, exigimos, de imediato, a implementação dos planos de gestão intergovernamental, de competência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como coordenador da Política Nacional do Idoso, bem como a revitalização da rede pública de atenção à pessoa idosa, nas modalidades previstas na proteção básica especial, com proposta de ampliação de financiamento para os Estados e Municípios de gestão básica plena e inicial. Dessa forma, os representantes dos Conselhos Estaduais, Municipais dos Fóruns da PNI – Política Nacional do Idoso – e da sociedade civil vêm, através do presente apresentar, publicamente, a Moção de Desagravo em favor daqueles que construíram a história do nosso Brasil.*

Essa é a Moção com 238 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Consulto o Plenário: está esclarecido para votar essa Moção? Em regime de votação! Quem concorda com esta Moção levante o cartão. Quem discorda? Abstenção. Aprovada esta Moção, pelo Plenário. Próxima Moção.

**Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS:** *Moção de Solidariedade e de Repúdio: A V Conferência Nacional de Assistência Social, pelo princípio da intersetorialidade com*



*as políticas públicas e em solidariedade com o trabalhador rural, manifesta seu repúdio e solicita que seja revogado o Dispositivo que determina a aposentadoria por idade ao trabalhador rural, somente mediante contribuição a partir de 25.07.2006, sendo que, até 24.07.2006, os segurados especiais que não comercializam a sua produção ou que não possam contribuir, poderão comprovar apenas que, efetivamente, exercem atividade rural, mesmo que de forma descontínua, em número de meses idêntico à carência exigida. Quem não tem condição de contribuir em 24.07.2006, também não tem condição de contribuir a partir de 24.07.2006.*

442 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Solicito informação do Plenário. A Plenária está esclarecida para votar essa Moção? Em regime de votação! Quem concorda, por favor, levante o cartão de votação. Quem discorda? Abstenção. Aprovada a Moção. Próxima.

**Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS:** *Moção de Apoio aos Conselhos Municipais de Assistência Social das Cidades de Belo Horizonte e São Paulo, e outras que porventura, e de forma corajosa, através de Resolução, têm regulamentada a utilização de recursos de Emendas Parlamentares Federais individuais, no sentido de que as mesmas se direcionem aos Fundos Municipais de Assistência Social e não diretamente a entidades, de acordo com a vontade de Deputados Federais.*

Esta é a Moção, com 121 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Plenária está esclarecida para votar esta Moção? Em regime de votação! Quem concorda com essa Moção levante o cartão de votação. Quem discorda? Abstenção? Aprovada a Moção. Próxima.

**Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS:** *Moção de Apoio: Os Delegados da V Conferência Nacional de Assistência Social referendam a presente Moção de Apoio para a alteração da realização das Conferências Nacional de Assistência Social e Nacional da Criança e do Adolescente, de modo que passem a ocorrer em anos alternados, possibilitando, desta forma, maior participação por parte das organizações sociais, usuários e trabalhadores. Que o mesmo parâmetro seja seguido nas instâncias estaduais e municipais.*

Esta Moção tem 116 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência de Belo Horizonte/MG:** O Plenário está esclarecido para votá-la? Está esclarecido? Levante o cartão quem está esclarecido! Quem não está esclarecido levante o cartão! A maioria está esclarecida. Em regime de votação! Quem concorda com essa moção, por favor, levante o cartão de votação. Quem discorda? Abstenção. Aprovada a Moção. Próxima.

**Sílvio:** *Moção pela realização de Plebiscito para se discutir o aborto no país: considerando que a Política Nacional de Assistência Social contempla a proteção à vida, considerando que o documento Fotografias da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS reitera a defesa da vida, solicitamos a realização de Plebiscito, em âmbito nacional, sobre a questão do aborto no país, de modo a se debater com mais*



*profundidade essa questão, qualquer que seja o resultado final. A população brasileira tem o direito de conhecer as diferentes visões sobre essa questão.*

Essa Moção possui 260 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Consulto o Plenário: está esclarecido para votar essa Moção? Em regime de votação! Quem concorda com esta Moção levante o cartão. Quem discorda? Abstenção. Pelo contraste, a Mesa não conseguiu verificar se ela foi ou não aprovada. Nós vamos ler de novo a Moção e vamos entrar em regime de votação novamente, porque eu estou entendendo que algumas pessoas não conseguiram compreender o conteúdo da Moção. Por isso a pessoas tiveram dificuldade em se manifestar. Nesse sentido, nós vamos pedir ao Sílvia para fazer a leitura novamente.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Está chegando aqui uma informação de que não é preciso fazer a leitura, é somente a votação. Eu concordo, também, que é preciso ler, mas estão pedindo que não. Eu consulto o Plenário: precisa ler ou não? Quem concorda que precisa ler novamente levante o cartão. Aí é mais fácil de a gente verificar. Quem acha que não precisa ler? A maioria. Em regime de votação! Quem concorda com a Moção levante o cartão. Quem discorda? Ganhou o *discorda*. Moção não aprovada. Próxima.

**Sílvia Iung – Conselheiro do CNAS:** *Moção de Apoio e Referendo: em conformidade com o art.25 e seu § Único do Regimento Interno da V Conferência Nacional de Assistência Social, apresentamos à Comissão Organizadora desta Conferência, de forma a permitir o processo de apreciação e votação, pela Plenária Final, da Moção de Apoio e Referendo à Moção conferida aos componentes remanescentes do Corpo de Bombeiros Municipal de Nilópolis, Rio de Janeiro, pela I Conferência Municipal de Assistência Social de Nilópolis, Rio de Janeiro, aprovada e referendada pela Plenária da V Conferência Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro.*

120 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Pergunto ao Plenário: está esclarecido para votar? Não? Por favor, quem conduziu o processo dessa Moção poderia dar o esclarecimento necessário à Plenária? Um proponente, porque os 120 que assinaram são proponentes. Alguma dessas 120 pessoas poderia vir ao microfone dar o esclarecimento dessa Moção?

**Sílvia:** Quem registrou a Moção foi Reginaldo Morais de Lima.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Reginaldo encontra-se no Plenário? Por favor, Reginaldo, venha ao microfone e preste o esclarecimento, porque o Plenário quer o esclarecimento da Moção. O Reginaldo vai esclarecer ao Plenário a Moção que foi lida. De forma objetiva, em três minutos, Reginaldo, se possível.



**Carlos Bombeiro:** Boa noite. Primeiramente, eu não sou Reginaldo, sou Carlos, sou Carlinhos Bombeiro. Eu sou, também, bombeiro, estou na ativa do Rio. Os companheiros apresentaram essa moção porque antigamente o Estado do Rio era dividido em Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, e esses companheiros pertenciam ao Estado da Guanabara. Quando houve a fusão, esses companheiros não foram incorporados ao Estado, e permaneceram, até hoje, à margem. Então tem uma equipe, eram 70 Bombeiros, desses 30 já foram incorporados novamente ao Estado, mas a maioria, 40, ainda não incorporados. E são Bombeiros concursados no Rio de Janeiro, na década de 70. Por isso nós estamos lutando. Eu sou do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, sou da ativa, só estou defendendo os companheiros.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Plenária está esclarecida? Quem está esclarecido levante o cartão! Quem não está esclarecido ainda? Vamos colocar em regime de votação, porque a maioria está esclarecida. Em regime de votação! Quem concorda com essa moção levante o cartão. Quem discorda? Abstenção! Eu estou entendendo, consultando aqui os meus Pares, na Mesa, que a Moção foi aprovada pela maioria, porque teve um número grande de abstenções. Próxima.

**Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS:** *A sétima Moção - Moção: os participantes da V Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam:*

1. *Reversão da política econômica com valorização do investimento produtivo, com geração de empregos estáveis e garantidores de direitos, garantia de renda de trabalhadores e redução progressiva do superávit primário.*
2. *Suspensão da utilização dos recursos da Seguridade Social, via desvinculação das receitas da União, para formação do superávit primário.*
3. *Realização de uma reforma tributária com vistas a desconcentração dos recursos públicos, no âmbito federal, e o fortalecimento do Pacto Federativo, em especial a garantia de condições necessárias ao cumprimento das atribuições municipais.*

São 115 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Consulto o Plenário: o Plenário está esclarecido para votar? Em regime de votação! Quem concorda com essa Moção levante o cartão. Quem discorda? Abstenção! Aprovada a Moção. Próxima.

**Sílvio:** *Oitava Moção – Moção: Estado do Rio Grande do Sul. Solicitação de reabertura das discussões, de forma ampla, com relação ao art.3º da LOAS.*

São 226 assinantes.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** O Plenário está esclarecido para votar essa Moção? Não? Fátima, você está querendo usar o microfone a respeito dessa Moção? Você vai fazer o esclarecimento da Moção, Fátima?

**Fátima:** Eu quero pedir um esclarecimento.



**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Mas todo o Plenário está pedindo esclarecimento! Eu consultei, e a Plenária não se sente esclarecida para votar.

**Fátima:** Eu não estou esclarecida, é por isso que eu queria pedir um esclarecimento!

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Não é só você, a maioria do Plenário não está esclarecida. Deixa ela dar o esclarecimento e, se você não se sentir contemplada, eu passo o microfone para você. Porque eu perguntei e a maioria do Plenário diz que não está esclarecida. Pois não.

**Participante não identificada:** Não cabe defesa, mas eu vou ser bem sutil. Nós precisamos discutir mais. Ninguém está contra o que saiu de resolução, nós queremos uma discussão mais ampla. Houve uma Oficina, aqui, que não foi suficientemente esclarecedora, até porque ela coincidiu com todas as outras. Talvez se nós todos estivéssemos participando dessa Oficina nós pudéssemos, até, retirar a Moção, mas eu acho que nós precisamos discutir mais. E estou fazendo a defesa porque na reunião, ontem, das Assistentes Sociais, foi dito para todas que não aceitassem, quer dizer eu também quero ter o direito de defender. Ninguém está contra, nós só queremos reabertura da discussão para poder construir junto. Nós estamos num Estado democrático, e não pode ser meia dúzia de pessoas que resolva.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Consulto o Plenário: está esclarecido? Por favor, Fátima.

**Fátima:** Eu acho que a democracia norteou essa V Conferência e não vai ser agora no final, nas Moções, que nós vamos inviabilizar essa democracia. Agora, o que eu acho é que nem todos nós discutimos tudo, mas a questão do art.3º há doze anos que vem sendo discutida. E já houve vários problemas. E o problema principal é que essa Resolução não saindo, não sendo aprovada já, vai inviabilizar que os municípios se fortaleçam, que os municípios, realmente, criem condições para criar o SUAS, que é o que nós defendemos desde que iniciamos esta Conferência. Eu perguntaria porque se está retomando essa questão se o conjunto de nós, presentes ou não, asseguramos e solicitamos que isso fosse feito.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Simone vai dar o esclarecimento. E nós vamos consultar novamente o Plenário e encerramos para a votação, se vocês concordarem que estão esclarecidos.

**Simone:** De fato eu estou muito confusa, e é por isso que eu queria esclarecimento. Primeiro, eu queria que a Plenária me esclarecesse se doze anos de discussão é muito pouco. Segundo, eu queria esclarecer se nós podemos fazer uma Moção numa deliberação que nós tivemos, há dois anos atrás, exigindo que o Conselho Nacional aprovasse a regulamentação do art.3º. Terceiro, eu quero ser esclarecida se nós devemos desconsiderar dessa forma o poder deliberativo do Conselho Nacional.





**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Mesa consulta o Plenário: a Plenária está esclarecida para a votação? Em regime de votação! Quem concorda com a Moção levante o cartão. Quem discorda? Abstenção! A Moção foi reprovada. Próxima.

**Sílvio Iung – Conselheiro do CNAS:** *Moção de Apoio: Nós, Delegados da V Conferência Nacional de Assistência Social, abaixo assinados, apoiamos as seguintes propostas:*

- 1. Para efetivo controle da Política de Assistência Social é necessário a normatização da obrigatoriedade da totalidade dos recursos da Assistência Social serem vinculados aos Fundos Municipais de Assistência Social.*
- 2. Financiamento específico, para que a universalidade (?) dos Conselhos Municipais e dos Estados instituem sites.*
- 3. Criação de um Fórum de discussão permanente da Assistência Social, via internet, que deve ser instituído, preferencialmente, no site do Fórum Nacional de Assistência Social.*
- 4. A necessidade do mapa de exclusão social do país, através de instrumental único, que seja elaborado pelo CNAS e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A responsabilidade pela aplicação, gerenciamento e financiamento deste instrumental deve ser do Governo Federal. Obs: Caso os dados já colhidos pelo IBGE, Previdência Social, fundações de pesquisa, entre outros, já dêem conta das informações necessárias, é preciso criar instrumental único para compilar esses dados.*
- 5. Conforme a última Conferência Estadual da Assistência Social do Estado de São Paulo, apoiamos a proposta de vinculação orçamentária – LDO/LO/PPA – em todas as esferas de governo para as Políticas de Assistência Social, nos seguintes termos: 5% curto prazo, 10% médio prazo, 15% longo prazo. Lembramos que estes percentuais devem ser aplicados sem a consideração dos recursos advindos dos programas de transferência de renda e do BPC.*

Essa Moção tem 146 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Gisele, você quer usar o microfone? Você quer dar um esclarecimento?

**Gisele:** Eu tenho uma dúvida só em relação a um ponto da Moção, porque a gente acabou votando uma proposta que fala da destinação dos recursos aos Fundos, quais são os recursos que devem estar no Fundo, que são os recursos para as ações finalísticas. E a Moção fala novamente de todos os recursos. Então gostaria de ter um esclarecimento de como isso vai ser tratado, o que prevalece. Acho que a gente considera viáveis todas as propostas que estão na Moção, porém esse ponto contraria uma proposta já votada aqui. E aí a gente precisa resolver isso.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Você vai responder? Por favor.

**Joel:** A gente fez uma articulação, fez essa Moção, e o grupo está entendendo que a maioria das propostas que estão aqui estão contempladas já no que foi discutido aqui na Plenária. Eu acho que a gente pode retirar. Essa questão dos Fundos Municipais é que,





normalmente, o Fundo Municipal dos Municípios controla parte dos recursos que são aplicados na Assistência Social. Eu acho que essa questão, como a Conselheira acabou de falar, também está contemplada nas propostas que já foram colocadas no dia de hoje. A idéia é que o Conselho Municipal tenha um controle maior sobre a Política de Assistência Social, quer dizer, tudo o que é investido na Assistência Social precisa passar pelo Fundo, na área específica da Assistência, é lógico.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** A Mesa está entendendo que o autor que protocolou a Moção está acatando a sugestão da Gisele em consonância com o que nós deliberamos. Eu vou colocar a Moção em votação, com essa ressalva. Pois não.

(Fala fora do microfone)

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Correto, companheira. Ela lembrou uma coisa pertinente: a Moção foi apresentada e assinada, e ela está levantando que Moção não pode ser modificada. De fato, isso consta no Regimento. Então eu pergunto ao Plenário: está esclarecido com as questões, com as intervenções que foram feitas? Cabe ao Plenário decidir se entra ou não com a Moção, principalmente os Delegados. Quem concorda com a Moção levante o cartão de votação. Quem discorda? Abstenção! Ela não foi aprovada. Próxima.

**Sílvio:** Décima e penúltima Moção – *Moção: Os Delegados e demais participantes da V Conferência Nacional de Assistência Social solicitam a aprovação da Moção de Apoio à criação de Lei Federal de Regulamentação do SUAS, para garantir a efetivação da Política de Assistência Social como Política Pública de Estado.*  
São 116 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Plenário, está esclarecido para votar? Em regime de votação! Quem concorda com esta Moção levante o cartão de votação. Quem discorda? Abstenção! Aprovada a Moção. A última Moção, Sílvio.

**Sílvio:** *Moção de Repúdio: Os Delegados, Delegadas, participantes, convidados e observadores da V Conferência Nacional de Assistência Social repudiam a instauração e validade de Cursos de Graduação em Serviço Social à distância, por não garantir a formação adequada para a intervenção nos diversos campos de atuação precípuos da área. Repudiamos, outrossim, a forma arbitrária com que o MEC legislou sobre esta matéria, sem a discussão e anuência das instituições representativas da categoria dos Assistentes Sociais.*  
116 assinaturas.

**Ronaldo Camargo – Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/MG:** Plenário, está esclarecido para votar? Em regime de votação! Você quer dar um esclarecimento? Eu vou perguntar ao Plenário: Plenário, está esclarecido para votar? A maioria está esclarecida para votar, minha companheira. Em regime de votação! Quem concorda com a Moção levante o cartão de votação. Quem discorda? Abstenção! Nesse momento a gente encerra a discussão e aprovação das Moções.



Agora nós temos a **Mesa de Encerramento da V Conferência**. Eu peço licença e aproveito para agradecer à Comissão Organizadora da V Conferência, ao CNAS e ao Ministério do Desenvolvimento Social, pela oportunidade de estar aqui contribuindo como facilitador dessa Plenária Final. Um grande abraço e um beijo em todos, no coração.

Tem uma intervenção aqui de uma Senhora. Pode usar o microfone.

**Participante não identificada:** É a respeito da Moção [...]

[...]

## **Sessão de encerramento**

---

**Coordenador:** Lígia, neste momento, você passa a representar o FONSEAS. Muito bem. Nós vamos passar a palavra para a Dalila em nome da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Assistência Social.

**Dalila Maria Pedrini – Vice-Presidente do CNAS:** Boa noite queridas companheiras, boa noite, queridos companheiros. Esse é um momento histórico. Nós temos agora um *Plano SUAS - 10 Anos*. Essa é uma grande conquista da sociedade brasileira e merece uma grande salva de palmas. Este Plano SUAS que nós vamos concretizar foi construído por muitas mãos, foi tecido, é uma trama justa, é uma trama solidária construída a muitas mãos em todo o território nacional. Queremos ressaltar a importância significativa da sociedade civil neste processo, uma multidão de pessoas da sociedade civil, junto com gestores, no seu modo de fazer, no seu modo de pensar, construindo esse Plano. A sociedade civil vem, há muitas décadas, construindo a democracia no Brasil, reivindicando políticas públicas e, especialmente, a Política de Assistência. Preparou todo o campo para que tivéssemos a LOAS e construiu a LOAS nesses 12 anos. Então, não tenho nem dúvida que esta é uma noite, também, de regozijo para todos nós da sociedade civil, face à contribuição que pudemos dar e o fizemos com muito empenho e com muita qualidade. Agora, com este Plano em mãos, creio que temos a convicção de que faremos a nossa parte. Vamos construir, vamos nos empenhar, porque a hora é de construção. Companheiros e companheiras, muito obrigado a cada um e a cada uma. Vamos, nos próximos anos, construir a Política de Assistência Social para o Brasil.

**Coordenador:** Pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social, Dr. Oswaldo Russo.



**Oswaldo Russo – Secretário Nacional de Assistência Social:** É com imensa satisfação que nós estamos aqui representando o Órgão Federal de Gestão da Política de Assistência Social. Quero dizer para todos os gestores aqui presentes, federais, municipais, estaduais, para todos os representantes da sociedade civil, enfim, para todos que participaram como convidados, como observadores, além dos delegados, a importância que tem essa V Conferência na trajetória da Assistência Social e, particularmente, nos próximos 10 anos. Quero também, neste momento, como Secretário Nacional da Assistência Social, agradecer a participação de todos que colaboraram para que esta V Conferência pudesse ter a organização e a excelência que teve. Quero agradecer, especialmente, a toda a equipe da Secretaria Nacional de Assistência Social e quero, também, fazer um reconhecimento ao Conselho Nacional de Assistência Social, a todos os seus servidores, pelo trabalho realizado em prol do Brasil. Essa Conferência talvez tenha sido, depois da LOAS, um marco histórico da Assistência Social, porque ela foi discutida em todo o Brasil com quatrocentos mil participantes em 85% dos municípios de todos os estados e o Distrito Federal que fizeram esta Conferência. Então, nós estamos aqui honrando a participação desses quatrocentos mil, e devemos levar a todos eles as informações, para que possam desenvolver o Mutirão que foi aprovado aqui. Queremos dizer também, neste momento, que este ano estamos construindo o Sistema Único pactuado por todos os gestores federais, municipais e a sociedade civil, dizer que, de fato, a partir de agora, nós tornamos cada vez mais real e eficaz a Assistência Social como Política Pública de Estado, garantidora de direitos. E por último, temos imensos desafios, como Representante do Órgão Gestor Federal, e muitas propostas aprovadas apontando para modificações, apontando para a gente, progressivamente, realizar a universalização da Assistência Social, particularmente na proteção social básica. Quero dizer que a nossa Secretária Executiva já convocou uma reunião dos delegados federais para hoje ainda e, a partir de amanhã, estaremos na Secretaria para começar a implementar as decisões da V Conferência. Um grande abraço a todas e a todos vocês.

**Pessoa não identificada:** Passamos a palavra para a Doutora Márcia Lopes, que está representando o nosso querido Ministro Patrus Ananias.

**Márcia Helena Carvalho Lopes – Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:** Boa noite a todos e a todas. Talvez um pouco cansados, mas, eu não tenho dúvidas, muito mais entusiasmados, muito mais cheios de convicção e da certeza desse processo de construção da Assistência Social, como política de estado, como direito das pessoas, dos usuários. Nós estamos aqui para celebrar. Tudo isso que já foi dito aqui pela Dalila, pelo Secretário Oswaldo Russo, por tudo aquilo que vocês vivenciaram em cada município deste Brasil. É com este espírito de celebração que eu tenho a honra de estar aqui representando o Ministro Patrus Ananias, que só não está aqui por uma coincidência de data e, neste momento, ele está no Rio de Janeiro, também, numa tarefa muito importante. Por reconhecimento, ele está recebendo hoje um dos maiores prêmios dos direitos humanos, o Prêmio Alceu de Amoroso Lima e, por isso, não está aqui, mas pediu-me que o representasse. E é um grande orgulho saber que nós temos este homem público de tamanha grandeza, tamanha ética, tamanha dedicação da sua vida à nação brasileira.



E, por isso, quero reiterar o agradecimento a todos os componentes desta Mesa, já nominados, que representam gestores, conselheiros, sociedade civil, as entidades, as instâncias de pactuação, aquilo que tem representado a Assistência Social no Brasil. Particularmente, parabenizar o Conselho Nacional de Assistência Social, na pessoa de sua Presidente Márcia Pinheiro, na pessoa de sua Vice-Presidente Dalila, e dizer que nós temos alegria de ver que o CNAS hoje ganhou base social, que o CNAS saiu dos jornais com as críticas contundentes e com a desconfiança que havia dos seus encaminhamentos. O CNAS está conquistando o estoque zero dos seus processos. O CNAS democratizou a sua relação. O CNAS tem a credibilidade, hoje, de todas as instâncias, de todas as políticas que têm relação com este Conselho que a cada mês se reúne, se dedica e com determinação cumpre a sua tarefa. Isso é um grande orgulho e traz para o Órgão Federal, também, a segurança de que este Conselho tem capacidade de deliberação, que este Conselho é respeitado pela instância federal nas suas deliberações e, por isso, foi capaz de organizar, de chamar, de estar à frente de uma Conferência com esta magnitude.

Quero agradecer os servidores do CNAS, os servidores do Ministério de Desenvolvimento Social, particularmente na pessoa do Secretário Oswaldo Russo, por toda a equipe da Secretaria. Dizer que este recurso, em torno de um milhão e oitocentos mil gastos nesta Conferência, foi um investimento fundamental do Governo Federal. Dizer que, em nenhum momento, o Ministro Patrus ou quem quer que seja questionou a aplicação e a necessidade de ampliação para além daquilo que estava previsto no orçamento passado para esta Conferência. Tudo isso valeu a pena. Valeu a pena que no ano passado todos nós do Ministério do Desenvolvimento Social viajássemos para todos os estados deste Brasil conversando, ouvindo, democratizando as nossas angústias, as nossas responsabilidades, as nossas tarefas imensas, no sentido de fazer valer a deliberação da 4ª Conferência que tinha como principal deliberação a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Não houve, em nenhum momento, qualquer dúvida da necessidade de determinação, de coragem, de ousadia de superação de todos os limites para que isso acontecesse, fazendo as transições necessárias, as mediações necessárias para, em momento nenhum, comprometer qualquer trabalho lá na ponta. Por isso, penso que todos somos vitoriosos. O Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Estaduais, Os Conselhos Municipais, os Gestores Municipais, Estaduais, o Governo Federal, o nosso Ministério com grande orgulho de integrar a equipe do Presidente Lula que, também, em momento nenhum, duvidou da capacidade, da sua determinação e aqui esteve para falar isso de que nós estamos construindo uma política definitiva, o Sistema Único de Assistência Social, no Brasil.

Então, companheiros e companheiras, que vocês retornem aos seus municípios, aos seus estados e nós aqui, pelo tempo que temos em Brasília, não mediremos nenhum esforço nem dedicação para enfrentar tudo aquilo que precisa ser enfrentado, para respeitar cada palavra, cada gesto, cada atitude, cada movimento que este Brasil está fazendo. O Brasil quer se colocar na América Latina e no Mundo como um país que constrói, que ousa enfrentar todas as mazelas históricas no sentido de que um sistema de proteção social seja, efetivamente, concretizado a todos os cidadãos desse nosso país. Um grande abraço a todos e até logo, porque na segunda-feira já temos atividades em vários lugares deste país para continuar esta grande tarefa que é de construir em conjunto a Política



Nacional de Assistência Social através do Sistema Único de Assistência Social. Até à volta.

**Coordenador:** Enfim, em nome dos 36 Conselheiros aqui presentes, é com muito prazer e convicção de que estamos cumprindo a nossa responsabilidade que saudamos todos os participantes desta Conferência e dirigimos apenas algumas palavras, já que as grandes conquistas já foram aqui mencionadas. Queremos agradecer e cumprimentar todos os envolvidos na organização da V Conferência, a cada colaborador, servidor do MDS e do CNAS que operacionalizaram com empenho e compromisso seu papel histórico, fazendo do SUAS uma realidade. Queremos agradecer ao Ministro Patrus Ananias que não poupou esforços para ver esta Conferência com este brilho, prestar contas de que além do milhão inicial que tínhamos para gastar nessa Conferência conseguimos mais patrocínios e recursos do próprio Ministério nas outras publicações, e hoje podemos dizer que devemos ter gasto – somando tudo e nós vamos prestar conta depois – em torno de um milhão e oitocentos mil reais. Os 36 Conselheiros Nacionais agradecem, então, à comissão organizadora da V Conferência, aos 59 expositores de Oficina, à equipe de Relatoria de Grupo e Relatoria de Oficinas, à equipe de painelistas, à equipe do CNAS, aos palestrantes, aos novecentos e dois Delegados que estiveram presentes, aos cento e sete convidados que estiveram presentes, aos trezentos e quarenta e seis observadores que estiveram presentes, aos grupos culturais, aos intérpretes de LIBRAS e, antes de encerrar esta Conferência, eu quero dizer que recebemos uma solicitação dos participantes para que terminássemos simbolicamente esta Conferência cantando o Hino Nacional, em sinal da nossa unidade e do trabalho que nós vamos ter que fazer. Até breve. Até à VI Conferência. Novos tempos, tempo de SUAS!

**HINO NACIONAL.**



## **DELIBERAÇÕES**

---

### **• Compromissos Éticos com os Direitos Sócio-assistenciais**

A efetivação do decálogo de direitos sócio-assistenciais exige a pactuação de compromissos éticos a reger a dinâmica da política de assistência social entre gestores e agentes institucionais governamentais e privados, sociedade civil organizada, usuários e cidadãos:

**1 – A assistência social como política pública defende o protagonismo e o alcance da autonomia de todos que a ela acorrem para o pleno reconhecimento e exercício de sua cidadania.**

**2 – A atenção prestada na rede sócio-assistencial deve romper com os princípios da benesse e do favor e reconhecer a cidadania do usuário através de:**

- atenção digna, com qualidade, agilidade, privacidade, continuidade, sem discriminação, nem atitude vexatória, com equidade, reconhecimento da vulnerabilidade e da universalidade.
- territorialização dos serviços tornando-os próximos à residência dos usuários;
- respeito à diversidade cultural, de gênero e sexual dos usuários, aprofundando-lhes informações que sejam claras à sua cultura e forma de expressão;





- acompanhamento individualizado de qualidade, favorecedor do desenvolvimento da autonomia e da inserção social, adaptado às características das necessidades e submetido ao consentimento claro do usuário;
- atitude facilitadora para com o outro, de modo a estimular que ele seja apto a exprimir sua vontade de participar da decisão que lhe diz respeito;
- implantação, descentralização e territorialização dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em todos os municípios e CREAS locais ou regionais, assegurando o acesso da população que vive em áreas urbanas e rurais, reservas indígenas e áreas de quilombolas e garantida a ampla divulgação dos direitos sócio-assistenciais;

**3 – A atenção na assistência social, na perspectiva de direitos, deve romper com ações parciais, desqualificadas, descontínuas e incompletas. Para tanto deve ser operada a completude de acesso às atenções de assistência social estabelecidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica de Assistência Social, incluindo:**

- desde as atenções emergenciais e eventuais às continuadas, de modo qualificado, para assegurar a digna sobrevivência humana, restauração da autonomia, capacidade de convívio e protagonismo social;
- atenção igualitária e equânime aos cidadãos e cidadãs das zonas urbana e rural aos serviços, benefícios, programas e projetos dispondo de quadro técnico efetivo e qualificado;
- acesso a serviços continuados, benefícios, programas e projetos sócio-assistenciais com formação de rede de proteção social em todos os municípios, de acordo com a demanda, operada por pessoal permanente, técnico e qualificado e financiamento;
- garantia de proteção social universal e não contributiva a todos em vulnerabilidade e risco através de benefícios, transferência de renda e prestação de serviços;

**4 – Como política de proteção social com ação preventiva, a assistência social resgata a unidade familiar como núcleo básico de atenção cotidiana do indivíduo e seu desenvolvimento afetivo, biológico, cultural, político, relacional e social, zelando, portanto, por:**

- proteção social integral às famílias incluindo o apoio ao convívio familiar de todos os seus membros, da infância à velhice, principalmente quando em vulnerabilidade, risco ou vitimização;
- provisão de atenção ao indivíduo e sua família, respeitada sua autonomia e emancipação de sua família;
- convívio familiar e comunitário das crianças, jovens, adultos, idosos em situação de risco, buscando prioritariamente o resgate dos laços familiares, genéticos ou adquiridos na dinâmica de vida e nas vivências institucionais;



- garantia da segurança de acolhida, esgotadas as oportunidades do convívio familiar, na perspectiva de restauração da autonomia, capacidade de convívio, protagonismo, o que exige a oferta de meios (financeiros, materiais, humanos) para construção de alternativas à desinstitucionalização;

- acesso a serviços e meios que resgatem e reforcem a autonomia familiar, principalmente quando a família vivenciar situação de risco;

- atenção psico-pedagógica e acesso a novas e continuadas oportunidades de sobrevivência digna e justa para a família sob vulnerabilidade ou risco social, ou sob ocorrência de situação de risco e vitimização de um ou mais de seus membros.

**5 – A assistência social deve ser operada através de uma rede de benefícios, serviços, programas e projetos que devem manter relação de completude entre si e de intersetorialidade com outras políticas sociais. Para tanto, deve alcançar:**

- a unidade da política de benefícios e de transferência de renda condicionada como direito sócio-assistencial incluindo desde benefícios emergenciais, eventuais aos continuados (ou por prazo determinado) e os de renda mínima familiar;

- o acesso a benefícios e à transferência de renda condicionada, pautados na avaliação social da necessidade, no vínculo técnico com o desenvolvimento de trabalho social reconstrutor da autonomia sócio-econômica e do protagonismo do cidadão e de sua família;

- a completude em rede da proteção básica e especial a idosos e pessoas com deficiência com oportunidades de autonomia socioeconômica e convívio social;

- o acesso à proteção social não contributiva de migrantes, imigrantes, itinerantes, cidadãos de fronteiras, pessoas em situação de rua, ciganos, afro-descendentes, grupos indígenas, minorias raciais, egressos do sistema prisional e apenados, doentes crônicos, incluídas as pessoas com HIV/AIDS, dependentes de substâncias psico-ativas e outros;

- a proteção social especial de assistência social que atenda às várias situações de violação de direitos, desenvolvendo ações preventivas e de combate ao abuso e à exploração sexual na infância e na adolescência;

- os serviços de proteção social especial que desenvolvam, de modo articulado com a proteção básica, ações preventivas à violência e ao risco;

- a proteção especial de assistência social através de medidas sócio-educativas em meio aberto aos adolescentes, com trabalho social junto às suas famílias e à comunidade onde vivem;

- a rede sócio-assistencial que desenvolva de forma integrada ação educativa de combate à violência e erradicação das vitimizações;

- a integração da política de assistência social às demais políticas públicas, de modo a afiançar o pleno direito de crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência;

- o acesso à documentação civil gratuita, sem discriminação, a começar do registro de nascimento como primeiro direito de reconhecimento do cidadão.



**6 – A assistência social defende a renda digna como direito de cada cidadão e de sua família, promovendo o desenvolvimento de capacidades para geração de novas possibilidades de trabalho, renda e sustentabilidade familiar:**

- pelo acesso à política nacional de emprego e renda que garanta a provisão de condições básicas e dignas de reprodução social do cidadão e sua família, objetivando a inclusão da população vulnerabilizada, respeitando os aspectos culturais e regionais;
- pela fixação do cidadão e sua família no meio rural com capacitação e produção de oportunidades de emprego e renda para pequenos agricultores.
- pelo trabalho digno a partir das potencialidades individuais e grupais respeitadas as situações em que a sobrevivência digna exija a continuidade de benefícios;
- pelo desligamento gradual do usuário de programas de benefícios e transferência de renda, de modo a construir condições permanentes de sustentabilidade;
- pela restauração de condições de trabalho e autonomia socioeconômica no caso de vítimas de calamidades e situações emergenciais que aniquilam e reduzem a capacidade produtiva do cidadão e de sua família;

**7 – A assistência social como política deve ter seu processo de gestão requalificado, reestruturado e profissionalizado, de modo a:**

- assegurar que a gestão da assistência social mantenha pessoal especializado através de equipe interprofissional desde os CRAS;
- financiar, pelo orçamento público, a infraestrutura de trabalho, com oferta de espaços dignos de atenção aos usuários e meios de comunicação e ferramentas de trabalho eficientes;
- assegurar o co-financiado dos benefícios eventuais pelos orçamentos estaduais;
- assegurar à gestão municipal o co-financiamento, pelos orçamentos dos Estados e da União, de forma a garantir a infraestrutura e os recursos humanos para operação da rede sócio-assistencial;
- assegurar que todos os municípios operem de forma profissional os benefícios, as transferências de renda, os serviços e os projetos de assistência social;
- assegurar que a gestão de assistência social esteja preparada para realizar e manter a vigilância social territorializada de riscos e vulnerabilidades sociais.

**8 – A assistência social como política de gestão democrática e descentralizada deve constituir espaços para construção democrática de decisões, negociações e exercício do controle social e defesa de direitos através de:**

- garantia de instalação adequada e funcionamento de Conselhos de Assistência Social em todas as cidades, reconhecidos como instâncias legais de controle social, com capacitação continuada de conselheiros e plena participação da sociedade civil, em especial dos usuários;
- política de informação sobre os direitos e os serviços sócio-assistenciais e divulgação em todas as unidades de serviços e nos projetos de assistência social;



- presença em todos os serviços da rede sócio-assistencial de urnas para manifestação dos usuários;
- instalação de Ouvidorias de assistência social em todos os municípios, estados e no âmbito federal da gestão do SUAS.

## • **Direitos sócio-assistenciais**

---

- **Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos:** Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva, com dignidade e respeito.
- **Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva:** Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.
- **Direito de equidade social e de manifestação pública:** Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.
- **Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede sócio-assistencial:** Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede sócio-assistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.
- **Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade:** Direito, do usuário e usuária, da rede sócio-assistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser



protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.

- **Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social:** Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas.
- **Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas:** Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna, trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.
- **Direito à renda:** Direito, do cidadão, da cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.
- **Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva:** Direito do usuário e usuária da rede sócio-assistencial a ter garantido o co-financiamento estatal – federal, estadual, municipal e do Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede sócio-assistencial nos meios urbano e rural.
- **Direito ao controle social e à defesa dos direitos sócio-assistenciais:** Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede sócio-assistencial, seu modo de gestão e financiamento e sobre os direitos sócio-assistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.



## • Controle social

---

(M, E, U, DF = Município, Estado, União, Distrito Federal)

### **Meta 1 C – M,E,U,DF**

Fortalecer a atuação dos Conselhos de Assistência Social para o desenvolvimento de suas funções com responsabilidade e organização, estimulando a participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas e, em específico, da política de assistência social, garantindo o custeio pelo órgão gestor para todas as ações dos conselhos, visando a participação de seus representantes.

### **Meta 2 C – M,E,U,DF**

Adotar ações que tornem de domínio público a política de assistência social, o SUAS, os direitos consignados na LOAS, os critérios de parceria com organizações e entidades de assistência social. Disponibilizar sistemas de informação *on line* e outros meios sobre as ações da rede sócio-assistencial e dados sobre a gestão do SUAS, para possibilitar o controle social, avaliação e efetivação das ações.

### **Meta 3 C – M,E,U,DF**

Criar e implantar mecanismos de informação, integração e articulação entre os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais, realizando encontros anuais do CNAS





com os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social e interlocução com os demais Conselhos de direitos, abrindo canais de discussão acerca das políticas públicas.

#### **Meta 4 C – M**

Criar e reestruturar com instalações físicas adequadas e suprimentos de informática os Conselhos Municipais de Assistência Social e garantir a instalação de suas respectivas Secretarias Executivas, em todo o território nacional, para assegurar a participação da população na formulação e controle da política de assistência social.

#### **Meta 5 C – M,E,U,DF**

Criar, apoiar e fortalecer a organização de fóruns de assistência social para mobilizar a sociedade civil a debater e encaminhar propostas para a garantia de direitos sociais, do controle social e de políticas sociais, em especial as ações do SUAS, capacitar lideranças na área social para gestão dos fóruns, bem como criar mecanismo de divulgação das atividades ligadas ao mesmo.

#### **Meta 6 C – M,E,U,DF**

Implantar e implementar a política de formação continuada dos conselheiros, gestores e membros dos fóruns permanentes de controle da assistência social.

#### **Meta 7 M – M,E,U,DF**

Implantar e ampliar espaços de defesa social: Ouvidorias de Assistência Social Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e Nacional e articular a implantação de Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas, bem como exigir agilidade no Ministério Público, inclusive na zona rural.

#### **Meta 8 C – M,E,U,DF**

Efetivar a fiscalização do funcionamento dos Fundos de Assistência Social e a alocação de recursos de cada esfera de governo com publicização e demonstração da sua execução.

#### **Meta 9 M – M,E,U,DF**

Criar, estimular e fortalecer outras formas de participação da sociedade civil:

- a) instalar conselhos locais para acompanhamento e controle social da política de assistência social, considerando o porte do Município;



- a) encaminhar às esferas legislativas anteprojeto de lei de Responsabilidade Social que possibilite a punição de gestores públicos e privados no descumprimento da PNAS à luz da LOAS nos três níveis de governo;
- c) Incentivar e assessorar grupos comunitários e movimentos sociais na perspectiva do fortalecimento de sua organização e participação nos conselhos;
- d) articular conselhos e organizações não governamentais para participar da formulação de diagnósticos sociais;
- e) assegurar orçamento participativo da assistência social;
- f) realizar processos anuais de avaliação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, por meio de organizações de usuários, operadores da rede e cadastrados no SUAS;
- g) fortalecer mecanismos de controle social externo com o uso de legislações pertinentes, Poder Judiciário, Ministério Público e dos Conselhos de direitos e de políticas públicas;
- h) implantar e implementar uma estratégia nacional para fortalecer o protagonismo da sociedade civil, sobretudo do segmento dos usuários, por meio de capacitação e formação em políticas públicas e orçamentárias;
- i) que as deliberações das Conferências Nacionais sejam totalmente efetivadas e cumpridas à luz da legislação vigente;
- j) criar auditoria cidadã, plebiscitos e projetos de lei de iniciativa popular.

### **Meta 10**

Democratizar o processo de discussão das emendas parlamentares submetendo-as ao debate e deliberações dos Conselhos de Assistência Social e aos respectivos planos de assistência social garantindo, através de legislação específica, direcionamento obrigatório dos recursos para os respectivos Fundos de Assistência Social, visando a garantia do comando único estabelecido na PNAS.



## • **Metas da Gestão do SUAS**

---

(M, E, U, DF = Município, Estado, União, Distrito Federal)  
(C = Curto Prazo; M = Médio Prazo; L = Longo Prazo)

### **Meta 01 C – M,E,U,DF**

Implantar e implementar sistema territorializado de informação, monitoramento e avaliação da política de assistência social em todas as esferas de governo.

### **Meta 02 M – M,E,U,DF**

Implantar e implementar sub-sistemas de produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados de situações de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais sobre famílias e indivíduos nos diferentes ciclos de vida, em consonância com o Sistema Nacional de Informação.

### **Meta 03 C – M,E,U,DF**

Implantar e consolidar sistema integrado de informações *on line* e outros meios, divulgar de forma permanente e continuada dados sobre a oferta de benefícios, serviços, programas e projetos, recursos humanos e financeiros envolvidos, condições de acesso à população usuária, abrangendo os respectivos Bancos de Dados.

### **Meta 04 C – M,E,U,DF**



Consolidar a REDE-SUAS e o seu acesso para todos os Municípios e Estados e capacitá-los para sua utilização.

**Meta 05 C – M, E, U, DF**

Avaliar sistematicamente a gestão do SUAS nas três esferas de governo, orientando o seu reordenamento e aprimoramento com informações regulares e acessos para todos.

**Meta 06 M – M,E,U,DF**

Qualificar e fortalecer as relações institucionais entre União, Estados e Municípios, através de mecanismos ágeis e regulares de informação, comunicação, discussão e pactuação, com vistas à gestão compartilhada do SUAS, respeitando-se as diversidades regionais, as distâncias geográficas e a capacidade de gestão dos municípios.

**Meta 07 M – M,E,U,DF**

Ampliar a capacidade de gestão dos Estados e Municípios devendo para isso ser desenvolvido programa específico pelo gestor estadual de assistência social para que, gradativamente, 100% dos Municípios sejam habilitados aos níveis de gestão básica e plena.

**Meta 08 C – M,E,U,DF**

Construir plano decenal de assistência social em todas as esferas de gestão, seguido de planos anuais e plurianuais coerentes entre si e de acordo com as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social e as Conferências Municipais e Estaduais que a antecederam. Monitorar e avaliar a sua execução, a curto, médio e longo prazos.

**Meta 09 C – M,E,U,DF**

Aperfeiçoar o modelo de gestão do SUAS e consolidar a descentralização e a cooperação entre as três esferas de governo de modo a:

- construir diretrizes para que cada Estado e seus Municípios agregados por micro-regiões aprimorem o SUAS;
- desenvolver capacitações para o exercício do planejamento da rede socioassistencial nos Municípios e no Estado e a supervisão das ações referidas a indicadores de resultados;
- instalar rede de comunicação informatizada e outros meios entre os órgãos gestores e ampliar a capacidade de utilização de ferramentas de trabalho e instrumentos de gestão, disponibilizando-os para toda a rede sócio-assistencial;
- constituir e fortalecer a gestão do SUAS pelas micro-regiões dos Estados, através de programa especial e específico implantado pela gestão estadual;



- desenvolver indicadores e índices de acompanhamento e avaliação da gestão e estabelecer padrões de eficácia, eficiência e efetividade nas ações, compartilhando-as com toda a rede sócio-assistencial;
- fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema, principalmente os conselhos, seu papel decisório e deliberativo e a garantia permanente e sistemática de capacitação para os conselheiros;
- promover o reordenamento institucional e programático dos órgãos gestores da assistência social para adequação ao SUAS;
- assegurar a existência de secretarias específicas na política de assistência social e garantir, na nomenclatura dos órgãos gestores das três esferas de governo, o termo *assistência social* como política de direitos de cidadania, constitucionalmente estabelecida;
- acompanhar os processos de habilitação dos Municípios e o cumprimento de seus requisitos.
- ampliar a capacidade e o domínio da gestão orçamentária, tornando-a participativa e transparente ao controle social.

**Meta 10 C – M,E,U,DF**

Elaborar referenciais de qualidade para os serviços de Proteção Social Básica e Especial, com parâmetros nacionais de funcionamento e custeio, visando ampliar a sua cobertura e obter melhoria gradativa de sua qualidade e dos impactos positivos que devem produzir para os seus usuários.

**Meta 11C – M,E,U,DF**

Implantar e implementar CRAS, gradativamente, em todos os Municípios, em territórios com presença de situações de vulnerabilidade, inclusive em comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos e fronteiras, nas zonas rural e urbana.

**Meta 12 M – M,E,U,DF**

Incentivar a implantação de serviços regionais de Proteção Social Especial de média e alta complexidade e consórcios públicos intermunicipais, por micro-regiões dos Estados.

**Meta 13 C – M,E,U,DF**

Implantar e implementar CREAS e/ou serviços regionais de média e alta complexidade conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social no Município e na micro-região:



- abrigos, albergues e moradias provisórias para população em situação de rua, em abandono, migrante e itinerante;
- casas de passagem e república;
- serviços especializados de proteção a vítimas de violência, abusos e ameaças.

#### **Meta 14 C – M,E,U,DF**

Implantar e implementar, de forma articulada e integrada com outras áreas, projetos de inclusão produtiva e promover a inserção e reinserção de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência em oportunidades de capacitação, geração de renda e inserção sócio-profissional e acesso ao crédito.

#### **Meta 15 C – M,E,U,DF**

Consolidar e fortalecer o PETI de modo a cobrir 100% de sua demanda e implementar plano específico de monitoramento permanente e efetiva geração de emprego e renda para os responsáveis legais, visando erradicar o trabalho infantil.

#### **Meta 16 C – M,E,U,DF**

Erradicar a violência doméstica e as demais situações de vitimização e exploração de crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e ampliar para 100% a cobertura de serviços para tais situações, com foco na família.

#### **Meta 17 C – M,E,U,DF**

Regulamentar os benefícios eventuais, conforme artigo 22 da LOAS.

#### **Meta 18 C – M,E,U,DF**

Rever as regulamentações do BPC - Benefício de Prestação Continuada quanto a:

- alteração dos critérios para concessão do BPC e inserção de pessoas com doenças crônico-degenerativas;
- redução da idade mínima de 65 para 60 anos;
- alteração do critério de renda *per capita* familiar de  $\frac{1}{4}$  para  $\frac{1}{2}$  salário mínimo a curto prazo, e para 1 salário mínimo a longo prazo, e ainda garantir acesso ao BPC para cônjuge, companheiro ou companheira idosa que receba benefício da seguridade social (aposentadoria por contribuição) de até 2 salários mínimos e que se constitui na única renda familiar;





- não computar o valor do BPC no cálculo da renda *per capita* familiar para efeitos de concessão do benefício a outro membro da família;
- inclusão do beneficiário do BPC na rede sócio-assistencial;
- implantação de plano de inserção e acompanhamento dos beneficiários do BPC;
- descentralização dos procedimentos para acesso ao BPC;
- sistematização de dados do BPC no Município;
- criação de setor específico de gestão do BPC nos municípios;
- revisão do BPC com equipe própria e acesso *on line*;
- inserção de profissional de serviço social na equipe de avaliação para concessão do BPC;
- divulgação do BPC;
- criar mecanismos para fiscalização da concessão e manutenção do BPC.

#### **Meta 19 M – M,E,U,DF**

Universalizar o atendimento a todos indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, através de serviços, programas, benefícios e projetos de assistência social e reduzir o percentual de famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

#### **Meta 20 C – M,E,U,DF**

Definir uma política de parceria com entidades e organizações de assistência social de fins não econômicos que contemple: 1) regulamentação do artigo 3º da LOAS; 2) novas diretrizes e regras para concessão de título de utilidade pública; 3) revisão dos critérios para a inscrição de organizações e entidades de assistência social nos Conselhos de Assistência Social Municipal, Estadual e Nacional; 4) novas regras e diretrizes para promoção de isenção dos encargos sociais patronais para entidades e organizações de assistência social com vínculo ao SUAS; 5) apoio técnico às organizações e entidades de assistência social para a elaboração de seus planos de trabalho, padrões de trabalho e padrões de funcionamento.

#### **Meta 21 M – M,E,U,DF**

Promover a equidade de direitos articulando as políticas socioeconômicas com as políticas sociais para o atendimento das demandas de proteção social e para o enfrentamento da pobreza e da fome e da exclusão.

#### **Meta 22 C – M,E,U,DF**



Efetivar a intersetorialidade das políticas públicas com o objetivo de assegurar o acesso dos usuários da assistência social a serviços nas áreas de saúde, educação, esporte lazer, agricultura, pesca e extrativismo, habitação, segurança pública, trabalho e renda, inclusive a políticas voltadas para as questões de gênero, raça/etnia, geracionais, regionais, para pessoas com deficiência, dependentes de substâncias psico-ativas, portadores de patologias crônicas e pessoas em situação de rua.

## **.Gestão de Recursos Humanos**

---

### **Meta 1 C – M,E,U,DF**

Implantar e implementar política de capacitação continuada e valorização de profissionais, conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não governamentais, usuários, entre outros atores, orientada por princípios éticos, políticos e profissionais, para garantir atendimento de qualidade na assistência social enquanto política pública.

### **Meta 2 C – M,E,U,DF**

Construir e implementar a política de gestão de Recursos Humanos, mediante a elaboração e aprovação de Norma Operacional Básica específica e criação de plano de carreira, cargos e salários, com a participação dos trabalhadores sociais e suas entidades de classe representativas.

### **Meta 3 C – M,E,U,DF**

Ampliar o quadro de profissionais de serviço social e profissionais de áreas afins, mediante concurso público e garantir que os órgãos gestores da assistência social das três instâncias possuam assessoria técnica.



**Meta 4 C – M,E,U,DF**

Afiançar política de recursos humanos que garanta: a) melhoria das condições de trabalho; b) isonomia salarial; c) definição da composição de equipes multi-profissionais, formação, perfil, habilidades, qualificação, etc.; d) definição de piso salarial e benefícios para as categorias profissionais da área de assistência social, em articulação com os conselhos de classe e sindicatos.

**Meta 5 C – M,E,U,DF**

Dotar o órgão gestor e as equipes de condições adequadas de trabalho quanto a: a) espaço físico; b) material de consumo e permanente, equipamentos e veículos.

**Meta 6 C - M,E,U,DF**

O governo federal deverá apresentar proposta de emenda constitucional (PEC) para permitir que os recursos transferidos pelo FNAS possam co-financiar o pagamento de salários do quadro efetivo de trabalhadores da assistência social dos Estados, DF e Municípios, de acordo com critérios e limites a serem estabelecidos em lei, que deverá ser amplamente discutida com todas as esferas de governo e instâncias parlamentares e com a sociedade civil (trabalhadores, entidades e organizações de assistência social e usuários).

## **.Metas de Financiamento**

---

**Meta 1 C – M,E,U,DF**

Definir pisos de proteção social compatíveis com os custos dos serviços, considerando as diferenças regionais nas três esferas de governo, a serem inseridos obrigatoriamente no PPA, LDO E LOA na composição do orçamento da assistência social.

**Meta 2 C – M,E,U,DF**

Fixar percentual de destinação orçamentária, mediante PEC, para assegurar co-financiamento e co-responsabilidade da assistência social com destinação orçamentária nas três esferas governamentais sendo, na União, vinculado ao orçamento da seguridade social e, nas demais esferas de governo, ao orçamento geral garantindo, no mínimo, a curto prazo, 5% e, gradativamente, a médio prazo, 7% e, a longo prazo, 10%, alocados nos respectivos Fundos de Assistência Social, atendendo programas, projetos, serviços e benefícios eventuais estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social, sob pena de responsabilidade fiscal.

**Meta 3 C – M,E,U,DF**



Ajustar anualmente os valores estabelecidos para os pisos de proteção social em todas as esferas, considerando as diferenças regionais, segundo índices inflacionários mais o índice de crescimento do PIB e percentual de aumento da arrecadação da seguridade social do ano precedente.

**Meta 4 C – M,E,U,DF**

Co-financiar ações regionalizadas e/ou consórcios públicos intermunicipais para implantação de serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, a serem implementados gradativamente, conforme incidência de situações de risco pessoal e social, em todo o território nacional, após realização de diagnóstico social regionalizado.

**Meta 5 C – M,E,U,DF**

Co-financiar a implantação e ampliação dos CRAS E CREAS e serviços continuados da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial a serem instalados, gradativamente, conforme estabelecido na NOB/SUAS 2005 e estendidos a todos os Municípios brasileiros; co-financiar sua construção, pessoal e equipamentos para sua instalação e unidades móveis com função de CRAS para atendimento do usuário das áreas rural e ribeirinha.

**Meta 6 C – M,E,U,DF**

Consolidar os Fundos de Assistência Social como unidades orçamentárias, contemplando:

- a) a otimização dos Fundos como captação de recursos extra-orçamentários, com política de incentivo a doações e contribuições de organismos nacionais e internacionais;
- b) a alocação nos Fundos de Assistência Social de todos os recursos, inclusive os oriundos de emendas parlamentares, multas, doações, etc, para atender as ações finalísticas dessa política (programas, projetos, serviços e benefícios), inseridos nos planos de assistência social, aprovados pelos conselhos;
- c) a garantia de vinculação dos Fundos ao órgão gestor da assistência social;
- d) a canalização para os FAS dos recursos de outros fundos correlatos (Fundo de Combate à Pobreza, etc);
- e) disponibilizar, para a sociedade em geral, as informações orçamentárias e financeiras relativas às verbas aprovadas, empenhadas e liquidadas, inclusive por sistema *on line* e por função;



## **Meta 7 M – M,E,U,DF**

O CNAS deve estabelecer critérios gerais para a regulamentação dos benefícios eventuais, definindo como prazo final o mês de junho de 2006 e, até final de 2006, para efetiva regulamentação pelos Estados e Municípios, de modo a assegurar, no orçamento do exercício de 2008, sua execução.

## **MUTIRÃO SUAS - PLANO 10**

---

### **COMPROMISSOS**

1. Consolidar a assistência social na esfera pública como política de proteção social não contributiva;
2. Fazer da assistência social direito de cidadania nos próximos 10 anos;
3. Afirmar e garantir que a política de assistência social seja profissional, planejada, continuada e submetida a controle social;
4. Reconhecer o usuário da assistência social como sujeito de direitos;
5. Construir a assistência social no plano público: nem exclusiva do Estado, nem exclusiva do privado;
6. Implantar o planejamento democrático no SUAS;
7. Publicizar a política de assistência social e desenvolver cultura de ação e reflexão sobre os seus efeitos para os usuários;
8. Romper com o assistencialismo, a tutela, o favor;



9. Aumentar progressivamente o orçamento da assistência social, de modo a ampliar a cobertura do SUAS;
10. Institucionalizar efetivamente o co-financiamento previsto no SUAS;
11. Avançar, para que a assistência social, juntamente com as demais políticas, contribua para que o Brasil supere a pobreza, as desigualdades sociais e a violação de direitos;
12. Reverter a política econômica, com valorização do investimento produtivo, com geração de empregos estáveis e garantidores de direitos e aumento da renda dos trabalhadores.

## AÇÕES

1. Construir e fortalecer um campo de forças para a consolidação do SUAS, ampliando a interlocução além das instâncias deliberativas do sistema;
2. Divulgar os 10 Direitos Sócio-assistenciais e torná-los norma legal;
3. Encaminhar ao Congresso Nacional proposta de lei do SUAS Plano 10;
4. Fortalecer os Conselhos de Assistência Social e ampliar o seu protagonismo;
5. Articular a ação dos Conselhos com movimentos da sociedade civil em geral e com outros conselhos, fóruns e grupos que se organizam pela defesa da cidadania e das políticas públicas;
6. Utilizar, de modo mais efetivo, mecanismos de controle social: plebiscito cidadão, auditorias, tribunal popular, ação civil pública, Ministério Público, Tribunais de Contas, dentre outros;
7. Criar uma agenda positiva de mobilizações com engajamento de várias organizações da sociedade e do poder público. Mobilizar:
  - escolas, empresas, universidades, associações, cooperativas, sindicatos, MST, sindicatos urbanos e rurais, grupos comunitários, igrejas, PROCON, fundações, delegados das conferências, associações de moradores, organizações não governamentais, Pastorais, usuários, Conselhos de direitos, movimentos de afro-descendentes, indígenas, mulheres, cooperativas e grupos organizados de produção, entre outros;
8. Participar das discussões acerca do Relatório de Impacto dos Direitos Econômicos, Humanos, Sociais, Culturais e Ambientais, junto ao Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos;
9. Realizar a articulação com os três poderes da República;
10. Formular projetos de iniciativa popular;
11. Lutar para a constituição de Frentes Parlamentares da Assistência Social;
12. Multiplicar parcerias intergovernamentais e intragovernamentais com o Sistema S, com universidades e com ONGs;





13. Conhecer, publicizar e acompanhar os Planos de Assistência Social, em todas as esferas;
14. Promover a informação, comunicação e divulgação do SUAS, através da mídia e de todos os instrumentos e meios de divulgação possíveis e disponíveis, tais como vinhetas, CDs, Vídeos;
15. Realizar eventos com prefeitos, primeiras damas e outros;
16. Mobilizar reuniões, encontros, Conferências, Audiências Públicas;
17. Criar uma rede específica para o MUTIRÃO SUAS entre as três esferas de governo e do Distrito Federal e as instâncias deliberativas, de pactuação e articulação do sistema;
18. Formar comissões do MUTIRÃO SUAS em cada esfera de governo.

## MOÇÕES

---

### MOÇÃO DE DESAGRAVO

No Brasil, o cenário que retrata o acelerado ritmo de crescimento da população idosa, em contraposição à diminuição do índice geral do crescimento populacional, leva-nos a constatar, frente a essa realidade, o modelo de vida que está posto para os longevos e, em especial, o tratamento que a política pública de Assistência Social vem dispensando para o segmento idoso.

Se a Assistência Social tem a missão de superar os desafios, rompendo com as antigas culturas conservadoras, excludentes, paternalistas e fisiologistas, como entender a POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / SUAS sem equilibrar a ordem das necessidades dos 17 milhões de brasileiros idosos, com as de outros grupos de atenção especial?

Constatamos que a V Conferência Nacional de Assistência Social não privilegia o tema *Idoso* em toda sua programação e ainda coloca a reboque as



demandas da pessoa idosa na construção do S.U.A.S. - Plano 10. Entendemos também que a oficina do Benefício de Prestação Continuada - BPC não contempla as necessidades específicas desse segmento e a ampliação e o alcance social dos serviços, programas e projetos.

Face às demandas da população idosa exigimos, de imediato, a implementação dos Planos de Gestão Intergovernamental de Competência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, como coordenador da Política Nacional do Idoso, bem como a revitalização da rede pública de atenção à pessoa idosa nas modalidades previstas na proteção básica e especial, com proposta de ampliação de financiamento para os Estados e Municípios de gestão básica, plena e inicial.

Dessa forma, os representantes dos Conselhos Estaduais, Municipais, dos Fóruns da PNI e da Sociedade Civil, vem através do presente apresentar publicamente a Moção de Desagravo em favor daqueles que construíram a história do nosso Brasil.

## **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DE REPUDIO**

A quinta Conferência Nacional de Assistência Social, pelo princípio da intersetorialidade com as políticas públicas e em solidariedade com o trabalhador rural manifesta seu repúdio e solicita que seja revogado dispositivo que determina a aposentadoria por idade ao trabalhador rural somente mediante contribuição a partir de 25/07/2006, sendo que até 24/07/2006 os segurados especiais que não comercializam a sua produção ou que não possam contribuir poderão comprovar apenas que efetivamente exercem a atividade rural, mesmo que de forma descontínua em número de meses idêntico à carência exigida. Quem não tem condição de contribuir em 24/07/2006 também não tem condição de contribuir a partir de 25/07/2006.

## **MOÇÃO DE APOIO AOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO, DE BELO HORIZONTE E OUTRAS CIDADES.**

Moção de Apoio aos CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, das cidades de Belo Horizonte e São Paulo, e outras que porventura, e de forma corajosa, através de RESOLUÇÃO, tem regulamentado a utilização de recursos de emendas parlamentares federais individuais, no sentido de que as mesmas se direcionem aos FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e não diretamente às entidades, de acordo com a vontade de Deputados Federais.

## **MOÇÃO DE APOIO À ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**



Os delegados da V CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL referendam a presente Moção de Apoio para ALTERAÇÃO da realização das CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e NACIONAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, de modo que passem a ocorrer em anos alternados possibilitando, desta forma, maior participação por parte das Organizações Sociais, Usuários e Trabalhadores. Que o mesmo parâmetro seja seguido nas instâncias estaduais e municipais.

### **MOÇÃO DE REFERENDO À MOÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NILÓPOLIS**

Em conformidade com o Artigo 25º e seu parágrafo único do Regimento Interno da V Conferência Nacional de Assistência Social, apresentamos à Comissão Organizadora desta Conferência, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela plenária final, a **Moção de Apoio e Referendo** à moção conferida aos **Componentes Remanescentes do Corpo de Bombeiros Municipal de Nilópolis/RJ**, pela I Conferência Municipal de Assistência Social de Nilópolis/RJ, aprovada e referendada pela plenária da V Conferência Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro.

### **MOÇÃO DE REIVINDICAÇÃO DE REVERSÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA**

Os participantes da V Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam:

- 1) Reversão da política econômica, com valorização do investimento produtivo, com geração de empregos estáveis e garantidores de direitos, com aumento da renda de trabalhadores e redução progressiva do *superávit* primário;
- 2) Suspensão da utilização dos recursos da seguridade social, via Desvinculação das Receitas da União, para formação do *superávit* primário;
- 3) Realização de uma reforma tributária com vistas à desconcentração dos recursos públicos no âmbito federal e do fortalecimento do pacto federativo em especial a garantia de condições necessárias ao cumprimento das atribuições municipais.

### **MOÇÃO DE REPÚDIO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA EM SERVIÇO SOCIAL**

Os delegados, delegadas, participantes, convidados e observadores da V Conferência Nacional de Assistência Social repudiam a instauração e validade de cursos de Graduação em Serviço Social à distância por não garantir a formação adequada para intervenção nos diversos campos de atuação precípuos da área.



Repudiamos, outrossim, a forma arbitrária com que o MEC legislou sobre esta matéria sem a discussão e anuência das instâncias representativas da categoria dos assistentes sociais.

## **MOÇÃO DE APOIO À REGULAMENTAÇÃO DO S.U.A.S. POR LEI FEDERAL**

Os delegados e demais participantes da V Conferência Nacional de Assistência Social solicitam a aprovação da moção de apoio à criação de Lei Federal de regulamentação do SUAS, para garantir a efetivação da Política de Assistência Social como política pública de Estado.

## **REGIMENTO DA V CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

*Define as regras de funcionamento da V Conferência Nacional de Assistência Social, convocada conforme a Lei Orgânica da Assistência Social e Resoluções CNAS N° 111, de 14/07/05 e N° 190, de 10/11/05.*

Art. 1º. A V Conferência Nacional de Assistência Social será realizada de 05 a 08 de dezembro de 2005, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, e será presidida pela Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.



## CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º. A V Conferência Nacional de Assistência Social constitui-se instância de participação da sociedade civil e governo, com o objetivo de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para aperfeiçoar, implementar e consolidar o SUAS, de acordo com o art. 18, inciso VI, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Art. 3º. A V Conferência Nacional de Assistência Social de Assistência Social, convocada pela Resolução Nº 111, de 14 de junho de 2005, do CNAS, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso VI, da Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no inciso VI do artigo 2º da Resolução CNAS Nº 177/2004, tem por objetivo avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, consolidando a elaboração de um Plano de Metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, para os próximos 10 (dez) anos.

Art. 4º. São objetivos específicos da V Conferência Nacional de Assistência Social:

- I - consolidar a Política de Assistência Social como direito do cidadão, a partir de discussão nacional quanto aos 10 direitos sócio-assistenciais;
- II - construir a maior unidade possível quanto ao conteúdo da Política de Assistência Social entre os entes federativos, gestores, sociedade civil e organizações; usuários e demandatários da proteção social da assistência social;
- III - aprovar um pacto de metas e compromissos entre sociedade civil e entes gestores para consolidar o SUAS no território nacional nos próximos 10 anos;
- IV - aprovar o compromisso nacional com a meta decenal SUAS – PLANO 10, com o objetivo de consolidar a condição de gestão plena do SUAS em todos os municípios, e fortalecer a condição de gestão do SUAS em todos os Estados brasileiros e Distrito Federal nos próximos 10 anos;
- V - dimensionar os desafios e as medidas necessárias a serem adotadas para que municípios de pequeno, médio, grande porte, metrópoles, Estados, Distrito Federal e União consolidem a condição de gestão básica do SUAS em todo o Brasil;
- VI - aprovar o compromisso da Política de Assistência Social, através do SUAS, com o desenvolvimento social do cidadão brasileiro na busca da concretização das metas sociais do milênio e das políticas sociais setoriais, em particular as de seguridade social e as de segurança alimentar e de renda e cidadania; e,
- VII - estabelecer diretrizes para a Política de Recursos Humanos necessárias à consolidação do SUAS.

### Seção I Do Temário



Art. 5º. A V Conferência Nacional de Assistência Social tem como tema - “SUAS – PLANO 10: Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social”, tendo como sub-temas para discussão e deliberação:

- I. Direitos sócio-assistenciais;
- II. Gestão;
- III. Recursos Humanos;
- IV. Financiamento; e,
- V. Controle social.

Art. 6º. A V Conferência Nacional de Assistência Social deliberará na Plenária Final, sobre os seguintes temas:

- I. Os 10 Direitos Sócio-assistenciais prioritários e os Compromissos Éticos para concretizá-los;
- II. Plano Decenal – 10 Metas para o SUAS, relacionadas aos sub-temas, descritos nos incisos II a V, do art. 5, a serem implementadas a curto, médio e longo prazos.

## CAPITULO II DOS PARTICIPANTES

Art. 7º. São participantes da V Conferência Nacional de Assistência Social:

- I - delegados e delegadas credenciados com direito a voz e a voto, em número a ser divulgado ao final do credenciamento;
- II - convidados e convidadas do CNAS com direito a voz;
- III – observadores e observadoras com direito a voz.

§ 1º - São convidados e convidadas do CNAS à V Conferência Nacional de Assistência Social autoridades, profissionais e representantes de entidades, usuários/as, trabalhadores/as e organizações da área, mediante critérios aprovados pelo Colegiado do CNAS.

§ 2º - São observadores/as aqueles que se inscreveram por meio de critérios definidos pela Comissão Organizadora.

Art. 8º- São delegados e delegadas:

I – natos: conselheiros/as titulares e suplentes do CNAS, devidamente credenciados, em número de 36 (trinta e seis);





II - representantes governamentais e da sociedade civil, dentre representantes dos usuários/as, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores/as do setor, eleitos nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal.

III – representantes da esfera federal em número de 27 (vinte e sete) indicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

#### Seção I Do Credenciamento

Art. 9º. O credenciamento de delegados, delegadas, convidados, convidadas, observadores e observadoras à V Conferência Nacional de Assistência Social dar-se-á no local de realização da mesma, no horário de 12h às 16h, do dia 5 de dezembro, e de 8h às 12h, do dia 6 de dezembro.

Parágrafo Único - Na ausência de titulares, os (as) respectivos (as) suplentes serão credenciados como delegados (as), mediante documento assinado pelo (a) Presidente da Conferência Estadual e do Distrito Federal ou pelo (a) responsável pela delegação, a ser apresentado com antecedência ao CNAS, respeitando a indicação das Conferências Estaduais e do Distrito Federal.

### CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 10. Os sub-temas da V Conferência Nacional de Assistência Social serão apresentados por conferencista, painelistas, expositores/as, palestrantes e debatedores/as conforme programação, respeitando-se a divisão de tempo nela estipulada.

Art. 11. A V Conferência Nacional de Assistência Social contará com uma equipe de Relatoria e Sistematização.

#### Seção I Dos Painéis

Art 12. Os sub-temas da V Conferência Nacional de Assistência Social serão apresentados sob a forma de painéis.

Art. 13. Os painéis tratarão da Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS por sub-temas, visando subsidiar os grupos de trabalho.

Art.14. Após apresentação dos painéis, os/as delegados/as, os/as convidados/as e observadores/as, poderão fazer inscrição para discussão, de acordo com o tempo definido na programação.



Parágrafo Único – Cada intervenção oral deverá ser de, no máximo, 3 (três) minutos.

## Seção II Dos grupos de Trabalho

Art 15. Os grupos de trabalhos terão como objetivo aprofundar a discussão sobre cada sub-tema da V Conferência Nacional de Assistência Social e apresentar propostas, tendo como documento base os relatórios consolidados das Conferências Estaduais, do Distrito Federal e do CNAS, para aperfeiçoar e implementar o SUAS.

Art. 16. Os grupos de trabalho, em número de 23 (vinte e três), serão compostos por delegados/as, convidados/as e observadores/as previamente distribuídos pela Comissão Organizadora da V Conferência Nacional de Assistência Social.

Art 17. Os grupos de trabalho se reunirão, conforme definido na programação, para debater os sub-temas e encaminhar propostas para sistematização pela equipe de Relatoria e Sistematização da V Conferência Nacional de Assistência Social e posterior encaminhamento à Plenária Final.

§ 1º - Cada grupo terá um coordenador que será eleito dentre os delegados presentes no grupo, com as atribuições de:

- a) orientar a discussão dos temas;
- b) coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos/as os participantes;
- c) cronometrar o tempo de intervenção de cada participante;
- d) controlar o uso da fala pela ordem de inscrição; e,
- e) assegurar que as propostas sejam encaminhadas por consenso ou maioria simples.

§ 2º - Cada grupo terá um relator/a, previamente definido pela Comissão Organizadora, com as atribuições de:

- a) abrir os trabalhos e encaminhar a eleição do coordenador;
- b) registrar as conclusões do grupo em instrumento próprio;
- c) apresentar o registro à equipe de Relatoria e Sistematização e contribuir para realização do relatório final.

Art.18. Os grupos deverão obedecer à seguinte metodologia de trabalho:

I - Quanto ao “Decálogo de Direitos e seus Compromissos Éticos”:

- a) Apreciação e votação do Decálogo dos Direitos Socioassistenciais e dos Compromissos Éticos com os direitos socioassistenciais, apresentando sugestões de adequação na redação;
- b) O grupo poderá ainda, acrescentar ou suprimir 01(uma) proposta dos Direitos Socioassistenciais;



- c) O grupo poderá acrescentar outros Compromissos Éticos com os Direitos Socioassistenciais.

II - Quanto aos demais sub-temas Controle Social, Gestão do SUAS, Recursos Humanos e Financiamento:

- a) Apreciação e votação do conjunto de metas sobre cada sub-tema resultado da consolidação das deliberações das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, podendo incluir até uma nova proposta em cada um deles;
- b) Indicação da esfera de governo responsável pelo desenvolvimento de cada meta, se Município, Estado/Distrito Federal ou União;
- c) Identificação do prazo para implementação de cada meta, se de curto, médio ou longo prazo.

III - As novas propostas feitas por delegados deverão ser apresentadas ao grupo para que possam ser apreciadas e votadas pelo mesmo.

IV - Serão encaminhadas à equipe de Relatoria e Sistematização da V Conferência Nacional de Assistência Social o conjunto de propostas aprovadas por metade mais um dos(as) delegados(as) presentes na hora da votação do grupo.

V - As propostas dos grupos deverão ser entregues à equipe de Relatoria e Sistematização pelo(a) relator(a), nos seguintes horários:

- a) Nos trabalhos do dia 06 de dezembro, até às 20h deste dia;
- b) Nos trabalhos do dia 07 de dezembro, até às 21h deste dia.

Art. 19. Só serão apreciadas pela Plenária Final as propostas aprovadas em pelo menos 50 % dos grupos.

Art. 20. A equipe de Relatoria e Sistematização da V Conferência Nacional de Assistência Social procederá a sistematização das propostas aprovadas pelos grupos, observando a seguinte metodologia:

- I - Sistematização das propostas provenientes dos grupos de trabalho, hierarquizando as propostas por grau de incidência em cada sub-tema;
- II - Classificação por prazo de implementação, também seguindo o critério de maior incidência nos grupos, de cada uma das metas identificadas;
- III - Encaminhamento da sistematização para deliberação da Plenária Final.

Parágrafo Único – Os relatores de grupos se integrarão à equipe de Relatoria e sistematização para colaborar na consolidação das propostas e moções dos grupos de trabalho, cujo resultado será encaminhado à Plenária Final, na forma de Relatório, no dia 08 de dezembro, para aprovação final.

### Seção III Das Oficinas



Art 21. A V Conferência Nacional de Assistência Social contará com 23 (vinte e três) Oficinas, com o objetivo de socializar concepções e experiências no campo da Assistência Social.

§ 1º - As oficinas acontecerão no dia 07 de dezembro, das 18h às 20h, simultaneamente;

§ 2º - As inscrições para as oficinas, serão realizadas no dia 06 de dezembro, das 14 às 18h e no dia 07 de dezembro, das 08 às 12h;

## CAPÍTULO V DAS PLENÁRIAS

Art. 22. As Plenárias da V Conferência Nacional de Assistência Social têm caráter deliberativo, constituídas pelos delegados/as, devidamente credenciados/as, com competência para discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas e as moções consolidadas nos grupos de trabalho.

Art.23 O processo de apreciação e aprovação do relatório final dar-se-á da seguinte forma:

- I – leitura do relatório final consolidado das propostas dos grupos de trabalho;
- II – defesa, contra e a favor, das propostas, quando for o caso, obedecendo o tempo máximo de 3 minutos;
- III - Esclarecidas, as propostas serão submetidas à votação pela Plenária e aprovadas aquelas que obtiverem a maioria simples dos votos, identificados por contraste e recorrendo-se à contagem, uma única vez, em caso de dúvida.

Art. 24. O mutirão SUAS 10 - Estratégias de luta para implementar a Política Nacional de Assistência Social será apresentado e aprovado na Plenária Final;

Art. 25. As moções deverão ser apresentadas à Comissão Organizadora até às 19h do dia 07 de dezembro, com a coleta de assinaturas de pelo menos 10% (dez por cento)/em numero de 115 Delegados/as, de que trata o art. 9º deste Regimento, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária Final.

Parágrafo Único – As moções serão apreciadas pela Plenária Final, logo após aprovação dos relatórios finais.

Art. 26. As Plenárias contarão com uma mesa de apoio que auxiliará as coordenações das mesas.

Art. 27 Assegura-se às Plenárias o questionamento, pela ordem, à coordenação da mesa, para restabelecer a ordem dos trabalhos ou no caso em que este Regimento não esteja sendo cumprido.



Art. 28. Instalado o processo de votação, serão vedados os levantamentos de questões de quaisquer naturezas.

## CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 29. Será apresentado pela mesa coordenadora das Plenárias, após término do credenciamento, conforme estabelecido no art. 9º deste Regimento, o número de delegados aptos a votarem na V Conferência Nacional de Assistência Social, bem como o número de convidados e observadores presentes.

Art 30. As deliberações aprovadas na V Conferência Nacional de Assistência Social serão publicadas no Diário Oficial da União, pelo CNAS, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu encerramento e encaminhadas a todos os seus participantes.

Art 31. Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da V Conferência Nacional de Assistência Social.

### **Participantes por categoria**

---

**Categoria: DELEGADO**

**Inscrição**

555 *ABADIA DELFINO DUARTE SOUZA*

1048 *ADALBERTO DE MORAES FILHO*



1453 *ADÉLIA ANDRADE SANTOS*  
683 *ADELSON ALVES SILVA*  
1959 *ADEMAR DE OLIVEIRA MARQUES*  
1425 *ADEMILSON MARTINS*  
265 *ADEMIR ANIBAL DE SOUZA*  
2265 *ADENILDE PEREIRA ANTUNES*  
296 *ADOLAR JOÃO BERTOLI*  
1068 *ADRIANA ANDRADE OLIVEIRA*  
87 *ADRIANA DE SOUZA*  
142 *ADRIANA DOS SANTOS SILVA*  
460 *ADRIANA EDNA FERREIRA DUARTE*  
951 *ADRIANA FARIAS LACERDA*  
739 *ADRIANA FRANCO VILAR*  
1339 *ADRIANA PAULO XAVIER ARAUJO*  
511 *ADRIANA SANTANA FARIA*  
957 *ADRIANI DOS SANTOS VELOSO*  
429 *ADRIANO BARBOSA DE SOUSA*  
143 *ADRIANO JOSÉ PEREIRA PRATES*  
1928 *AIDÊ CANÇADO ALMEIDA*  
1341 *AILTON PALMEIRA DA SILVA*  
1219 *ALBA MÉRCIA F. DE LIMA*  
980 *ALBÉRICO MESSISAS DA ROCHA*  
1929 *ALBERTINA BETE DURANTE*  
1344 *ALCÉRGIO O. COUTO*  
315 *ALCIONE MARACAJÁ DE MORAIS BELTRÃO*  
1119 *ALDA DO SOCORRO MORAIS LIMA*  
874 *ALDENICE PINHEIRO DA SILVA DINIZ*  
373 *ALDERIR GUALBERTO PENHA*





- 523 ALDO OTT
- 1535 ALEOMAR AGOSTINHO PENSO
- 750 ALEX DALPRA RIBEIRO
- 1343 ALEX SANTOS SILVA
- 1266 ALICE ALMEIDA CAROPRESE
- 783 ALIONE PINHEIRO DE MOURA FERREIRA
- 976 ALMERI DE SOUZA NOGUEIRA BENTINHO
- 1563 ALZIRA CONCEIÇÃO LEAL DE BRITO
- 822 AMADEU FERREIRA DOS SANTOS
- 1113 AMARILDO JOSÉ OLIVEIRA DA CRUZ
- 1481 ANA APARECIDA P. SILVA BUZETI
- 426 ANA CRISTINA BATISTA SANTANA
- 872 ANA EDNA LEITE LEITÃO
- 990 ANA ELIZABETE DE OLIVEIRA BENTO
- 1395 ANA GORETTI CORREIA DE MELO
- 1287 ANA KARYNA LIRA GOMES
- 1930 ANA LIGIA GOMES
- 88 ANA LÚCIA DE SOUZA BARROS SILVA
- 1397 ANA LÚCIA FREITAS BASTOS MIRANDA
- 547 ANA MARIA DA TRINDADE
- 1159 ANA MARIA CARDOSO DE ALMEIDA
- 981 ANA MARIA COSTA MAGALHAES
- 416 ANA MARIA MOURA
- 1414 ANA MARIA R. MACEDO
- 944 ANA NEIDE SOARES DE OLIVEIRA
- 663 ANA PAULA PEREIRA FLORES
- 462 ANA TADEU FELICIO DE SOUZA
- 977 ANA VERÔNICA DE OLIVEIRA LUIZ E SILVA



- 732 ANACLETO BRUNORO JR.
- 1315 ANDERSON SILVA DE SOUSA
- 77 ANDRÉ ARRAES MONTEIRO
- 1579 ANDRÉ LUÍS DE O. SOARES
- 145 ANDRÉ LUIS DE SOUZA
- 931 ANDRÉ VALENÇA DOS SANTOS
- 611 ANDREA CAIXETA DINIZ
- 456 ANDRÉIA DA CRUZ OLIVEIRA AMORIM
- 1573 ANDRÉIA STRINTA DOS SANTOS ELIAS
- 1383 ANGELA CARVALHO KOTSUBO
- 1449 ANGELA KANT MARTINS
- 652 ANGELA MAGDA PESSOA
- 1243 ANGELA MARIA BRANDÃO
- 1399 ANGELA MARIA DE OLIVEIRA PÊRSICO
- 1476 ANGELA MARIA RODRIGUES
- 1496 ANITA LEOCÁDIA VASCONCELOS DE SOUZA MELCHOR
- 1268 ANÍZIO DE SOUZA DOS SANTOS
- 730 ANSELMO ROSÁRIO DA SILVA
- 1981 ANTONINO FERREIRA NEVES
- 1186 ANTONIO DAVI FILHO
- 612 ANTÔNIO FRANCISCO MARTINS
- 1181 ANTONIO GALDINO DE SOUSA NETO
- 1595 ANTÔNIO JOSÉ PORTES JUNIOR
- 36 ANTONIO OLÍMPIO DIAS
- 1008 ANTONIO REGINALDO COUTINHO SOUZA
- 421 ANTONIO RENATO DA CRUZ
- 632 APARECIDA MARIA GARCIA DE JESUS
- 261 APARECIDA MARIA ROMA



- 376 APARECIDA SALDANHA DA SILVA  
37 APARECIDO ALVES DE BRITO  
1049 ARELY SOARES C. TELLES  
1462 ARIULDA D. V. PIOLI BERNASCKI  
630 ARLENE SUELY CALDEIRA E GONÇALVES  
441 ARLINDO DE ARRUDA E SILVA FILHO  
321 ASSIS FIRMINO DA SILVA  
964 AURELINA NETO DE JESUS  
1554 AURICÉLIA DOS SANTOS  
1486 BELANÍSIA RIBEIRO DOS SANTOS  
971 BENEVILSON LAURÊNCIO DUARTE  
270 BERNADETE APARECIDA CASA  
985 BERNARDETH DE LOURDES GONDIM  
300 CARLA MUNIZ DE CASTRO  
811 CARLOS ALBERTO BATISTA MACIEL  
1264 CARLOS ALBERTO LEITE DE CASTRO  
573 CARLOS EDUARDO DE JESUS XAVIER  
477 CARLOS ORLANDO DOS SANTOS  
566 CARLOS RIBEIRO DE OLIVEIRA  
1527 CARLOS ROBERTO DOS SANTOS  
1010 CARMELUCIA GALVÃO COELHO  
1934 CARMEM BEATRIZ SILVEIRA AGUIAR  
633 CARMEM REJANE JESUS SILVA AMARAL  
90 CAROLINA BRAGGIO MOLINA  
1931 CAROLINA GABAS STUCHI  
558 CATHIA NÖLLER  
1214 CECÍLIA OLIVEIRA DA SILVA  
402 CÉLIA COSTA DANTAS



- 961 CÉLIA KIEFER
- 1338 CÉLIA MARIA BRANDÃO S. SOARES
- 614 CELSO ANTÔNIO FANFA
- 1989 CEZAR JOAO CIM
- 682 CHARLES ROBERTO PRANKE
- 378 CHIEKO HEMMI YOZA
- 1580 CLARICE MACHADO IMPERIAL
- 709 CLAUDETE LEÃO IVO MOYSÉS
- 1251 CLAUDIA MARA RIBEIRO BARBOZA
- 946 CLÁUDIA MARIA SARAIVA BAIMA
- 440 CLAUDIA PEREIRA MENDES DE SÁ
- 539 CLÁUDIA SIMONE FELIPE PALESTINO
- 1473 CLAUDIO ROBERTO ATAIDE
- 1253 CLAUDIO SANTOS
- 544 CLEBER GOMES DE FIGUEIREDO
- 885 CLEIDE BARROSO COUTINHO
- 1606 CLEONICE MARIA MENEZES
- 418 CLEONIO GOUVEIA
- 465 CLEUZITANIA PEREIRA DA SILVA COSTA
- 2219 CLODOALDO DE LIMA LEITE
- 1345 CONCEIÇÃO ELIANA CARNEIRO
- 1499 CONSUELO MAGALHÃES DUARTE
- 915 CRISALIS FONSECA ARAÚJO
- 1423 CRISTIANE MEYER
- 1405 CRISTIANY MARIA BRANDÃO DANTAS
- 1402 CRISTINA DA SILVA SOUZA COELHO
- 1922 DALILA MARIA PEDRINI
- 1370 DALVA MERCES BARRETO



747 *DALVA SANCHES VIEIRA*

148 *DANIEL VIEIRA SILVA*

900 *DANIELA CRISTINA DE OLIVEIRA BRAGA*

1997 *DANIELA PEIXOTO*

91 *DANIELA ZACCARIOTTO*

1274 *DANIELE M. C. REIS DE OLIVEIRA*

1407 *DANIELE SANDRA LUCATELLI*

1348 *DARCI M<sup>a</sup> DE SOUZA VILAÇA*

1374 *DARCY COSTA OLIVIERA*

509 *DARIO FRANCISCO FRANQUEIRA CARNEIRO*

1503 *DARLIM S. MEZOMO*

372 *DAVID FUMYO GONÇALVES*

619 *DAVIS SOARES PEREIRA*

497 *DAYSE VENINA LOPES DE B. MOREIRA*

1212 *DEBORA DUTRA REIS DE SOUZA*

524 *DÉBORA NUNES ABREU*

881 *DENIS PAULO ALVES*

1316 *DENISE BORGES B. DE AZEVEDO*

1390 *DENISE RATMANN ARRUDA COLIN*

1318 *DENISY KÁTIA B. MATOS PINHEIRO*

381 *DEOCLECIANA FERREIRA*

553 *DEOMIRA GIRARDI*

1171 *DEUSA MARIA DOS SANTOS*

1421 *DIANA L. LACERDA DOS ANJOS*

512 *DIEGO JOEL SCHUH*

620 *DILMA YARA TEIXEIRA SANTOS*

868 *DINA LARA B. DE M. CASTRO*

499 *DINEIBRA NEVES DA SILVA*



1515 *DINEUSA APARECIDA SOUZA*  
639 *DIONE ADRIANA N. SOSSMEIER*  
422 *DJALMA DA COSTA SANTANA*  
1304 *DOLORES FERREIRA FONSECA*  
1199 *DOMINGAS SERAFINA COELHO ROCHA*  
302 *DONÁRIA DE FÁTIMA FERREIRA*  
1419 *DORINES MIRANDA CARNEIRO*  
651 *DOULORES ALVES DA COSTA OLIVEIRA*  
567 *DULCE VALERIA HENRIQUE DE CAMPOS*  
1385 *DULCILENE PIRES CARDOSO TONON*  
383 *DULCINEA PASTRELLO*  
899 *DULCINÉIA DA SILVA GOMES*  
1465 *EDENILCE DE FÁTIMA DO NASCIMENTO LIMA*  
19 *EDERSON DIAS DE CARVALHO*  
508 *EDILAR CRUZ*  
1552 *EDILENE LOPES*  
988 *EDINA REGINA LIMA DOS SANTOS*  
1375 *EDINALVA NOLÁCIO DE SANTANA*  
479 *EDIVALDO ALVES SANTIAGO*  
337 *EDIVALDO DE FREITAS PAES*  
705 *EDIVAR DOS SANTOS ALMEIDA*  
2696 *EDMUNDO CLAVIS DE OLIVEIRA*  
93 *EDNA APARECIDA C. CANESIN*  
1328 *EDNA LIMA CARNEIRO*  
1091 *EDNA MARIA DA CUNHA BRITO*  
737 *EDNA MARIA DE MELO*  
423 *EDNEUZA ARAÚJO ALMEIDA DE OLIVEIRA*  
1291 *EDSON CARLOS GOMES*





902 *EDSON JOSÉ BELTRÃO FIGUEIREDO*  
680 *EDSON MORAES BOROWSKI*  
94 *EDUARDO DE MORAES*  
658 *EGMAR DE OLIVEIRA*  
589 *ELAINE ANGELICA SKOLAUDE*  
1996 *ELAINE CRISTINA LICIO*  
930 *ELAINE CRISTINA MARQUES CLARA*  
645 *ELENI RAQUEL DA SILVA TSURUZONO*  
1413 *ELENICE MALZONI*  
474 *ELIACIR PEDROSA DA SILVA*  
1582 *ELIANA PEDRO MACHADO*  
1246 *ELIANE FARIA DE PÉRCIA NAMÉ*  
1502 *ELIAS DE SOUZA OLIVEIRA*  
1921 *ELIAS SAMPAIO FREIRE*  
501 *ELIEL GOMES MEIRA*  
78 *ELIENE DE SOUZA BISPO*  
576 *ELIENE FRANCO CARRIJO*  
1464 *ELIETE AP. PEDRO WASEM*  
1185 *ELIETE CASADO GONÇALVES*  
1524 *ELIONAI ELEUTÉRIO FARIAS*  
454 *ELIS REGINA PRATES*  
95 *ELISABETE BENTO DE SOUZA SANTOS*  
1296 *ELISANGELA LIMA PEREIRA*  
39 *ELISÂNGELA MARIA MIRANDA*  
96 *ELISETE CLEMENTE DE ABREU*  
3 *ELÍSIO BRAZ DE JESUS*  
1057 *ELITA DA SILVA SANTOS*  
530 *ELIZA MÔNICA NAVES DE SIQUEIRA*



1529 ELIZABETE MARIA SILVEIRA GOULART  
1474 ELIZABETE SOUZA ANDRADE  
1329 ELIZABETH XAUD MARON SITENTA  
1163 ELVIRA MARIA CARNEIRO DE LIMA  
657 EMANOEL DE DEUS TORRES  
1158 EMERSON ARAÚJO DE MEDEIROS  
150 EMILIO VILELA  
1096 ENIA MARIA DE SOUZA  
756 ENOAN CUNHA MAROTO  
1349 ENOCK RIBEIRO DE OLIVEIRA  
901 ENY DE JESUS MARANHÃO CARDOSO  
1351 ERIVALDO COSTA PORTELA  
2038 ERNO SCHMIDT  
613 ÉRTON MARQUES DE OLIVEIRA  
1265 ESTELA MÁRCIA SCANDOLA  
743 ESTHER ANDRADE NOGUEIRA  
1901 EUCLIDES DA SILVA MACHADO  
2703 EUGÊNIO GUILHERME HIMMEN  
1444 EUNICE APARECIDA P. SOMMACAL  
1504 EUNICE GONÇALVES DE SOUZA  
1317 EUZEBIO SOUZA DA CONCEIÇÃO  
97 EVANDA RODRIGUES PIRES CLARO  
1330 EVANDRO DIAS DOS PRAZERES  
18 EXPEDITO WILSON PEREIRA BEZERRA  
1485 FABIA SANT'ANA DOS SANTOS  
685 FABIO CRISTIANO TRINDADE  
569 FABIO DA SILVA  
719 FÁBIO ELIAS DE QUEIROZ



1546 *FÁTIMA APARECIDA SILVA DE MELLO*  
1577 *FÁTIMA VALÉRIA FERREIRA DE SOUZA*  
354 *FÉLIX CAVANCANTE DA SILVA*  
2208 *FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHÁ*  
1194 *FERNANDA GOMES DE ARAÚJO*  
1498 *FERNANDA INOCENTE GARCIA*  
463 *FERNANDO ELER*  
1311 *FLÁVIA BRÁZ DE LIMA*  
1295 *FLÁVIA FABIANA DA SILVA*  
786 *FLORIPES DE MARIA SILVIA PINTO*  
518 *FRANCELINE FERREIRA MARTINS*  
79 *FRANCIANY CARVALHO DOS SANTOS*  
1511 *FRANCILENE LAUREANO MOREIRA*  
686 *FRANCILENE SILVA DO NASCIMENTO*  
805 *FRANCISCA CORREIA DE SOUSA*  
329 *FRANCISCA DAS CHAGAS F. VIEIRA*  
314 *FRANCISCA EUGÊNIA RODRIGUES*  
873 *FRANCISCA SÔNIA FREITAS SOUSA*  
11 *FRANCISCO CARLOS A. DE SOUZA*  
1045 *FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA*  
1007 *FRANCISCO DE ASSIS HENRIQUE*  
380 *FRANCISCO JADSON FRANCO*  
623 *FRANCISCO LUIZ BARBOSA FILHO*  
570 *GENERICI TOSATTI BANUNAS*  
152 *GENIVAL FRANCISCO DA SILVA*  
379 *GEÓRGIA CAVALCANTE MENESCAL*  
154 *GEOVANIA AP. CARVALHO DE SALES*  
1353 *GEREMILSON SANTOS DE SOUSA*



- 1100 *GERT WOLFGANG ANTONIUS*
- 1103 *GERUSA MARIA DE SOUSA FERNANDES*
- 752 *GERUSA STER VIEIRA DA S. NARCISO*
- 20 *GETÚLIO PORTELA LEAL FILHO*
- 1472 *GIL CEZAR JOSÉ ZANETTI*
- 1324 *GILBERTO ANTONIO SCUSSIATO*
- 975 *GILBERTO LUIZ RODRIGUES DE ARAGÃO*
- 4 *GILSA MARIA DE SOUSA RODRIGUES*
- 534 *GILSON DOS SANTOS*
- 843 *GIORGIO LIRA NUNES*
- 100 *GISELE CRISTIANE DE FREITAS*
- 1900 *GISELE DE CASSIA TAVARES*
- 262 *GISELE NETO SOUZA SANTOS*
- 593 *GISELE RODRIGUES CARDOSO*
- 461 *GISELE RODRIGUES MARTINS*
- 693 *GIUSTINA ZANATO*
- 1454 *GLAUBIA OLIVEIRA GOMES*
- 1242 *GLAUCI LAURINDO ATAÍDE*
- 101 *GLAUCIA MARIA CARVALHO DE MATTOS*
- 398 *GLAUCIA MARIA GONDIM DE QUEIROZ*
- 318 *GLAUCIA SOUZA AZEVEDO*
- 1494 *GLEICY SANTANA*
- 974 *GLENIA DANTAS BENVINDO*
- 333 *GLEUDA SIMONE T. APOLINÁRIO*
- 1173 *GLEYBERSON DE ALMEIDA GOMES*
- 672 *GLÓRIA MARIA VIEIRA*
- 847 *GONÇALO DE SOUSA SILVA*
- 59 *GRACIA REGINA DOS SANTOS CASADO DE LIMA*



1063 GREICI DA CRUZ VASCONCELOS  
594 GUILHERME GOMES MOREIRA  
485 HARAÍVE BETSABA ZAIDAN SIMÕES  
1097 HARLEYNE SÁ DA SILVEIRA CASTRO  
1988 HEBRIDA VERARDO FAM  
28 HÉCIA MARIA SILVA SOUSA  
1077 HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS  
327 HELEM DACILANE DA SILVA DUARTE  
506 HELENA BEATRIZ JUNQUEIRA COLI  
1935 HELENA FERREIRA DE LIMA  
1352 HELENA TAVARES DA SILVA  
1457 HELENI DUARTE DANTAS DE ÁVILA  
1302 HÉLIO HENRIQUE DAS CHAGAS CAMILO  
1591 HILDA CORREA DE OLIVEIRA  
1322 HILDA MARIA TEIXEIRA DOS SANTOS  
1480 HILDETE DOS SANTOS  
1998 HILDEZIA ALVES DE MEDEIROS  
692 IARA DE FATIMA BUENO DE ROSA  
1312 IDELFONSO SILVA  
1074 IÊDA DA LUZ  
923 IEDA MARIA NOBRE DE CASTRO  
1506 ILDA MARIA AUGUSTO  
1508 ILDA MARIA DO NASCIMENTO  
543 ILZA DE CARVALHO SANTOS  
1151 ILZAMAR SILVA PEREIRA  
1458 IRACI SANTOS  
726 IRINEU WUTKE  
1223 ISAAC DA COSTA BASTOS



- 993 *ISAAC MACHADO DE OLIVEIRA*
- 517 *ISABEL CRISTINA ALVES DE AZEVEDO*
- 1222 *ISABEL CRISTINA RAMOS*
- 676 *ISABEL CRISTINA VELASQUES STOELBEN*
- 264 *ISMARA DE CARVALHO BASTOS*
- 336 *ISMÊNIA APARECIDA DOS SANTOS*
- 959 *ISNALDO PEREIRA DO NASCIMENTO*
- 817 *IVANA AUGUSTA BRITO DE SOUSA*
- 2213 *IVANA DURANS DOS SANTOS*
- 537 *IVANIA BERNARDETE POLACZINSKI*
- 346 *IVANILDE LOPES DA SILVA*
- 863 *IVANILDES CONSTÂNCIO RODRIGUES MACÊDO*
- 444 *IVANIR APARECIDA SIMIONATO*
- 1355 *IVANNOEL BATISTA DOS SANTOS*
- 1177 *IVONEIDE DAMASCENO RIBEIRO*
- 419 *IVONILDE MARIA DE SANTANA*
- 386 *IZABEL CRISTINA S. ALMEIDA*
- 1378 *JACIENE MIRANDA DA SILVA BERTORA*
- 258 *JACINTA IMIG*
- 417 *JACINTA MARIA LEITE FÉRRER*
- 1936 *JAIME RABELO ADRIANO*
- 1607 *JANAINA CORREA DE PAULA*
- 6 *JANAÍNA MAGALHÃES M. BEZERRA*
- 102 *JANE CÉLIA DA SILVA SOBRINHO MOREIRA*
- 536 *JANE D'ARC SANTOS VARGAS*
- 1182 *JANIELY BEZERRA DA COSTA*
- 269 *JARBAS NATANAEL DE OLIVEIRA*
- 453 *JEAN CARLOS ROCHA FERNANDES DE BRITO*





- 1184 JEANE BEZERRA BRAGA DO NASCIMENTO  
2241 JERCENILDE CUNHA SILVA  
892 JERONIMO FERREIRA CARVALHO FILHO  
1110 JESSE MIRANDA VITALE HELLMEISTES  
1297 JOANA CRISTINA CORDEIRO DE ALENCAR  
2698 JOANA D'ARC FIGUEIREDO DA SILVA  
23 JOÃO BARTOLOMEU DE C. FILHO  
351 JOÃO BATISTA GOMES ASFURI  
156 JOÃO BATISTA MARTINS NETO  
157 JOÃO CARLOS GUILHERMINO DA FRANCA  
1459 JOÃO DA SILVA PEREIRA  
1281 JOÃO DOMINGOS DOS SANTOS  
1284 JOÃO EVANGELISTA RABELO MAIA  
1191 JOÃO FERREIRA LIMA  
480 JOÃO GERALDO EUSTÁQUIO DOS SANTOS  
1902 JOAO PAULO RIBEIRO  
849 JOÃO PAULO RIBEIRO LIMA  
649 JOÃO TEIXEIRA DA SILVA FILHO  
503 JOAQUIM JOSÉ CAPRONI  
1005 JOAQUIM RAIROL LUCHARD SALES  
1411 JOCELIANE BERNADETE BARBOSA RECARCATI  
710 JOELMA GOMES DE AGUIAR  
159 JOHNROSS JONES LIMA  
816 JORGEANA GONÇALVES FONSECA  
478 JOSANA MARIA DE ANDRADE DO AMARAL  
1987 JOSE ADELAR CUTY DA SILVA  
966 JOSE AILTON MARTINS  
772 JOSÉ AMIRALDO FERREIRA DA SILVA



1586 *JOSÉ ANTÔNIO MARTINS ALVES*  
1321 *JOSE ARIOSVALDO DE SOUZA ALMEIDA*  
919 *JOSÉ AUGUSTO COSTA*  
577 *JOSÉ BENEDITO NUNES NETO*  
602 *JOSÉ CARLOS DIAS FILHO*  
1484 *JOSÉ CICERO DOS SANTOS*  
648 *JOSÉ CLOVIS PEREIRA LAZZARIN*  
2451 *JOSE DE ALMEIDA*  
1937 *JOSE EDUARDO DE ANDRADE*  
1938 *JOSE FERREIRA DA CRUS*  
342 *JOSÉ FLÁVIO FARIAS BARROS*  
970 *JOSÉ GENECI CRISTOVÃO*  
60 *JOSÉ GERALDO DE SALES*  
759 *JOSÉ GERALDO GIOVANI*  
771 *JOSÉ HILSOMAR TEIXEIRA*  
141 *JOSÉ HUMBERTO M. ALENCAR*  
311 *JOSÉ JUSCELINO DE OLIVEIRA NETO*  
1679 *JOSÉ LÚCIO PEREIRA DA COSTA*  
162 *JOSÉ LUIS DE ASSIS SILVA*  
1903 *JOSE MANOEL PIRES ALVES*  
615 *JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS*  
653 *JOSE ROBERTO PEREIRA*  
1225 *JOSÉ ROBERTO ZIMBRÃO RIBEIRO*  
165 *JOSÉ RUBENS FERREIRA*  
777 *JOSÉ SERVITO MORAIS SOARES*  
1238 *JOSÉ SOARES DA SILVA*  
958 *JOSEFA ROSA DA SILVA*  
936 *JOSENILDO ANDRÉ BARBOZA*



2119 JOSIAS BARTOLOMEU SANTOS  
259 JOSIAS MARTINS  
1379 JOSIEL BONFIM BARRETO DE ANDRADE  
578 JOSIEL MARTINS DA COSTA  
968 JOSILDA RUFINO DA SILVA CUNHA  
1263 JOSIMARA PASQUALINI  
529 JOSUÁ BARROSO OLIVEIRA  
298 JUÇARA ROSA SILVA  
1477 JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO  
2127 JUCIMARA DIAS ARAÚJO RODRIGUES  
585 JULIA MARIA MUNIZ RESTORI  
80 JULIANA P. LOPES VICENTIM  
1354 JULIANO FERREIRA RODRIGUES  
882 JULIO ANTÃO VENÂNCIO FILHO  
677 JURANDIR VIREIRA JUNIOR  
1460 JUSSARA MARIA SILVA  
1488 JUSTINA INÊS HELLMANN  
969 KADYDJA ROSA FERRAZ  
741 KAREN ALVES LIMA MARCHESI  
864 KAREN SCHURHAUS DA SILVA  
641 KAREN SIRLAINE MARQUERI  
525 KARINE MARQUES RODRIGUES TEIXEIRA  
780 KARLA BATISTA CABRAL  
1408 KARLA DO ROCIO BELLO BARBOSA  
642 KARLA FRANÇA CUSTODIO  
673 KATIA ADRIANA MONTEIRO MEYER  
591 KÁTIA CARMEM DA SILVA  
1244 KÁTIA LOPES QUIRINO



- 70 *KÁTIA MACHADO PERON*
- 428 *KATIA MARIA ARAUJO SOUZA*
- 1565 *KATIA MENEZES E SILVA*
- 599 *KATIA ROCHAEL RODRIGUES*
- 616 *KATIA SANTIAGO GUIMARAES*
- 1294 *KÁTIA TAVARES SILVEIRA VASQUES*
- 637 *KELLY CRISTINA SILVA COSTA*
- 1523 *KELLY CRISTINA WEHMUTH*
- 166 *KELY HAPUQUE CUNHA FONSECA*
- 707 *KLEBER COUSAQUEVITE DE AMORIM*
- 1013 *LAURA MARIA PEDROSA DE ALMEIDA*
- 1639 *LÁZARO AUGUSTO DOS REIS*
- 598 *LÉA LUCIA CECILIO BRAGA*
- 1260 *LEDI FERLA*
- 71 *LEILA IZABEL PAULINO FERREIRA*
- 1516 *LEILA MARIA HOLANDA DE MAGALHÃES*
- 305 *LENI DE OLIVEIRA COSTA*
- 1540 *LENIR HERMES*
- 61 *LEONICE DOMINGOS DOS SANTOS CINTRA LIMA*
- 390 *LEÔNIDAS DE ARAUJO LUZ*
- 1956 *LEOPOLDO COSTA JUNIOR*
- 2316 *LEUDA MENDES DE ALMEIDA*
- 541 *LIANARA ARAÚJO DA SILVA*
- 1109 *LIDUINA MARIA BRANDÃO*
- 1522 *LIEGE MARIA BARROS DE AQUINO*
- 897 *LIGIA CABRAL BARBOSA*
- 687 *LILIANA LOBACK*
- 994 *LILIANE GONÇALVES DA SILVA*



- 104 *LILIHAN MARTINS DA SILVA*
- 1412 *LINDALANE MAZZA CASAS*
- 606 *LIS ROSANY SCHERER*
- 1446 *LÍVIA RAMOS PINTO*
- 1283 *LOANA RIOS ANDRADE LIMA BARTOLOTTI*
- 290 *LORECI GLAU*
- 992 *LOURDES FOLLMANN*
- 838 *LOURIVAL DOS SANTOS*
- 1055 *LUANA CRISTINA CARDOSO CALDEIRA*
- 1393 *LUCI MEIRE DIAS*
- 634 *LUCIA ANTONIA DE OLIVEIRA LACERDA*
- 167 *LÚCIA BORGES DE CARVALHO*
- 168 *LUCIA CARMEM GONÇALVES DE LIMA*
- 338 *LÚCIA DE FÁTIMA ALVES CORREIA LIMA*
- 895 *LUCIA DRUMMOND C. DE A. MEDEIROS*
- 169 *LÚCIA HELENA CAMPOS FAQUINHA*
- 1237 *LUCIA HELENA DA SILVA*
- 1398 *LUCIA MAGNOLIA DE CAMPOS*
- 1598 *LUCIA MARIA PEREIRA ZACHEU*
- 1210 *LÚCIA REGINA MACHADO PESSANHA*
- 1662 *LUCIANA CANÇADO DA CUNHA PEIXOTO*
- 31 *LUCIANA CRISTINA AVES*
- 1904 *LUCIANA DE BARROS JACCOUD*
- 1431 *LUCIANA P. FRANCO SILVESTRE*
- 997 *LUCIRENE DE ANDRADE SANTIAGO*
- 1090 *LUDMILA DE AVILA PACHECO*
- 595 *LUIS FERNANDO DE ABREU XAVIER*
- 1359 *LUISELE SAVERNINI DE FREITAS RAMOS*



- 1564 LUIZ CARLOS B. DE ALMEIDA  
1215 LUIZ CARLOS PEREIRA PINTO  
1389 LUIZ CASTRO DA SILVA  
1127 LUIZ CICERO DAS NEVES  
581 LUIZ EDUARDO MAZULLO CERNICCHIARO  
516 LUIZ GERMANO DA SILVA FERNANDES  
1261 LUIZA CRISTINA QUARESMA DE OLIVEIRA VAZ  
105 LUÍZA PERES SAVAZZO DUARTE  
2232 LURDES MARTINS DA COSTA  
1939 LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJOS  
1169 LUZMARINA CRUZ DA SILVA ROSADO GOUVEIA  
1905 LYGIA MARIA DE ALMEIDA LEITE  
170 MACIEL GOMES CORRÊA  
62 MAGALI PEREIRA GONÇALVES C. BASILE  
1528 MAGALI RIGIS FRANZ  
622 MAIRA ELISA DHEIN FLECK  
1362 MANOEL ALTO DE ARAÚJO  
367 MANOEL CLODOMAR ARAÚJO  
860 MANOEL DE JESUS ROSA  
1180 MANOEL EUSTAQUIO DE BARROS  
1461 MANUEL NUNES DA SILVA NETO  
738 MARA TERESINHA B. CREVELIN  
1053 MARCELA JOSEFINA PARENTE  
554 MARCELO ARMANDO RODRIGUES  
1908 MARCELO DA SILVA FREITAS  
1906 MARCELO GARCIA  
804 MARCELO MOREIRA DOS SANTOS  
1250 MARCELO TABONE NEVES





171 *MARCIA AERE PEDRO ANTONIO*  
51 *MARCIA ANGELICA VIEIRA*  
1993 *MARCIA CARDOSO OLIVA*  
343 *MÁRCIA CASSIANA ROSA*  
52 *MARCIA CRISTINA SOLDAN*  
1467 *MÁRCIA ELOINA CALDIERI MOURA VIEIRA*  
106 *MÁRCIA IVONE LEAL DE OLIVEIRA*  
1907 *MARCIA MARIA BIONDI PINHEIRO*  
2159 *MARCIA MARIA DE ANDRADE SILVA*  
22 *MÁRCIA REGINA G. A. BARBOSA*  
1599 *MARCOS ANTONIO CASTILHO CARNEIRO*  
108 *MARCOS ANTONIO DOS SANTOS*  
889 *MARCOS ANTONIO G. SILVA*  
1909 *MARCOS ANTONIO GONÇALVES*  
32 *MARCOS GONÇALVES VIANNA*  
1331 *MARCOS MARQUES SILVA*  
174 *MARCOS MIGUEL DA SILVA*  
1990 *MARGARETE CUTRIM VIEIRA*  
1942 *MARGARETH NICOLAU ALVES DA COSTA*  
1483 *MARGARIDA FERNANDES DE MACEDO*  
604 *MARGARIDA REGINA RODRIGUES CAPOANI*  
63 *MARIA ALAIR GAIOTTO MARCON*  
287 *MARIA ANDRADE LEITE*  
1406 *MARIA ÂNGELA FÁVARO FOLTRAN*  
986 *MARIA ANGELA OLIVEIRA DE SOUZA*  
455 *MARIA ANGELA ROCHA PEREIRA*  
1012 *MARIA ANGÉLICA MARQUES DE ALMEIDA*  
1574 *MARIA ANGÉLICA P. DIAS*



- 1578 *MARIA ANGÉLICA PAULIM*
- 1594 *MARIA ANGÉLICA PEREIRA COLETO*
- 978 *MARIA ANTÔNIA DUARTE SILVA*
- 592 *MARIA APARECIDA BAYÃO*
- 179 *MARIA APARECIDA DOS REIS MIRANDA DE JESUS*
- 81 *MARIA APARECIDA G. THOMAZINI*
- 540 *MARIA APARECIDA KRATZ LEITE*
- 109 *MARIA APARECIDA MAROTI*
- 1241 *MARIA APARECIDA MELO DA SILVA*
- 1479 *MARIA APARECIDA MELO M. TAMPAROWSKI*
- 590 *MARIA APARECIDA MORAES MENDES*
- 483 *MARIA APARECIDA SICUPIRA*
- 609 *MARIA APARECIDA VIVEIROS LIMA*
- 391 *MARIA AUGUSTA DE CASTILHO*
- 1571 *MARIA AUGUSTA DE QUEIROZ BARBOSA*
- 949 *MARIA AURILEIDE DE SOUZA SORIANO*
- 1249 *MARIA AUXILIADORA F. COUTO*
- 319 *MARIA AUXILIADORA CORREIA DE MELO*
- 389 *MARIA BABY MAGALHÃES PRAXEDES*
- 1046 *MARIA BARTOLOMEU NOVAIS ALENCAR*
- 907 *MARIA BEATRIZ MONTEIRO GUIMARÃES*
- 694 *MARIA BERNADETTE DE MEDEIROS*
- 1306 *MARIA BETHÂNIA RAULINO MARQUES GOMES*
- 1145 *MARIA BLANDINA PEREZ COELHO*
- 64 *MARIA CATARINA DE CAMARGO ROEFERO*
- 998 *MARIA CRISTINA BORGES DOS SANTOS*
- 110 *MARIA CRISTINA DE SOUZA*
- 1006 *MARIA CRISTINA NEVENSCHWANDER*



- 1468 *MARIA DA CONCEIÇÃO DA CRUZ*
- 1016 *MARIA DA CONCEIÇÃO MAGALHÃES ALVES*
- 565 *MARIA DAS DORES CAMPOS A. LOUSADO*
- 2237 *MARIA DAS GRAÇAS ARAUJO FERREIRA SILVA*
- 2094 *MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA*
- 2253 *MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA*
- 941 *MARIA DAS GRAÇAS DE SÁ M. ANDRADE*
- 1133 *MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA*
- 824 *MARIA DAS GRAÇAS SANTOS*
- 702 *MARIA DAS NEVES MARAES MOUTINHO*
- 1278 *MARIA DE DEUS ALVES CARNEIRO*
- 794 *MARIA DE FÁTIMA DOS REIS BRÍCIO*
- 1394 *MARIA DE FÁTIMA FERREIRA ALVES*
- 928 *MARIA DE FÁTIMA GOMES MENEZES*
- 894 *MARIA DE FÁTIMA LIMA AVELINO*
- 332 *MARIA DE FÁTIMA RICARDO DOS SANTOS*
- 1972 *MARIA DE FATIMA RODRIGUES CARVALHO*
- 625 *MARIA DE FATIMA SILVA FIGUEIREDO*
- 643 *MARIA DE FÁTIMA SILVA ROSA*
- 1940 *MARIA DE FATIMA SOUZA*
- 345 *MARIA DE JESUS DE ASSIS RIBEIRO*
- 1023 *MARIA DE LOURDES ALVES DA S. CAVALCANTE*
- 364 *MARIA DE LOURDES GOMES ALVES*
- 1450 *MARIA DE LOURDES M. KOGA*
- 377 *MARIA DO CARMO DO AMARAL SOBRAL*
- 568 *MARIA DO CARMO SOCORRO*
- 1314 *MARIA DO ROSÁRIO PAIVA*
- 1167 *MARIA DO SOCORRO DE QUEIROZ SILVA*



316 *MARIA DO SOCORRO DE SOUZA CAMPOS*  
972 *MARIA DO SOCORRO FLORENCIO DOS SANTOS*  
1062 *MARIA ELIANE DE O. VASCONCELOS*  
308 *MARIA ELIZABETH ARAÚJO NASCIMENTO*  
1271 *MARIA ELIZABETH DA SILVA CAMPOS*  
1424 *MARIA GENILDA MARQUES CARDOSO*  
587 *MARIA GESSI AMORIM ROIG*  
263 *MARIA GLACI MACIEL MELO*  
1507 *MARIA GORETI DE OLIVEIRA LAMERA*  
2136 *MARIA HELENA MARTINS*  
181 *MARIA HELOISA DA COSTA*  
1135 *MARIA INÊS DA COSTA*  
1388 *MARIA IOLANDA DE OLIVEIRA*  
2238 *MARIA IRENE REGINATTO EIBEL*  
596 *MARIA IVONE GERHARDT*  
514 *MARIA IZABEL FONTOURA NUNES*  
684 *MARIA JOAQUINA DE JESUS*  
588 *MARIA JOSÉ ALVES MACHADO*  
1590 *MARIA JOSÉ ALVES SOARES*  
640 *MARIA JOSÉ BARBOSA SANTOS*  
1941 *MARIA JOSE DE FREITAS*  
880 *MARIA JOSÉ E SILVA*  
112 *MARIA JOSE MARTINS COELHO GERMANI*  
723 *MARIA JULIA DANTAS DA SILVA*  
280 *MARIA LENIRA FLAMONCINI*  
690 *MARIA LOPES RODRIGUES*  
965 *MARIA LÚCIA NOGUEIRA LINHARES MARQUIM*  
1189 *MARIA LÚCIA SANTOS MOREIRA DA SILVA*



- 748 *MARIA LUIZA GONÇALVES*
- 183 *MARIA MERCEDES MARIN DEL CASTILLO*
- 785 *MARIA MÔNICA VIEIRA DA SILVA*
- 33 *MARIA MORENO PERRONI*
- 1179 *MARIA NECY DE SOUZA*
- 1323 *MARIA NILCE FERREIRA DA SILVA*
- 655 *MARIA OLINTA DE AZEREDO CAMPOS*
- 1512 *MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA*
- 1373 *MARIA RITA DE CASSIA V. G. FERREIRA*
- 584 *MARIA ROMILDA JESINSKA*
- 1588 *MARIA ROSANGELA PINHEIRO DAMASO*
- 2699 *MARIA ROSELI ROSSI AVILA*
- 430 *MARIA SELENE BRAGA CABRAL*
- 1572 *MARIA SEZINEIDE MELO*
- 340 *MARIA SOARES FRANCO*
- 557 *MARIA SOLEDADE FERREIRA MATOS*
- 560 *MARIA SUELI DOS SANTOS*
- 1391 *MARIA SUZA PIMENTEL DE MIRANDA*
- 1108 *MARIA TEIXEIRA BARBOSA DOS SANTOS*
- 284 *MARIA TERESA SOARES*
- 1003 *MARIA THEREZA ALMEIDA ANTUNES*
- 10 *MARIANA DE AMORIM CASTRO*
- 348 *MARILDA GONÇALVES PAIM*
- 1547 *MARILENE FERREIRA SANT'ANNA*
- 767 *MARILENE SILVA SOARES*
- 650 *MARÍLIA DE CARVALHO*
- 551 *MARILUCI FOFONKA M. CAMARGO*
- 492 *MARINA RAMOS FERREIRA*



1433 *MARINELMA MACEDO GOMES*  
42 *MARINÉSIA DECÂNDIO*  
888 *MARINEUDA ALVES DE SOUSA MARQUES*  
1526 *MÁRIO HILDEBRANDT*  
745 *MARIONALDO SANTOS PENHA*  
689 *MARIS STELLA FERREIRA DE ALENCAR*  
1161 *MARISA RODRIGUES DA SILVA*  
1575 *MARISTELA FERRARI ALCÂNTARA*  
1555 *MARIUZA GERALDA DE SIQUEIRA*  
610 *MARIUZA MADRUGA SARAIVA*  
1065 *MARIZA DOS SANTOS SILVA*  
1943 *MARLENE DE FATIMA AZEVEDO SILVA*  
114 *MARLENE DE LORENZI MARQUES*  
1028 *MARLENE DE SOUZA*  
762 *MARLENE MAGNAGO BERTOLLO*  
1187 *MARLENE PEREIRA DE SOUZA DINIZ*  
116 *MARLI APARECIDA NUNES DA SILVA LORIATO*  
1174 *MARLI DE MEDEIROS NOBREGA*  
1093 *MARTA DE OLIVEIRA SALES*  
435 *MARTA MARIA GAMA BISPO DE SANTANA*  
267 *MARTA REGINA GUIDOLINI*  
1277 *MARTENEIDE BESERRA SAMPAIO*  
1995 *MARY CELIA GUIRADO*  
2040 *MARY MATIAS DOS SANTOS WALDOW*  
1955 *MAURA DE SOUZA*  
297 *MAURA FERREIRA FERRAZ DAVIES*  
788 *MEIRE MÁRCIA LIMA ALVES*  
1432 *MELÂNIA APARECIDA AGUSTINHA MARIN*





933 MELQUIDES PEREIRA NETO  
43 MÉRCIA BARBOSA  
736 MERI JAQUELINE CORÁ  
1248 MERONIL FERREIRA CINDRA  
947 MICHEL ERIC PENEVEYRE  
424 MICHELLE MARRY COSTA CAMPOS  
186 MIGUEL ALVES DE SOUZA  
1236 MIGUEL JORGE GOMES DE OLIVEIRA  
1101 MILDA LOURDES PALA MORAES  
1279 MILTON MARQUES PEREIRA  
1436 MIRIAM BITENCOURT DE ARAÚJO  
621 MIRIAM GONÇALVES DA COSTA  
552 MIRIAN MARGARIDA OLIVEIRA BALIEIRO GOMES  
1404 MIRIANE ELIAS DE CARVALHO DA SILVA  
1910 MISAEL LIMA BARRETO  
1416 MOISES ARAÚJO COELHO  
122 MOISES CAMILO DE LIMA  
798 MOIZÉS ANTUNES DE OLIVEIRA  
1105 MONALISA LACERDA SILVA  
519 MOUZART AFONSO BRITO  
1440 NÁDIA MÁRCIA CORREIA CAMPOS  
1051 NADJALUCIA OLIVEIRA LIMA  
1914 NATALIA DE SOUZA DUARTE  
979 NATHALIA DOS SANTOS VIEIRA JULIÃO  
711 NATHANILDE FREITAS MACIEL  
938 NEILA CAVALCANTI DE LIRA  
187 NEIVA DOS SANTOS CUNHA  
608 NELCI D'AGOSTINI



- 352 NELI M<sup>a</sup> ABA DE SELLES
- 999 NELMA DE LIMA VAZ ARAUJO
- 1447 NELSON LUIS MORAES
- 1275 NEUSA MARIA MATTOS DA SILVA
- 188 NIDELCE GIMENES ALVES
- 535 NILDA LÚCIA HUARITA
- 713 NILDE NEVES DOS SANTOS
- 528 NILVA AMABILE PAIZ
- 2261 NIXON AIRTON DE OLIVEIRA
- 1299 NOEMI BRAGA DE AQUINO
- 1305 NORMA ELISABETE SILVA SÁ
- 1072 OLAVO ALVES ALENCAR
- 1377 OLÍVIA MARIA ROCHA DE MORAIS
- 1282 ORANY FRANCISCO ARAUJO SOBRINHO
- 1548 ORDALICE FÁTIMA DE SSOUZA PIASENTINE
- 320 ORFEU REGINALDO SOMBINI
- 294 OSMÁI FRANCISCA MIRANDA
- 1054 OSMAR PEDRO VIEIRA DA SILVA
- 1982 OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO
- 631 OSWALDO LUIZ FELIPPE DE ANDRADE
- 1991 PASCOAL MARRACINI
- 661 PATRICIA DONINI FONSECA
- 1422 PATRÍCIA LINS
- 493 PATRÍCIA SERAFIM DE SOUZA
- 420 PATRICIA SOARES NUNES
- 1944 PATRICIA SOUZA DE MARCO
- 193 PATRICIA SOUZA DOS SANTOS
- 268 PATRÍCIA STOCCO HELTAI



- 701 PATRIK DE OLIVEIRA TEIXEIRA
- 989 PATRIZIA CAROLINY SANTIAGO DE OLIVEIRA
- 353 PAULA GIULIANO GALEANO
- 1945 PAULA MICHELE MARTINS GOMES
- 189 PAULA SILVA LEÃO
- 983 PAULO ANTONIO GOMES DANTAS
- 1438 PAULO CESAR SOUSA FONSECA
- 1491 PAULO JESUEL DE SOUZA
- 355 PAULO MARINHO DE PAIVA
- 876 PAULO RODRIGO VALENTE DA SILVA
- 691 PE. HUMBERTO RIBEIRO COSTA
- 1308 PEDRO MAYRINK VEIGA DE CASTRO E SILVA
- 704 PERINA DE F. AGUIAR COSTA
- 374 PLÍNIO LEITÃO NETO
- 458 PRISCILA ROSIN GONÇALVES
- 1240 RACHEL ALBUQUERQUE MOREIRA
- 1198 RADJANE BATISTA F. HOLANDA
- 1107 RAIMUNDA ALVES RIBEIRO
- 717 RAIMUNDA SILVA BATISTA GAMA
- 1002 RAIMUNDO EDIVALDO A. NUNES
- 331 RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS
- 832 RAIMUNDO NONATO DA SILVA SOUZA
- 837 RAIMUNDO NONATO MOTA
- 1478 RAMILDO LIMA BARROS
- 73 RAQUEL DIVINA DE CARVALHO
- 1380 RAQUEL ESTEVES. V. NUNES
- 1036 RAQUEL MURÇA ANDRADE FARIA
- 995 RAUL MARCOS VIEIRA DA COSTA



1075 *RÉGIA D'ARC DE LIMA RIBEIRO*  
1556 *REGINA HELENA SANT'ANNA*  
1558 *REGINA LÚCIA DOS SANTOS GONÇALVES*  
955 *REGINA MARIA DA SILVA SEVERINO*  
1052 *RÉGINA MERCÊS AIRES RODRIGUES DIAS*  
1290 *REGINALDO APARECIDO AMORIM*  
1190 *REINA MOHAMUD VILAGRA*  
1365 *REINALDO RODRIGUES DOS SANTOS*  
1340 *REJANE SHEILA S. BRAGA*  
1247 *RENATA TULER CHAVES VIDAL RIBEIRO*  
533 *RENATO MENDES DE OLIVEIRA*  
1985 *RICARDO MANOEL DOS SANTOS HENRIQUES*  
973 *RICCHARD ROCHA SANTOS*  
2255 *RITA BATALHA PARIZOTTO*  
1946 *RITA DE CASSIA ANGARTEN MARCHIORE*  
1327 *RITA DE CASSIA MONTENEGRO*  
607 *RITA DE KASSIA LIMA LEONARDO*  
405 *ROBERIO ROCHA DE ARAÚJO*  
1309 *ROBERTA KFURI PACHECO*  
531 *ROBERTO CARLOS RODRIGUES DA SILVA*  
814 *ROBERTO NAZARENO SILVA DE ABREU*  
834 *ROBLEDO FREIRE DA SILVA*  
1427 *ROBSON MIGUEL CAMARGO*  
191 *ROMARIO EUCHARIO GOUVEIA NETO*  
574 *RONALDO MENDES FERREIRA*  
195 *ROSA APARECIDA FELIZARDO*  
13 *ROSA GARDÊNIA BARBOSA*  
878 *ROSA MARIA DE ALMEIDA LOPES*



635 ROSA MARIA GUÉ  
66 ROSANA CARDOSO FARIA  
310 ROSANA CIRSTINA RAMIRES  
520 ROSANE SOARES RODARTE BARBOSA  
197 ROSANGELA BORGES SCHIAPPADINI  
913 ROSANGELA CARVALHO BERTOLDO  
659 ROSÂNGELA DE JESUS T. ALVES  
1549 ROSANGELA SANTOS DE PAULA  
1463 ROSANGELA SCHROEDER FERRI  
1066 ROSANI AP. LOUREIRO  
1197 ROSELI DA FONSECA ROCHA  
877 ROSÉLIA ALBUQUERQUE RAMOS  
54 ROSELLI CARNEIRO D. DOS SANTOS  
698 ROSEMARY LEANDRES KARCELLYS  
2269 ROSEMEIRE ALVES GIBIM  
1152 ROSEMERY MEDEIROS PEREIRA  
1426 ROSILENE BANDEIRA DE SENA ROSA  
467 ROSINÉIA CAMPOS MANRICH  
538 ROSITA LUÍZA DA SILVA  
1366 ROZANA GONZAGA DE SOUZA  
2267 RUTH MIRANDA DE REZENDE  
586 RUY FERNANDO DE OLIVEIRA  
1137 SALETE DOBREV  
828 SALIMAR T. B. MAYER  
926 SALOMÉ TEIXEIRA PAULINO  
450 SAMUEL DOS SANTOS NASCIMENTO  
82 SANDRA APARECIDA MOREIRA SILVA  
1437 SANDRA DE FÁTIMA ANDRADE PEREIRA



- 8 SANDRA DE NAZARÉ C. GOMES
- 1336 SANDRA FERREIRA MEIRA
- 1203 SANDRA LÚCIA E. ROCHA
- 289 SANDRA MARIA SILVA DOS SANTOS
- 1104 SANDRA OLIVEIRA TEIXEIRA
- 44 SANDRA REGINA PENARIOL
- 582 SANSLEY MARINHO DE MATOS
- 2242 SARITA DUBRA PAES
- 962 SÁVIO ANGELIN PEREIRA
- 647 SEBASTIÃO ALENCAR DALA VEDOVA
- 199 SEBASTIÃO TEMOTEO FILHO
- 800 SÉFORA ALICE RÔLA DO CARMO
- 1448 SENHORA D' ASSUNÇÃO B. DA SILVA
- 929 SERGIO PEREIRA DA SILVA
- 2305 SERGIO RENATO RAJAO
- 1356 SÉRGIO SOARES
- 335 SEVERINO ANGELO JANUÁRIO
- 1513 SHEILA MOLKENTHIN
- 1176 SIBELE MORAIS DE MACÊDO
- 1099 SIÊNIA VAZ DA COSTA
- 200 SIGILDES BACELAR FRANCESCONI
- 395 SILMARA CRISTINA RAMOS
- 1310 SILVANA DA SILVA SANTANNA
- 1635 SILVÂNIA APARECIDA ROSSI E SILVA
- 1596 SILVIA BARRETO
- 1326 SILVIA SEVERIANO DA SILVA
- 1923 SILVIO IUNG
- 410 SILVIO RICARDO RODRIGUES





1924 SIMONE APARECIDA ALBUQUERQUE  
1568 SIMONE APARECIDA DA SILVA  
886 SIMONE DE ARAÚJO SOUZA  
1525 SIMONE IVONE SUMAR  
350 SIR PAULO CUELLAR VARGAS  
84 SIRLENE LOPES  
1288 SOLANGE BERGAMI  
1948 SOLANGE STELA SERRA MARTINS  
129 SONIA APARECIDA GUILHERME TEIXEIRA  
481 SÔNIA APARECIDA RICARDO  
809 SONIA CRISTINA ARIAS BAHIA  
963 SÔNIA MARIA CATEL GERNER  
131 SONIA REGINA CARVALHO MALTA  
2240 SONIA SIVIERO MARQUARDT  
1228 SUELY DA COSTA MENDES  
371 SUSANA DE VASCONCELOS DIAS  
1986 TANIA MARIA ELLER DA CRUZ  
491 TATIANA RODRIGUES GOMES  
2143 TATIANE NASCIMENTO DE SOUZA  
277 TELMA CECÍLIA COUTINHO VENTRIGLIO  
522 TELMA MIRANDA CORDEIRO  
133 TELMA RIBEIRO DE CARVALHO  
134 TERESA TEIXEIRA  
1541 TERESINHA APARECIDA DE NASCIMENTO  
526 TERESINHA CARNIEL  
85 TERESINHA DE SOUZA  
1337 TEREZA CRISTINA A. MARTINS  
56 TEREZINHA APARECIDA VIVEIROS DE SOUZA



1520 TEREZINHA C. MACIEL BARBOSA  
1469 TEREZINHA DE F. I. BITENCOURT  
660 TEREZINHA OLIVEIRA CARLOS  
1040 TERUCO HIGA  
735 THATIANE TEIXEIRA SILVA  
325 TITO FREIRE DE CARVALHO  
1262 UBIRAJARA BENTO MARQUES  
397 UBIRATAN MARCELINO SANTOS  
1056 URANILDE BATISTA LIMA  
1050 VALDEIR GLORIA BARREIRA  
1259 VALDENICE PIMENTEL DOS SANTOS  
1034 VALDENISA ARAÚJO LUSTOSA GUIMARÃES  
546 VALDETE SIRQUEIRA DOS SANTOS  
136 VALDICIR STUANI  
412 VALDIOSMAR VIEIRA SANTOS  
1657 VALDIR MENDES DE CAMPOS  
2087 VALÉRIA APARECIDA MONTEIRO  
681 VALÉRIA GAYNOS FONSECA  
260 VALMOR MATTEI  
138 VALQUIRIA DOS SANTOS  
486 VALQUIRIA EUGENIA ROSA  
1386 VALTER PEDRO ZANCANARO  
2286 VANDA ANSELMO BRAGA DOS SANTOS  
139 VÂNIA GIMENEZ  
1925 VANIA LUCIA FERREIRA LEITE  
1206 VÂNIA MARIA B. DOS SANTOS IGGNÁCIO  
1211 VANIELE BARCELOS NANTES  
542 VANUZA MUNIZ QUEIROZ ALVES



- 504 *VERA DE FÁTIMA A. S. RANGEL*
- 12 *VERA LÍGIA PEREIRA BARBOSA*
- 140 *VERA LÚCIA DE OLIVEIRA*
- 626 *VERO FRANKLIN SARDINHA PINTO*
- 563 *VERONICA DA CONCEIÇÃO CRUZ*
- 920 *VERÔNICA MARIA TEIXEIRA BELO*
- 1949 *VERONICA PEREIRA GOME*
- 925 *VICENTE DE PAULO BATISTA DE SOUSA*
- 86 *VICENTINA BARBIERI*
- 940 *VIRGINIA MÁRCIA ASSUNÇÃO VIANA*
- 45 *VITOR JOSÉ DA SILVA*
- 1334 *VIVIANE DE CASTRO COELHO*
- 330 *WAGNER DIAS GIBIM*
- 720 *WAGNER SOUZA COSTA*
- 1368 *WAGNER SOUZA DE FREITAS*
- 476 *WALDETE AUXILIADORA DUARTE*
- 1128 *WALTER DE JESUS AMARAL*
- 457 *WANDER JOSÉ GODDARD BORGES*
- 513 *WANDERLEY FERNANDES DE ARAUJO*
- 46 *WANDERLEY JOSÉ DE SOUZA*
- 644 *WELLINGTON MEIRELES PACHECO*
- 1067 *WERLANE DA COSTA PEREIRA*
- 399 *WILLIAM LISBOA*
- 1313 *WLADIMIR CALDEIRA*
- 728 *YOLE D. CAVALCANTI*
- 916 *ZANDRAMAR MARIA GOMES RUIZ*
- 1950 *ZOIA PRESTES*
- 580 *ZORAÍDA VILLELA DE OLIVEIRA GUIMARÃES*



**Total:** 954

**Categoria: Delegados governamentais por Estados**

	<b>UF</b>
ABADIA DELFINO DUARTE SOUZA	GO
ADALBERTO DE MORAES FILHO	PA
ADÉLIA ANDRADE SANTOS	BA
ADEMAR DE OLIVEIRA MARQUES	MG
ADEMILSON MARTINS	PR
ADENILDE PEREIRA ANTUNES	MG
ADRIANA ANDRADE OLIVEIRA	PA
ADRIANA DE SOUZA	SP
ADRIANA EDNA FERREIRA DUARTE	MT
ADRIANA SANTANA FARIA	MG
AIDÊ CANÇADO ALMEIDA	DF
ALBA MÉRCIA F. DE LIMA	AL
ALBÉRICO MESSISAS DA ROCHA	PE
ALDENICE PINHEIRO DA SILVA DINIZ	MA
ALICE ALMEIDA CAROPRESE	RJ
ALIONE PINHEIRO DE MOURA FERREIRA	MA
ALZIRA CONCEIÇÃO LEAL DE BRITO	PA
AMARILDO JOSÉ OLIVEIRA DA CRUZ	PA
ANA CRISTINA BATISTA SANTANA	SE
ANA EDNA LEITE LEITÃO	CE
ANA GORETTI CORREIA DE MELO	BA
ANA KARYNA LIRA GOMES	RO
ANA LIGIA GOMES	DF
ANA LÚCIA DE SOUZA BARROS SILVA	SP
ANA LÚCIA FREITAS BASTOS MIRANDA	BA
ANA MARIA COSTA MAGALHAES	PE
ANA MARIA MOURA	SE
ANA MARIA R. MACEDO	PR
ANA NEIDE SOARES DE OLIVEIRA	CE
ANA PAULA PEREIRA FLORES	RS
ANA VERÔNICA DE OLIVEIRA LUIZ E SILVA	PE



ANDRÉ LUÍS DE O. SOARES	MG
ANDREA CAIXETA DINIZ	GO
ANDRÉIA DA CRUZ OLIVEIRA AMORIM	MT
ANGELA KANT MARTINS	PR
ANGELA MAGDA PESSOA	GO
ANGELA MARIA BRANDÃO	RJ
ANTONINO FERREIRA NEVES	GO
ANTONIO GALDINO DE SOUSA NETO	RN
APARECIDA MARIA GARCIA DE JESUS	GO
APARECIDA MARIA ROMA	SP
AURICÉLIA DOS SANTOS	SP
BERNADETE APARECIDA CASA	SC
BERNARDETH DE LOURDES GONDIM	PE
CARLA MUNIZ DE CASTRO	SP
CARMELUCIA GALVÃO COELHO	PE
CARMEM BEATRIZ SILVEIRA AGUIAR	DF
CARMEM REJANE JESUS SILVA AMARAL	RS
CAROLINA BRAGGIO MOLINA	SP
CAROLINA GABAS STUCHI	DF
CATHIA NÖLLER	GO
CECÍLIA OLIVEIRA DA SILVA	AL
CÉLIA COSTA DANTAS	CE
CÉLIA KIEFER	ES
CÉLIA MARIA BRANDÃO S. SOARES	MA
CEZAR JOAO CIM	SC
CHARLES ROBERTO PRANKE	RS
CLARICE MACHADO IMPERIAL	ES
CLAUDETE LEÃO IVO MOYSÉS	AM
CLÁUDIA MARIA SARAIVA BAIMA	CE
CLAUDIA PEREIRA MENDES DE SÁ	MT
CLEIDE BARROSO COUTINHO	MA
CLEONICE MARIA MENEZES	BA
CLEUZITANIA PEREIRA DA SILVA COSTA	MG
CONSUELO MAGALHÃES DUARTE	RR
CRISALIS FONSECA ARAÚJO	MA



CRISTIANE MEYER	PR
CRISTIANY MARIA BRANDÃO DANTAS	BA
CRISTINA DA SILVA SOUZA COELHO	PR
DALVA MERCES BARRETO	BA
DANIELA CRISTINA DE OLIVEIRA BRAGA	CE
DANIELA PEIXOTO	DF
DANIELA ZACCARIOTTO	SP
DANIELE M. C. REIS DE OLIVEIRA	RJ
DARCI M <sup>a</sup> DE SOUZA VILAÇA	MG
DAVID FUMYO GONÇALVES	SP
DAYSE VENINA LOPES DE B. MOREIRA	MG
DENISE BORGES B. DE AZEVEDO	GO
DENISE RATMANN ARRUDA COLIN	PR
DENISY KÁTIA B. MATOS PINHEIRO	BA
DEOMIRA GIRARDI	RS
DIANA L. LACERDA DOS ANJOS	PR
DILMA YARA TEIXEIRA SANTOS	GO
DINA LARA B. DE M. CASTRO	CE
DINEUSA APARECIDA SOUZA	SC
DONÁRIA DE FÁTIMA FERREIRA	SP
DORINES MIRANDA CARNEIRO	PR
DOULORES ALVES DA COSTA OLIVEIRA	GO
DULCE VALERIA HENRIQUE DE CAMPOS	RS
EDILENE LOPES	SP
EDINA REGINA LIMA DOS SANTOS	PA
EDNA APARECIDA C. CANESIN	SP
EDNA LIMA CARNEIRO	BA
EDNA MARIA DE MELO	ES
EDNEUZA ARAÚJO ALMEIDA DE OLIVEIRA	SE
EDSON JOSÉ BELTRÃO FIGUEIREDO	PE
EDSON MORAES BOROWSKI	RS
EDUARDO DE MORAES	SP
ELAINE CRISTINA LICIO	DF
ELENICE MALZONI	PR
ELIACIR PEDROSA DA SILVA	MT





ELIANA PEDRO MACHADO	MG
ELIANE FARIA DE PÉRCIA NAMÉ	RJ
ELIAS SAMPAIO FREIRE	RJ
ELIEL GOMES MEIRA	MG
ELIETE AP. PEDRO WASEM	PR
ELISABETE BENTO DE SOUZA SANTOS	SP
ELISANGELA LIMA PEREIRA	RJ
ELISETE CLEMENTE DE ABREU	SP
ELIZA MÔNICA NAVES DE SIQUEIRA	GO
ELIZABETE MARIA SILVEIRA GOULART	SC
ELIZABETE SOUZA ANDRADE	BA
ELIZABETH XAUD MARON SITENTA	BA
ELVIRA MARIA CARNEIRO DE LIMA	RN
EMERSON ARAÚJO DE MEDEIROS	RN
ENIA MARIA DE SOUZA	DF
ENOAN CUNHA MAROTO	ES
ENOCK RIBEIRO DE OLIVEIRA	BA
ERIVALDO COSTA PORTELA	BA
EUGÊNIO GUILHERME HIMMEN	DF
EUNICE APARECIDA P. SOMMACAL	PR
EVANDA RODRIGUES PIRES CLARO	SP
EVANDRO DIAS DOS PRAZERES	BA
FABIO DA SILVA	MG
FÁBIO ELIAS DE QUEIROZ	AM
FÁTIMA APARECIDA SILVA DE MELLO	SP
FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA	PR
FLÁVIA BRÁZ DE LIMA	RJ
FLORIPES DE MARIA SILVIA PINTO	MA
FRANCISCA DAS CHAGAS F. VIEIRA	PB
FRANCISCA EUGÊNIA RODRIGUES	PB
FRANCISCA SÔNIA FREITAS SOUSA	CE
FRANCISCO JADSON FRANCO	CE
FRANCISCO LUIZ BARBOSA FILHO	MG
GENERICI TOSATTI BANUNAS	RS
GEÓRGIA CAVALCANTE MENESCAL	CE



GEREMILSON SANTOS DE SOUSA	BA
GERUSA STER VIEIRA DA S. NARCISO	ES
GETÚLIO PORTELA LEAL FILHO	PI
GISELE CRISTIANE DE FREITAS	SP
GISELE DE CASSIA TAVARES	DF
GISELE NETO SOUZA SANTOS	SP
GISELE RODRIGUES MARTINS	MT
GLAUCI LAURINDO ATAÍDE	RJ
GLAUCIA MARIA CARVALHO DE MATTOS	SP
GLAUCIA MARIA GONDIM DE QUEIROZ	CE
GLEICY SANTANA	RR
GLEUDA SIMONE T. APOLINÁRIO	SP
GREICI DA CRUZ VASCONCELOS	PA
HARLEYNE SÁ DA SILVEIRA CASTRO	CE
HEBRIDA VERARDO FAM	DF
HÉCIA MARIA SILVA SOUSA	CE
HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS	PA
HELEM DACILANE DA SILVA DUARTE	AC
HELENA BEATRIZ JUNQUEIRA COLI	MG
HELENA FERREIRA DE LIMA	DF
HELENA TAVARES DA SILVA	MG
HELENI DUARTE DANTAS DE ÁVILA	BA
HILDEZIA ALVES DE MEDEIROS	DF
IEDA MARIA NOBRE DE CASTRO	CE
ILZAMAR SILVA PEREIRA	RN
ISABEL CRISTINA ALVES DE AZEVEDO	MG
ISABEL CRISTINA VELASQUES STOELBEN	RS
ISMARA DE CARVALHO BASTOS	SP
ISMÊNIA APARECIDA DOS SANTOS	SP
IVANA AUGUSTA BRITO DE SOUSA	PA
IVANA DURANS DOS SANTOS	PA
IVANIR APARECIDA SIMIONATO	SP



JACIENE MIRANDA DA SILVA BERTORA	BA
JAIME RABELO ADRIANO	DF
JANAÍNA MAGALHÃES M. BEZERRA	PI
JANE CÉLIA DA SILVA SOBRINHO MOREIRA	SP
JANIELY BEZERRA DA COSTA	RN
JARBAS NATANAEL DE OLIVEIRA	SP
JERCENILDE CUNHA SILVA	MA
JESSE MIRANDA VITALE HELLMEISTES	DF
JOANA D'ARC FIGUEIREDO DA SILVA	PA
JOÃO BATISTA GOMES ASFURI	AC
JOCELIANE BERNADETE BARBOSA RECARCATI	PR
JOELMA GOMES DE AGUIAR	AM
JORGEANA GONÇALVES FONSECA	MA
JOSANA MARIA DE ANDRADE DO AMARAL	MT
JOSE ADELAR CUTY DA SILVA	MS
JOSE AILTON MARTINS	PE
JOSÉ AMIRALDO FERREIRA DA SILVA	AP
JOSÉ BENEDITO NUNES NETO	MG
JOSÉ CARLOS DIAS FILHO	MG
JOSE EDUARDO DE ANDRADE	DF
JOSE FERREIRA DA CRUS	DF
JOSÉ FLÁVIO FARIAS BARROS	PB
JOSÉ GERALDO GIOVANI	ES
JOSÉ ROBERTO ZIMBRÃO RIBEIRO	RJ
JOSENILDO ANDRÉ BARBOZA	PE
JOSILDA RUFINO DA SILVA CUNHA	PE
JULIA MARIA MUNIZ RESTORI	MG
JUSSARA MARIA SILVA	BA
KAREN ALVES LIMA MARCHESI	ES
KAREN SCHURHAUS DA SILVA	SC
KARINE MARQUES RODRIGUES TEIXEIRA	GO
KARLA BATISTA CABRAL	MA
KARLA DO ROCIO BELLO BARBOSA	PR
KATIA ADRIANA MONTEIRO MEYER	RS
KÁTIA LOPES QUIRINO	RJ



KÁTIA MACHADO PERON	SP
KATIA MARIA ARAUJO SOUZA	SE
KATIA MENEZES E SILVA	TO
KATIA ROCHAEL RODRIGUES	MG
KATIA SANTIAGO GUIMARAES	MG
KELLY CRISTINA SILVA COSTA	GO
LÁZARO AUGUSTO DOS REIS	MG
LÉA LUCIA CECILIO BRAGA	MG
LEDI FERLA	MS
LEILA IZABEL PAULINO FERREIRA	SP
LENI DE OLIVEIRA COSTA	SP
LENIR HERMES	SC
LEOPOLDO COSTA JUNIOR	DF
LEUDA MENDES DE ALMEIDA	AC
LIDUINA MARIA BRANDÃO	CE
LIEGE MARIA BARROS DE AQUINO	RR
LILIHAN MARTINS DA SILVA	SP
LINDALANE MAZZA CASAS	BA
LÍVIA RAMOS PINTO	PR
LOANA RIOS ANDRADE LIMA BARTOLOTTI	RJ
LORECI GLAU	SC
LOURDES FOLLMANN	PA
LUANA CRISTINA CARDOSO CALDEIRA	TO
LUCI MEIRE DIAS	PR
LUCIA HELENA DA SILVA	RJ
LUCIA MAGNOLIA DE CAMPOS	PR
LÚCIA REGINA MACHADO PESSANHA	RJ
LUCIANA CANÇADO DA CUNHA PEIXOTO	MG
LUCIANA CRISTINA AVES	SP
LUCIANA DE BARROS JACCOUD	DF
LUCIANA P. FRANCO SILVESTRE	PR
LUCIRENE DE ANDRADE SANTIAGO	PA
LUDMILA DE AVILA PACHECO	DF
LUISELE SAVERNINI DE FREITAS RAMOS	BA
LUIZ GERMANO DA SILVA FERNANDES	RS



LUIZA CRISTINA QUARESMA DE OLIVEIRA VAZ	RJ
LUÍZA PERES SAVAZZO DUARTE	SP
LURDES MARTINS DA COSTA	MT
LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJOS	DF
LYGIA MARIA DE ALMEIDA LEITE	PE
MAGALI RIGIS FRANZ	SC
MAIRA ELISA DHEIN FLECK	RS
MANOEL EUSTAQUIO DE BARROS	RN
MARCELO ARMANDO RODRIGUES	MG
MARCELO DA SILVA FREITAS	SC
MARCELO GARCIA	RJ
MARCELO MOREIRA DOS SANTOS	AP
MARCELO TABONE NEVES	MS
MARCIA ANGELICA VIEIRA	SP
MARCIA CARDOSO OLIVA	DF
MÁRCIA CASSIANA ROSA	SP
MARCIA CRISTINA SOLDAN	SP
MÁRCIA IVONE LEAL DE OLIVEIRA	SP
MARCIA MARIA BIONDI PINHEIRO	DF
MÁRCIA REGINA G. A. BARBOSA	PI
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	SP
MARCOS GONÇALVES VIANNA	SP
MARCOS MARQUES SILVA	BA
MARGARETE CUTRIM VIEIRA	MA
MARGARETH NICOLAU ALVES DA COSTA	DF
MARGARIDA FERNANDES DE MACEDO	BA
MARGARIDA REGINA RODRIGUES CAPOANI	RS
MARIA ÂNGELA FÁVARO FOLTRAN	PR
MARIA ANGÉLICA P. DIAS	PR
MARIA ANGÉLICA PEREIRA COLETO	RO
MARIA APARECIDA MAROTI	SP
MARIA APARECIDA MELO DA SILVA	MS
MARIA APARECIDA VIVEIROS LIMA	MG
MARIA AUXILIADORA F. COUTO	MS
MARIA AUXILIADORA CORREIA DE MELO	PB



MARIA BEATRIZ MONTEIRO GUIMARÃES	PE
MARIA BETHÂNIA RAULINO MARQUES GOMES	RJ
MARIA CRISTINA DE SOUZA	SP
MARIA DA CONCEIÇÃO MAGALHÃES ALVES	PE
MARIA DAS DORES CAMPOS A. LOUSADO	MG
MARIA DAS GRAÇAS ARAUJO FERREIRA SILVA	PI
MARIA DAS GRAÇAS DE SÁ M. ANDRADE	PE
MARIA DAS GRAÇAS SANTOS	MA
MARIA DE FÁTIMA FERREIRA ALVES	RJ
MARIA DE FÁTIMA GOMES MENEZES	CE
MARIA DE FATIMA SILVA FIGUEIREDO	MG
MARIA DE FATIMA SOUZA	DF
MARIA DE JESUS DE ASSIS RIBEIRO	SP
MARIA DE LOURDES M. KOGA	PR
MARIA DO CARMO DO AMARAL SOBRAL	DF
MARIA DO ROSÁRIO PAIVA	GO
MARIA DO SOCORRO DE QUEIROZ SILVA	RN
MARIA DO SOCORRO DE SOUZA CAMPOS	PB
MARIA ELIANE DE O. VASCONCELOS	PA
MARIA GENILDA MARQUES CARDOSO	PI
MARIA IOLANDA DE OLIVEIRA	PR
MARIA IRENE REGINATTO EIBEL	RS
MARIA IVONE GERHARDT	RS
MARIA IZABEL FONTOURA NUNES	RS
MARIA JOSÉ BARBOSA SANTOS	MG
MARIA JOSE DE FREITAS	MG
MARIA JOSE MARTINS COELHO GERMANI	SP
MARIA JULIA DANTAS DA SILVA	AM
MARIA LÚCIA NOGUEIRA LINHARES MARQUIM	PE
MARIA MORENO PERRONI	SP
MARIA NILCE FERREIRA DA SILVA	AM
MARIA OLINTA DE AZEREDO CAMPOS	GO
MARIA RITA DE CASSIA V. G. FERREIRA	AL
MARIA SELENE BRAGA CABRAL	SE





MARIA SOLEDADE FERREIRA MATOS	MG
MARIA TERESA SOARES	SC
MARIANA DE AMORIM CASTRO	PI
MARILDA GONÇALVES PAIM	SP
MARILENE FERREIRA SANT'ANNA	SP
MARILENE SILVA SOARES	AP
MARILUCI FOFONKA M. CAMARGO	RS
MÁRIO HILDEBRANDT	SC
MARISA RODRIGUES DA SILVA	RN
MARISTELA FERRARI ALCÂNTARA	PR
MARIUZA GERALDA DE SIQUEIRA	SP
MARIZA DOS SANTOS SILVA	PA
MARLENE DE FATIMA AZEVEDO SILVA	DF
MARLENE DE LORENZI MARQUES	SP
MARLENE MAGNAGO BERTOLLO	ES
MARLENE PEREIRA DE SOUZA DINIZ	RN
MARLI APARECIDA NUNES DA SILVA LORIATO	SP
MARTA DE OLIVEIRA SALES	DF
MARTA REGINA GUIDOLINI	SP
MARTENEIDE BESERRA SAMPAIO	RO
MARY CELIA GUIRADO	DF
MARY MATIAS DOS SANTOS WALDOW	MS
MAURA DE SOUZA	DF
MEIRE MÁRCIA LIMA ALVES	MA
MELÂNIA APARECIDA AGUSTINHA MARIN	PR
MELQUIDES PEREIRA NETO	PE
MIRIAM BITENCOURT DE ARAÚJO	BA
MIRIAN MARGARIDA OLIVEIRA BALIEIRO GOMES	MG
MIRIANE ELIAS DE CARVALHO DA SILVA	PR
MOISES ARAÚJO COELHO	PR
MOISES CAMILO DE LIMA	SP
MOUZART AFONSO BRITO	MG
NÁDIA MÁRCIA CORREIA CAMPOS	BA
NADJALUCIA OLIVEIRA LIMA	PA
NATALIA DE SOUZA DUARTE	DF



NATHALIA DOS SANTOS VIEIRA JULIÃO	PE
NATHANILDE FREITAS MACIEL	AM
NEILA CAVALCANTI DE LIRA	PE
NELI M <sup>a</sup> ABA DE SELLES	SP
NELMA DE LIMA VAZ ARAUJO	PA
NELSON LUIS MORAES	PR
NEUSA MARIA MATTOS DA SILVA	RJ
NILDE NEVES DOS SANTOS	AM
NIXON AIRTON DE OLIVEIRA	SC
ORDALICE FÁTIMA DE SSOUZA PIASENTINE	SP
OSMAR PEDRO VIEIRA DA SILVA	TO
OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO	DF
OSWALDO LUIZ FELIPPE DE ANDRADE	MG
PATRICIA DONINI FONSECA	RS
PATRÍCIA SERAFIM DE SOUZA	MG
PATRICIA SOARES NUNES	SE
PATRICIA SOUZA DE MARCO	DF
PATRÍCIA STOCCO HELTAI	SP
PATRIK DE OLIVEIRA TEIXEIRA	RS
PAULA GIULIANO GALEANO	SP
PAULA MICHELE MARTINS GOMES	DF
PAULO ANTONIO GOMES DANTAS	PE
PAULO MARINHO DE PAIVA	SP
PEDRO MAYRINK VEIGA DE CASTRO E SILVA	RJ
PLÍNIO LEITÃO NETO	CE
RACHEL ALBUQUERQUE MOREIRA	RJ
RADJANE BATISTA F. HOLANDA	AL
RAIMUNDA SILVA BATISTA GAMA	AM
RAMILDO LIMA BARROS	RR
RAQUEL DIVINA DE CARVALHO	SP
RAQUEL ESTEVES. V. NUNES	AL
RAUL MARCOS VIEIRA DA COSTA	PA
RÉGIA D'ARC DE LIMA RIBEIRO	PA
REGINA HELENA SANT'ANNA	SP
REGINA LÚCIA DOS SANTOS GONÇALVES	SP



RÉGINA MERCÊS AIRES RODRIGUES DIAS	TO
REGINALDO APARECIDO AMORIM	RO
REJANE SHEILA S. BRAGA	MA
RENATA TULER CHAVES VIDAL RIBEIRO	RJ
RENATO MENDES DE OLIVEIRA	GO
RICARDO MANOEL DOS SANTOS HENRIQUES	DF
RITA DE CASSIA ANGARTEN MARCHIORE	DF
RITA DE CASSIA MONTENEGRO	AM
RITA DE KASSIA LIMA LEONARDO	GO
ROBERTA KFURI PACHECO	RJ
ROBERTO CARLOS RODRIGUES DA SILVA	MG
ROBSON MIGUEL CAMARGO	PR
ROSA MARIA GUÉ	RS
ROSANA CIRSTINA RAMIRES	SP
ROSANE SOARES RODARTE BARBOSA	MG
ROSANGELA CARVALHO BERTOLDO	MA
ROSANGELA SANTOS DE PAULA	SP
ROSANI AP. LOUREIRO	PA
ROSELI DA FONSECA ROCHA	RJ
ROSÉLIA ALBUQUERQUE RAMOS	MA
ROSELLI CARNEIRO D. DOS SANTOS	SP
ROSILENE BANDEIRA DE SENA ROSA	PI
ROZANA GONZAGA DE SOUZA	BA
SALETE DOBREV	SP
SANDRA DE FÁTIMA ANDRADE PEREIRA	PR
SANDRA DE NAZARÉ C. GOMES	PI
SANSLEY MARINHO DE MATOS	MG
SARITA DUBRA PAES	SP
SÁVIO ANGELIN PEREIRA	PE
SEBASTIÃO ALENCAR DALA VEDOVA	MG
SÉFORA ALICE RÔLA DO CARMO	AP
SENHORA D' ASSUNÇÃO B. DA SILVA	BA
SÉRGIO SOARES	SC
SIÊNIA VAZ DA COSTA	DF
SILVANA DA SILVA SANTANNA	RJ



SILVÂNIA APARECIDA ROSSI E SILVA	MG
SILVIA BARRETO	RJ
SILVIA SEVERIANO DA SILVA	AM
SIMONE APARECIDA ALBUQUERQUE	DF
SIMONE DE ARAÚJO SOUZA	PE
SOLANGE STELA SERRA MARTINS	DF
SONIA APARECIDA GUILHERME TEIXEIRA	SP
SÔNIA APARECIDA RICARDO	MG
SÔNIA MARIA CATEL GERNER	PE
SONIA REGINA CARVALHO MALTA	SP
SONIA SIVIERO MARQUARDT	SC
SUSANA DE VASCONCELOS DIAS	SP
TANIA MARIA ELLER DA CRUZ	DF
TATIANA RODRIGUES GOMES	MG
TELMA CECÍLIA COUTINHO VENTRIGLIO	SP
TELMA RIBEIRO DE CARVALHO	SP
TERESA TEIXEIRA	SP
TERESINHA APARECIDA DE NASCIMENTO	SP
TEREZINHA APARECIDA VIVEIROS DE SOUZA	SP
TERUCO HIGA	TO
THATIANE TEIXEIRA SILVA	ES
UBIRAJARA BENTO MARQUES	RJ
VALDEIR GLORIA BARREIRA	TO
VALDICIR STUANI	SP
VALDIOSMAR VIEIRA SANTOS	SE
VALQUIRIA DOS SANTOS	SP
VALQUIRIA EUGENIA ROSA	MG
VANDA ANSELMO BRAGA DOS SANTOS	CE
VÂNIA GIMENEZ	SP
VÂNIA MARIA B. DOS SANTOS IGGNÁCIO	RJ
VANIELE BARCELOS NANTES	MS
VERA LÚCIA DE OLIVEIRA	SP
VERO FRANKLIN SARDINHA PINTO	MG
VERÔNICA MARIA TEIXEIRA BELO	PE
VERONICA PEREIRA GOME	DF



VICENTE DE PAULO BATISTA DE SOUSA	CE
VIRGINIA MÁRCIA ASSUNÇÃO VIANA	CE
VIVIANE DE CASTRO COELHO	MA
WAGNER SOUZA COSTA	AM
WANDER JOSÉ GODDARD BORGES	MG
YOLE D. CAVALCANTI	ES
ZANDRAMAR MARIA GOMES RUIZ	PE
ZOIA PRESTES	DF

## **Categoria: Delegados da sociedade civil por estados**

### **Representação: ENTIDADES**

	<b>UF</b>
ADOLAR JOÃO BERTOLI	SC
ADRIANA DOS SANTOS SILVA	SP
ADRIANA FARIAS LACERDA	CE
ADRIANI DOS SANTOS VELOSO	ES
ADRIANO JOSÉ PEREIRA PRATES	SP
AILTON PALMEIRA DA SILVA	BA
ALBERTINA BETE DURANTE	SC
ALCÉRGIO O. COUTO	BA
ALCIONE MARACAJÁ DE MORAIS BELTRÃO	PB
ALDERIR GUALBERTO PENHA	SP
ALEOMAR AGOSTINHO PENSO	SC
AMADEU FERREIRA DOS SANTOS	AP
ANA APARECIDA P. SILVA BUZETI	PR
ANA MARIA DA TRINDADE	GO
ANA TADEU FELICIO DE SOUZA	MG
ANACLETO BRUNORO JR.	ES
ANDERSON SILVA DE SOUSA	BA
ANDRÉ ARRAES MONTEIRO	SP
ANDRÉ LUIS DE SOUZA	SP
ANDRÉIA STRINTA DOS SANTOS ELIAS	PR
ANGELA CARVALHO KOTSUBO	PR
ANGELA MARIA RODRIGUES	PR
ANSELMO ROSÁRIO DA SILVA	ES



ANTONIO RENATO DA CRUZ	CE
APARECIDO ALVES DE BRITO	SP
ARELY SOARES C. TELLES	TO
ARIULDA D. V. PIOLI BERNASCKI	PR
ARLINDO DE ARRUDA E SILVA FILHO	MT
ASSIS FIRMINO DA SILVA	PB
BENEVILSON LAURÊNCIO DUARTE	PE
CARLOS EDUARDO DE JESUS XAVIER	GO
CARLOS RIBEIRO DE OLIVEIRA	GO
CELSO ANTÔNIO FANFA	RS
CHIEKO HEMMI YOZA	SP
CLAUDIA MARA RIBEIRO BARBOZA	RJ
CLAUDIO ROBERTO ATAIDE	PR
CLAUDIO SANTOS	RJ
CLEBER GOMES DE FIGUEIREDO	MG
CLODOALDO DE LIMA LEITE	SP
CONCEIÇÃO ELIANA CARNEIRO	BA
DALILA MARIA PEDRINI	DF
DALVA SANCHES VIEIRA	ES
DANIELE SANDRA LUCATELLI	BA
DARLIM S. MEZOMO	RR
DAVIS SOARES PEREIRA	MG
DEBORA DUTRA REIS DE SOUZA	RJ
DENIS PAULO ALVES	CE
DJALMA DA COSTA SANTANA	SE
DULCINÉIA DA SILVA GOMES	MA
EDERSON DIAS DE CARVALHO	PI
EDILAR CRUZ	RS
EDINALVA NOLÁCIO DE SANTANA	BA
EDIVALDO DE FREITAS PAES	AC
EDIVAR DOS SANTOS ALMEIDA	AM
EDNA MARIA DA CUNHA BRITO	PA
EDSON CARLOS GOMES	RJ
EGMAR DE OLIVEIRA	GO
ELAINE ANGELICA SKOLAUDE	RS





ELAINE CRISTINA MARQUES CLARA	CE
ELIENE DE SOUZA BISPO	SP
ELIENE FRANCO CARRIJO	GO
ELIETE CASADO GONÇALVES	AL
ELIONAI ELEUTÉRIO FARIAS	RR
ELITA DA SILVA SANTOS	TO
EMANOEL DE DEUS TORRES	RS
EMILIO VILELA	SP
ENY DE JESUS MARANHÃO CARDOSO	MA
ERNO SCHMIDT	MS
ESTELA MÁRCIA SCANDOLA	MS
ESTHER ANDRADE NOGUEIRA	ES
EUZEBIO SOUZA DA CONCEIÇÃO	BA
FERNANDA GOMES DE ARAÚJO	MS
FERNANDA INOCENTE GARCIA	PR
FERNANDO ELER	MT
FLÁVIA FABIANA DA SILVA	RJ
FRANCIANY CARVALHO DOS SANTOS	SP
FRANCILENE SILVA DO NASCIMENTO	AM
FRANCISCA CORREIA DE SOUSA	MA
FRANCISCO CARLOS A. DE SOUZA	PI
FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	PA
FRANCISCO DE ASSIS HENRIQUE	PA
GEOVANIA AP. CARVALHO DE SALES	SP
GERT WOLFGANG ANTONIUS	DF
GERUSA MARIA DE SOUSA FERNANDES	CE
GIL CEZAR JOSÉ ZANETTI	PR
GILSON DOS SANTOS	MG
GIORGIO LIRA NUNES	MA
GLAUBIA OLIVEIRA GOMES	PB
GLAUCIA SOUZA AZEVEDO	PB
GLEYBERSON DE ALMEIDA GOMES	RN
GONÇALO DE SOUSA SILVA	MA
GRACIA REGINA DOS SANTOS CASADO DE LIMA	SP
GUILHERME GOMES MOREIRA	GO



HARAÍVE BETSABA ZAIDAN SIMÕES	MG
HÉLIO HENRIQUE DAS CHAGAS CAMILO	RJ
HILDA MARIA TEIXEIRA DOS SANTOS	BA
HILDETE DOS SANTOS	BA
IARA DE FATIMA BUENO DE ROSA	RS
IÊDA DA LUZ	PA
ILDA MARIA AUGUSTO	PR
ILDA MARIA DO NASCIMENTO	PR
ILZA DE CARVALHO SANTOS	GO
IRINEU WUTKE	ES
ISABEL CRISTINA RAMOS	AL
ISNALDO PEREIRA DO NASCIMENTO	ES
IVANIA BERNARDETE POLACZINSKI	RS
IVANILDES CONSTÂNCIO RODRIGUES MACÊDO	MA
IVANNOEL BATISTA DOS SANTOS	BA
IVONILDE MARIA DE SANTANA	CE
JACINTA MARIA LEITE FÉRRER	CE
JANAINA CORREA DE PAULA	RJ
JANE D'ARC SANTOS VARGAS	RS
JEAN CARLOS ROCHA FERNANDES DE BRITO	MG
JERONIMO FERREIRA CARVALHO FILHO	MA
JOÃO BARTOLOMEU DE C. FILHO	PI
JOÃO BATISTA MARTINS NETO	SP
JOÃO CARLOS GUILHERMINO DA FRANCA	SP
JOÃO DOMINGOS DOS SANTOS	RJ
JOAQUIM JOSÉ CAPRONI	MG
JOHNROSS JONES LIMA	SP
JOSE ARIOSVALDO DE SOUZA ALMEIDA	BA
JOSÉ AUGUSTO COSTA	PE
JOSÉ GERALDO DE SALES	SP
JOSÉ HILSOMAR TEIXEIRA	AP
JOSÉ HUMBERTO M. ALENCAR	PI
JOSÉ LÚCIO PEREIRA DA COSTA	MG
JOSÉ LUIS DE ASSIS SILVA	SP
JOSE ROBERTO PEREIRA	RS



JOSÉ RUBENS FERREIRA	SP
JOSÉ SERVITO MORAIS SOARES	MA
JOSÉ SOARES DA SILVA	RJ
JOSEFA ROSA DA SILVA	PE
JOSIAS MARTINS	SC
JOSUÁ BARROSO OLIVEIRA	MG
JUÇARA ROSA SILVA	SC
JUCIMARA DIAS ARAÚJO RODRIGUES	SP
JURANDIR VIREIRA JUNIOR	GO
KÁTIA TAVARES SILVEIRA VASQUES	RJ
KLEBER COUSAQUEVITE DE AMORIM	AM
LEONICE DOMINGOS DOS SANTOS CINTRA LIMA	SP
LILIANA LOBACK	AM
LILIANE GONÇALVES DA SILVA	PA
LOURIVAL DOS SANTOS	PA
LÚCIA BORGES DE CARVALHO	SP
LUCIA CARMEM GONÇALVES DE LIMA	SP
LUCIA DRUMMOND C. DE A. MEDEIROS	PE
LUCIA MARIA PEREIRA ZACHEU	RJ
LUIZ CARLOS B. DE ALMEIDA	SP
LUIZ CARLOS PEREIRA PINTO	RJ
LUIZ CASTRO DA SILVA	BA
LUIZ EDUARDO MAZULLO CERNICCHIARO	RS
MACIEL GOMES CORRÊA	SP
MAGALI PEREIRA GONÇALVES C. BASILE	SP
MANOEL ALTO DE ARAÚJO	BA
MANOEL CLODOMAR ARAÚJO	CE
MANUEL NUNES DA SILVA NETO	PR
MARA TERESINHA B. CREVELIN	ES
MARCELA JOSEFINA PARENTE	PA
MARCIA AERE PEDRO ANTONIO	SP
MÁRCIA ELOINA CALDIERI MOURA VIEIRA	PR
MARCOS ANTONIO CASTILHO CARNEIRO	RJ
MARCOS ANTONIO G. SILVA	PE
MARCOS MIGUEL DA SILVA	SP



MARIA ALAIR GAIOTTO MARCON	SP
MARIA ANTÔNIA DUARTE SILVA	PE
MARIA APARECIDA DOS REIS MIRANDA DE JESUS	SP
MARIA APARECIDA G. THOMAZINI	SP
MARIA APARECIDA MELO M. TAMPAROWSKI	PR
MARIA AUGUSTA DE CASTILHO	SP
MARIA AUGUSTA DE QUEIROZ BARBOSA	SP
MARIA AURILEIDE DE SOUZA SORIANO	CE
MARIA BABY MAGALHÃES PRAXEDES	CE
MARIA BARTOLOMEU NOVAIS ALENCAR	TO
MARIA CATARINA DE CAMARGO ROEFERO	SP
MARIA CRISTINA NEVENSCHWANDER	PE
MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA	RN
MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA	SP
MARIA DAS NEVES MARAES MOUTINHO	AM
MARIA DE DEUS ALVES CARNEIRO	RO
MARIA DE FÁTIMA DOS REIS BRÍCIO	AP
MARIA DE FÁTIMA LIMA AVELINO	MA
MARIA ELIZABETH DA SILVA CAMPOS	RJ
MARIA GESSI AMORIM ROIG	RS
MARIA GLACI MACIEL MELO	SC
MARIA HELENA MARTINS	SP
MARIA JOAQUINA DE JESUS	GO
MARIA JOSÉ ALVES MACHADO	MG
MARIA JOSÉ ALVES SOARES	RJ
MARIA LENIRA FLAMONCINI	SC
MARIA LUIZA GONÇALVES	RS
MARIA MERCEDES MARIN DEL CASTILLO	SP
MARIA MÔNICA VIEIRA DA SILVA	AP
MARIA NECY DE SOUZA	RN
MARIA ROMILDA JESINSKA	RS
MARIA ROSANGELA PINHEIRO DAMASO	MG
MARIA ROSELI ROSSI AVILA	SC
MARIA SOARES FRANCO	AC
MARÍLIA DE CARVALHO	MG



MARINA RAMOS FERREIRA	MG
MARINÉSIA DECÂNDIO	SP
MARIONALDO SANTOS PENHA	ES
MARIS STELLA FERREIRA DE ALENCAR	AM
MARLENE DE SOUZA	TO
MARLI DE MEDEIROS NOBREGA	RN
MAURA FERREIRA FERRAZ DAVIES	SC
MÉRCIA BARBOSA	SP
MERONIL FERREIRA CINDRA	RJ
MICHEL ERIC PENEVEYRE	PE
MIGUEL ALVES DE SOUZA	SP
MILDA LOURDES PALA MORAES	DF
MISAEEL LIMA BARRETO	DF
MOIZÉS ANTUNES DE OLIVEIRA	MA
NEIVA DOS SANTOS CUNHA	SP
NELCI D'AGOSTINI	RS
NIDELCE GIMENES ALVES	SP
NILDA LÚCIA HUARITA	GO
NILVA AMABILE PAIZ	RS
NOEMI BRAGA DE AQUINO	RO
NORMA ELISABETE SILVA SÁ	RJ
OLÍVIA MARIA ROCHA DE MORAIS	AL
ORFEU REGINALDO SOMBINI	SP
OSMAÍ FRANCISCA MIRANDA	SC
PATRICIA SOUZA DOS SANTOS	SP
PATRIZIA CAROLINY SANTIAGO DE OLIVEIRA	PE
PAULA SILVA LEÃO	SP
PAULO CESAR SOUSA FONSECA	BA
PE. HUMBERTO RIBEIRO COSTA	AM
PERINA DE F. AGUIAR COSTA	AM
RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS	AC
RAIMUNDO NONATO DA SILVA SOUZA	AP
RAIMUNDO NONATO MOTA	MA
RAQUEL MURÇA ANDRADE FARIA	TO
REINALDO RODRIGUES DOS SANTOS	BA



RITA BATALHA PARIZOTTO	SC
ROBERIO ROCHA DE ARAÚJO	SE
ROBERTO NAZARENO SILVA DE ABREU	PA
ROBLEDO FREIRE DA SILVA	PA
ROMARIO EUCHARIO GOUVEIA NETO	SP
ROSA APARECIDA FELIZARDO	SP
ROSA MARIA DE ALMEIDA LOPES	CE
ROSANA CARDOSO FARIA	SP
ROSANGELA BORGES SCHIAPPADINI	SP
ROSÂNGELA DE JESUS T. ALVES	RS
ROSEMARY LEANDRES KARCELLYS	AM
ROSEMEIRE ALVES GIBIM	SP
ROSITA LUÍZA DA SILVA	MG
RUY FERNANDO DE OLIVEIRA	GO
SANDRA APARECIDA MOREIRA SILVA	SP
SANDRA REGINA PENARIOL	SP
SERGIO PEREIRA DA SILVA	PE
SERGIO RENATO RAJAO	RS
SIBELE MORAIS DE MACÊDO	RN
SIGILDES BACELAR FRANCESCONI	SP
SILMARA CRISTINA RAMOS	SP
SILVIO IUNG	RS
SILVIO RICARDO RODRIGUES	SP
SIMONE APARECIDA DA SILVA	SP
SIR PAULO CUELLAR VARGAS	AC
SIRLENE LOPES	SP
SOLANGE BERGAMI	RJ
TATIANE NASCIMENTO DE SOUZA	SP
TERESINHA CARNIEL	RS
TEREZINHA C. MACIEL BARBOSA	PR
TEREZINHA DE F. I. BITENCOURT	PR
TEREZINHA OLIVEIRA CARLOS	RS
TITO FREIRE DE CARVALHO	SP
UBIRATAN MARCELINO SANTOS	SP
VALDENICE PIMENTEL DOS SANTOS	RJ





VALDENISA ARAÚJO LUSTOSA GUIMARÃES	TO
VALDETE SIRQUEIRA DOS SANTOS	MG
VALÉRIA GAYNOS FONSECA	GO
VALTER PEDRO ZANCANARO	PR
VANIA LUCIA FERREIRA LEITE	DF
VERA DE FÁTIMA A. S. RANGEL	RS
VERA LÍGIA PEREIRA BARBOSA	PI
VICENTINA BARBIERI	SP
VITOR JOSÉ DA SILVA	SP
WAGNER SOUZA DE FREITAS	BA
WALDETE AUXILIADORA DUARTE	MT
WALTER DE JESUS AMARAL	PA
WANDERLEY JOSÉ DE SOUZA	SP
WELLINGTON MEIRELES PACHECO	MG
WILLIAM LISBOA	SP

**Representação: TRABALHADORES**

	<b>UF</b>
ADRIANA PAULO XAVIER ARAUJO	BA
ANA MARIA CARDOSO DE ALMEIDA	RN
AURELINA NETO DE JESUS	ES
CARLOS ALBERTO BATISTA MACIEL	PA
CLÁUDIA SIMONE FELIPE PALESTINO	GO
DARIO FRANCISCO FRANQUEIRA CARNEIRO	MG
DÉBORA NUNES ABREU	MG
DEOCLECIANA FERREIRA	SP
DEUSA MARIA DOS SANTOS	RN
DIEGO JOEL SCHUH	RS
DIONE ADRIANA N. SOSSMEIER	RS
DULCILENE PIRES CARDOSO TONON	PR
DULCINEA PASTRELLO	SP
ELENI RAQUEL DA SILVA TSURUZONO	RS
ELIS REGINA PRATES	MT
EUNICE GONÇALVES DE SOUZA	PR
FABIA SANT'ANA DOS SANTOS	AL



FRANCELINE FERREIRA MARTINS	MG
FRANCILENE LAUREANO MOREIRA	SC
GISELE RODRIGUES CARDOSO	RS
HILDA CORREA DE OLIVEIRA	RJ
IRACI SANTOS	BA
IZABEL CRISTINA S. ALMEIDA	SP
JEANE BEZERRA BRAGA DO NASCIMENTO	RN
JOANA CRISTINA CORDEIRO DE ALENCAR	RO
JOSE MANOEL PIRES ALVES	DF
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	GO
JOSIMARA PASQUALINI	MS
JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO	BA
JULIANA P. LOPES VICENTIM	SP
KAREN SIRLAINE MARQUERI	RS
KELLY CRISTINA WEHMUTH	SC
LAURA MARIA PEDROSA DE ALMEIDA	PE
LEILA MARIA HOLANDA DE MAGALHÃES	RR
LIANARA ARAÚJO DA SILVA	RS
LIGIA CABRAL BARBOSA	PE
LUCIA ANTONIA DE OLIVEIRA LACERDA	MG
LÚCIA HELENA CAMPOS FAQUINHA	SP
LUIZ CICERO DAS NEVES	PA
LUZMARINA CRUZ DA SILVA ROSADO GOUVEIA	RN
MARIA ANDRADE LEITE	CE
MARIA ANGELA OLIVEIRA DE SOUZA	PE
MARIA ANGELA ROCHA PEREIRA	MG
MARIA APARECIDA KRATZ LEITE	MG
MARIA APARECIDA MORAES MENDES	MG
MARIA BERNADETTE DE MEDEIROS	RS
MARIA CRISTINA BORGES DOS SANTOS	PA
MARIA DE FÁTIMA RICARDO DOS SANTOS	PB
MARIA DE FÁTIMA SILVA ROSA	RS
MARIA HELOISA DA COSTA	SP
MARIA INÊS DA COSTA	SP
MARIA LOPES RODRIGUES	RS



MARIA LÚCIA SANTOS MOREIRA DA SILVA	AL
MARIA SEZINEIDE MELO	PR
MARIA SUZA PIMENTEL DE MIRANDA	BA
MARIUZA MADRUGA SARAIVA	RS
MARTA MARIA GAMA BISPO DE SANTANA	SE
MICHELLE MARRY COSTA CAMPOS	SE
MONALISA LACERDA SILVA	DF
PRISCILA ROSIN GONÇALVES	MT
REINA MOHAMUD VILAGRA	MS
ROSANGELA SCHROEDER FERRI	PR
ROSEMERY MEDEIROS PEREIRA	RN
RUTH MIRANDA DE REZENDE	MG
SALOMÉ TEIXEIRA PAULINO	PE
SANDRA LÚCIA E. ROCHA	AL
SANDRA OLIVEIRA TEIXEIRA	DF
SHEILA MOLKENTHIN	PR
SONIA CRISTINA ARIAS BAHIA	PA
SUELY DA COSTA MENDES	RJ
TEREZA CRISTINA A. MARTINS	BA
VALÉRIA APARECIDA MONTEIRO	PR
VANUZA MUNIZ QUEIROZ ALVES	MG
VERONICA DA CONCEIÇÃO CRUZ	MG
WERLANE DA COSTA PEREIRA	PA

**Representação:** USUÁRIOS

	<b>UF</b>
ADELSON ALVES SILVA	GO
ADEMIR ANIBAL DE SOUZA	SC
ADRIANO BARBOSA DE SOUSA	CE
ALDA DO SOCORRO MORAIS LIMA	PA
ALDO OTT	RS
ALEX DALPRA RIBEIRO	ES
ALEX SANTOS SILVA	BA
ALMERI DE SOUZA NOGUEIRA BENTINHO	PE
ANA ELIZABETE DE OLIVEIRA BENTO	PE



ANDRÉ VALENÇA DOS SANTOS	PE
ANGELA MARIA DE OLIVEIRA PÊRSICO	BA
ANÍZIO DE SOUZA DOS SANTOS	MS
ANTONIO DAVI FILHO	RN
ANTÔNIO FRANCISCO MARTINS	MG
ANTÔNIO JOSÉ PORTES JUNIOR	PR
ANTONIO OLÍMPIO DIAS	SP
ANTONIO REGINALDO COUTINHO SOUZA	PA
APARECIDA SALDANHA DA SILVA	SP
ARLENE SUELY CALDEIRA E GONÇALVES	MG
BELANÍSIA RIBEIRO DOS SANTOS	BA
CARLOS ALBERTO LEITE DE CASTRO	RJ
CARLOS ORLANDO DOS SANTOS	MG
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS	RJ
CLEONIO GOUVEIA	SE
DANIEL VIEIRA SILVA	SP
DARCY COSTA OLIVIERA	BA
DINEIBRA NEVES DA SILVA	MG
DOLORES FERREIRA FONSECA	RJ
DOMINGAS SERAFINA COELHO ROCHA	RJ
EDENILCE DE FÁTIMA DO NASCIMENTO LIMA	PR
EDIVALDO ALVES SANTIAGO	MG
EDMUNDO CLAVIS DE OLIVEIRA	PI
ELIAS DE SOUZA OLIVEIRA	PR
ELISÂNGELA MARIA MIRANDA	SP
ELÍSIO BRAZ DE JESUS	PI
ÉRTON MARQUES DE OLIVEIRA	RS
EUCLIDES DA SILVA MACHADO	RS
EXPEDITO WILSON PEREIRA BEZERRA	PI
FABIO CRISTIANO TRINDADE	RS
FÉLIX CAVANCANTE DA SILVA	AC
GENIVAL FRANCISCO DA SILVA	SP
GILBERTO ANTONIO SCUSSIATO	SC
GILBERTO LUIZ RODRIGUES DE ARAGÃO	PE
GILSA MARIA DE SOUSA RODRIGUES	PI



GIUSTINA ZANATO	AM
GLENIA DANTAS BENVINDO	PE
GLÓRIA MARIA VIEIRA	GO
IDELFONSO SILVA	AP
ISAAC DA COSTA BASTOS	RJ
ISAAC MACHADO DE OLIVEIRA	PE
IVANILDE LOPES DA SILVA	AC
IVONEIDE DAMASCENO RIBEIRO	RN
JACINTA IMIG	SC
JOÃO DA SILVA PEREIRA	BA
JOÃO EVANGELISTA RABELO MAIA	RO
JOÃO FERREIRA LIMA	AL
JOÃO GERALDO EUSTÁQUIO DOS SANTOS	MG
JOÃO TEIXEIRA DA SILVA FILHO	MG
JOAQUIM RAIRUL LUCHARD SALES	PA
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS ALVES	DF
JOSÉ CICERO DOS SANTOS	PR
JOSÉ CLOVIS PEREIRA LAZZARIN	RS
JOSE DE ALMEIDA	MS
JOSÉ GENECI CRISTOVÃO	PE
JOSÉ JUSCELINO DE OLIVEIRA NETO	PB
JOSIAS BARTOLOMEU SANTOS	SP
JOSIEL BONFIM BARRETO DE ANDRADE	BA
JOSIEL MARTINS DA COSTA	RS
JULIANO FERREIRA RODRIGUES	MG
JULIO ANTÃO VENÂNCIO FILHO	PE
JUSTINA INÊS HELLMANN	PR
KADYDJA ROSA FERRAZ	PE
KARLA FRANÇA CUSTODIO	MG
KÁTIA CARMEM DA SILVA	GO
KELY HAPUQUE CUNHA FONSECA	SP
LEÔNIDAS DE ARAUJO LUZ	SP
LIS ROSANY SCHERER	RS
LÚCIA DE FÁTIMA ALVES CORREIA LIMA	PB
LUIS FERNANDO DE ABREU XAVIER	MG



MANOEL DE JESUS ROSA	MA
MARCOS ANTONIO GONÇALVES	SP
MARIA ANGÉLICA MARQUES DE ALMEIDA	PA
MARIA APARECIDA BAYÃO	MG
MARIA APARECIDA SICUPIRA	MG
MARIA DA CONCEIÇÃO DA CRUZ	BA
MARIA DO CARMO SOCORRO	MG
MARIA DO SOCORRO FLORENCIO DOS SANTOS	PE
MARIA ELIZABETH ARAÚJO NASCIMENTO	PB
MARIA GORETI DE OLIVEIRA LAMERA	SC
MARIA JOSÉ E SILVA	CE
MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	PR
MARIA SUELI DOS SANTOS	MG
MARIA TEIXEIRA BARBOSA DOS SANTOS	DF
MARIA THEREZA ALMEIDA ANTUNES	PE
MARINELMA MACEDO GOMES	BA
MARINEUDA ALVES DE SOUSA MARQUES	MA
MIGUEL JORGE GOMES DE OLIVEIRA	RJ
MILTON MARQUES PEREIRA	RJ
MIRIAM GONÇALVES DA COSTA	MG
OLAVO ALVES ALENCAR	PA
ORANY FRANCISCO ARAUJO SOBRINHO	RJ
PASCOAL MARRACINI	SP
PAULO JESUEL DE SOUZA	PR
PAULO RODRIGO VALENTE DA SILVA	CE
RAIMUNDA ALVES RIBEIRO	DF
RAIMUNDO EDIVALDO A. NUNES	PA
REGINA MARIA DA SILVA SEVERINO	CE
RICCHARD ROCHA SANTOS	PE
RONALDO MENDES FERREIRA	MG
ROSA GARDÊNIA BARBOSA	PI
ROSINÉIA CAMPOS MANRICH	MT
SAMUEL DOS SANTOS NASCIMENTO	MT
SANDRA FERREIRA MEIRA	BA
SANDRA MARIA SILVA DOS SANTOS	CE





SEBASTIÃO TEMOTEO FILHO	SP
SEVERINO ANGELO JANUÁRIO	PB
SIMONE IVONE SUMAR	SC
TELMA MIRANDA CORDEIRO	RS
TERESINHA DE SOUZA	SP
URANILDE BATISTA LIMA	TO
VALMOR MATTEI	SC
WAGNER DIAS GIBIM	SP
WANDERLEY FERNANDES DE ARAUJO	MG
WLADIMIR CALDEIRA	RJ
ZORAÍDA VILLELA DE OLIVEIRA GUIMARÃES	GO

**Categoria CONVIDADO**

**Inscrição**

2618	<i>ADEILDE MARQUES</i>
1689	<i>ADRIANA MAGNA SOUZA DA S. RAMALHO</i>
1672	<i>ADRIANE TOMAZELLI DIAS</i>
1685	<i>ANA CLAUDIA CARDOSO DE FREITAS</i>
1676	<i>ANA MARIA QUIROGA</i>
2271	<i>ANNEMARIE GORSKI DE QUEIROZ</i>
2458	<i>ANTONIA AGRIPINA ALVES DE MEDEIROS</i>
2447	<i>ANTONIO DE SOUZA MAIA JUNIOR</i>
2367	<i>ANTONIO FERREIRA DO NACIMENTO</i>
1610	<i>ARISTIDES MALTEZ FILHO</i>
2485	<i>ARLETE OLIVEIRA C. ANCHIETA DA SILVA</i>
1671	<i>ATILIA RIBEIRO FERREIRA</i>
2631	<i>BENEDITA DO NASCIMENTO PEREIRA</i>
1611	<i>CARMEN LUCIA SILVA CUNHA</i>
2292	<i>CELIA REGINA DE SOUZA</i>
2475	<i>CELIA RODRIGUES</i>



2537 *CLEILSON MARTINS GOMES*  
2455 *CLOTILDE MAIA*  
1612 *CRISTIANE IGUANA CAMARA*  
1613 *DALILA COUTINHO DE LARA*  
2632 *DANIELA LIA G. CAMELO*  
1614 *DELIRES MARIA BRUN*  
2625 *DENISE SANTOS*  
1615 *DOURACI VIEIRA DOS SANTOS*  
1686 *EDI MOTA OLIVEIRA*  
2471 *EDNA DE NAZARE MAIA ALMEIDA*  
1617 *EDVANEIDE SOUZA*  
1667 *ELENIR DE FATIMA BRAGA*  
1618 *ELOIANA CAMBRAIA SOARES*  
2270 *EVANICE JULIAO DA SILVA*  
1619 *FABIANA CARLA BEZERRA VITALIANO*  
2620 *GIVON ALVES NEO*  
2313 *HELOISA DA SILVA MOTA PEREIRA*  
1621 *HELOISA HELENA M. MACIEL*  
2230 *HERMES TOMAZONI*  
1622 *IARA SONIA DE AQUINO NEIVA*  
1623 *IRANILDE LUCIANO DE MENEZES*  
1624 *IZABEL CRISTINA REALE THEREZA*  
1681 *JANETH SANTOS NEVES SALES*  
2335 *JOÃO DOMINGOS FASSARELA*  
2622 *JOSÉ AUGUSTO COUTO SANTOS*  
1675 *JOSE CARLOS AGUILERA*  
2635 *JOSE MIGUEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA*  
1688 *KATHELLYN DA CRUZ MEIRA*



- 2608 *KATIA A. DOS SANTOS*
- 2607 *KATIA A. DOS SANTOS*
- 2611 *KATIA APARECIDA DOS SANTOS*
- 1625 *LAYDES SEABRA GUIMARAES E SOUZA*
- 1626 *LEOPOLDO CORREIA MARANHÃO*
- 1627 *LIDIANE RITA DO CARMO SILVA*
- 2340 *LIZAIR DE MORÃES GUARINO*
- 2636 *LUCI TERESINHA CHOINACKI*
- 1629 *LUCYNES VITRO MENDONÇA BRIJMOHAN*
- 2603 *MAEIR LIMA DE OLIVEIRA*
- 1636 *MAGDALENA SOPHIA OLIVEIRA P. V. QUEIROZ*
- 2573 *MAILDES ALVES MARQUES*
- 1630 *MARCIA ANUNCIAÇÃO MAIA PEREIRA*
- 2604 *MARCIA HELENA THEODORO*
- 1637 *MARCIA REGINA F. PORTOCARRERO DE A. SERRA*
- 2266 *MARIA CECÍLIA DE CARVALHO*
- 1631 *MARIA DE FATIMA DE S BARBOSA*
- 1632 *MARIA DE JESUS BONFIM DE CARVALHO*
- 1633 *MARIA DE NAZARE FARIAS DO NASCIMENTO*
- 1638 *MARIA DO AMPARO FERREIRA QUEIROZ DA SILVA*
- 1862 *MARIA DO AMPARO FRAZAO MOREIRA*
- 1640 *MARIA HELENA G. DE CASTRO*
- 2333 *MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO*
- 1641 *MARIA LUCIA MASSUEHEHO*
- 1642 *MARIA LUISA DE SOUSA SANTOS*
- 1643 *MARIA TEREZA DE ARAUJO SERRA*
- 1644 *MARIA TEREZA DINIZ*
- 2294 *MARIE PIERRE FRANCE GEORGETTE POIRIER*



1645 *MARILENE LEONIS JOAQUIM*  
1646 *MARIZE SANTOS SANTANA*  
2667 *MARLENE SILVEIRA MIRANDA*  
2450 *MARTHA ARAUJO ARAGAO PINHEIRO*  
2466 *MIRKA LÚCIO BARBOSA*  
2236 *PAULO NEUMAN DIAS*  
2338 *RAIMUNDO GOMES DE MATOS*  
2617 *REGES BARBOSA DA SILVA*  
1682 *RITA MEDEIROS DE A. SENA*  
1649 *ROQUE ZIMMERMANN*  
1652 *ROSANA TRINDADE*  
1653 *ROSANGELA MARIA SOBRINHO*  
2600 *ROZANIA PEREIRA DE ALMEIDA ROSA*  
1655 *SAIONARA FERREIRA ARAUJO DOS SANTOS*  
2535 *SONIA MARIA DO NASCIMENTO*  
1670 *TERESINHA DE FÁTIMA ABAS DE M. REGO*  
2487 *VALDENIA GUIMARAES E SILVA*  
2256 *VALDIR SOARES DA SILVA*  
2437 *VALQUIRIA MOREIRA REZENDE*  
1660 *VAUBEL MAFMA C. MONTEIRO*  
2303 *VERA MARIA NEVES VICTER*  
2235 *VITORIANO NUNES DE CARVALHO*  
1684 *WALDEIR EUSTAQUIO DOS SANTOS*  
1663 *WILMAR SCHULLER*

**Total:** 96

**Categoria** OBSERVADOR

**Inscrição**



- 1661 ADELAIDE MARIA KLEIN DA ROSA
- 1666 ADELYANY BATOSTA DOS SANTOS
- 1669 ADEMIR PAULA E SILVA SEGUNDO
- 1868 ADINAIL SANTOS ARAGAO
- 1678 ADRIANA APARECIDA NOVAES BERTANI
- 2598 ADRIANA FAUSTINA
- 1869 ALACIR RAMOS SILVA
- 1691 ALBERTO ADRIANO DE OLIVEIRA MUNIZ
- 2567 ALESSANDRA LOPES GADIOLI
- 1693 ALESSANDRA ROCHA EVANGELISTA
- 1870 ALEXANDRE BITTENCOURT DEPIERI
- 1871 ALEXANDRE CICONELLO GANAÇA
- 2569 ALINY DE CARVALHO KRAN
- 2586 ALISSON SULIVAN FREITAS
- 1697 ALTINA RODRIGUES COSTA DURÃES
- 1700 ALZIMAR MOURÃO MORAES
- 1872 AMERICO MARTINS
- 1873 ANA CANDIDA FERREIRA FIGUEIREDO ROSA
- 2457 ANA CHRISTINA DE SA PEREIRA
- 2462 ANA CRISTINA NORATO
- 1874 ANA LUCIA CARO ANTONIO
- 1714 ANA MARIA CÂMARA COELHO
- 1875 ANA MARIA DE FARIAS LIRA
- 2538 ANA MARIA NÓBREGA DE GÓES
- 1716 ANA PAULA FERREIRA MOREIRA DOS SANTOS
- 2558 ANAZEGUETE SIEIRO PAIXÃO
- 2510 ANDERSON SIQUEIRA MOURA
- 1721 ANDREA APARECIDA NEZIO PAIXÃO COURI



2574 *ANDREA LAGARES NEIVA*

1727 *ANGELA JOANA CESAR DEDOJA LOURET*

2252 *ANGELA MARIA RABELO PERREIRA BARRETO*

2493 *ANISIO MENDES DE SOUSA*

2460 *ANTONIA BAHIA CERQUEIRA*

1730 *ANTONIA CACILDA DOS SANTOS*

1876 *ANTONIO JORGE DOS SANTOS*

1877 *ARMINDO DAVID*

1735 *ASCENÇÃO DE MARIA MATOS ROCHA MUNIZ MENDES*

2665 *AUIDES PEREIRA BASTRO*

1741 *AUREA BRANCO PETTITO*

2413 *BENEDITA YARA LEONI DE DEUS*

2575 *BIANCA LEITE DE MENDONÇA CHAVES*

1694 *CARMEM LUCIA GOMES AMORIM S. LIMA*

2465 *CECILIA ISHIKAWA LARIU*

2400 *CELIA MARQUES GONZALEZ*

1698 *CELMA REGINA DA CONCEIÇÃO MARQUES*

2548 *CENIRA BRAGA FRANCA*

2411 *CIRLEI SALETE MENEGOLIA*

1701 *CLARICE TERESINHA HECK*

2426 *CLAUDIA CAMARGO SALDANHA*

1878 *CLAUDIA LAURETH FAQUINOLE*

1705 *CLEUSA DOS SANTOS*

2658 *CORMARIE GUIMARÃES PEREZ*

2491 *CREONICE MARIA CAMPOS*

2418 *CRESIO PINHEIRO DOS SANTOS*

2687 *CRISTIANA MONTEIRO GOMES DA SILVA*

2597 *CRISTIANE BERTOTTI*





2448 *CRISTIANE BONFIM FERNANDES*  
2514 *CRISTIANE DE OLIVEIRA FERREIRA.*  
1708 *CRISTIANE LOBO LAMARAO SILVA*  
2417 *DAISY APARECIDA BOARETTO CONSTANCIO*  
2376 *DALVA DOS SANTOS LIMA*  
2675 *DANIEL GRUBERT*  
2429 *DAVI LUIZ SCHIMIDT*  
2483 *DEBORA FERREIRA DA SILVA*  
1713 *DEBORA MARIANE DE ASSIS FERNANDES*  
2494 *DENYSE PANONI ARROYO BRANDAO*  
1717 *DERLY MACHADO MARQUES DOS SANTOS*  
2527 *DEUSINA LOPES DA CRUZ*  
1718 *DIVINA TEODORO MENDES FUSCALDI*  
2463 *DJANIRA ARAUJO SILVA*  
2359 *DORGINAL GOUVEIA*  
1722 *DOUGLAS NUNES ABREU*  
2551 *DULCEMARY DA SILVA SERRA*  
2546 *EDELMA SILVA LOPES DUARTE*  
2655 *EDINALVA NOLACIO DE SANTANA*  
2524 *EDIVILSON BRAGA DA SILVA*  
1723 *EDNA DE SA RODRIGUES BATISTA*  
1725 *EDNA LIMA CAVALCANTE DE SOUZA*  
2657 *EDNA MARIA DOS SANTOS DORNELAS*  
2468 *EDUARDO GOMES DE QUEIROZ*  
2372 *EGLI MUNIZ*  
2378 *ELANE BELO DA SILVA VILANOVA*  
2414 *ELENA RODRIGUES TAVARES*  
2386 *ELIANA APARECIDA VITALIANO*



- 2590 *ELIAS JOSÉ DA SILVA*
- 2488 *ELISA MACHADO CAMAROTE*
- 1728 *ELISANGELA MOREIRA DA SILVA BATISTA*
- 1729 *ELIZABETE TEREZINHA SILVA ROSA*
- 1880 *ELIZABETH ENGERT MILWARD DE ALMEIDA LEITAO*
- 2506 *ELIZABETH GARCIA RODRIGUES*
- 2434 *ELZA MARIA DE SOUZA FERRAZ*
- 2436 *ESTHER LUIZA LEMOS HEIN*
- 1731 *ETH MARIA MILHOMEM COUTINHO*
- 2554 *EURICO PEREIRA CORREIA*
- 1733 *EUSMIZE DA COSTA DOS REIS*
- 2585 *FABIANO HENRIQUE DOS PASSOS*
- 2556 *FELIPE TAROUCO DA SILVA*
- 1740 *FERNANDA PELIZZARO*
- 2385 *FERNANDO AURELIO DA ROCHA CAPILÉ*
- 2495 *FERNANDO CARMELITO MOTA DA SILVA*
- 2389 *FERNANDO PADILHA PINNA*
- 2374 *FRANCIED GOMES DA SILVA*
- 2552 *FRANCISCA ANA CLEIDE FREIRE*
- 1742 *FRANCISCA MARIA NOGUEIRA GIRAO*
- 2540 *FRANCISCO LAERCIO ALENCAR E SILVA*
- 2440 *FRANCISCO XAVIER ANDRADE GIRÃO*
- 2384 *FRANCISMEIRY CRISTINA DE QUEIROZ*
- 1743 *FREDERICO FERNANDES DE SOUZA*
- 1744 *FREDERICO JORGE DE SOUZA LEITE*
- 2560 *GARDÊNIA A. MACHADO*
- 1746 *GEANNE LUCIANO PINHEIRO STUCKERT*
- 2568 *GERSON RAMOS DA SILVA*



2555 GILBERTO CARLOS DOS SANTOS  
1747 GILBERTO DOS REIS  
2570 GILCEMAR DE OLIVEIRA  
2502 GILSON MARTINS BRAGA  
2423 GILVAN GONÇALVES DOS REIS  
2311 GILVANA NOBRE RODRIGUES GAYOSO FREITAS  
2626 GLECIVAN BARBOSA RORIGUES  
1750 GLICIA DIAS DE M. PAIVA  
1752 HANA DAHER LOPES  
2350 HARLEY TACITO PINTO  
2482 HEIDE BARBOSA BISPO  
2246 HELENA DA SILVA MELO  
2594 HELENA LÚCIA MARTINS  
2504 HELIANA DAS GRAÇAS CORRÊA DA COSTA SOUZA  
2490 HOSANA ALVES DA ROCHA  
2517 IAMÊ FERREIRA QUEIROZ DA SILVA  
1753 IAPONIRA PONTES DE SOUZA ENDO  
1754 IBERIA CAMPOS BOTELHO  
2629 IDA TEREZA CERON  
1755 ILZA RODRIGUES  
1882 INES ALVES LOURENÇO  
2553 IRIA MENESES BARBOSA  
2403 IRLANE GOUVEIA DE MATTOS  
2674 IRMÃ MARIA CELINA DA SILVA CARNAÍBA  
2518 ISABEL SILVA DE FREITAS  
1761 ISABELLA VIEIRA AUGUSTO  
2379 ISAURA MARIA RODRIGUES  
1762 ISRAEL HELENO DE OLIVEIRA



2249 *IVANDA DOLORES GAVA PRESOTI*  
1768 *IVANDA MARTINS DE SOUZA SILVA*  
2348 *IVANETE RODRIGUES GOMES*  
2387 *IVONE ALVES TEIXEIRA*  
2258 *IVONE PEREIRA DA SILVA*  
1883 *IVONE RUPOLO*  
2427 *JAMILLE OLIVEIRA REZAK*  
2456 *JANAINA COSTA RODRIGUES*  
2377 *JANETE ESTEVES NOGUEIRA PINTO RAMOS*  
2563 *JEANE MARIA TAVARES BARBOSA*  
1772 *JEANNE D'ARC MARACAJA MENDES*  
1775 *JOCYANE DA SILVA ALEXANDRE ESMERALDO*  
2302 *JOEL JONAS GONÇALVES*  
2390 *JOEL TADEU CORREA*  
2351 *JOENETE CARLOS PEREIRA SILVA*  
2543 *JOSÉ CELSO DO CARMO*  
1781 *JOSENI MONTENEGRO ALCANTARA DE SOUZA BASTOS*  
2576 *JOSUE SILVA DA COSTA*  
1783 *JULIA GALIZA DE OLIVEIRA*  
2541 *JUSCELIA DA SILVA RIBEIRO SEIXAS*  
2534 *KAREN SANTANA DE ALMEIDA*  
2599 *KARINY ALVES*  
1786 *KATIA MARTINS DE CASTRO CARVALHO*  
1791 *LAURISABEL GUIMARAES PINHEIRO*  
2431 *LENILZA MOURA VANDERLEI*  
2689 *LEONARDO SILVA ARAUJO*  
1885 *LEONOR PINTO DOS SANTOS*  
2592 *LILA LÉA GONÇALVES SALES*



- 1886 *LILIA PENHA VIANA SILVA*
- 1887 *LILIANA CRISTINA BRITO BANDEIRA DINIZ*
- 2454 *LINDALVA LIMA LOPES*
- 2421 *LINDOMAR DA SILVA SOARES*
- 2489 *LUCIANA DOS REIS MENDES AMORIM*
- 2330 *LUCIANA GONÇALVES DE SOUSA*
- 2381 *LUCIANA MARTA ALVES SILVA*
- 2383 *LUCYMEIRE JOANA BASTOS DA SILVA*
- 2508 *LUIZ ANDRÉ DE LACERDA SOUZA*
- 2345 *LUIZA HELENA ROSSI DESANI*
- 1795 *LUZIA PEREIRA NUNES*
- 1797 *MAGDA SILVA MANGABEIRA BORBA*
- 2659 *MARCIA BARDAL DA SILVA*
- 2301 *MARCIO PETRONE DE SOUZA*
- 1765 *MARCO ANTONIO BARBOSA*
- 2391 *MARCOS ROGERIO RATTO*
- 2530 *MARGARIDA ALACORQUE DA PURIFICAÇÃO GUERRA*
- 1767 *MARGARIDA HELOISA CÂMARA PEREIRA LOPES*
- 2310 *MARGARIDA MARIA SOARES DA SILVA*
- 1771 *MARI LANE DE CARVALHO*
- 2405 *MARIA A. ROBERTA DE LIMA*
- 1774 *MARIA ALDÊNIA BASTOS DE AGUIAR*
- 2654 *MARIA ANTONIA CARIONI CARSTEN*
- 2404 *MARIA APARECIDA AUGUSTA DE SOUZA*
- 1782 *MARIA APARECIDA MIÃO BIASSUTI*
- 2401 *MARIA APARECIDA TIVERON*
- 2346 *MARIA BATISTA VICENTE JOAQUIM*
- 2664 *MARIA BETANIA SOUSA ARAUJO*



1785 *MARIA DA CONCEIÇÃO ADEODATO*  
1788 *MARIA DA CONCEIÇÃO DE FREITAS*  
1790 *MARIA DA CONCEIÇÃO R. SÁ*  
2444 *MARIA DA PAZ DANTAS*  
2352 *MARIA DA PENHA QUEIROZ LOPES*  
2452 *MARIA DA PENHA SOUZA SILVA*  
1793 *MARIA DAS GRAÇAS ALENCAR*  
2531 *MARIA DE FATIMA NEVES LOPES GUERRA*  
1796 *MARIA DE FÁTIMA SOARES*  
2445 *MARIA DE LOURDES GOMES MOURA*  
1801 *MARIA DE LOURDES RIBEIRO DE SOUZA*  
1808 *MARIA DO CARMO ARRISMENDI HERNANDORENA*  
2464 *MARIA DO CARMO COSTA CAVALCANTE*  
1812 *MARIA DO ROSARIO ALMEIDA*  
1889 *MARIA DO ROSARIO CAMPOS FLORES*  
1815 *MARIA DO SOCORRO DE SOUZA VIEIRA*  
2439 *MARIA DO SOCORRO LEITAO MACHADO*  
1819 *MARIA DO SOCORRO LOPES ARAÚJO GARCIA*  
2339 *MARIA DO SOCORRO SÁ RODRIGUES GONÇALVES*  
2358 *MARIA ELOISA DE OLIVEIRA DRUMOND*  
2542 *MARIA ELVIRA DE ARAÚJO*  
2234 *MARIA GENEDILDE VIEIRA FROES*  
2513 *MARIA GONÇALVES DA CRUZ*  
2341 *MARIA GORETTE GABRIEL SOARES*  
2628 *MARIA HELENA LISBOA LOPES*  
2243 *MARIA INEZ SANTANA TORRES*  
2331 *MARIA IRINEIDE DA COSTA E SILVA*  
2601 *MARIA IZABEL LOPES RIBEIRO*





2559 *MARIA LÚCIA DE JESUS C. SANTANA*  
2442 *MARIA LUIZA E SOUSA LAJÚS*  
2497 *MARIA PEREIRA ARAUJO*  
2544 *MARIA REGINA MOREIRA TANAJURA*  
1857 *MARIA SUELY SILVEIRA*  
2416 *MARIA VERBENA MARTINS PEREIRA*  
1858 *MARIA YARA MONTE ROVHA*  
2399 *MARIALICE M. FOSSEN*  
1860 *MARIANA DE SOUSA MACHADO*  
1861 *MARILEA VENANCIO PORFIRIO*  
2593 *MARILENE FORMIGA MONTEIRO*  
2561 *MARIO JUSTINO DA SILVA*  
2584 *MARISA KIMIE MIZOBUTI*  
2002 *MARISTELA ALVES DOS REIS*  
2247 *MARLENE CIBELE MARINHO*  
2412 *MARLETE RIBEIRO CARVALHO DE SALLES OLIVEIRA*  
2342 *MARLON LOPES DE MORAES*  
2484 *MARLUCE AMÉLIA DA SILVA*  
2501 *MARLUCIA RAMOS DE FATIMA DE SOUSA GOMES*  
2441 *MAURICIO SOUZA BATISTA*  
2022 *MICHELLE DA COSTA MARTINS*  
2557 *MIGUEL BARBOSA DA SILVA*  
1865 *MONICA MARQUES DE ALMEIDA*  
2415 *NATHALIA ESTEFANIA JUNGBLUT*  
2210 *NERLI LOPES BRUGNOLO*  
1798 *NEUSA MARIA GOEDERT*  
1802 *NIDIA GIZELLI DE OLIVEIRA SILVA*  
2525 *NILA MARIA DO CARMO SIQUEIRA*



1648 *ODALY SOARES NASCIMENTO*

1890 *ODETTE VIEIRA*

1803 *PATRICIA CEZAR DOS SANTOS*

2503 *PATRICIA NEVES BARREIRINHAS*

2533 *PATRICIA PEQUENO GOMES DE AGUIAR*

2393 *PAULO ROBERTO VICENTE*

2572 *PRISCILA SOUSA HOMERO*

1804 *QUEZIA ARCOVERDE MEDEIROS*

2549 *RAIMUNDO NONATO SOUSA*

2308 *RAQUEL BENEVENUTA BALTHAZAR*

1807 *REGINA ANGELA SALES PRACIANO*

2521 *REGINA CELIA DE SOUZA*

1809 *REGINA CERES MATOS*

1810 *REGINA DE FATIMA DOS SANTOS MOUTINHO*

2365 *REGINA GUADALUPI DOS SANTOS MORAES*

2407 *REGINA RODRIGUES DA COSTA*

2595 *REGINALDO MORAIS DE LIMA*

2007 *RENATA CRISTINA ABREU DA SILVA*

2532 *RICARDO BARREIRA*

2428 *RICARDO COLLAR*

2254 *RITA DE CASSIA DE FREITAS COELHO*

2566 *ROBERTO SANTOS DE ARAUJO*

1814 *ROBSON DE SOUZA MARTINS*

2562 *ROBSON FELICIANO DE SOUZA*

1892 *RODRIGO VALADARES*

2587 *ROMELIA RODRIGUES LIMA*

2656 *ROMEU PIRES DE ARAÚJO*

1816 *RONALDO CESAR DAROS*



- 1893 ROSA ELISA BERTON FEDERICI  
1818 ROSANA COSTA SANTIAGO  
1820 ROSANA MORGADO  
2621 ROSELI SANTOS BURMANN  
2433 ROSILENE MAGALHÃES DE SOUSA  
1822 ROSIMEIRE APARECIDA LENA  
2479 ROSINEIDE LIMA DE OLIVEIRA  
1823 ROZANA CRISTINA DA COSTA FREITAS  
2388 RUBENS JOSÉ ALMEIDA  
2486 RUBENS JOSÉ DE ALMEIDA CONDE  
2500 SANDRA CHRISTIANE KLOSER BUSNELLO  
1826 SANDRA MARIA DUQUE  
2520 SANIA TEREZA PALMEIRA BARROS TEIXEIRA  
1827 SARA BETANIA F. B. DE S. HIRSCH TARDIM  
2564 SERGIO VANGLER MOREIRA REIS  
2461 SEVERINA LOPES CAVALCANTI  
1829 SHEILA DE SOUZA BACKX  
2211 SHIRLEI DE LAZARI SOUZA  
2499 SHIRLEY ROCHA CEZAR RIZZI  
2419 SILVÂNIA MARIA DA SILVA  
2469 SILVIO JOSE MIAN  
1836 SIMONNE PERLLE CASTRO  
1837 SOLANGE DAS GRAÇAS LIMA  
1838 SOLANGE ROCHA ALCANTARA  
1839 SONIA APARECIDA DE MESQUITA  
2472 SÔNIA FERRAZ CARDOSO E NOVAES  
2392 SONIA MARIA ANSELMO  
1840 SONIA MARIA DE OLIVEIRA



1842 SUELI APARECIDA MARTINS MIRANDA  
2349 SUELI MAGIDA MAPES MAIA  
2446 SUELIA GOMES MOURA LOPES  
2688 TAIS LEITE FLORES  
2420 TELMA REGINA DIOGENES MACHADO  
2004 TELMARA DE ARAUJO GALVAO  
2539 TEREZA LOPES MIRANDA  
2507 TEREZINHA MAGALHÃES DE AGUIAR  
1847 THAIS KRISTOSCH IMPERATORI  
2432 TIAGO TERCIO CARNEIRO DE CAMPOS  
1848 VALERIA MARTINS PEREIRA  
2459 VALÉRIA SILVA FREIRE  
1849 VALMIR MOREIRA LEAO  
1895 VANDERLEI JOSE VIANNA  
2528 VANESSA VERAS DOS SANTOS DE ARAÚJO  
2248 VERONICA INÁCIO DA SILVA  
2547 VITORIA APARECIDA DE JESUS MENEZES  
2565 VIVIANE KARINE CHAVES DE QUEIROZ  
2579 WALDYR CAMPOS MOURA  
2596 WANDANOMESLINDA FERREIRA DO CARMO  
2588 WILLER MARCOS FERREIRA  
2578 WILLISSON MARTINS DA SILVA  
1854 WILSON ROGERIO MOLINA  
2402 ZENITA TEREZINHA GOLBEL

**Total:** 332

**Categoria** PAINELISTA

**Inscrição**



2396 ALDAÍZA SPOSATI  
2117 MARIA CARMELITA YAZBEK

**Total:** 2

**Categoria DEBATEDOR**

**Inscrição**

2215 EDJAEL MUNIZ DE CASTRO  
1673 IVANETE SALETE BOSCHETTI  
2304 JOSÉ ANTONIO MORONI  
2706 MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES

**Total:** 4

**Categoria EXPOSITOR DE OFICINA**

**Inscrição**

2180 ADEMAR BERTUCCI  
2116 ADERVAL COSTA FILHO  
2309 ADRIANA DE SANTANA MELLO SILVA  
2152 ADRIANA VEIGA ARANHA  
2144 AIDE CANÇADO ALMEIDA  
2138 ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO  
2190 ALDALICE MOURA DA CRUZ OTTERLOO  
2515 ALICE SOUZA DOS SANTOS  
2148 ANA LIGIA GOMES  
2158 ANA MARIA QUIROGA  
2131 ANDRE QUINTAO  
2122 ARMANDO ABILIO  
2145 BEATRIZ AUGUSTO DE PAIVA  
2149 BENEDITO ADALBERTO BRUNCA  
2175 BERENICE ROJAS COUTO  
2147 BRUNO MORETTI  
2194 CHARLES ROBERTO PRANKE



1702 *CLAUDIA FRANCISCA DE AMORIM*  
2118 *EDEN MAGALHAES*  
2130 *EDUARDO BARBOSA*  
2120 *ELANGE RIBEIRO*  
2550 *ELIZABETH LIMA DA SILVA*  
2191 *ELOISA GABRIEL DOS SANTOS*  
2177 *ELYRIA BONETTI YOSHIDA CREDIDIO*  
2509 *EVILÁSIO PEREIRA DA SILVA*  
2140 *FRANCISCO DE ASSIS ALMEIDA*  
2307 *GERONCIO ANTONIO FIGUEIREDO SILVA*  
2146 *GISELE DE CASSIA TAVARES*  
2121 *HELOISA HELENA FRANCO LEITAO*  
2164 *HILDA CORREA DE OLIVEIRA*  
2511 *IVONILDO MIRANDA LOPES*  
2167 *JUCIMERI ISOLDA SILVEIRA*  
2178 *LEONOR BORGES*  
2186 *LUIS TENDERINI*  
2155 *LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJÓS*  
2133 *MARCOS BITTENCOURT FOWLER*  
2125 *MARGARETE CUTRIM VIEIRA*  
2169 *MARIA ANDRADE LEITE*  
2192 *MARIA DO CARMO BRANT CARVALHO*  
2200 *MARIA DO SOCORRO SANTOS DE ARAÚJO*  
2132 *MARIA EMILIA DE SOUZA*  
2162 *MARIA OZANIRA SILVA E SILVA*  
2187 *MARIZA BRANDÃO ESTEFÂNIO*  
2115 *MATILDE RIBEIRO*  
2201 *NEIDE CASTANHA*





2150 *ONAIR RUANO*  
2183 *PAULO ANTONIO GOMES DANTAS*  
2188 *RAQUEL RAICHELIS DEGENSZAJN*  
2196 *REGINA DE CASSIA SANTIAGO DE OLIVEIRA MOTA*  
2199 *RITA DE CASSIA ROSA PINTO*  
2153 *RODRIGO PIRES VIEIRA*  
2157 *ROMULO PAES DE SOUZA*  
2172 *ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ*  
2161 *ROSANI EVANGELISTA DA CUNHA*  
2142 *ROSILENE CRISTINA ROCHA*  
2128 *SOLANGE LEONARDE BARRIN*  
2185 *SÔNIA MARIA BICALETTO*  
2182 *SONIA MARIA ROCHA HECKERT*  
2195 *VICENTE FALEIROS*  
2137 *WESTEI CONDE Y MARTIN JUNIOR*

**Total:** 60

**Categoria RELATORIA DE GRUPO**

**Inscrição**

2106 *ADEMIR ALVES DA SILVA* (Coordenador da Relatoria)  
2093 *ANA MARIA CORREA CONEGUNDES*  
2079 *DEBORAH CRISTINA AMORIM*  
2088 *DOMINGOS SAVIO ARAUJO*  
2652 *ELAINE ROSSETTI BEHRING*  
2086 *ERIKA VALAMIEL NEPOMUCENO*  
2113 *EUTALIA BARBOSA RODRIGUES*  
2095 *GECIRA DI FIORI*  
2080 *IRACI DE ANDRADE*  
2096 *JACQUELINE ROSA PEREIRA*



- 2103 JOSE MAESTRO DE QUEIROZ (Equipe de Coordenação)  
2083 KATIA REGINA MADEIRA  
2085 MARIA AUXILIADORA MIRANDA  
MARIA DO ROSÁRIO CORREA SALLES (Equipe de Coordenação)  
2092 MARIA LUCIA LOPES DA SILVA  
2110 MARIA ROSANGELA DE JESUS LUCENA  
2081 MARLENE APARECIDA MUNIZ DE ANDRADE  
2109 MAURICEIA LIGIA NEVES DA COSTA BONFIM  
2112 NEILE D'ORAN PINHEIRO  
2105 NEIRI BRUNO CHIACHIO (Equipe de Coordenação)  
2108 ROSEMEIRE SCATENA (Equipe de Coordenação)  
2091 SIMONE DE ALMEIDA  
2111 SOCORRO VIEIRA  
2084 TELMA MARANHO GOMES  
2082 VALERIA CABRAL CARVALHO  
2101 VALERIA MARIA DE MASSARANI GONELLI  
2107 VANIA BAPTISTA NERY (Equipe de Coordenação)

**Total:** 26

**Categoria RELATOR DE OFICINA**

**Inscrição**

- 2156 EUTÁLIA GUIMARÃES GAZZOLI  
2166 IRMA MARTINS MORONI  
2129 JOSÉ EMATER DANTAS ARAÚJO  
2173 LENIR CANDIDA DE ASSIS  
2126 MÁRCIA MARIA ROMERO  
2179 MÁRCIA PERALES MENDES SILVA  
2135 MARIA LUIZA AMARAL RIZOLTI  
2163 MARLENE MERISSE



- 2154 *ROSA HELENA STEIN*  
2168 *RUTH RIBEIRO BITTENCOURT*  
2151 *VALDETE DE BARROS MARTINS*

**Categoria PARTICIPANTE COM AUXÍLIO DE BRAILE**

**Inscrição**

- 2225 *ALEXO DA COSTA*  
2226 *ANTONIO CLAUDIO*  
2229 *JULIANA APARECIDA*

**Total: 3**

**Categoria EQUIPE DE APOIO**

**Inscrição**

- 2709 *ABELARDO NUNES DA SILVA FILHO*  
2030 *ALESSANDRA LOPES GADIOLI*  
2710 *ALEXANDRO GONÇALVES DE OLIVEIRA*  
2711 *AMELIA TEIXEIRA FACANHA MENDES*  
2712 *ANA CLERIA CUNHA DE NARDI*  
2714 *BRUNO TAROUÇO*  
2737 *CARLOS EDUARDO*  
2713 *CELINA MARA ARAUJO MARANHÃO*  
2715 *CLAUDIA SABOIA*  
2738 *DAIANA FERREIRA*  
2716 *DANIEL BERQUO GOMES*  
2717 *DANIELA MANGUABA*  
2718 *DANIELE MANOEL ALVES*  
2719 *DANUZIA DA SILVA SOARES*  
2679 *EDILENE COSTA CAVALCANTI*



2736 *GUILHERME*  
2720 *JOSE RANIERI CLEMENTE*  
2721 *JOSEANE BARBOSA DA SILVA*  
2021 *LILIAN MOREIRA COSTA*  
2728 *MARAIANA DE SOUZA MACHADO*  
2722 *MARCIO FERNANDES MAURICIO*  
2723 *MARCOS ROBERTO FERREIRA*  
2724 *MARIA AUXILIADORA PEREIRA*  
2725 *MARIA DAS MERCES DE AVELINO CARVALHO*  
2726 *MARIA ISIS DE OLIVEIRA NOLETO*  
2727 *MARIALICE FERREIRA DO VALE*  
2729 *MARIANA NOBREGA BARBOSA*  
2730 *MILENE QUEIROZ*  
2708 *NATALIA SANTANA*  
2731 *ROSIMEIRE AIRES PEREIRA*  
2732 *RUI PEREIRA POLARI*  
2733 *SORAYA ALVES DE CASTRO*  
2031 *TATIANA BELLO*  
2734 *THALITA ELETO COELHO*  
2735 *VANESSA MARTINS DE SOUZA*

**Total:** 35

**Categoria FACILITADOR**

**Inscrição**

2035 *RONALDO JOSE SENA CAMARGO*

**Total:** 1

**Categoria GRUPO CULTURAL**

**Inscrição**



2056 *ALEXANDRO VIDAL DA SILVA*  
2044 *CRISTIANO MEIRELES DAS GRAÇAS*  
2057 *DANIEL DE AZEVEDO*  
2058 *DEIJANIRA SANTOS E SILVA*  
2061 *ELIANE BORGES DA SILVA*  
2048 *ELISEU CUSTODIO*  
2059 *ELIZABETH RIBEIRO*  
2046 *FERNANDA ARAUJO PEREIRA*  
2049 *GLADYS RODRIGUES DE CARVALHO*  
2060 *HELAINÉ CRISTINA DA SILVA*  
2053 *HELIO MARIANO DA SILVA NETO*  
2043 *ISABELLA VIVIAN M. MICHIELINE SANTOS*  
2055 *JADSON CRISTOVAO RODRIGUES*  
2045 *JANAINA GOMES STARLING*  
2042 *KENIA AUGUSTO FIGUEIREDO*  
2047 *LUCAS FERREIRA DA COSTA*  
2062 *MIRIAM SILVA FERREIRA*  
2050 *SUELI CRISTINA DOS SANTOS*  
2051 *WALDIR FERREIRA*

**Total:** 19

**Categoria INTERPRETE DE LIBRAS**

**Inscrição**

2637 *ESTER DUARTE TOMINAGA*  
2653 *HELENA TOMINAGA*  
2651 *MARTA MARIA DE OLIVEIRA*  
2646 *NADJA ALEXANDRINO*  
2054 *NADJA ALEXANDRINO DE MEDEIROS*

**Total:** 5



**Categoria ACOMPANHANTE**

**Inscrição**

2262 *JAMILE SILVA DE JESUS*  
2332 *LÚCIA GONTIJO AMARAL*  
967 *MARCOS VINICIUS FARIA PENHA*  
952 *MARIA DA CONCEIÇÃO SIQUEIRA BERNARDO*  
1400 *MARIA GONÇALA SOARES PEREIRA*  
2214 *NELMA NUNES DE CARVALHO*

**Total: 6**